



11048769

08012.000403/2020-83



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Esplanada dos Ministerios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518, - Bairro Zona
Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900
Telefone: (61) 2025-3636 / 9269 - www.justica.gov.br

Notificação nº 10/2020/CGEMM/DPDC/SENACON

Processo nº 08012.000403/2020-83

Interessado: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A

Ao(À) Prezado(a) Senhor(a)

Representante Legal do **Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A**

Rua Capitão Montanha, 177 - Centro

CEP: 90010-040 Porto Alegre/RS

**Favor indicar expressamente o Processo nº 08012.000403/2020-83 na
resposta.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimos-o cordialmente, informamos que a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, enquanto órgão responsável por coordenar a Política Nacional das Relações de Consumo, que tem entre seus princípios garantir a proteção e exercício dos direitos dos consumidores, bem como promover a harmonização nas relações de consumo e, tendo em vista a reunião realizada no dia 18/01/20 (ata em anexo) com representantes da Senacon, dos Procons, da Defensoria Pública, da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) sobre o cartão de crédito consignado, vem por meio desta notificação solicitar esclarecimentos a respeito da oferta e uso deste produto pelos consumidores.

2. Assim, considerando os direitos e garantias previstos no Código

de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), em especial, os princípios da transparência, boa-fé e equilíbrio nas relações de consumo, além do direito à informação clara e ostensiva acerca do produto/serviço contratado e suas eventuais alterações, bem como a proteção contra práticas e cláusulas abusivas ou que gerem desvantagem desproporcional ao consumidor, venho notificá-lo para, no prazo não superior a **15 (quinze) dias** a contar do recebimento desta, apresentar a este Departamento os seguintes esclarecimentos:

- a) Como é dada a informação sobre o cartão de crédito consignado? Como vocês diferenciam, na oferta, o cartão de crédito consignado do empréstimo consignado?
- b) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de fraudes encontradas no cartão de crédito consignado, sobretudo quando utilizam os dados de outra pessoa para emitir o cartão?
- c) Qual a quantidade de contratos vigentes da modalidade cartão de crédito consignado a empresa tem no Brasil?
- d) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que usam ou usaram o cartão para fazer compras de bens e serviços no comércio?
- e) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que faz apenas saques em dinheiro?
- f) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que faz o saque no momento da contratação e já recebe o valor na conta?
- g) Como isso é oferecido ao consumidor? O "saque" pelo telefone, situação em que é depositada uma quantia na conta do consumidor, também é ofertado de maneira ativa? Ou seja, vocês ligam para os consumidores que já possuem o cartão de crédito consignado e oferecem esse "saque"?
- h) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que pagam integralmente as faturas do valor remanescente do desconto em folha de pagamento?
- i) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que fazem uso apenas de saques em dinheiro pagam integralmente a fatura de valor remanescente?
- j) Qual o prazo para emissão do cartão após a contratação?

- k) Quais os mecanismos de verificação do recebimento do cartão pelos contratantes de cartão de crédito consignado?
- l) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de cartões desbloqueados para uso?
- m) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento do cartão?
- n) Em caso de não recebimento do cartão, qual o prazo para seu cancelamento e emissão de um novo?
- o) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que faz a opção de recebimento da fatura por e-mail?
- p) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento da fatura?
- q) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que apresentou reclamações sobre lançamentos indevidos na fatura do cartão?
- r) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que realizou novo saque após o primeiro?
- s) Qual a média de novos saques efetuados pelos contratantes de cartão de crédito consignado?
- t) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que solicitou o cancelamento do cartão?
- u) Outras informações que considerar relevantes sobre o tema.

3. As respostas aos questionamentos acima devem ser enviadas, também, para o e-mail cgemm@mj.gov.br.

4. Conforme a ata da reunião em anexo, foi firmado um compromisso por esta Secretaria na elaboração de uma nota técnica até o dia 17/03/20, portanto, não poderemos conceder mais prazo para a resposta.

5. Quaisquer dúvidas, favor entrar em contato por e-mail ou pelo telefone **(61) 2025-3636**.

Atenciosamente,

ANDREY VILAS BOAS DE FREITAS

Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor

JULIANA OLIVEIRA DOMINGUES

Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Vilas Boas de Freitas, Coordenador(a)-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado**, em 20/02/2020, às 17:52, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues, Diretor(a) do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor**, em 20/02/2020, às 17:57, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11048769** e o código CRC **2E9E15CB**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08012.000403/2020-83

SEI nº 11048769

Retorno SENACON Processo nº 08012.000403/2020-83 - Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul).

a) Como é dada a informação sobre o cartão de crédito consignado? Como vocês diferenciam, na oferta, o cartão de crédito consignado do empréstimo consignado?

Cartão é um meio de pagamento com a possibilidade de financiamento mediante saque ou rotativo, não possui PMT, ou seja, o cliente pode pagar o mínimo que é igual a margem consignada ou total da fatura mediante pagamento da diferença. Mensalmente é enviada a fatura com a informação dessas alternativas de pagamento, indicando “diferença” entre o total fatura e o pagamento mínimo. Também na fatura são informadas as taxas de juros praticadas, além do valor em reais que será cobrado na fatura subsequente caso seja pago apenas o “mínimo” (valor consignado);

b) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de fraudes encontradas no cartão de crédito consignado, sobretudo quando utilizam os dados de outra pessoa para emitir o cartão?

Quantidade bastante reduzida de fraude documental, uma vez que a comercialização dos cartões no Banrisul é realizada na sua grande maioria nas agências do banco e os clientes também são correntistas. Colocamos abaixo os números absolutos, visto que em percentual é insignificante.

2016	3
2017	6
2018	15
2019	1
2020	2

c) Qual a quantidade de contratos vigentes da modalidade cartão de crédito consignado a empresa tem no Brasil?

2019=243.514 (conceito total carteira ativa no final de 2019).

d) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que usam ou usaram o cartão para fazer compras de bens e serviços no comércio?

2019=34,83% (informamos apenas o ano de 2019, visto mudança na base corporativa do Banrisul em 2018, o que prejudicaria a validação entre conceitos diferentes).

e) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que faz apenas saques em dinheiro?



2019=8,67% (informamos apenas o ano de 2019, visto mudança na base corporativa do Banrisul em 2018, o que prejudicaria a validação entre conceitos diferentes).

f) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes faz o saque no momento da contratação e já recebe o valor na conta?

<i>ANO</i>	<i>Cartão com saque</i>	<i>Total</i>	<i>Percentual</i>
2015	13.398	58.812	22,80
2016	30.530	87.557	34,90
2017	11.838	39.322	30,10
2018	6.093	40.417	15,07
2019	4.210	17.406	24,19
Total	66.069	243.514	27,13

OBS: Incluímos essa informação desde 2015, pois foi o início da comercialização cartão INSS.

g) Como isso é oferecido ao consumidor? O "saque" pelo telefone, situação em que é depositada uma quantia na conta do consumidor, também é ofertado de maneira ativa? Ou seja, vocês ligam para os consumidores que já possuem o cartão de crédito consignado e oferecem esse "saque"?

Banrisul não opera com saque por telefone. A possibilidade de saque sem cartão é apenas no momento comercialização onde é realizado TED para a conta informada cliente, sendo preferencialmente a mesma de crédito do benefício.

h) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que pagam integralmente as faturas do valor remanescente do desconto em folha de pagamento?

2018=5,28%

2019=3,21%

OBS: O Banrisul utilizou como conceito total base ativa que pagou todas as faturas durante o ano referência.

i) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que fazem uso apenas de saques em dinheiro pagam integralmente a fatura de valor remanescente?

2019=1,06% (informamos apenas o ano de 2019, visto mudança na base corporativa do Banrisul em 2018, o que prejudicaria a validação entre conceitos diferentes).

j) Qual o prazo para emissão do cartão após a contratação?

Banrisul tem como prazo emissão/ entrega em até 15 dias úteis para todo Brasil;

k) Quais os mecanismos de verificação do recebimento do cartão pelos contratantes de cartão de crédito consignado?

Todos os cartões são enviados com AR (necessidade assinatura no recebimento);

l) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de cartões desbloqueados para uso?

2018=72,62%

2019=73,10%

m) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento do cartão?

Não temos a informação separada por modalidade de cartão. E como a maioria dos clientes são correntistas, a devolução dos cartões, por ausência no destino, é realizada na Agência de relacionamento. Considerando base total banco, o percentual é aprox. de 1,20% levando em conta reclamações realizadas entre 2018 e 2019.

n) Em caso de não recebimento do cartão, qual o prazo para seu cancelamento e emissão de um novo?

Ao cliente ligar Central Atendimento ou solicitar via Aplicativo, a emissão 2. Via é imediata e o tempo de postagem até 15 dias úteis;

o) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que faz a opção de recebimento da fatura por e-mail?

2019=1,34% (utilizamos como métrica posição atual de clientes da carteira ativa com opção fatura por email; cliente tem a opção de fatura física e email, e mesmo acessar os extratos através canais Central Atendimento, Aplicativo, Portal, Internet Banking);

p) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento da fatura?

Não temos a informação separada por modalidade de cartão. Cliente tem a opção de fatura física e email, e mesmo acessar os extratos através canais Central Atendimento, Aplicativo, Portal, Internet Banking); Considerando base total banco, o percentual é aprox. de 2,05% levando em conta reclamações realizadas entre 2018 e 2019.

q) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que apresentou reclamações sobre lançamentos indevidos na fatura do cartão?

2016	2017	2018	2019
0,13%	0,32%	0,40%	0,60%

r) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que realizou novo saque após o primeiro?

Mínimo R\$200,00 e máximo 100% disponível do limite. Limites são calculados a partir da RMC. Não tivemos condições de calcular média ano a ano, mas pode ser evidenciado nas questões anteriores o comportamento da base cartões Banrisul, onde são correntistas

que utilizam o cartão como meio de pagamento e pontualmente realizam saques e acessam financiamento rotativo, aproveitando taxa reduzida frente demais modalidades.


s) Qual a média de novos saques efetuados pelos contratantes de cartão de crédito consignado?

Mínimo R\$200,00 e máximo 100% disponível do limite. Limites são calculados a partir da RMC. Não tivemos condições de calcular média ano a ano, mas pode ser evidenciado nas questões anteriores o comportamento da base cartões Banrisul, onde são correntistas que utilizam o cartão como meio de pagamento e pontualmente realizam saques e acessam financiamento rotativo, aproveitando taxa reduzida frente demais modalidades.

t) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que solicitou o cancelamento do cartão?

Os produtos consignados são relativamente recentes, lançados no Banrisul final de 2015. Total de cartões cancelados desde então 19.500, ou aprox. 7,4% da carteira total.

u) Outras informações que considerar relevantes sobre o tema.



Luis Eduardo Dini de Castro-5282
Gerente Executivo

**Correios****AVISO DE RECEBIMENTO****AR** 11303397**DATA DE POSTAGEM**

26/02/2020

DESTINATÁRIO

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A
RUA CAPITAO MONTANHA, 177 CENTRO, 0
CENTRO HISTORICO PORTO ALEGRE RS
90010-040

REMETENTE

Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON
Esplanada dos Ministérios Bloco T,
Zona Cívico-Administrativa Brasília - DF
70064-900



JU472755642BR

UNIDADE DE POSTAGEM

AGF SIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1º / / :
2º / / :
3º / / :

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - NOTIFICAÇÃO Nº 10/2020/CGEMM/DPDC/SENACON PROCESSO: 08012.000403/2020-83 BLOCO T, ED. SEDE, SALA 518;

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

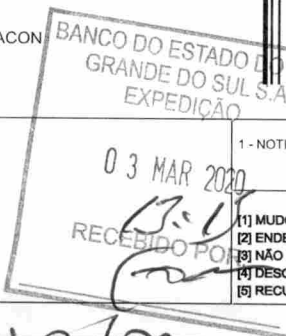
- [1] MUDOU-SE [6] NÃO PROCURADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [7] AUSENTE
[3] NÃO EXISTE NÚMERO [8] FALECIDO
[4] DESCONHECIDO [9] OUTROS
[5] RECUSADO

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Lucas Santos Bezerra
Matr. 8.710.825-9

ASSINATURA DO RECEBEDOR**NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR**

Handwritten signature: Lucas Bezerra

**DATA DE ENTREGA****Nº DOC. DE IDENTIDADE**



11061448

08012.000403/2020-83



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Esplanada dos Ministerios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518, - Bairro Zona
Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900
Telefone: (61) 2025-3636 / 9269 - www.justica.gov.br

Notificação nº 11/2020/CGEMM/DPDC/SENAÇON

Processo nº 08012.000403/2020-83

Interessado: BANCO CETELEM S.A

Ao(À) Prezado(a) Senhor(a)

Representante Legal do **Banco Cetelem S.A**

Alameda Rio Negro, 161, 17º Andar - Alphaville Industrial

CEP: 06454-000

Barueri/SP

Favor indicar expressamente o Processo nº 08012.000403/2020-83 na resposta.

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informamos que a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, enquanto órgão responsável por coordenar a Política Nacional das Relações de Consumo, que tem entre seus princípios garantir a proteção e exercício dos direitos dos consumidores, bem como promover a harmonização nas relações de consumo e, tendo em vista a reunião realizada no dia 18/01/20 (ata em anexo) com representantes da Senacon, dos Procons, da Defensoria Pública, da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) sobre o cartão de crédito consignado, vem por meio desta notificação solicitar esclarecimentos a respeito da oferta e uso deste produto pelos consumidores.

2. Assim, considerando os direitos e garantias previstos no Código

de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), em especial, os princípios da transparência, boa-fé e equilíbrio nas relações de consumo, além do direito à informação clara e ostensiva acerca do produto/serviço contratado e suas eventuais alterações, bem como a proteção contra práticas e cláusulas abusivas ou que gerem desvantagem desproporcional ao consumidor, venho notificá-lo para, no prazo não superior a **15 (quinze) dias** a contar do recebimento desta, apresentar a este Departamento os seguintes esclarecimentos:

- a) Como é dada a informação sobre o cartão de crédito consignado? Como vocês diferenciam, na oferta, o cartão de crédito consignado do empréstimo consignado?
- b) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de fraudes encontradas no cartão de crédito consignado, sobretudo quando utilizam os dados de outra pessoa para emitir o cartão?
- c) Qual a quantidade de contratos vigentes da modalidade cartão de crédito consignado a empresa tem no Brasil?
- d) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que usam ou usaram o cartão para fazer compras de bens e serviços no comércio?
- e) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que faz apenas saques em dinheiro?
- f) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que faz o saque no momento da contratação e já recebe o valor na conta?
- g) Como isso é oferecido ao consumidor? O "saque" pelo telefone, situação em que é depositada uma quantia na conta do consumidor, também é ofertado de maneira ativa? Ou seja, vocês ligam para os consumidores que já possuem o cartão de crédito consignado e oferecem esse "saque"?
- h) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que pagam integralmente as faturas do valor remanescente do desconto em folha de pagamento?
- i) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que fazem uso apenas de saques em dinheiro pagam integralmente a fatura de valor remanescente?
- j) Qual o prazo para emissão do cartão após a contratação?

- k) Quais os mecanismos de verificação do recebimento do cartão pelos contratantes de cartão de crédito consignado?
- l) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de cartões desbloqueados para uso?
- m) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento do cartão?
- n) Em caso de não recebimento do cartão, qual o prazo para seu cancelamento e emissão de um novo?
- o) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que faz a opção de recebimento da fatura por e-mail?
- p) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento da fatura?
- q) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que apresentou reclamações sobre lançamentos indevidos na fatura do cartão?
- r) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que realizou novo saque após o primeiro?
- s) Qual a média de novos saques efetuados pelos contratantes de cartão de crédito consignado?
- t) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que solicitou o cancelamento do cartão?
- u) Outras informações que considerar relevantes sobre o tema.

3. As respostas aos questionamentos acima devem ser enviadas, também, para o e-mail cgemm@mj.gov.br.

4. Conforme a ata da reunião em anexo, foi firmado um compromisso por esta Secretaria na elaboração de uma nota técnica até o dia 17/03/20, portanto, não poderemos conceder mais prazo para a resposta.

5. Quaisquer dúvidas, favor entrar em contato por e-mail ou pelo telefone **(61) 2025-3636**.

Atenciosamente,

ANDREY VILAS BOAS DE FREITAS

Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Vilas Boas de Freitas**, **Coordenador(a)-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado**, em 20/02/2020, às 17:52, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues**, **Diretor(a) do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor**, em 20/02/2020, às 17:57, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11061448** e o código CRC **C6EF30FF**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08012.000403/2020-83

SEI nº 11061448



AVISO DE RECEBIMENTO

AR/11302531

DATA DE POSTAGEM

26/02/2020

DESTINATÁRIO

REPRESENTANTE LEGAL DO BANCO CETELEM S.A

ALAMEDA RIO NEGRO, 161, 17º ANDAR, 0

ALPHAVILLE INDUSTRIAL

BARUERI SP

06454-000

REMETENTE

Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON

Esplanada dos Ministérios Bloco T,

Zona Cívico-Administrativa Brasília - DF

70064-900



JU472755656BR

UNIDADE DE POSTAGEM
AGÊNCIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____
2º ____/____/____ : ____
3º ____/____/____ : ____

RICARDO RAMOS FRANCA
RG: 34.417.293-4

28 FEV. 2020

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - NOTIFICAÇÃO Nº 11/2020/CGEMM/DPDC/SENACON PROCESSO: 08012.000403/2020-83 ED. SEDE, SALA 518,;

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [6] NÃO PROCURADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [7] AUSENTE |
| [3] NÃO EXISTE NÚMERO | [8] FALECIDO |
| [4] DESCONHECIDO | [9] OUTROS |
| [5] RECUSADO | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Roberto C. B. de Oliveira
Matr.: 8.932.259-2
Carteiro

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE



sarmiento & silva
ADVOGADOS



ILUSTRÍSSIMO SENHOR COORDENADOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DA SENACON.

Resposta à Notificação nº 11/2020/CGEMM/DPDC/SENACON
Processo nº 08012.000403/2020-83

BANCO CETELEM S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 00.558.456/0001-71, com sede na Alameda Rio Negro, nº 161, 17º andar, Alphaville Industrial, Barueri – SP, CEP 06.454-000, por intermédio de seu advogado infrafirmado, constituído mediante instrumento de mandato em anexo, com endereço profissional indicado no rodapé e correio eletrônico juridico1@sarmentoessilva.com.br para o recebimento das comunicações referentes a este feito, vem, perante V.S.ª, prestar os devidos **ESCLARECIMENTOS** quanto ao teor da notificação tombada sob o número em epígrafe (recebida em 02 de março de 2020), o que faz conforme os fatos e fundamentos técnicos a seguir declinados.

I – DA NECESSÁRIA DELIMITAÇÃO DO OBJETO DA NOTIFICAÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA QUE ENSEJOU A PRESENTE MANIFESTAÇÃO: CARÁTER EXCLUSIVAMENTE INFORMATIVO E SEM QUALQUER IMPUTAÇÃO DE FATO INFRACIONAL ESPECÍFICO.

O processo administrativo que constitui os presentes autos foi instaurado com o objetivo de obter esclarecimentos a respeito da oferta e uso do cartão de crédito consignado pelos consumidores, o que pode ser sintetizado no seguinte parágrafo:



sarmiento & silva
ADVOGADOS



Cumprimentando-o cordialmente, informamos que a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, enquanto órgão responsável por coordenar a Política Nacional das Relações de Consumo, que tem entre seus princípios garantir a proteção e exercício dos direitos dos consumidores, bem como promover a harmonização nas relações de consumo e, tendo em vista a reunião realizada no dia 18/01/20 (ata em anexo) com representantes da Senacon, dos Procons, da Defensoria Pública, da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) sobre o cartão de crédito consignado, vem por meio desta notificação solicitar esclarecimentos a respeito da oferta e uso deste produto pelos consumidores. (grifei).

Neste diapasão, não se pode divergir de que o propósito do Ministério da Justiça, ao solicitar os esclarecimentos ao Banco Cetelem – e também às outras instituições financeiras que atuam com o cartão de crédito consignado - é encarecer uma atuação coordenada para a obtenção de resultados mais efetivos acerca da melhor utilização das funcionalidades do aludido produto.

II – DAS RESPOSTAS AOS QUESTIONAMENTOS ESPECÍFICOS

Pautando-se pelo seu firme propósito de colaborar com toda e qualquer investigação que objetive a melhoria das práticas comerciais com vistas à harmonização das relações de consumo e diante do grande respeito que nutre por este ilustre órgão público, o Banco Cetelem responderá as perguntas formuladas de forma concisa, tal como requerido, restando comprovada a plena regularidade de sua atuação e inexistência de qualquer infração consumerista.

De plano, é imprescindível salientar que o Banco Cetelem só concede o cartão de crédito consignado para beneficiários do INSS, justamente o Convênio que apresenta, dentre todos os outros, o mais rigor nas regras da oferta, visando à clareza e objetividade das informações prestadas aos consumidores, bem como contempla gravosas penalidades para eventuais infrações.

II. a) COMO É DADA A INFORMAÇÃO SOBRE O CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, DE MODO A DIFERENCIÁ-LO, NA OFERTA, DO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO?

De maneira geral, a depender da forma de contratação do produto, as informações sobre o cartão de crédito consignado são prestadas ao consumidor através dos canais de atendimento do banco inseridos em seu site, aplicativos e por meio dos correspondentes bancários, sem contar que,



sarmiento & silva
ADVOGADOS



antes da formalização, é exigida a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Esclarecido, documento redigido em apenas uma página, com fonte maior, linguagem coloquial e foto em tamanho real do próprio cartão de crédito, onde o cliente assevera ter plena ciência de que não está aderindo a um empréstimo, mas sim ao cartão de crédito consignado.

Os instrumentos de contratação do cartão consignado (proposta de adesão em anexo) são desenvolvidos de maneira específica, considerando as características peculiares deste produto e difere dos instrumentos relativos ao empréstimo consignado (CCB – Cédula de Crédito Bancário):

BANCO CETELEM S/A
CNPJ/MF: 00.558.456/0001-71
Alameda Rio Negro, nº 161, 17º Andar
Alphaville - CEP 06454-000
Barueri - São Paulo - Brasil




PROPOSTA DE ADESÃO – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO ("CARTÃO")

Ademais, deve ser pontuado que o cliente possui uma página específica com informações exclusivas do Cartão Consignado, qual seja: <https://www.cetelem.com.br/cartoes/cartao-credito/cartao-consignado-cetelem>.

Cartão Consignado Cetelem

Se você é aposentado e pensionista do INSS, ficou ainda mais fácil realizar suas compras.
Com o Cartão de Crédito Consignado Cetelem, você não paga taxa de anuidade e o pagamento mínimo é descontado diretamente no seu benefício.



JÁ É CLIENTE?

SIMULE E CONTRATE AQUI VIA WHATSAPP (11) 8444-8336

NOU LIMITE DISPONÍVEL

MAIS OPÇÕES

- DESBLOQUEIE SEU CARTÃO
- GERAR BOLETO
- TARIFAS E TAXAS
- CONTRATOS

Confira as vantagens:

- ✓ Saque em dinheiro nos caixas eletrônicos da rede Banco 24horas.
- ✓ Saque com depósito em conta corrente através do Cetelem Online (www.cetelem.com.br), APP Cetelem ou da Central de Relacionamento Cetelem.
- ✓ Não há cobrança de taxa de manutenção ou de anuidade.
- ✓ Até 20% de desconto em diversas lojas. [Clique aqui e conheça as promoções.](#)
- ✓ Aceito em milhares de estabelecimentos por todo o Brasil.
- ✓ Pagamento da fatura com valor mínimo descontado diretamente do seu benefício ou pagamento do valor do saldo restante através de boleto.
- ✓ Controle da fatura no Cetelem Online e APP Cetelem.

Crédito sujeito a prévia análise e aprovação. Consulte previamente o CET (Custo Efetivo Total).

SIMULE E CONTRATE AQUI VIA WHATSAPP (11) 8444-8336



sarmiento & silva
ADVOGADOS



Sem prejuízo das considerações acima, o Banco Cetelem informa que também cumpre, com extremo rigor, o conteúdo do art. 21-A da Instrução Normativa INSS nº 28/2008, que entrou em vigor em 1º de abril de 2019 e trouxe muito mais segurança jurídica para essas contratações, além de possibilitar uma diferenciação clara e inequívoca com o empréstimo consignado.

Trata-se do “Termo de Consentimento Esclarecido”, documento obrigatório onde o consumidor declara saber que está contratando um cartão de crédito e não um empréstimo consignado, bem como que está ciente da diferença das taxas de juros entre tais modalidades e que foi alertado que não deverá aguardar a quitação espontânea do débito, buscando quitar integralmente as faturas ou realizar a máxima amortização possível, diminuindo o saldo devedor sobre o qual incidirão juros e encargos de refinanciamento.

Banco Cetelem S/A
Alameda Rio Negro, 161, 17º andar
Alphaville Industrial, Barueri, SP
CEP: 06454-000



**TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO AO CARTÃO DE CRÉDITO
CONSIGNADO CETELEM**

Em cumprimento à sentença judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 106890-28.2015.4.01.3700, 3ª
Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, proposta pela Defensoria Pública da União.

Nome:	Número do benefício:
CPF:	Proposta:

Eu, CLIENTE, estou ciente que contratei um Cartão de Crédito Consignado e que:

Com o “Termo de Consentimento Esclarecido” integrando as contratações, é extremamente improvável que o consumidor incida em erro, diante da confissão clara, objetiva, expressa e inequívoca de ciência quanto à adesão ao cartão de crédito consignado, tornando muito mais eficiente e segura a atuação de instituições financeiras que operam com tal produto.

II. b) QUAL O PERCENTUAL ANUAL, NO PERÍODO DE 2016 A 2019, DE FRAUDES ENCONTRADAS NO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, SOBRETUDO QUANDO UTILIZAM OS DADOS DE OUTRA PESSOA PARA EMITIR O CARTÃO?

Os dados apresentados abaixo representam a quantidade de abertura de cartões de crédito consignados nos anos de 2016 a 2019 e a quantidade de fraudes reportadas nos anos correlatos. Analisemos os números representados no seguinte quadro, a fim de que se possam extrair algumas considerações inequívocas:



sarmiento & silva
ADVOGADOS



Abertura	Qtd_Cartões_Novos	Qtd_Fraude	%
2016	329.675	638	0,19%
2017	222.792	453	0,20%
2018	52.425	94	0,18%
2019	30.149	3	0,01%

Os dados acima demonstram uma acentuada queda tanto no número de contratações realizadas nos últimos 4 anos, bem como do percentual de ocorrências de fraude, o que comprova estatisticamente, de maneira muito clara e inquestionável, os reflexos benéficos oriundos do aperfeiçoamento da oferta do cartão de crédito consignado e de um maior rigor nas respectivas contratações, o que atingiu o seu ápice com a obrigatoriedade do Termo de Consentimento Esclarecido, já mencionado, que praticamente fulminou as alegações de vício de consentimento.

Logo, os eventuais problemas que constituem o objeto desta investigação estão sendo analisados “pelo retrovisor”, pois cada vez mais se distanciam – com grande aceleração – do ponto de visão atual da realidade do cartão de crédito consignado, tornando-se praticamente inexistentes no último ano, quando foi detectada apenas 1 fraude a cada 10.000 novas contratações, prova incontestada do aperfeiçoamento das práticas comerciais e da qualidade da oferta deste produto.

Norteados pela sua política de excelência no atendimento e máximo respeito aos seus clientes, o Banco Cetelem não fica feliz nem orgulhoso em informar que contabilizou o registro de 3 (três) ocorrências de fraude no ano de 2019, desejoso de que este número fosse zero, todavia, concentrando a análise desta estatística em cotejo com outros produtos bancários, é inquestionável que o cartão de crédito consignado não apresenta uma maior propensão a fraudes que os outros, a exemplo do cartão de crédito convencional.

II. c) QUAL A QUANTIDADE DE CONTRATOS VIGENTES DA MODALIDADE DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO A EMPRESA TEM NO BRASIL?

Atualmente, o Banco Cetelem possui 622.448 contratos de cartão de crédito ativos, assim entendidos como todos aqueles em que houve a reserva da margem consignável pelo consumidor para esta finalidade e foram emitidos e desbloqueados, encontrando-se aptos para uso, embora muitos destes jamais tenham sido utilizados para compras nem para saques.



sarmiento & silva
ADVOGADOS



Isso porque, para todo consumidor que titulariza um cartão de crédito consignado, há 4 (quatro) hipóteses possíveis relacionadas à sua utilização, quais sejam: a) uso só para compras; b) uso só para saques; c) uso misto (saque + compras); d) abstenção de uso, sendo esta última situação relativa aos clientes que não possuem operações em aberto, mas que podem, a qualquer instante, fazer uso do produto, pois possuem reserva de margem consignável em favor do Banco Cetelem, receberam o “plástico” em domicílio e promoveram seu respectivo desbloqueio.

Destarte, urge esclarecer que as análises estatísticas a seguir apresentadas levaram em consideração toda a base ativa de clientes do produto em referência, ainda que eventualmente eles não possuam operações em aberto (de compras ou saque) e, por consequência, não estejam recebendo faturas mensais, à míngua de qualquer débito existente.

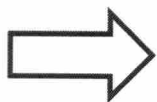
II. d) QUAL O PERCENTUAL AUAL, NO PERÍODO DE 2016 A 2019, DE CONTRATANTES DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO QUE USAM OU USARAM O CARTÃO PARA FAZER COMPRAS DE BENS E SERVIÇOS NO COMÉRCIO?

Abertura	Sem compras	Com compras	Total c/ Fatura	Compras (%)	Total Sem Fatura	% Sem Fatura
2016	289.854	34.521	324.375	10,64%	5.255	1,6%
2017	203.354	17.156	220.510	7,78%	2.215	1,0%
2018	47.444	4.127	51.571	8,00%	827	1,6%
2019	3.177	2.709	5.886	46,02%	23.806	80,2%

É facilmente perceptível o grande incremento do percentual de cartões de crédito consignado utilizados para compras no ano de 2019, o que reflete não apenas a maior informação ocasionada pela adoção obrigatória, desde abril p.p., do “Termo de Consentimento Esclarecido” no Convênio com o INSS (único em que o Banco Cetelem atua com este produto), mas também reflete o paulatino aperfeiçoamento de práticas comerciais internas, que primam pela conscientização dos correspondentes bancários e a adoção de um novo modelo remuneratório, que os deixou de comissionar exclusivamente com a concretização de um saque (mas também pela mera adesão ao produto), viabilizando a utilização típica do cartão de crédito para a realização de compras.



sarmiento & silva
ADVOGADOS



É importante salientar que, das informações acima indicadas, infere-se que mais de 80% (oitenta por cento) dos quase 30.000 (trinta mil) cartões de crédito consignados emitidos no ano de 2019 não realizaram qualquer transação, seja com compras ou saque puro, o que revela a ausência de assédio comercial e o pleno respeito do Banco Cetelem aos seus clientes, que são livres para utilizarem o aludido produto apenas se quiserem, quando quiserem e como quiserem.

II. e) QUAL O PERCENTUAL ANUAL, NO PERÍODO DE 2016 A 2019, DE CONTRATANTES QUE FAZ APENAS SAQUES EM DINHEIRO?

Abertura	Saque + Compra	Só Saque	Total	Saque (%)	Total Sem Fatura	% Sem Fatura
2016	34.931	289.444	324.375	89,23%	5.277	1,6%
2017	22.076	198.434	220.510	89,99%	2.247	1,0%
2018	4.134	47.437	51.571	91,98%	839	1,6%
2019	2.861	3.025	5.886	51,39%	23.911	80,2%

Perfeitamente em linha com os esclarecimentos prestados no tópico anterior, o aumento do percentual de utilização do cartão de crédito consignado com compras, por lógica e direta consequência, acabou repercutindo na acentuada redução do percentual em que tal produto era utilizado apenas para a obtenção de recursos financeiros por meio de saques.

II. f) QUAL O PERCENTUAL ANUAL, NO PERÍODO DE 2016 A 2019, DE CONTRATANTES QUE FEZ O SAQUE NO MOMENTO DA CONTRATAÇÃO E JÁ RECEBEU O VALOR NA CONTA?

Abertura	Não realizou o saque no momento da contratação	Realizou o saque no momento da contratação	Total	(%) Saque inaugural
2016	70.326	259.326	329.652	98,53%
2017	33.966	188.791	222.757	96,59%
2018	6.660	45.750	52.410	97,49%
2019	27.529	2.268	29.797	8,88%



sarmiento & silva
ADVOGADOS



II. g) O "SAQUE" PELO TELEFONE, SITUAÇÃO EM QUE É DEPOSITADA UMA QUANTIA NA CONTA DO CONSUMIDOR, TAMBÉM É OFERTADO DE MANEIRA ATIVA? O BANCO LIGA PARA OS CONSUMIDORES QUE JÁ POSSUEM O CARTÃO DE CRÉDITO E OFERECEM ESSE "SAQUE"?

Quando os clientes já possuem o cartão de crédito consignado e, portanto, já foram devidamente informados sobre as características do produto, pode ocorrer, sim, o contato ativo por telefone (mas jamais a contratação!), oportunidade em que a possibilidade de autorização do saque lhe é informada, juntamente com a taxa de juros, num *script* especialmente desenvolvido para afastar eventual confusão com a oferta de um empréstimo consignado.

Nesses termos, o Banco Cetelem faz o contato telefônico e os operadores devidamente treinados esclarecem ao cliente que ele possui um limite de saque referente ao cartão consignado. O cliente, então, tem a opção de, assim desejando, solicitar a operação de saque (num cartão de crédito previamente contratado), conforme a sua livre vontade. É interessante reforçar que, em nenhuma hipótese, por meio de uma ligação telefônica, o consumidor pode contratar uma operação de cartão de crédito consignado com o Banco Cetelem, mas apenas autorizar o saque, caso já tenha aderido a este produto por outros meios, seja de forma presencial, na rede de correspondentes bancários, ou de forma digital.

II. h) QUAL O PERCENTUAL ANUAL, NO PERÍODO DE 2016 A 2019, DE CONTRATANTES QUE PAGARAM INTEGRALMENTE AS FATURAS DO VALOR REMANESCENTE DO DESCONTO EM FOLHA?

Abertura	Com "Refin"	Sem "Refin"	Total c/ Fatura	% Pagamento Integral	Total s/ Fatura	% Sem Fatura
2016	257.440	66.935	324.375	20,64%	5.277	1,6%
2017	204.348	16.162	220.510	7,33%	2.247	1,0%
2018	48.548	3.023	51.571	5,86%	839	1,6%
2019	2.460	3.426	5.886	58,21%	23.911	80,2%

Novamente, faz-se necessário esclarecer que, em todas as respostas anteriores, o Banco Cetelem levou em consideração o universo de cartões ativos, assim entendidos como todos aqueles aptos a realizarem operações, embora possam jamais terem-nas realizado, seja a título de compras ou saques. Entretanto, por questão de lisura, como este questionamento destina-se a apurar o



número de faturas pagas sem refinanciamento, não seria cabível incluir neste cálculo aqueles consumidores que, por não estarem utilizando o cartão de crédito consignado, não receberam fatura (mais de 80%). Isso significa que o percentual de 58,21% acima informado significa que, dos quase 30.000 contratos celebrados no ano de 2019, apenas 5.886 o utilizaram o produto e, dentre estes, mais de 3.400 adimpliram a fatura integralmente.

II. j) QUAL O PERCENTUAL ANUAL, NO PERÍODO DE 2016 A 2019, DE CONTRATANTES QUE FIZERAM SO APENAS DE SAQUES EM DINHEIRO PAGARAM INTEGRALMENTE A FATURA?

Abertura	Saque com "Refin"	Saque sem "Refin"	Total c/ Fatura	Percentual que pagam integralmente
2016	258.171	66.204	324.375	20,41%
2017	205.143	15.367	220.510	6,97%
2018	48.933	2.638	51.571	5,12%
2019	4.354	1.532	5.886	26,03%

O mesmo raciocínio desenvolvido no tópico anterior também se aplica à presente resposta, deixando-se claro que o percentual geral de liquidação integral da fatura é maior quando o cartão é utilizado para compras e saques do que quando usado exclusivamente para esta segunda funcionalidade, embora ainda em relação ao "saque puro" tenha sido bastante significativo o aumento do percentual registrado em 2019, em comparação aos anos anteriores.

II. j) QUAL O PRAZO PARA EMISSÃO DO CARTÃO APÓS A CONTRATAÇÃO?

A emissão acontece em até dois dias após a formalização do contrato.

II. k) QUAIS OS MECANISMOS DE VERIFICAÇÃO DO RECEBIMENTO DO CARTÃO PELOS CONTRATANTES DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO?

O fluxo de envio do cartão de crédito desde a solicitação, recebimento e desbloqueio pelo cliente é feito de maneira automatizada ("TRACK CARTÃO"), salientando-se que todas as postagens são realizadas com AR (aviso de recebimento).



II. l) QUAL O PERCENTUAL ANUAL, NO PERÍODO DE 2016 A 2019, DE CARTÕES BLOQUEADOS PARA USO?

Ano de abertura	Bloqueado	Desbloqueado	Quantidade total	Percentual
2016	241.069	88.583	329.652	26,87%
2017	180.585	42.172	222.757	18,93%
2018	42.505	9.905	52.410	18,90%
2019	25.276	4.521	29.797	15,17%

II. m) QUAL O PERCENTUAL ANUAL, NO PERÍODO DE 2016 A 2019, DE RECLAMAÇÕES A RESPEITO DO NÃO RECEBIMENTO DO CARTÃO?

Cartão Consignado/Assuntos	Percentual Ouvidoria		
	2017	2018	2019
Não Recebimento de cartão	3%	4%	4%

Deve ser destacado que o Banco Cetelem passou a recepcionar, por meio da sua ouvidoria, as reclamações sobre o cartão de crédito consignado a partir do ano de 2017, de modo que o percentual fornecido não inclui o ano de 2016. No que tange à central de atendimento (*contact center*) seguem abaixo os números:

Cartão Consignado/Assuntos	Percentual do Contact Center			
	2016	2017	2018	2019
Não Recebimento de cartão	0,3%	0,4%	0,4%	0,0%

II. n) EM CASO DE NÃO RECEBIMENTO DO CARTÃO, QUAL O PRAZO PARA SEU CANCELAMENTO E EMISSÃO DE UM NOVO?

Se acaso o cliente não receber o cartão após 3 (três) tentativas, a transportadora comunicará à instituição financeira sobre o estado de entrega e o banco, por sua vez, entra em



sarmiento & silva
ADVOGADOS



contato com o cliente via SMS, dando-lhe ciência do fato. O cliente, em um prazo de 30 dias, poderá solicitar alteração de endereço para uma nova entrega do mesmo cartão. Após o respectivo período, a transportadora informará à instituição financeira sobre os cartões que tiveram insucesso na entrega e, desse modo, será solicitado à transportadora a destruição do produto.

É importante elucidar que a emissão de um novo cartão é gerada com a solicitação expressa do cliente nos canais de atendimento em até 6 (seis) meses. Após tal período, o cartão é cancelado por inatividade.

II. o) QUAL O PERCENTUAL ANUAL, NO PERÍODO DE 2016 A 2019, DE CONTRATANTES DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO QUE FAZ A OPÇÃO DE RECEBIMENTO DA FATURA POR E-MAIL?

Ano Abertura	Cliente que não optou pelo envio da fatura por e-mail	Cliente que optou pelo envio da fatura por e-mail	Total	Percentual
2016	297.602	32.050	329.652	9,72%
2017	197.918	24.839	222.757	11,15%
2018	46.425	5.985	52.410	11,42%
2019	28.408	1.389	29.797	4,66%

II. p) QUAL O PERCENTUAL ANUAL, NO PERÍODO DE 2016 A 2019, DE RECLAMAÇÕES A RESPEITO DO NÃO RECEBIMENTO DA FATURA?

Cartão Consignado/Assuntos	Percentual Ouvidoria		
	2017	2018	2019
Não Recebimento de fatura	3%	7%	7%

Deve ser destacado que o Banco Cetelem passou a recepcionar, por meio da sua ouvidoria, as reclamações sobre o cartão de crédito consignado a partir do ano de 2017, de modo que o percentual fornecido não inclui o ano de 2016. No que tange à central de atendimento (*contact center*) seguem abaixo os números:



sarmiento & silva
ADVOGADOS



		Percentual Contact Center		
Cartão Consignado/Assuntos	2016	2017	2018	2019
Não Recebimento de fatura	1,4%	5,0%	11,1%	5,5%

II. q) QUAL O PERCENTUAL ANUAL, NO PERÍODO DE 2016 A 2019, DE CONTRATANTES DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO QUE APRESENTOU RECLAMAÇÕES SOBRE LANÇAMENTOS INDEVIDOS NA FATURA DO CARTÃO?

		Percentual Contact Center		
Cartão Consignado/Assuntos	2016	2017	2018	2019
Contestação de Compra	0,9%	0,7%	1,1%	0,7%

		Percentual Ouvidoria		
Cartão Consignado/Assuntos	2017	2018	2019	
Contestação de Compra	1%	2%	1%	

II. r) QUAL O PERCENTUAL ANUAL, NO PERÍODO DE 2016 A 2019, DE CONTRATANTES DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO QUE REALIZOU NOVO SAQUE APÓS O PRIMEIRO?

Abertura	(0 ou 1 Saque)	(2 ou mais Saques)	Qtd. Total	Percentual
2016	274.256	55.396	329.652	16,80%
2017	201.828	20.929	222.757	9,40%
2018	48.002	4.408	52.410	8,41%
2019	28.969	828	29.797	2,78%

II. s) QUAL A MÉDIA DE NOVOS SAQUES EFETUADOS PELOS CONTRANTES DE CARTÃO DE CRÉDITO COSIGNADO?

Abertura	Quantidade. Saque (Exceto Abertura)	Quantidade. Contratantes Saque	Média Saques
----------	-------------------------------------	--------------------------------	--------------



sarmiento & silva
ADVOGADOS



2016	233.901	51.362	4,55
2017	49.862	18.848	2,65
2018	8.996	3.632	2,48
2019	3.257	1.727	1,89

II. t) QUAL O PERCENTUAL, NO PERÍODO DE 2016 A 2019, DE CONTRATANTES DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO QUE SOLICITOU O CANCELAMENTO?

Abertura	Solicitou cancelamento do Cartão	Total	Percentual
2016	11.413	329.652	3,46%
2017	3.871	222.757	1,74%
2018	977	52.410	1,86%
2019	2.330	29.797	7,82%

II. u) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO

A título de colaboração com este Ilustre órgão público e após os devidos esclarecimentos, o Banco Cetelem tecerá considerações sobre o produto cartão de crédito consignado.

Percebe-se que uma das preocupações do Senacon é sobre o cumprimento do dever de informação e com a distinção em face do empréstimo consignado. Com efeito, o cartão de crédito consignado é operação completamente distinta do empréstimo consignado, não se podendo exigir que seus contornos operacionais sejam idênticos.

No empréstimo, é contratada a disponibilização de um montante específico, a ser adimplido num número pré-determinado de parcelas com valor fixo, estipulando-se a data exata do início e término dos descontos.



sarmiento & silva
ADVOGADOS



Por seu turno, a essência do cartão de crédito é conceder ao seu titular a possibilidade de adimplir todas as operações realizadas ao longo de um período de apuração numa única data futura. Logo, as obrigações contratadas por meio do cartão de crédito são, em regra, de execução diferida, importando apenas na concessão de prazo para pagamento e não num parcelamento. Assim, dentro da utilização típica do produto, cada fatura emitida pressupõe o pagamento integral na data de seu vencimento.

Apenas de forma excepcional, como pacto acessório à operação de cartão de crédito, prevê-se que o valor inadimplido numa fatura seja lançado na do mês subsequente, com acréscimo de juros. A expectativa do credor é a de que todas as transações realizadas por meio do cartão de crédito sejam quitadas na data de vencimento da fatura. Todavia, como não se pode exigir a realização do adimplemento total, o prazo de quitação do débito depende do fluxo de pagamentos realizados. Obviamente, quanto maior for o percentual amortizado, em relação ao total da fatura, mais rápida será a quitação e menor será a incidência de juros, pela redução do montante sobre o qual eles se aplicam.

Destarte, se compete à estrita discricionariedade do consumidor o pagamento da fatura em qualquer percentual entre o valor mínimo (já consignado automaticamente em folha) e o valor total, e a cada mês ele tem a oportunidade de quitar integralmente seu débito, é impossível, para o credor, precisar a data final da liquidação, até mesmo porque, repise-se, não se trata de um empréstimo.

É de bom alvitre destacar, ainda, que a constituição da reserva de margem consignável ocorre somente após a solicitação formal (por escrito ou meio eletrônico) firmada pelo próprio titular do benefício e o seu cancelamento pode ocorrer a qualquer tempo, independentemente de seu adimplemento contratual. Se houver algum débito no momento do cancelamento, o usuário pode optar pelo pagamento integral ou por meio de descontos consignados.

Outro ponto a ser elucidado, é que o Banco Cetelem não oferece o serviço de cartão de crédito consignado de forma aleatória, eis que há um arcabouço jurídico estipulado por entidades e



sarmiento & silva
ADVOGADOS



órgãos competentes que disciplinam de forma específica, de modo que todos os bancos deverão seguir com rigor os preceitos legais.

Sobre este ponto, o Superior Tribunal de Justiça tem julgado recente acerca da possibilidade de contratação do cartão de crédito consignado. Em acórdão publicado em 05/11/2019, o Ministro Luis Felipe Salomão entendeu pela legalidade desse tipo de operação. Eis a elucidativa ementa:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. EQUIPARAÇÃO AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. NÃO CABIMENTO. CONTRATAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO LEGÍTIMA. REVISÃO DESSE ENTENDIMENTO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Conforme assentado no acórdão recorrido, o contrato em questão não induz à conclusão de que seu objeto seria de empréstimo consignado, sujeito às menores taxas de juros do mercado. Diante disso não há como acolher a pretensão da parte autora de limitação da taxa de juros remuneratórios pela taxa média de mercado aplicada ao empréstimo pessoal consignado público, uma vez que a contratação cartão de crédito em questão se mostra legítima, tendo efetivamente utilizado do serviço contratado.

2. Para desconstituir a convicção formada pelas instâncias ordinárias a esse respeito, far-se-ia necessário incursionar no substrato fático-probatório dos autos, bem como na interpretação de cláusula contratual, o que é defeso a este Tribunal nesta instância especial, conforme se depreende do teor dos Enunciados sumulares n.5 e 7 do STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1518630/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/2019, DJe 05/11/2019 – Grifei)

Nessa ordem de ideias, por determinação legal, como demonstrado, o cliente é amplamente informado sobre o fato de estar contratando um cartão de crédito consignado, inclusive com a assinatura do Termo de Consentimento Esclarecido.

III – CONSIDERAÇÕES FINAIS E REQUERIMENTOS

Ante o exposto, visando colaborar com os trabalhos nobremente exercidos por este respeitável órgão público e em atenção ao que lhe fora requisitado, o Banco Cetelem atende, de forma tempestiva e adequada, a todos os questionamentos formulados.



sarmiento & silva
ADVOGADOS





Renovando os votos de elevada estima e mais alta consideração, o Banco Cetelem coloca-se ao inteiro dispor para sanar eventuais dúvidas que possam não ter sido satisfatoriamente elucidadas e prestar quaisquer esclarecimentos complementares que se afigurem necessários.

Por fim, requer para que todas as comunicações relativas a este procedimento administrativo sejam dirigidas ao Bel. DJALMA SILVA JÚNIOR, inscrito na OAB/SP sob o nº 368.437, através do endereço eletrônico: juridico1@sarmientoesilva.com.br.

Nestes termos, pede juntada e deferimento.

Brasília-DF, 16 de março de 2020.


DJALMA SILVA JÚNIOR
OAB/BA 18.157
OAB/SP 368.437


OAB / DF 56722

SUBSTABELECIMENTO DE MANDATO, COM RESERVA DE IGUAIS PODERES

PROCESSO Nº: 08012.000403/2020-83

REQUERENTE: SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

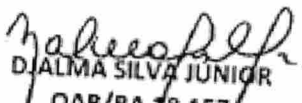
REQUERIDO: BANCO CETELEM S/A

JUÍZO: DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DA COMARCA DE BRASÍLIA - DF

Pelo presente instrumento, os bacharéis DJALMA SILVA JÚNIOR, brasileiro, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 217.188 e OAB/SP sob o nº 368.437 e MANUELA SARMENTO, brasileira, casada, inscrita na OAB/BA sob o nº 18.454, ambos com endereço profissional estabelecido na Av. Antônio Carlos Magalhães, nº 3.244, conj. 820, Ed. Empresarial Thomé de Souza, Pituba, Salvador – Bahia, substabelecem, com reserva de iguais, os poderes de mandato que lhe foram outorgados por **BANCO CETELEM S/A**, ao causídico EDUARDO ROHAN GOMES SOUZA, inscrito na OAB/DF, sob o nº 56.722, estando apto a promover a sua legítima representação nos autos do processo tombado sob o número em epígrafe e em trâmite perante este respeitável órgão para realizar protocolo.

Por fim, protesta que todas as comunicações processuais relativas a este procedimento administrativo sejam dirigidas ao Bel. **DJALMA SILVA JÚNIOR**, inscrito na OAB/SP nº 368.437, sob a pena de nulidade, cujo nome deve constar na capa dos autos e no sistema informatizado de informações processuais.

De Salvador – BA para BRASÍLIA - DF, 16 de março de 2020.


DJALMA SILVA JÚNIOR
OAB/BA 18.157
OAB/SP 368.437

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

BANCO CETELEM S/A, empresa com sede na Alameda Rio Negro, nº 161, 17º andar, Alphaville, CEP: 06454-000 – Barueri/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.558.456/0001-71, representado neste ato na forma de seus atos societários, por seu Diretor Presidente, **ANTÔNIO NUNO HENRIQUES CARDOSO VERÇAS**, português, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade V562683-O (RNE), inscrito no CPF/MF sob nº 233.462.078-54, com endereço comercial em Barueri (SP) na Alameda Rio Negro nº 161, 17º andar, Alphaville – CEP 06454-000, nomeia e constitui como seus bastantes procuradores os Dr.(s):

OUTORGADOS:

DJALMA SILVA JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito junto à OAB/SP sob nº 368.437 e perante a OAB/BA sob o nº 18.157 e **MANUELA SARMENTO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/BA sob o nº 18.454, sócios do escritório **SARMENTO E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.264.388/0001-87 e registrada na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia, sob o nº 1.336/2004, com sede estabelecida na Avenida Antônio Carlos Magalhães, nº 3.244, Ed. Empresarial Thomé de Souza, 8º andar, Pituba, Salvador - Bahia, CEP 41.800-700, a quem confere os seguintes poderes:

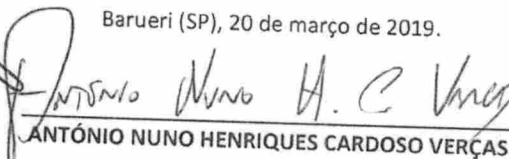
PODERES:

- (1) Representar a Outorgante perante quaisquer órgãos públicos ou privados, especialmente órgãos de fiscalização e da administração pública no âmbito federal, estadual ou municipal, autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais e, ainda, perante quaisquer instituições financeiras, inclusive o Banco Central do Brasil, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Justiça, podendo, para tanto, requerer, tomar ciência, reclamar, assinar formulários, firmar carta de preposição, bem como praticar todos os atos necessários para o exercício deste mandato; e
- (2) Confere, também, amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula *ad-judicia et extra*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-la nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, indicar prepostos, podendo os outorgados, inclusive, substabelecer com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

VALIDADE:

A presente procuração terá prazo indeterminado a partir da data de sua assinatura.

Barueri (SP), 20 de março de 2019.


ANTÔNIO NUNO HENRIQUES CARDOSO VERÇAS
Diretor Presidente



N.º 0023/2019

Banco Cetelem | Procuração Jurídico - SARMENTO E SILVA

Página 1 de 1

BANCO CETELEM S.A.
CNPJ nº 00.558.455/0001-71
NIRE 35.300.465.971

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2016.**

DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 20 de Abril de 2016, às 9:00 horas, na sede social do Banco Cetelem S.A., na Alameda Rio Negro, 161, 17º andar, Bairro Alphaville, Barueri, São Paulo, CEP 06454-000.

CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação prévia em razão da presença da única acionista, conforme disposição do §4º, do art. 124 da Lei 6.404/76.

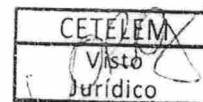
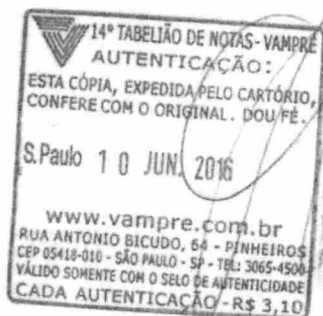
PRESENÇA: Acionista da sociedade representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante no "Livro de Presença de Acionistas".

MESA: **Presidente:** António Nuno Henrique Cardoso Verças e **Secretário:** Antonio Carlos La Gamba Pajoli.

ORDEM DO DIA:

- (a) Incluir no Capítulo IX – Ouvidoria, novos Artigos 25, 26 e 27, que disporão, de forma expressa, a respeito dos critérios de designação, destituição e atribuições do Ouvidor, com a consequente renumeração dos artigos seguintes;
- (b) aperfeiçoar a redação do parágrafo 2º do antigo Artigo 25 do Estatuto Social, ora renumerado para Artigo 28, em atendimento ao contido no inciso III - b do Artigo 9º da Resolução nº 4.433, de 23.07.2015;
- (c) alterar o inteiro teor da redação do antigo Artigo 26 do Estatuto Social, ora renumerado para Artigo 29 em atendimento ao disposto no Artigo 3º da Resolução nº 4.433, de 23.07.2015;
- (d) alterar o inteiro teor da redação antigo Artigo 27, ora renumerado para Artigo 30 em atendimento ao disposto no Artigo 6º da Resolução nº 4.433, de 23.07.2015, que trata das atividades da Ouvidoria;
- (e) aprovar a nova redação consolidada do Estatuto Social.

DELIBERAÇÕES: foram aprovadas pela única acionista as seguintes matérias, constantes da Ordem do Dia:



ATENÇÃO: Este documento foi autenticado
e enviado ao Banco Central do Brasil em processo
regular de autenticação e registro nos livros
públicos, sendo de cada título 1 parte.
OBSERVAÇÃO: A autenticação do sistema VAMPRE
Cadastra o titular em 100% - 2

Mauro Pereira de Oliveira
Ass: 1074

14º TABELÃO - VAMPRE
ANA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA
ESCREVENTE AUTORIZADA
SÃO PAULO - CAPITAL

14º TABELÃO DE NOTAS - VAMPRE
AUTENTICAÇÃO:
ESTA CÓPIA, EXPEDIDA PELO CARTÓRIO,
CONFERE COM O ORIGINAL. DOU FÉ.

Paulo 10 JUN. 2016

www.vampre.com.br

UA ANTONIO BICUDO, 64 - PINHEIROS
CEP 05418-010 - SÃO PAULO - SP - TEL: 3065-4500
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
CADA AUTENTICAÇÃO - R\$ 3,10

111229 / 1074
AUTENTICAÇÃO
1047BB0734291

(a) a inclusão no Capítulo IX – Ouvidoria, de novos Artigos 25, 26 e 27, para dispor, de forma expressa, a respeito dos critérios de designação e destituição do Ouvidor, bem como de suas atribuições, renumerando-se os artigos seguintes. Desta forma, estes novos artigos passarão a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 25 – O Ouvidor será designado pela Diretoria da Sociedade mediante processo de contratação interno ou externo, por prazo indeterminado, em decorrência da capacitação para a função. A designação deve ser registrada em ata e dada a devida ciência para o Comitê de Auditoria da Sociedade.

Parágrafo Único – O Ouvidor poderá ser destituído de suas funções por decisão da Diretoria da Sociedade, em decorrência da perda de vínculo funcional com a Sociedade, alteração de função, conduta ética incompatível com a função ou demais práticas e condutas que justifiquem a destituição, cujo ato deverá ser registrado em ata e dada a devida ciência para o Comitê de Auditoria da Sociedade.

Artigo 26 – O Ouvidor é um profissional cuja função deve ser desempenhada com imparcialidade, intermediando a solução de conflitos, visando afirmar a credibilidade desta Sociedade, valendo-se para isso da rede de relacionamentos internos e externos.

Artigo 27 – São atribuições do Ouvidor:

- I. conhecer e compreender as Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) aplicáveis a esta Sociedade, bem como ter conhecimento do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), sendo capaz de transformar possíveis litígios em oportunidades de solução e fidelização;
- II. desenvolver e aplicar técnicas de Negociação, Conciliação e Mediação de conflitos, visando transformar a Reclamação e o Atrito em oportunidades de inovação e mudança;
- III. identificar os valores e características necessários para estruturar e implantar uma Ouvidoria com excelência."

(b) o aperfeiçoamento da redação do parágrafo 2º do antigo Artigo 25 do Estatuto Social, ora renumerado para Artigo 28, em atendimento ao contido no inciso III-b do Artigo 9º da Resolução nº 4.433, de 23.07.2015 passando a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 28

Parágrafo 2º - A Sociedade deverá assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições."



ATESTAMOS que este documento foi promovido
a exame do Serviço Controlador do Brasil em processo
regular e a manifestação e respeito dos atos
praticados contra os quais emitida a parte
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gestão Técnica em São Paulo - B

Moder Passos da Silveira
ANALISTA



(c) a alteração do inteiro teor da redação do antigo Artigo 26 do Estatuto Social, ora renumerado para Artigo 29, para fazer constar as atribuições da Ouvidoria, em atendimento ao disposto no Artigo 3º da Resolução nº 4.433, de 23.07.2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 29 - São atribuições da Ouvidoria:

I. prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Sociedade;

II. atuar como canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e

III. informar à diretoria da Sociedade a respeito das atividades de Ouvidoria."

(d) a alteração do inteiro teor do antigo Artigo 27, ora renumerado para Artigo 30, para fazer constar as atividades da Ouvidoria, em atendimento ao disposto no Artigo 6º da Resolução nº 4.433, de 23.07.2015, passando o novo artigo a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 30- São atividades da Ouvidoria:

I. atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;

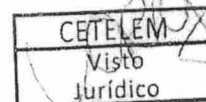
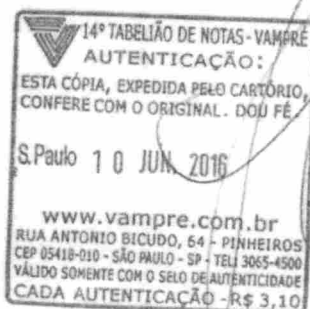
II. prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não pode ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;

III. encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto no item anterior;

IV. manter a diretoria da Sociedade, informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Sociedade para solucioná-los; e

V. elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao comitê de auditoria e à diretoria da Sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela ouvidoria no cumprimento de suas atribuições."

(e) a consolidação do Estatuto Social da Sociedade, que passa a fazer parte integrante desta Ata, para os fins e efeitos legais, como Anexo I.



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regulado a sua autenticação e respeito dos atos
praticados perante de carta autônoma e parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Quadrante - Caixa em São Paulo - B

Mede: Pessoa da Silveira
ANALISTA

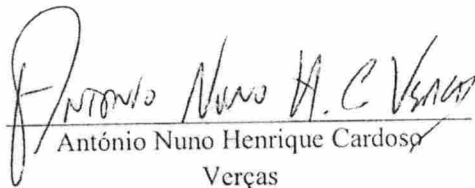


ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes.

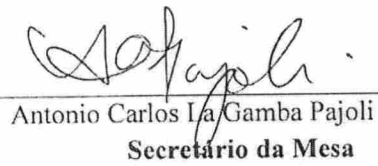
ACIONISTA PRESENTE: Cetelem América Ltda., neste ato representada pelo seu Diretor Vice-Presidente Antônio Nuno Henrique Cardoso Verças.

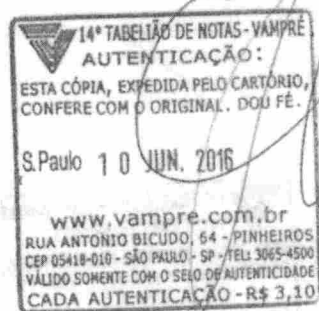
Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio.

Barueri (SP), 20 de Abril de 2016.


Antônio Nuno Henrique Cardoso
Verças

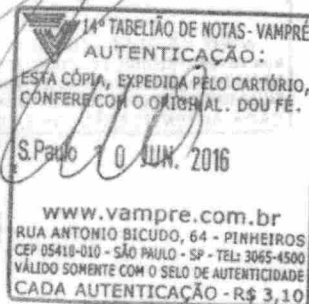
Presidente da Mesa


Antonio Carlos La Gamba Pajoli
Secretário da Mesa



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco/Central do Sinal em processo
regular e a manifestação e respeito dos atos
praticados contra de carte emitidos á parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Geral em São Paulo - II

Heber Pestosa da Silva
ANALISTA



ANEXO I
ESTATUTO SOCIAL

BANCO CETELEM S.A.
CNPJ nº 00.558.456/0001-71
NIRE 35.300.465.971

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE, FORO E PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 1º - O **BANCO CETELEM S.A.**, é uma Sociedade anônima, que se regerá pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis e pelo presente Estatuto Social.

Artigo 2º - A Sociedade tem sede e foro na cidade de Barueri, estado de São Paulo e, observadas as prescrições legais e regulamentares, poderá abrir e extinguir agências, dependências ou filiais em qualquer ponto do País, por deliberação e critério da Diretoria.

Artigo 3º - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

Artigo 4º - A Sociedade tem por objeto social a pratica de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas carteiras autorizadas – Comercial e de Crédito, Financiamento e Investimento e, ainda, a carteira de Câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

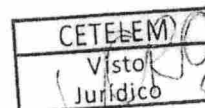
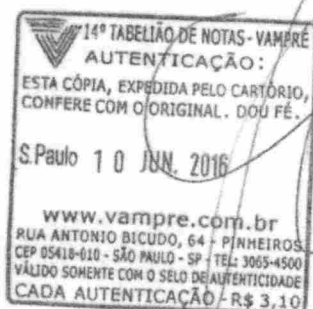
CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O Capital Social é de R\$ 905.165.792,00 (novecentos e cinco milhões, cento e sessenta e cinco mil e setecentos e noventa e dois reais), dividido em 905.165.792 (novecentas e cinco milhões, cento e sessenta e cinco mil e setecentas e noventa e duas) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo 1º - Cada ação dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - As ações, indivisíveis perante a Sociedade, não serão representadas por cautelares provisórias ou por certificados, presumindo-se a respectiva propriedade pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Sociedade.

Parágrafo 3º - A transferência das ações operar-se-á por termo lavrado no livro de transferência de ações nominativas, datado e assinado pelo cedente e pelo cessionário, ou por seus legítimos representantes ou procuradores.



1

ATESTAMOS que este documento foi recebido
e arquivado de acordo com o Brasil em processo
regular e a autenticação a respeito dos atos
praticados dentro de nossa entidade é parte
OBRIGATORIA de CONSERVAÇÃO DE SISTEMAS-CONTÁBIL
Genérica, Tabela em São Paulo - SP

Heber Pezoso da Silva
ANALISTA



CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 6º - A Assembleia Geral realizar-se-á ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses, após o término do exercício social, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses o exigirem, quando convocada pelo Conselho Fiscal, se em funcionamento, ou pelos acionistas na forma da lei.

Parágrafo 1º - Os acionistas poderão participar das Assembleias Gerais por meio de videoconferência, conferência telefônica ou outro meio de comunicação que permita assegurar a identificação do acionista e a participação efetiva e a autenticidade do seu voto, que será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida assembleia.

Parágrafo 2º - As deliberações das assembleias, ressalvadas as exceções legais, serão tomadas pelos votos representativos da maioria das ações.

Parágrafo 3º - As atas das reuniões das Assembleias Gerais e as deliberações serão registradas em livro próprio.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7º - A Sociedade será administrada por uma Diretoria na forma da Lei e deste Estatuto Social.

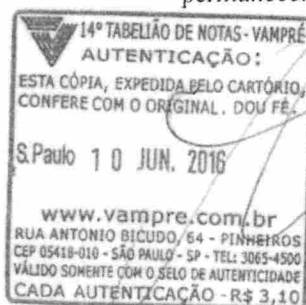
Parágrafo 1º - A Assembleia Geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência, reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Parágrafo 2º - A Sociedade procederá obrigatoriamente renovação anual do Seguro de Responsabilidade Civil dos Diretores e Administradores (D&O).

CAPÍTULO V DIRETORIA

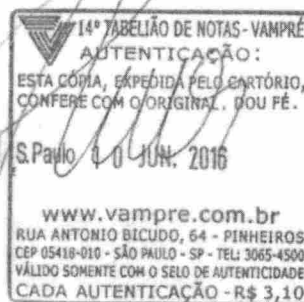
Artigo 8º - A Diretoria será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, de 7 (sete) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Vice-Presidente e os demais designados Diretores, sem designação especial.

Parágrafo 1º - O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos, podendo haver reeleição, permanecendo, entretanto, os Diretores em seus cargos até a data da posse da nova Diretoria.



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados por este de cara emitida a parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gestão / Setor em São Paulo - SP

Heber Paschoa da Silveira
ANALISTA



Parágrafo 2º - Em caso de vaga de qualquer dos cargos de Diretores, ou impedimento do titular, caberá à Assembleia Geral eleger o novo Diretor, cujo mandato deverá coincidir com o dos demais Diretores.

Parágrafo 3º - Nos seus impedimentos, faltas ou ausências temporárias, os Diretores impedidos ou faltantes, indicarão os seus respectivos substitutos, que deverão, necessariamente, serem também Diretores.

Artigo 9º - Compete à Diretoria exercer as atribuições que a Lei o Estatuto Social lhe conferirem para os atos necessários ao funcionamento regular da Sociedade.

Artigo 10 - A Diretoria, presidida pelo Diretor Presidente, reunir-se-á sempre que necessário, na Sede da Sociedade e suas deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, cabendo a convocação ao próprio Diretor Presidente, que também presidirá a reunião, a quem caberá o voto de qualidade no caso de empate de votação.

Artigo 11 - As atas das reuniões de Diretoria e as deliberações serão registradas em livro próprio.

Artigo 12 - A Diretoria terá amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e a realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto da Sociedade, e poderá, inclusive, contratar empréstimos, renunciar a direitos e transigir, dar caução e, bem assim, adquirir, alienar, hipotecar e, de qualquer forma, onerar bens imóveis da Sociedade.

Artigo 13 - Compete ao Diretor Presidente:

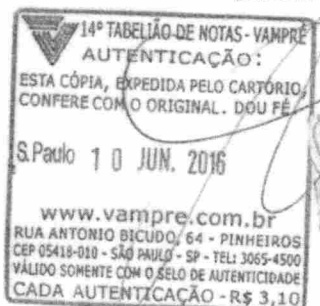
- a) exercer a supervisão de todos os negócios e operações da Sociedade;
- b) representar a Sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimentos;
- c) criar e suprimir cargos, contratar, promover, suspender, demitir, fixar vencimentos e gratificações e determinar a competência dos funcionários;
- d) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria;
- e) cumprir e fazer cumprir os estatutos sociais, assim como as resoluções das Assembleias Gerais.

Artigo 14 - Compete ao Diretor Vice-Presidente:

- a) exercer a supervisão de todos os negócios e operações da Sociedade;
- b) representar a Sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimentos.

Artigo 15 - Compete aos Diretores sem designação especial:

- a) auxiliar o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente na administração geral dos negócios sociais;
- b) desincumbir-se das tarefas que lhes forem cometidas pelo Diretor Presidente ou Diretor Vice-Presidente.



3

Atestamos que este documento foi submetido
a exame do Laboratório de Análise de Documentos
regulador da autenticação e controle dos atos
praticados por esta cartoria a partir
da data de 10/06/2016, quando foi realizada a
análise e controle dos atos praticados.

Habor Pereira da Silva
ANALISTA



Artigo 16 - A Sociedade somente poderá assumir quaisquer obrigações mediante assinatura:

- a) do Diretor Presidente ou do Diretor Vice-Presidente isoladamente;
- b) de 2 (dois) Diretores sem designação especial em conjunto;
- c) de um Diretor sem designação especial em conjunto com procurador com expressos e especiais poderes;
- d) de 1 (um) procurador, isoladamente, com expressos e específicos poderes.

Artigo 17 - Para a outorga de procurações, a Sociedade deverá ser representada isoladamente pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Vice-Presidente ou por qualquer 2 (dois) dos outros Diretores sem designação especial em conjunto. As procurações outorgadas em nome da Sociedade, exceção das que conferem poderes "ad-judicia", deverão especificar os poderes conferidos para assinatura em conjunto e/ou isoladamente, bem como, conter prazo de validade definido.

Artigo 18 - Para alienar, ceder, hipotecar, permutar ou onerar os bens da Sociedade, a Sociedade será representada por 2 (dois) Diretores, sendo obrigatória a presença do Diretor Presidente ou do Diretor Vice-Presidente.

Artigo 19 - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao seu objeto social, tais como fianças, avais, endossos, ou quaisquer garantias, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral.

Artigo 20 - À Diretoria, nos exatos termos do presente Estatuto Social, compete representar a Sociedade, zelar pelo cumprimento e execução das normas estatutárias, organizar e apresentar à Assembleia Geral as demonstrações financeiras previstas em lei e a proposta de destinação do resultado do exercício, depois de submetê-las ao Conselho Fiscal, se em funcionamento.

CAPÍTULO VI CONSELHO FISCAL

Artigo 21 - A Sociedade terá um Conselho Fiscal, de caráter não permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não residentes no País, devendo sua eleição e instalação obedecer aos preceitos da legislação pertinente.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal, quando eleito e instalado, terá a incumbência atribuída por lei e a remuneração de seus membros efetivos será fixada pela Assembleia Geral que o eleger, de acordo com a lei.

CAPÍTULO VII COMITÊ DE AUDITORIA



4

ATESTAMOS que este documento foi submetido
à exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e manifestamos a respeito dos atos
praticados com a os esta omitida a parte.
OFICINA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Governo do Brasil em São Paulo - II

Heber Pessoa da Silveira
ANALISTA



Artigo 22 - O Comitê de Auditoria será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento por parte da Sociedade das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor.

Parágrafo 1º - O Comitê de Auditoria será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos pela Assembleia Geral dentre os Diretores da Sociedade, devendo pelo menos um deles possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria, designado Especialista.

Parágrafo 2º - Os membros eleitos para o Comitê de Auditoria terão mandato por prazo indeterminado.

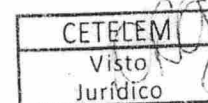
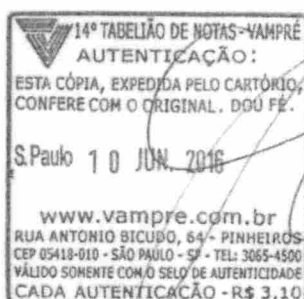
Parágrafo 3º - A destituição dos membros do Comitê de Auditoria depende de deliberações tomadas pela Assembleia Geral.

Parágrafo 4º - Os membros do Comitê de Auditoria poderão participar das reuniões do Comitê por meio de videoconferência, conferência telefônica ou outro meio de comunicação que permita assegurar a identificação do membro, a sua participação efetiva e a autenticidade de sua participação, que será considerada válida para todos os efeitos legais e incorporada à ata da referida reunião.

Parágrafo 5º - O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente à Diretoria

Artigo 23 - Constituem atribuições do Comitê de Auditoria:

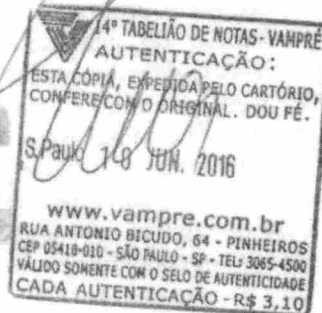
- I. estabelecer as regras operacionais para o seu funcionamento, as quais devem ser aprovadas pela Diretoria, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos acionistas;
- II. recomendar à Diretoria a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário;
- III. revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais da Sociedade, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- IV. avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos;
- V. avaliar o cumprimento, pela Diretoria, das recomendações feitas pelos auditores independente ou interno;
- VI. estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- VII. recomendar à Diretoria correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;



5

ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a autenticação a respeito dos atos
prelados contra de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Central do Brasil em São Paulo - II

Heber Pessos da Silveira
ANALISTA



VIII. reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a Diretoria, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros;

IX. verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria;

X. reunir-se com o Conselho Fiscal da Sociedade, quando em funcionamento, e com a Diretoria, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas respectivas competências; e

XI. outras atribuições eventualmente determinadas pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO VIII COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

Artigo 24 - A Sociedade terá um Comitê de Remuneração, composto por no mínimo de 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, nomeados e destituídos pela Diretoria, devendo pelo menos um deles não ser integrante da Administração da Sociedade.

Parágrafo 1º - Os membros eleitos para o Comitê de Remuneração terão mandato de 1 (um) ano, permitida a recondução por até 9 (nove) vezes consecutivas, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo 2º - Os membros nomeados, que podem ser integrantes dos Órgãos da Administração da Sociedade e do corpo de funcionários da Sociedade, devem preencher as condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo.

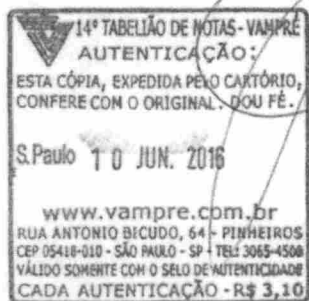
Parágrafo 3º - Os membros do Comitê de Remuneração poderão participar das reuniões do Comitê por meio de videoconferência, conferência telefônica ou outro meio de comunicação que permita assegurar a identificação do membro e a sua participação efetiva e a autenticidade de sua participação, que será considerada válida para todos os efeitos legais e incorporada à ata da referida reunião.

Parágrafo 4º - No ato da nomeação pela Diretoria dos membros do Comitê de Remuneração, será designado o seu Coordenador.

Parágrafo 5º - O Comitê de Remuneração reportar-se-á diretamente à Diretoria.

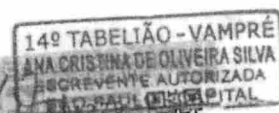
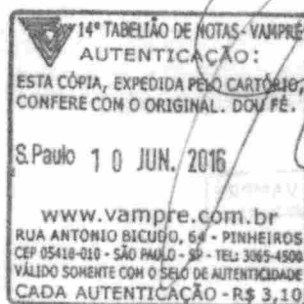
Parágrafo 6º - Compete ao Comitê de Remuneração, além de outras atribuições que lhe venham a ser conferidas por lei ou norma regulamentar:

I. elaborar a política de remuneração dos administradores, propondo à Diretoria diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;



Atestamos que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a autenticação a respeito das atas
prestavadas, consoante da carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gestão de Risco em São Paulo - II

Heitor Pessoa da Silva
ANALISTA



AUTENTICAÇÃO
1047BB0987431

- II. supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração dos administradores;
- III. revisar anualmente a política de remuneração de administradores, recomendando à Diretoria a sua correção ou aprimoramento;
- IV. propor à Diretoria da Sociedade o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma prevista em lei;
- V. avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores;
- VI. analisar a política de remuneração de Administradores em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação às empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; e,
- VII. zelar para que a política de remuneração dos Administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e situação financeira atual e esperada da instituição e com o que dispuser a lei e a regulamentação aplicável.

Parágrafo 7º - Os membros do Comitê de Remuneração integrantes da Diretoria da Sociedade não farão jus a qualquer remuneração adicional àquela a que tiverem direito por exercerem cargos na Diretoria da Sociedade. Os demais membros não integrantes da Diretoria serão remunerados na forma e no montante definidos previamente pela Diretoria.

CAPÍTULO IX OUVIDORIA

Artigo 25 – O Ouvidor será designado pela Diretoria da Sociedade mediante processo de contratação interno ou externo, por prazo indeterminado, em decorrência da capacitação para a função. A designação deve ser registrada em ata e dada a devida ciência para o Comitê de Auditoria da Sociedade.

Parágrafo Único – O Ouvidor poderá ser destituído de suas funções por decisão da Diretoria da Sociedade, em decorrência da perda de vínculo funcional com a Sociedade, alteração de função, conduta ética incompatível com a função ou demais práticas e condutas que justifiquem a destituição, cujo ato deverá ser registrado em ata e dada a devida ciência para o Comitê de Auditoria da Sociedade.

Artigo 26 – O Ouvidor é um profissional cuja função deve ser desempenhada com imparcialidade, intermediando a solução de conflitos, visando afirmar a credibilidade desta Sociedade, valendo-se para isso da rede de relacionamentos internos e externos.

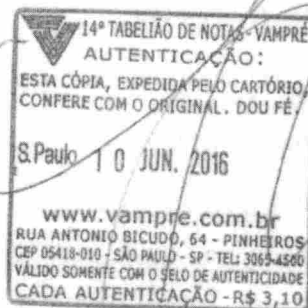
Artigo 27 – São atribuições do Ouvidor:

- I. conhecer e compreender as Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) aplicáveis a esta Sociedade, bem como ter conhecimento do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), sendo capaz de transformar possíveis litígios em oportunidades de solução e fidelização;



Atestamos que este documento foi produzido
e emitido de acordo com o Sistema Central de Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito das não
providências de este de certa emitida é parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Garcia / Garcia em São Paulo - II

Roberto Pires de Oliveira
ANALISTA



- II. desenvolver e aplicar técnicas de Negociação, Conciliação e Mediação de conflitos, visando transformar a Reclamação e o Atrito em oportunidades de inovação e mudança;
- III. identificar os valores e características necessários para estruturar e implantar uma Ouvidoria com excelência.

Artigo 28 - A Ouvidoria é o órgão responsável por assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos dos consumidores, bem como atuar como um canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de seus produtos e serviços.

Parágrafo 1º - A Sociedade se compromete a criar condições adequadas para o funcionamento da ouvidoria, bem como para que a atuação desta seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção.

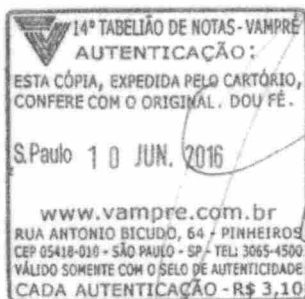
Parágrafo 2º - A Sociedade deverá assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

Artigo 29 - São atribuições da Ouvidoria:

- I. prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Sociedade;
- II. atuar como canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e
- III. informar à diretoria da Sociedade a respeito das atividades de Ouvidoria.

Artigo 30 - São atividades da Ouvidoria:

- I. atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;
- II. prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não pode ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;
- III. encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto no item anterior;
- IV. manter a diretoria da Sociedade, informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Sociedade para solucioná-los; e



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito das regras
praticadas consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Geral em São Paulo - II

Heber Pascoe da Silveira
ANALISTA



V. elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao comitê de auditoria e à diretoria da Sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

CAPÍTULO X EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E LUCROS

Artigo 31 - O exercício social terá início em 01 de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. O Balanço, obediente a todas as prescrições legais, será levantado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 32 - Do resultado do exercício serão deduzidos:

- a) prejuízo, se houver;
- b) provisão para Imposto de Renda;
- c) participação da Diretoria, nos limites estipulados pelo art. 152 da Lei 6.404/76.

Do lucro líquido serão destinados:

- a) 5% (cinco por cento) à constituição do Fundo de Reserva Legal até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 1% (um por cento), no mínimo, para pagamento de dividendos aos acionistas e,
- c) o saldo terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Artigo 33 - A Sociedade poderá, ainda, levantar balanços intermediários no último dia de cada mês e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços.

Parágrafo 1º - É facultada a distribuição de dividendos intermediários.

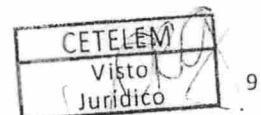
Parágrafo 2º - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório a ser pago aos acionistas.

CAPÍTULO XI LIQUIDAÇÃO

Artigo 34 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e um Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação.

CAPÍTULO XII EXTINÇÃO



RESERVAMOS para este documento as informações
a exame do Cartório de Registro em posse de
regular e autenticação a respeito dos atos
praticados e nota de cada emite o prazo
OPERAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Cartório de Registro em São Paulo - SP

Heber Pereira da Silveira
ANALISTA





11061481

08012.000403/2020-83



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Esplanada dos Ministerios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518, - Bairro Zona
Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900
Telefone: (61) 2025-3636 / 9269 - www.justica.gov.br

Notificação nº 12/2020/CGEMM/DPDC/SENAÇON

Processo nº 08012.000403/2020-83

Interessado: BANCO DAYCOVAL S.A

Ao(À) Prezado(a) Senhor(a)

Representante Legal do **Banco Daycoval S.A.**

Av. Paulista, 1793 - Bela Vista

CEP: 01.311-200

São Paulo/SP

Favor indicar expressamente o Processo nº 08012.000403/2020-83 na resposta.

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informamos que a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, enquanto órgão responsável por coordenar a Política Nacional das Relações de Consumo, que tem entre seus princípios garantir a proteção e exercício dos direitos dos consumidores, bem como promover a harmonização nas relações de consumo e, tendo em vista a reunião realizada no dia 18/01/20 (ata em anexo) com representantes da Senacon, dos Procons, da Defensoria Pública, da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) sobre o cartão de crédito consignado, vem por meio desta notificação solicitar esclarecimentos a respeito da oferta e uso deste produto pelos consumidores.

2. Assim, considerando os direitos e garantias previstos no Código

de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), em especial, os princípios da transparência, boa-fé e equilíbrio nas relações de consumo, além do direito à informação clara e ostensiva acerca do produto/serviço contratado e suas eventuais alterações, bem como a proteção contra práticas e cláusulas abusivas ou que gerem desvantagem desproporcional ao consumidor, venho notificá-lo para, no prazo não superior a **15 (quinze) dias** a contar do recebimento desta, apresentar a este Departamento os seguintes esclarecimentos:

- a) Como é dada a informação sobre o cartão de crédito consignado? Como vocês diferenciam, na oferta, o cartão de crédito consignado do empréstimo consignado?
- b) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de fraudes encontradas no cartão de crédito consignado, sobretudo quando utilizam os dados de outra pessoa para emitir o cartão?
- c) Qual a quantidade de contratos vigentes da modalidade cartão de crédito consignado a empresa tem no Brasil?
- d) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que usam ou usaram o cartão para fazer compras de bens e serviços no comércio?
- e) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que faz apenas saques em dinheiro?
- f) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes faz o saque no momento da contratação e já recebe o valor na conta?
- g) Como isso é oferecido ao consumidor? O "saque" pelo telefone, situação em que é depositada uma quantia na conta do consumidor, também é ofertado de maneira ativa? Ou seja, vocês ligam para os consumidores que já possuem o cartão de crédito consignado e oferecem esse "saque"?
- h) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que pagam integralmente as faturas do valor remanescente do desconto em folha de pagamento?
- i) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que fazem uso apenas de saques em dinheiro pagam integralmente a fatura de valor remanescente?
- j) Qual o prazo para emissão do cartão após a contratação?

- k) Quais os mecanismos de verificação do recebimento do cartão pelos contratantes de cartão de crédito consignado?
- l) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de cartões desbloqueados para uso?
- m) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento do cartão?
- n) Em caso de não recebimento do cartão, qual o prazo para seu cancelamento e emissão de um novo?
- o) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que faz a opção de recebimento da fatura por e-mail?
- p) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento da fatura?
- q) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que apresentou reclamações sobre lançamentos indevidos na fatura do cartão?
- r) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que realizou novo saque após o primeiro?
- s) Qual a média de novos saques efetuados pelos contratantes de cartão de crédito consignado?
- t) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que solicitou o cancelamento do cartão?
- u) Outras informações que considerar relevantes sobre o tema.

3. As respostas aos questionamentos acima devem ser enviadas, também, para o e-mail cgemm@mj.gov.br.

4. Conforme a ata da reunião em anexo, foi firmado um compromisso por esta Secretaria na elaboração de uma nota técnica até o dia 17/03/20, portanto, não poderemos conceder mais prazo para a resposta.

5. Quaisquer dúvidas, favor entrar em contato por e-mail ou pelo telefone **(61) 2025-3636**.

Atenciosamente,

ANDREY VILAS BOAS DE FREITAS

Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Vilas Boas de Freitas**, **Coordenador(a)-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado**, em 20/02/2020, às 17:52, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues**, **Diretor(a) do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor**, em 20/02/2020, às 17:57, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11061481** e o código CRC **B521F4F5**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08012.000403/2020-83

SEI nº 11061481



AVISO DE RECEBIMENTO

AR 11302517

26/02/2020

DESTINATÁRIO

REPRESENTANTE LEGAL DO BANCO DAYCOVAL S.A.

AV. PAULISTA, 1793, 0

BELA VISTA

01311-200

SAO PAULO SP

REMETENTE

Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON

Esplanada dos Ministérios Bloco T,

Zona Cívico-Administrativa Brasília - DF

70064-900



JU472755660BR

UNIDADE DE POSTAGEM
AGF SIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____
2º ____/____/____ : ____
3º ____/____/____ : ____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Fabio Chaves
RG: 45.971.489-X
Expedição

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - NOTIFICAÇÃO Nº 12/2020/CGEMM/DPDC/SENACON, PROCESSO: 08012.000403/2020-83 ED. SEDE, SALA 518;

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [6] NÃO PROCURADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [7] AUSENTE |
| [3] NÃO EXISTE NÚMERO | [8] FALECIDO |
| [4] DESCONHECIDO | [9] OUTROS |
| [5] RECUSADO | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Jorge de Jesus Ferreira
Agente de Correios - Carteiro
8.893.426-8

DATA DE ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE

Banco Daycoval

São Paulo, 16 de março de 2020.

Ao

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518, - Bairro Zona Cívico-Administrativa,
Brasília/DF, CEP 70064-900

Processo: 08012.000403/2020-83

Ref. Notificação 12/2020/CGEMM/DPDC/SENACON

BANCO DAYCOVAL S/A, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1793, Bela Vista, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 62.232.889/0001-90, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, em atenção à Notificação expedida por esse Órgão, no qual, solicita esclarecimentos sobre a oferta e uso do produto cartão de crédito consignado, prestar os devidos esclarecimentos nos termos a seguir.

1. DOS ESCLARECIMENTOS SOLICITADOS

1.1. DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS AO CONSUMIDOR NO MOMENTO DA OFERTA DO PRODUTO

Em resposta ao questionamento do **item "a" da notificação**, o Banco Daycoval esclarece que a informação ao consumidor sobre o produto ofertado é presta de modo claro, ostensivo, objetivo e imbuído de total transparência, conforme demonstra adiante.

O cartão de crédito consignado é ofertado a partir de **materiais de comunicação exclusivos**, onde, no momento da oferta, são esclarecidas todas as nuances do produto, além das **imagens figurativas do cartão que são inseridas em posição de destaque**, conforme comprova modelo de minuta contratual anexa. Aliás, o "kit" de contratação é **exclusivo por produto**, com destaque **na modalidade do produto em todas as páginas**, com **imagem do cartão próximo ao local**

Banco Daycoval
Avenida Paulista, 1793 – São Paulo – SP – 01311-200 – Bela Vista.
PABX: (11)3138.0500 – fax: (11)3138.0400 – www.daycoval.com.br
DAYCRED.73621

BancoDaycoval

de assinatura, para que o consumidor tenha plena ciência a respeito do produto que está sendo contratado, veja:

BancoDaycoval		TERMO DE ADESÃO AS CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BANCO DAYCOVAL	
CONTRATO Nº			
Correspondente no País			
Código/Nome:	CNPJ:	Telefone:	
Agente:	CEP:	CPF:	
Endereço:	Bairro:	Cidade:	UF:
Complemento:	Benefício Vinculado ao Cartão: INSS() Outros Órgãos Públicos() Empresas Privadas()		
Dados Titular:	CPF:	Nome:	
Nacionalidade:	Data Nascimento:	Sexo:	Estado Civil
Identidade(RG):		Data Emissão / Órgão Emissor - UF	
Nome da Mãe:		E-mail:	
CEP:	Endereço Residencial(Rua, Avenida, etc.):		Nº:
Complemento:	Bairro:	Cidade:	UF:
Tel.(DDD e Nº)	Tel.Celular(DDD/Nº)	Portador Adicional(excepto INSS) () Não () Sim - Formulário Anexo.	
DADOS DOS BENEFICIÁRIOS DO TITULAR			
Nome da Entidade/Empresa Averbadora:		Número do benefício / Matrícula / Registro:	Margem(%):
Endereço(Rua/Av., nº, Bairro, Cidade/UF):		Renda(R\$):	Data Admissão:
Nome do Banco Pagador		Nº do Banco	Nº Agência
Conta-corrente		Dia do Pagamento	

ADESÃO	
<p>1. Condições Gerais: Declaro que recebi e li previamente as Condições Gerais de Emissão e Utilização do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval para Aposentados e Pensionistas do INSS, Servidores Públicos Ativos e Inativos e/ou Trabalhadores de Empresas Privadas ("Condições Gerais"), registradas em 12/03/2018 no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo/SP sob nº 2.150.519, inexistindo dúvidas sobre suas cláusulas, direitos e obrigações.</p> <p>2. Autorização para Reserva de Margem Consignável: Autorizo o Banco Daycoval S/A, neste ato, de forma irrevogável e irretirável, a constituir reserva de margem consignável de até () de minha remuneração, por tempo indeterminado, nos termos da legislação e convênio aplicáveis e do disposto no art. 6º da Lei 10.820/03, para os pagamentos mínimos mensais da(s) futura(s) do Cartão de Crédito Consignado Banco do Daycoval ("Cartão") de minha titularidade, devendo tal autorização permanecer sempre válida e eficaz sob pena de cancelamento imediato de meu Cartão e adoção das medidas cabíveis.</p> <p>3. Outras Declarações: Declaro estar ciente e concordar que: (I) ao utilizar o Cartão e/ou assinar este Termo de Adesão, estou anuindo, em caráter irrevogável e incondicional, ao disposto nas Condições Gerais; (II) poderei consultar sempre as Condições Gerais e suas alterações/aditamentos no site do Banco Daycoval S.A. ("Daycoval") no endereço eletrônico: www.daycoval.com.br; (III) as Condições Gerais poderão ser alteradas de tempos em tempos pelo Daycoval, mediante novos registros em cartório, as quais poderão, a critério do Daycoval, ser disponibilizadas na forma da alínea "II" acima (registros esses que serão noticiados no site do Daycoval); (IV) conheço os termos do convênio firmado pelo Daycoval e a Entidade/Empresa Averbadora para desconto em minha renda mensal do valor consignável acima descrito, para amortização do saldo devedor do Cartão de Crédito Consignado Banco Daycoval; (V) mensalmente será consignado em minha remuneração o valor do pagamento mínimo indicado nas futuras do Cartão, obrigando-me no caso de opção pelo pagamento integral a utilizar a fatura do Cartão para quitar o débito que exceder o valor consignável; (VI) O saldo devedor do cartão pode ser pago, antecipadamente, pelo montante total ou parcial, por meio do boleto, que acompanha a fatura mensal, na rede bancária, sendo direito do titular a redução proporcional dos juros e demais acréscimos. A amortização do pagamento mínimo da fatura ocorrerá por meio de desconto em folha de pagamento; (VII) o Daycoval está autorizado por prazo indeterminado a debitar quaisquer valores devidos em relação ao Cartão em minha conta bancária descrita acima e/ou em outra conta bancária de minha titularidade no Brasil que venha a substituí-la, inclusive a conta disponibilizada por seu empregador. Estou ciente de que se comprovada a falsidade das declarações e informações constantes deste Termo de Adesão estarei sujeito à responsabilidade criminal do artigo 299 do Código Penal (Crime de Falsidade Ideológica).</p>	
Local e Data	Assinatura do(a) Cliente

Central de Serviços: 0800 775 0500
Central de Atendimento para Deficiente Auditivo: 0800 775 2065
V2_08-20066
SAC Daycoval: 0800 775 0500
Ouvidoria Banco Daycoval: 0800 777 0500

Nada obstante toda clareza das informações prestadas ao consumidor, cumpre esclarecer que para as **operações de INSS e originadas no Estado do Maranhão**, integra o "kit" de contratação o "Termo de Consentimento Esclarecido", que descreve de forma clara, com fonte 12e em

Banco Daycoval
Avenida Paulista, 1793 - São Paulo - SP - 01311-200 - Bela Vista.
PABX: (11)3138.0500 - fax: (11)3138.0400 - www.daycoval.com.br
DAYCRED.73621

Banco Daycoval

posição de destaque a imagem do cartão em tamanho real, além de esclarecer de forma objetiva, e ostensiva todas as características, inconfundíveis, do produto contratado.

Por fim, é válido informar que, ainda nos casos em que o consumidor faz opção pelo PRÉ-SAQUE, ou seja, quando solicita a realização de transferência de valores para sua conta antes do recebimento/desbloqueio do cartão, há a manifesta concordância do contratante, no instrumento de AUTORIZAÇÃO E SOLICITAÇÃO DE SAQUE VIA CARTÃO DE CRÉDITO que é, sem dúvida, deveras esclarecedor sobre o produto e, inclusive, destaca a plena ciência do consumidor de que existem outras modalidades de crédito, exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores, de modo a reforçar a opção livre e esclarecida do consumidor quanto a contratação do Cartão de Crédito Consignado.

Banco Daycoval		SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE SAQUE VIA CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO	
Nº CARTÃO/PROPOSTA:			
Código/Nome:		CNPJ:	Telefone:
Agente:		CPF:	
CEP:	Endereço:	Nº:	
Complemento:	Bairro:	Cidade:	UF:
DADOS DO TITULAR			
CPF:	Nome:		
DADOS BANCÁRIOS			
Nome do Banco:	Nº do Banco:	Nº Agência:	Nº da Conta (corrente/Poupança):
Autorizo o BANCO DAYCOVAL S/A , em caráter irrevogável e irretroatível a: () Transferir o valor abaixo indicado, referente a parte do limite de crédito do meu Cartão de Crédito Consignado Banco Daycoval , para a Conta Bancária da minha titularidade acima indicada. () Utilizar o valor abaixo indicado, de parte do limite de crédito do meu Cartão de Crédito Consignado Banco Daycoval , para pagamento(s) da(s) fatura(s) junto ao(s) banco(s) _____, totalizando o valor de R\$ _____. Declaro: (a) ter recebido a Planilha Demonstrativa do Custo Efetivo Total (CET), previamente à assinatura desta autorização, com o valor estimado do saque; (b) que recebi e concordei com todas as informações e cálculos pertinentes ao CET, bem como dos fluxos considerados em seu cálculo, inclusive a taxa percentual incidente, conforme condições vigentes na presente data; e (c) que o valor do saque será pago juntamente com as demais despesas da fatura de meu Cartão de Crédito Consignado Banco Daycoval ou financiado após a amortização do pagamento mínimo de minha fatura por meio de desconto em folha de pagamento. Valor do Saque ¹ R\$ _____. Taxa de Juros: ____ % a.m. Taxa de Juros: ____ % a.a. IOF Diário: ____ % a.d. IOF Adicional: ____ % Tarifa: R\$ _____ CET: ____ % a.m. CET: ____ % a.a. Prazo: _____ (mensais) Vencimento Inicial: ____/____/____ Vencimento Final: ____/____/____ Total a pagar: Sem Financiamento: _____ Com Financiamento ² : _____ Juros ³ : _____ ¹ O Valor do saque está condicionado ao limite de crédito disponível, podendo ser inferior ao solicitado. ² O Valor total do financiamento refere-se à operação de crédito contratada nesta ato. ³ Total de juros previsto até o final do prazo. Importante: O Saldo devedor do cartão pode ser pago, antecipadamente, pelo montante total ou parcial, por meio de boleto, que segue anexo a fatura mensal, em qualquer agência bancária, sendo direito do titular a redução proporcional dos juros e demais acréscimos. A amortização do pagamento mínimo da fatura ocorrerá por meio de desconto em folha de pagamento.			
TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO			
Declaro, para os devidos fins de direito, estar ciente de que o pagamento da fatura do cartão de crédito deve ocorrer em valor integral, constituindo o pagamento por consignação apenas o valor mínimo da fatura. O não pagamento integral da fatura do cartão de crédito gera encargos rotativos na ordem de _____, ao mês, incidentes sobre o valor não pago. Esse percentual é inferior ao cartão de crédito convencional. Declaro ainda ciência de que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores.			
Local e Data: _____			
Assinatura do(a) Cliente: _____			
Central de Serviços: 0800 111 0500 Central de Atendimento para Deficiente Auditivo: 0800 775 2005 SAC Daycoval: 0800 775 0500 Ouvidoria Banco Daycoval: 0800 771 0000			

Banco Daycoval
Avenida Paulista, 1793 - São Paulo - SP - 01311-200 - Bela Vista.
PABX: (11)3138.0500 - fax: (11)3138.0400 - www.daycoval.com.br
DAYCRED.73621

BancoDaycoval

Além disso, logo após a contratação, o cartão é enviado para o endereço indicado pelo consumidor com Aviso de Recebimento (AR), como também lhes são enviadas as faturas mensais, de modo que não se vê, mesmo que ínfima, possibilidades de que o consumidor não esteja plenamente esclarecido do produto que está contratando.

De mais a mais, como se vê dos documentos anexos, o termo de adesão contém apenas uma página, com leitura de fácil compreensão contendo todas as informações do produto, nada obstante, o Daycoval possui aplicativo próprio para o produto “Daycoval Cartões” que pode ser baixado pelo consumidor e ainda, no seu site institucional há espaço dedicado e exclusivo para Cartão de Crédito¹, além dos canais de atendimento por telefone com número exclusivo para cartões e, ainda, atendimento por chat online e assistente virtual Dayane.

Assim, diante dos esclarecimentos acima prestados, sobeja convicção de que a transparência e a prestação de informações adequadas, ostensivas, claras e precisas ao consumidor são prioridades para o Banco Daycoval, de modo a aniquilar qualquer dúvida que pudesse gerar confusão a seus clientes.

1.2. DO BAIXO ÍNDICE DE FRAUDES NOS CONTRATOS DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO.

Em atenção ao questionamento do **item “b” da Notificação**, informa o Banco Daycoval que a para o período de 2016 a 2019, foram constatados os seguintes percentuais de fraude na contratação do produto Cartão de Crédito Consignado:

- Referente a 2016, conforme questionado por esse r. órgão, **0,06%** dos contratos foram alvos de fraudes;
- Referente ao ano de 2017, o percentual foi de **0,59%** dos contratos maculados pelo motivo acima informado;
- No que concerne ao ano de 2018, verificou-se que **0,22%** das operações foram identificadas com este vício.
- Referente a 2019, apurou-se que **0,36%** dos também foram cancelados por este motivo.

¹ <https://www.daycoval.com.br/para-voce/creditos-financiamentos/cartao-credito-consignado>

A partir destes dados, a conclusão que se permite chegar é de que o Banco Daycoval apresenta rigorosos critérios de segurança no momento da celebração do contrato. Todos os colaboradores, correspondentes e demais envolvidos no tratamento das operações são ordinariamente treinados para detectarem indícios que possam resultar em fraude.

Nada obstante, nenhuma instituição financeira está imune a essas práticas nocivas perpetradas por verdadeiros estelionatários, todavia, o Daycoval não descuida do contínuo aprimoramento visando inibir qualquer transtorno ou prejuízo aos seus clientes, bem como disponibiliza total suporte aos consumidores que são vítimas dessas condutas nefastas.

1.3. DA QUANTIDADE DE CONTRATOS VIGENTES DA MODALIDADE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO NO BRASIL.

Referindo-se ao questionamento do **item “c” da Notificação**, informa o Banco Daycoval que a nível nacional já foram celebrados um total de 227.709 (duzentos e vinte e sete mil setecentos e nove) contratos de cartão de crédito consignado, sendo que deste total, **182.409** (cento e oitenta e dois mil quatrocentos e nove) contratos estão com cartão ativos e 45.300 (quarenta e cinco mil e trezentos) com cartões inativos.

Vale destacar que para os casos de cartões inativados, 24.197 (Vinte e quatro mil cento e noventa e sete) ainda estão em fase de liquidação de saldo devedor, portanto, ainda estão vigentes e, 21.103 (vinte e um mil cento e três) já concluíram o pagamento, ou seja, nada devem a esta Instituição Financeira.

1.4. DA UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO PARA COMPRAS DE BENS E SERVIÇOS NO COMÉRCIO

Reportando-se ao **item “d” da notificação**, em que se questiona, a utilização (contratantes que usam ou usaram) do cartão para fazer compras de bens e serviços no comércio, informa esta instituição financeira que:

- Referente a 2016, conforme questionado por esse r. órgão, **39,18%** dos contratantes usaram e/ou usam o cartão de crédito consignado para fazer compras de bens e serviços no comércio;
- Referente ao ano de 2017, tem-se que **41,85%** dos consumidores usam

e/ou usaram o produto para fazer compras de bens e serviços no comércio;

- No que concerne ao ano de 2018, verificou-se que **30,36%** dos clientes usam e/ou usaram o Cartão de crédito para aquisições de bens ou serviços; e por fim
- Referente a 2019, apurou-se que **23,56%** dos contratantes usaram e/ou usam o cartão para compra de produtos ou contratação de serviços no comércio.

1.5. DOS CONTRATANTES QUE APENAS FIZERAM SAQUE EM DINHEIRO

Concernente ao questionamento inserido no **item “e” da notificação**, dentro dos parâmetros de indagação desse órgão, cumpre ao Banco Daycoval esclarecer que:

- Em 2016, o percentual de contratantes que fizeram apenas saque em dinheiro foi de 43,67%;
- Já em 2017, apurou-se que 48,13% dos contratantes utilizaram-se apenas do saque;
- Para 2018, constata-se que 66,36% dos contratantes optaram apenas pelo saque em dinheiro; e
- Por fim, para o ano 2019, tem-se que 70,98% dos contratantes utilizaram apenas o saque em dinheiro.

1.6. DOS CONSUMIDORES QUE FIZERAM O SAQUE NO MOMENTO DA CONTRATAÇÃO E RECEBEM O VALOR EM CONTA.

No **item “f” da notificação**, após apuração balizada nos termos solicitado por essa notificante, esclarece o Banco Daycoval que chegou ao seguinte panorama:

- Em 2016, o percentual de contratantes que fizeram o saque no momento da contratação e já receberam o valor na conta foi de 84,90%;
- Já em 2017, apurou-se que 75,70% dos contratantes optaram pelo saque no momento da contratação e receberam o valor em conta;
- Para 2018, o percentual de consumidores que fizeram o saque no momento da contratação e receberam o crédito em conta é de R\$ 84,09%;

e

- Por fim, para o ano 2019, tem-se que 84,90% dos contratantes utilizaram o saque para pagamento de dinheiro em conta.

É importante ressaltar neste ponto que, o saque ocorrido no momento da contratação [*também denominado pré-saque*] é aquele que ocorre antes mesmo de emissão do cartão de crédito e constitui uma opção que deve ser formalizada e expressamente autorizada pelo consumidor.

No âmbito desta instituição Financeira, o saque e transferência de dinheiro à conta de titularidade do consumidor, apenas ocorre se, por ele, for expressamente solicitado e autorizado, conforme faz prova solicitação de saque que ilustra o item "1.1." desta manifestação.

1.7. DA OFERTA DO SAQUE AO CONSUMIDOR

Em resposta ao **item "g" da notificação**, esta Instituição Financeira esclarece que o saque é uma funcionalidade disponível ao contratante, sendo que, este pode contratá-lo das seguintes formas:

Pré-saque: no momento da contratação do cartão, o titular solicita (expressamente) a transferência do valor de parte do limite de crédito para uma conta corrente bancária de sua titularidade. Geralmente para a conta de recebimento do salário.

Nessa modalidade, a **contratação ocorre presencialmente**, entretanto, em alguns convênios autoriza-se a **oferta** por telefone.

Telesaque: Trata-se de espécie de saque em que, após o envio do cartão, o **cliente, por telefone**, por meio da central de atendimento e, após confirmação de todos os seus dados, formaliza sua pretensão afim de que seja realizada a transferência do valor de parte do limite de crédito para uma conta corrente bancária de sua titularidade, em regra, para a conta de recebimento do salário.

Saque em caixa eletrônico: de posse do cartão e por meio da digitação da senha pessoal o cliente realiza o saque.

Saque Complementar: neste caso, após a emissão do cartão, por meio de um correspondente bancário, o consumidor faz a solicitação da transferência do valor de parte do limite de crédito para uma conta corrente bancária de sua titularidade. Geralmente para a conta de recebimento do salário. A contratação ocorre presencialmente, entretanto, em alguns convênios autoriza a **oferta** por telefone.

Assim, são essas as formas de oferta e solicitação do saque em dinheiro realizada para o produto de cartão de crédito consignado que, sempre respeitam os convênios firmados com órgãos da administração pública, bem como a legislação de regência.

1.8. DO PAGAMENTO INTEGRAL DA FATURA

A despeito da informação solicitada no item “h” da notificação, onde se questiona o percentual anual de contratantes que **pagam integralmente a fatura** no valor remanescente do desconto em folha de pagamento, o Daycoval apresenta a seguinte apuração:

- Em 2016, o percentual de contratantes que fizeram o pagamento integral da fatura foi de 15,04%;
- Já em 2017, apurou-se que 19,82% dos contratantes fizeram o pagamento integral da fatura;
- Para 2018, o percentual de consumidores que fizeram o pagamento integral da fatura foi de R\$ 13,86%; e
- Por fim, para o ano 2019, tem-se que 6,68% dos contratantes fizeram o pagamento integral da fatura.

Nada obstante, visando espelhar a dinâmica de operações de cartão de crédito consignado, é importante relatar a esse órgão que, em que pese não se referir a pagamento integral da fatura, o Banco registra ano a ano significativo número de consumidores que, lançando mão de sua liberdade de escolher a melhor forma e valor de pagamento, registram amortização de suas dívidas mediante pagamento parcial da fatura.

Ilustrando a informação contida no parágrafo anterior, o Daycoval registrou, no ano de 2016, que 56,78% dos consumidores fizeram pagamento além do desconto mínimo ocorrido em folha de pagamento.

No ano de 2017, com este mesmo critério, 42,89% dos consumidores pagaram parcialmente o valor da fatura, sendo que para 2018, o banco registrou o recebimento de 39,12% dos contratantes pagamentos parciais da fatura, índice que praticamente se repete em 2019, quando apurou o percentual de 34,72% dos consumidores que fizeram pagamento além do mínimo descontado em folha.

Perceba, é a escolha do consumidor e suas condições financeira que determinam como ele prefere quitar o saldo devedor do cartão, é opção que reflete sua liberdade financeira, que não pode ser acometida por qualquer ingerência da Instituição Financeira.

1.9. DOS CONSUMIDORES QUE FIZERAM SAQUE EM DINHEIRO E PAGARAM A INTEGRALIDADE DA FATURA

Reportando-se ao **item “i”** que constam na solicitação desse órgão, o Banco Daycoval esclarece que:

- Em 2016, o percentual de contratantes que fizeram uso apenas de saque e pagam integralmente a fatura de valor remanescente foi de 3,16%;
- Já em 2017, apurou-se que 4,17% dos contratantes fizeram uso apenas do saque e pagaram integralmente o remanescente em fatura;
- Para 2018, o percentual de consumidores que fizeram uso apenas de saque e pagaram integralmente o remanescente da fatura é de 4,12%; e
- Por fim, para o ano 2019, tem-se que 2,01% dos contratantes fizeram uso apenas de saque e pagaram integralmente o remanescente da fatura.

Este cenário reflete incontestável vantagem ao consumidor que, podendo liquidar ou amortizar o saldo devedor mediante pagamento integral ou parcial, opta pela amortização, apenas, por meio do desconto em folha de pagamento, em que o comprometimento da renda é de apenas 5%² da sua renda mensal dando-lhe margem para empregar o remanescente de sua remuneração em outros deveres financeiros, sem ter que se preocupar em liquidar o débito mediante pagamento integral da fatura ou amortiza-lo mediante pagamento parcial, contudo, sem prejuízo de que a qualquer momento, decida liquidar ou amortizar o saldo devedor por meio da fatura.

1.10. DA EMISSÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO.

Em atenção à solicitação do **item “j”**, foi solicitado que o Banco Daycoval informasse qual é o prazo para emissão do Cartão após a contratação.

Neste ponto, informa o Banco Daycoval que o Cartão de crédito é emitido em **até 2 (dois) dias** contado da aprovação da contratação, sendo que o prazo de entrega ao consumidor, em regra, é de até 20 dias da emissão.

² Podendo variar de acordo com o convênio

1.11. DO MECANISMO DE VERIFICAÇÃO DA ENTREGA DO CARTÃO AO CONSUMIDOR

O Banco Daycoval promove o envio dos cartões mediante correspondência com **Aviso de Recebimento**, de modo que tem efetivo **controle do envio e recebimento do cartão** sobre a entrega aos consumidores e com isso, possibilidade de agir pontualmente, de forma segura e célere em caso de extravio.

1.12. DOS CARTÕES DESBLOQUEADOS.

Em referência ao **item “l” da notificação**, esta Instituição foi instada a informar o percentual de cartões desbloqueados no período de 2016 a 2019. Portanto, em atendimento a essa solicitação, o Daycoval expõe a seguinte apuração:

- Em 2016, o percentual de cartão desbloqueado foi de 39,18%;
- Já em 2017, apurou-se que 54,13% de desbloqueio dos cartões;
- Para 2018, o percentual foi de R\$ 44,05; e
- Por fim, para o ano 2019, tem-se que 37,59% dos contratantes fizeram o desbloqueio do cartão para uso.

1.13. Das Reclamações sobre não recebimento do cartão

Neste tema, afim de satisfazer a solicitação que consta no **item “m” da notificação**, após detida apuração sobre reclamações de consumidores alegando que não teriam recebido seus respectivos cartões, o Banco Daycoval chegou ao seguinte cenário:

- Em 2016, o percentual de contratantes que alegaram não ter recebido o cartão foi de 3,63%;
- Já em 2017, apurou-se que 4,73% dos contratantes fizeram reclamações alegando que não teriam recebido o cartão;
- Para 2018, o percentual de consumidores que fizeram essa reclamação foi de R\$ 3,55; e
- Por fim, para o ano 2019, foi apurado 3,13% dos contratantes reclamaram alegando não ter recebido o cartão de crédito.

Avista-se a partir dos números acima fornecidos que reclamações de não recebimento de cartão apresentam um número ínfimo de consumidores com tais queixas. Nesta perspectiva é importante trazer a baila que inúmeros fatores alheios ao controle do Banco podem ocorrer, tal como extravio na Empresa de Correios e Telégrafos, viagem dos consumidores que impossibilitam a entrega, mudança de endereço não notificada ao Banco ou até mesmo destruição da correspondência por animais ou crianças que, por incrível que possa parecer, é causa comum de perda de correspondências.

Portanto, não bastasse o dado anual mostrar-se reduzido, deve-se ainda considerar todas as circunstâncias que podem conduzir a reclamação do consumidor por alegação de não recebimento do cartão.

1.14. DO CANCELAMENTO E EMISSÃO DE NOVO CARTÃO EM CASO DE EXTRAVIO

Quanto ao **item “n” dos questionamentos** feitos por esse r. órgão, onde solicita informações sobre o prazo para cancelamento e emissão do novo cartão em caso de não recebimento pelo consumidor, esclarece esta Instituição Financeira que o cancelamento do Cartão ocorre **imediatamente a partir da informação do não recebimento**.

Por segurança, a reemissão está condicionada ao motivo da devolução, ou seja, em alguns casos ocorrerá logo após o cancelamento da via anterior, mas em outros casos somente após confirmações de dados junto ao titular.

Assim, como se nota, a política do Daycoval referente ao controle do envio e recebimento do cartão é rígida e busca, em especial, inibir transtornos e prejuízos ao consumidor.

1.15. DA OPÇÃO PELO RECEBIMENTO DA FATURA POR E-MAIL

A respeito dessa indagação, cuja solicitação de informação consta no **item “o” da notificação** em exame, pede-se que seja informado o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que faz a opção de recebimento da fatura por e-mail.

Com essa premissa, após apuração da base de consumidores ativos com opção de recebimento da fatura por e-mail, o Banco Daycoval concluiu e expõe o seguinte panorama:

- Em 2016, o percentual de contratantes que fizeram a opção de recebimento da fatura por e-mail foi de 15%;

Banco Daycoval
Avenida Paulista, 1793 – São Paulo – SP – 01311-200 – Bela Vista.
PABX: (11)3138.0500 – fax: (11)3138.0400 – www.daycoval.com.br
DAYCRED.73621

- Já em 2017, apurou-se que 21% dos contratantes optaram pelo recebimento da fatura por e-mail;
- Para 2018, o percentual de consumidores que fizeram essa opção foi de 23%; e
- Por fim, para o ano 2019, foi apurado que 17% dos contratantes optaram pelo recebimento da fatura por e-mail.

1.16. DAS RECLAMAÇÕES DE NÃO RECEBIMENTO DA FATURA

Foi solicitado no item “p” a esta Instituição Financeira que esclareça qual é o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento da fatura. Nestes termos, apurou-se e esclarece o quanto segue:

- Em 2016, o percentual de contratantes que reclamaram do não recebimento da fatura foi de 0,24%;
- Já em 2017, apurou-se que 0,16% dos consumidores apresentaram essa queixa;
- Para 2018, o percentual de consumidores que alegaram não ter recebido a fatura foi de 0,09%; e
- Por fim, para o ano 2019, foi apurado que 0,14% dos contratantes reclamaram do não recebimento da fatura,

Note, o percentual de reclamações é reduzidíssimo, compreensível se confrontado com as diversas circunstâncias que podem ocorrer desde o momento em que a fatura é enviada até sua recepção pelo consumidor.

Em caso de envio de fatura por e-mail, as circunstâncias que impedem que a fatura chegue ao consumidor podem ocorrer de diversas formas, desde a exclusão do e-mail pelo consumidor ou que o e-mail informado não corresponda ao verdadeiro endereço eletrônico do contratante.

De toda sorte, os números apontam para uma reduzida quantidade de reclamação, o que revela a segurança e confiabilidade na prestação dos serviços.

1.17. DAS RECLAMAÇÕES DE LANÇAMENTO INDEVIDOS NAS FATURAS

Referindo-se ao **item “q” da notificação**, busca esse Órgão obter informações sobre o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações relacionadas a lançamentos indevidos na Fatura de cartão.

Para essa solicitação, o Banco Daycoval apresenta as seguintes informações:

- Em 2016, o percentual de contratantes que reclamaram de cobrança indevida na fatura do cartão foi de 0,70%;
- Já em 2017, apurou-se que 0,73% dos consumidores apresentaram essa queixa;
- Para 2018, o percentual de consumidores que alegaram cobrança indevida na a fatura foi de 0,85%; e
- Por fim, para o ano 2019, foi apurado que apenas 0,52% dos contratantes reclamaram lançamentos indevidos na fatura,

O percentual anual que consta nos indicadores acima só demonstra a ínfima quantidade de reclamações relacionadas a inserção de custos, supostamente indevidos, lançado em fatura. É consabido que a utilização do produto é condicionada a **posse do cartão e digitação da senha** pessoal do cliente, além de outras ferramentas que permitem mapear eventual utilização indevida do produto, portanto, todas as ferramentas de segurança são exigidas na utilização do cartão para inibir a utilização por terceiros.

Nesta esteira de pensamento, casos isolados que chegam ao conhecimento desta Instituição Financeira, recebem tratamento ágil, mediante apuração cuidadosa e soluções motivadas e compartilhadas com o consumidor, razão pela qual, a satisfação do público com a prestação de serviços do Banco Daycoval é elevada.

1.18. DOS CONSUMIDORES QUE REALIZARAM NOVO SAQUE APÓS O PRIMEIRO

Nos termos do **item “r” da notificação** ora respondida, solicita a esta Instituição financeira o percentual anual, do período de 2016 a 2019, em que os contratantes de cartão de crédito consignado fizeram novo saque após o primeiro.

Para essa solicitação, o Banco Daycoval expõe a seguinte conclusão:

- Em 2016, o percentual de contratantes que fizeram um novo saque após

Banco Daycoval
Avenida Paulista, 1793 – São Paulo – SP – 01311-200 – Bela Vista.
PABX: (11)3138.0500 – fax: (11)3138.0400 – www.daycoval.com.br
DAYCRED.73621

o primeiro foi de 65,47%;

- Já em 2017, apurou-se que 52,5% dos consumidores realizaram novo saque após o primeiro;
- Para 2018, o percentual foi de 22,06%; e
- Por fim, para o ano 2019, apurou-se que 6,31% dos contratantes fizeram novo saque após o primeiro.

1.19. DA MÉDIA DE NOVOS SAQUES REALIZADOS PELOS CONTRATANTES DE CARTÃO DE CRÉDITO

Referindo-se **ao item “s” da notificação** em que solicita informação sobre a média de novos saques efetuados pelos contratantes de cartão de crédito consignado, esclarece o Banco Daycoval nos seguintes termos:

- Em 2016, a média de consumidores que realizaram novo saque, foi de 5,33%;
- Em 2017, a média foi de 3,30%
- Em 2018, a média de contratantes que fizeram novo saque foi de 3,03%
- Já em 2019, com o mesmo parâmetro, a média foi de 1,83%

1.20. DOS CONSUMIDORES QUE SOLICITARAM O CANCELAMENTO DO CARTÃO

Consta no **item “t” da notificação** ora respondida, a solicitação para que esta Instituição Financeira informe o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que solicitou o cancelamento do referido produto.

Após apuração, nos parâmetros estabelecidos por esse órgão, o Banco Daycoval concluiu nos seguintes termos:

- Em 2016, o percentual de cancelamento de cartão de crédito a pedido dos consumidores foi de 7,82%;
- Em 2017, este percentual foi de 5,89%
- Em 2018, percentual de cancelamento foi de 4,53%
- Já em 2019, com o mesmo parâmetro, o percentual de cancelamento do cartão foi de 8,00%

Banco Daycoval

A guisa dos dados apresentados, é incontornável à conclusão de que o diminuto número de solicitação de cancelamentos representa a aprovação, pelos consumidores, da adequada prestação de serviços pelo Fornecedor. Não fosse isso, a média de cancelamento de cartões em muito superaria os dados acima apresentados.

Estes números apenas testificam que o Daycoval atua com excelência no atendimento aos consumidores, sempre prezando pelo bom relacionamento, transparência e zelo, sem prejuízo do contínuo aprimoramento de suas práticas no mercado de consumo.

É por isso que o reconhecimento de que a atuação desta Instituição Financeira está adequada às balizas do Direito do Consumidor é a única conclusão possível e é justamente este arremate que se espera desse órgão.

1.21. DAS DEMAIS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Comparando o cartão de crédito tradicional com o cartão de crédito consignado é possível notar muitas vantagens, em especial quanto a aprovação do crédito e da impossibilidade de endividamento desenfreado.

As taxas de juros dos cartões de crédito consignado são bem inferiores em relação ao cartão de crédito convencional.

Os cartões de crédito consignado tem suas faturas descontadas na folha de pagamento. Esse valor não pode ultrapassar a 5% do rendimento líquido mensal do contratante o que impede o superendividamento.

Ao contrário dos cartões tradicionais, o cartão de crédito consignado não tem anuidade.

Inclusive também é possível utilizar o cartão de crédito consignado Saques e transferência em dinheiro para conta corrente do titular³, além de possibilitar compras parceladas⁴ e até 40 dias para pagar⁵.

³ Operação disponível para os convênios e nas condições autorizadas que permitem esta transação. Sobre saques e telesaques incidem juros que serão cobrados a partir da data de liberação de valor. A Consulte tarifas pode ser feita na Central de Atendimento.

⁴ Conforme plano dos lojistas.

⁵ Dependendo da data de compra.

Banco Daycoval

O contratante pagará o valor mínimo na fatura por consignação em folha de pagamento, optando por pagar ou não o restante do saldo devedor. Caso não realize o pagamento integral de seu saldo, a diferença será financiada pela mesma taxa de juros do cartão consignado (inferior a um cartão convencional)

Embora o risco pareça ser o mesmo, o cartão de crédito consignado permite ter uma previsibilidade dos gastos o que, por consequência, também permite uma melhor organização financeira.

Portanto, é certo que trata-se de um produto amplamente aceito pelo mercado, com inúmeras vantagens ao consumidor e que se mostra uma das melhores opções de crédito, abrindo assim, um leque de oportunidades de contratação.

Por fim, prestadas todas as informações solicitadas, o Banco Daycoval S/A, coloca-se à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam úteis ou necessários, aproveitando o ensejo para renovar seus protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,



BANCO DAYCOVAL S/A

Eliene F. Campoe Barbosa

OAB/SP 240.802

JUCESP
10 01 19

1

BANCO DAYCOVAL S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º

BANCO DAYCOVAL S.A. (a "Sociedade" ou "Companhia") é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º

A Sociedade tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da Diretoria, alterar o endereço da sede, desde que dentro do mesmo município.

Artigo 3º

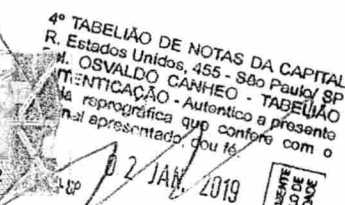
A Sociedade tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, investimento e de crédito, financiamento e investimento), inclusive câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

Artigo 4º

É vedado à Sociedade adquirir bens não destinados ao uso próprio, salvo os recebidos em liquidação de dívidas de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverá vendê-los dentro do prazo de 01 (um) ano, a contar do recebimento, prorrogável até duas vezes, a critério do Banco Central do Brasil.

Artigo 5º

O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.



MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escrivente Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50

MARCELO PADILHA DOS SANTOS
ESCRIVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRA P. VERBAS R\$ 3,70

CAPÍTULO II CAPITAL E AÇÕES

Artigo 6º

O Capital Social é de **R\$2.253.595.560,09** (dois bilhões, duzentos e cinquenta e três milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, quinhentos e sessenta reais e nove centavos) dividido em **230.820.429** (duzentos e trinta milhões, oitocentos e vinte mil, quatrocentas e vinte e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - Todas as ações da Sociedade são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Parágrafo 2º - Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Sociedade.

Artigo 7º

Cada ação ordinária dará direito a 01 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - Os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à razão de 01 (uma) ação ordinária para 01 (uma) ação preferencial, desde que integralizadas e observado o limite legal, bem como a regulamentação vigente sobre transferência de controle. Os pedidos de conversão deverão ser encaminhados por escrito à Diretoria. Os pedidos de conversão recebidos e aceitos pela Diretoria deverão ser homologados na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a aprovação da conversão pela Diretoria.

Artigo 8º

A Sociedade fica autorizada a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até **381.225.807** (trezentos e oitenta e um milhões, duzentos e vinte e cinco mil e oitocentas e sete) ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie, observando-se, quanto às ações preferenciais, o limite máximo previsto em lei.

Parágrafo 1º - O aumento de capital social será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão de ações, inclusive preço, prazo e forma de integralização. Em caso de aumento de capital decorrente da incorporação de reservas, segundo normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, a competência será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.



4.º TABELIÃO - SP
Marco Aurélio de Almeida
Escrevente Autorizado



4.º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - SP
MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escrevente Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50

DUCE SP
10 01 19

3

Parágrafo 2º - Dentro do limite do capital autorizado, a Sociedade poderá emitir ações e bônus de subscrição.

Parágrafo 3º - A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou (ii) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), arts. 257 e 263, e dentro do limite do capital autorizado.

Parágrafo 4º - Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, a Sociedade poderá estabelecer as condições e outorgar opção de compra de ações destinada a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Sociedade ou à sociedade sob seu controle.

CAPÍTULO III ADMINISTRAÇÃO

Artigo 9º

A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

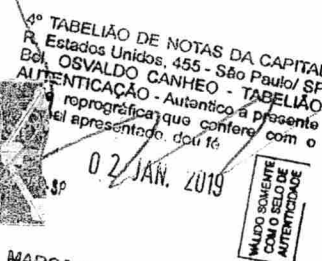
Artigo 10

Os Conselheiros e Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de atas das Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, respectivamente, após homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil. Os Conselheiros poderão ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral e os Diretores pelo Conselho de Administração, devendo permanecer no exercício de seus respectivos cargos até a investidura de seus sucessores.

Parágrafo Único - Vencido o prazo de seus mandatos, os Conselheiros e os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a posse de seus respectivos substitutos, caso não tenham sido eles próprios reeleitos.

Artigo 11

Observado o disposto no Artigo 10 acima, a posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Os administradores deverão, imediatamente após a posse no cargo, comunicar à CVM a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Sociedade de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.



MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escritor Autorizado
pago pelo ato R\$ 3,50

DUCESP
10 01 19

4

Artigo 12

A Assembleia Geral fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Sociedade, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre sua distribuição.

SEÇÃO I

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

Artigo 13

O Conselho de Administração é órgão colegiado, composto por, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 10 (dez) membros, eleitos pela Assembleia Geral, que indicará dentre eles o Presidente, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral determinará pelo voto da maioria absoluta, não se computando os votos em branco, previamente à sua eleição, o número de cargos do Conselho de Administração a serem preenchidos em cada mandato unificado de dois anos.

Parágrafo 2º - No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Nível 2, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger. Quando a aplicação do percentual anteriormente mencionado resultar em número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, se a fração for igual ou superior a 0,5; ou (ii) imediatamente inferior, se a fração for inferior a 0,5.

Parágrafo 3º - Para fins deste Estatuto Social, considera-se Conselheiro Independente aquele que: (i) não tiver qualquer vínculo com a Sociedade, exceto participação no capital social; (ii) não é Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau do Acionista Controlador, ou não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, vinculado à Sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não tiver sido, nos últimos três anos, empregado ou Diretor da Sociedade, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Sociedade; (iv) não for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (v) não é funcionário ou administrador de Sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Sociedade; e (vii) não receber outra remuneração da Sociedade além da de Conselheiro (excluem-se desta restrição proventos em dinheiro oriundos de participação no capital). É também considerado Conselheiro Independente aquele eleito mediante faculdade prevista nos parágrafos 4º e 5º do Artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações.



MARCELO PADILHA DOS SANTOS
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P. VERBAS - R\$ 3,50

DUPLICATA
10 01 19

5

Parágrafo 4º - O Presidente do Conselho de Administração, em suas ausências ou impedimentos temporários, será substituído pelo Conselheiro que ele próprio designar.

Parágrafo 5º - No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, será convocada a Assembleia Geral no prazo de 30 (trinta) dias, para escolher o substituto, que completará o prazo de gestão do substituído.

Parágrafo 6º - Em caso de vacância em outro cargo do Conselho de Administração, o seu Presidente designará o substituto, observados os preceitos legais e deste Estatuto Social, que servirá até a primeira Assembleia Geral que eleger novos Conselheiros.

Parágrafo 7º - Nos casos de impedimento temporário ou ausência, os Conselheiros serão substituídos entre si, por indicação do Presidente.

Parágrafo 8º - Os cargos de presidente do Conselho de Administração e de principal executivo não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 14

O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação do seu Presidente ou de qualquer um de seus membros, e independente de convocação se todos os seus membros estiverem presentes, instalando-se e deliberando validamente com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 1º - As reuniões serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - Nas deliberações do Conselho de Administração, o Presidente terá também o voto de qualidade.

Parágrafo 3º - Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas, assinadas por todos os membros presentes, devendo ser publicadas as que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 15

Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas em lei:

- fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, decidir sobre a política econômico-financeira e administrativa e criar mecanismos internos para verificação do cumprimento de suas determinações;
- deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral Ordinária e, quando julgar conveniente, da Assembleia Geral Extraordinária;
- eleger e destituir Diretores e fixar-lhes as funções;



DUCEAF
10 01 19

6

- d) aprovar a estrutura organizacional da Sociedade;
- e) deliberar, "ad referendum" da Assembleia Geral, sobre a distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros ou de reservas de lucros existentes no balanço semestral ou anual;
- f) deliberar, "ad referendum" da Assembleia Geral, sobre pagamento ou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da legislação aplicável;
- g) aprovar políticas e estratégias operacionais, planos e orçamentos semestrais, anuais ou plurianuais para operações, investimentos e atividades administrativas;
- h) manifestar-se sobre os relatórios da administração e as contas da Diretoria;
- i) deliberar sobre emissão de ações ou de bônus de subscrição;
- j) propor o aumento de capital à Assembleia Geral Ordinária e à Assembleia Geral Extraordinária, quando conveniente, pela incorporação de reservas ou por emissão e subscrição de ações;
- k) deliberar sobre os casos extraordinários ou omissos, orientando-se por este Estatuto Social e pela legislação vigente;
- l) deliberar sobre a distribuição da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, quando fixada de forma global pela Assembleia Geral;
- m) escolher e destituir os auditores independentes;
- n) submeter à Assembleia Geral proposta de aumento de capital acima do limite do capital autorizado, bem como de reforma do Estatuto Social;
- o) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Sociedade para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- p) nomear e destituir os membros do Comitê de Auditoria;
- q) aprovar as regras operacionais que o Comitê de Auditoria vier a estabelecer para o seu próprio funcionamento e tomar ciência das atividades do Comitê através de seus relatórios;
- r) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria;
- s) nomear e destituir os membros do Comitê de Remuneração;
- t) aprovar as regras operacionais que o Comitê de Remuneração vier a estabelecer para o seu próprio funcionamento e tomar ciência das atividades do Comitê de Remuneração; e
- u) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Remuneração.



- a) convocar, instalar e presidir as Assembleias Gerais;
- b) convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; e
- c) diligenciar para que sejam cumpridas as resoluções do Conselho de Administração e das Assembleias Gerais.

JUCESP
10 01 19

8

Parágrafo 2º - As deliberações referentes à matéria constante do item "c" do Artigo 19 poderão ser tomadas em reunião de Diretoria com a presença de 2 (dois) Diretores, no mínimo, não sendo necessário o voto de Diretor Executivo.

Parágrafo 3º - Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas e assinadas por todos os membros presentes, devendo ser publicadas e arquivadas no Registro do Comércio, as atas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 19

Compete à Diretoria a direção dos negócios da Sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento, cabendo-lhe, além das atribuições legais:

- cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto Social e as diretrizes e deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- levantar balanços semestrais, elaborar e apresentar anualmente à Assembleia Geral Ordinária as demonstrações financeiras e o relatório de administração, bem como assiná-los e publicá-los;
- decidir sobre instalação, alteração do endereço ou supressão de filiais, agências, subsidiárias, unidades administrativas e outras dependências, no Brasil e no exterior, deliberando, inclusive, sobre aumento, destaque ou redução do capital das aludidas subsidiárias e/ou dependências;
- definir a política administrativa da Sociedade;
- deliberar sobre os investimentos, diretos ou indiretos, inclusive por intermédio de controladas e coligadas;
- conduzir os negócios e serviços da Sociedade dentro das áreas de atuação atribuídas a cada um de seus membros, particularmente quanto ao planejamento e desenvolvimento, administração, controles e atividades financeiras;
- designar e destituir o Ouvidor, nos termos do Capítulo VII abaixo; e
- instituir exceções adicionais às previstas no Parágrafo 3º do Artigo 23.

Artigo 20

Compete aos Diretores sem designação específica desempenhar as funções que lhes forem atribuídas pelos Diretores Executivos, podendo cada um, isoladamente, praticar apenas os atos de mera rotina e de correspondência não obrigacional da Sociedade.



DUCEAP
10 01 19

9

Artigo 21

Compete aos Diretores Executivos, agindo isoladamente:

- a) exercer as funções que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração;
- b) cumprir as atribuições específicas que lhes forem outorgadas em reunião da Diretoria; e
- c) orientar as atividades dos Diretores sem designação específica.

Artigo 22

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas, representar a Sociedade perante os órgãos reguladores e demais instituições que atuem no mercado de valores mobiliários, cabendo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM, ao Banco Central do Brasil, às bolsas de valores em que a Sociedade tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas pela Sociedade no mercado de valores mobiliários, no Brasil e no exterior.

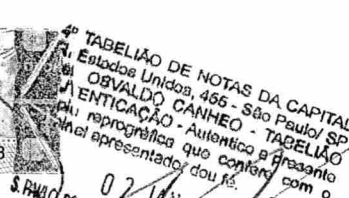
Artigo 23

A Sociedade será representada, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, por:

- a) 02 (dois) Diretores Executivos;
- b) 01 (um) Diretor Executivo e 01 (um) Diretor sem designação específica;
- c) 01 (um) Diretor Executivo e um procurador com poderes específicos para a prática do ato; ou
- d) 02 (dois) procuradores com poderes específicos para a prática do ato.

Parágrafo 1º - Dependerá sempre da assinatura de 02 (dois) Diretores Executivos, ou de 01 (um) Diretor Executivo em conjunto com 01 (um) Diretor sem designação específica, a prática dos seguintes atos:

- a) a alienação de bens do ativo permanente e a constituição ou cessão de direitos reais de garantia sobre tais bens;
- b) a prestação de outras garantias a favor de terceiros, observado o disposto no Parágrafo 2º desse Artigo; e



02 JAN. 2019
MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escrivente Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50



JUCESP
10 01 19

11

CAPÍTULO IV CONSELHO FISCAL

Artigo 27

A Sociedade terá um Conselho Fiscal cujo funcionamento não será permanente, podendo ser instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral a que for formulado o pedido de instalação do Conselho Fiscal elegerá os seus membros, fixando-lhes a respectiva remuneração, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo 2º - O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua instalação.

Parágrafo 3º - O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País.

Artigo 28

As atribuições e poderes do Conselho Fiscal são os definidos em lei, não podendo ser outorgados a outro órgão da Sociedade.

Parágrafo Único - Instalado o Conselho Fiscal, em caso de vacância ou de licença de Conselheiro por mais de 2 (dois) meses, será o cargo vacante ocupado pelo respectivo suplente, convocado pelo Presidente do Conselho de Administração.

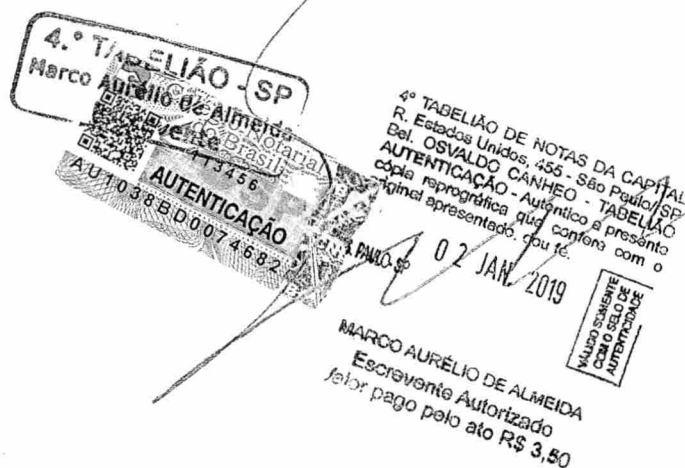
CAPÍTULO V ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 29

A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre os assuntos que lhe competem por lei e, extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas as prescrições legais que disciplinam a matéria.

Artigo 30

A Assembleia Geral será convocada, instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que convidará um dos acionistas presentes para secretariar os trabalhos da mesa.



MARCELO PADILHA DOS SANTOS
ESCRITÓRIO AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P. VERBAS - R\$ 3,70

DUCEAF
10 01 19

12

Parágrafo Único - Na ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração, as atividades mencionadas no "caput" deste artigo serão delegadas a um Conselheiro pelos demais membros do Conselho de Administração.

Artigo 31

As deliberações da Assembleia Geral ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo 1º - É permitida a representação do acionista por procurador que seja acionista ou administrador da Sociedade, bem como advogado, desde que o instrumento respectivo tenha sido outorgado há menos de 01 (um) ano.

Parágrafo 2º - O acionista que se fizer representar por procurador deverá, nos 05 (cinco) dias que antecederem a Assembleia Geral, apresentar à Sociedade os documentos necessários ao exame do respectivo instrumento.

CAPÍTULO VI DO COMITÊ DE AUDITORIA E COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

Artigo 32

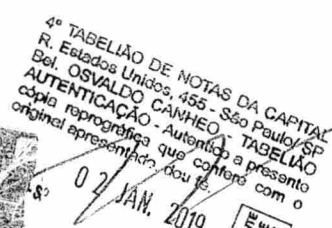
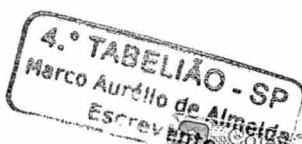
O Comitê de Auditoria será composto de, no mínimo, 03 (três) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo 1º - O prazo de mandato dos membros do Comitê de Auditoria é indeterminado.

Parágrafo 2º - O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - Além das previstas em lei ou regulamento, serão também atribuições do Comitê de Auditoria:

- estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas;
- recomendar, à administração da Sociedade, a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário;



MARCELO PADILHA DOS SANTOS
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/VERSAR R\$ 9,70

4º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/SP
Bel. OSVALDO CÂNHEO - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO - Autenticado a presente
cópia reprográfica que contém com o
original apresentado, dou fé.
02 JAN. 2019
MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escrevente Autorizado
Pago pelo ato R\$ 3,50

DUCEAF
10 01 19

13

- c) revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- d) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos;
- e) avaliar o cumprimento, pela administração da Sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos;
- f) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- g) recomendar, à Diretoria da Sociedade, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- h) reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a Diretoria da Sociedade, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros;
- i) verificar, por ocasião das reuniões previstas na alínea "h", o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria da Sociedade;
- j) reunir-se com o Conselho Fiscal, quando instalado, e Conselho de Administração, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;
- k) outras atribuições determinadas pelo Banco Central do Brasil.

Artigo 32-A

O Comitê de Remuneração será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 06 (seis) integrantes, pessoas físicas residentes no país, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, que fixará sua remuneração.

Parágrafo 1º - O prazo de mandato dos membros do Comitê de Remuneração é de 5 (cinco) anos, vedada a permanência de integrante no Comitê de Remuneração por prazo superior a 10 (dez) anos.

Parágrafo 2º - O Comitê de Remuneração deverá:

- a) reportar-se diretamente ao Conselho de Administração;



DUCE SP
10 01 19

14

- b) ter na sua composição pelo menos um membro não administrador da Companhia;
- c) ter na sua composição integrantes com as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre política de remuneração da Sociedade, inclusive sobre as repercussões dessa política na gestão de riscos.

Parágrafo 3º - Cumprido o prazo máximo previsto no Parágrafo 1º acima, o integrante do Comitê de Remuneração somente pode voltar a integrar tal órgão da Sociedade após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos.

Parágrafo 4º - Nos casos de vaga por renúncia ou destituição em que o Comitê de Remuneração ficar reduzido a menos de 3 (três) membros, o Conselho de Administração deverá, tempestivamente, eleger um substituto, que servirá até o término do mandato do substituído.

Parágrafo 5º - O Comitê de Remuneração se reunirá semestralmente, ou extraordinariamente mediante convocação de qualquer de seus membros, sendo certo que a reunião do Comitê de Remuneração só será validamente instalada com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 6º - Além das previstas em lei ou regulamento, serão também atribuições do Comitê de Remuneração:

- a) Elaborar a política de remuneração de administradores da Sociedade, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;
- b) Supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da Sociedade;
- c) Revisar anualmente a política de remuneração de administradores da Sociedade, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento;
- d) Propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações;
- e) Avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores;
- f) Analisar a política de remuneração de administradores da Sociedade em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários;



4º TABELÃO DE NOTAS
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/ SP
Del. OSVALDO CANHEO - TABELÃO
AUTENTICAÇÃO - Autêntico a presente
cópia reprográfica que confere com o
original apresentado, dor fô.

VÁLIDO SOLENTE
COM SELO DE
AUTENTICIDADE

MARCELO PADILHA DOS SANTOS
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/ VERBAS- R\$ 3,70

4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/ SP
Del. OSVALDO CANHEO - TABELÃO
AUTENTICAÇÃO - Autêntico a presente
cópia reprográfica que confere com o
original apresentado, dor fô.

02 JAN 2019

MARCELO PADILHA DOS SANTOS
ESCREVENTE AUTORIZADO
feitor pago pelo ato R\$ 3,50

DUCEAP
10 01 19

15

g) Zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da Sociedade e com o disposto na regulamentação vigente.

Parágrafo 7º - O Comitê de Remuneração elaborará, com periodicidade anual, no prazo de 90 (noventa) dias, relativamente à data-base de 31 de dezembro, documento denominado "Relatório do Comitê de Remuneração", o qual deverá ser mantido à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO VII OUVIDORIA

Artigo 33

A Sociedade terá uma Ouvidoria, de funcionamento permanente, que atuará em nome de todas as instituições integrantes do conglomerado financeiro da Sociedade, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Instituições do Conglomerado"), com as seguintes atribuições:

- prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário das Instituições do Conglomerado;
- atuar como canal de comunicação entre as Instituições do Conglomerado e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e
- informar ao Conselho de Administração da Sociedade a respeito das atividades de Ouvidoria.

Artigo 34

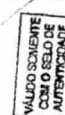
As atribuições da Ouvidoria abrangem as seguintes atividades:

- atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;
- prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não poderá ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;
- encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto;



4º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/ SP
Bel. OSVALDO CANHEO - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia reprográfica que confere com o
original apresentado, dou fé.

02 JAN. 2019



MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escrevente Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50

MARCELO PADILHA DOS SANTOS
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. PI VERBAS-R\$ 3,70

DUCE SP
10 01 19

16

d) manter o Conselho de Administração da Sociedade, informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Sociedade para solucioná-los; e

e) elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração da Sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

Artigo 35

O Ouvidor será designado pela Diretoria mediante observância de que preencha as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos, com mandato por prazo indeterminado.

Parágrafo Único - A Diretoria poderá destituir o Ouvidor caso o mesmo descumpra as atribuições previstas nos artigos 33 e 34 ou substituí-lo, nos casos de impedimento ou ausência temporária.

Artigo 36

Serão dadas à Ouvidoria as condições adequadas para o seu funcionamento, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção.

Artigo 37

A Ouvidoria terá acesso às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

CAPÍTULO VIII

EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DESTINAÇÃO DOS LUCROS E DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

Artigo 38

O exercício social inicia-se no dia 1º de janeiro e encerrar-se-á, cada ano, no dia 31 de dezembro. Ao final de cada exercício social, a Diretoria providenciará a elaboração das demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas legais e regulamentares vigentes.



MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escrevente Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50

DJCE SP
10 01 19

17

Artigo 39

O balanço de todo o ativo e passivo, obediente a todas as prescrições legais, será levantado em 30 (trinta) de junho e 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano. Facultativamente, a critério da Diretoria, a Sociedade poderá levantar balanços intermediários, inclusive para distribuição de dividendos, no último dia útil de cada mês, desde que observadas as prescrições legais.

Artigo 40

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e as provisões legais.

Artigo 41

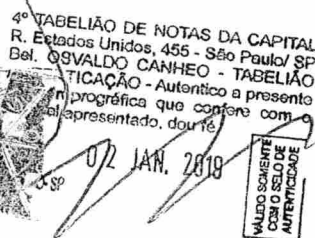
O lucro líquido apurado em cada exercício social, após as deduções referidas no artigo 40 acima, será diminuído ou acrescido dos seguintes valores, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações:

- a) 5% (cinco por cento) destinados à Reserva Legal, que não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 25% (vinte e cinco por cento) destinados ao pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas;
- c) importância destinada à formação de reservas para contingências e de reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e
- d) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados.

Artigo 42

O saldo remanescente do lucro líquido ajustado na forma do artigo 41 poderá, por proposta do Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral, ser 100% (cem por cento) destinado à Reserva de Lucros – Estatutária, visando assegurar a manutenção de adequadas condições operacionais à Sociedade. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e as reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% (cem por cento) do capital social integralizado.

Parágrafo Único - A parcela dos lucros que ainda remanescer após as deduções previstas neste artigo 42 e no artigo 41 deverá ser distribuída como dividendos.



MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escrivente Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50

JUCESP
10 01 19

18

Artigo 43

O Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado em balanço semestral ou trimestral, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros ou reservas.

Parágrafo 1º - Os dividendos declarados pelo Conselho de Administração serão colocados à disposição dos acionistas no prazo de 60 (sessenta) dias da data da publicação da respectiva ata.

Parágrafo 2º - Revertem em favor da Sociedade os dividendos não reclamados em 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas.

Artigo 44

Por deliberação do Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral, poderão ser pagos aos acionistas juros sobre o capital próprio, nos termos do artigo 9º da Lei nº. 9.249/95 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes à matéria.

Parágrafo Único - Os valores pagos aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício.

Artigo 45

A Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria e ao Conselho de Administração participação nos lucros, obedecidos os limites legais que lhe forem pertinentes.

CAPÍTULO IX

JUÍZO ARBITRAL

Artigo 46

A Sociedade, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.



DUCE SP
10 01 19

19

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 47

A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e fixar sua remuneração, bem como eleger o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação.

Artigo 48

Os Acordos de Ações que tenham por objeto regular o exercício do direito de voto e o poder de controle da Sociedade, deverão ser previamente submetidos à aprovação do Banco Central do Brasil.

Artigo 49

Os casos omissos neste Estatuto serão disciplinados pela Lei das Sociedades por Ações e pela legislação aplicável às instituições financeiras, sendo decididos ou solucionados pelo Conselho de Administração à luz desses diplomas legais.

Estatuto Social atualizado até a A.G.E. de 30 de outubro de 2018.


BANCO DAYCOVAL S.A.
Morris Dayan
Diretor Executivo


Salim Dayan
Diretor Executivo

4.º TABELIAO - SP
Marco Aurélio de Almeida
Escritório de Registro de Imóveis do Brasil
113456
AUTENTICAÇÃO
AUT1038BD0074698
4.º TABELIAO DE NOTAS DA CAPITAL
R. F. dos Unidos, 455 - São Paulo/ SP
DIVALDO CANHEO - TABELIAO
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
apólice que confere com o
original apresentado, do qual.
02 JAN. 2019
VÁLIDO SOMENTE
COM O SELO DE
AUTENTICAÇÃO


AUT1042BD0125383
AUTENTICAÇÃO
114462
VÁLIDO SOMENTE
COM SELO DE
AUTENTICAÇÃO

CARTÓRIO DO 12.º T.º
JOSÉ NICOLA SPÓS
Al. Santos, 1.400
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia reprográfica original
apresentado, do qual.
S. Paulo, 1.º de Janeiro de 2019
12.º

MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escritório Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50

MARCELO PADILHA DOS SANTOS
ESCRITÓRIO AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P. VERBAS: R\$ 3,50

JUCESP
12 07 18



JUCESP PROTOCOLO
0.638.954/18-6



BANCO DAYCOVAL S/A

CNPJ nº 62.232.889/0001-90
NIRE 35300524110

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 27.04.2018

DATA:

27 de abril de 2018, às 15:00 horas.

LOCAL:

Sede social, na Av. Paulista, nº 1793 - São Paulo - SP.

PRESENÇA:

Totalidade dos membros do Conselho de Administração.

MESA:

Presidente: Sasson Dayan.

Secretário: Morris Dayan.

ORDEM DO DIA:

1. Eleição dos membros da Diretoria e fixação de seu mandato; e
2. Designação do diretor responsável pela função de Relação com Investidores.

DELIBERAÇÕES:

Após os debates, foram aprovadas por unanimidade, as seguintes deliberações:

1. Eleger os membros da Diretoria, com remuneração definida na Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2018, a saber:

DIRETORES EXECUTIVOS:

CARLOS MOCHE DAYAN, brasileiro, casado em regime de separação de bens, economista, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 15.315.755-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 252.714.628-70;



CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS
HOMERO SANTI - TABELIÃO Al. Santos, 1470
AUTENTICAÇÃO: Autentico a presente
cópia reprográfica extraída pela parte,
conforme original apresentado. dou fé.

S. Paulo, 26 JUN. 2018

12º

Marcelo Padilha dos Santos
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P. VERBAS- R\$ 3,70
1042BB0770166

DUCE SP
12 07 18

2

MORRIS DAYAN, brasileiro, casado em regime de separação de bens, corretor de valores, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 8.595.549-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 195.131.528-63; e

SALIM DAYAN, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro de produção, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 14.516.400-7-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 154.174.598-10.

DIRETORES (SEM DESIGNAÇÃO ESPECIAL):

ALBERT ROUBEN, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, bancário, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG nº 12.137.879-2-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 107.342.458-82;

ALEXANDRE TEIXEIRA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador, residente em Jundiaí-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 17.163.025-7-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 115.748.028-44;

ALEXANDRE RHEIN, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletrônico, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 15.438.237-1-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 088.014.698-29;

MARIA REGINA RODRIGUES MACIEL NOGUEIRA, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portadora da C.I. RG. nº 9.399.659-7-SSP-SP e inscrita no CPF/MF sob nº 977.083.998-15;

NILO CAVARZAN, brasileiro, divorciado, economista, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG nº 5.164.530-0-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 568.088.018-00;



JUCE SP
12 07 18

3

RICARDO GELBAUM, brasileiro, solteiro, economista, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 34.908.594-8-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 596.586.907-00;

PAULO AUGUSTO LUZ FERREIRA SABA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, residente em São Paulo - SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo - SP, portador da C.I. RG. nº 17.000.803-4-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 162.994.678-86;

EDUARDO CAMPOS RAYMUNDO, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, bancário, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo - SP, portador da C.I. RG. nº 20.071.052-3-SSP - SP e inscrito no CPF/MF sob nº 125.889.498-00;

CLAUDINEI APARECIDO PEDRO, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, bancário, residente em São Paulo - SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo - SP, portador da C.I. RG. nº 22.885.373-4-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 125.061.698-06; e

ELIE JACQUES MIZRAHI, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, bancário, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo - SP, portador da C.I. RG. nº 27.789.088-3-SSP - SP e inscrito no CPF/MF sob nº 223.532.898-94.

- 1.1. O mandato dos diretores ora eleitos se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária de 2020.
- 1.2. Os diretores eleitos apresentaram as declarações de que não estão impedidos, por lei especial, de exercerem a administração da sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, as quais se encontram arquivadas na sede da sociedade.



CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS
HOMERO SANTI - TABELIÃO Al. Santos, 1470
AUTENTICAÇÃO: Autentico a presente
cópia reprográfrica extraída pela parte,
conforme original apresentado, dou fé.



JUCESP
12 07 18

4

- 1.3. Foi esclarecido que os Diretores ora eleitos apresentaram cópias do instrumento de declaração em conformidade com o artigo 2º, da Instrução CVM nº 367, de 29.05.2002.
2. Designar o Diretor Sr. **RICARDO GELBAUM** para o desempenho das funções de Relações com Investidores conforme previsto do § 2º do artigo 17 do Estatuto Social.

ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio, a qual logo após foi lida, aprovada e por todos assinada.
São Paulo, 27 de abril de 2018.

ASSINATURAS:

Presidente: Sasson Dayan.
Secretário: Morris Dayan.
Membros: **Sasson Dayan**
Morris Dayan
Carlos Moche Dayan
Rony Dayan
Gustavo Henrique de Barroso Franco
Sergio Alexandre Figueiredo Clemente

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.


SASSON DAYAN
Presidente


MORRIS DAYAN
Secretário



DUCE SP
10 01 19

1

BANCO DAYCOVAL S.A.

CNPJ nº 62.232.889/0001-90
NIRE 35300524110

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA
EM 30.10.2018**

DATA:

30 de outubro de 2018, às 11:00 horas.

LOCAL:

Sede social do Banco Daycoval S.A. ("Companhia"), na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - São Paulo-SP.

PRESENÇA:

Acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, correspondente às ações ordinárias de emissão da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Presente também o Sr. Sasson Dayan, na condição de usufrutuário do direito de voto sobre parte das ações da Companhia ("Usufrutuário").

MESA:

Presidente: Sasson Dayan.
Secretário: Morris Dayan.

ORDEM DO DIA:

1. Deliberar sobre a conversão das **43.253.988** (quarenta e três milhões, duzentas e cinquenta e três mil, novecentas e oitenta e oito) ações preferenciais, correspondente à totalidade das ações preferenciais emitidas pela Companhia, em ações ordinárias, à razão de uma ação ordinária para cada ação preferencial;
2. Aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações;
3. Reformar e consolidar o Estatuto Social para refletir as deliberações constantes dos itens 1 e 2 acima.



4º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/SP
Bel. OSVALDO CANHED - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO - Autentica a presente
cópia reprográfica que confere com o
original apresentado, dou fé.

S. PAULO - SP
02 JAN 2019
MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escrevente Autorizado
pago pelo ato R\$ 3,50

DELIBERAÇÕES:

Após amplos debates, foram aprovadas por unanimidade, as seguintes deliberações:

1. Aprovar a conversão da totalidade das ações preferenciais emitidas pela Companhia, correspondente a **43.253.988** (quarenta e três milhões, duzentas e cinquenta e três mil, novecentas e oitenta e oito) *ações preferenciais*, em *ações ordinárias*, à razão de uma ação ordinária para cada ação preferencial.
- 1.1. Desta forma, o capital social de **R\$1.892.143.161,22** (um bilhão, oitocentos e noventa e dois milhões, cento e quarenta e três mil, cento e sessenta e um mil reais e vinte e dois centavos) passa a ser dividido em **204.123.780** (duzentos e quatro milhões, cento e vinte e três mil, setecentas e oitenta) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, assim distribuídas entre os acionistas

Acionistas	Posição Anterior		Conversão de Ações PN em ON	Posição Final ON
	ON	PN		
Sasson Dayan	-	50.000	50.000	50.000
Carlos Moche Dayan	43.391.944	12.822.542	12.822.542	56.214.486
Salim Dayan	43.391.944	12.822.542	12.822.542	56.214.486
Morris Dayan	53.617.344	14.400.417	14.400.417	68.017.761
Rony Dayan	20.468.560	3.158.487	3.158.487	23.627.047
TOTAL	160.869.792	43.253.988	43.253.988	204.123.780

2. Aumentar o capital social em **R\$361.452.398,87** (trezentos sessenta e um milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e noventa e oito reais e oitenta e sete centavos), mediante a emissão de **26.696.649** (vinte e seis milhões, seiscentas e noventa e seis mil, seiscentas e quarenta e nove) novas ações ordinárias, ao preço unitário de **R\$13,53924228**, de forma que o capital social da Companhia passa a ser de **R\$2.253.595.560,09** (dois bilhões, duzentos e cinquenta e três milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, quinhentos e sessenta reais e nove centavos), dividido em **230.820.429** (duzentos e trinta milhões, oitocentos e vinte mil, quatrocentas e vinte e nove) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

- 2.1. As ações emitidas em razão do aumento de capital ora aprovado são neste ato subscritas e totalmente integralizadas pelos acionistas abaixo mediante a capitalização de créditos detidos pelos referidos

CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS
JOSE NICOLA SPOSITO - TABELIÃO INTERINO
Al. Santos, 1470 - São Paulo-SP
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia reprográfica, conforme original
apresentado, dou fé.

S. Paulo
17 FEV. 2020
12º



4º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/SP
Bel. OSVALDO CANHELO - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia reprográfica, que contém com o
original apresentado, dou fé.

S. Paulo
02 JAN. 2019

MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escrevente Autorizado
pago pelo ato R\$ 3,50

DUCE SP
10 01 19

3

acionistas, decorrentes da distribuição de dividendos aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada nesta data:

Acionistas	Quantidade de Ações ON			Valor - R\$ da Integralização (Crédito de Dividendos)
	Possuídas	Subscritas	Posição Atual	
Carlos Moche Dayan	56.214.486	11.803.275	68.017.761	159.807.399,92
Salim Dayan	56.214.486	11.803.275	68.017.761	159.807.399,92
Rony Dayan	23.627.047	3.090.099	26.717.146	41.837.599,03
TOTAL	136.056.019	26.696.649	162.752.668	361.452.398,87

- 2.2. Os acionistas **SASSON DAYAN** e **MORRIS DAYAN**, renunciaram expressamente ao direito de subscrição das ações ora emitidas.
- 2.3. A referida importância está dispensada de depósito no Banco Central do Brasil, conforme item 2 da Carta-Circular nº 2.994, de 15.01.2002.
3. Reformar os artigos 6º e 7º do Estatuto Social, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 6º - O Capital Social é de **R\$2.253.595.560,09** (dois bilhões, duzentos e cinquenta e três milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, quinhentos e sessenta reais e nove centavos) dividido em **230.820.429** (duzentos e trinta milhões, oitocentos e vinte mil, quatrocentas e vinte e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - Todas as ações da Sociedade são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Parágrafo 2º - Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Sociedade.

Artigo 7º - Cada ação ordinária dará direito a 01 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - Os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à razão de 01 (uma) ação ordinária para 01 (uma) ação preferencial, desde que integralizadas e observado o limite legal, bem como a regulamentação vigente sobre transferência de controle. Os pedidos de conversão deverão ser encaminhados por escrito à Diretoria. Os pedidos de conversão recebidos e aceitos pela Diretoria deverão ser homologados na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a aprovação da conversão pela Diretoria.

CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS
JOSÉ NICOLA SPÓSITO - TABELIÃO INTERINO
Al. Santos, 1470 - São Paulo-SP
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia reprográfica, conforme original
apresentado, dou fé.

S. Paulo, 17 FEB 20



4º TABELIÃO - SP

Marco Aurélio de Almeida
Escritor



4º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos, 485 - São Paulo/ SP
Sol. OSVALDO CANHEO - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia reprográfica que confere com o
original apresentado, dou fé.

S. PAULO, SP

10 2 JAN. 2019

MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escritor Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50

JUCESP
10 01 19

4

- 3.1. Para efeito de arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, o Estatuto Social, devidamente consolidado, é apensado ao final da presente ata.

ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, a palavra foi oferecida a todos que dela quisessem fazer uso e, ninguém se manifestando, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e, estando em conformidade, foi assinada por todos os presentes.
São Paulo, 30 de outubro de 2018.

Assinaturas:

Presidente: **Sasson Dayan**
Secretário: **Morris Dayan**
Acionistas: **SASSON DAYAN;**
SALIM DAYAN;
MORRIS DAYAN;
CARLOS MOCHE DAYAN;
RONY DAYAN.

67

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

SASSON DAYAN
Presidente

MORRIS DAYAN
Secretário

JUCESP

1 0 JAN 2019

SEDE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP

FLÁVIA R. BRITTO DE CARVALHO
SECRETARIA GERAL

4.688/19-3

JUCESP



CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS
JOSÉ NICOLA SPÓSITO - TABELIÃO INTERINO
Al. Santos, 1470 - São Paulo-SP
AUTENTICAÇÃO - Autêntico a presente
cópia reprográfica, conforme original
apresentado, dou fé.

S. Paulo, 17 FEV. 2020



14º Tabelião de Notas

Comarca - São Paulo

Dr. Paulo Tupinambá Vampré



Livro 5442

Páginas 279/280

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: -

BANCO DAYCOVAL S/A

Validade: 02 (DOIS) ANOS.

(DAYCOVAL 2019. JURÍDICO CONTENCIOSO)

Aos onze (11) dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (2019), nesta Cidade e Capital de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.793, perante mim, escrevente deste 14º Tabelião, compareceu como outorgante, **BANCO DAYCOVAL S/A**, com sede na Avenida Paulista nº 1.793, bairro Bela Vista (CEP: 01311-200), nesta Capital, inscrito no CNPJ sob nº 62.232.889/0001-90, com sua situação cadastral ativa, possuidor do NIRE (JUCESP) nº 35-3-00524110, com seu Estatuto Social reformado e Consolidado pela Assembleia Geral Ordinária Extraordinária realizada em 30/10/2018, cuja ata foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob nº 4.688/19-3, em 10/01/2019, da qual uma cópia reprográfica autenticada encontra-se arquivada nestas Notas no "Classificador Eletrônico", neste ato, representado por seus diretores executivos, **SALIM DAYAN**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da carteira de identidade RG nº 14.516.400-7 SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 154.174.598-10 e **MORRIS DAYAN**, brasileiro, casado, corretor de valores, portador da carteira de identidade RG nº 8.595.549 SSP-SP e inscrito no CPF sob nº 195.131.528-63, ambos residentes e domiciliados nesta Capital, com escritório na Avenida Paulista, nº 1.793, reeleitos pela Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 27/04/2018, cuja ata foi registrada na JUCESP sob nº 320.370/18-5, em 12/07/2018, da qual uma cópia reprográfica autenticada encontra-se arquivada nestas Notas, os quais declaram sob as penas da lei, que a Consolidação supracitada é o último ato constitutivo registrado que altera seu Estatuto Social, respondendo civil e criminalmente pela veracidade desta declaração; os presentes capazes, identificados por mim escrevente, consoante documentos de identidade apresentados, dou fé. Então, pelo outorgante, na forma representado, me foi dito que, por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **ALINE MARQUES POLIDO**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 42.112.754-5 SSP/SP, inscrita na OAB/SP sob nº 287.309 e CPF sob nº 331.571.108-96; **ELIENE FATIMA CAMPOE BARBOSA**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 29.936.202-4 SSP/SP, inscrita na OAB/SP sob nº 240.802 e CPF sob nº 269.817.478-12; **JULIANA VIEIRALVES AZEVEDO CAMARGO**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 52.812.006-2 SSP/SP, inscrita na OAB/SP sob nº 181.718 e no CPF sob nº 074.577.217-03; **SANDRA KHAFIF DAYAN**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 10.106.888-8 SSP/SP, inscrita na OAB/SP sob nº 131.646 e no CPF sob nº 227.162.868-76; e **VIVIANE FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 54.607.075-9 SSP/SP, inscrita na OAB/SP sob nº 208.039 e no CPF sob nº 884.854.634-04, todas residentes e domiciliadas nesta Capital, com escritório no mesmo endereço do outorgante; às quais confere poderes para, isoladamente, representarem a Outorgante perante o foro em geral e onde mais preciso for, com a cláusula "ad judicium et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal e onde mais necessário for, inclusive, perante as Repartições Públicas em geral e seus Órgãos e Departamentos, sempre com o objetivo de preservar e defender direitos e interesses do Outorgante, podendo para tanto referidas procuradoras, promoverem quaisquer medidas, judiciais ou extrajudiciais, exigir direitos e reconhecer deveres, prestar declarações e informações, fazer comunicações, nomear prepostos para representá-lo administrativa e judicialmente, receber correspondências,



10472602044379.001230168-8

Rua Antônio Bicudo, 66 - CEP: 05418-010 - São Paulo
Fone: (11) 3065-4500 - Fax: (11) 3088-0292
www.vampre.com.br

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
DO 34º SUBDISTRITO DE JUNDIAÍ - SÃO PAULO
RUA SÃO CARLOS, 361 - JARDIM SÃO CARLOS
JUNDIAÍ - SP - 13.204-000



342 27 AGO. 2019
RICHARDO RIBEIRO DE OLIVEIRA
PROCURADOR GERAL DO COLEGIO DOS NOTÁRIOS
E TABELIÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO
Escriturantes Autorizados



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

interpelações e notificações, requerendo, alegando e produzindo provas, cumprindo exigências, juntando documentos e/ou o que mais se fizer necessário, requerendo desentranhamento e assinando papéis e documentos e os especiais para transigir, firmar, acordos e compromissos, dar e receber quitação, dando tudo por bom, firme e valioso, podendo enfim, praticar todos os demais atos inerentes ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, poderes esses válidos apenas para demandas judiciais que envolvam valores de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). **O presente mandato tem validade por 02 (dois) anos, contados desta data, retroagindo os seus efeitos desde 06/06/2019, ficando, desde já, ratificados todos atos praticados desde a referida data.** Assim o disseram, dou fé, pediram-me e lhes lavrei este instrumento, o qual feito e lido em voz alta, foi achado conforme, aceitaram, outorgam e assinam. Tabelião: R\$269,90, Estado: R\$76,70, Sec. da Fazenda: R\$52,48, Imposto ao Município: R\$ 5,76, Ministério Público: R\$12,96, Registro Civil: R\$14,20, Tribunal de Justiça: R\$18,52, Santa Casa: R\$2,70, Total: R\$453,22. Eu, Mariana Rocha Poggi, escrevente a escrevi. Eu, Maria do Carmo Sanches de Sousa e Silva, Substituta, subscrevi. **Devidamente assinada pelos comparecentes, dou fé.** Traslada em seguida. Eu, Maria do Carmo Sanches de Sousa e Silva, Substituta, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

Em testº Mariana Rocha Poggi da verdade

Maria do Carmo Sanches de Sousa e Silva



14º TABELIÃO - VAMPRE
SÃO PAULO - CAPITAL
MARIA DO CARMO SANCHES DE SOUSA E SILVA
SUBSTITUTA
(§ 5º DA LEI 8.935/94)

A confirmação da lavratura e da cobrança deste ato poderão ser verificadas após 24hs no site: <http://www.tjsp.jus.br/selodigitalconsulta> mediante a informação do código QRCode abaixo ou pelo número do selo digital.

SELO DIGITAL Nº: 1112291PR033493311061919G.



CONTRATO Nº					
Correspondente no País					
Código/Nome:		CNPJ:		Telefone:	
Agente:				CPF:	
CEP:	Endereço:			Nº:	
Complemento:	Bairro:	Cidade:	UF:		
Benefício Vinculado ao Cartão:		INSS()	Outros Órgãos Públicos()	Empresas Privadas()	
Dados Titular:		CPF:	Nome:		
Nacionalidade:	Data Nascimento	Sexo	Estado Civil	Identidade(RG)	Data Emissão / Órgão Expeditor - UF
Nome da Mãe:				E-mail:	
CEP:	Endereço Residencial(Rua, Avenida, etc...):				Nº:
Complemento:	Bairro:	Cidade:	UF:		
Tel.(DDD e Nº)		Tel.Celular(DDD,Nº)		Portador Adicional(exceto INSS) () Não () Sim - Formulário Anexo.	
DADOS DOS BENEFÍCIO/SALÁRIO DO TITULAR					
Nome da Entidade/Empresa Averbadora:			Número do benefício / Matrícula / Registro:		Margem(%):
Endereço(Rua/Av., nº, Bairro, Cidade/UF):			Renda(R\$):	Data Admissão:	Telefone(DDD/Nº)
Nome do Banco Pagador		Nº do Banco	Nº Agência	Conta-corrente	Dia do Pagamento

ADESÃO


1. Condições Gerais: Declaro que recebi e li previamente as Condições Gerais de Emissão e Utilização do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval para Aposentados e Pensionistas do INSS, Servidores Públicos Ativos e Inativos e/ou Trabalhadores de Empresas Privadas ("Condições Gerais"), registradas em 12/03/2018 no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo/SP sob nº 2.150.519, inexistindo dúvidas sobre suas cláusulas, direitos e obrigações.

2. Autorização para Reserva de Margem Consignável: Autorizo o Banco Daycoval S/A, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, a constituir reserva de margem consignável de até ____ (_____) de minha remuneração, por tempo indeterminado, nos termos da legislação e convênio aplicáveis e do disposto no art. 6º da Lei 10.820/03, para os pagamentos mínimos mensais da(s) fatura(s) do Cartão de Crédito Consignado Banco do Daycoval ("Cartão") de minha titularidade, devendo tal autorização permanecer sempre válida e eficaz sob pena de cancelamento imediato de meu Cartão e adoção das medidas cabíveis.

3. Outras Declarações: Declaro estar ciente e concordar que: (I) ao utilizar o Cartão e/ou assinar este Termo de Adesão, estou anuindo, em caráter irrevogável e incondicional, ao disposto nas Condições Gerais; (II) poderei consultar sempre as Condições Gerais e suas alterações/aditamentos no site do Banco Daycoval S.A. ("Daycoval") no endereço eletrônico: www.daycoval.com.br; (III) as Condições Gerais poderão ser alteradas de tempos em tempos pelo Daycoval, mediante novos registros em cartório, as quais poderão, a critério do Daycoval, ser disponibilizadas na forma da alínea "II" acima (registros esses que serão noticiados no site do Daycoval); (IV) conheço os termos do convênio firmado pelo Daycoval e a Entidade/Empresa Averbadora para desconto em minha renda mensal do valor consignável acima descrito, para amortização do saldo devedor do Cartão de Crédito Consignado Banco Daycoval; (V) mensalmente será consignado em minha remuneração o valor do pagamento mínimo indicado nas faturas do Cartão, obrigando-me no caso de opção pelo pagamento integral a utilizar a fatura do Cartão para quitar o débito que exceder o valor consignável; (VI) O saldo devedor do cartão pode ser pago, antecipadamente, pelo montante total ou parcial, por meio do boleto, que acompanha a fatura mensal, na rede bancária, sendo direito do titular a redução proporcional dos juros e demais acréscimos. A amortização do pagamento mínimo da fatura ocorrerá por meio de desconto em folha de pagamento; (VII) o Daycoval está autorizado por prazo indeterminado a debitar quaisquer valores devidos em relação ao Cartão em minha conta bancária descrita acima e/ou em outra conta bancária de minha titularidade no Brasil que venha a substituí-la, inclusive a conta disponibilizada por seu empregador. Estou ciente de que se comprovada a falsidade das declarações e informações constantes deste Termo de Adesão estarei sujeito à responsabilidade criminal do artigo 299 do Código Penal (Crime de Falsidade Ideológica).

Local e Data

Assinatura do(a) Cliente

 ASSINATURA



Central de Serviços: 0300 111 0500

Central de Atendimento para Deficiente Auditivo: 0800 775 2005

V.2_18 - 201904

SAC Daycoval: 0800 775 0500

Ouvidoria Banco Daycoval: 0800 777 0900

Nº CARTÃO/PROPOSTA:			
Código/Nome:		CNPJ:	Telefone:
Agente:		CPF:	
CEP:	Endereço:		Nº:
Complemento:	Bairro:	Cidade:	UF:
DADOS DO TITULAR			
CPF:	Nome:		
DADOS BANCÁRIOS			
Nome do Banco:	Nº do Banco:	Nº Agência:	Nº da Conta(corrente/Poupança):

Autorizo o **BANCO DAYCOVAL S/A**, em caráter irrevogável e irretratável a:

() Transferir o valor abaixo indicado, referente a parte do limite de crédito do meu **Cartão de Crédito Consignado Banco Daycoval**, para a Conta Bancária da minha titularidade acima indicada.

() Utilizar o valor abaixo indicado, de parte do limite de crédito do meu **Cartão de Crédito Consignado Banco Daycoval**, para pagamento(s) da(s) fatura(s) junto ao(s) banco(s) _____, totalizando o valor de R\$ _____ (_____).

Declaro: (a) ter recebido a Planilha Demonstrativa do Custo Efetivo Total (CET), previamente à assinatura desta autorização, com o valor estimado do saque; (b) que recebi e concordei com todas as informações e cálculos pertinentes ao CET, bem como dos fluxos considerados em seu cálculo, inclusive a taxa percentual incidente, conforme condições vigentes na presente data; e (c) que o valor do saque será pago juntamente com as demais despesas da fatura de meu **Cartão de Crédito Consignado Banco Daycoval** ou financiado após a amortização do pagamento mínimo de minha fatura por meio de desconto em folha de pagamento.

Valor do Saque¹ R\$ _____ (_____).

Taxa de Juros: _____ % a.m. Taxa de Juros: _____ % a.a. IOF Diário: _____ % a.d. IOF Adicional: _____ %

Tarifa: R\$ _____ CET: _____ % a.m. CET: _____ % a.a.

Prazo: _____ (mensais) Vencimento Inicial: ____/____/____ Vencimento Final: ____/____/____

Total a pagar: Sem Financiamento: _____ Com Financiamento²: _____ Juros³: _____

¹ O Valor do saque está condicionado ao limite de crédito disponível, podendo ser inferior ao solicitado. ² O Valor total do financiamento refere-se à operação de crédito contratada nesta ato. ³ Total de juros previsto até o final do prazo.

Importante: O Saldo devedor do cartão pode ser pago, antecipadamente, pelo montante total ou parcial, por meio de boleto, que segue anexo a fatura mensal, em qualquer agência bancária, sendo direito do titular a redução proporcional dos juros e demais acréscimos. A amortização do pagamento mínimo da fatura ocorrerá por meio de desconto em folha de pagamento.

TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO

Declaro, para os devidos fins de direito, estar ciente de que o pagamento da fatura do cartão de crédito deve ocorrer em valor integral, constituindo o pagamento por consignação apenas o valor mínimo da fatura. O não pagamento integral da fatura do cartão de crédito gera encargos rotativos na ordem de _____, ao mês, incidentes sobre o valor não pago. Esse percentual é inferior ao cartão de crédito convencional. Declaro ainda ciência de que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores.

Local e Data: _____

Assinatura do(a) Cliente: _____

 ASSINATURA



TERMO DE CONSENTIMENTO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO

Em cumprimento a sentença Judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 106890-28.2015.4.01.3700, 3º Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, proposta pela Defensoria Pública da União.

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, benefício nº _____, residente e domiciliado em _____,

declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, estar de ciência e de acordo que:

- (i) contratei um cartão de crédito consignado;
- (ii) fui informado que na realização de saque mediante a utilização do meu limite do cartão de crédito consignado, ensejará a incidência de encargos rotativos na ordem de _____, ao mês, e que o valor do saque, acrescido destes encargos, constará na minha próxima fatura do cartão;
- (iii) a diferença entre o valor pago mediante consignação (desconto realizado diretamente na remuneração/benefício) e o total da fatura, poderá ser paga por meio da minha fatura mensal, o que é recomendado pelo Banco Daycoval S.A, já que, caso a fatura não seja integralmente paga até data de vencimento, incidirão encargos sobre o valor devido, conforme previsto na fatura;
- (iv) declaro saber que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros em percentuais menores;
- (v) estou ciente que a taxa de juros do cartão de crédito consignado é inferior à taxa de juros do Cartão de Crédito Convencional;
- (vi), sendo utilizado o limite parcial ou total de meu cartão de crédito, para saques ou compras, em uma única transação, o saldo devedor do cartão será liquidado ao final de até _____, contados a partir do primeiro desconto em folha, DESDE QUE: (a) eu não realize outras transações de qualquer natureza, durante todo o período de amortização projetado a partir da última utilização; (b) não ocorra a redução/perda da minha margem consignável de cartão; (c) os descontos mediante consignação ocorram mensalmente sem interrupção até a liquidação da dívida; (d) eu não realize qualquer pagamento espontâneo via fatura e (e) não haja alteração da taxa dos juros remuneratórios."

Para tirar dúvidas acerca do contrato ora firmado, inclusive sobre informações presentes neste Termo de Consentimento, o cliente poderá entrar em contato gratuitamente com o Banco Daycoval S.A através do Serviços de Atendimento ao Consumidor – SAC (nº 0800 775 0500) ou através do canal de Ouvidoria (nº 0800 777 0900).

**TENHO CIÊNCIA QUE ESTOU
CONTRATANDO UM CARTÃO DE
CRÉDITO CONSIGNADO NAS
CONDIÇÕES ACIMA.**



Local e Data: _____

Assinatura do(a) Cliente: _____

MINISTERIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO T, ED. SEDE,
SALA 518
ZONA CÍVICO – ADMINISTRATIVA – BRASÍLIA/DF
CEP: 70064-900
Nº: 7580/2017
DAYCRED.73621



Senador



Marcos David
2450.452

Avenida Paulista, 1793 - Bela Vista
São Paulo - SP | 01311- 200
11 3138-0500
www.daycoval.com.br





11061485

08012.000403/2020-83



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Esplanada dos Ministerios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518, - Bairro Zona
Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900
Telefone: (61) 2025-3636 / 9269 - www.justica.gov.br

Notificação nº 13/2020/CGEMM/DPDC/SENACON

Processo nº 08012.000403/2020-83

Interessado: BANCO OLÉ CONSIGNADO S.A.

Ao(À) Prezado(a) Senhor(a)

Representante Legal do **Banco Olé Consignado S.A.**

Rua Alvarenga Peixoto, 974 - Santo Agostinho

CEP: 30.180-120

Belo Horizonte/MG

Favor indicar expressamente o Processo nº 08012.000403/2020-83 na resposta.

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informamos que a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, enquanto órgão responsável por coordenar a Política Nacional das Relações de Consumo, que tem entre seus princípios garantir a proteção e exercício dos direitos dos consumidores, bem como promover a harmonização nas relações de consumo e, tendo em vista a reunião realizada no dia 18/01/20 (ata em anexo) com representantes da Senacon, dos Procons, da Defensoria Pública, da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) sobre o cartão de crédito consignado, vem por meio desta notificação solicitar esclarecimentos a respeito da oferta e uso deste produto pelos consumidores.

2. Assim, considerando os direitos e garantias previstos no Código

de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), em especial, os princípios da transparência, boa-fé e equilíbrio nas relações de consumo, além do direito à informação clara e ostensiva acerca do produto/serviço contratado e suas eventuais alterações, bem como a proteção contra práticas e cláusulas abusivas ou que gerem desvantagem desproporcional ao consumidor, venho notificá-lo para, no prazo não superior a **15 (quinze) dias** a contar do recebimento desta, apresentar a este Departamento os seguintes esclarecimentos:

- a) Como é dada a informação sobre o cartão de crédito consignado? Como vocês diferenciam, na oferta, o cartão de crédito consignado do empréstimo consignado?
- b) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de fraudes encontradas no cartão de crédito consignado, sobretudo quando utilizam os dados de outra pessoa para emitir o cartão?
- c) Qual a quantidade de contratos vigentes da modalidade cartão de crédito consignado a empresa tem no Brasil?
- d) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que usam ou usaram o cartão para fazer compras de bens e serviços no comércio?
- e) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que faz apenas saques em dinheiro?
- f) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes faz o saque no momento da contratação e já recebe o valor na conta?
- g) Como isso é oferecido ao consumidor? O "saque" pelo telefone, situação em que é depositada uma quantia na conta do consumidor, também é ofertado de maneira ativa? Ou seja, vocês ligam para os consumidores que já possuem o cartão de crédito consignado e oferecem esse "saque"?
- h) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que pagam integralmente as faturas do valor remanescente do desconto em folha de pagamento?
- i) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que fazem uso apenas de saques em dinheiro pagam integralmente a fatura de valor remanescente?
- j) Qual o prazo para emissão do cartão após a contratação?

- k) Quais os mecanismos de verificação do recebimento do cartão pelos contratantes de cartão de crédito consignado?
- l) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de cartões desbloqueados para uso?
- m) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento do cartão?
- n) Em caso de não recebimento do cartão, qual o prazo para seu cancelamento e emissão de um novo?
- o) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que faz a opção de recebimento da fatura por e-mail?
- p) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento da fatura?
- q) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que apresentou reclamações sobre lançamentos indevidos na fatura do cartão?
- r) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que realizou novo saque após o primeiro?
- s) Qual a média de novos saques efetuados pelos contratantes de cartão de crédito consignado?
- t) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que solicitou o cancelamento do cartão?
- u) Outras informações que considerar relevantes sobre o tema.

3. As respostas aos questionamentos acima devem ser enviadas, também, para o e-mail cgemm@mj.gov.br.

4. Conforme a ata da reunião em anexo, foi firmado um compromisso por esta Secretaria na elaboração de uma nota técnica até o dia 17/03/20, portanto, não poderemos conceder mais prazo para a resposta.

5. Quaisquer dúvidas, favor entrar em contato por e-mail ou pelo telefone **(61) 2025-3636**.

Atenciosamente,

ANDREY VILAS BOAS DE FREITAS

Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Vilas Boas de Freitas**, **Coordenador(a)-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado**, em 20/02/2020, às 17:52, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues**, **Diretor(a) do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor**, em 20/02/2020, às 17:57, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11061485** e o código CRC **51AD7BB7**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08012.000403/2020-83

SEI nº 11061485

**Correios****AVISO DE RECEBIMENTO****AR**(11302476)

DATA DE POSTAGEM

26/02/2020

DESTINATÁRIO

REPRESENTANTE LEGAL DO BANCO OLE CONSIGNADO S.A.
RUA ALVARENGA PEIXOTO, 974 SANTO AGOSTINHO, 0
LOURDES BELO HORIZONTE MG
30180-120

REMETENTE

Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON
Esplanada dos Ministérios Bloco T,
Zona Cívico-Administrativa Brasília - DF
70064-900



JU472755673BR

UNIDADE DE POSTAGEM

AGF SIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1º ____/____/____ : ____
2º ____/____/____ : ____
3º ____/____/____ : ____

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - NOTIFICAÇÃO Nº 13/2020/CGEMM/DPDC/SENACON, PROCESSO: 08012.000403/2020-83 ED. SEDE, SALA 518.

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- ☐ [1] MUDOU-SE ☐ [6] NÃO PROCURADO
☐ [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE ☐ [7] AUSENTE
☐ [3] NÃO EXISTE NÚMERO ☐ [8] FALECIDO
☐ [4] DESCONHECIDO ☐ [9] OUTROS
☐ [5] RECUSADO

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Aécio Alves Schmidt
Mat. 8422851-2

02 MAR 2020

DATA DE ENTREGA

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

João Victor Brito de Moraes
Setor de Expediente
MG - 18.181.202
Facilities



11061748

08012.000403/2020-83



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Esplanada dos Ministerios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518, - Bairro Zona
Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900
Telefone: (61) 2025-3636 / 9269 - www.justica.gov.br

Notificação nº 14/2020/CGEMM/DPDC/SENACON

Processo nº 08012.000403/2020-83

Interessado: BANCO PAN S.A

Ao(À) Prezado(a) Senhor(a)

Representante Legal do **Banco PAN S.A.**

Avenida Paulista, nº 1.374, 16º andar - Bela Vista

CEP: 01.310-100 São Paulo/SP

Favor indicar expressamente o Processo nº 08012.000403/2020-83 na resposta.

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informamos que a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, enquanto órgão responsável por coordenar a Política Nacional das Relações de Consumo, que tem entre seus princípios garantir a proteção e exercício dos direitos dos consumidores, bem como promover a harmonização nas relações de consumo e, tendo em vista a reunião realizada no dia 18/01/20 (ata em anexo) com representantes da Senacon, dos Procons, da Defensoria Pública, da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) sobre o cartão de crédito consignado, vem por meio desta notificação solicitar esclarecimentos a respeito da oferta e uso deste produto pelos consumidores.

2. Assim, considerando os direitos e garantias previstos no Código

de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), em especial, os princípios da transparência, boa-fé e equilíbrio nas relações de consumo, além do direito à informação clara e ostensiva acerca do produto/serviço contratado e suas eventuais alterações, bem como a proteção contra práticas e cláusulas abusivas ou que gerem desvantagem desproporcional ao consumidor, venho notificá-lo para, no prazo não superior a **15 (quinze) dias** a contar do recebimento desta, apresentar a este Departamento os seguintes esclarecimentos:

- a) Como é dada a informação sobre o cartão de crédito consignado? Como vocês diferenciam, na oferta, o cartão de crédito consignado do empréstimo consignado?
- b) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de fraudes encontradas no cartão de crédito consignado, sobretudo quando utilizam os dados de outra pessoa para emitir o cartão?
- c) Qual a quantidade de contratos vigentes da modalidade cartão de crédito consignado a empresa tem no Brasil?
- d) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que usam ou usaram o cartão para fazer compras de bens e serviços no comércio?
- e) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que faz apenas saques em dinheiro?
- f) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes faz o saque no momento da contratação e já recebe o valor na conta?
- g) Como isso é oferecido ao consumidor? O "saque" pelo telefone, situação em que é depositada uma quantia na conta do consumidor, também é ofertado de maneira ativa? Ou seja, vocês ligam para os consumidores que já possuem o cartão de crédito consignado e oferecem esse "saque"?
- h) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que pagam integralmente as faturas do valor remanescente do desconto em folha de pagamento?
- i) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que fazem uso apenas de saques em dinheiro pagam integralmente a fatura de valor remanescente?
- j) Qual o prazo para emissão do cartão após a contratação?

- k) Quais os mecanismos de verificação do recebimento do cartão pelos contratantes de cartão de crédito consignado?
- l) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de cartões desbloqueados para uso?
- m) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento do cartão?
- n) Em caso de não recebimento do cartão, qual o prazo para seu cancelamento e emissão de um novo?
- o) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que faz a opção de recebimento da fatura por e-mail?
- p) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento da fatura?
- q) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que apresentou reclamações sobre lançamentos indevidos na fatura do cartão?
- r) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que realizou novo saque após o primeiro?
- s) Qual a média de novos saques efetuados pelos contratantes de cartão de crédito consignado?
- t) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que solicitou o cancelamento do cartão?
- u) Outras informações que considerar relevantes sobre o tema.

3. As respostas aos questionamentos acima devem ser enviadas, também, para o e-mail cgemm@mj.gov.br.

4. Conforme a ata da reunião em anexo, foi firmado um compromisso por esta Secretaria na elaboração de uma nota técnica até o dia 17/03/20, portanto, não poderemos conceder mais prazo para a resposta.

5. Quaisquer dúvidas, favor entrar em contato por e-mail ou pelo telefone **(61) 2025-3636**.

Atenciosamente,

ANDREY VILAS BOAS DE FREITAS

Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Vilas Boas de Freitas**, **Coordenador(a)-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado**, em 20/02/2020, às 17:52, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues**, **Diretor(a) do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor**, em 20/02/2020, às 17:57, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11061748** e o código CRC **B149B0AF**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08012.000403/2020-83

SEI nº 11061748



AVISO DE RECEBIMENTO

AR(11302607)

DATA DE POSTAGEM

26/02/2020

DESTINATÁRIO

REPRESENTANTE LEGAL DO BANCO PAN S.A.
AVENIDA PAULISTA, Nº 1.374, 16º ANDAR, 0

BELA VISTA

SAO PAULO SP

01310-100

REMETENTE

Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON

Esplanada dos Ministérios Bloco T,

Zona Cívico-Administrativa Brasília - DF

70064-900



JU472755687BR

UNIDADE DE POSTAGEM

AGF SIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

28 FEV 2021

SE/SPM

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____

2º ____/____/____ : ____

3º ____/____/____ : ____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Jayme Souza
Lider de Expediente
RG: 44.218.881-7

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - NOTIFICAÇÃO Nº 14/2020/CGEMM/DPDC/SENACON PROCESSO: 08012.000403/2020-83 ED. SEDE, SALA 518;

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

[1] MUDOU-SE

[6] NÃO PROCURADO

[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE

[7] AUSENTE

[3] NÃO EXISTE NÚMERO

[8] FALECIDO

[4] DESCONHECIDO

[9] OUTROS

[5] RECUSADO

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

José Ricardo Vicente dos Santos
Matr. 8.013.116-90

DATA DE ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE



11061756

08012.000403/2020-83



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Esplanada dos Ministerios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518, - Bairro Zona
Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900
Telefone: (61) 2025-3636 / 9269 - www.justica.gov.br

Notificação nº 15/2020/CGEMM/DPDC/SENACON

Processo nº 08012.000403/2020-83

Interessado: BANCO BMG S.A

Ao(À) Prezado(a) Senhor(a)

Representante Legal do **Banco BMG S.A.**

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1830 - Torre 2 - 10º andar - Vila Nova
Conceição

CEP: 04.543-900

São Paulo/SP

**Favor indicar expressamente o Processo nº 08012.000403/2020-83 na
resposta.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informamos que a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, enquanto órgão responsável por coordenar a Política Nacional das Relações de Consumo, que tem entre seus princípios garantir a proteção e exercício dos direitos dos consumidores, bem como promover a harmonização nas relações de consumo e, tendo em vista a reunião realizada no dia 18/01/20 (ata em anexo) com representantes da Senacon, dos Procons, da Defensoria Pública, da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) sobre o cartão de crédito consignado, vem por meio desta notificação solicitar esclarecimentos a respeito da oferta e uso deste produto pelos consumidores.

2. Assim, considerando os direitos e garantias previstos no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), em especial, os princípios da transparência, boa-fé e equilíbrio nas relações de consumo, além do direito à informação clara e ostensiva acerca do produto/serviço contratado e suas eventuais alterações, bem como a proteção contra práticas e cláusulas abusivas ou que gerem desvantagem desproporcional ao consumidor, venho notificá-lo para, no prazo não superior a **15 (quinze) dias** a contar do recebimento desta, apresentar a este Departamento os seguintes esclarecimentos:

- a) Como é dada a informação sobre o cartão de crédito consignado? Como vocês diferenciam, na oferta, o cartão de crédito consignado do empréstimo consignado?
- b) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de fraudes encontradas no cartão de crédito consignado, sobretudo quando utilizam os dados de outra pessoa para emitir o cartão?
- c) Qual a quantidade de contratos vigentes da modalidade cartão de crédito consignado a empresa tem no Brasil?
- d) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que usam ou usaram o cartão para fazer compras de bens e serviços no comércio?
- e) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que faz apenas saques em dinheiro?
- f) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que faz o saque no momento da contratação e já recebe o valor na conta?
- g) Como isso é oferecido ao consumidor? O "saque" pelo telefone, situação em que é depositada uma quantia na conta do consumidor, também é ofertado de maneira ativa? Ou seja, vocês ligam para os consumidores que já possuem o cartão de crédito consignado e oferecem esse "saque"?
- h) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que pagam integralmente as faturas do valor remanescente do desconto em folha de pagamento?
- i) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que fazem uso apenas de saques em dinheiro pagam integralmente a fatura de valor remanescente?

- j) Qual o prazo para emissão do cartão após a contratação?
- k) Quais os mecanismos de verificação do recebimento do cartão pelos contratantes de cartão de crédito consignado?
- l) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de cartões desbloqueados para uso?
- m) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento do cartão?
- n) Em caso de não recebimento do cartão, qual o prazo para seu cancelamento e emissão de um novo?
- o) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que faz a opção de recebimento da fatura por e-mail?
- p) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento da fatura?
- q) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que apresentou reclamações sobre lançamentos indevidos na fatura do cartão?
- r) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que realizou novo saque após o primeiro?
- s) Qual a média de novos saques efetuados pelos contratantes de cartão de crédito consignado?
- t) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que solicitou o cancelamento do cartão?
- u) Outras informações que considerar relevantes sobre o tema.

3. As respostas aos questionamentos acima devem ser enviadas, também, para o e-mail cgemm@mj.gov.br.

4. Conforme a ata da reunião em anexo, foi firmado um compromisso por esta Secretaria na elaboração de uma nota técnica até o dia 17/03/20, portanto, não poderemos conceder mais prazo para a resposta.

5. Quaisquer dúvidas, favor entrar em contato por e-mail ou pelo telefone **(61) 2025-3636**.

Atenciosamente,

ANDREY VILAS BOAS DE FREITAS

Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Vilas Boas de Freitas**, **Coordenador(a)-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado**, em 20/02/2020, às 17:52, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues**, **Diretor(a) do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor**, em 20/02/2020, às 17:57, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11061756** e o código CRC **4F90AB6E**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08012.000403/2020-83

SEI nº 11061756



AVISO DE RECEBIMENTO

AR (11302650)

DATA DE POSTAGEM

26/02/2020

DESTINATÁRIO

REPRESENTANTE LEGAL DO BANCO BMG S.A.
AV. PRES. JUSC. KUBITSCHKE, 1830.TORRE 2 10º AND., 0
VILA NOVA CONCEICAO
04543-900
SAO PAULO SP

REMETENTE

Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON
Esplanada dos Ministérios Bloco T,
Zona Civico-Administrativa Brasília - DF
70064-900



JU472755695BR

UNIDADE DE POSTAGEM

AGF SIA POSTA

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____
2º ____/____/____ : ____
3º ____/____/____ : ____

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - NOTIFICAÇÃO Nº 15/2020/CGEMM/DPDC/SENACON , PROCESSO: 08012.000403/2020-83 BLOCO T, ED. SEDE, SALA 518;

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [6] NÃO PROCURADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [7] AUSENTE |
| [3] NÃO EXISTE NÚMERO | [8] FALECIDO |
| [4] DESCONHECIDO | [9] OUTROS |
| [5] RECUSADO | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Henrique Nunes
Matr 89177800

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE



11061774

08012.000403/2020-83



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Esplanada dos Ministerios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518, - Bairro Zona
Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900
Telefone: (61) 2025-3636 / 9269 - www.justica.gov.br

Notificação nº 16/2020/CGEMM/DPDC/SENACON

Processo nº 08012.000403/2020-83

Interessado: BANCO INTER S.A.

Ao(À) Prezado(a) Senhor(a)

Representante Legal do **Banco Inter S.A**

Avenida do Contorno, 7777 - Lourdes

CEP: 30.110-051

Belo Horizonte/MG

**Favor indicar expressamente o Processo nº 08012.000403/2020-83 na
resposta.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informamos que a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, enquanto órgão responsável por coordenar a Política Nacional das Relações de Consumo, que tem entre seus princípios garantir a proteção e exercício dos direitos dos consumidores, bem como promover a harmonização nas relações de consumo e, tendo em vista a reunião realizada no dia 18/01/20 (ata em anexo) com representantes da Senacon, dos Procons, da Defensoria Pública, da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) sobre o cartão de crédito consignado, vem por meio desta notificação solicitar esclarecimentos a respeito da oferta e uso deste produto pelos consumidores.

2. Assim, considerando os direitos e garantias previstos no Código

de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), em especial, os princípios da transparência, boa-fé e equilíbrio nas relações de consumo, além do direito à informação clara e ostensiva acerca do produto/serviço contratado e suas eventuais alterações, bem como a proteção contra práticas e cláusulas abusivas ou que gerem desvantagem desproporcional ao consumidor, venho notificá-lo para, no prazo não superior a **15 (quinze) dias** a contar do recebimento desta, apresentar a este Departamento os seguintes esclarecimentos:

- a) Como é dada a informação sobre o cartão de crédito consignado? Como vocês diferenciam, na oferta, o cartão de crédito consignado do empréstimo consignado?
- b) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de fraudes encontradas no cartão de crédito consignado, sobretudo quando utilizam os dados de outra pessoa para emitir o cartão?
- c) Qual a quantidade de contratos vigentes da modalidade cartão de crédito consignado a empresa tem no Brasil?
- d) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que usam ou usaram o cartão para fazer compras de bens e serviços no comércio?
- e) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que faz apenas saques em dinheiro?
- f) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes faz o saque no momento da contratação e já recebe o valor na conta?
- g) Como isso é oferecido ao consumidor? O "saque" pelo telefone, situação em que é depositada uma quantia na conta do consumidor, também é ofertado de maneira ativa? Ou seja, vocês ligam para os consumidores que já possuem o cartão de crédito consignado e oferecem esse "saque"?
- h) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que pagam integralmente as faturas do valor remanescente do desconto em folha de pagamento?
- i) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que fazem uso apenas de saques em dinheiro pagam integralmente a fatura de valor remanescente?
- j) Qual o prazo para emissão do cartão após a contratação?

- k) Quais os mecanismos de verificação do recebimento do cartão pelos contratantes de cartão de crédito consignado?
- l) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de cartões desbloqueados para uso?
- m) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento do cartão?
- n) Em caso de não recebimento do cartão, qual o prazo para seu cancelamento e emissão de um novo?
- o) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que faz a opção de recebimento da fatura por e-mail?
- p) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento da fatura?
- q) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que apresentou reclamações sobre lançamentos indevidos na fatura do cartão?
- r) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que realizou novo saque após o primeiro?
- s) Qual a média de novos saques efetuados pelos contratantes de cartão de crédito consignado?
- t) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que solicitou o cancelamento do cartão?
- u) Outras informações que considerar relevantes sobre o tema.

3. As respostas aos questionamentos acima devem ser enviadas, também, para o e-mail cgemm@mj.gov.br.

4. Conforme a ata da reunião em anexo, foi firmado um compromisso por esta Secretaria na elaboração de uma nota técnica até o dia 17/03/20, portanto, não poderemos conceder mais prazo para a resposta.

5. Quaisquer dúvidas, favor entrar em contato por e-mail ou pelo telefone **(61) 2025-3636**.

Atenciosamente,

ANDREY VILAS BOAS DE FREITAS

Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Vilas Boas de Freitas**, **Coordenador(a)-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado**, em 20/02/2020, às 17:52, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues**, **Diretor(a) do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor**, em 20/02/2020, às 17:57, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11061774** e o código CRC **3E2D1931**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08012.000403/2020-83

SEI nº 11061774

**Correios****AVISO DE RECEBIMENTO****AR** (11302499)**DATA DE POSTAGEM**

26/02/2020

DESTINATÁRIOREPRESENTANTE LEGAL DO BANCO INTER S.A
AVENIDA DO CONTORNO, 7777 LOURDES, 0

CIDADE JARDIM

BELO HORIZONTE MG

30110-051

REMETENTE

Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON

Esplanada dos Ministérios Bloco T,

Zona Cívico-Administrativa Brasília - DF

70064-900



JU472755700BR

UNIDADE DE POSTAGEM

AGÊNCIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

02 MAR 2020

TENTATIVAS DE ENTREGA1º / / :
2º / / :
3º / / : **DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)**

1 - NOTIFICAÇÃO Nº 16/2020/CGEMM/DPDC/SENACON, PROCESSO: 08012.000403/2020-83 - BLOCO T, ED. SEDE, SALA 518;

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [6] NÃO PROCURADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [7] AUSENTE |
| [3] NÃO EXISTE NÚMERO | [8] FALECIDO |
| [4] DESCONHECIDO | [9] OUTROS |
| [5] RECUSADO | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIROVanila Luciene de Lazaro
Mat 8.422.787-7**ASSINATURA DO RECEBEDOR****OME LEGÍVEL DO RECEBEDOR**Dayane Martins
14038256**DATA DE ENTREGA****Nº DOC. DE IDENTIDADE**



11061864

08012.000403/2020-83



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Esplanada dos Ministerios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518, - Bairro Zona
Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900
Telefone: (61) 2025-3636 / 9269 - www.justica.gov.br

Notificação nº 17/2020/CGEMM/DPDC/SENACON

Processo nº 08012.000403/2020-83

Interessado: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Ao(À) Prezado(a) Senhor(a)

Representante Legal do **Caixa Econômica Federal**

SBS, Quadra 4, lotes 3/4, Edifício Matriz I

CEP: 70.092-900 Brasília/DF

Favor indicar expressamente o Processo nº 08012.000403/2020-83 na resposta.

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informamos que a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, enquanto órgão responsável por coordenar a Política Nacional das Relações de Consumo, que tem entre seus princípios garantir a proteção e exercício dos direitos dos consumidores, bem como promover a harmonização nas relações de consumo e, tendo em vista a reunião realizada no dia 18/01/20 (ata em anexo) com representantes da Senacon, dos Procons, da Defensoria Pública, da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) sobre o cartão de crédito consignado, vem por meio desta notificação solicitar esclarecimentos a respeito da oferta e uso deste produto pelos consumidores.

2. Assim, considerando os direitos e garantias previstos no Código

de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), em especial, os princípios da transparência, boa-fé e equilíbrio nas relações de consumo, além do direito à informação clara e ostensiva acerca do produto/serviço contratado e suas eventuais alterações, bem como a proteção contra práticas e cláusulas abusivas ou que gerem desvantagem desproporcional ao consumidor, venho notificá-lo para, no prazo não superior a **15 (quinze) dias** a contar do recebimento desta, apresentar a este Departamento os seguintes esclarecimentos:

- a) Como é dada a informação sobre o cartão de crédito consignado? Como vocês diferenciam, na oferta, o cartão de crédito consignado do empréstimo consignado?
- b) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de fraudes encontradas no cartão de crédito consignado, sobretudo quando utilizam os dados de outra pessoa para emitir o cartão?
- c) Qual a quantidade de contratos vigentes da modalidade cartão de crédito consignado a empresa tem no Brasil?
- d) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que usam ou usaram o cartão para fazer compras de bens e serviços no comércio?
- e) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que faz apenas saques em dinheiro?
- f) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes faz o saque no momento da contratação e já recebe o valor na conta?
- g) Como isso é oferecido ao consumidor? O "saque" pelo telefone, situação em que é depositada uma quantia na conta do consumidor, também é ofertado de maneira ativa? Ou seja, vocês ligam para os consumidores que já possuem o cartão de crédito consignado e oferecem esse "saque"?
- h) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que pagam integralmente as faturas do valor remanescente do desconto em folha de pagamento?
- i) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que fazem uso apenas de saques em dinheiro pagam integralmente a fatura de valor remanescente?
- j) Qual o prazo para emissão do cartão após a contratação?

- k) Quais os mecanismos de verificação do recebimento do cartão pelos contratantes de cartão de crédito consignado?
- l) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de cartões desbloqueados para uso?
- m) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento do cartão?
- n) Em caso de não recebimento do cartão, qual o prazo para seu cancelamento e emissão de um novo?
- o) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que faz a opção de recebimento da fatura por e-mail?
- p) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento da fatura?
- q) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que apresentou reclamações sobre lançamentos indevidos na fatura do cartão?
- r) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que realizou novo saque após o primeiro?
- s) Qual a média de novos saques efetuados pelos contratantes de cartão de crédito consignado?
- t) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que solicitou o cancelamento do cartão?
- u) Outras informações que considerar relevantes sobre o tema.

3. As respostas aos questionamentos acima devem ser enviadas, também, para o e-mail cgemm@mj.gov.br.

4. Conforme a ata da reunião em anexo, foi firmado um compromisso por esta Secretaria na elaboração de uma nota técnica até o dia 17/03/20, portanto, não poderemos conceder mais prazo para a resposta.

5. Quaisquer dúvidas, favor entrar em contato por e-mail ou pelo telefone **(61) 2025-3636**.

Atenciosamente,

ANDREY VILAS BOAS DE FREITAS

Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Vilas Boas de Freitas**, **Coordenador(a)-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado**, em 20/02/2020, às 17:52, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues**, **Diretor(a) do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor**, em 20/02/2020, às 17:57, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11061864** e o código CRC **1FAA426E**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08012.000403/2020-83

SEI nº 11061864



AVISO DE RECEBIMENTO

AR (11302622)

DATA DE POSTAGEM

26/02/2020

DESTINATÁRIO

REPRESENTANTE LEGAL DO CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SBS, QUADRA 4, LOTES 3/4, EDIFICIO MATRIZ I, 0

ASA SUL

BRASILIA DF

70092-900

REMETENTE

Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON

Esplanada dos Ministérios Bloco T,

Zona Cívico-Administrativa Brasília - DF

70064-900



JU472755727BR

UNIDADE DE POSTAGEM

AGÊNCIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

02 MAR 2020

DR/BSB

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____

2º ____/____/____ : ____

3º ____/____/____ : ____

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - NOTIFICAÇÃO Nº 17/2020/CGEMM/DPDC/SENACON, PROCESSO: 08012.000403/2020-83 BLOCO T, ED. SEDE, SALA 518,;

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

[1] MUDOU-SE

[6] NÃO PROCURADO

[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE

[7] AUSENTE

[3] NÃO EXISTE NÚMERO

[8] FALECIDO

[4] DESCONHECIDO

[9] OUTROS

[5] RECUSADO

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Thiago Portela Lisboa

Agente de Correios

Mat.: 8.136.554-2

02 MAR 2020

Nº DOC. DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nilda Ferreira da Costa
RG 1.510.314/ SSP DF



11061997

08012.000403/2020-83



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Esplanada dos Ministerios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518, - Bairro Zona
Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900
Telefone: (61) 2025-3636 / 9269 - www.justica.gov.br

Notificação nº 18/2020/CGEMM/DPDC/SENACON

Processo nº 08012.000403/2020-83

Interessado: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A

Ao(À) Prezado(a) Senhor(a)

Representante Legal do **Banco Mercantil do Brasil S.A.**

Rua Rio de Janeiro, 654, Anexo 680, Andar 6- Centro

CEP: 30.160-912

Belo Horizonte/MG

Favor indicar expressamente o Processo nº 08012.000403/2020-83 na resposta.

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimos-o cordialmente, informamos que a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, enquanto órgão responsável por coordenar a Política Nacional das Relações de Consumo, que tem entre seus princípios garantir a proteção e exercício dos direitos dos consumidores, bem como promover a harmonização nas relações de consumo e, tendo em vista a reunião realizada no dia 18/01/20 (ata em anexo) com representantes da Senacon, dos Procons, da Defensoria Pública, da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) sobre o cartão de crédito consignado, vem por meio desta notificação solicitar esclarecimentos a respeito da oferta e uso deste produto pelos consumidores.

2. Assim, considerando os direitos e garantias previstos no Código

de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), em especial, os princípios da transparência, boa-fé e equilíbrio nas relações de consumo, além do direito à informação clara e ostensiva acerca do produto/serviço contratado e suas eventuais alterações, bem como a proteção contra práticas e cláusulas abusivas ou que gerem desvantagem desproporcional ao consumidor, venho notificá-lo para, no prazo não superior a **15 (quinze) dias** a contar do recebimento desta, apresentar a este Departamento os seguintes esclarecimentos:

- a) Como é dada a informação sobre o cartão de crédito consignado? Como vocês diferenciam, na oferta, o cartão de crédito consignado do empréstimo consignado?
- b) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de fraudes encontradas no cartão de crédito consignado, sobretudo quando utilizam os dados de outra pessoa para emitir o cartão?
- c) Qual a quantidade de contratos vigentes da modalidade cartão de crédito consignado a empresa tem no Brasil?
- d) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que usam ou usaram o cartão para fazer compras de bens e serviços no comércio?
- e) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que faz apenas saques em dinheiro?
- f) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes faz o saque no momento da contratação e já recebe o valor na conta?
- g) Como isso é oferecido ao consumidor? O "saque" pelo telefone, situação em que é depositada uma quantia na conta do consumidor, também é ofertado de maneira ativa? Ou seja, vocês ligam para os consumidores que já possuem o cartão de crédito consignado e oferecem esse "saque"?
- h) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que pagam integralmente as faturas do valor remanescente do desconto em folha de pagamento?
- i) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que fazem uso apenas de saques em dinheiro pagam integralmente a fatura de valor remanescente?
- j) Qual o prazo para emissão do cartão após a contratação?

- k) Quais os mecanismos de verificação do recebimento do cartão pelos contratantes de cartão de crédito consignado?
- l) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de cartões desbloqueados para uso?
- m) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento do cartão?
- n) Em caso de não recebimento do cartão, qual o prazo para seu cancelamento e emissão de um novo?
- o) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que faz a opção de recebimento da fatura por e-mail?
- p) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento da fatura?
- q) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que apresentou reclamações sobre lançamentos indevidos na fatura do cartão?
- r) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que realizou novo saque após o primeiro?
- s) Qual a média de novos saques efetuados pelos contratantes de cartão de crédito consignado?
- t) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que solicitou o cancelamento do cartão?
- u) Outras informações que considerar relevantes sobre o tema.

3. As respostas aos questionamentos acima devem ser enviadas, também, para o e-mail cgemm@mj.gov.br.

4. Conforme a ata da reunião em anexo, foi firmado um compromisso por esta Secretaria na elaboração de uma nota técnica até o dia 17/03/20, portanto, não poderemos conceder mais prazo para a resposta.

5. Quaisquer dúvidas, favor entrar em contato por e-mail ou pelo telefone **(61) 2025-3636**.

Atenciosamente,

ANDREY VILAS BOAS DE FREITAS

Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Vilas Boas de Freitas**, **Coordenador(a)-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado**, em 20/02/2020, às 17:52, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues**, **Diretor(a) do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor**, em 20/02/2020, às 17:57, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11061997** e o código CRC **6E43EFB3**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08012.000403/2020-83

SEI nº 11061997



AVISO DE RECEBIMENTO

AR(11302453)

DATA DE POSTAGEM

26/02/2020

DESTINATÁRIO

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
RUA RIO DE JANEIRO, 654, ANEXO 680, ANDAR 6, 0
CENTRO BELO HORIZONTE MG
30160-912

REMETENTE

Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON
Esplanada dos Ministérios Bloco T,
Zona Cívico-Administrativa Brasília - DF
70064-900



JU472755735BR

UNIDADE DE POSTAGEM

AGF SIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

02 MAR 2020

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____
2º ____/____/____ : ____
3º ____/____/____ : ____

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - NOTIFICAÇÃO Nº 18/2020/CGEMM/DPDC/SENACON, PROCESSO: 08012.000403/2020-83, BLOCO T, ED. SEDE, SALA 518.

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [6] NÃO PROCURADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [7] AUSENTE |
| [3] NÃO EXISTE NÚMERO | [8] FALECIDO |
| [4] DESCONHECIDO | [9] OUTROS |
| [5] RECUSADO | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

CORRESPONDÊNCIA
RECEBIDA

DATA DE ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO RECEBEDOR

RAYAN MARTIR GOMES DA SILVA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

MG: 17.050.182

02 MAR 2020

UNIVEL RODRIGUES COSTA
Agente de Correios
Matrícula: 8.412.341-9
CDD BARRO PRETO



11062001

08012.000403/2020-83



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Esplanada dos Ministerios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518, - Bairro Zona

Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-3636 / 9269 - <https://www.justica.gov.br>

Notificação nº 19/2020/CGEMM/DPDC/SENACON

Processo nº 08012.000403/2020-83

Interessado: BANCO BRADESCO S.A

Ao(À) Prezado(a) Senhor(a)

Representante Legal do **BANCO BRADESCO S.A.**

Núcleo Cidade de Deus, s/n, Vila Yara

CEP: 06.029-900

Osasco/SP

Favor indicar expressamente o Processo nº 08012.000403/2020-83 na resposta.

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informamos que a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, enquanto órgão responsável por coordenar a Política Nacional das Relações de Consumo, que tem entre seus princípios garantir a proteção e exercício dos direitos dos consumidores, bem como promover a harmonização nas relações de consumo e, tendo em vista a reunião realizada no dia 18/01/20 (ata em anexo) com representantes da Senacon, dos Procons, da Defensoria Pública, da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) sobre o cartão de crédito consignado, vem por meio desta notificação solicitar esclarecimentos a respeito da oferta e uso deste produto pelos consumidores.

2. Assim, considerando os direitos e garantias previstos no Código

de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), em especial, os princípios da transparência, boa-fé e equilíbrio nas relações de consumo, além do direito à informação clara e ostensiva acerca do produto/serviço contratado e suas eventuais alterações, bem como a proteção contra práticas e cláusulas abusivas ou que gerem desvantagem desproporcional ao consumidor, venho notificá-lo para, no prazo não superior a **15 (quinze) dias** a contar do recebimento desta, apresentar a este Departamento os seguintes esclarecimentos:

- a) Como é dada a informação sobre o cartão de crédito consignado? Como vocês diferenciam, na oferta, o cartão de crédito consignado do empréstimo consignado?
- b) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de fraudes encontradas no cartão de crédito consignado, sobretudo quando utilizam os dados de outra pessoa para emitir o cartão?
- c) Qual a quantidade de contratos vigentes da modalidade cartão de crédito consignado a empresa tem no Brasil?
- d) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que usam ou usaram o cartão para fazer compras de bens e serviços no comércio?
- e) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que faz apenas saques em dinheiro?
- f) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes faz o saque no momento da contratação e já recebe o valor na conta?
- g) Como isso é oferecido ao consumidor? O "saque" pelo telefone, situação em que é depositada uma quantia na conta do consumidor, também é ofertado de maneira ativa? Ou seja, vocês ligam para os consumidores que já possuem o cartão de crédito consignado e oferecem esse "saque"?
- h) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que pagam integralmente as faturas do valor remanescente do desconto em folha de pagamento?
- i) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que fazem uso apenas de saques em dinheiro pagam integralmente a fatura de valor remanescente?
- j) Qual o prazo para emissão do cartão após a contratação?

- k) Quais os mecanismos de verificação do recebimento do cartão pelos contratantes de cartão de crédito consignado?
- l) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de cartões desbloqueados para uso?
- m) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento do cartão?
- n) Em caso de não recebimento do cartão, qual o prazo para seu cancelamento e emissão de um novo?
- o) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que faz a opção de recebimento da fatura por e-mail?
- p) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento da fatura?
- q) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que apresentou reclamações sobre lançamentos indevidos na fatura do cartão?
- r) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que realizou novo saque após o primeiro?
- s) Qual a média de novos saques efetuados pelos contratantes de cartão de crédito consignado?
- t) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que solicitou o cancelamento do cartão?
- u) Outras informações que considerar relevantes sobre o tema.

3. As respostas aos questionamentos acima devem ser enviadas, também, para o e-mail **cgemm@mj.gov.br**.

4. Conforme a ata da reunião em anexo, foi firmado um compromisso por esta Secretaria na elaboração de uma nota técnica até o dia 17/03/20, portanto, não poderemos conceder mais prazo para a resposta.

5. Quaisquer dúvidas, favor entrar em contato por e-mail ou pelo telefone **(61) 2025-3636**.

Atenciosamente,

ANDREY VILAS BOAS DE FREITAS

Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Vilas Boas de Freitas**, **Coordenador(a)-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado**, em 20/02/2020, às 17:52, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues**, **Diretor(a) do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor**, em 20/02/2020, às 17:57, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11062001** e o código CRC **7BEA6DA5**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08012.000403/2020-83

SEI nº 11062001



SENA CON

36370
OAB/DF

08000.009108 | 2020.21


GCPJ 1900221581

PP nº – 08012.000403/2020-83

Brasília, 04 de março de 2020.

1. **BANCO BRADESCARD S.A.**, instituição financeira inscrita no CNPJ sob o nº 04.184779/0001-01, com sede no Alameda Rio Negro, nº 585, Edifício Jauaperi, Bloco D, 15º andar, Alphaville, Barueri-SP, neste ato representado por seus procuradores constituídos pelo instrumento de mandato anexo e que subscrevem esta petição, vem respeitosamente, requerer vista dos autos em epígrafe, para a extração das respectivas cópias.
2. Certos de Vossa valiosa compreensão, antecipamos nossos protestos de estima consideração.


Atenciosamente,


CAMILA DIAS GOMES LOPES DOS SANTOS
OAB DF 56.709

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Declaro, em conformidade com a inteligência do art. 425, VI, do CPC, que as peças ora apresentadas e anexadas a presente petição são **AUTÊNTICAS**, conferindo com os originais.

Brasília/DF, 31 de janeiro de 2020.


CAMILLA DIAS GOMES LOPES DOS SANTOS
OAB/DF 56.709

Campo Grande/MS
XV de Novembro, 2.029 | CEP 79020-300 | 67 3389.0123 | Fax: 67 3321.0468

Cuiabá/MT
Manuel Leopoldino, 358 | CEP 78005-550 | 65 3648.0123 | Fax: 65 3648.0143

Palmas/TO
Avenida Teotônio Segurado, 501 Sul | Conj 1 Lote 6 | Amazonia Center, Sala 801
CEP 77016-002 | 63 3214.1866 | Fax: 63 3214.2616

Três Lagoas/MS
Dr. Eloy Chaves, 690 | Sala 1 | CEP 79602-000 | 67 3522.4904 | Fax: 67 3521.5895

Goiania/GO
102, nº 87 | Setor Sul | CEP 74083-250 | 62 3257.3500 | Fax: 62 3257.3501

www.ernestoborges.com.br



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR
SERVIÇO DE PROTOCOLO E APOIO PROCESSUAL

De ordem, defiro conforme solicitado.

Em, 04/03/2020

REQUERIMENTO DE ACESSO EXTERNO

Processo/Procedimento (Nº): 08012.000403/2020-83

Por seu representante legal abaixo assinado, vem a presença de Vossa Senhoria requerer: Cópia Integral

Procuração (Fls): 0meao (preenchimento obrigatório)

Fone: (Fixo) 61-3037-6565 (Celular) 61-98666-0542


OAB (Nº): 56.709

E-mail: Camilla.santos@ErnestoBorges.com.br

Brasília-DF, 04 de Março de 2020.

Nestes termos pede deferimento.

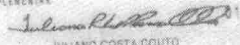
(Nome do representante legal por extenso e legível)

 **ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
IDENTIDADE DE ADVOGADA
SUPLEMENTAR
NOME: CAMILLA DIAS GOMES LOPES DOS SANTOS

INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR 56709

FILIAÇÃO: CARLOS LOPES DOS SANTOS
DARCY DIAS GOMES
NATURALIDADE: CAMPO GRANDE-MS
RG: 001295384 - SSP/MS
DATA INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR: 08/11/2017

DATA DE NASCIMENTO: 02/06/1989
CPF: 018.428.651-70
VIA: EXPEDIDO EM: 08/11/2017


JULIANO COSTA COUTO
PRESIDENTE



2º TABELIÃO DE NOTAS
OSASCO - SP
COMARCA DE OSASCO
ANTONIO CARLOS ZANOTTI - TABELIÃO DESIGNADO

* LIVRO Nº 1460 – PAGINAS. 203/213 - 1º TRASLADO *



PROCURAÇÃO PÚBLICA.

Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove (28/10/2019), nesta Cidade e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, em diligência à Cidade de Deus, Vila Yara, compareceram como **Outorgantes: 1º) BANCO BRADESCO S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, NIRE 35300027795, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO realizada em 11/03/2019, registrada na JUCESP sob nº 214.088/19-4, em 16/04/2019, neste ato representado, nos termos do artigo 13 do referido estatuto, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião Extraordinária nº 2.881, do Conselho de Administração, realizada em 13/03/2018, registrada na JUCESP sob nº 277.756/18-2, em 09/05/2018, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 07/05/2019, autenticidade nº 116775238, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 054 sob nº de ordem 160. 2º) **BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 52.568.821/0001-22, NIRE 35221037518, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Contrato Social Consolidado datado de 30/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 460.027/19-0, em 28/08/2019, neste ato representado, nos termos da Clausula Sétima do referido Contrato Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 30/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 460.028/19-4, em 28/08/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 10/09/2019, autenticidade nº 123049659, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 054 sob nº de ordem 200. 3º) **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 07.207.996/0001-50, NIRE 35300113420, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO realizada em 29/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 361.568/19-8, em 11/07/2019, neste ato representado, nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social vigente, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE/AGO realizada em 29/04/2019, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 23/07/2019, autenticidade nº 120518251, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 010. 4º) **BRADESCO SEGUROS S.A.**, inscrita no CNPJ nº 33.055.146/0001-93, NIRE 35300329091, com sede na Avenida Alphaville, nº 779, 5º andar, Empresarial 18 do Forte, Barueri-SP, CEP 06472-010, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE de 22/10/2018, registrado na JUCESP sob nº 265.928/19-9, em 16/05/2019, neste ato representado, nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE de 14/06/2019, registrada na JUCESP sob nº 445.208/19-3, em 19/08/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 11/09/2019, autenticidade nº 123131553, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 057. 5º) **BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 51.990.695/0001-37, NIRE 35300006020, com sede na Avenida Alphaville, nº 779, Empresarial 18 do Forte, Barueri-SP, CEP 06472-010, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE realizada em 29/06/2018, registrada na JUCESP sob nº 547.244/18-6, em 23/11/2018, neste ato representado, nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE realizada em 05/06/2019, registrada na JUCESP sob nº 448.767/19-3, em 22/08/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 01/10/2019, autenticidade nº 124136389, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 068. 6º) **BRADESCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL**, inscrita no CNPJ sob nº 47.509.120/0001-82, NIRE 35300151381, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO realizada em 18/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 347.692/19-9, em 03/07/2019, neste ato representado nos termos do artigo 13º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião Extraordinária nº 110 do Conselho de Administração, realizada em 30/04/2018, registrada na JUCESP sob nº 320.396/18-6, em 12/07/2018, e pela Ata da Reunião Extraordinária nº 122 do Conselho de Administração, realizada em 18/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 347.693/19-2, em 03/07/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 27/07/2019, autenticidade nº 120777884, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 025. 7º) **BANCO BRADESCO BERJ S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 33.147.315/0001-15, NIRE 33300025260, com sede na Praça Pio X, nº 118, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20091-040, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE/AGO de 30/04/2019 registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 00003675637-002, em 05/07/2019, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE de 21/06/2019 registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 00003755614-007, em 11/09/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade



Rua Cipriano Tavares 95 - Centro - Osasco - SP
Fone: 11-3681-0532

civil e criminal, e com a certidão simplificada consultada no site da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 16/09/2019, protocolo nº 00-2019/555296-2, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **065. 8º) BANCO BRADESCARD S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 04.184.779/0001-01, NIRE 35300182359, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, Edifício Jauaperi, Bloco D, 15º andar, Alphaville, Barueri-SP, CEP 06454-000, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO, realizada em 25/04/2018, registrado na JUCESP sob nº 315.543/18-8, em 05/07/2018, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE realizada em 17/12/2018, registrado na JUCESP sob nº 056.996/19-6, em 29/01/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 11/02/2019, autenticidade nº 112595271, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **054** sob nº de ordem **106. 9º) BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**, inscrita no CNPJ nº 92.682.038/0001-00, NIRE 33300275541, com sede na Avenida Rio de Janeiro, nº 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20931-675, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE de 14/01/2019, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 00003678364, em 08/07/2019, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE de 28/03/2019, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 00003647608, em 11/06/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada consultada no site da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 05/08/2019, protocolo nº 00-2019/460979-0, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **031. 10º) TEMPO SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 58.503.129/0001-00, NIRE 31207022645, com sede na Avenida Floriano Peixoto, nº 6500, Sala 3, Jardim Umuarama, Uberlândia-MG, CEP 38406-247, com seu Contrato Social consolidado datado de 15/10/2015, registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob nº 7338041, em 06/06/2019, neste ato representado, nos termos da Clausula Sétima do Contrato Social acima mencionado, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Quotistas datada de 30/04/2015, registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob nº 5525489, em 15/06/2015, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada nº C190001522259 emitida no site da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 30/06/2019, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **054** sob nº de ordem **185. 11º) BRADESCO SAÚDE S.A.**, inscrita no CNPJ nº 92.693.118/0001-60, NIRE 33300159541, com sede na Avenida Rio de Janeiro, nº 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20931-675, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE de 14/01/2019, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 00003516947, em 13/02/2019, neste ato representado nos termos do artigo 13 do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 29/04/2019, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 00003638397, em 03/06/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada consultada no site da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 24/06/2019, protocolo nº 00-2019/354090-8, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **006. 12º) BANCO BRADESCO BBI S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 06.271.464/0001-19, NIRE 35300335791, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE realizada em 07/06/2019, registrada na JUCESP sob nº 423.505/19-1, em 06/08/2019, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social acima mencionado, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE realizada em 03/07/2019, registrada na JUCESP sob nº 471.340/19-4, em 04/09/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 11/09/2019, autenticidade nº 123129250, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **026. 13º) BANCO LOSANGO S.A. – BANCO MÚLTIPLO**, inscrito no CNPJ sob nº 33.254.319/0001-00, NIRE 33300316906, com sede na Praça XV de Novembro, nº 20, 11º andar, salas 1.101 e 1.102, 12º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20010-010, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE/AGO datada de 30/04/2019, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 3677758, em 08/07/2019, neste ato representado nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO datada de 30/04/2019, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada consultada no site da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 17/07/2019, protocolo nº 00-2019/420860-5, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **013. 14º) BRADESCARD ELO PARTICIPAÇÕES S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 09.226.818/0001-00, NIRE 35300349415, com sede social no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Social Vigente aprovado pela AGE/AGO, realizada em 30/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 396.297/19-5, em 19/07/2019, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO, realizada em 30/04/2019, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 14/08/2019, autenticidade nº 121660557, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **027. 15º) ALVORADA ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 01.382.421/0001-97, NIRE

2º TABELÃO DE NOTAS
OSASCO - SP
COMARCA DE OSASCO
ANTONIO CARLOS ZANOTTI - TABELÃO DESIGNADO



35213970324, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, 15º andar, parte, Bloco D, Alphaville, Barueri-SP, CEP 06454-000, com seu Contrato Social Consolidado datado de 22/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 410.267/19-5, em 29/07/2019, neste ato representado nos termos da Clausula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião dos Sócios Cotistas datada de 22/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 410.268/19-7, em 29/07/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 14/08/2019, autenticidade nº 121673973, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 032. **16º) BANKPAR BRASIL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 34.046.581/0001-14, NIRE 35221360939, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, 15º andar, Bloco "D", edifício Jauaperi, Alphaville Industrial, Barueri-SP, CEP 06454-000, com seu Contrato Social Consolidado, datado de 18/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 401.140/19-2, em 26/07/2019, neste ato representado, nos termos da Clausula Sétima do Contrato Social acima mencionado, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião dos Sócios Cotistas, datada de 18/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 401.141/19-6, em 26/07/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 15/08/2019, autenticidade nº 121708450, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 005. **17º) BANKPAR CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 67.529.289/0001-01, NIRE 35210748205, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, 15º andar, parte, Bloco D, Edifício Jauaperi, Alphaville Industrial, Barueri-SP, CEP 06454-000, com seu Contrato Social Consolidado, datado 30/04/2018, registrado na JUCESP sob nº 279.179/18-2, em 13/06/2018, neste ato representado nos termos da Clausula Sétima do Contrato Social acima mencionado, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 30/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 309.187/19-9 em 06/06/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 03/07/2019, autenticidade nº 119679177, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 054 sob nº de ordem 186. **18º) NOVA PAIOL PARTICIPAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 04.278.130/0001-41, NIRE 35221205216, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Contrato Social consolidado datado de 30/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 287.706/19-9 em 30/05/2019, neste ato representado nos termos da Clausula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 30/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 287.708/19-6 em 30/05/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 15/07/2019, autenticidade nº 120118692, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 033. **19º) SHOPFÁCIL SOLUÇÕES EM COMÉRCIO ELETRÔNICO S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 14.370.342/0001-08, NIRE 35300413270, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Cinza, 1º andar, sala 2, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Social Vigente aprovado pela AGE/AGO, realizada em 29/04/2019, e registrada na JUCESP sob nº 362.690/19-4, em 12/07/2019, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO, realizada em 29/04/2019, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 27/07/2019, autenticidade nº 120778404, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 034. **20º) BF PROMOTORA DE VENDAS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 02.038.394/0001-00, NIRE 35214604291, com sede na Alameda Santos, nº 1.420, Cerqueira César, São Paulo-SP, CEP 01418-100, com seu Contrato Social Consolidado datado de 10/01/2019, registrado na JUCESP sob nº 226.225/19-7, em 25/04/2019, neste ato representado nos termos da Clausula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 29/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 401.121/19-7, em 26/07/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 15/08/2019, autenticidade nº 121725401, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 002. **21º) BP PROMOTORA DE VENDAS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 07.131.760/0001-87, NIRE 35219653738, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Contrato Social consolidado datado de 24/04/2018, registrado na JUCESP sob nº 257.157/18-9, em 04/06/2018, neste ato representado nos termos da Clausula Sétima do Contrato Social acima mencionado, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata De Reunião dos Sócios Cotistas datada de 24/04/2018, registrada na JUCESP sob nº 267.737/18-0, em 07/06/2018, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 12/06/2019, autenticidade nº 118638889, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 001. **22º) BRADESCO CAPITALIZAÇÃO S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 33.010.851/0001-74, NIRE 35300331354, com sede na Avenida Alphaville, nº 779, Empresarial 18 do Forte, Barueri-SP, CEP 06472-010, com seu Estatuto Social Vigente aprovado pela AGE de 29/11/2018, registrada na JUCESP sob nº 252.706/19-5, em 09/05/2019, neste ato representado, nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE de 28/03/2019, registrada na JUCESP sob nº 431.192/19-4, em 13/08/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no



site da JUCESP em 23/08/2019, autenticidade nº 122200179, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 007. 23º) **MEDISERVICE OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 57.746.455/0001-78, NIRE 35300360249, com sede na Avenida Alphaville, nº 779, Empresarial 18 do Forte, Barueri-SP, CEP 06472-010, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE realizada em 27/12/2018, e registrada na JUCESP sob nº 255.859/19-3, em 14/05/2019, neste ato representado, nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE realizada em 10/04/2019, e registrada na JUCESP sob nº 255.860/19-5, em 14/05/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 06/06/2019, autenticidade nº 118361390, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 008. 24º) **ATLÂNTICA COMPANHIA DE SEGUROS**, inscrita no CNPJ sob nº 33.151.291/0001-78, NIRE 33300284958, com sede na Avenida Rio de Janeiro, nº 555, 20º andar, Caju, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20931-675, com seu Estatuto Social vigente aprovado pela AGE realizada em 14/01/2019, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 00003639589-002, em 04/06/2019, neste ato representado nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE realizada em 29/03/2019, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 00003712878-008, em 07/08/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada consultada no site da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 11/09/2019, protocolo nº 00-2019/550650-2, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 062. 25º) **KIRTON BANK S.A. – BANCO MÚLTIPLO**, inscrito no CNPJ sob nº 01.701.201/0001-89, NIRE 41300015341, com sede na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 4º andar, Centro, Curitiba-PR, CEP 80020-030, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE/AGO datada de 30/04/2018, registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20184906369 em 26/09/2018, neste ato representado nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO datada de 30/04/2018, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada nº 195439082, consultada no site da Junta Comercial do Estado do Paraná em 25/09/2019, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 069. 26º) **KIRTON CORRETORA DE SEGUROS S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 43.638.022/0001-94, NIRE 41300003955, com sede na Rua Presidente Pádua Fleury, nº 680, Hauer, Curitiba-PR, CEP 81630-240, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE/AGO datada de 26/04/2018, registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20183002512, em 13/06/2018, neste ato representado nos termos do Artigo 9º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO datada de 26/04/2018, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada datada de 12/07/2019, autenticidade nº 193724340, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 022. 27º) **BRADESCO – KIRTON CORRETORA DE CâMBIO S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 58.229.246/0001-10, NIRE 35300138767, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 6º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP, CEP 04543-011, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE datada de 03/07/2019, registrada na JUCESP sob nº 448.284/19-4, em 23/08/2019, neste ato representado nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE datada de 03/07/2019, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 05/09/2019, autenticidade nº 122818596, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 055. 28º) **KIRTON ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA**, inscrita no CNPJ nº 03.270.639/0001-85, com sede administrativa na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 1º andar, Centro, Curitiba-PR, CEP 80020-030, com seu Estatuto Social vigente, datado de 01/07/2016, registrada no 1º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR, sob nº 1.114.632, em 05/09/2016, neste ato representado nos termos do parágrafo único do artigo 30 do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE de 30/04/2019, registrada no 1º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR, sob nº 1.162.154, em 12/06/2019, que declaram continuarem estes os documentos da pessoa jurídica, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão emitida pelo 1º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR em 08/08/2019, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 035. 29º) **SCOPUS DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 06.071.753/0001-74, NIRE 35231345312, com sede na Rua Domingos Sergio Dos Anjos, nº 277, 3º andar, Pirituba, São Paulo-SP, CEP 05136-170, com seu Contrato Social Consolidado datado de 28/12/2018, registrado na JUCESP sob nº 056.755/19-3 em 29/01/2019, neste ato representado nos termos da Clausula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 06/09/2017, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20175796645, em 08/12/2017, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a Certidão simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado do Paraná em 17/12/2018 e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 11/02/2019, autenticidade nº 112596841, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 054 sob nº de ordem 070. 30º) **ALVORADA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS**, inscrita no CNPJ sob nº 03.572.412/0001-94, NIRE 35300175361, com sede e foro no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara.

2º TABELÃO DE NOTAS OSASCO - SP

COMARCA DE OSASCO

ANTONIO CARLOS ZANOTTI - TABELÃO DESIGNADO



Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO, realizada em 25/04/2018, e registrada na JUCESP sob nº 256.472/18-0, em 30/05/2018, neste ato representado nos termos do artigo 9º do referido Estatuto Social por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO, realizada em 25/04/2018, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 06/06/2019, autenticidade nº 118364699, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 023. 31ª) **COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS RUBI**, inscrita no CNPJ sob nº 01.222.069/0001-22, NIRE 35300320557, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE realizada em 19/03/2018, registrada na JUCESP sob nº 276.414/18-4, em 08/06/2018, neste ato representado nos termos do artigo 9º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE realizada em 30/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 361.686/19-5, em 11/07/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 15/08/2019, autenticidade nº 121730019, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 024. 32ª) **FUNDAÇÃO INSTITUTO DE MOLÉSTIAS DO APARELHO DIGESTIVO E DA NUTRIÇÃO**, inscrita no CNPJ nº 61.062.212/0001-98, com sede social à Rua Borges Lagoa, nº 1450, São Paulo-SP, CEP 04038-905, com seu Estatuto Social vigente datado de 29/04/2019, registrado no 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo-SP, sob nº 748154, em 03/07/2019, neste ato representado nos termos do artigo 12º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião Ordinária nº 39 do Conselho de Administração, realizada em 30/04/2018, registrada no 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo-SP, sob nº 734575, em 28/06/2018, que declaram continuarem estes os documentos da fundação, sob responsabilidade civil e criminal, apresentando a certidão de breve relato datada de 05/07/2019, emitida pelo 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo-SP, ficando todos os documentos arquivados nestas Notas, em pasta própria de nº 054 sob nº de ordem 196. 33ª) **FUNDAÇÃO BRADESCO**, inscrita no CNPJ sob nº 60.701.521/0001-06, com sede administrativa no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Social vigente, datado de 25/04/2018, registrado no 2º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Osasco-SP, sob nº 186.033, em 14/06/2018, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social acima mencionado, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos conforme Ata de Reunião da Mesa Regedora, realizada em 25/04/2018, registrada no 2º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Osasco-SP, sob nº 186.033, em 14/06/2018, que declaram continuarem estes os atuais documentos da fundação, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão de breve relato, emitida pelo 2º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Osasco-SP em 25/06/2019, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 028. 34ª) **BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, inscrita no CNPJ sob nº 62.375.134/0001-44, NIRE 35300192575, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 2º e 3º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP, CEP 04543-011, com seu Estatuto Social aprovado pela AGE realizada em 21/06/2019, registrada na JUCESP sob nº 446.812/19-5, em 20/08/2019, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE realizada em 21/06/2019, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 10/09/2019, autenticidade nº 123068176, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 018. 35ª) **BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 00.066.670/0001-00, NIRE 35219824630, com sede no Núcleo Cidade de Deus, s/n. 4º andar, Prédio Prata, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Contrato Social Consolidado datado de 30/04/2018, registrado na JUCESP sob nº 344.127/18-7 em 19/07/2018, neste ato representado nos termos da Clausula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião de Sócios Cotistas datada de 30/04/2018, registrada na JUCESP sob nº 344.128/18-0 em 19/07/2018, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 23/07/2019, autenticidade nº 120510900, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 014. 36ª) **ÁGORA CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 74.014.747/0001-35, NIRE 33300166513, com sede na Praia de Botafogo, nº 300, sala 601 parte, Botafogo, Rio de Janeiro-RJ, CEP 22250-040, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO realizada em 23/04/2018, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 00003235166, em 27/07/2018, neste ato representado, nos termos do Artigo 9º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, ao final nomeados e qualificados eleitos pela mesma AGE/AGO de 23/04/2018, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada consultada no site da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 05/08/2019, protocolo nº 00-2019/465662-4, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 036. 37ª) **CREDIVAL PARTICIPAÇÕES, ADMINISTRAÇÃO E ASSESSORIA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 45.003.746/0001-97, NIRE 35214235563, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 2º andar, Itaim Bibi, São Paulo-SP, CEP 01451-000, com seu Contrato Social consolidado datado de 28/04/2017, registrado na JUCESP sob nº



Rua Cipriano Tavares 95 - Centro - Osasco - SP
Fone: 11-3681-0532

423.791/17-5, em 14/09/2017, neste ato representado nos termos da Cláusula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 30/04/2018, registrado na JUCESP sob nº 385.062/18-7, em 14/08/2018, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 06/08/2019, autenticidade nº 121276531, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **037. 38º) SCOPUS SOLUÇÕES EM TI LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 14.380.750/0001-40, NIRE 35228851601, com sede na Rua Domingos Sergio Dos Anjos, nº 277, Pirituba, São Paulo-SP, CEP 05136-170, com seu Contrato Social consolidado datado de 29/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 468.678/19-0, em 30/08/2019, neste ato representado nos termos da Cláusula Sétima, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 26/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 296.490/19-2, em 03/06/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 11/09/2019, autenticidade nº 123115794, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **038. 39º) BBC PROCESSADORA S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 04.792.521/0001-80, NIRE 35300187687, com sede na Avenida Antonio Frederico Ozanan, nº 1440, Vila Santana II, Jundiaí-SP, CEP 13219-001, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE/AGO datada de 30/04/2016, registrado na JUCESP sob nº 403.436/16-3 em 19/09/2016, neste ato representado nos termos do Artigo 20 do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE datada de 31/12/2018, registrado na JUCESP sob nº 155.715/19-7 em 15/03/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 02/04/2019, autenticidade nº 115080795, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **039. 40º) BSP EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 14.312.353/0001-31, NIRE 35300413245, com sede na Avenida Alphaville, nº 779, 5º andar, Empresarial 18 do Forte, Barueri-SP, CEP 06472-010, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE datada de 25/03/2019, registrado na JUCESP sob nº 471.103/19-6, em 04/09/2019, neste ato representado nos termos do Artigo 13º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada em 25/03/2019, registrada na JUCESP sob nº 242.109/19-6, em 02/05/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 11/09/2019, autenticidade nº 123119026, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **040. 41º) KIRTON ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FUNDOS DE PENSÃO LTDA.**, inscrito no CNPJ sob nº 30.458.178/0001-41, NIRE 35220137047, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 2º andar, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, CEP 01451-000, com seu Contrato Social consolidado datado de 05/09/2017, registrado na JUCESP sob nº 579.881/17-9 em 26/12/2017, neste ato representado nos termos da Cláusula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 29/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 344.585/19-0, em 01/07/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 15/08/2019, autenticidade nº 121720734, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **041. 42º) KIRTON GESTÃO DE RECURSOS LTDA.**, inscrito no CNPJ sob nº 06.071.726/0001-00, NIRE 35220631386, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, mezanino, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, CEP 01451-000, com seu Contrato Social consolidado datado de 29/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 456.789/19-4, em 23/08/2019, neste ato representado nos termos da Cláusula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 29/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 456.790/19-6, em 23/08/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 05/09/2019, autenticidade nº 122819949, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **042. 43º) INSTITUTO KIRTON SOLIDARIEDADE**, inscrita no CNPJ nº 07.926.287/0001-24, com sede administrativa na Travessa Oliveira Belo, nº 34, 2º andar, Centro, Curitiba-PR, CEP 80020-030, com seu Estatuto Social vigente, datado de 03/11/2016, registrada no 1º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR, sob nº 1.125.900, em 17/04/2017, neste ato representado nos termos do artigo 23 do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE de 10/01/2019, registrada no 1º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR, sob nº 1.157.808, em 07/03/2019, que declaram continuarem estes os documentos da pessoa jurídica, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão emitida pelo 1º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR em 08/08/2019, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **043**. Os presentes, reconhecidas suas identidades e capacidades, e por mim identificados, em virtude dos documentos apresentados, do que dou fé.- E por eles Outorgantes referidos, na forma representada, me foi dito que, por este público instrumento e nos termos de direito, nomeiam e constituem seus **procuradores: 1. RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 117782 - SSP/MS, CPF sob nº 444.850.181-72, OAB sob nº 5871/MS, OAB sob nº 8184-A/MT, OAB sob nº 28.449/GO, OAB sob nº 45892/DF, com endereço na Rua XV de Novembro, 2029, Jardim Aclimação, Campo Grande - MS, CEP 79020-300, email renato@ernestoborges.com.br; **2. ERNESTO BORGES NETO**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 446849 - SSP/MS, CPF sob nº 445.515.251-20, OAB sob nº 6651-

2º TABELIÃO DE NOTAS
OSASCO - SP
COMARCA DE OSASCO
ANTONIO CARLOS ZANOTTI - TABELIÃO DESIGNADO



B/MS, com endereço na Rua XV de Novembro, 2029, Jardim Aclimação, Campo Grande - MS, CEP 79020-300, email ebns@ernestoborges.com.br; **3. RENATA GONÇALVES TOGNINI FAVALLI**, brasileira, casada, advogada, RG nº 907366 - SSP/MS, CPF sob nº 002.718.971-63, OAB sob nº 11521/MS, com endereço na Rua XV de Novembro, 2029, Jardim Aclimação, Campo Grande - MS, CEP 79020-300, email renata@ernestoborges.com.br; **4. BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 129.985-4 - SSP/MS, CPF sob nº 966.587.381-49, OAB sob nº 13.116/MS, com endereço na Rua XV de Novembro, 2029, Jardim Aclimação, Campo Grande - MS, CEP 79020-300, email bernardo@ernestoborges.com.br; **5. PRISCILA ZIADA CAMARGO FERNANDES**, brasileira, casada, advogada, RG nº 1274450 - SSP/MS, CPF sob nº 013.519.621-32, OAB sob nº 70077/DF, com endereço na Rua XV de Novembro, 2029, Jardim Aclimação, Campo Grande - MS, CEP 79020-300, email priscila.camargo@ernestoborges.com.br; todos integrantes do escritório **ERNESTO BORGES ADVOGADOS**, CNPJ nº 01.527.104/0001-11, OAB sob nº 051/MS, com endereço na Rua XV de Novembro, 2029, Jardim Aclimação, Campo Grande - MS, CEP 79020-300, email intimacao_bra@ernestoborges.com.br; **6. CLAYTON CAMACHO**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 13.810.052 - SSP/SP, CPF sob nº 049.313.418-29, OAB sob nº 76.757/SP, com endereço no Núcleo Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, Osasco - SP, CEP 06029-900, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **7. CELSO SEIGIRO MIYOSHI**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 12.105.453 - SSP/SP, CPF sob nº 033.434.768-89, OAB sob nº 88.955/SP, com endereço no Núcleo Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, Osasco - SP, CEP 06029-900, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **8. PAULO CELSO POMPEU**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 17.034.386 - SSP/SP, CPF sob nº 086.870.678-79, OAB sob nº 129.933/SP, com endereço no Núcleo Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, Osasco - SP, CEP 06029-900, email 4040.advogados@bradesco.com.br; Conferindo-lhes poderes para representar os Outorgantes, agindo em conjunto ou isoladamente, mediante a outorga dos poderes da cláusula "ad judicia": I - ficando os Outorgados investidos dos poderes gerais para o foro, nos termos do artigo 105 do Código de Processo Civil: podendo ainda, retirar alvará judicial de qualquer valor, nomear prepostos, assinar cartas de preposição, termos, atas e demais documentos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, celebrar acordos em ações cíveis ajuizadas em desfavor dos Outorgantes limitados a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), levantamento judicial, cujos valores deverão ser liberados mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde os Outorgantes figurem em conjunto ou isoladamente, como beneficiários do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita para a AGÊNCIA 4040-1, CONTA 1-9, BANCO 237, CNPJ/MF nº 60.746.948/0001-12, especifica para o recebimento dos créditos das espécies, podendo ainda, celebrar acordos na Justiça do Trabalho limitados a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais). Os acordos a serem celebrados em valores superiores aos estabelecidos nesta procuração, dependerão obrigatoriamente de prévia autorização escrita de um dos 3 (três) últimos Outorgados. O exercício dos poderes para oferecer queixas ou representações criminais, dependerá sempre de prévia autorização escrita dos Outorgantes; II - Promover a cobrança amigável ou judicial de créditos deles Outorgantes, atribuindo para esse fim os poderes para o foro em geral e os especiais para transigir, desistir, conciliar, celebrar acordos, em Juízo ou fora dele, firmar termos e compromissos, receber e dar quitação, retirar alvará judicial de qualquer valor, promover levantamento de depósito judicial com direcionamento dos recursos exclusivamente por meio de Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), sendo que os Outorgantes deverão figurar, em conjunto ou isoladamente, como beneficiários do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita para a AGÊNCIA 4040, CONTA 1-9, BANCO 237, CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, exceto quanto à verba relativa à sucumbência atribuída judicialmente aos Outorgados, restrita, porém, aos processos sob o seu patrocínio; propor ações ou quaisquer medidas necessárias à defesa dos direitos e interesses dos Outorgantes, defendê-los nas ações contrárias decorrentes dos contratos ajuizados nas ações de cobrança, acompanhando-as em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal; representar os Outorgantes em quaisquer vendas judiciais de bens pertencentes a devedores seus, ou de bens hipotecados, penhorados ou que, por qualquer outra forma, estejam garantindo créditos dos Outorgantes, efetuando lances, depósitos e pagamentos; requerer a arrematação, adjudicação e demais atos que visem a aquisição judicial desses bens, sempre mediante orientação econômica dos Outorgantes; representar os Outorgantes na constituição em mora de devedores, podendo apontar e apresentar títulos/documentos de dívida e cédulas de crédito bancário por indicação, para protesto, assinando avisos de cobrança em geral, assinar cartas de anuência e cédulas de crédito bancário por indicação, visando a baixa e/ou cancelamento de protesto de títulos/documentos de dívida junto ao respectivo Cartório; assinar cartas de preposição; especialmente aqueles de que trata a Resolução nº 11/72 do extinto Banco Nacional da Habitação e notificações extrajudiciais; representar os Outorgantes perante os Cartórios de Registros de Imóveis, de Títulos e Documentos, de Protestos, permitindo para tanto, o envio e a retirada de títulos, documentos de dívida e cédulas de crédito bancário por indicação, bem como o recebimento de valores, conforme procedimento acima especificado, DETRAN, PROCON, DECON e quaisquer outras repartições ou Órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal; representar os Outorgantes, na qualidade de Credor, em assembleias e reuniões de credores que venham a ser designadas nas ações de recuperação judicial ou nas falimentares, em quaisquer datas e locais, podendo referidos procuradores deliberar sobre os itens da ordem do dia, discutindo, votando e, se for o caso, aprovando o plano de recuperação apresentado, concordando com taxas de juros e encargos, prazos, condições e forma de pagamento, aceitar garantias, firmar termos, compromissos e declarações, transigir, representar os Outorgantes na cobrança extrajudicial de créditos garantidos por Alienação Fiduciária



de Bens Imóveis, nos termos da Lei 9.514/97, inclusive na consolidação de bens, dar quitação, realizar composição ou consignar extrajudicialmente e tudo o mais praticar para o bom e fiel desempenho do presente mandato, podendo ainda substabelecer com reserva, a pessoa legalmente habilitada, os poderes ora conferidos, mencionando expressamente no respectivo instrumento a condição acima estabelecida relativamente aos poderes para receber e dar quitação de todo e qualquer levantamento, judicial e em Instituições Financeiras; Fica autorizada a extração de fotocópias autenticadas por oficial público para eficácia plena nos termos do artigo 425, do Código de Processo Civil; Os substabelecimentos e a nomeação de prepostos dos poderes previstos neste instrumento deverão sempre ser assinados em conjunto de 2 (dois) Outorgados, independentemente da ordem de nomeação, e deverão especificar a questão a que se destinam, vedados, assim, os substabelecimentos para uso indeterminado ou genérico. Essa procuração é válida em todo Território Nacional por prazo indeterminado. O **Primeiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15; e **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 005.908.058-27; o **Segundo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15; e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Terceiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15; e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Quarto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; o **Quinto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97, nos termos da AGE realizada em 05/06/2019, registrada na JUCESP sob nº 448.767/19-3, em 22/08/2019; o **Sexto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Sétimo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Oitavo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Nono Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; o **Décimo Outorgante** é neste ato, representado por seu Diretor: **MAURICIO MACHADO DE MINAS**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 7.975.904-X-SSP/SP inscrito no CPF/MF sob nº 044.470.098-62; o **Décimo Primeiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; o **Décimo Segundo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Terceiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Quarto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Quinto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Sexto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Sétimo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Oitavo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores:

2º TABELÃO DE NOTAS OSASCO - SP

COMARCA DE OSASCO

ANTONIO CARLOS ZANOTTI - TABELÃO DESIGNADO



MARCELO DE ARAÚJO NORONHA, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Nono Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Vigésimo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Vigésimo Primeiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27, o **Vigésimo Segundo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; o **Vigésimo Terceiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; o **Vigésimo Quarto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; nos termos da AGO realizada em 29/03/2019, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 00003712878-008, em 07/08/2019, o **Vigésimo Quinto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 005.908.058-27; o **Vigésimo Sexto Outorgante** é neste ato, representado por seu Diretor: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15; e **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 005.908.058-27; o **Vigésimo Sétimo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 005.908.058-27; o **Vigésimo Oitavo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **JAIR DE ALMEIDA LACERDA JUNIOR**, brasileiro, casado, securitário, RG. nº 30.784.795-0-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 750.204.247-49 e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; o **Vigésimo Nono Outorgante** é neste ato, representado por seu Diretor: **ROGERIO PEDRO CAMARA**, brasileiro, casado, bancário, RG 16.247.624-3-SSP/SP, CPF nº 063.415.178-90; o **Trigésimo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Trigésimo Primeiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Trigésimo Segundo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Trigésimo Terceiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, já qualificados; o **Trigésimo Quarto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF nº 360.668.504-15; e **RENATO EJNISMAN**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 13440778 SSP/SP, inscrito no CPF nº 136.865.628-55; o **Trigésimo Quinto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, já qualificados; o **Trigésimo Sexto Outorgante** é neste ato, representado por seu Diretor: **LUIS CLAUDIO DE FREITAS COELHO PEREIRA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 22.133.723-4-SSP/SP, inscrito no CPF nº 147.503.068-19; o **Trigésimo Sétimo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, já qualificados; o **Trigésimo Oitavo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 005.908.058-27 e **ROGERIO PEDRO CAMARA**, brasileiro, casado, bancário, RG 16.247.624-3-SSP/SP, CPF nº 063.415.178-90; o **Trigésimo Nono Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF sob nº 360.668.504-15; e **ROGERIO PEDRO CAMARA**, brasileiro, casado, bancário, RG 16.247.624-3-SSP/SP, CPF nº 063.415.178-90, nos termos da AGE datada de 10/07/2019, registrado na JUCESP sob nº 500.833/19-9 em 18/09/2019; o **Quadrágésimo Outorgante** é neste



AGE 10.6.2010

**Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social**

Título I - Da Organização, Duração e Sede

Art. 1º) O Banco Bradesco S.A., companhia aberta, doravante chamado Sociedade, rege-se pelo presente Estatuto.

Art. 2º) O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

Art. 3º) A Sociedade tem sede e foro no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", situado na Vila Yara, no município e comarca de Osasco, Estado de São Paulo.

Art. 4º) Poderá a Sociedade instalar ou suprimir Agências no País, a critério da Diretoria, e no Exterior, com a aprovação, adicional, do Conselho de Administração, doravante chamado também Conselho.

Título II - Dos Objetivos Sociais

Art. 5º) O objetivo da Sociedade é efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio.

Título III - Do Capital Social

Art. 6º) O Capital Social é de R\$28.500.000.000,00 (vinte e oito bilhões e quinhentos milhões de reais), dividido em 3.762.450.441 (três bilhões, setecentos e sessenta e dois milhões, quatrocentas e cinquenta mil, quatrocentas e quarenta e uma) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 1.881.225.318 (um bilhão, oitocentos e oitenta e um milhões, duzentas e vinte e cinco mil, trezentas e dezoito) ordinárias e 1.881.225.123 (um bilhão, oitocentos e oitenta e um milhões, duzentas e vinte e cinco mil, cento e vinte e três) preferenciais.

Parágrafo Primeiro - As ações ordinárias conferirão aos seus titulares os direitos e vantagens previstos em lei. No caso de oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, as ações ordinárias não integrantes do bloco de controle terão direito ao recebimento de 100% (cem por cento) do valor pago por ação ordinária de titularidade dos controladores.

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social - 2 -

Parágrafo Segundo - As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferirão, aos seus titulares, os seguintes direitos e vantagens:

- a) prioridade no reembolso do Capital Social, em caso de liquidação da Sociedade;
- b) dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias;
- c) inclusão em oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, sendo assegurado aos seus titulares o recebimento do preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação ordinária, integrante do bloco de controle.

Parágrafo Terceiro - Nos aumentos de capital, a parcela de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) será realizada no ato da subscrição e o restante será integralizado mediante chamada da Diretoria, observados os preceitos legais.

Parágrafo Quarto - Todas as ações da Sociedade são escriturais, permanecendo em contas de depósito, nela própria, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo ser cobrado dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das referidas ações.

Parágrafo Quinto - Não será permitida:

- a) conversão de ações ordinárias em ações preferenciais e vice-versa;
- b) emissão de partes beneficiárias.

Parágrafo Sexto - Poderá a Sociedade, mediante autorização do Conselho, adquirir ações de sua própria emissão, para cancelamento ou permanência temporária em tesouraria, e posterior alienação.

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social - 3 -

Título IV - Da Administração

Art. 7º) A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Título V - Do Conselho de Administração

Art. 8º) O Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, é composto de 6 (seis) a 9 (nove) membros, que escolherão entre si 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente.

Parágrafo Primeiro - O Conselho deliberará validamente desde que presente a maioria absoluta dos membros em exercício, inclusive o Presidente, que terá voto de qualidade, no caso de empate.

Parágrafo Segundo - Na vacância do cargo e nas ausências ou impedimentos temporários do Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente. Nas ausências ou impedimentos temporários deste, o Presidente designará substituto entre os demais membros. Vagando o cargo de Vice-Presidente, o Conselho nomeará substituto, que servirá pelo tempo que faltar para completar o mandato do substituído.

Parágrafo Terceiro - Nas hipóteses de afastamento temporário ou definitivo de qualquer dos outros Conselheiros, os demais poderão nomear substituto, para servir em caráter eventual ou permanente, observados os preceitos da lei e deste Estatuto.

Art. 9º) Além das previstas em lei e neste Estatuto, são também atribuições e deveres do Conselho:

- a) zelar para que a Diretoria esteja, sempre, rigorosamente apta a exercer suas funções;
- b) cuidar para que os negócios sociais sejam conduzidos com probidade, de modo a preservar o bom nome da Sociedade;
- c) sempre que possível, preservar a continuidade administrativa, altamente recomendável à estabilidade, prosperidade e segurança da Sociedade;

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social - 4 -

- d) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, inclusive deliberar sobre a constituição e o funcionamento de Carteiras Operacionais;
- e) autorizar, nos casos de operações com empresas não integrantes da Organização Bradesco, a aquisição, alienação e a oneração de bens integrantes do Ativo Permanente e de participações societárias de caráter não-permanente da Sociedade e de suas controladas diretas e indiretas, quando de valor superior a 1% (um por cento) de seus respectivos Patrimônios Líquidos;
- f) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da própria Sociedade, de acordo com o Parágrafo Sexto do Artigo 6º;
- g) autorizar a concessão de qualquer modalidade de doação, contribuição ou auxílio, independentemente do beneficiário;
- h) aprovar o pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio propostos pela Diretoria;
- i) submeter à Assembleia Geral propostas objetivando aumento ou redução do capital social, grupamento, bonificação ou desdobramento de suas ações, operações de fusão, incorporação ou cisão e reformas estatutárias da Sociedade;
- j) deliberar sobre associações, envolvendo a Sociedade ou suas Controladas, inclusive participação em acordos de acionistas;
- k) aprovar a aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais;
- l) examinar e deliberar sobre os orçamentos e demonstrações financeiras submetidos pela Diretoria;
- m) avocar para sua órbita de deliberação assuntos específicos de interesse da Sociedade e deliberar sobre os casos omissos;
- n) realizar o rateio da remuneração dos Administradores, estabelecida pela Assembleia Geral e fixar as gratificações de conselheiros, diretores e funcionários, quando entender de concedê-las;
- o) autorizar, quando considerar necessária, a representação da Sociedade individualmente por um membro da Diretoria ou por um procurador, devendo a respectiva deliberação indicar os atos que poderão ser praticados;
- p) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e do Ouvidor;
- q) aprovar o Relatório Corporativo de Conformidade dos Controles Internos e determinar a adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controle e mitigação de riscos.

Banco Bradesco S.A.

Estatuto Social - 5 -

Parágrafo Único - O Conselho poderá atribuir funções especiais à Diretoria e a qualquer dos membros desta, bem como instituir comitês para tratar de assuntos específicos.

Art. 10) Compete ao Presidente do Conselho presidir as reuniões deste Órgão e as Assembleias Gerais, podendo indicar para fazê-lo, em seu lugar, qualquer dos membros do Conselho.

Parágrafo Único - O Presidente do Conselho poderá convocar a Diretoria e participar, com os demais Conselheiros, de quaisquer de suas reuniões.

Art. 11) O Conselho reunir-se-á trimestralmente e, quando necessário, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente, ou da metade dos demais membros em exercício, fazendo lavrar ata de cada reunião.

Título VI - Da Diretoria

Art. 12) A Diretoria da Sociedade, eleita pelo Conselho, com mandato de 1 (um) ano, é composta de 52 (cinquenta e dois) a 97 (noventa e sete) membros, distribuídos nas seguintes categorias de cargos: - Diretores Executivos: de 12 (doze) a 26 (vinte e seis) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, de 5 (cinco) a 10 (dez) Diretores Vice-Presidentes e de 6 (seis) a 15 (quinze) Diretores Gerentes; - Diretores Departamentais: de 27 (vinte e sete) a 47 (quarenta e sete) membros; - Diretores: de 6 (seis) a 9 (nove) membros; e Diretores Regionais: de 7 (sete) a 15 (quinze) membros.

Parágrafo Primeiro - O Conselho fixará em cada eleição as quantidades de cargos a preencher e designará, nomeadamente, entre os Diretores Executivos que eleger, os que devam ocupar as funções de Diretor-Presidente, Diretores Vice-Presidentes e Diretores Gerentes, observados os requisitos dos Artigos 17, 18 e 19 deste Estatuto.

Parágrafo Segundo - Os requisitos previstos no Inciso II do Artigo 18 e "caput" do 19, relativos, respectivamente, a Diretores Executivos, Diretores Departamentais, Diretores e Diretores Regionais, poderão ser dispensados pelo Conselho em caráter excepcional, até o limite de $\frac{1}{4}$ (um quarto) de cada uma dessas categorias de cargos, salvo em relação aos Diretores nomeados para os cargos de Presidente e de Vice-Presidente.

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social - 6 -

Art. 13) Aos Diretores compete administrar e representar a Sociedade, com poderes para obrigá-la em quaisquer atos e contratos de seu interesse, podendo transigir e renunciar direitos e adquirir, alienar e onerar bens, observando o disposto na letra "e" do Artigo 9º deste Estatuto.

Parágrafo Primeiro - Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) Diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor- Presidente ou Diretor Vice-Presidente.

Parágrafo Segundo - A Sociedade poderá também ser representada por no mínimo 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, ou por no mínimo 2 (dois) procuradores, em conjunto, especialmente constituídos, devendo do respectivo instrumento de mandato constar os seus poderes, os atos que poderão praticar e o seu prazo.

Parágrafo Terceiro - A Sociedade poderá ainda ser representada isoladamente por qualquer membro da Diretoria ou por procurador com poderes específicos, nos seguintes casos:

- a) mandatos com cláusula "ad judícia", hipótese em que a procuração poderá ter prazo indeterminado e ser substabelecida;
- b) recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais;
- c) participação em licitações;
- d) em Assembleias Gerais de Acionistas ou Cotistas de empresas ou fundos de investimento de que a Sociedade participe, bem como de entidades de que seja sócia ou filiada;
- e) perante órgãos e repartições públicas, desde que não implique na assunção de responsabilidades e/ou obrigações pela Sociedade;
- f) em depoimentos judiciais.

Parágrafo Quarto - Aos Diretores Departamentais, Diretores e Diretores Regionais são vedados os atos que impliquem em alienar e onerar bens e direitos da Sociedade.

Art. 14) Além das atribuições normais que lhes são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria:

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social - 7 -

- a) ao Diretor-Presidente, presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar e coordenar a ação dos seus membros;
- b) aos Diretores Vice-Presidentes, colaborar com o Diretor-Presidente no desempenho das suas funções;
- c) aos Diretores Gerentes, o desempenho das funções que lhes forem atribuídas;
- d) aos Diretores Departamentais, a condução das atividades dos Departamentos que lhes estão afetos e assessorar os demais membros da Diretoria;
- e) aos Diretores, o desempenho das funções que lhes forem atribuídas e assessorar os demais membros da Diretoria;
- f) aos Diretores Regionais, orientar e supervisionar os Pontos de Atendimento sob sua jurisdição e cumprir as funções que lhes forem atribuídas.

Art. 15) A Diretoria Executiva fará reuniões ordinárias semanalmente, e extraordinárias sempre que necessário, deliberando validamente desde que presente mais da metade dos seus membros em exercício, com a presença obrigatória do titular do cargo de Diretor-Presidente, ou seu substituto, que terá voto de qualidade, no caso de empate. As reuniões extraordinárias serão realizadas sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho, pelo Presidente da Diretoria ou, ainda, pela metade dos demais Diretores Executivos em exercício.

Art. 16) Em caso de vaga, ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, inclusive do Presidente, caberá ao Conselho indicar o seu substituto.

Art. 17) Para o exercício do cargo de Diretor é necessário dedicar tempo integral aos serviços da Sociedade, sendo incompatível o exercício do cargo de Diretor desta com o desempenho de outras funções ou atividades profissionais, ressalvados os casos em que a Sociedade tenha interesse, a critério do Conselho.

Art. 18) Para exercer o cargo de Diretor Executivo é necessário, ainda, que o candidato, na data da eleição, preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I. tenha menos de 65 (sessenta e cinco) anos de idade;

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social - 8 -

II. faça parte dos quadros de empregados ou de administradores da Sociedade ou de empresas a ela ligadas há mais de 10 (dez) anos, ininterruptamente.

Art. 19) Para exercer o cargo de Diretor Departamental, de Diretor e de Diretor Regional é necessário que o candidato faça parte dos quadros de empregados ou de administradores da Sociedade ou de empresas a ela ligadas, e tenha na data da eleição:

I. Diretor Departamental - menos de 62 (sessenta e dois) anos de idade;

II. Diretor e Diretor Regional - menos de 60 (sessenta) anos de idade.

Título VII - Do Conselho Fiscal

Art. 20) O Conselho Fiscal, não permanente, compor-se-á, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes.

Título VIII - Do Comitê de Auditoria

Art. 21) A Sociedade terá um Comitê de Auditoria, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, com mandato de 1 (um) ano, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo Único - Além das previstas em lei ou regulamento, são também atribuições do Comitê de Auditoria:

- a) recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente e a respectiva remuneração, bem como a sua substituição;
- b) revisar, previamente à divulgação ao Mercado, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- c) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos;
- d) avaliar o cumprimento, pela Diretoria da Sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos, bem

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social - 9 -

- como recomendar ao Conselho de Administração a resolução de eventuais conflitos entre os auditores externos e a Diretoria;
- e) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da informação e da sua confidencialidade;
 - f) recomendar à Diretoria da Sociedade correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
 - g) reunir-se, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria da Sociedade e auditorias independente e interna;
 - h) verificar, por ocasião de suas reuniões, o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando em Atas os conteúdos de tais encontros;
 - i) estabelecer as regras operacionais para seu funcionamento;
 - j) reunir-se com o Conselho Fiscal e Conselho de Administração, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências.

Título IX - Do Comitê de Controles Internos e Compliance

Art. 22) A Sociedade terá um Comitê de Controles Internos e Compliance, composto por até 12 (doze) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo Único - O Comitê terá por objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controles internos, mitigação de riscos e conformidade com normas aplicáveis à Organização Bradesco.

Título X - Do Comitê de Remuneração

Art. 23) A Sociedade terá um Comitê de Remuneração, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, escolhidos dentre os integrantes do Conselho de

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social - 10 -

Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo Único - O Comitê terá por objetivo propor ao Conselho de Administração as políticas e diretrizes de remuneração dos Administradores Estatutários da Organização Bradesco, tendo por base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho.

Título XI - Do Comitê de Conduta Ética

Art. 24) A Sociedade terá um Comitê de Conduta Ética, composto por até 16 (dezesesseis) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo Único - O Comitê terá por objetivo propor ações quanto à disseminação e cumprimento dos Códigos de Conduta Ética da Organização Bradesco, tanto corporativo quanto setoriais, de modo a assegurar sua eficácia e efetividade

Título XII - Do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital

Art. 25) A Sociedade terá um Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, composto por até 13 (treze) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo Único - O Comitê terá por objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas à aprovação de políticas institucionais e diretrizes operacionais e ao estabelecimento de limites de exposição a riscos, com vistas a atingir a sua efetiva gestão no âmbito da Organização Bradesco, aqui entendido o consolidado econômico e financeiro.

Título XIII - Da Ouvidoria

Art. 26) A Sociedade terá uma Ouvidoria que atuará em nome de todas as Instituições integrantes da Organização Bradesco, autorizadas a

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social - 11 -

funcionar pelo Banco Central do Brasil, composta de 1 (um) Ouvidor, designado e destituído pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano.

Parágrafo Primeiro – A Ouvidoria terá por atribuição:

- a) zelar pela estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre as Instituições das quais dispõe o “caput” deste Artigo, os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;
- b) receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços das Instituições das quais dispõe o “caput” deste Artigo, que não forem solucionadas pelo atendimento habitual realizado pelas agências ou por quaisquer outros pontos de atendimento;
- c) prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas;
- d) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar trinta dias;
- e) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado na letra “d”;
- f) propor ao Conselho de Administração medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas;
- g) elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Auditoria Interna, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, contendo proposições de que trata a letra “f”, quando existentes.

Parágrafo Segundo – A Sociedade:

- a) manterá condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção;
- b) assegurará o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades.

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social - 12 -

Título XIV - Das Assembleias Gerais

Art. 27) As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão:

- a) convocadas com prazo mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência;
- b) presididas pelo Presidente do Conselho, ou, na sua ausência, por seu substituto estatutário, que convidará um ou mais acionistas para Secretários.

**Título XV - Do Exercício Social e
da Distribuição de Resultados**

Art. 28) O ano social coincide com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro.

Art. 29) Serão levantados balanços ao fim de cada semestre, nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, facultado à Diretoria, mediante aprovação do Conselho, determinar o levantamento de outros balanços, em menores períodos, inclusive mensais.

Art. 30) O Lucro Líquido, como definido no Artigo 191 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem, a seguinte destinação:

- I. constituição de Reserva Legal;
- II. constituição das Reservas previstas nos Artigos 195 e 197 da mencionada Lei nº 6.404/76, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral;
- III. pagamento de dividendos, propostos pela Diretoria e aprovados pelo Conselho que, somados aos dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio de que tratam os Parágrafos Segundo e Terceiro deste Artigo, que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, 30% (trinta por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos itens I, II e III do Artigo 202 da referida Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Primeiro - A Diretoria, mediante aprovação do Conselho, fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes.

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social - 13 -

Parágrafo Segundo - Poderá a Diretoria, ainda, mediante aprovação do Conselho, autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários, cuja declaração lhe é facultada pelo parágrafo anterior ou, ainda, em adição aos mesmos.

Parágrafo Terceiro - Os juros eventualmente pagos aos acionistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício (30%), de acordo com o Inciso III do "caput" deste Artigo.

Art. 31) O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições acima previstas, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

Parágrafo Único - Na hipótese da proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao Lucro Líquido do exercício conter previsão de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio em montante superior ao dividendo obrigatório estabelecido no Artigo 30, Inciso III, e/ou retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76, o saldo do Lucro Líquido para fins de constituição da reserva mencionada neste Artigo será determinado após a dedução integral dessas destinações.

Declaramos que a presente é cópia fiel do Estatuto Social deste Banco, contendo a deliberação aprovada na AGE de 10.6.2010.

Banco Bradesco S.A.

Antônio de Abreu

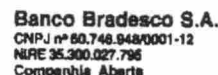
Antônio José da Paraíba



Ata das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizadas cumulativamente em 10.3.2010

o processo de voto múltiplo, para a eleição de membros do Conselho de Administração da Sociedade, os Açõesistas requerentes deverão representar no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante, desde que o laçam, por escrito à Sociedade, com antecedência mínima de 48 horas antes da realização da Assembleia Geral. A votação por processo de voto múltiplo dar-se-á mediante a atribuição a cada ação de tantos votos quantos sejam os membros do Conselho a serem eleitos, podendo o acionista contar votos em um só candidato ou distribuí-los entre vários. Nesse processo, os candidatos serão indicados e eleitos individualmente por cada uma das respectivas classes registradas perante a Mesa das Assembleias. A eleição será realizada em sessão pública, com a presença de todos os membros das respectivas classes, podendo qualquer dos atuais membros do Conselho de Administração, seniores, Lázaro de Melo Brandão, brasileiro, casado, bancário, RG 1.107.377-2/SSP-S/P, CPF 006.903.526/72; Antônio Bortin, brasileiro, viúvo, bancário, RG 11.323.129/SSP-S/P, CPF 005.602.064/48; Mário de Silveira Teixeira Junior, brasileiro, casado, bancário, RG 3.076.007-0/SSP-S/P, CPF 113.119.599/15; Márcio Antão Lauretti Cyrillane, brasileiro, casado, bancário, RG 2.863.379-8/SSP-S/P, CPF 063.906.226/20; João Aguiar Aguiar, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, RG 6.236.718-7/SSP-S/P, CPF 026.533.538/11; Antônio Ceresar Aguiar Aguiar, brasileiro, separado consensualmente, educador, RG 5.258.352-5/SSP-S/P, CPF 026.533.538/11; Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, brasileiro, casado, bancário, RG 6.848.549/SSP-S/P, CPF 021.198.668/34, todos com domicílio na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; e Ricardo Espírito Santa Silva Saldgado, português, casado, bancário, PNE W4738212, expedida pelo SED/PAF/PJF, CPF 385.154.827/20, com domicílio na Rua Piedra da Nau, 141, Caracas, Leste, Portugal, todos com mandato para a Assembleia Geral Ordinária de 2011. Caso nenhum seja eleito à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomarão posse de seus cargos. Os Conselheiros eleitos deverão cumprir o prazo de um ano, que não poderá ser prorrogado, e serão eleitos para o primeiro biênio, em virtude de concordância entre os membros do Conselho Fiscal. De acordo com o disposto no Art. 2º do Regulamento Interno do Conselho Fiscal e no Art. 20º do Estatuto Social da Sociedade, o Conselho Fiscal é órgão de funcionamento não permanente e compor-se-á de, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes, acionistas ou não, todos com mandato até a primeira assembleia geral ordinária que se realizar após a sua eleição. O Conselho Fiscal tem dentre as suas competências: fiscalizar os atos dos administradores; analisar, se manca instrumentalmente, o balanço e demais demonstrações e as informações reportadas periodicamente pela Sociedade ao Conselho de Administração, bem como o exercício e o controle das atividades administrativas, bem como o controle interno da administração. Cabe ressaltar que a função de membro do Conselho Fiscal é indelegável. Bem como as atribuições e poderes que lhe são conferidos pela lei não podem ser outorgados a outros órgãos da Sociedade. Somente podem ser eleitos para o Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de Administrador de empresa, ou de Conselheiro Fiscal. De conformidade com o disposto na letra "a" do Parágrafo Único do Artigo 181 da Lei nº 6.404/76, os acionistas controladores presentes à Assembleia Geral Ordinária poderão eleger a maioria dos membros do Conselho Fiscal e respectivos Suplentes. Os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, incluindo a Sociedade, a fim de assegurar o equilíbrio entre os membros do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2011. Sendo que os acionistas controladores não indicam, para compor o órgão, a maior quantidade de membros a que tiverem direito, nos termos do dispositivo legal acima citado, cogitando, na hipótese, eleger os 3 (três) membros efetivos, os senhores Nelson Lopes de Oliveira, brasileiro, casado, economista, RG 3.962.261/SSP-S/P, CPF 036.974.608/20, residente e domiciliado na Rua Leopoldo, 91, apto 41, Jardim das Bandeiras, São Paulo, SP, CEP 06438-902, e Ricardo Abucena de Espírito Santa Silva, brasileiro naturalizado, casado, economista, RG 53.783.358-5/SSP-S/P, CPF 04338-905; e o senhor João Paulo de Almeida, brasileiro naturalizado, casado, advogado, RG 5.548.755/SSP-S/P, CPF 389.738.328/88, residente e domiciliado na Rua Pedro Inácio de Araújo, 250 Condomínio Vias de São Francisco, 8, Casa 14, Vila São Silvestre, São Paulo, SP, CEP 05386-300, e Renauld Roberto Teixeira, brasileiro, casado, empresário, RG 3.022.898/SSP-S/P, CPF 057.180.078/53, residente e domiciliado na Rua Pascal, 260, apto 31, Condomínio Palmeira Shopping, Campo Belo, São Paulo, SP, CEP 04618-000. Sendo que os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, para compor o Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2011. Sendo que os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, para compor o Conselho Fiscal e respectivos suplentes, compareçam à Assembleia Geral Ordinária munidos do nome, qualificação e currículo do candidato observando as mesmas regras e condições de eleição. De acordo com a letra "b" do Parágrafo Único do Artigo 181 da Lei nº 6.404/76, os acionistas controladores presentes à Assembleia Geral Ordinária poderão eleger a maioria dos membros do Conselho Fiscal e respectivos Suplentes. Os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, incluindo a Sociedade, a fim de assegurar o equilíbrio entre os membros do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2011. Sendo que os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, para compor o Conselho Fiscal e respectivos suplentes, compareçam à Assembleia Geral Ordinária munidos do nome, qualificação e currículo do candidato observando as mesmas regras e condições de eleição. De acordo com a letra "b" do Parágrafo Único do Artigo 181 da Lei nº 6.404/76, os acionistas controladores presentes à Assembleia Geral Ordinária poderão eleger a maioria dos membros do Conselho Fiscal e respectivos Suplentes. Os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, incluindo a Sociedade, a fim de assegurar o equilíbrio entre os membros do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2011. Sendo que os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, para compor o Conselho Fiscal e respectivos suplentes, compareçam à Assembleia Geral Ordinária munidos do nome, qualificação e currículo do candidato observando as mesmas regras e condições de eleição. De acordo com a letra "b" do Parágrafo Único do Artigo 181 da Lei nº 6.404/76, os acionistas controladores presentes à Assembleia Geral Ordinária poderão eleger a maioria dos membros do Conselho Fiscal e respectivos Suplentes. Os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, incluindo a Sociedade, a fim de assegurar o equilíbrio entre os membros do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2011. Sendo que os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, para compor o Conselho Fiscal e respectivos suplentes, compareçam à Assembleia Geral Ordinária munidos do nome, qualificação e currículo do candidato observando as mesmas regras e condições de eleição. De acordo com a letra "b" do Parágrafo Único do Artigo 181 da Lei nº 6.404/76, os acionistas controladores presentes à Assembleia Geral Ordinária poderão eleger a maioria dos membros do Conselho Fiscal e respectivos Suplentes. Os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, incluindo a Sociedade, a fim de assegurar o equilíbrio entre os membros do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2011. Sendo que os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, para compor o Conselho Fiscal e respectivos suplentes, compareçam à Assembleia Geral Ordinária munidos do nome, qualificação e currículo do candidato observando as mesmas regras e condições de eleição. De acordo com a letra "b" do Parágrafo Único do Artigo 181 da Lei nº 6.404/76, os acionistas controladores presentes à Assembleia Geral Ordinária poderão eleger a maioria dos membros do Conselho Fiscal e respectivos Suplentes. Os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, incluindo a Sociedade, a fim de assegurar o equilíbrio entre os membros do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2011. Sendo que os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, para compor o Conselho Fiscal e respectivos suplentes, compareçam à Assembleia Geral Ordinária munidos do nome, qualificação e currículo do candidato observando as mesmas regras e condições de eleição. De acordo com a letra "b" do Parágrafo Único do Artigo 181 da Lei nº 6.404/76, os acionistas controladores presentes à Assembleia Geral Ordinária poderão eleger a maioria dos membros do Conselho Fiscal e respectivos Suplentes. Os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, incluindo a Sociedade, a fim de assegurar o equilíbrio entre os membros do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2011. Sendo que os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, para compor o Conselho Fiscal e respectivos suplentes, compareçam à Assembleia Geral Ordinária munidos do nome, qualificação e currículo do candidato observando as mesmas regras e condições de eleição. De acordo com a letra "b" do Parágrafo Único do Artigo 181 da Lei nº 6.404/76, os acionistas controladores presentes à Assembleia Geral Ordinária poderão eleger a maioria dos membros do Conselho Fiscal e respectivos Suplentes. Os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, incluindo a Sociedade, a fim de assegurar o equilíbrio entre os membros do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2011. Sendo que os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, para compor o Conselho Fiscal e respectivos suplentes, compareçam à Assembleia Geral Ordinária munidos do nome, qualificação e currículo do candidato observando as mesmas regras e condições de eleição. De acordo com a letra "b" do Parágrafo Único do Artigo 181 da Lei nº 6.404/76, os acionistas controladores presentes à Assembleia Geral Ordinária poderão eleger a maioria dos membros do Conselho Fiscal e respectivos Suplentes. Os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, incluindo a Sociedade, a fim de assegurar o equilíbrio entre os membros do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2011. Sendo que os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, para compor o Conselho Fiscal e respectivos suplentes, compareçam à Assembleia Geral Ordinária munidos do nome, qualificação e currículo do candidato observando as mesmas regras e condições de eleição. De acordo com a letra "b" do Parágrafo Único do Artigo 181 da Lei nº 6.404/76, os acionistas controladores presentes à Assembleia Geral Ordinária poderão eleger a maioria dos membros do Conselho Fiscal e respectivos Suplentes. Os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, incluindo a Sociedade, a fim de assegurar o equilíbrio entre os membros do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2011. Sendo que os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, para compor o Conselho Fiscal e respectivos suplentes, compareçam à Assembleia Geral Ordinária munidos do nome, qualificação e currículo do candidato observando as mesmas regras e condições de eleição. De acordo com a letra "b" do Parágrafo Único do Artigo 181 da Lei nº 6.404/76, os acionistas controladores presentes à Assembleia Geral Ordinária poderão eleger a maioria dos membros do Conselho Fiscal e respectivos Suplentes. Os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, incluindo a Sociedade, a fim de assegurar o equilíbrio entre os membros do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2011. Sendo que os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, para compor o Conselho Fiscal e respectivos suplentes, compareçam à Assembleia Geral Ordinária munidos do nome, qualificação e currículo do candidato observando as mesmas regras e condições de eleição. De acordo com a letra "b" do Parágrafo Único do Artigo 181 da Lei nº 6.404/76, os acionistas controladores presentes à Assembleia Geral Ordinária poderão eleger a maioria dos membros do Conselho Fiscal e respectivos Suplentes. Os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, incluindo a Sociedade, a fim de assegurar o equilíbrio entre os membros do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2011. Sendo que os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, para compor o Conselho Fiscal e respectivos suplentes, compareçam à Assembleia Geral Ordinária munidos do nome, qualificação e currículo do candidato observando as mesmas regras e condições de eleição. De acordo com a letra "b" do Parágrafo Único do Artigo 181 da Lei nº 6.404/76, os acionistas controladores presentes à Assembleia Geral Ordinária poderão eleger a maioria dos membros do Conselho Fiscal e respectivos Suplentes. Os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, incluindo a Sociedade, a fim de assegurar o equilíbrio entre os membros do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2011. Sendo que os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, para compor o Conselho Fiscal e respectivos suplentes, compareçam à Assembleia Geral Ordinária munidos do nome, qualificação e currículo do candidato observando as mesmas regras e condições de eleição. De acordo com a letra "b" do Parágrafo Único do Artigo 181 da Lei nº 6.404/76, os acionistas controladores presentes à Assembleia Geral Ordinária poderão eleger a maioria dos membros do Conselho Fiscal e respectivos Suplentes. Os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, incluindo a Sociedade, a fim de assegurar o equilíbrio entre os membros do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2011. Sendo que os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, para compor o Conselho Fiscal e respectivos suplentes, compareçam à Assembleia Geral Ordinária munidos do nome, qualificação e currículo do candidato observando as mesmas regras e condições de eleição. De acordo com a letra "b" do Parágrafo Único do Artigo 181 da Lei nº 6.404/76, os acionistas controladores presentes à Assembleia Geral Ordinária poderão eleger a maioria dos membros do Conselho Fiscal e respectivos Suplentes. Os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, incluindo a Sociedade, a fim de assegurar o equilíbrio entre os membros do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2011. Sendo que os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, para compor o Conselho Fiscal e respectivos suplentes, compareçam à Assembleia Geral Ordinária munidos do nome, qualificação e currículo do candidato observando as mesmas regras e condições de eleição. De acordo com a letra "b" do Parágrafo Único do Artigo 181 da Lei nº 6.404/76, os acionistas controladores presentes à Assembleia Geral Ordinária poderão eleger a maioria dos membros do Conselho Fiscal e respectivos Suplentes. Os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, incluindo a Sociedade, a fim de assegurar o equilíbrio entre os membros do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2011. Sendo que os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, para compor o Conselho Fiscal e respectivos suplentes, compareçam à Assembleia Geral Ordinária munidos do nome, qualificação e currículo do candidato observando as mesmas regras e condições de eleição. De acordo com a letra "b" do Parágrafo Único do Artigo 181 da Lei nº 6.404/76, os acionistas controladores presentes à Assembleia Geral Ordinária poderão eleger a maioria dos membros do Conselho Fiscal e respectivos Suplentes. Os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, incluindo a Sociedade, a fim de assegurar o equilíbrio entre os membros do

New Mexico
(Continued)

[illegible][illegible]

CNPJ nº 07.068.021/0001-98

Relatório da Diretoria									
Atividade: Em cumprimento as determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Ss. as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2008.									
Balanco Patrimonial (Em R\$)			Balanco Patrimonial (Em R\$)			Demonstração do Resultado (Em R\$)			A Diretoria
31/12/2008	31/12/2008	31/12/2008	31/12/2008	31/12/2008	31/12/2008	31/12/2008	31/12/2008	31/12/2008	31/12/2008
Ativo	9.595.301	12.484.620	Passivo	9.595.301	12.484.620				
Circulante	14.875	133.515	Circulante	34.243	29				
Caixa e Bancos	7.995	6.806	Fornecedores	6.721	6.953				
Aplicamentos	99	-	Impostos Fiscais	524	95				
Dívidas a Receber	-	-	Salários/Encargos Sociais	7.583	5.173				
Contas a Receber	8.910	120.000	Contribuições de Filiais	10.641	10.259				
Circulante	8.980.326	12.351.134	Contas a Pagar	8.865	8.865				
Investimentos	9.539.848	12.305.819	Não Circulante	360.000	141.406				
Contratadas	9.539.848	12.305.819	Partes Relacionadas	360.000	141.406				
Imobilizado	40.878	48.485	Patrimônio Líquido	9.230.858	12.312.860				
Amortizações	49.220	49.220	Capital Social	3.743.250	3.743.250				
Depreciações Acumuladas	(18.543)	(37.35)	Reserva Legal	684.885	684.885				
			Reserva de Lucros a Realizar	4.793.223	7.908.725				
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em R\$)	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Lucr. Real	Resultado	Total				
Em 31/12/2007	3.743.250	664.485	12.825.222	-	7.032.957				
2008	-	-	(4.719.097)	4.719.087	-				
Exercício 2008	-	-	(4.719.097)	(4.369.087)	(4.369.097)				
Em 31/12/2008	3.743.250	664.485	7.908.125	(350.000)	(350.000)				
Exercício 2008	-	-	(3.112.902)	3.112.902	(1.906.402)				
Exercício 2008	-	-	(1.906.402)	(1.906.402)	(1.906.402)				
Exercício 2008	-	-	(1.119.500)	(1.119.500)	(1.119.500)				
Exercício 2008	-	-	(9.200.958)	(9.200.958)	(9.200.958)				
SUELI ESCARLATE DOS SANTOS									
Diretora Presidente									
RUBENS RAIM NONO									
Diretor Presidente									

3012.000403/2020-83 / pg. 69

GILBERTO NEVES DOS SANTOS - EPP. Torna publico que recebeu CETESB a Licença Prévia, de Instalação e de Operação nº 300007 com val. ate 16.08.2015 para Fabricação de Acessórios do Vestuário e Segurança Profissional sito à Rua Tucumã nº 42 - Jd. Helena - SP


ERNESTO BORGES
ADVOGADOS

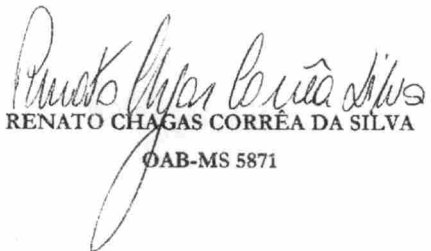
SUBSTABELECIMENTO

COM RESERVA de poderes substabeleço na pessoa de **CAMILLA DIAS G. LOPES DOS SANTOS** brasileira, inscrita na OAB/DF sob o número 56.709 os poderes da cláusula "ad judícia" que nos foram outorgados por, com endereço profissional na SIG Quadra 4 - Lote 25 - Sala 316/317/318/320, Edifício Barão de Mauá, Brasília/DF os poderes a mim conferidos por **BANCO BRADESCO S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, com sede na Cidade de Deus, Vila Yara, em Osasco-SP.

Brasília/DF, 7 de May de 2019.


ERNESTO BORGES NETO
OAB/MS Nº 6.651-B


BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO
OAB/MS Nº 15.116


RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA
OAB-MS 5871

Campo Grande/MS
XV de Novembro, 2.029 | CEP 79020-300 | 67.3389.0123 | Fax: 67.3321.0468

Cuiabá/MT
Manoel Leopoldino, 358 | CEP 78005-550 - 65.2648.0123 | Fax: 65.3648.0143

Palmas/TO
Teotônio Segurado, 501 Sul | Conj 1 Lote 6 | Amazônia Center, Sala 801
CEP 77016-002 | 63.3214.1868 | Fax: 63.3214.2616

Três Lagoas/MS
Dr. Elvy Chaves, 650 | Sala 1 | CEP 79802-090 - 67.3522.4904 | Fax: 67.3521.5895

Goiânia/GO
102, nº 27 | Setor Sul | CEP 74083-290 - 52.3257.5500 | Fax: 62.3257.5501

Brasília/DF
SRTVS Quadra 701 Bloco A | Sala 407 | Centro Empresarial Brasília
CEP 70340-907 | 51.3037.5565 - 9906.9102

www.ernestoborges.com.br

2º TABELIÃO DE NOTAS
OSASCO - SP
COMARCA DE OSASCO
ANTONIO CARLOS ZANOTTI - TABELIÃO DESIGNADO

* LIVRO Nº 1460 – PAGINAS. 203/213 - 1º TRASLADO *

PROCURAÇÃO PÚBLICA.

Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove (28/10/2019), nesta Cidade e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, em diligência à Cidade de Deus, Vila Yara, compareceram como **Otorgantes: 1º) BANCO BRADESCO S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, NIRE 35300027795, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO realizada em 11/03/2019, registrada na JUCESP sob nº 214.088/19-4, em 16/04/2019, neste ato representado, nos termos do artigo 13 do referido estatuto, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião Extraordinária nº 2.881, do Conselho de Administração, realizada em 13/03/2018, registrada na JUCESP sob nº 277.756/18-2, em 09/05/2018, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 07/05/2019, autenticidade nº 116775238, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 054 sob nº de ordem 160. **2º) BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 52.568.821/0001-22, NIRE 35221037518, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Contrato Social Consolidado datado de 30/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 460.027/19-0, em 28/08/2019, neste ato representado, nos termos da Clausula Sétima do referido Contrato Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 30/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 460.028/19-4, em 28/08/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 10/09/2019, autenticidade nº 123049659, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 054 sob nº de ordem 200. **3º) BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 07.207.996/0001-50, NIRE 35300113420, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO realizada em 29/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 361.568/19-8, em 11/07/2019, neste ato representado, nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social vigente, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE/AGO realizada em 29/04/2019, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 23/07/2019, autenticidade nº 120518251, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 010. **4º) BRADESCO SEGUROS S.A.**, inscrita no CNPJ nº 33.055.146/0001-93, NIRE 35300329091, com sede na Avenida Alphaville, nº 779, 5º andar, Empresarial 18 do Forte, Barueri-SP, CEP 06472-010, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE de 22/10/2018, registrado na JUCESP sob nº 265.928/19-9, em 16/05/2019, neste ato representado, nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE de 14/06/2019, registrada na JUCESP sob nº 445.208/19-3, em 19/08/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 11/09/2019, autenticidade nº 123131553, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 057. **5º) BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 51.990.695/0001-37, NIRE 35300006020, com sede na Avenida Alphaville, nº 779, Empresarial 18 do Forte, Barueri-SP, CEP 06472-010, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE realizada em 29/06/2018, registrada na JUCESP sob nº 547.244/18-6, em 23/11/2018, neste ato representado, nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE realizada em 05/06/2019, registrada na JUCESP sob nº 448.767/19-3, em 22/08/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 01/10/2019, autenticidade nº 124136389, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 088. **6º) BRADESCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL**, inscrita no CNPJ sob nº 47.509.120/0001-82, NIRE 35300151381, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO realizada em 18/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 347.692/19-9, em 03/07/2019, neste ato representado nos termos do artigo 13º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião Extraordinária nº 110 do Conselho de Administração, realizada em 30/04/2018, registrada na JUCESP sob nº 320.396/18-6, em 12/07/2018, e pela Ata da Reunião Extraordinária nº 122 do Conselho de Administração, realizada em 18/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 347.693/19-2, em 03/07/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 27/07/2019, autenticidade nº 120777884, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 025. **7º) BANCO BRADESCO BERJ S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 33.147.315/0001-15, NIRE 33300025260, com sede na Praça Pio X, nº 118, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20091-040, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE/AGO de 30/04/2019 registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 00003675637-002, em 05/07/2019, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE de 21/06/2019 registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 00003755614-007, em 11/09/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade



06732602015337-00042860820 (11259684)

Rua Cipriano Tavares 95 - Centro - Osasco - SP
Fone: 11-3681-0532

SEI 08012.000403/2020-83 / pg. 73

civil e criminal, e com a certidão simplificada consultada no site da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 16/09/2019, protocolo nº 00-2019/555296-2, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **065. 8º) BANCO BRADESCARD S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 04.184.779/0001-01, NIRE 35300182359, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, Edifício Jauaperi, Bloco D, 15º andar, Alphaville, Barueri-SP, CEP 06454-000, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO, realizada em 25/04/2018, registrado na JUCESP sob nº 315.543/18-8, em 05/07/2018, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE realizada em 17/12/2018, registrado na JUCESP sob nº 056.996/19-6, em 29/01/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 11/02/2019, autenticidade nº 112595271, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **054** sob nº de ordem **106. 9º) BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**, inscrita no CNPJ nº 92.682.038/0001-00, NIRE 33300275541, com sede na Avenida Rio de Janeiro, nº 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20931-675, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE de 14/01/2019, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 00003678364, em 08/07/2019, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE de 28/03/2019, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 00003647608, em 11/06/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada consultada no site da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 05/08/2019, protocolo nº 00-2019/460979-0, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **031. 10º) TEMPO SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 58.503.129/0001-00, NIRE 31207022645, com sede na Avenida Floriano Peixoto, nº 6500, Sala 3, Jardim Umuarama, Uberlândia-MG, CEP 38406-247, com seu Contrato Social consolidado datado de 15/10/2015, registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob nº 7338041, em 06/06/2019, neste ato representado, nos termos da Clausula Sétima do Contrato Social acima mencionado, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Quotistas datada de 30/04/2015, registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob nº 5525489, em 15/06/2015, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada nº C190001522259 emitida no site da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 30/06/2019, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **054** sob nº de ordem **185. 11º) BRADESCO SAÚDE S.A.**, inscrita no CNPJ nº 92.693.118/0001-60, NIRE 33300159541, com sede na Avenida Rio de Janeiro, nº 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20931-675, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE de 14/01/2019, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 00003516947, em 13/02/2019, neste ato representado nos termos do artigo 13 do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 29/04/2019, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 00003638397, em 03/06/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada consultada no site da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 24/06/2019, protocolo nº 00-2019/354090-8, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **006. 12º) BANCO BRADESCO BBI S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 06.271.464/0001-19, NIRE 35300335791, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE realizada em 07/06/2019, registrada na JUCESP sob nº 423.505/19-1, em 06/08/2019, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social acima mencionado, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE realizada em 03/07/2019, registrada na JUCESP sob nº 471.340/19-4, em 04/09/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 11/09/2019, autenticidade nº 123129250, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **026. 13º) BANCO LOSANGO S.A. – BANCO MÚLTIPLO**, inscrito no CNPJ sob nº 33.254.319/0001-00, NIRE 33300316906, com sede na Praça XV de Novembro, nº 20, 11º andar, salas 1.101 e 1.102, 12º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20010-010, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE/AGO datada de 30/04/2019, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 3677758, em 08/07/2019, neste ato representado nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO datada de 30/04/2019, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada consultada no site da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 17/07/2019, protocolo nº 00-2019/420860-5, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **013. 14º) BRADESCARD ELO PARTICIPAÇÕES S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 09.226.818/0001-00, NIRE 35300349415, com sede social no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Social Vigente aprovado pela AGE/AGO, realizada em 30/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 396.297/19-5, em 19/07/2019, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO, realizada em 30/04/2019, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 14/08/2019, autenticidade nº 121660557, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **027.15º) ALVORADA ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 01.382.421/0001-97, NIRE

2º TABELIÃO DE NOTAS
OSASCO - SP
COMARCA DE OSASCO
ANTONIO CARLOS ZANOTTI - TABELIÃO DESIGNADO



35213970324, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, 15º andar, parte, Bloco D, Alphaville, Barueri-SP, CEP 06454-000, com seu Contrato Social Consolidado datado de 22/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 410.267/19-3, em 29/07/2019, neste ato representado nos termos da Clausula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião das Sôcias Cotistas datada de 22/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 410.268/19-7, em 29/07/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 14/08/2019, autenticidade nº 121673973, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **032. 16º) BANKPAR BRASIL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 34.046.581/0001-14, NIRE 35221360939, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, 15º andar, Bloco "D", edifício Jauaperi, Alphaville Industrial, Barueri-SP, CEP 06454-000, com seu Contrato Social Consolidado, datado de 18/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 401.140/19-2, em 26/07/2019, neste ato representado, nos termos da Clausula Sétima do Contrato Social acima mencionado, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas, datada de 18/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 401.141/19-6, em 26/07/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 15/08/2019, autenticidade nº 121708450, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **005. 17º) BANKPAR CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 67.529.289/0001-01, NIRE 35210748205, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, 15º andar, parte, Bloco D, Edifício Jauaperi, Alphaville Industrial, Barueri-SP, CEP 06454-000, com seu Contrato Social Consolidado, datado 30/04/2018, registrado na JUCESP sob nº 279.179/18-2, em 13/06/2018, neste ato representado nos termos da Clausula Sétima do Contrato Social acima mencionado, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 30/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 309.187/19-9 em 06/06/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 03/07/2019, autenticidade nº 119679177, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **054** sob nº de ordem **186. 18º) NOVA PAIOL PARTICIPAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 04.278.130/0001-41, NIRE 35221205216, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Contrato Social consolidado datado de 30/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 287.706/19-9 em 30/05/2019, neste ato representado nos termos da Cláusula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião das Sôcias Cotistas datada de 30/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 287.708/19-6 em 30/05/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 15/07/2019, autenticidade nº 120118692, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **033. 19º) SHOPFÁCIL SOLUÇÕES EM COMÉRCIO ELETRÔNICO S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 14.370.342/0001-08, NIRE 35300413270, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Cinza, 1º andar, sala 2, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Social Vigente aprovado pela AGE/AGO, realizada em 29/04/2019, e registrada na JUCESP sob nº 362.690/19-4, em 12/07/2019, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO, realizada em 29/04/2019, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 27/07/2019, autenticidade nº 120778404, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **034. 20º) BF PROMOTORA DE VENDAS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 02.038.394/0001-00, NIRE 35214604291, com sede na Alameda Santos, nº 1.420, Cerqueira César, São Paulo-SP, CEP 01418-100, com seu Contrato Social Consolidado datado de 10/01/2019, registrado na JUCESP sob nº 226.225/19-7, em 25/04/2019, neste ato representado nos termos da Cláusula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 29/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 401.121/19-7, em 26/07/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 15/08/2019, autenticidade nº 121725401, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **002. 21º) BP PROMOTORA DE VENDAS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 07.131.760/0001-87, NIRE 35219653738, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Contrato Social consolidado datado de 24/04/2018, registrado na JUCESP sob nº 257.157/18-9, em 04/06/2018, neste ato representado nos termos da Clausula Sétima do Contrato Social acima mencionado, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata De Reunião das Sôcias Cotistas datada de 24/04/2018, registrada na JUCESP sob nº 267.737/18-0, em 07/06/2018, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 12/06/2019, autenticidade nº 118638889, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **001. 22º) BRADESCO CAPITALIZAÇÃO S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 33.010.851/0001-74, NIRE 35300331354, com sede na Avenida Alphaville, nº 779, Empresarial 18 do Forte, Barueri-SP, CEP 06472-010, com seu Estatuto Social Vigente aprovado pela AGE de 29/11/2018, registrada na JUCESP sob nº 252.706/19-5, em 09/05/2019, neste ato representado, nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE de 28/03/2019, registrada na JUCESP sob nº 431.192/19-4, em 13/08/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no



06732602615337 880446160500 (11259684)

Rua Cipriano Tavares 95 - Centro - Osasco - SP
Fone: 11-3681-0532

SEI 08012.000403/2020-83 / pg. 75

site da JUCESP em 23/08/2019, autenticidade nº 122200179, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 007. 23º) **MEDISERVICE OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 57.746.455/0001-78, NIRE 35300360249, com sede na Avenida Alphaville, nº 779, Empresarial 18 do Forte, Barueri-SP, CEP 06472-010, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE realizada em 27/12/2018, e registrada na JUCESP sob nº 255.859/19-3, em 14/05/2019, neste ato representado, nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE realizada em 10/04/2019, e registrada na JUCESP sob nº 255.860/19-5, em 14/05/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 06/06/2019, autenticidade nº 118361390, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 008. 24º) **ATLÂNTICA COMPANHIA DE SEGUROS**, inscrita no CNPJ sob nº 33.151.291/0001-78, NIRE 33300284958, com sede na Avenida Rio de Janeiro, nº 555, 20º andar, Caju, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20931-675, com seu Estatuto Social vigente aprovado pela AGE realizada em 14/01/2019, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 00003639589-002, em 04/06/2019, neste ato representado nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE realizada em 29/03/2019, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 00003712878-008, em 07/08/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada consultada no site da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 11/09/2019, protocolo nº 00-2019/550650-2, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 062. 25º) **KIRTON BANK S.A. – BANCO MÚLTIPLO**, inscrito no CNPJ sob nº 01.701.201/0001-89, NIRE 41300015341, com sede na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 4º andar, Centro, Curitiba-PR, CEP 80020-030, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE/AGO datada de 30/04/2018, registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20184906369 em 26/09/2018, neste ato representado nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO datada de 30/04/2018, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada nº 195439082, consultada no site da Junta Comercial do Estado do Paraná em 25/09/2019, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 069. 26º) **KIRTON CORRETORA DE SEGUROS S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 43.638.022/0001-94, NIRE 41300003955, com sede na Rua Presidente Pádua Fleury, nº 680, Hauer, Curitiba-PR, CEP 81630-240, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE/AGO datada de 26/04/2018, registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20183002512, em 13/06/2018, neste ato representado nos termos do Artigo 9º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO datada de 26/04/2018, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada datada de 12/07/2019, autenticidade nº 193724340, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 022. 27º) **BRANCO – KIRTON CORRETORA DE CÂMBIO S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 58.229.246/0001-10, NIRE 35300138767, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 6º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP, CEP 04543-011, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE datada de 03/07/2019, registrada na JUCESP sob nº 448.284/19-4, em 23/08/2019, neste ato representado nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE datada de 03/07/2019, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 05/09/2019, autenticidade nº 122818596, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 055. 28º) **KIRTON ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA**, inscrita no CNPJ nº 03.270.639/0001-85, com sede administrativa na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 1º andar, Centro, Curitiba-PR, CEP 80020-030, com seu Estatuto Social vigente, datado de 01/07/2016, registrada no 1º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR, sob nº 1.114.632, em 05/09/2016, neste ato representado nos termos do parágrafo único do artigo 30 do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE de 30/04/2019, registrada no 1º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR, sob nº 1.162.154, em 12/06/2019, que declaram continuarem estes os documentos da pessoa jurídica, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão emitida pelo 1º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR em 08/08/2019, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 035. 29º) **SCOPUS DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 06.071.753/0001-74, NIRE 35231345312, com sede na Rua Domingos Sergio Dos Anjos, nº 277, 3º andar, Pirituba, São Paulo-SP, CEP 05136-170, com seu Contrato Social Consolidado datado de 28/12/2018, registrado na JUCESP sob nº 056.755/19-3 em 29/01/2019, neste ato representado nos termos da Clausula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 06/09/2017, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20175796645, em 08/12/2017, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a Certidão simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado do Paraná em 17/12/2018 e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 11/02/2019, autenticidade nº 112596841, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 054 sob nº de ordem 070. 30º) **ALVORADA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS**, inscrita no CNPJ sob nº 03.572.412/0001-94, NIRE 35300175361, com sede e foro no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara.

2º TABELIÃO DE NOTAS
OSASCO - SP
COMARCA DE OSASCO

ANTONIO CARLOS ZANOTTI - TABELIÃO DESIGNADO



Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO, realizada em 25/04/2018, e registrada na JUCESP sob nº 256.472/18-0, em 30/05/2018, neste ato representado nos termos do artigo 9º do referido Estatuto Social por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO, realizada em 25/04/2018, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 06/06/2019, autenticidade nº 118364699, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **023. 31ª) COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS RUBI**, inscrita no CNPJ sob nº 01.222.069/0001-22, NIRE 35300320557, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE realizada em 19/03/2018, registrada na JUCESP sob nº 276.414/18-4, em 08/06/2018, neste ato representado nos termos do artigo 9º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE realizada em 30/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 361.686/19-5, em 11/07/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 15/08/2019, autenticidade nº 121730019, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **024. 32ª) FUNDAÇÃO INSTITUTO DE MOLÉSTIAS DO APARELHO DIGESTIVO E DA NUTRIÇÃO**, inscrita no CNPJ nº 61.062.212/0001-98, com sede social à Rua Borges Lagoa, nº 1450, São Paulo-SP, CEP 04038-905, com seu Estatuto Social vigente datado de 29/04/2019, registrado no 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo-SP, sob nº 748154, em 03/07/2019, neste ato representado nos termos do artigo 12º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião Ordinária nº 39 do Conselho de Administração, realizada em 30/04/2018, registrada no 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo-SP, sob nº 734575, em 28/06/2018, que declaram continuarem estes os documentos da fundação, sob responsabilidade civil e criminal, apresentando a certidão de breve relato datada de 05/07/2019, emitida pelo 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo-SP, ficando todos os documentos arquivados nestas Notas, em pasta própria de nº **054** sob nº de ordem **196. 33ª) FUNDAÇÃO BRADESCO**, inscrita no CNPJ sob nº 60.701.521/0001-06, com sede administrativa no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Social vigente, datado de 25/04/2018, registrado no 2º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Osasco-SP, sob nº 186.033, em 14/06/2018, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social acima mencionado, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos conforme Ata de Reunião da Mesa Regedora, realizada em 25/04/2018, registrada no 2º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Osasco-SP, sob nº 186.033, em 14/06/2018, que declaram continuarem estes os atuais documentos da fundação, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão de breve relato, emitida pelo 2º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Osasco-SP em 25/06/2019, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **028. 34ª) BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, inscrita no CNPJ sob nº 62.375.134/0001-44, NIRE 35300192575, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 2º e 3º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP, CEP 04543-011, com seu Estatuto Social aprovado pela AGE realizada em 21/06/2019, registrada na JUCESP sob nº 446.812/19-5, em 20/08/2019, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE realizada em 21/06/2019, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 10/09/2019, autenticidade nº 123068176, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **018. 35ª) BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 00.066.670/0001-00, NIRE 35219824630, com sede no Núcleo Cidade de Deus, s/n, 4º andar, Prédio Prata, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Contrato Social Consolidado datado de 30/04/2018, registrado na JUCESP sob nº 344.127/18-7 em 19/07/2018, neste ato representado nos termos da Clausula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião de Sócios Cotistas datada de 30/04/2018, registrada na JUCESP sob nº 344.128/18-0 em 19/07/2018, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 23/07/2019, autenticidade nº 120510900, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **014. 36ª) ÁGORA CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 74.014.747/0001-35, NIRE 33300166513, com sede na Praia de Botafogo, nº 300, sala 601 parte, Botafogo, Rio de Janeiro-RJ, CEP 22250-040, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO realizada em 23/04/2018, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 00003235166, em 27/07/2018, neste ato representado, nos termos do Artigo 9º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, ao final nomeados e qualificados eleitos pela mesma AGE/AGO de 23/04/2018, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada consultada no site da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 05/08/2019, protocolo nº 00-2019/465662-4, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **036. 37ª) CREDIVAL PARTICIPAÇÕES, ADMINISTRAÇÃO E ASSESSORIA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 45.003.746/0001-97, NIRE 35214235563, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 2º andar, Itaim Bibi, São Paulo-SP, CEP 01451-000, com seu Contrato Social consolidado datado de 28/04/2017, registrado na JUCESP sob nº

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER AUTENTICAÇÃO, TASSADA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



Produção: Banco Bradesco (11-259684)

Rua Cipriano Tavares 95 - Centro - Osasco - SP

Fone: 11-3681-0532

SEI 08012.000403/2020-83 / pg. 77

423.791/17-5, em 14/09/2017, neste ato representado nos termos da Cláusula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 30/04/2018, registrado na JUCESP sob nº 385.062/18-7, em 14/08/2018, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 06/08/2019, autenticidade nº 121276531, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **037. 38º) SCOPUS SOLUÇÕES EM TI LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 14.380.750/0001-40, NIRE 35228851601, com sede na Rua Domingos Sergio Dos Anjos, nº 277, Pirituba, São Paulo-SP, CEP 05136-170, com seu Contrato Social consolidado datado de 29/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 468.678/19-0, em 30/08/2019, neste ato representado nos termos da Cláusula Sétima, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 26/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 296.490/19-2, em 03/06/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 11/09/2019, autenticidade nº 123115794, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **038. 39º) BBC PROCESSADORA S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 04.792.521/0001-80, NIRE 35300187687, com sede na Avenida Antonio Frederico Ozanan, nº 1440, Vila Santana II, Jundiaí-SP, CEP 13219-001, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE/AGO datada de 30/04/2016, registrado na JUCESP sob nº 403.436/16-3 em 19/09/2016, neste ato representado nos termos do Artigo 20 do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE datada de 31/12/2018, registrado na JUCESP sob nº 155.715/19-7 em 15/03/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 02/04/2019, autenticidade nº 115080795, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **039. 40º) BSP EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 14.312.353/0001-31, NIRE 35300413245, com sede na Avenida Alphaville, nº 779, 5º andar, Empresarial 18 do Forte, Barueri-SP. CEP 06472-010, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE datada de 25/03/2019, registrado na JUCESP sob nº 471.103/19-6. em 04/09/2019, neste ato representado nos termos do Artigo 13º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada em 25/03/2019, registrada na JUCESP sob nº 242.109/19-6, em 02/05/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 11/09/2019, autenticidade nº 123119026, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **040. 41º) KIRTON ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FUNDOS DE PENSÃO LTDA.**, inscrito no CNPJ sob nº 30.458.178/0001-41, NIRE 35220137047, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 2º andar, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, CEP 01451-000, com seu Contrato Social consolidado datado de 05/09/2017, registrado na JUCESP sob nº 579.881/17-9 em 26/12/2017, neste ato representado nos termos da Cláusula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 29/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 344.585/19-0, em 01/07/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 15/08/2019, autenticidade nº 121720734, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **041. 42º) KIRTON GESTÃO DE RECURSOS LTDA.**, inscrito no CNPJ sob nº 06.071.726/0001-00, NIRE 35220631386, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, mezanino, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, CEP 01451-000, com seu Contrato Social consolidado datado de 29/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 456.789/19-4, em 23/08/2019, neste ato representado nos termos da Cláusula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 29/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 456.790/19-6, em 23/08/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 05/09/2019, autenticidade nº 122819949, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **042. 43º) INSTITUTO KIRTON SOLIDARIEDADE**, inscrita no CNPJ nº 07.926.287/0001-24, com sede administrativa na Travessa Oliveira Belo, nº 34, 2º andar, Centro, Curitiba-PR. CEP 80020-030, com seu Estatuto Social vigente, datado de 03/11/2016, registrada no 1º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR, sob nº 1.125.900, em 17/04/2017, neste ato representado nos termos do artigo 23 do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE de 10/01/2019, registrada no 1º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR, sob nº 1.157.808, em 07/03/2019, que declaram continuarem estes os documentos da pessoa jurídica, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão emitida pelo 1º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR em 08/08/2019, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **043**. Os presentes, reconhecidas suas identidades e capacidades, e por mim identificados, em virtude dos documentos apresentados, do que dou fé.- E por eles Outorgantes referidos, na forma representada, me foi dito que, por este público instrumento e nos termos de direito, nomeiam e constituem seus **procuradores: 1. RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 117782 - SSP/MS, CPF sob nº 444.850.181-72, OAB sob nº 5871/MS, OAB sob nº 8184-A/MT, OAB sob nº 28.449/GO, OAB sob nº 45892/DF, com endereço na Rua XV de Novembro, 2029, Jardim Aclimação, Campo Grande – MS, CEP 79020-300, email renato@ernestoborges.com.br; **2. ERNESTO BORGES NETO**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 446849 - SSP/MS, CPF sob nº 445.515.251-20, OAB sob nº 6651-

2º TABELIÃO DE NOTAS OSASCO - SP

COMARCA DE OSASCO

ANTONIO CARLOS ZANOTTI - TABELIÃO DESIGNADO



B/MS, com endereço na Rua XV de Novembro, 2029, Jardim Aclimação, Campo Grande - MS, CEP 79020-300, email ebns@ernestoborges.com.br; **3. RENATA GONÇALVES TOGNINI FAVALLI**, brasileira, casada, advogada, RG nº 907366-SSP/MS, CPF sob nº 002.718.971-63, OAB sob nº 11521/MS, com endereço na Rua XV de Novembro, 2029, Jardim Aclimação, Campo Grande - MS, CEP 79020-300, email renata@ernestoborges.com.br; **4. BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 129.985-4 - SSP/MS, CPF sob nº 966.587.381-49, OAB sob nº 13.116/MS, com endereço na Rua XV de Novembro, 2029, Jardim Aclimação, Campo Grande - MS, CEP 79020-300, email bernardo@ernestoborges.com.br; **5. PRISCILA ZIADA CAMARGO FERNANDES**, brasileira, casada, advogada, RG nº 1274450 - SSP/MS, CPF sob nº 013.519.621-32, OAB sob nº 70077/DF, com endereço na Rua XV de Novembro, 2029, Jardim Aclimação, Campo Grande - MS, CEP 79020-300, email priscila.camargo@ernestoborges.com.br; todos integrantes do escritório **ERNESTO BORGES ADVOGADOS**, CNPJ nº 01.527.104/0001-11, OAB sob nº 051/MS, com endereço na Rua XV de Novembro, 2029, Jardim Aclimação, Campo Grande - MS, CEP 79020-300, email intimacao.bra@ernestoborges.com.br; **6. CLAYTON CAMACHO**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 13.810.052 - SSP/SP, CPF sob nº 049.313.418-29, OAB sob nº 76.757/SP, com endereço no Núcleo Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, Osasco - SP, CEP 06029-900, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **7. CELSO SEIGIRO MIYOSHI**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 12.105.453 - SSP/SP, CPF sob nº 033.434.768-89, OAB sob nº 88.955/SP, com endereço no Núcleo Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, Osasco - SP, CEP 06029-900, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **8. PAULO CELSO POMPEU**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 17.034.386 - SSP/SP, CPF sob nº 086.870.678-79, OAB sob nº 129.933/SP, com endereço no Núcleo Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, Osasco - SP, CEP 06029-900, email 4040.advogados@bradesco.com.br; Conferindo-lhes poderes para representar os Outorgantes, agindo em conjunto ou isoladamente, mediante a outorga dos poderes da cláusula "ad judicia": I - ficando os Outorgados investidos dos poderes gerais para o foro, nos termos do artigo 105 do Código de Processo Civil: podendo ainda, retirar alvará judicial de qualquer valor, nomear prepostos, assinar cartas de preposição, termos, atas e demais documentos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, celebrar acordos em ações cíveis ajuizadas em desfavor dos Outorgantes limitados a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), levantamento judicial, cujos valores deverão ser liberados mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde os Outorgantes figurem em conjunto ou isoladamente, como beneficiários do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita para a AGÊNCIA 4040-1, CONTA 1-9, BANCO 237, CNPJ/MF nº 60.746.948/0001-12, especifica para o recebimento dos créditos das espécies, podendo ainda, celebrar acordos na Justiça do Trabalho limitados a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais). Os acordos a serem celebrados em valores superiores aos estabelecidos nesta procuração, dependerão obrigatoriamente de prévia autorização escrita de um dos 3 (três) últimos Outorgados. O exercício dos poderes para oferecer queixas ou representações criminais, dependerá sempre, de prévia autorização escrita dos Outorgantes; II - Promover a cobrança amigável ou judicial de créditos deles Outorgantes, atribuindo para esse fim os poderes para o foro em geral e os especiais para transigir, desistir, conciliar, celebrar acordos, em Juízo ou fora dele, firmar termos e compromissos, receber e dar quitação, retirar alvará judicial de qualquer valor, promover levantamento de depósito judicial com direcionamento dos recursos exclusivamente por meio de Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), sendo que os Outorgantes deverão figurar, em conjunto ou isoladamente, como beneficiários do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita para a AGÊNCIA 4040, CONTA 1-9, BANCO 237, CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, exceto quanto à verba relativa à sucumbência atribuída judicialmente aos Outorgados, restrita, porém, aos processos sob o seu patrocínio; propor ações ou quaisquer medidas necessárias à defesa dos direitos e interesses dos Outorgantes, defendê-los nas ações contrárias decorrentes dos contratos ajuizados nas ações de cobrança, acompanhando-as em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal; representar os Outorgantes em quaisquer vendas judiciais de bens pertencentes a devedores seus, ou de bens hipotecados, penhorados ou que, por qualquer outra forma, estejam garantindo créditos dos Outorgantes, efetuando lances, depósitos e pagamentos; requerer a arrematação, adjudicação e demais atos que visem a aquisição judicial desses bens, sempre mediante orientação econômica dos Outorgantes; representar os Outorgantes na constituição em mora de devedores, podendo apontar e apresentar títulos/documentos de dívida e cédulas de crédito bancário por indicação, para protesto, assinando avisos de cobrança em geral, assinar cartas de anuência e cédulas de crédito bancário por indicação, visando a baixa e/ou cancelamento de protesto de títulos/documentos de dívida junto ao respectivo Cartório; assinar cartas de preposição; especialmente aqueles de que trata a Resolução nº 11/72 do extinto Banco Nacional da Habitação e notificações extrajudiciais; representar os Outorgantes perante os Cartórios de Registros de Imóveis, de Títulos e Documentos, de Protestos, permitindo para tanto, o envio e a retirada de títulos, documentos de dívida e cédulas de crédito bancário por indicação, bem como o recebimento de valores, conforme procedimento acima especificado, DETRAN, PROCON, DECON e quaisquer outras repartições ou Órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal; representar os Outorgantes, na qualidade de Credor, em assembleias e reuniões de credores que venham a ser designadas nas ações de recuperação judicial ou nas falimentares, em quaisquer datas e locais, podendo referidos procuradores deliberar sobre os itens da ordem do dia, discutindo, votando e, se for o caso, aprovando o plano de recuperação apresentado, concordando com taxas de juros e encargos, prazos, condições e forma de pagamento, aceitar garantias, firmar termos, compromissos e declarações, transigir, representar os Outorgantes na cobrança extrajudicial de créditos garantidos por Alienação Fiduciária

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASPURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



Produção: Banco Bradesco (11259684)

Rua Cipriano Tavares 95 - Centro - Osasco - SP

Fone: 11-3681-0532

SEI 08012.000403/2020-83 / pg. 79

de Bens Imóveis, nos termos da Lei 9.514/97, inclusive na consolidação de bens, dar quitação, realizar composição ou consignar extrajudicialmente e tudo o mais praticar para o bom e fiel desempenho do presente mandato, podendo ainda substabelecer com reserva, a pessoa legalmente habilitada, os poderes ora conferidos, mencionando expressamente no respectivo instrumento a condição acima estabelecida relativamente aos poderes para receber e dar quitação de todo e qualquer levantamento, judicial e em Instituições Financeiras; Fica autorizada a extração de fotocópias autenticadas por oficial público para eficácia plena nos termos do artigo 425, do Código de Processo Civil; Os substabelecimentos e a nomeação de prepostos dos poderes previstos neste instrumento deverão sempre ser assinados em conjunto de 2 (dois) Outorgados, independentemente da ordem de nomeação, e deverão especificar a questão a que se destinam, vedados, assim, os substabelecimentos para uso indeterminado ou genérico. Essa procuração é válida em todo Território Nacional por prazo indeterminado. O **Primeiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15; e **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 005.908.058-27; o **Segundo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15; e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Terceiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15; e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Quarto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; o **Quinto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97, nos termos da AGE realizada em 05/06/2019, registrada na JUCESP sob nº 448.767/19-3, em 22/08/2019; o **Sexto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Sétimo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Oitavo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Nono Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; o **Décimo Outorgante** é neste ato, representado por seu Diretor: **MAURICIO MACHADO DE MINAS**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 7.975.904-X-SSP/SP inscrito no CPF/MF sob nº 044.470.098-62; o **Décimo Primeiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; o **Décimo Segundo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Terceiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Quarto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Quinto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Sexto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Sétimo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Oitavo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores:

2º TABELIÃO DE NOTAS OSASCO - SP

COMARCA DE OSASCO

ANTONIO CARLOS ZANOTTI - TABELIÃO DESIGNADO



MARCELO DE ARAÚJO NORONHA, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e CASSIANO RICARDO SCARPELLI, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Nono Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Vigésimo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Vigésimo Primeiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Vigésimo Segundo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; o **Vigésimo Terceiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; o **Vigésimo Quarto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; nos termos da AGO realizada em 29/03/2019, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 00003712878-008, em 07/08/2019, o **Vigésimo Quinto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 005.908.058-27; o **Vigésimo Sexto Outorgante** é neste ato, representado por seu Diretor: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15; e **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 005.908.058-27; o **Vigésimo Sétimo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 005.908.058-27; o **Vigésimo Oitavo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **JAIR DE ALMEIDA LACERDA JUNIOR**, brasileiro, casado, securitário, RG. nº 30.784.795-0-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 750.204.247-49 e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; o **Vigésimo Nono Outorgante** é neste ato, representado por seu Diretor: **ROGERIO PEDRO CAMARA**, brasileiro, casado, bancário, RG 16.247.624-3-SSP/SP, CPF nº 063.415.178-90; o **Trigésimo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Trigésimo Primeiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Trigésimo Segundo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Trigésimo Terceiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, já qualificados; o **Trigésimo Quarto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF nº 360.668.504-15; e **RENATO EJNISMAN**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 13440778 SSP/SP, inscrito no CPF nº 136.865.628-55; o **Trigésimo Quinto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, já qualificados; o **Trigésimo Sexto Outorgante** é neste ato, representado por seu Diretor: **LUIS CLAUDIO DE FREITAS COELHO PEREIRA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 22.133.723-4-SSP/SP, inscrito no CPF nº 147.503.068-19; o **Trigésimo Sétimo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, já qualificados; o **Trigésimo Oitavo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 005.908.058-27 e **ROGERIO PEDRO CAMARA**, brasileiro, casado, bancário, RG 16.247.624-3-SSP/SP, CPF nº 063.415.178-90; o **Trigésimo Nono Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF sob nº 360.668.504-15; e **ROGERIO PEDRO CAMARA**, brasileiro, casado, bancário, RG 16.247.624-3-SSP/SP, CPF nº 063.415.178-90, nos termos da AGE datada de 10/07/2019, registrado na JUCESP sob nº 500.833/19-9 em 18/09/2019; o **Quadragésimo Outorgante** é neste

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL - QUALQUER ADULTERAÇÃO, FALSIFICAÇÃO OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



0673268015227 80002424954


Rua Cipriano Tavares 95 - Centro - Osasco - SP
Fone: 11-3681-0532

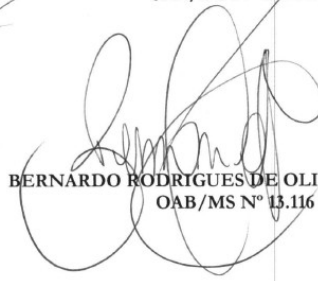
SEI 08012.000403/2020-83 / pg. 81

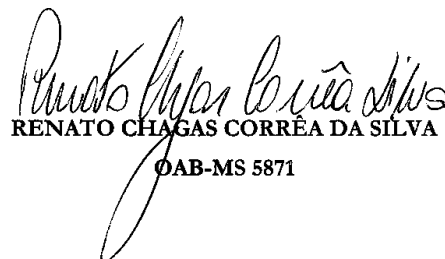
SUBSTABELECIMENTO

COM RESERVA de poderes substabeleço na pessoa de **CAMILLA DIAS G. LOPES DOS SANTOS** brasileira, inscrita na OAB/DF sob o número 56.709 os poderes da cláusula “ad judícia” que nos foram outorgados por, com endereço profissional na SIG Quadra 4 - Lote 25 - Sala 316/317/318/320, Edifício Barão de Mauá, Brasília/DF os poderes a mim conferidos por **BANCO BRADESCO S.A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, com sede na Cidade de Deus, Vila Yara, em Osasco-SP.

Brasília/DF, 7 de May de 2019.


ERNESTO BORGES NETO
OAB/MS Nº 6.651-B


BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO
OAB/MS Nº 13.116


RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA
OAB-MS 5871

Processo nº. 08012.000403/2020-83
Notificação nº. 19/2020/CGEMM/DPDC/SENACON

Osasco, 16 de março de 2020.

Ao Ilmo. Senhor
Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado Andrey Vilas Boas de Freitas
Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor
Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON
Ministério da Justiça e Segurança Pública
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518 – Bairro Zona Cívico-Administrativa –
Brasília/DF – CEP: 70064-900

1. **BANCO BRADESCO S.A.**, recepcionou o Ofício em epígrafe, em razão do Processo Administrativo instaurado por este D. Órgão, o qual requisita à esta Instituição Financeira esclarecimentos a respeito da oferta e uso do produto “cartão de crédito consignado”, dessa forma, vem respeitosamente, por meio desta, prestar as devidas informações, conforme itens abaixo:

a) Como é dada a informação sobre o cartão de crédito consignado? Como vocês diferenciam, na oferta, o cartão de crédito consignado do empréstimo consignado?

No momento da oferta é explicado ao cliente as características e especificidades do produto, sendo sanadas eventuais dúvidas suscitadas por este.

O cartão de crédito consignado é comercializado por uma plataforma exclusiva de contratação de cartão de crédito, não sendo possível de forma alguma a associação ao empréstimo consignado, uma vez que tais produtos possuem características e mecânicas diferenciadas.

Esclarece-se ainda, que o cliente recebe um formulário específico de reserva de margem para cartão de crédito e um Contrato do Cartão de Crédito.

b) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de fraudes encontradas no cartão de crédito consignado, sobretudo quando utilizam os dados de outra pessoa para emitir o cartão?

Em razão do prazo, não foi possível localizar as informações.

c) Qual a quantidade de contratos vigentes da modalidade cartão de crédito consignado a empresa tem no Brasil?

Atualmente, foram localizados 1,45 milhões de contratos de crédito consignado vigentes.

- d) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que usam ou usaram o cartão para fazer compras de bens e serviços no comércio?**

2016 – 25,4%
2017 – 21,6%
2018 – 20,3%
2019 – 22,7%

- e) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que faz apenas saques em dinheiro?**

2016 – 11,8%
2017 – 10,2%
2018 – 09,1%
2019 – 06,7%

- f) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes faz o saque no momento da contratação e já recebe o valor na conta?**

2016 – 07,2%
2017 – 08,8%
2018 – 16,3%
2019 – 24,6%

- g) Como isso é oferecido ao consumidor? O "saque" pelo telefone, situação em que é depositada uma quantia na conta do consumidor, também é ofertado de maneira ativa? Ou seja, vocês ligam para os consumidores que já possuem o cartão de crédito consignado e oferecem esse "saque"?**

O produto cartão de crédito consignado está disponível para contratação na rede de agências desta Instituição.

Cabe mencionar, que em dezembro de 2019 foi implantado um “projeto piloto” para ofertas de saque via telefone (contato ativo) para uma **base restrita** de clientes, que já possuem o cartão desbloqueado.

- h) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que pagam integralmente as faturas do valor remanescente do desconto em folha de pagamento?**

2016 – Informações não disponíveis em nossa base de dados.
2017 – 13,2%
2018 – 14,1%
2019 – 14,8%

- i) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que fazem uso apenas de saques em dinheiro, pagam integralmente a fatura de valor remanescente?**

2016 - Informações não disponíveis em nossa base de dados.
2017 – Informações não disponíveis em nossa base de dados.
2018 – 38%
2019 – 22%

j) Qual o prazo para emissão do cartão após a contratação?

Após a contratação, o prazo para emissão do cartão é de até 8 dias úteis para INSS (DATAPREV tem prazo de averbação de até 7 dias úteis) e até 2 dias úteis para Órgãos Públicos.

k) Quais os mecanismos de verificação do recebimento do cartão pelos contratantes de cartão de crédito consignado?

O número do AR é o mecanismo para consulta do *status* de entrega no *site* dos Correios.

l) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de cartões desbloqueados para uso?

2016 – 11,9%

2017 – 20,3%

2018 – 29,2%

2019 – 34,3%

m) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento do cartão?

2016 – 0,002%

2017 – 0,004%

2018 – 0,003%

2019 – 0,004%

n) Em caso de não recebimento do cartão, qual o prazo para seu cancelamento e emissão de um novo?

Após as tentativas de entrega, sem sucesso, pelos Correios o cartão é devolvido para agência, para tentativa de contato com o cliente.

Ocorre que, o Cartão é cancelado em 60 dias após a devolução. A reposição do cartão só aconteceu mediante à solicitação do cliente.

o) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que faz a opção de recebimento da fatura por e-mail?

Não há opção para recebimento da fatura do cartão de crédito consignado por e-mail.

Outrossim, destaca-se que 100% dos clientes do cartão de crédito consignado INSS recebem a fatura física. Para os cartões vinculados à Órgão Públicos, se o cliente é correntista desta Instituição, poderá acessar a fatura via canais de atendimento (SAC, *Internet Banking* e *Mobile*) e clientes não correntistas recebem fatura física do respectivo cartão.

p) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento da fatura?

2016 – 0,001%

2017 – 0,002%

2018 – 0,004%

2019 – 0,003%

q) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que apresentou reclamações sobre lançamentos indevidos na fatura do cartão?

2016 – Informações não disponíveis em nossa base de dados.

2017 – 0,01%

2018 – 0,02%

2019 – 0,20%

r) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que realizou novo saque após o primeiro?

2016 – 1,0%

2017 – 0,3%

2018 – 1,3%

2019 – 6,6%

s) Qual a média de novos saques efetuados pelos contratantes de cartão de crédito consignado?

Média/mês

2016 – 15,4 Mil

2017 – 23,3 Mil

2018 – 39,1 Mil

2019 – 50,0 Mil

t) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que solicitou o cancelamento do cartão?

2016 – 0,6%

2017 – 1,7%

2018 – 1,3%

2019 – 1,7%

2. Diante do exposto, coloca-se, ainda, à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, bem como renova, no ensejo, os votos de elevada estima e consideração.

BANCO BRADESCO S.A.



CAMILLA DIAS GOMES LOPES DOS SANTOS
OAB-DF 56.709

**Correios****AVISO DE RECEBIMENTO****AR**(11302681)

DATA DE POSTAGEM

26/02/2020

DESTINATÁRIOREPRESENTANTE LEGAL DO BANCO BRADESCO S.A.
NÚCLEO CIDADE DE DEUS, S/N, VILA YARA, 0

VILA YARA

OSASCO SP

06029-900

REMETENTESecretaria Nacional do Consumidor - SENACON
Esplanada dos Ministérios Bloco T,
Zona Cívico-Administrativa Brasília - DF
70064-900

JU472755744BR

UNIDADE DE POSTAGEM
AGF SIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

**TENTATIVAS DE ENTREGA**1º / / :
2º / / :
3º / / : **DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)**

1 - NOTIFICAÇÃO Nº 19/2020/CGEMM/DPDC/SENACON , PROCESSO: 08012.000403/2020-83 BLOCO T, ED. SEDE, SALA 518,;

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [6] NÃO PROCURADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [7] AUSENTE |
| [3] NÃO EXISTE NÚMERO | [8] FALECIDO |
| [4] DESCONHECIDO | [9] OUTROS |
| [5] RECUSADO | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Everton
Matr 8923810-9

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE



11062028

08012.000403/2020-83



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Esplanada dos Ministerios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518, - Bairro Zona
Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900
Telefone: (61) 2025-3636 / 9269 - www.justica.gov.br

Notificação nº 20/2020/CGEMM/DPDC/SENAICON

Processo nº 08012.000403/2020-83

Interessado: FEBRABAN - FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS

Ao(À) Prezado(a) Senhor(a)

Representante Legal da **FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485 - F14 - Pinheiros

CEP: 01.452-002

São Paulo/SP

Favor indicar expressamente o Processo nº 08012.000403/2020-83 na resposta.

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informamos que a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, enquanto órgão responsável por coordenar a Política Nacional das Relações de Consumo, que tem entre seus princípios garantir a proteção e exercício dos direitos dos consumidores, bem como promover a harmonização nas relações de consumo e, tendo em vista a reunião realizada no dia 18/01/20 (ata em anexo) com representantes da Senacon, dos Procons, da Defensoria Pública, da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) sobre o cartão de crédito consignado, vem por meio desta notificação solicitar esclarecimentos a respeito da oferta e uso deste produto pelos consumidores.

2. Assim, considerando os direitos e garantias previstos no Código

de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), em especial, os princípios da transparência, boa-fé e equilíbrio nas relações de consumo, além do direito à informação clara e ostensiva acerca do produto/serviço contratado e suas eventuais alterações, bem como a proteção contra práticas e cláusulas abusivas ou que gerem desvantagem desproporcional ao consumidor, venho notificá-lo para, no prazo não superior a **15 (quinze) dias** a contar do recebimento desta, apresentar a este Departamento os seguintes esclarecimentos:

- a) Quais instituições associadas à Febraban oferecem o produto cartão de crédito com pagamento mediante consignação? Favor listar as empresas e seus respectivos contatos.
- b) Quais são as normas que regulamentam o produto e balizam a atuação dos bancos, tanto para definição de procedimentos como para a definição de prazos?
- c) Existe alguma outra autorregulação deste produto além da que entrou em vigor este ano (Autorregulação do Consignado)?
- d) O saque em dinheiro do limite do cartão é oferecido ativamente pelos bancos somente para o cartão consignado, qual a diferença do saque neste cartão e no cartão de crédito que não é consignado?
- e) Existe alguma taxa cobrada para realização do saque?
- f) Outras informações que considerar relevantes sobre o tema.

3. As respostas aos questionamentos acima devem ser enviadas, também, para o e-mail cgemm@mj.gov.br.

4. Conforme a ata da reunião em anexo, foi firmado um compromisso por esta Secretaria na elaboração de uma nota técnica até o dia 17/03/20, portanto, não poderemos conceder mais prazo para a resposta.

5. Quaisquer dúvidas, favor entrar em contato por e-mail ou pelo telefone **(61) 2025-3636**.

Atenciosamente,

Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Vilas Boas de Freitas**, **Coordenador(a)-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado**, em 20/02/2020, às 17:52, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues**, **Diretor(a) do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor**, em 20/02/2020, às 17:57, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11062028** e o código CRC **B67AD85F**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.



AVISO DE RECEBIMENTO

AR(11302583)

DATA DE POSTAGEM

26/02/2020

DESTINATÁRIO

FEBRABAN FEDERACAO BRASILEIRA DE BANCOS
AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 1485 F14, 0 PINHEIROS
JARDIM PAULISTANO SAO PAULO SP
01452-002

REMETENTE

Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON
Esplanada dos Ministérios Bloco T,
Zona Cívico-Administrativa Brasília - DF
70064-900



JU472755758BR

UNIDADE DE POSTAGEM

AGF SIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

28 FEV. 2020

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____
2º ____/____/____ : ____
3º ____/____/____ : ____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Matheus Alves
37.429.622-4
Centro Empresarial
Maurício

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - NOTIFICAÇÃO Nº 20/2020/CGEMM/DPDC/SENACON, PROCESSO: 08012.000403/2020-83 BLOCO T, ED. SEDE, SALA 518,;

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [6] NÃO PROCURADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [7] AUSENTE |
| [3] NÃO EXISTE NÚMERO | [8] FALECIDO |
| [4] DESCONHECIDO | [9] OUTROS |
| [5] RECUSADO | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Maurício Gomes da Silva
Matrícula: 8.922.978-9

Nº DOC. DE IDENTIDADE



11062052

08012.000403/2020-83



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Esplanada dos Ministerios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518, - Bairro Zona
Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900
Telefone: (61) 2025-3636 / 9269 - www.justica.gov.br

Notificação nº 21/2020/CGEMM/DPDC/SENACON

Processo nº 08012.000403/2020-83

Interessado: ABBC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS

Ao(À) Prezado(a) Senhor(a)

Representante Legal do **ABBC - Associação Brasileira de Bancos**

Av. Paulista, 1842 - 15º Andar conj.156 - Bela Vista

CEP: 01.310-923

São Paulo/SP

Favor indicar expressamente o Processo nº 08012.000403/2020-83 na resposta.

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informamos que a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, enquanto órgão responsável por coordenar a Política Nacional das Relações de Consumo, que tem entre seus princípios garantir a proteção e exercício dos direitos dos consumidores, bem como promover a harmonização nas relações de consumo e, tendo em vista a reunião realizada no dia 18/01/20 (ata em anexo) com representantes da Senacon, dos Procons, da Defensoria Pública, da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) sobre o cartão de crédito consignado, vem por meio desta notificação solicitar esclarecimentos a respeito da oferta e uso deste produto pelos consumidores.

2. Assim, considerando os direitos e garantias previstos no Código

de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), em especial, os princípios da transparência, boa-fé e equilíbrio nas relações de consumo, além do direito à informação clara e ostensiva acerca do produto/serviço contratado e suas eventuais alterações, bem como a proteção contra práticas e cláusulas abusivas ou que gerem desvantagem desproporcional ao consumidor, venho notificá-lo para, no prazo não superior a **15 (quinze) dias** a contar do recebimento desta, apresentar a este Departamento os seguintes esclarecimentos:

a) Quais instituições associadas à ABBC oferecem o produto cartão de crédito com pagamento mediante consignação? Favor listar as empresas e seus respectivos contatos.

b) Quais são as normas que regulamentam o produto e balizam a atuação dos bancos, tanto para definição de procedimentos como para a definição de prazos?

c) Existe alguma outra autorregulação deste produto além da que entrou em vigor este ano (Autorregulação do Consignado)?

d) O saque em dinheiro do limite do cartão é oferecido ativamente pelos bancos somente para o cartão consignado, qual a diferença do saque neste cartão e no cartão de crédito que não é consignado?

e) Existe alguma taxa cobrada para realização do saque?

f) Outras informações que considerar relevantes sobre o tema.

3. As respostas aos questionamentos acima devem ser enviadas, também, para o e-mail cgemm@mj.gov.br.

4. Conforme a ata da reunião em anexo, foi firmado um compromisso por esta Secretaria na elaboração de uma nota técnica até o dia 17/03/20, portanto, não poderemos conceder mais prazo para a resposta.

5. Quaisquer dúvidas, favor entrar em contato por e-mail ou pelo telefone **(61) 2025-3636**.

Atenciosamente,

ANDREY VILAS BOAS DE FREITAS

Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Vilas Boas de Freitas**, **Coordenador(a)-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado**, em 20/02/2020, às 18:12, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues**, **Diretor(a) do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor**, em 20/02/2020, às 18:17, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11062052** e o código CRC **80CAA5EF**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Ilmo. Sr.

Andrey Vilas Boas de Freitas

Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento do Mercado

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518

Bairro Zona Cívico-Administrativa

Brasília – DF

cgemm@mj.gov.br

ABBC/C00642020

São Paulo, 13 de março de 2020

Ref.: Esclarecimentos acerca da oferta e do uso do produto cartão de crédito consignado

Processo nº 08012.000403/2020-83

Notificação nº 21/2020/CGEMM/DPDC/SENACON

Prezado Senhor Coordenador-Geral,

Ao tempo em que o cumprimentamos cordialmente, reportando-nos à solicitação contida na Notificação nº 21/2020/CGEMM/DPDC/SENACON, recebida por esta ABBC – Associação Brasileira de Bancos em 28 de fevereiro de 2020, cumpre-nos, primeiramente, elucidar que a ABBC é entidade representativa de mais de 85 (oitenta e cinco) instituições financeiras no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e seu escopo concerne à geração de benefícios para seus associados e sociedade em geral, visando o desenvolvimento econômico sustentável brasileiro.

Importante salientar que o produto cartão de crédito consignado vem melhorando ao longo do tempo, de forma que o número de reclamações nos Convênios em que este produto é adotado, tem reduzido.

Isto posto, gostaríamos de asseverar que as políticas comerciais de cada instituição financeira associada compreendem parte da estratégia individual, de forma que as práticas – e, por conseguinte, respostas aqui apresentadas – se diferenciam entre as instituições.

Em sede de esclarecimento, temos o que segue:

a) Quais instituições associadas à ABBC oferecem o produto cartão de crédito com pagamento mediante consignação? Favor listar as empresas e seus respectivos contatos.

Banco	Contato do representante do banco responsável pelo produto		
BMG	Roberto Yulsen Sleiman Amud	(11) 95309-9960	roberto.amud@bancobmg.com.br
PAN	André Carnevale	(11) 99446-3726	Andre.carnevale@grupopan.com
Cetelem	Thais Toledo Martins Geraldis	(11) 99276-9331	thais.martins@cetelem.com.br
Agibank	Lucio Ceccarelli Wengrover	(51) 98155-3225	Lucio.wengrover@agibank.com.br
Mercantil	Marlon Reinaldo Martins	(31) 3057-6417	marlon.martins@mercantil.com.br produto.cartoes@mercantil.com.br
Inter	Nora Marques Trindade	(31) 2138-7944	nora.trindade@bancointer.com.br
Daycoval	Cristiano Sanchez	(11) 3138-4068 / 98962-8931	cristiano.sanchez@bancodaycoval.com.br

b) Quais são as normas que regulamentam o produto e balizam a atuação dos bancos, tanto para definição de procedimentos como para a definição de prazos?

O cartão de crédito consignado pode ser solicitado por Aposentados, Pensionistas do INSS e Servidores, além de Militares das Forças Armadas e Trabalhadores de empresas privadas.

O produto é regulamentado tanto pela Lei Federal nº 10.820/03 – que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento dos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) quanto pela Instrução Normativa INSS nº 28/08 – voltada aos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Além de tais diplomas, cada Convênio de Consignação que permite/adota o referido produto estipula – por meio de Decreto – as particularidades de tal.

O interessado necessita ter uma fonte de renda fixa que tenha convênio com um ou mais bancos que fazem esse tipo de operação. Aposentados e Pensionistas INSS, só podem contratar o cartão no Estado de recebimento do benefício e em bancos conveniados. Servidores Públicos Federais – SIAPE, devem emitir a Autorização de Consignatária no SIGEPE, para ter acesso ao cartão.

Outra regra importante e que ressalta a segurança do produto é voltada ao fato de que só é permitida a emissão de um único cartão consignado por CPF/titular.

c) Existe alguma outra autorregulação deste produto além da que entrou em vigor este ano (Autorregulação do Consignado)?

Desconhecemos.

d) O saque em dinheiro do limite do cartão é oferecido ativamente pelos bancos somente para o cartão consignado, qual a diferença do saque neste cartão e no cartão de crédito que não é consignado?

Conforme apurado, a diferença latente entre os saques suscitados é ligada às taxas praticadas – pois quando se trata de cartão de crédito consignado estas são bem menores do que aquelas aplicadas ao cartão de crédito “comum” – razão pela qual a oferta ativa é mais frequente na primeira modalidade.

O saque no cartão de crédito consignado é uma funcionalidade inerente a este produto. O cliente pode solicitar o saque do seu limite (total ou parcial) a qualquer momento. O cartão de crédito “comum” também possui o saque como funcionalidade, sendo que o cliente pode solicitar dentro do seu limite (total ou parcial).

e) Existe alguma taxa cobrada para realização do saque?

A tarifa de saque somente é cobrada se a operação for realizada por meio de caixas eletrônicos de rede conveniada (ATMs).

Nas operações de saque cujo valor seja disponibilizado mediante transferência para conta bancária do titular não há qualquer cobrança de tarifa.

Aos Beneficiários do INSS nenhuma taxa ou tarifa é cobrada para realização de saque. Contudo, considerando as especificidades do produto sob análise, cobranças de encargos financeiro são realizadas, havendo, outrossim, a incidência de Imposto de Operações Financeiras (IOF).

Referidos encargos financeiros são estabelecidos na Instrução Normativa Nº 28 do INSS.

f) Outras informações que considerar relevantes sobre o tema.

Como amplamente sabido, a taxa de juros média dos cartões de crédito convencionais gira em torno de 12,00% a 15,00% ao mês; e a do cartão de crédito consignado encontra-se entre 3,00% e 3,50% ao mês.

Importante salientar que as taxas podem variar tanto em função da política de cada banco, quanto em função do tipo de cartão. Não obstante, a taxa média de juros do cartão de crédito consignado corresponde a 1/4 das taxas médias de juros das operações de crédito com recursos livres para pessoas físicas com cartões de crédito rotativo, parcelado e total.

O cartão de crédito com pagamento mediante consignação compreende um produto de crédito legalmente previsto e que da forma como fora regulamentado efetivamente contribui para a inclusão financeira no País.

Sendo o que se apresenta para o momento, é oportuno o ensejo para reiterarmos nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,



Claudio Guimarães Junior
Diretor Executivo

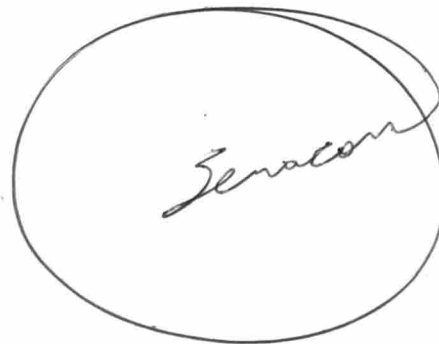


Carolina Gladys Rabelo Saches
Diretora Institucional



Sr. Andrey Vilas Boas de Freitas
Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento do Mercado

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518
Bairro Zona Cívico-Administrativa
CEP: 70064-900 - Brasília - DF



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS

Av. Paulista, 1842 - 15º andar - Cj. 156
Condomínio Cetenco Plaza - Torre Norte
CEP 01310-923 - Bela Vista - São Paulo - SP
Tel: (55 11) 3288-1688 Fax: (55 11) 3288-3390
www.abbc.org.br abbc@abbc.org.br

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



AVISO DE RECEBIMENTO

AR(11302553)

DATA DE POSTAGEM

26/02/2020

DESTINATÁRIO

ABBC ASSOCIACAO BRASILEIRA DE BANCOS
AV. PAULISTA, 1842 15º ANDAR CONJ.156, 0

BELA VISTA

SAO PAULO SP

01310-923

REMETENTE

Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON

Esplanada dos Ministérios Bloco T,

Zona Cívico-Administrativa Brasília - DF

70064-900



JU472755761BR

UNIDADE DE POSTAGEM

AGF SIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



TENTATIVAS DE ENTREGA

1º _/_/_ _:

2º _/_/_ _:

3º _/_/_ _:

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - NOTIFICAÇÃO Nº 21/2020/CGEMM/DPDC/SENACON, PROCESSO: 08012.000403/2020-83 BLOCO T, ED. SEDE, SALA 518,;

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

[1] MUDOU-SE

[6] NÃO PROCURADO

[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE

[7] AUSENTE

[3] NÃO EXISTE NÚMERO

[8] FALECIDO

[4] DESCONHECIDO

[9] OUTROS

[5] RECUSADO

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Joélio Rodrigues

Mat: 8906263-9

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Eric Talles Galligio

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

RG: 447325632

DATA DE ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE

Aviso de Recebimento - AR referente Notificação 21 (11302553)

SEI 08012.000403/2020-83, pag. 108

28 FEB 2020



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR
GABINETE DA SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR**

Ata de Reunião n. -2020/GAB-SENACON/

Ref.: n.

No dia 18 de fevereiro de 2020 (dois mil e vinte), às 16 (dezesesseis) horas, nas dependências do Ministério da Justiça e Segurança Pública, sala 502, do Edifício Sede, realizou-se reunião com a presença do Secretário Nacional do Consumidor, Luciano Benetti Timm, da Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, Juliana Oliveira Domingues, do Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado, Andrey Vilas Boas de Freitas; da Coordenadora-Geral de Articulação e Relações Institucionais, Fernanda Vilela Oliveira; da Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor, Daniele Correa Cardoso; do Economista da CGEMM, Anderson Portugal, do CMM/CGEMM, Paulo Nei da Silva Júnior; dos representantes do CONDEGE: pela DPRJ, Patrícia C.M. Tavares; e, pela DPDF, Antonio Carlos Cintra; dos representantes dos Procons: Procon BA (participação via Skype), Felipe de Araújo Vieira; Procon MT (participação via Skype), Gisela Simona Viana de Souza; Procon DF, Marcelo de Souza do Nascimento; do Chefe de Gabinete do Procon/DF, Vanessa Pereira; dos representantes da Febraban: VP Executivo, Isaac Sidney; Diretor Adjunto de Negócios, Rafael Baldi; Diretor de Autorregulação, Amaury Oliva; Gerente de Normas, Evandro Zuliani; dos representantes da ABBC: Diretor e Crédito Consignado/Diretor do Banco PAN, Alex Sander Moreira Gonçalves; Diretor do Banco Olé Consignado, Álvaro Loureiro; Diretor Executivo, Cláudio Guimarães Júnior; Coordenador da Comissão de Consignado da ABBC/Banco BMG; Ricardo Andreassa, todos assinados na lista de presença anexa.

A presente tem por objeto tratar dos problemas envolvendo a oferta e a comercialização do “cartão de crédito consignado”. O produto citado foi reclamado na I - Reunião da Senacon com a Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais – CONDEGE e na I - Reunião dos Procons Estaduais – Procons, realizadas, respectivamente, nas datas de 29 de janeiro de 2020 e 04 de fevereiro de 2020:

1. Os trabalhos foram iniciados com a apresentação de todos os participantes da reunião.
2. Na sequência, o Secretário Nacional do Consumidor contextualizou que o motivo da reunião decorre das reclamações apresentadas tanto pelo CONDEGE, quanto pelos Procons em relação a oferta e a contratação do cartão de crédito consignado.
3. A Defensora Pública, por intermédio de sua representante, Patrícia C.M. Tavares, apresentou relatório contendo casos concretos de condutas abusivas praticadas em desfavor dos consumidores envolvendo a contratação do “cartão de crédito

consignado”. Citou, ainda, diversos problemas em torno deste tipo de contratação, tais como: 1) oferta excessiva e sem critérios de crédito, principalmente por meio de telefone; 2) desvirtuamento do cartão de crédito consignado, com sua transformação em verdadeiro instrumento de burla às regras que fixam a margem de empréstimos consignados; 3) realização do “saque” mesmo sem o envio do cartão e sem o seu desbloqueio; 4) ausência de informações adequadas e claras na oferta do crédito e também no próprio contrato de saque complementar, em especial sobre o modo de pagamento, quantidade de parcelas, taxas de juros efetivas, previsão de término dos descontos de RMC; 5) perniciosidade do saque por meio de telefone; 7) enriquecimento sem causa das instituições financeiras.

4. Patrícia também comentou que a Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso do Sul ajuizou Ação Coletiva, em desfavor das instituições financeiras: Banco BMG, Banco PAN e Cetelem S.A, tendo por objeto o cartão de crédito consignado. Destacou que dado relevante da referida Ação foi a resposta fornecida pelo Banco Cetelem. Da resposta extraiu-se pela Defensoria que 91% dos contratantes do cartão de crédito consignado o utilizam para saque e apenas 6% o usam para compras no rotativo, isto prova que o cartão de crédito consignado – que foi concebido para realizar compras rotativas a prazo no mercado de consumo – está completamente desvirtuado e tem como único fim superar o limite de crédito via empréstimo consignado. Foi sugerido pela Defensoria Pública, por meio da Patrícia, que as perguntas formuladas na Ação Coletiva fossem utilizadas pela Senacon a fim de notificar as instituições financeiras. A proposta foi aceita.
5. Após a apresentação da Defensoria Pública, o Secretário Nacional do Consumidor demonstrou preocupação na forma como vem sendo comercializado o cartão de crédito consignado e diante da existência de vários indícios de cometimento de práticas contratuais abusivas que poderiam ensejar na abertura de processos sancionatórios no âmbito da Senacon.
6. Por sua vez, a Febraban informou acerca das ações adotadas no ano de 2019. Comentou a iniciativa do setor financeiro de se autorregular e buscar soluções para os principais problemas no seguimento bancário. Nesse sentido, a Febraban externou interesse em corrigir as eventuais irregularidades do cartão consignado. A ABBC confirmou as palavras da Febraban e comprometeu-se a resolver os problemas do produto cartão de crédito consignado.
7. Representando os Procons, Gisela Simona, por meio de Skype, comunicou que os problemas relatados pela Defensoria Pública coincidem com os vivenciados pelos Procons. Porém, acrescentou novo problema envolvendo o cartão consignado que ocorre na contratação digital realizadas por intermédio de aplicativos, que vem gerando fraudes, mormente em idoso que desconhecem o desconto do consignado. Pelo Procon DF, Marcelo noticiou que não registrou muitas reclamações no âmbito do seu Procon, porém nos casos recebidos as reclamações se voltam a falta de clareza e contratações não desejadas.
8. A ABBC, por meio do seu Diretor de Crédito Consignado, Alex Sander Moreira Gonçalves, pediu para realizar apresentação. Nela expôs que o cartão consignado é um produto novo, em comparação ao empréstimo consignado estando, portanto, mais sujeito a falhas. Comentou que as instituições financeiras estão adotando providências

para melhorar a qualidade do produto. Explicou que na proposta de autorregulação do ano de 2019, os trabalhos voltaram-se mais em relação ao empréstimo consignado, mas que no ano de 2020, o foco será o cartão de crédito consignado. Em relação a contratação do cartão consignado expôs que o público alvo são os servidores públicos e os aposentados. Abordou acerca das funcionalidades do cartão consignado, tais como: prática de juros mais baixa em relação ao cartão de crédito convencional e que é extensível a servidores com restrições cadastrais; compras à vista e parceladas em até 12 vezes; e, opção de saque em dinheiro nos caixas eletrônicos. Comparou os benefícios do cartão de crédito consignado, em relação ao cartão de crédito convencional, como: redução do endividamento, economia e planejamento das despesas; sem consulta ao SPC e Serasa; sem anuidade. No que pertine ao fluxo operacional noticiou que na comercialização do cartão ao consumidor, a instituição financeira confere se aquele tem reserva de margem consignável e que o Banco tem o dever de confirmar se o consumidor recebeu de fato o plástico; de posse do cartão o consumidor tem liberdade de usar o produto; reforçou que a fatura tem que ser enviada mensalmente para o consumidor, com a discriminação do desconto.

9. O Vice-Presidente da Febraban comprometeu-se a apresentar soluções aos problemas relatados pelos órgãos de defesa dos consumidores. Por conseguinte, o Diretor de Autorregulação da Febraban, Amaury Martins, trouxe os resultados da autorregulação iniciada em 2019, e informou que a autorregulação já abrange o cartão de crédito consignado. Sustentou ser bem-sucedida a parceria entre a Febraban e a ABBC, tendo 32 (trinta e dois) bancos promovido à adesão, o que corresponde a 99% das instituições financeiras. Comunicou os avanços fruto da autorregulação: criação da plataforma “Não Me Pertube” do segmento financeiro; estruturação de mecanismos de avaliação dos correspondentes bancários, por consultorias especializadas; possibilidade de portabilidade atendendo o interesse do consumidor; certificação de todos os correspondentes que lidam com o consumidor; por fim, garantia do direito de desistência, com devolução de valores contratados, em caso de contratações não desejadas pelos consumidores. Explicou que muitas das medidas estão em pleno vigor desde janeiro do corrente ano.
10. Ao final, o Secretário Nacional do Consumidor informou que as normas de autorregulação são um mínimo a ser observado, o que não retira a competência sancionatória do órgão regulador. No tratamento dos problemas relatados com o cartão de crédito consignado, a Senacon comprometeu-se a elaborar Nota Técnica em conjunto com os membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor detalhando os problemas envolvidos com o cartão de crédito consignado. Posteriormente, a referida Nota será compartilhada com o segmento financeiro e demais membros desta reunião, na próxima reunião, a ser realizada no dia 17 de março de 2020, de 14h às 15h, em São Paulo, no Banco Central do Brasil.

Nada mais havendo, lavra-se a presente ata que será validada pela lista de presença assinada pelos presentes e enviada a todos os participantes da reunião, para todos os fins de direito.

Brasília, 18 de fevereiro de 2020.



11068876



08012.000403/2020-83



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Despacho nº 77/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ

Destino: **Serviço de Apoio Administrativo e Processual da SENACON (entrada)**
Assunto: **Acesso à Informação: Requerimento Oficial de Informações para Instrução de Inquéritos e Processos**
Interessado(a): **DPDC**

1. Solicito os préstimos desse Serviço de Apoio Administrativo e Processual - SEAPRO, no sentido de que seja encaminhado o presente processo ao Núcleo Postal do Ministério da Justiça - NPOST, para expedição das Notificações 10 a 21/2020/CGEMM/DPDC/SENACON, SEI nº: 11048769; 11061448; 11061481; 11061485; 11061748; 11061756; 11061774; 11061864; 11061997; 11062001; 11062028; 11062052.
2. Solicito que seja anexada a Ata de Reunião (11062902) a todas as notificações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **PAULO NEI DA SILVA JUNIOR**, Coordenador(a) de Monitoramento e Mercado, em 20/02/2020, às 17:49, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11068876** e o código CRC **3B2C0A2B**
O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/>



e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08012.000403/2020-83

SEI nº 11068876

Belo Horizonte/MG, 09 de Março de 2020.

SENACON – Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor

Aos cuidados do: Sr. Andrey Vilas Boas de Freitas

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518 – Bairro Zona Cívico-Administrativa

CEP: 70064-900 – Brasília/DF

REFERÊNCIA:

Notificação nº 13/2020/CGEMM/DPDC/SENACON

Processo nº 08012.000403/2020-83

Prezados Senhores,

O **BANCO OLÉ CONSIGNADO S/A**, empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº 71.371.686/0001-75, vem, à presença de V. Exa., expor as considerações/esclarecimentos a seguir, em resposta aos questionamentos apresentados na notificação supracitada.

(a) Como é dada a informação sobre o cartão de crédito consignado? Como vocês diferenciam, na oferta, o cartão de crédito consignado do empréstimo consignado?

Nossos canais de venda são orientados e constantemente treinados para ofertar o produto que mais se adequa à necessidade de cada cliente.

Nesse sentido, a explicação e a diferenciação entre Empréstimo Consignado e Cartão de Crédito Consignado, é realizada de forma didática, buscando sempre esclarecer os nossos clientes sobre as possibilidades de cada produto.

Além de um script de atendimento bem estruturado, nossos instrumentos de contratação (ANEXO I) também visam esclarecer o cliente, inclusive com a indicação de que a taxa de juros para cartão de crédito consignado é superior à do empréstimo.

Imagem do Cartão

olé
CONTRATO DE CARTÃO DE
CRÉDITO CONSIGNADO

CAR 006

1. Dados do Cliente

Nome: _____
 Identidade: _____
 Data de Nascimento: _____
 CPF: _____
 Endereço: _____
 Cidade: _____
 Estado: _____
 CEP: _____
 Telefone: _____
 E-mail: _____

2. Dados do Cartão

Cartão de Crédito Consignado

3. Dados do Produto

4. Dados do Cliente

5. Dados do Produto

6. Dados do Cliente

7. Dados do Produto

8. Dados do Cliente

9. Dados do Produto

10. Dados do Cliente

11. Dados do Produto

12. Dados do Cliente

13. Dados do Produto

14. Dados do Cliente

15. Dados do Produto

16. Dados do Cliente

17. Dados do Produto

18. Dados do Cliente

19. Dados do Produto

20. Dados do Cliente

21. Dados do Produto

22. Dados do Cliente

23. Dados do Produto

24. Dados do Cliente

25. Dados do Produto

26. Dados do Cliente

27. Dados do Produto

28. Dados do Cliente

29. Dados do Produto

30. Dados do Cliente

31. Dados do Produto

32. Dados do Cliente

33. Dados do Produto

34. Dados do Cliente

35. Dados do Produto

36. Dados do Cliente

37. Dados do Produto

38. Dados do Cliente

39. Dados do Produto

40. Dados do Cliente

41. Dados do Produto

42. Dados do Cliente

43. Dados do Produto

44. Dados do Cliente

45. Dados do Produto

46. Dados do Cliente

47. Dados do Produto

48. Dados do Cliente

49. Dados do Produto

50. Dados do Cliente

51. Dados do Produto

52. Dados do Cliente

53. Dados do Produto

54. Dados do Cliente

55. Dados do Produto

56. Dados do Cliente

57. Dados do Produto

58. Dados do Cliente

59. Dados do Produto

60. Dados do Cliente

61. Dados do Produto

62. Dados do Cliente

63. Dados do Produto

64. Dados do Cliente

65. Dados do Produto

66. Dados do Cliente

67. Dados do Produto

68. Dados do Cliente

69. Dados do Produto

70. Dados do Cliente

71. Dados do Produto

72. Dados do Cliente

73. Dados do Produto

74. Dados do Cliente

75. Dados do Produto

76. Dados do Cliente

77. Dados do Produto

78. Dados do Cliente

79. Dados do Produto

80. Dados do Cliente

81. Dados do Produto

82. Dados do Cliente

83. Dados do Produto

84. Dados do Cliente

85. Dados do Produto

86. Dados do Cliente

87. Dados do Produto

88. Dados do Cliente

89. Dados do Produto

90. Dados do Cliente

91. Dados do Produto

92. Dados do Cliente

93. Dados do Produto

94. Dados do Cliente

95. Dados do Produto

96. Dados do Cliente

97. Dados do Produto

98. Dados do Cliente

99. Dados do Produto

100. Dados do Cliente

Informações claras
sobre o produto e
crédito consciente

CANAL DE ATENDIMENTO

Central de Atendimento: 4001 4451 (Capitais) / 0800 726 4451 (Demais localidades)

SAC (Reclamações, Cancelamentos e Informações Políticas): 0800 726 4551

Sua dúvida? Ligue e saiba mais: 55 11 3133 1892. Deficientes Auditivos: 0800 726 4717

Aqui você também poderá acessar as soluções apresentadas nos canais de atendimento.

Assessoria Jurídica: 0800 726 7404

CRÉDITO CONSCIENTE

- Se você aceita esta proposta, você tem ciência de que solicita um cartão de crédito consignado.
- Se você usar o limite de seu cartão de crédito consignado para comprar, seja em saques, passará a ter, imediatamente, descontado em seu contra-cheque, o valor mínimo previsto em seu contrato. O valor restante da dívida continuará a ser pago através da sua futura mensalidade, o que recomendamos que você faça, para que não venha a incidir em crédito rotativo, pelo qual pagará juros e impostos.
- Se você optar pela renúncia de um saque, você tem ciência de que:
 - pagará juros pelo período em que utilizar o crédito;
 - a taxa de juros do cartão é, em regra, superior à do empréstimo consignado. Se você tiver margem para realização de um empréstimo consignado, recomendamos que utilize essa possibilidade antes de recorrer ao saque no cartão.

O processo de oferta deixa evidente para o cliente que a operação de **Empréstimo Consignado** consiste na liberação de crédito por parte do banco em favor do consumidor, onde este realizará o respectivo pagamento em parcelas com valores e quantidade de prestações já fixadas no ato da contratação, onde os descontos serão realizados diretamente em sua folha de pagamento até a satisfação da obrigação assumida.

Quanto ao **Cartão de Crédito Consignado**, explicamos que tal modalidade de crédito é similar ao cartão de crédito convencional, com a única peculiaridade de que um pagamento mínimo (correspondente ao valor da RMC - Reserva de Margem Consignável) é consignado automaticamente na folha de pagamento do consumidor, para quem é encaminhada fatura com o valor do saldo devedor remanescente para que; (1) realize a liquidação integral do saldo devedor, (2) realize liquidação parcial do saldo devedor, ou (3) não realize qualquer amortização adicional.

Importante destacar, ainda, que na modalidade **Cartão de Crédito Consignado**, como informado acima, explicamos ao cliente que a cobrança dos valores gastos naquele mês, seja através de compras ou saques, será realizada de forma integral *(com exceção das*

compras parceladas que eventualmente venha a fazer), assim como o pagamento também deve ser, sob pena de incidência de juros sobre o saldo remanescente no mês seguinte. Tanto em nossa proposta de crédito (item 2) quanto no contrato (cláusula 4) e nas faturas enviadas ao cliente, deixamos claro essa disposição e orientação ao pagamento integral da fatura.

(b) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de fraudes encontradas no cartão de crédito consignado, sobretudo quando utilizam os dados de outra pessoa para emitir o cartão?

Ano	% Fraude
2016	0,00%
2017	0,01%
2018	0,03%
2019	0,07%

(c) Qual a quantidade de contratos vigentes da modalidade cartão de crédito consignado a empresa tem no Brasil?

Até o fechamento do mês de Fevereiro/2020, a Olé tem 536.221 contratos vigentes de cartão de crédito consignado no Brasil.

(d) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que usam ou usaram o cartão para fazer compras de bens e serviços no comércio?

Ano	% Utilização
2016	25,9%
2017	35,4%
2018	24,4%
2019	20,0%

af

(e) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que faz apenas saques em dinheiro?

Ano	% Apenas saques
2016	64,8%
2017	58,7%
2018	57,5%
2019	69,6%

(f) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes faz o saque no momento da contratação e já recebe o valor na conta?

Ano	% Saque inicial
2016	81,0%
2017	79,0%
2018	72,9%
2019	84,0%

(g) Como isso é oferecido ao consumidor? O "saque" pelo telefone, situação em que é depositada uma quantia na conta do consumidor, também é ofertado de maneira ativa? Ou seja, vocês ligam para os consumidores que já possuem o cartão de crédito consignado e oferecem esse "saque"?

O saque é uma funcionalidade do cartão, assim como o parcelamento de compras, possibilidade de compras no exterior, etc. No caso da Olé, não realizamos a operação de saque por telefone. Se o cliente manifestar interesse por um saque durante alguma abordagem por telefone, formalizamos a operação por meio de um instrumento específico (Termo de Consentimento Esclarecido – anexo) que deixa claro para o cliente a operação que ele está realizando.

uf

(h) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que pagam integralmente as faturas do valor remanescente do desconto em folha de pagamento?

Ano	% Pgto Integral
2016	6,40%
2017	6,04%
2018	6,02%
2019	5,24%

(i) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que fazem uso apenas de saques em dinheiro pagam integralmente a fatura de valor remanescente?

Ano	% Somente Saque ATM
2016	5,84%
2017	4,22%
2018	6,52%
2019	7,04%

(j) Qual o prazo para emissão do cartão após a contratação?

O prazo para emissão do cartão é de até 4 dias úteis após a contratação.

(k) Quais os mecanismos de verificação do recebimento do cartão pelos contratantes de cartão de crédito consignado?

Atualmente, temos dois modelos de entregas dos cartões:

- via remessa expressa, com características de carta comercial registrada. Neste cenário, temos um número de AR para efetuar o rastreio.
- via FAC, com modelo de postagem via correios semelhante à carta comercial simples. Neste cenário, temos um código de postagem para acompanhar status de envio e devolução do documento

Nossa central de atendimento está preparada para esclarecimentos de status da entrega, caso o cliente entre em contato conosco. Estamos em fase de implantação (previsto para Abril/20) da informação de rastreio de envio do cartão nas plataformas digitais (app e web), melhorando ainda mais a experiência do cliente.

(l) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de cartões desbloqueados para uso?

Ano	% Desbloqueios
2016	37,4%
2017	41,2%
2018	40,2%
2019	37,7%

(m) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento do cartão?

%	Consolidado	2016	2017	2018	2019
	Reclamações não recebimento do cartão	7,38%	3,63%	1,36%	1,10%

(n) Em caso de não recebimento do cartão, qual o prazo para seu cancelamento e emissão de um novo?

R.: Após 3 tentativas de entrega, o cartão fica custodiado por 45 dias e, caso não seja reemitido neste período, o mesmo é destruído.

(o) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que faz a opção de recebimento da fatura por e-mail?

57% dos nossos clientes recebem a fatura por e-mail/acesso ao site. Neste quesito, não conseguimos extrair a base histórica anual, como solicitado, uma vez que a informação de cadastro para fatura online sobrepõe a anterior.

ty

(p) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento da fatura?

%	Consolidado	2016	2017	2018	2019
	Reclamações não recebimento da fatura	**	2,09%	0,77%	0,52%

**Em 2016, não praticávamos uma marcação específica no sistema para as reclamações de não recebimento da fatura. A partir de 2017, conseguimos discriminar o que, de fato, estava relacionado a este tema.

(p) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que apresentou reclamações sobre lançamentos indevidos na fatura do cartão?

%	Consolidado	2016	2017	2018	2019
	Reclamações lançamentos indevidos na fatura do cartão	0,54%	0,50%	0,44%	0,57%

(r) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que realizou novo saque após o primeiro?

Ano	% Novo Saque
2016	41,1%
2017	37,4%
2018	15,1%
2019	8,6%

(s) Qual a média de novos saques efetuados pelos contratantes de cartão de crédito consignado?

Ano	Média Novos Saques
2016	3,24
2017	3,58
2018	3,79
2019	2,57



(t) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que solicitou o cancelamento do cartão?

Ano	% Cancelamento
2016	0,30%
2017	0,08%
2018	0,25%
2019	0,43%

(u) Outras informações que considerar relevantes sobre o tema.

O produto cartão consignado, assim como o empréstimo, tem papel relevante no cenário econômico nacional, ao conceder a milhões de brasileiros acesso a linhas de crédito baratas e acessíveis, trazendo para o mercado de consumo clientes que até então não tinham acesso a crédito (inclusive os que possuem restrições nos bureaus de crédito), se apresentando, portanto, fundamental no papel de inclusão social.

Especificamente sobre suas características, o cartão consignado é um produto benéfico ao cliente, na medida em que apresenta baixas taxas de juros (na grande maioria das vezes com limitadores de taxas pré-definidos pelas legislações dos convênios e consideravelmente menores que as taxas dos cartões convencionais e cheque especial, que são outras modalidades de crédito semelhantes). Utilizando como exemplo um dos maiores convênios públicos do país que permite, expressamente, a comercialização do cartão de crédito consignado, o INSS define em sua regulamentação uma taxa de juros máxima de 43,6% a.a. (3,06% a.m.), enquanto o cartão convencional, na média praticada pelos bancos em geral, apresenta uma taxa de 316,8% a.a. (12,6% a.m.).

Além disso, ambos os produtos vêm em uma crescente no sentido da suitability, com medidas como a imagem do cartão de crédito no contrato, termo de consentimento esclarecido e a própria autorregulação, que tornam a contratação cada vez mais clara e adequada ao cliente. Somado a isso, é uma forma eficiente de apoiar no controle de endividamento dos clientes, justamente por possibilitar o desconto do valor mínimo da fatura em folha de pagamento, dando previsibilidade em eventuais ajustes financeiros que se fizerem necessários ao cidadão.



Pelo exposto, esperamos ter esclarecido os pontos questionados, bem como nos colocamos à inteira disposição para eventuais dúvidas que se fizerem pertinentes.

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'M. Dias', is written over the company name.

BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S/A

Mathaus Nasser Dias Costa
OAB/MG 150.129

ANEXO I



PROPOSTA DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO



PC 002
1ª VIA OLÉ

Nº PC

Uma empresa

Banco OLÉ Bonsucesso Consignado S/A, 71.371.686/0001-75, Rua Alvarenga Peixoto, 974, BH/MG, 30.180-120

Local: _____ Data: ____/____/20____

Cliente: _____ CPF: ____-____-____-____

Celular: (____) _____ - _____ e-mail: _____

Saque solicitado: R\$ _____ Taxa de juros máxima: _____% ao mês (30 dias)

Conta para Crédito: Banco: _____ Agência: _____ Conta: _____

A aprovação do seu cartão de crédito está sujeita a existência de margem consignável, análise cadastral e de crédito. **ASSINANDO ESTA PROPOSTA, DA QUAL DECLARA TER RECEBIDO UMA VIA, VOCÊ SABE QUE AS CONDIÇÕES SOLICITADAS PODEM TER ALTERAÇÕES**, em razão do limite disponível de margem. Aprovada a operação, a **OLÉ** lhe enviará um SMS, e-mail ou Whastapp, informando o limite liberado, a taxa de juros e o CET, tributos e tarifas. Caso você discorde, terá até 7 dias para entrar em contato e cancelar a operação.

Assine AQUI



**ACREDITAMOS NO CRÉDITO CONSCIENTE. SÓ ASSINE SE ENTENDER A PROPOSTA,
O CONTRATO, AS CONDIÇÕES GERAIS E AS RECOMENDAÇÕES CONSTANTES
NO VERSO DESSA PROPOSTA.**

PC 002 – V010118



PROPOSTA DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO



PC 002
2ª VIA CLIENTE

Nº PC

Uma empresa

Banco OLÉ Bonsucesso Consignado S/A, 71.371.686/0001-75, Rua Alvarenga Peixoto, 974, BH/MG, 30.180-120

Local: _____ Data: ____/____/20____

Cliente: _____ CPF: ____-____-____-____

Celular: (____) _____ - _____ e-mail: _____

Saque solicitado: R\$ _____ Taxa de juros máxima: _____% ao mês (30 dias)

Conta para Crédito: Banco: _____ Agência: _____ Conta: _____

A aprovação do seu cartão de crédito está sujeita a existência de margem consignável, análise cadastral e de crédito. **ASSINANDO ESTA PROPOSTA, DA QUAL DECLARA TER RECEBIDO UMA VIA, VOCÊ SABE QUE AS CONDIÇÕES SOLICITADAS PODEM TER ALTERAÇÕES**, em razão do limite disponível de margem. Aprovada a operação, a **OLÉ** lhe enviará um SMS, e-mail ou Whastapp, informando o limite liberado, a taxa de juros e o CET, tributos e tarifas. Caso você discorde, terá até 7 dias para entrar em contato e cancelar a operação.

Assine AQUI



**ACREDITAMOS NO CRÉDITO CONSCIENTE. SÓ ASSINE SE ENTENDER A PROPOSTA,
O CONTRATO, AS CONDIÇÕES GERAIS E AS RECOMENDAÇÕES CONSTANTES
NO VERSO DESSA PROPOSTA.**

PC 002 – V010118

CANAIS DE ATENDIMENTO

Central de Relacionamento: **4001 4451** (Capitais) | **0800 728 4451** (Demais localidades)

SAC (Reclamações, Cancelamentos e Informações Públicas): **0800 726 4551**

No Exterior, ligue a cobrar para: **55 11 3133 1892** | Deficientes Auditivos: **0800 709 1717**

Caso não tenha ficado satisfeito com as soluções apresentados nos canais de atendimento, entre em contato com a OUVIDORIA: **0800 726 7404**



- Ao assinar essa proposta, **you have knowledge of requesting a credit card.**
- Ao utilizar o limite de seu cartão de crédito consignado (seja em compras, seja em saques), **will pass to third, monthly, discounted in your counter-check, the minimum value provided in your agreement. The remaining value (the difference between the minimum and the total of the bill) will be paid through your monthly bill, which we recommend you make, so that you do not incur in revolving credit, for which you will pay interest and taxes.**
- Caso opte pela realização de um saque, você tem ciência de que:
 - (a) pagará juros pelo período em que utilizar o crédito; e
 - (b) a taxa de juros do cartão é, via de regra, superior a do empréstimo consignado. **If you have margin for realization of a loan, we recommend that you use this possibility before resorting to the withdrawal on the card.**
- Qualquer pagamento ou devolução de valores a Olé deve ser realizada diretamente em conta de titularidade da Olé, nunca na de terceiros.

CANAIS DE ATENDIMENTO

Central de Relacionamento: **4001 4451** (Capitais) | **0800 728 4451** (Demais localidades)

SAC (Reclamações, Cancelamentos e Informações Públicas): **0800 726 4551**

No Exterior, ligue a cobrar para: **55 11 3133 1892** | Deficientes Auditivos: **0800 709 1717**

Caso não tenha ficado satisfeito com as soluções apresentados nos canais de atendimento, entre em contato com a OUVIDORIA: **0800 726 7404**



- Ao assinar essa proposta, **you have knowledge of requesting a credit card.**
- Ao utilizar o limite de seu cartão de crédito consignado (seja em compras, seja em saques), **will pass to third, monthly, discounted in your counter-check, the minimum value provided in your agreement. The remaining value (the difference between the minimum and the total of the bill) will be paid through your monthly bill, which we recommend you make, so that you do not incur in revolving credit, for which you will pay interest and taxes.**
- Caso opte pela realização de um saque, você tem ciência de que:
 - (a) pagará juros pelo período em que utilizar o crédito; e
 - (b) a taxa de juros do cartão é, via de regra, superior a do empréstimo consignado. **If you have margin for realization of a loan, we recommend that you use this possibility before resorting to the withdrawal on the card.**
- Qualquer pagamento ou devolução de valores a Olé deve ser realizada diretamente em conta de titularidade da Olé, nunca na de terceiros.



Uma empresa 

Nº PC

• Nº do Contrato: _____ • Nº da Proposta: _____ • Nº Regulamento: * _____ * Condições Gerais registradas no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH/MG

• Local e Data: _____

Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., 71.371.686/0001-75, Rua Alvarenga Peixoto 974, BH/MG, 30.180-120

DADOS DO CLIENTE

• Nome: _____

• Identidade: _____ • Órgão Emissor: _____ • Data de Nascimento: ____/____/____ • CPF: _____ • Sexo: ☐ M ☐ F

• Estado Civil: _____ • Nome do Conjuge: _____

• Nome da Mãe: _____

• Endereço: _____

• Bairro: _____ • Cidade: _____ • UF: _____ • CEP: _____

• E-mail: _____ • Telefone Fixo: _____ • Celular: _____

• Benefício/Matrícula: _____ • Convênio: _____ • Valor do Patrimônio: _____ • Renda Mensal: _____

CARACTERÍSTICAS DO CRÉDITO

• Margem Consignável: _____ • Valor de Limite Concedido: _____ • Saque: _____ % do valor do limite de crédito

DEMONSTRATIVO DO CUSTO EFETIVO TOTAL

• Taxa de juros: _____ % a. m. • IOF: _____ R\$ • Parcelamento da Tarifa de Emissão de Cartão: ☐ sim ☐ não

• Seguro: ☐ sim ☐ não • Prêmio: _____ R\$ • Custo Efetivo Total - CET: _____ % a. m. _____ % a. a.

FORMA DE LIBERAÇÃO DE SAQUE

☐ Crédito em CC/Poupança Banco: _____ Ag: _____ Conta: _____ ☐ OP

FORMA DE PAGAMENTO

• Primeiro Desconto do mín. da Fatura: ____/____/____

CANAL DE VENDAS

• Correspondente: _____ • CNPJ: _____

• Endereço: _____ • Telefone: _____

• Bairro: _____ • Cidade: _____ • UF: _____ • CEP: _____

• Atendente: _____ • CPF: _____

PESSOA POLITICAMENTE EXPOSTA – PEP: ☐ sim ☐ não

O CLIENTE deverá assinalar “SIM” se for ou mantiver relação com pessoa que nos últimos 5 anos, exerceu ou exerceu, no Brasil/externo, função, cargo ou emprego público.

COMUNICAÇÃO POR SMS/WHATSAPP/EMAIL: ☐ sim ☐ não

OPÇÃO POR FATURA ON LINE: ☐ sim ☐ não

1. O CLIENTE sabe que a assinatura da proposta e do contrato não significam a concessão do cartão. A OLÉ fará análise de crédito e cadastro. A operação será realizada após a confirmação quanto à existência de margem consignável disponível junto ao Órgão Consignante (“Órgão”). **O CLIENTE entendeu que, em razão do limite disponível de margem, os valores constantes da Proposta podem sofrer alterações e concordou expressamente, ao assinar este contrato, que este seja preenchido com as condições finais que lhe serão comunicadas por SMS, e-mail ou Whatsapp.** 2. O CLIENTE expressamente autoriza o Órgão, de forma irrevogável, irretratável e irrenunciável, a proceder aos descontos em sua remuneração de valor correspondente ao mínimo da fatura mensal do cartão, que deverão perdurar até integral liquidação do saldo devedor, em favor da OLÉ. Fica, ainda, autorizado o Órgão a repassar os valores descontados da remuneração do CLIENTE para a conta corrente indicada pela OLÉ. 3. O CLIENTE autoriza a OLÉ a dar ciência ao Órgão dos termos e condições deste instrumento e eventuais repactuações necessárias ao seu bom e fiel cumprimento. 4. Caso não seja pago

Ao Senhor Andrey Vilas Boas de Freitas
Coordenador Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado
Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518 – Bairro Zona Cívico-Administrativa
CEP: 70.064-900 Brasília-DF

Ref.: Resposta a Notificação 14/2020/CGEMM/DPDC/SENACON
Processo nº 08012.000403/2020-83

Em atendimento ao Ofício mencionado em epígrafe, encaminhamos as respostas referentes as perguntas direcionadas a este banco e colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

- a) Como é dada a informação sobre o cartão de crédito consignado? Como vocês diferenciam, na oferta, o cartão de crédito consignado do empréstimo consignado?

Primeiramente, é oferecido ao cliente o empréstimo consignado e explicada a diferença entre os produtos. Caso escolhido o cartão, o atendente informa que se trata de um cartão de crédito, esclarece a sobre a necessidade da reserva de margem consignável. Aos clientes do INSS, é realizado a entrega e assinatura do Termo de Consentimento Esclarecido, documento que demonstra a ciência e concordância do cliente sobre as principais condições.

A diferenciação também é feita pelos termos de contratação (Anexo a este documento), inclusive havendo a imagem do cartão de crédito consignado ao lado do campo de assinatura e envio de SMS com dados do cartão após a contratação.

Todas essas informações são disponibilizadas no site do Banco PAN, Correspondentes no País ou Pontos de Atendimento PAN espalhados pelo Brasil.

- b) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de fraudes encontradas no cartão de crédito consignado, sobretudo quando utilizam os dados de outra pessoa para emitir o cartão?

Fraudes com base na concessão desde 2010:

Ano	%
2016	0,005%
2017	0,015%
2018	0,024%
2019	0,143%

- c) Qual a quantidade de contratos vigentes da modalidade cartão de crédito consignado a empresa tem no Brasil?

R: 792.366, posição em 29/02/2020.

- d) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que usam ou usaram o cartão para fazer compras de bens e serviços no comércio?

Ano	%
2016	31,12%
2017	27,36%
2018	23,39%
2019	31,81%

- e) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que faz apenas saques em dinheiro?

Ano	%
2016	65,64%
2017	71,55%
2018	75,85%
2019	67,31%

- f) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes faz o saque no momento da contratação e já recebe o valor na conta?

Ano	%
2016	89,59%
2017	93,44%
2018	95,31%
2019	97,41%

Esclarecemos que é comum a utilização do recurso pelos clientes para a quitação de dívidas mais elevadas, inclusive rotativo ou parcelado do cartão convencional e/ou cheque especial, o que explica o elevado índice de saque.

Após amortizações, muitos clientes passam a utilizar o cartão também para compras e outros tipos de transações.

- g) Como isso é oferecido ao consumidor? O "saque" pelo telefone, situação em que é depositada uma quantia na conta do consumidor, também é ofertado de maneira ativa? Ou seja, vocês ligam para os consumidores que já possuem o cartão de crédito consignado e oferecem esse "saque"?

O saque possui diversas modalidades, quais sejam: (i) Termo de Saque; (ii) Auto-atendimento; (iii) Fonado.

- (i) Termo de Saque: nessa modalidade a oferta pode ser realizada no momento da adesão ao cartão, ou posteriormente, sendo conhecido como "saque complementar";

- (ii) Terminal de Auto-atendimento: nesta situação o saque é realizado por meio de terminais de auto-atendimento, comumente conhecidos como Caixa 24 Horas;
- (iii) Fonado: modelo ativo e passivo de oferta de saque, podendo o cliente receber uma ligação de oferta, ou entrar em contato para a solicitação. Neste caso o saque somente é ofertado nos convênios que permitem essa modalidade, não sendo possível em convênios como INSS.

h) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que pagam integralmente as faturas do valor remanescente do desconto em folha de pagamento?

Pagamento Integral:

Ano	%
2016	10,66%
2017	13,31%
2018	14,46%
2019	15,88%

Ressaltamos que é relevante o volume de pagamento espontâneo realizado pelos clientes, por meio da fatura emitida mensalmente. A título de exemplo, seguem os pagamentos realizados em Fevereiro/2020:

Modalidade	Valor	%
Desconto em Folha	R\$ 59.728.284	57,8%
Fatura	R\$ 43.605.502	42,2%

i) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que fazem uso apenas de saques em dinheiro pagam integralmente a fatura de valor remanescente?

Ano	%
2016	3,47%
2017	6,00%
2018	7,00%
2019	8,09%

j) Qual o prazo para emissão do cartão após a contratação?

Após aprovação da proposta de cartão de crédito, a disponibilização é feita pela empresa de logística responsável, que deve realizar a entrega entre 2 (dois) dias úteis a 20 (vinte) dias úteis, variando por região.

k) Quais os mecanismos de verificação do recebimento do cartão pelos contratantes de cartão de crédito consignado?

Para a modalidade de entrega por meio de correios, o cartão é enviado com Aviso de Recebimento. Quando entregue por meio de courier, o recebedor assina declaração de responsabilidade pelo recebimento.

- l) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de cartões desbloqueados para uso?

Ano	%
2016	36,5%
2017	32,9%
2018	30,0%
2019	29,3%

- m) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento do cartão?

Ano	%
2016	0,54%
2017	0,50%
2018	0,29%
2019	0,55%

- n) Em caso de não recebimento do cartão, qual o prazo para seu cancelamento e emissão de um novo?

O cartão não recebido é cancelado após 21 dias de sua emissão e tentativas de entrega. Somente é enviado um novo cartão caso o cliente solicite por meio da Central de relacionamento do PAN.

- o) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que faz a opção de recebimento da fatura por e-mail?

Ano	%
2016	0,2%
2017	0,4%
2018	6,8%
2019	14,1%

- p) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento da fatura?

Ano	%
2016	4,8%
2017	5,4%
2018	3,8%
2019	6,3%

Esclarecemos que, no início de 2019, o fornecedor responsável pela confecção e envio das faturas enfrentou problemas de inundação, o que resultou em reclamações em patamar acima do esperado.

- q) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que apresentou reclamações sobre lançamentos indevidos na fatura do cartão?

Ano	%
2016	0,50%
2017	0,42%
2018	0,28%
2019	0,54%

- r) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que realizou novo saque após o primeiro?

Ano	%
2016	39,79%
2017	29,08%
2018	17,79%
2019	13,87%

- s) Qual a média de novos saques efetuados pelos contratantes de cartão de crédito consignado?

R: No período de 2016 a 2019, foram realizados 0,4 novos saques por contratante.

- t) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que solicitou o cancelamento do cartão?

Ano	%
2016	0,54%
2017	0,38%
2018	0,17%
2019	0,14%

- u) Outras informações que considerar relevantes sobre o tema.

O cartão de crédito consignado é um produto relativamente novo e inclusivo. Por suas características, é concedido também a clientes negativados e que não possuem acesso ao crédito, desempenhando papel de inclusão social.

Trata-se financeiramente de um cartão benéfico ao cliente, pois apresenta baixa taxa de juros, quase sempre pré-definidas em legislação e significativamente menores do que as do cartão de crédito convencional e cheque especial. Exemplificando, o cartão consignado INSS apresenta juros de no máximo 43,6% a.a. (3,06% a.m.), frente aos 316,8% a.a. (12,6% a.m.) praticados no cartão convencional.

Além disso, pelo modelo de débito em folha de pagamento, com Reserva de Margem Consignável e limite de crédito pré-definido, mostra-se um eficiente instrumento de controle do endividamento e organização das finanças pessoais.

Tendo a certeza do atendimento de todas as solicitações feitas por esse digníssimo Coordenador, renovamos nossos votos de elevada estima e consideração e colocamo-nos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas que possam surgir.

Anexos:

- Termo de Consentimento Esclarecido
- Termo de Adesão
- Termo de Saque

Atenciosamente,

Banco PAN S.A.

Luis Gustavo Portela
Superintendente
Executivo

Aicido de Silva Junior



Ao

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR (SENACON)

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (DPDC)

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS E MONITORAMENTO DO MERCADO

ATT.: DR. ANDREY VILAS BOAS DE FREITAS – COORDENADOR GERAL DE ESTUDOS E MONITORAMENTO DE MERCADO

REF: Notificação n.º 15/2020/CGEMM/DPDC/SENACON referente ao Processo Administrativo n.º 08012.000403/2020-83

BANCO BMG S.A., instituição financeira privada com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek nº 1830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04543-900, inscrita no CNPJ sob o nº 61.186.680/0001-74, neste ato devidamente representado por seus procuradores, tendo em vista o recebimento da notificação supra referenciada, vem, tempestivamente, apresentar os esclarecimentos abaixo à respeito da oferta e uso do produto cartão consignado, em resposta aos questionamentos feitos por parte deste órgão, nos seguinte termos:

a) Como é dada a informação sobre o cartão de crédito consignado? Como vocês diferenciam, na oferta, o cartão de crédito consignado do empréstimo consignado?

O empréstimo consignado e o cartão de crédito consignado são produtos distintos e ofertados em instrumentos próprios e individualizados.

No momento da contratação do cartão de crédito consignado, ao cliente é esclarecido as suas funcionalidades, taxa de juros, operacionalização e, principalmente, as diferenças para o empréstimo consignado.

Além disso, todas as informações necessárias ao esclarecimento do consumidor estão expressas de forma clara e objetiva no instrumento de adesão do cartão de crédito consignado.

Especificamente em relação ao convênio firmado com o INSS, o Banco BMG utiliza, junto ao termo de adesão, um Termo de Consentimento Esclarecido do Cartão de Crédito Consignado que reforça as condições sobre o produto contratado, constando, inclusive, uma figura em tamanho real do cartão. Nesse termo consta as diferenças da taxa de juros com o cartão convencional, as diferenças desse



Fh



produto com o empréstimo consignado e a incidência de encargos, caso a fatura não seja quitada integralmente, tudo isso visando evitar qualquer questionamento sobre o tipo e natureza do produto ofertado.

- b) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de fraudes encontradas no cartão de crédito consignado, sobretudo quando utilizam os dados de outra pessoa para emitir o cartão?

Ano	Quantidade
2016	0,38%
2017	0,28%
2018	0,28%
2019	0,13%

- c) Qual a quantidade de contratos vigentes da modalidade cartão de crédito consignado a empresa tem no Brasil?

Atualmente, o Banco BMG possui 4.163.483 (quatro milhões cento e sessenta e três mil quatrocentos e oitenta e três) contratos vigentes da modalidade cartão de crédito consignado - data base fevereiro 2020.

- d) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que usam ou usaram o cartão para fazer compras de bens e serviços no comércio?

Ano	Quantidade
2016	23,58%
2017	26,27%
2018	25,28%
2019	21,40%

- e) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que faz apenas saques em dinheiro?

Ano	Quantidade
2016	76,76%
2017	73,43%
2018	70,67%
2019	63,90%



Handwritten signature/initials



- f) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que faz saque no momento da contratação e já recebe o valor na conta?

Ano	Quantidade
2016	79,90%
2017	80,98%
2018	61,25%
2019	36,19%

- g) Como isso é oferecido ao consumidor? O “saque” pelo telefone, situação em que é depositada uma quantia na conta do consumidor também é ofertado de maneira ativa? Ou seja, vocês ligam para os consumidores que já possuem o cartão de crédito consignado e oferecem esse “saque”.

No momento da contratação do cartão de crédito consignado e após a autorização do cliente para a reserva da margem consignável, umas das funcionalidades agregadas ao produto é a opção do cliente solicitar um saque de até um percentual do limite disponibilizado.

Para clientes que já contrataram o cartão de crédito consignado (reserva de margem), a oferta de saque pode ser realizada de forma ativa, por telefone.

Cumpre esclarecer que o saque é uma das funcionalidades do cartão de crédito consignado, não podendo ser confundida com a contratação do cartão de crédito consignado (momento em que o cliente autoriza a reserva da margem consignável).

É de conhecimento afirmações no sentido de que o Banco BMG faz a contratação por telefone do cartão de crédito consignado com aposentados e pensionistas do INSS. Nesse sentido, esclarece o Banco BMG que para o convênio do INSS a contratação do cartão de crédito consignado ocorre necessariamente de forma física ou eletrônica.

- h) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que pagam integralmente as faturas do valor remanescente do desconto em folha de pagamento?

Ano	Quantidade
2016	3,67%
2017	5,32%
2018	8,31%
2019	9,01%



fh



- i) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que fazem uso apenas de saques em dinheiro e pagam integralmente a fatura de valor remanescente?

Ano	Quantidade
2016	0,25%
2017	0,37%
2018	0,63%
2019	0,93%

- j) Qual o prazo para emissão do cartão após a contratação?

Após a formalização do termo de adesão do cartão de crédito consignado, a emissão e o envio do cartão magnético se dão no prazo de até 3 (três) dias úteis.

- k) Quais os mecanismos de verificação do recebimento do cartão pelos contratantes de cartão de crédito consignado?

A verificação do recebimento do cartão pelos contratantes de cartão de crédito consignado se dá pelo controle de devoluções físicas realizada pelos Correios e por relatórios de entrega disponibilizados pela empresa contratada para o encaminhamento dos cartões.

- l) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de cartões desbloqueados para uso?

Ano	Quantidade
2016	31,92%
2017	32,93%
2018	36,04%
2019	59,74%

- m) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento do cartão?

Ano	Quantidade
2016	0,07%
2017	0,09%
2018	0,11%
2019	0,11%

- n) Em caso de não recebimento do cartão, qual o prazo para seu cancelamento e emissão de um novo?

Caso o cartão de crédito consignado não seja desbloqueado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de envio, por questões de segurança, ele é cancelado diretamente pelo Banco BMG. A emissão de um novo cartão só ocorre mediante a solicitação do consumidor.



Handwritten signature



- o) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que faz a opção de recebimento da fatura por e-mail?

Ano	Quantidade
2016	11,76%
2017	12,13%
2018	14,13%
2019	30,16%

- p) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento da fatura?

Ano	Quantidade
2016	8,43%
2017	13,50%
2018	17,05%
2019	12,78%

- q) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que apresentou reclamações sobre lançamentos indevidos na fatura do cartão?

Ano	Quantidade
2016	1,02%
2017	2,32%
2018	3,47%
2019	2,81%

- r) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que realizou novo saque após o primeiro?

Ano	Quantidade
2016	55,93%
2017	39,60%
2018	24,26%
2019	5,84%

- s) Qual a média de novos saques efetuados pelos contratantes de cartão de crédito consignado?

No período de 2016 a 2019, a média de novos saques efetuados pelos contratantes de cartão de crédito consignado do Banco BMG foi de 1,41 saques.



[Handwritten signature] *Fh*



t) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que solicitou o cancelamento do cartão?

Ano	Quantidade
2016	0,77%
2017	1,63%
2018	3,17%
2019	1,82%

u) Outras informações que considerar relevantes.

O cartão de crédito consignado possibilita uma série de vantagens a seus usuários, como a maior segurança em realizar compras, à vista ou parceladas, e de realizar transações em lojas físicas ou online.

No caso do Banco BMG, o cartão de crédito consignado possui bandeira Mastercard, uma das líderes mundiais, sendo aceito para compras em uma ampla rede de estabelecimentos comerciais, tanto no Brasil como no exterior.

Vale destacar que o cartão de crédito consignado é um produto inclusivo pois permite o acesso a essa modalidade àqueles que não teriam.

Além disso, diferente da maior parte dos cartões de crédito, o cartão de crédito consignado do Banco BMG não cobra do usuário qualquer anuidade.

O cartão de crédito consignado do Banco BMG, assim como ocorre com qualquer cartão de crédito, permite ao usuário realizar saques, que podem ser feitos na rede 24 horas e central de atendimento ao consumidor.

A taxa média de juros do cartão de crédito consignado do Banco BMG é em média 1/4 das taxas médias de juros das operações de crédito com recursos livres para pessoas físicas com cartões de crédito rotativo, parcelado e total.

A proposta do cartão de crédito consignado oferece a seus usuários vantagens tanto do empréstimo consignado quanto do cartão de crédito convencional, duas importantes modalidades de crédito para pessoa física. O quadro abaixo resume essas vantagens.



Principais vantagens do cartão de crédito consignado x cartão de crédito convencional e empréstimo consignado

Vantagens	Cartão de crédito consignado	Cartão de crédito tradicional	Empréstimo consignado
Conveniência de realizar todos os pagamentos uma única vez no mês	✓	✓	✗
Programas de pontos e benefícios	✓	✓	✗
Possibilidade de compras não presenciais	✓	✓	✗
Possibilidade de compras parceladas, muitas vezes sem juros	✓	✓	✗
Possibilidade de pagar valor mínimo da fatura	✓	✓	✗
Desconto direto em folha	✓	✗	✓
Taxas de juros menores	✓	✗	✓
Não sujeito à análise de crédito	✓	✗	✓

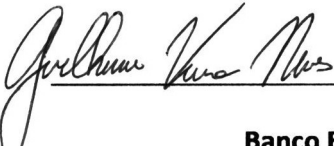
Elaboração: Tendências.

Ressalta-se que a opção de pagar um valor mínimo pelo crédito tomado no cartão e deixar o valor remanescente para os meses seguintes é uma opção disponível também no cartão de crédito convencional, por meio do crédito rotativo. Não se trata, portanto, de uma possibilidade existente apenas no cartão de crédito consignado, sendo uma prática comum no mercado de cartões de crédito.

Por todo o exposto, percebe-se que o cartão de crédito consignado é um produto de crédito legalmente previsto e regulamentado, oferecido não apenas pelo Banco BMG, mas também por outras instituições financeiras.

Sendo estas as considerações que tínhamos sobre o tema em comento, nos colocamos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 09 de março de 2020.


Guilherme Vieira Neves

Banco BMG S.A


Flávio P. Guimarães Neto

Belo Horizonte, 17 de março de 2020.

Exmo. (a). Coordenador Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado – Dr. Andrey Vilas Boas de Freitas

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor

**Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518, Bairro Zona Cívico-Administrativa,
Brasília/DF – CEP 70064-900**

Notificação: 16/2020

PROCESSO: 08012.000403/2020-83

BANCO INTER S.A, pessoa jurídica de direito privado, estabelecido na Avenida Barbacena, nº 1219, Bairro Santo Agostinho, CEP 30190-13, Belo Horizonte - MG, inscrito no CNPJ sob o nº 00.416.968/0001-01, vem, respeitosamente, em cumprimento a notificação referenciada, informar que:

Após minuciosa apuração, o Banco Inter levantou as informações requeridas, que passa a expor transcrevendo a notificação, para facilitar a identificação e melhor contextualização dos esclarecimentos.

a) Como é dada a informação sobre o cartão de crédito consignado? Como vocês diferenciam, na oferta, o cartão de crédito consignado do empréstimo consignado?

O canal de oferta do produto, é ativo, contato realizado com os clientes já cadastrados, ou receptivo através da ura de atendimento, canal 3003-4070 opção 5. O público alvo são clientes que possuem interesse em utilizar o cartão na função crédito ou aqueles que tem interesse no saque adicional. A diferenciação da abordagem é feita para o cliente, deixando claro que ele tem dois tipos de margem consignável disponível, a do empréstimo 30% e a do cartão 5 ou 10%, dependendo do convênio. Outro ponto que se diferencia, são os formulários enviados para o cliente, que abordam os dois produtos de maneira distinta e em termos apartados. Importante ressaltar, que para as dúvidas operacionais após a venda, como: 1- limite disponível, 2 - compras efetuadas, 3- data de vencimento, são feitas por outro setor, especializado de atendimento de cartão, que atende pela ura 3003-4070 opção 2.

b) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de fraudes encontradas no cartão de crédito consignado, sobretudo quando utilizam os dados de outra pessoa para emitir o cartão?

O percentual de fraudes encontradas foi calculado a partir do número de demandas recebidas por nossa Ouvidoria conforme tabelas abaixo.

Modelo de cálculo utilizado, foi o mesmo de Ranking do Bacen. Fraudes contatadas x Reclamações de Fraude.

Percentuais anuais	
Período	% de Fraudes Constatadas
2016	0,81%
2017	0,47%
2018	0,08%
2019	0,01%

c) Qual a quantidade de contratos vigentes da modalidade cartão de crédito consignado a empresa tem no Brasil?

Em fevereiro de 2020, o Banco Inter apresenta 44.570 cartões ativos.

d) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que usam ou usaram o cartão para fazer compras de bens e serviços no comércio?

Foi feito um levantamento e os números abaixo mostram o % de clientes que utilizaram o cartão de crédito consignado para fazer pelo menos uma compra de bens e serviços no comércio em cada um dos anos.

Contratantes que usaram/Contratos ativos

Percentuais anuais	
Período	% utilização para compras
2016	Dados não disponíveis*
2017	1,04%
2018	5,23%
2019	5,60%

*Esse indicador não era contabilizado e não foi possível ainda levantar os dados de forma retroativa. O Banco Inter fez uma requisição com essa demanda específica para a processadora, que é uma empresa terceirizada. Estamos aguardando o retorno.

e) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que faz apenas saques em dinheiro?

O serviço de ATM do Banco Inter foi disponibilizado somente a partir de setembro de 2019 e 0,21% dos cartões ativos utilizaram apenas o serviço de saque em dinheiro.

f) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes faz o saque no momento da contratação e já recebe o valor na conta?

Para este cálculo foram considerados os cartões que foram feitos com saque inicial. O denominador utilizado como base de cálculo foram os cartões ativos atuais.

O volume de produção de Cartão Consignado no Banco Inter, teve uma queda expressiva no decorrer dos anos, pois a estratégia adotada foi focar no Empréstimo Consignado.

Percentuais anuais	
Período	% utilização para compras
2016	36%
2017	10%
2018	2%
2019	2%

- g) **Como isso é oferecido ao consumidor? O "saque" pelo telefone, situação em que é depositada uma quantia na conta do consumidor, também é ofertado de maneira ativa? Ou seja, vocês ligam para os consumidores que já possuem o cartão de crédito consignado e oferecem esse "saque"?**

O canal de oferta do produto, ativa ou receptiva é pela ura 3003-4070 opção 5. Os clientes que tem interesse no saque adicional, após manifestação do interesse são informados que esse saque pode ser efetuado pelo valor de limite disponível, com possibilidade de pagamento parcelado ou em um único boleto com vencimento para o próximo mês.

- h) **Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que pagam integralmente as faturas do valor remanescente do desconto em folha de pagamento?**

Esse indicador não era contabilizado e não foi possível ainda levantar os dados de forma retroativa. O Banco Inter fez uma requisição com essa demanda específica para a processadora, que é uma empresa terceirizada. Estamos aguardando o retorno.

- i) **Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que fazem uso apenas de saques em dinheiro pagam integralmente a fatura de valor remanescente?**

O saque direto em ATM foi disponibilizado a partir de setembro 2019 e realizado por 106 clientes. Deste número, não temos os dados de quem pagou integralmente a fatura conforme cenário apresentado no item anterior.

- j) **Qual o prazo para emissão do cartão após a contratação?**

O Cartão é Emitido em até D+1 da efetivação da contratação .

Após a emissão, em Até D+3 o cartão é impresso e enviado via courier ou correios para o endereço de correspondência do Cliente.

A Entrega do cartão ocorre em até 15 dias. São efetuadas até 3 tentativas de entrega.

- k) **Quais os mecanismos de verificação do recebimento do cartão pelos contratantes de cartão de crédito consignado?**

Todos os cartões Consignados são enviados com Rastreo. Os mecanismos de verificação são através das Centrais de atendimento do Banco (telefone, e-Mail, chat, etc) onde o cliente pode receber a informações do status da entrega.

- l) **Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de cartões desbloqueados para uso?**

Percentuais anuais	
Período	% de cartões desbloqueados
2016	47%
2017	69%
2018	81%
2019	80%

m) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento do cartão?

Dados utilizados para cálculo: Reclamações de não recebimento x Reclamações de cartão Consignado, com entradas na Ouvidoria.

Percentuais anuais	
Período	Reclamações de não recebimento de cartão
2016	0,23%
2017	0,22%
2018	0,10%
2019	0,09%

n) Em caso de não recebimento do cartão, qual o prazo para seu cancelamento e emissão de um novo?

Não havendo manifestação do cliente, o cartão fica arquivado por 90 dias e é destruído após este prazo. Somente é emitido segunda via quando o cliente solicita, neste caso o prazo é o mesmo informado na Letra J.

o) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que faz a opção de recebimento da fatura por e-mail?

O Banco Inter envia faturas de cartão consignado sempre e para toda base de clientes por via física. Aos clientes que solicitam por e-mail, o envio é eletrônico e físico.

p) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento da fatura?

O Banco Inter não fazia apuração destes números até Nov/18. A partir de novembro de 2018 temos os números apresentados abaixo.

Dados utilizados para cálculo: Total de reclamações x Total de faturas emitidas.

Percentuais anuais	
Período	% de reclamações de não recebimento da fatura
2016	Dados não disponíveis*
2017	Dados não disponíveis*
2018	0,77%
2019	0,32%

*Esse indicador não era contabilizado e não foi possível ainda levantar os dados de forma retroativa. O Banco Inter fez uma requisição com essa demanda específica para a processadora, que é uma empresa terceirizada. Estamos aguardando o retorno.

q) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que apresentou reclamações sobre lançamentos indevidos na fatura do cartão?

Dados utilizados para cálculo: Contestações x Total de faturas emitidas

O Banco Inter não fazia o levantamento destas informações anteriores a 2018. A partir de 2018 este controle foi estabelecido e apresenta os valores abaixo.

Percentuais anuais	
Período	% de reclamações de lançamento indevido
2016	Dados não disponíveis*
2017	Dados não disponíveis*
2018	0,19%
2019	0,31%

*Esse indicador não era contabilizado e não foi possível ainda levantar os dados de forma retroativa. O Banco Inter fez uma requisição com essa demanda específica para a processadora, que é uma empresa terceirizada. Estamos aguardando o retorno.

r) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que realizou novo saque após o primeiro?

O Banco Inter apresenta os dados abaixo para o % de saques utilizados após o primeiro.

Percentuais anuais	
Período	% de clientes que tem mais de saque.
2016	6,14%
2017	5,44%
2018	0,86%
2019	0,22%

s) Qual a média de novos saques efetuados pelos contratantes de cartão de crédito consignado?

O Banco Inter utilizou como dados de cálculo todos os saques adicionais x quantidade de clientes

Quantidade de saques, após o primeiro	
Período	Quantidade de saques adicionais
2016	1,62
2017	1,81
2018	2,04
2019	1,86

t) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que solicitou o cancelamento do cartão?

Dados utilizados para cálculo: Cartões cancelados x Cartões emitidos

Percentuais anuais	
Período	% de cancelamento
2016	3,30%
2017	2,57%
2018	4,08%
2019	1,20%

u)) Outras informações que considerar relevantes sobre o tema.

- Trabalhamos com venda 100% própria desde 08/2018 e temos a modalidade de saque à vista e saque parcelado. O cliente pode optar por qualquer uma das modalidades.
- Saque à vista o valor do saque é cobrado integralmente na fatura com fechamento subsequente à liberação do saque.
- Saque parcelado, o cliente pode dividir o valor do saque em parcelas que serão debitadas nas faturas, mês a mês e o valor da parcela, não é superior ao valor do RMC.
- Os formulários de Cartão, são diferentes dos formulários de empréstimo, para que os clientes possam diferenciar o produto no momento da contratação.
- Para os cartões do convênio INSS temos o envio do termo de consentimento esclarecido, onde as informações do cartão são bem destacadas.

Por fim, reforçamos que a transparência com nossos clientes é nosso compromisso, além do estreito cumprimento as normas e regulações, assim nos colocamos à disposição para sanar quaisquer eventuais dúvidas.

Com votos de respeito e distinta consideração.

BANCO INTER S.A

Belo Horizonte, 17 de março de 2020.

Exmo. (a). Coordenador Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado – Dr. Andrey Vilas Boas de Freitas

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor

**Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518, Bairro Zona Cívico-Administrativa,
Brasília/DF – CEP 70064-900**

Notificação: 16/2020

PROCESSO: 08012.000403/2020-83

BANCO INTER S.A, pessoa jurídica de direito privado, estabelecido na Avenida Barbacena, nº 1219, Bairro Santo Agostinho, CEP 30190-13, Belo Horizonte - MG, inscrito no CNPJ sob o nº 00.416.968/0001-01, vem, respeitosamente, em cumprimento a notificação referenciada, informar que:

Após minuciosa apuração, o Banco Inter levantou as informações requeridas, que passa a expor transcrevendo a notificação, para facilitar a identificação e melhor contextualização dos esclarecimentos.

a) Como é dada a informação sobre o cartão de crédito consignado? Como vocês diferenciam, na oferta, o cartão de crédito consignado do empréstimo consignado?

O canal de oferta do produto, é ativo, contato realizado com os clientes já cadastrados, ou receptivo através da ura de atendimento, canal 3003-4070 opção 5. O público alvo são clientes que possuem interesse em utilizar o cartão na função crédito ou aqueles que tem interesse no saque adicional. A diferenciação da abordagem é feita para o cliente, deixando claro que ele tem dois tipos de margem consignável disponível, a do empréstimo 30% e a do cartão 5 ou 10%, dependendo do convênio. Outro ponto que se diferencia, são os formulários enviados para o cliente, que abordam os dois produtos de maneira distinta e em termos apartados. Importante ressaltar, que para as dúvidas operacionais após a venda, como: 1- limite disponível, 2 - compras efetuadas, 3- data de vencimento, são feitas por outro setor, especializado de atendimento de cartão, que atende pela ura 3003-4070 opção 2.

b) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de fraudes encontradas no cartão de crédito consignado, sobretudo quando utilizam os dados de outra pessoa para emitir o cartão?

O percentual de fraudes encontradas foi calculado a partir do número de demandas recebidas por nossa Ouvidoria conforme tabelas abaixo.

Modelo de cálculo utilizado, foi o mesmo de Ranking do Bacen. Fraudes contatadas x Reclamações de Fraude.

Percentuais anuais	
Período	% de Fraudes Constatadas
2016	0,81%
2017	0,47%
2018	0,08%
2019	0,01%

c) Qual a quantidade de contratos vigentes da modalidade cartão de crédito consignado a empresa tem no Brasil?

Em fevereiro de 2020, o Banco Inter apresenta 44.570 cartões ativos.

d) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que usam ou usaram o cartão para fazer compras de bens e serviços no comércio?

Foi feito um levantamento e os números abaixo mostram o % de clientes que utilizaram o cartão de crédito consignado para fazer pelo menos uma compra de bens e serviços no comércio em cada um dos anos.

Contratantes que usaram/Contratos ativos

Percentuais anuais	
Período	% utilização para compras
2016	Dados não disponíveis*
2017	1,04%
2018	5,23%
2019	5,60%

*Esse indicador não era contabilizado e não foi possível ainda levantar os dados de forma retroativa. O Banco Inter fez uma requisição com essa demanda específica para a processadora, que é uma empresa terceirizada. Estamos aguardando o retorno.

e) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que faz apenas saques em dinheiro?

O serviço de ATM do Banco Inter foi disponibilizado somente a partir de setembro de 2019 e 0,21% dos cartões ativos utilizaram apenas o serviço de saque em dinheiro.

f) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes faz o saque no momento da contratação e já recebe o valor na conta?

Para este cálculo foram considerados os cartões que foram feitos com saque inicial. O denominador utilizado como base de cálculo foram os cartões ativos atuais.

O volume de produção de Cartão Consignado no Banco Inter, teve uma queda expressiva no decorrer dos anos, pois a estratégia adotada foi focar no Empréstimo Consignado.

Percentuais anuais	
Período	% utilização para compras
2016	36%
2017	10%
2018	2%
2019	2%

- g) **Como isso é oferecido ao consumidor? O "saque" pelo telefone, situação em que é depositada uma quantia na conta do consumidor, também é ofertado de maneira ativa? Ou seja, vocês ligam para os consumidores que já possuem o cartão de crédito consignado e oferecem esse "saque"?**

O canal de oferta do produto, ativa ou receptiva é pela ura 3003-4070 opção 5. Os clientes que tem interesse no saque adicional, após manifestação do interesse são informados que esse saque pode ser efetuado pelo valor de limite disponível, com possibilidade de pagamento parcelado ou em um único boleto com vencimento para o próximo mês.

- h) **Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que pagam integralmente as faturas do valor remanescente do desconto em folha de pagamento?**

Esse indicador não era contabilizado e não foi possível ainda levantar os dados de forma retroativa. O Banco Inter fez uma requisição com essa demanda específica para a processadora, que é uma empresa terceirizada. Estamos aguardando o retorno.

- i) **Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que fazem uso apenas de saques em dinheiro pagam integralmente a fatura de valor remanescente?**

O saque direto em ATM foi disponibilizado a partir de setembro 2019 e realizado por 106 clientes. Deste número, não temos os dados de quem pagou integralmente a fatura conforme cenário apresentado no item anterior.

- j) **Qual o prazo para emissão do cartão após a contratação?**

O Cartão é Emitido em até D+1 da efetivação da contratação .

Após a emissão, em Até D+3 o cartão é impresso e enviado via courier ou correios para o endereço de correspondência do Cliente.

A Entrega do cartão ocorre em até 15 dias. São efetuadas até 3 tentativas de entrega.

- k) **Quais os mecanismos de verificação do recebimento do cartão pelos contratantes de cartão de crédito consignado?**

Todos os cartões Consignados são enviados com Rastreo. Os mecanismos de verificação são através das Centrais de atendimento do Banco (telefone, e-Mail, chat, etc) onde o cliente pode receber a informações do status da entrega.

- l) **Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de cartões desbloqueados para uso?**

Percentuais anuais	
Período	% de cartões desbloqueados
2016	47%
2017	69%
2018	81%
2019	80%

m) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento do cartão?

Dados utilizados para cálculo: Reclamações de não recebimento x Reclamações de cartão Consignado, com entradas na Ouvidoria.

Percentuais anuais	
Período	Reclamações de não recebimento de cartão
2016	0,23%
2017	0,22%
2018	0,10%
2019	0,09%

n) Em caso de não recebimento do cartão, qual o prazo para seu cancelamento e emissão de um novo?

Não havendo manifestação do cliente, o cartão fica arquivado por 90 dias e é destruído após este prazo. Somente é emitido segunda via quando o cliente solicita, neste caso o prazo é o mesmo informado na Letra J.

o) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que faz a opção de recebimento da fatura por e-mail?

O Banco Inter envia faturas de cartão consignado sempre e para toda base de clientes por via física. Aos clientes que solicitam por e-mail, o envio é eletrônico e físico.

p) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento da fatura?

O Banco Inter não fazia apuração destes números até Nov/18. A partir de novembro de 2018 temos os números apresentados abaixo.

Dados utilizados para cálculo: Total de reclamações x Total de faturas emitidas.

Percentuais anuais	
Período	% de reclamações de não recebimento da fatura
2016	Dados não disponíveis*
2017	Dados não disponíveis*
2018	0,77%
2019	0,32%

*Esse indicador não era contabilizado e não foi possível ainda levantar os dados de forma retroativa. O Banco Inter fez uma requisição com essa demanda específica para a processadora, que é uma empresa terceirizada. Estamos aguardando o retorno.

q) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que apresentou reclamações sobre lançamentos indevidos na fatura do cartão?

Dados utilizados para cálculo: Contestações x Total de faturas emitidas

O Banco Inter não fazia o levantamento destas informações anteriores a 2018. A partir de 2018 este controle foi estabelecido e apresenta os valores abaixo.

Percentuais anuais	
Período	% de reclamações de lançamento indevido
2016	Dados não disponíveis*
2017	Dados não disponíveis*
2018	0,19%
2019	0,31%

*Esse indicador não era contabilizado e não foi possível ainda levantar os dados de forma retroativa. O Banco Inter fez uma requisição com essa demanda específica para a processadora, que é uma empresa terceirizada. Estamos aguardando o retorno.

r) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que realizou novo saque após o primeiro?

O Banco Inter apresenta os dados abaixo para o % de saques utilizados após o primeiro.

Percentuais anuais	
Período	% de clientes que tem mais de saque.
2016	6,14%
2017	5,44%
2018	0,86%
2019	0,22%

s) Qual a média de novos saques efetuados pelos contratantes de cartão de crédito consignado?

O Banco Inter utilizou como dados de cálculo todos os saques adicionais x quantidade de clientes

Quantidade de saques, após o primeiro	
Período	Quantidade de saques adicionais
2016	1,62
2017	1,81
2018	2,04
2019	1,86

t) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que solicitou o cancelamento do cartão?

Dados utilizados para cálculo: Cartões cancelados x Cartões emitidos

Percentuais anuais	
Período	% de cancelamento
2016	3,30%
2017	2,57%
2018	4,08%
2019	1,20%

u)) Outras informações que considerar relevantes sobre o tema.

- Trabalhamos com venda 100% própria desde 08/2018 e temos a modalidade de saque à vista e saque parcelado. O cliente pode optar por qualquer uma das modalidades.
- Saque à vista o valor do saque é cobrado integralmente na fatura com fechamento subsequente à liberação do saque.
- Saque parcelado, o cliente pode dividir o valor do saque em parcelas que serão debitadas nas faturas, mês a mês e o valor da parcela, não é superior ao valor do RMC.
- Os formulários de Cartão, são diferentes dos formulários de empréstimo, para que os clientes possam diferenciar o produto no momento da contratação.
- Para os cartões do convênio INSS temos o envio do termo de consentimento esclarecido, onde as informações do cartão são bem destacadas.

Por fim, reforçamos que a transparência com nossos clientes é nosso compromisso, além do estreito cumprimento as normas e regulações, assim nos colocamos à disposição para sanar quaisquer eventuais dúvidas.

Com votos de respeito e distinta consideração.

BANCO INTER S.A



CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL

SN Cartões e Pagamentos
SBS Quadra 04, Lotes 3/4
Edifício Matriz I – 6º Andar
70.092-900 – Brasília – DF

Ofício nº 004/2020/SUCAR/BR

Brasília, 11 de março de 2020

À Sua Excelência o(a) Senhor(a)

Secretário Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça

Referente ao Processo nº 08012.000403/2020-83

Assunto: Cartão de Crédito Consignado

Senhor(a) Secretário(a),

A **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA**, instituição financeira constituída sob forma de Empresa Pública, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, e regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.132, de 22/06/2017, com sede em Brasília/DF, representada neste ato pelos Prepostos, ao final identificados, vem:

Responder os questionamentos realizados na Notificação nº 17/2020/CGEMM/DPDC/SENA CON, referente ao Processo nº 08012.000403/2020-83, em que é solicitado esclarecimentos a respeito da oferta e uso do cartão de crédito consignado pelos consumidores.

Segue abaixo esclarecimentos para cada item questionado:

- a) Como é dada a informação sobre o cartão de crédito consignado? Como vocês diferenciam, na oferta, o cartão de crédito consignado do empréstimo consignado?**

No momento da solicitação o empregado ou parceiro CAIXA fornece ao cliente as informações sobre o produto, explicando as características e diferenças em relação ao empréstimo consignado.

Caso o cliente deseje contratar o cartão de crédito consignado, o empregado ou o correspondente bancário preenche os instrumentos contratuais necessários (Formulário de Solicitação de Análise

e Emissão do Cartão de Crédito – Anexo I – e o Termo de consentimento esclarecido – Anexo II, no caso de beneficiário do INSS) e colhe a assinatura do cliente.

No Termo de Consentimento Esclarecido – TCE consta informações detalhadas sobre o produto, como a incidência de juros no caso do não pagamento total da fatura; prazo total para liquidação da dívida no caso da realização de apenas uma transação de saque ou de compra, e não haja realização de novas transações ou alteração de parâmetros do produto, como taxa de juros, ou alteração do perfil do cliente, como redução/perda da margem consignável; além da ciência, por parte do cliente, de que foi informado da existência de outras modalidades de crédito, a exemplo do crédito consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores, e de que foi informado que os juros do cartão de crédito consignado é inferior à taxa de juros do cartão de crédito convencional.

No site da CAIXA, endereço http://www.caixa.gov.br/voce/cartoes/credito/caixa-simples/Paginas/default.aspx?utm_source=site_caixa&utm_medium=home_cartoes&utm_campaign=caixa_simples&utm_content=botao_homecartoes, também é disponibilizado aos consumidores informações detalhadas sobre o produto, esclarecendo o que é o cartão de crédito consignado; as vantagens do produto; como contratar o cartão; detalhes da fatura; como realizar o pagamento das faturas; e os canais de atendimento ao cliente, com descrição dos serviços.

- b) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de fraudes encontradas no cartão de crédito consignado, sobretudo quando utilizam os dados de outra pessoa para emitir o cartão?**

O percentual de fraudes na contratação é de 0,00115% considerando o total da base de cartões de crédito consignado do período.

- c) Qual a quantidade de contratos vigentes da modalidade cartão de crédito consignado a empresa tem no Brasil?**

Tem mais de 700 mil cartões consignados.

- d) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que usam ou usaram o cartão para fazer compras de bens e serviços no comércio?**

18% considerando a base de contratos informada na letra “c”.

- e) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que faz apenas saques em dinheiro?**

2% considerando o total de contratos informados na letra “c”.

- f) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes faz o saque no momento da contratação e já recebe o valor na conta?**

8% considerando o total de contratos realizados no período.

- g) Como isso é oferecido ao consumidor? O "saque" pelo telefone, situação em que é depositada uma quantia na conta do consumidor, também é ofertado de maneira ativa? Ou seja, vocês ligam para os consumidores que já possuem o cartão de crédito consignado e oferecem esse "saque"?**

O saque em conta é oferecido ao cliente no momento da contratação e mediante solicitação nas agências da CAIXA. A CAIXA não realiza contato ativo para oferta de saque.

- h) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que pagam integralmente as faturas do valor remanescente do desconto em folha de pagamento?**

51% considerando a base de contratos com saldo a pagar.

- i) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que fazem uso apenas de saque em dinheiro pagam integralmente a fatura de valor remanescente?**

5% considerando a base de contratos que efetuaram saque.

- j) Qual o prazo para emissão do cartão após a contratação?**

O cartão é emitido em até 08 dias úteis após a contratação.

- k) Quais os mecanismos de verificação do recebimento do cartão pelos contratantes de cartão de crédito consignado?**

A CAIXA possui rotina diária de acompanhamento do envio e do recebimento dos cartões por meio de arquivo retorno dos correios. Os cartões não entregues são destruídos independente do motivo de devolução. Caso o motivo da devolução seja endereço incorreto ou incompleto, há tentativa de obtenção dos dados corretos para emissão de nova via. Para os demais motivos, uma segunda via poderá ser solicitada pelo cliente via central de atendimento ou agência CAIXA.

Adicionalmente informamos que os cartões são enviados bloqueados e que para a utilização os clientes deverão desbloquear o cartão via App de Cartões ou Central de Atendimento, sendo que em ambos os canais é necessário o cliente informar corretamente os seus dados.

- l) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de cartões desbloqueados para uso?**

34% considerando o total de contratos realizados no período.

- m) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento do cartão?**

16% considerando a base de reclamações registradas no ano de 2019 nos canais SAC, Ouvidoria, Bacen e Procon.

ASSUNTO	jun/19	jul/19	ago/19	set/19	out/19	nov/19	dez/19	Média
Emissão e Envio de Cartão	5	5	9	6	16	8	9	10
%	25%	23%	13%	10%	20%	10%	13%	16%
Total de Reclamações	20	22	71	63	79	84	72	59

- n) Em caso de não recebimento do cartão, qual o prazo para seu cancelamento e emissão de um novo?**

Todos os cartões não entregues são destruídos por empresa contratada pela CAIXA e automaticamente cancelados. Caso o motivo da devolução seja endereço incorreto ou incompleto,

é realizada tentativa de obtenção dos dados corretos para envio de novo cartão. Para os demais motivos, uma segunda via poderá ser solicitada pelo cliente via central de atendimento ou agência CAIXA.

- o) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que faz a opção de recebimento da fatura por e-mail?**

Em 2019 as faturas dos cartões de crédito consignado eram disponibilizadas somente no formato digital (e-mail, aplicativos CAIXA e Internet Banking CAIXA).

- p) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento a fatura?**

5% considerando a base de reclamações registradas no ano de 2019 nos canais SAC, Ouvidoria, Bacen e Procon.

ASSUNTO	jun/19	jul/19	ago/19	set/19	out/19	nov/19	dez/19	Média
Não Recebimento da Fatura	1	0	5	5	3	5	2	3
%	5%	0%	7%	8%	4%	6%	3%	5%
Total de Reclamações	20	22	71	63	79	84	72	59

- q) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que apresentou reclamações sobre lançamentos indevidos na fatura do cartão?**

5% considerando a base de reclamações registradas no ano de 2019 nos canais SAC, Ouvidoria, Bacen e Procon.

ASSUNTO	jun/19	jul/19	ago/19	set/19	out/19	nov/19	dez/19	Média
Desconto em folha não reconhecido	0	1	0	1	5	12	7	3
%	0%	5%	0%	2%	6%	14%	10%	5%
Total de reclamações	20	22	71	63	79	84	72	59

- r) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que realizou novo saque após o primeiro?**

0,034% considerando total de contratos com mais de 1 saque dividido pelo total de contratos novos.

- s) Qual a média de novos saques efetuados pelos contratantes de cartão de crédito consignado?**

A média de novos saques efetuados é 1, considerando como base o total de contratos que teve mais de um saque no período.

- t) Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que solicitou o cancelamento do cartão?**

1,02% dos clientes solicitaram o cancelamento do cartão.

- u) Outras informações que considerar relevantes sobre o tema.**

Na CAIXA o cartão de crédito consignado, denominado Cartão CAIXA Simples, iniciou a comercialização em abril de 2019, como piloto, com expansão nacional no mês seguinte.

Desde o início do projeto a CAIXA disponibilizou equipe dedicada para acompanhar o desenvolvimento, a implantação e o desempenho do produto, promovendo, sempre que identificado, ajustes nos processos e alinhamentos com as áreas internas e externas envolvidas, especialmente com a rede de atendimento.

Até o presente momento o Cartão CAIXA Simples é disponibilizado apenas para os beneficiários do INSS, com previsão de ampliação, ainda em 2020, para outras convenientes.

Ao longo da comercialização do produto a CAIXA ampliou os canais de contratação e realizou melhorias no produto e nos processos vinculados, a fim de proporcionar aos clientes e aos envolvidos uma melhor experiência com o produto.

Alterações na legislação referente ao produto cartão de crédito consignado são acompanhadas de forma sistemática pela empresa de modo a se adequar as novas regras estipuladas pelos órgãos federais.

Em virtude das informações disponibilizadas neste ofício serem sigilosas, conforme Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, solicitamos que os dados disponibilizados neste documento sejam utilizados apenas por essa Senacon, não compartilhando as informações com outras instituições ou divulgando publicamente citando o nome da CAIXA.

À disposição para mais esclarecimentos caso necessário.

Respeitosamente,

LUIZ FERNANDO
FEITOSA:66997151191

Assinado de forma digital por LUIZ
FERNANDO FEITOSA:66997151191
Dados: 2020.03.20 18:37:34 -03'00'

LUIZ FERNANDO FEITOSA

Gerente Nacional

GN Estratégia de Produtos de Cartão

RENATA BOMILCAR
RIBEIRO DA
SILVA:29265422831

Assinado de forma digital por
RENATA BOMILCAR RIBEIRO DA
SILVA:29265422831
Dados: 2020.03.20 18:50:16 -03'00'

RENATA BOMILCAR RIBEIRO DA SILVA

Superintendente Nacional

SN Cartões e Pagamentos

Grau de Sigilo
#PÚBLICO

Nome do cliente

Nº Benefício do INSS ou matrícula

Valor Benefício ou Renda
R\$

CPF

Nome da Conveniente

CNPJ

Conta de crédito do benefício

Banco

Agência

DV

Número Conta

DV

Bandeira: ELO ☒

Vencimento das faturas: 7

Quantidade de parcelas da tarifa
de emissão (1 a 3):**AUTORIZAÇÃO DE ANÁLISE E EMISSÃO CARTÃO DE CRÉDITO****Autorizo análise e emissão do cartão de crédito CAIXA Simples:** ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente que a aprovação da proposta do CARTÃO está sujeita à análise da CAIXA.

Agência ou PA responsável pela
contrataçãoCCA responsável pela
contratação

CPF do vendedor

DECLARAÇÕES

Ciente da responsabilidade criminal prevista no artigo 299 do Código Penal, declaro que as informações prestadas são a expressão da verdade e que autorizo a emissão do Cartão de Crédito CAIXA Simples com limite de crédito adequado à minha renda.

Declaro que estou de acordo com o recebimento da fatura via e-mail e de mensagens SMS relativas às movimentações realizadas.

Declaro que recebi, li e concordo com os termos constantes no “Contrato de Prestação de Serviços de Administração do Cartão De Crédito CAIXA Simples (Consignado) – Pessoa Física”.

Declaro estar ciente que o limite concedido está condicionado à análise de risco da CAIXA e de autorização INSS.

Esta proposta é vinculada ao Contrato de Prestação de Serviços de Administração do Cartão de Crédito CAIXA Simples (Consignado), registrado no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Brasília – Distrito Federal, o qual entrará em vigor na data de assinatura da presente solicitação ou por outra forma prevista em contrato.

AUTORIZAÇÕES

Autorizo que se promova a constituição da margem consignável (RMC) de até 5% do valor mensal do meu benefício previdenciário em favor da instituição financeira consignatária, para operações com o cartão de crédito consignado conforme previsão legal contida no artigo 6º da Lei nº 10.820/03 e no inciso VI do artigo 154 do Decreto nº 3.048/99.

Autorizo nos termos da resolução BACEN Nº 3.658, de 17/12/2008, a CAIXA, a consultar as informações consolidadas, relativas à minha pessoa, constantes do Sistema Central de Risco de Crédito BACEN. Autorizo, ainda, a CAIXA a fornecer informações sobre as operações de crédito com ela realizadas, no sentido de compor o cadastro do já citado Sistema. Os presentes dados são verdadeiros e visam a facilitar os processos de negociação e transações comerciais, pela antecipação de informações a meu respeito.

Autorizo a CAIXA a utilizar minha conta corrente para eventuais débitos inerentes ao meu Cartão.

AUTORIZAÇÃO PARA CONVERSÃO DE LIMITE EM CRÉDITO EM CONTA

Autorizo a conversão do limite de meu Cartão CAIXA Simples em crédito em conta: ☐ Sim ☐ Não

A autorização é em caráter irrevogável e irretratável e permite a transferência do valor referente a 95% do limite disponível no Cartão de Crédito CAIXA Simples (Consignado), para a conta corrente de minha titularidade abaixo indicada:

Conta corrente a ser creditada (titular do benefício)

Banco	Agência	DV	Número Conta	DV

Declaro que tomei conhecimento prévio do custo efetivo total (CET) desse saque à vista, do qual concordo e ratifico por meio do presente documento

CET Saque:	
------------	--

_____, ____ de ____ de ____
Local/data

Assinatura do Cliente

Testemunhas

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

Para Uso da CAIXA

As informações prestadas pelo cliente conferem com os documentos apresentados

Data	Assinatura/matrícula do empregado	Assinatura/matrícula do gerente
/ /		

Central de Atendimento: CARTÃO CAIXA SIMPLES:

4004 9009 (capitais e regiões metropolitanas) 0800 940 9009 (demais localidades)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 882 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

APP Cartões CAIXA: Google Play e Apple Store
caixa.gov.br

Em cumprimento à sentença judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 106890-28.2015.4.01.3700, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, proposta pela Defensoria Pública da União

Nome do cliente

Nº Benefício do INSS

CPF



"Contratei um Cartão de Crédito Consignado";
"Fui informado que a realização de saque mediante a utilização do meu limite do Cartão de Crédito Consignado ensejará a incidência de encargos e que o valor do saque, acrescido destes encargos, constará na minha próxima fatura do cartão";

"A diferença entre o valor pago mediante consignação (desconto realizado diretamente na remuneração/benefício) e o total da fatura poderá ser paga por meio da minha fatura mensal, o que é recomendado pela CAIXA, já que, caso a fatura não seja integralmente paga até a data de vencimento, incidirão encargos sobre o valor devido, conforme previsto na fatura";

"Declaro ainda saber que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores";

"Estou ciente de que a taxa de juros do cartão de crédito consignado é inferior à taxa de juros do cartão de crédito convencional";

"Sendo utilizado o limite parcial ou total de meu cartão de crédito, para saques ou compras, em uma única transação, o saldo devedor do cartão será liquidado ao final de até sessenta e dois meses, contados a partir da data do primeiro desconto em folha, desde que:

1. eu não realize outras transações de qualquer natureza, durante todo o período de amortização projetado a partir da última utilização;
2. não ocorra a redução/perda da minha margem consignável de cartão;
3. os descontos através da consignação ocorram mensalmente, sem interrupção até o total da dívida;
4. eu não realize qualquer pagamento espontâneo via fatura; e
5. não haja alteração da taxa dos juros remuneratórios";

Local/data _____, _____ de _____ de _____

Assinatura do Beneficiário

Testemunhas

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

Para tirar dúvidas acerca do contrato ora firmado, inclusive sobre informações presentes neste Termo de Consentimento, o cliente poderá entrar em contato gratuitamente com a
Central de Atendimento: CARTÃO CAIXA SIMPLES: 4004 9009 (capitais e regiões metropolitanas) 0800 940 9009 (demais localidades) - **Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala:** 0800 882 2492 - **Ouvidoria:** 0800 725 7474

APP Cartões CAIXA: Google Play e Apple Store

caixa.gov.br

Ao

Ilustríssimo Senhor Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor

Processo nº 08012.000403/2020-83

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA, instituição financeira sob a forma de Empresa Pública, de natureza jurídica de Direito Privado, regida pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, e com Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, com endereço no SBS QUADRA 4 LT 3/4, MATRIZ I, nesta Capital, vem expor e requerer:

Em virtude do levantamento dos dados solicitados através da Notificação nº 17/2020/CGEMM/DPDC/SENACon pela área de Cartão de Crédito Consignado da CAIXA, requeremos dilação do prazo por mais 10 (dez) dias para apresentação dos esclarecimentos solicitados.

Renovados os votos de elevada estima, permanecemos à disposição.

Brasília/DF, 16 de março de 2020.

Mario Augusto M. de Menezes Jr.

OAB/RJ 149.189

Advogado - CAIXA

MARIO AUGUSTO
MURIAS DE MENEZES
JUNIOR:05539906756

Assinado de forma digital por
MARIO AUGUSTO MURIAS DE
MENEZES JUNIOR:05539906756
Dados: 2020.03.17 14:11:27
-03'00'



11533147



08012.000403/2020-83



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Coordenação Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

Nota Técnica n.º 28/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ

PROCESSO Nº 08012.000403/2020-83

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de estudo técnico a respeito do cartão de crédito consignado e dos problemas envolvendo a oferta e comercialização de tal produto. Este tema foi iniciado a partir de solicitação da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais – Condege – e, também, citado como problema recorrente pelos Procons na 1ª Reunião dos Procons Estaduais de 2020.

1.2. Destacamos quatro possíveis distorções no mercado que pretendemos abordar nesta nota técnica, quais sejam:

- I - o desvirtuamento do cartão de crédito consignado de maneira a ferir regras que fixam a margem de empréstimos consignados;
- II - a possibilidade de realização do “saque” mesmo sem o envio do cartão e sem o seu desbloqueio, além de poder ser realizada a contratação pelo telefone, com posterior crédito em conta do valor;
- III - a oferta excessiva, abusiva e por meio de telefone; e
- IV - a ausência de informações adequadas e claras na oferta do crédito e também no próprio contrato de saque complementar, em especial sobre o modo de pagamento, quantidade de parcelas, taxas de juros efetivas e previsão de término dos descontos da reserva de margem consignável (RMC).

1.3. A partir das distorções observadas, foi realizada, em 18 de fevereiro de 2020, a 1ª Reunião com representantes da ProconsBrasil, do Condege, da Federação Nacional dos Bancos – Febraban, da Associação Brasileira dos Bancos – ABBC, do Banco BMG, além de representantes desta

Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon, para apresentação da percepção e experiência dos Procons e das Defensorias aos representantes dos bancos, assim como a Febraban e a ABBC apresentaram as funcionalidades do produto e como ele vem sendo utilizado. Pelo Condege foi apresentado relatório detalhado das reclamações formuladas perante as Defensorias Públicas dos estados sobre o produto “cartão de crédito com reserva de margem consignável”.

1.4. Ao final da 1ª Reunião, a Senacon comprometeu-se a elaborar Nota Técnica no Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor com os membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor detalhando os problemas envolvendo o cartão de crédito consignado, até o dia 17 de março de 2020, quando ocorreria a próxima reunião, na sede da Febraban, em São Paulo.

1.5. Na sequência, a Senacon enviou notificações a dez bancos que comercializam o produto e para a própria Febraban e ABBC, solicitando informações a respeito da oferta e do uso do cartão de crédito consignado.

1.6. No dia 09 de março de 2020, a pedido da Febraban foi realizada nova reunião com os bancos. Nessa oportunidade, foi solicitado pelas instituições financeiras que fosse postergada a apresentação da Nota Técnica da Senacon com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, a fim de os bancos pudessem apresentar “Medidas de Aperfeiçoamento” do produto “cartão consignado”, na reunião do dia 17 de março de 2020. O pedido foi aceito.

1.7. Na 2ª Reunião, datada de 17 de março de 2020, foram apresentadas pela Febraban as “Medidas de Aperfeiçoamento” e pontos identificados como críticos que deveriam ser submetidos à autorregulação: a) envio obrigatório de faturas aos clientes em meio físico ou eletrônicos; b) envio obrigatório do cartão de crédito plásticos; c) utilização do termo de consentimento esclarecido; d) envio, no ato da contratação, de cartilha com a explicação sobre o produto; e) limitação de prazo previsto para liquidação do saldo, conforme o praticado no Empréstimo Consignado; f) amortização de valor constantes; g) inclusão exemplificada gráfica do cartão em todos os formulários do produto; h) envio de SMS, *push*, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, contendo a informação do envio da fatura; i) campanha de divulgação; j) reforço quanto ao uso dos canais de atendimento para desbloqueio dos cartões e consulta da fatura em meio eletrônico.

1.8. Além desta introdução, o presente estudo terá outras seis seções. Na primeira serão abordados os aspectos regulatórios, a finalidade e os pontos positivos e negativos de alguns produtos financeiros. Na segunda seção serão analisadas as respostas das notificações enviadas. Na terceira analisaremos os dados da plataforma Consumidor.gov.br. Na quarta serão discutidas as possíveis distorções no mercado, utilizando as informações obtidas através das notificações e dos dados do Consumidor.gov.br. Na seguinte, serão analisadas as propostas da ABBC e da Febraban. E, por último, serão apresentadas as conclusões e sugestões de medidas que possam trazer mais eficiência para os consumidores.

2. ASPECTOS REGULATÓRIOS E FINALIDADE

Cartão de crédito

2.1. Segundo Waldirio Bulgarelli (1995)^[1], citado por De Souza (2013)^[2], o cartão de crédito é:

(...) “um negócio jurídico com várias facetas. Integrado por vários contratos que se desdobram entre os componentes do negócio, unifica-se pela finalidade proposta: permitir que o consumidor adquira de imediato, em determinados estabelecimentos comerciais ou de serviços, os bens e serviços de que necessita”

2.2. De acordo com De Souza (2013), o uso do cartão cresce em razão da segurança que oferece para o consumidor e para o fornecedor, além de permitir ao consumidor satisfazer sua necessidade de adquirir um bem, ou contratar um serviço, no momento em que ele desejar. Isso ocorre, pois, o crédito já é pré-aprovado e não há a necessidade de realizar cadastro para efetuar a compra, mesmo a prazo, tornando mais dinâmico o mercado de crédito.

2.3. Seu funcionamento se dá em uma série de relacionamentos interligados. A administradora do cartão permite que o consumidor pague suas contas em diversos estabelecimentos, dado um limite de crédito definido no contrato, sendo que este crédito será pago por meio de fatura mensal aos bancos emissores do cartão. Por sua vez, os estabelecimentos recebem dessa administradora os valores prometidos independentemente do pagamento da fatura mensal pelo consumidor. Os bancos emissores são responsáveis por remunerar as administradoras de cartão de crédito. Ou seja, são quatro agentes se inter-relacionando para o funcionamento do produto^[3].

2.4. Sendo assim, os consumidores possuem um limite de crédito, liberado pelo banco, para realizar compras que só serão efetivamente pagas pelo consumidor na fatura seguinte, sem a incidência de juros. Ele pode optar por não pagar o valor total da fatura, iniciando outro tipo de crédito, o rotativo. Neste, sim, incide juros e o valor pode ser pago em uma única parcela na fatura seguinte, ou o pagamento é negociado com o banco em várias parcelas.

2.5. Por meio da Resolução CMN nº 4.655 de 26 de abril de 2018, o valor para o pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito é definido pela instituição financeira. E, de acordo com a Resolução CMN nº 4.549 de 26 de janeiro de 2017, a efetivação do pagamento mínimo só pode ser utilizada uma única vez pelo consumidor.

2.6. Também é facultado o saque do limite de crédito, com o pagamento de uma taxa. No entanto, o foco principal do produto é a sua utilização como meio de pagamento nos mais diversos estabelecimentos, dando a possibilidade de parcelamento sem que seja necessário apresentar garantias àquele estabelecimento.

2.7. O cartão de crédito é um contrato de prestação de serviços, de acordo com o art. 3º, parágrafo 2º do Código de Defesa do Consumidor – CDC, e ao mesmo tempo também é um contrato de adesão, conforme o art. 54

deste mesmo código, pois as cláusulas são estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor.

2.8. Em adição, vale frisar que as instituições financeiras emissoras de cartões de crédito são reguladas pelo CMN – Conselho Monetário Nacional e supervisionadas pelo BCB – Banco Central do Brasil.

2.9. Neste mercado, a Resolução CMN nº 3.919 de 25 de novembro de 2010 padroniza a cobrança de tarifas sobre cartões de crédito definindo cinco possíveis: 1) anuidade, 2) emissão de 2ª via do cartão, 3) retirada em espécie na função saque, 4) uso do cartão para pagamento de contas e 5) no caso de pedido de avaliação emergencial do limite de crédito.

2.10. Simultaneamente, a Circular BCB nº 3.512/2010 de 25 de novembro de 2010 definiu no art. 1º, §1º que o pagamento mínimo da fatura mensal não poderia ser inferior a 15% do valor total da fatura. Contudo, com a Circular BCB nº 3.892, de 26 de abril de 2018, o Banco Central revogou tal dispositivo.

2.11. Em 2011, o entendimento do BCB era de que **o produto de cartão de crédito consignado seria equiparado às operações de empréstimo consignado a fim de desestimular as operações de financiamento com prazos longos**^[4].

2.12. Analisando o produto cartão de crédito, pode-se destacar como pontos positivos: possibilidade de compra por produto/serviço e realizar o pagamento de forma parcelada, possibilidade de participar de programas de pontuação que possibilitam desconto na compra de outros produtos/serviços, benefícios como seguro viagem, serviço de *consierge* para alguns modelos; além da possibilidade de ser um instrumento para controle de gastos. Em contrapartida, a cobrança de anuidade e a cobrança de juros de financiamento ser um dos mais altos do mercado figuram entre os pontos negativos.

Empréstimo Consignado

2.13. O empréstimo consignado é uma modalidade de crédito como um empréstimo comum, no entanto, o seu pagamento é feito por desconto das prestações diretamente na folha de pagamento do consumidor.

2.14. Nesse sentido, o empréstimo consignado pode ser concedido por instituições financeiras a profissionais contratados com carteira assinada, funcionários públicos e beneficiários do INSS e possui limites relacionados ao tamanho da amortização no contracheque do consumidor. O contrato deve ser realizado com o conhecimento da taxa de juros, do valor da parcela e da quantidade de parcelas.

2.15. A principal finalidade do produto é fornecer ao consumidor um crédito em sua conta, disponível para que ele possa utilizar da maneira que lhe for mais conveniente, seja como uma forma de financiar a compra de produtos e serviços, seja para pagar outras contas com juros mais elevados.

2.16. Especificamente sobre empréstimo consignado, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento. Há também a Lei nº 13.172, de 21 de

outubro de 2015, que estabeleceu o limite máximo de amortização (margem consignável) em 35% no salário e/ou benefício dos empregados/aposentados (30% para empréstimos e 5% para utilização do cartão de crédito – amortização de despesas e saques).

2.17. No âmbito da utilização do produto pelos aposentados, o INSS emitiu a Instrução Normativa INSS nº 28 de 16 de maio de 2008 que em seus artigos nº 13 e 16 define as condições para a contratação do crédito consignado e cartão de crédito consignado, respectivamente. Mais recentemente, com a Instrução Normativa INSS nº 106 de 18 de março de 2020, houve a redução do teto máximo de juros do empréstimo consignado para 1,80% a.m. e para 2,70% a.m. para o cartão consignado. Essa IN também prolongou o prazo para quitação da dívida para 84 (oitenta e quatro) meses^[5].

2.18. Para os servidores públicos, o Decreto nº 8.690, de 11 de março de 2016, define que é competência do Ministro de Estado de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão definir o limite das taxas de juros cobradas nos financiamentos consignados conforme inciso II, do § 3º do art. 4º. Nesse sentido, a Portaria MPOG nº 308, de 28 de setembro de 2017, estabeleceu que as taxas de juros praticadas nas operações de empréstimos descritas nos incisos VIII, IX e X do caput do art. 4º do Decreto nº 8.690, de 11 de março de 2016, não poderão ser superiores a 2,05% ao mês.

2.19. Com relação ao empréstimo consignado puro, é importante adicionar que se trata do segmento de financiamento que possui um dos menores juros, além de estar disponível aos consumidores mesmo que estejam com alguma restrição nos órgãos denominados '*Bureaus de Crédito*' devido a amortização do empréstimo ocorrer com desconto direto no contracheque do contratante. Em razão desta facilidade, há ponto importante e negativo que precisa ser evidenciado, uma vez que ao consumidor não é facultada a possibilidade de gerenciar o pagamento.

Cartão de crédito com margem consignável (cartão consignado)

2.20. O cartão de crédito consignado também é oferecido aos servidores públicos, empregados com carteira assinada e aposentados pelo INSS. É uma combinação do cartão de crédito simples com o empréstimo consignado, possibilitando ao contribuinte a realização de compras a prazo ou o saque do limite de crédito. O pagamento das faturas é realizado automaticamente por meio de desconto na folha de pagamento seguinte do valor **mínimo estabelecido**. O valor remanescente é pago por meio de fatura disponibilizada ao consumidor posteriormente.

2.21. O limite do cartão de crédito consignado varia entre as instituições financeiras que utilizam como base ou o salário bruto do consumidor ou o valor da margem consignável como parâmetro. O valor mínimo do pagamento também é definido pelos bancos.

2.22. Pode-se destacar que a principal finalidade do produto se assemelha ao foco do cartão de crédito convencional. Ou seja, ele é geralmente utilizado como meio de pagamento em diversas lojas, possibilitando parcelar a compra de produtos e serviços sem a necessidade de

dar garantias àquele estabelecimento, pois essas garantias já foram dadas ao banco e à administradora de cartões.

2.23. Em 2011, a Circular 3.549/11 de 18 de julho indicou o entendimento do BCB de que o produto de cartão de crédito consignado equiparava-se às operações de empréstimo consignado a fim de desestimular as operações de financiamento com prazos longos, então, passou a ser aplicado o fator de ponderação de risco (FPR) de 150% de exposição a operações de cartão consignado, determinando até 36 meses para a liquidação da dívida por meio dos descontos consignados^[6]. Contudo, essa circular foi revogada pela Circular BCB nº 3.892, de 26 de abril de 2018.

2.24. No artigo 5º do Decreto nº 8.690, de 11 de março de 2016, há definição de que a soma mensal das consignações não poderá exceder 35% da remuneração do solicitante, sendo que destes, 5% é destinado para a amortização de despesas contraídas por meio do cartão de crédito e a utilização com a finalidade de saque também por meio do cartão de crédito. O uso do cartão para o saque também é expresso na Lei nº 10.820.

2.25. Pode-se destacar que tal produto possui os pontos positivos do cartão de crédito em relação ao saque, compra parcelada e controle de gastos, além da possibilidade de contratação pelos consumidores que estejam com restrição de crédito. Com relação a esse ponto, há impossibilidade de gerenciar o pagamento do empréstimo. Soma-se a este ponto negativo a taxa de juros cobrada, uma vez que é maior do que no empréstimo consignado convencional.

3. RESPOSTAS DAS NOTIFICAÇÕES ENVIADAS

3.1. Com objetivo de colher informações acerca do funcionamento do produto cartão de crédito consignado, foram emitidas notificações para 10 (dez) bancos que ofertam tal produto, bem como para a Febraban e para a ABBC. A intenção central foi entender como o produto é ofertado para o consumidor e como o consumidor o utiliza.

3.2. De forma proativa, todos os bancos responderam, além das entidades representativas.

3.3. Para os bancos, foi preparado um questionário bem completo, com 21 perguntas^[7], sendo que a maioria delas procuravam esclarecer questões mais operacionais e objetivas. De todo modo, havia uma questão mais aberta para que as empresas acrescentassem o que entendessem relevante.

3.4. Já para a Febraban e a ABBC, o questionário foi menos operacional e mais voltado ao funcionamento do produto. Dessa forma, foram abordadas, dentre as 6 (seis) perguntas, questões sobre a autorregulação e as normas utilizadas para balizar a atuação de seus membros. Também foi feita uma questão aberta para possibilitar às entidades a inclusão de outras informações relevantes que entendessem necessárias.

3.5. Devido ao volume de questionamentos e de respostas recebidas, a análise realizada nesta seção será feita de maneira mais aberta, não necessariamente na ordem dos questionamentos. Assim, utilizando o

método exploratório na análise das informações, daremos enfoque essencialmente aos padrões que pudemos observar no comportamento das empresas e consumidores em geral.

3.6. De acordo com a FEBRABAN, 12 instituições financeiras associadas oferecem o produto cartão de crédito mediante consignação: Banco do Brasil, Banrisul, BMG, Bradesco, Caixa, Cetelem, Daycoval, Inter, Mercantil, Olé, Pan e Paraná Banco. Já a ABBC, reportou que possui 7 associadas na mesma condição, sendo 6 (seis) delas já citadas pela FEBRABAN, restando adicionar apenas a Agibank que não constava neste universo.

3.7. A CGEMM recebeu resposta de todas as 10 instituições financeiras que receberam notificações, sem exceção, a saber: i) Banco Pan, ii) Banco Olé, iii) Banco BMG, iv) Banco Mercantil, v) Bradesco, vi) Banco Inter, vii) Banco Cetelem, viii) Banrisul, ix) Banco Daycoval e x) Caixa Econômica Federal, as quais podemos destacar os seguintes pontos:

- a) O número de fraudes reportadas ficou na média de 0,12%;
- b) 25,5% dos consumidores utilizam o cartão de crédito para as compras;
- c) Dentre os consumidores que contratam o cartão de crédito consignado, 61,8% utilizam apenas a modalidade de saque, sendo que desses, 74,5% o fazem no momento da contratação. E, de forma correlacionada desta amostra, apenas 4,5% realizam pagamento da fatura de forma integral.
- d) A instituição que mais registrou a realização de saque no momento da contratação (97,4%) é, ao mesmo tempo, aquela em que os consumidores menos realizam desbloqueio do cartão para uso de compras (29,3%);
- e) Em torno de 7% dos consumidores realizam novo saque após o primeiro, sendo que em média ocorrem até 3 novos saques;
- f) A taxa de cancelamento do cartão é baixa, 2,48% em média.
- g) Há um evidente esforço das instituições em enviar a fatura por e-mail, tendo em vista que em 2016 apenas 0,2% a 11,8% dos consumidores o recebiam e, em 2019, esse número saltou para faixa de 25% (em média).

3.8. Na tentativa de entender como as instituições financeiras estão ofertando o cartão consignado, foi questionado aos bancos a forma que as informações do produto são passadas ao consumidor e como a empresa diferencia, na oferta, o cartão de crédito consignado do empréstimo consignado.

3.9. Embora a maioria das respostas informe que o banco segue a Instrução Normativa nº 28/INSS, fato este que é o mínimo esperado pelos órgãos de defesa do consumidor em relação às condutas dos bancos, várias das respostas a este quesito trouxeram à tona o Termo de Consentimento

Esclarecido, “documento que demonstra a ciência e concordância do cliente sobre as principais condições” do contrato. Inclui com a cópia do contrato anexado, demonstrando a imagem de um cartão de crédito nos termos de contratação, conforme o convênio com o INSS aduz. Alega-se que isto demonstraria que a oferta do produto, quando realizada pessoalmente, seguiria os padrões exigidos pelo INSS. No entanto, nenhuma instituição deixou claro se é o mesmo documento utilizado para os outros consumidores que não sejam vinculados ao INSS.

3.10. Alguns bancos destacaram que não fazem a oferta do cartão consignado por telefone, somente nas suas lojas físicas ou por correspondentes bancários. Contudo, após a aquisição do cartão pelo consumidor, os bancos podem entrar em contato com o cliente ativamente para oferecer o saque do limite do cartão.

3.11. Com relação ao questionamento da quantidade de contratos vigentes de cartão consignado dessas instituições, ficou evidenciado que somadas elas contabilizaram mais de 9 milhões de consumidores utilizando este produto em 2019.

3.12. Em seguida, com objetivo de entender como o cartão consignado está sendo utilizado pelos usuários, foram elaboradas questões sobre: i) o uso para compras, ii) o uso para saque, iii) o momento que o saque é realizado, iv) a quantidade de novos saques que são feitos, v) o pagamento integral da fatura (incluindo a fatura remanescente), vi) o desbloqueio do cartão para uso, e vii) o recebimento da fatura por e-mail e o percentual de cancelamento do cartão.

3.13. Em média, apenas 25% dos consumidores utilizam, ou já utilizaram, o cartão consignado para compras, sendo que 52% do total de clientes com cartão consignado utiliza o produto estritamente para saque. Isto indica que o produto é mais procurado pela possibilidade de saque do que pela vantagem de realizar compras em diversos estabelecimentos com capacidade de parcelar. Em alguns bancos foi possível notar um incremento do percentual de consumidores que utilizam o cartão para compras de 2016 a 2019, no entanto, este não foi um padrão dentro do segmento.

3.14. Vale dizer que, dos 9 milhões de clientes desses bancos que possuem o produto, 42% realizou o “saque” no momento da contratação. Isto, na verdade, não pode ser chamado de saque, uma vez que o valor foi creditado na conta do consumidor, ou seja: houve a conversão do limite para uso do cartão em depósito em conta, principal característica dos empréstimos consignados. Com relação aos clientes que realizam saque, somente 7% em média voltam a fazer outros saques e fizeram isto novamente mais 2 vezes.

3.15. Destaca-se um número curioso que indica que apenas 49% dos usuários de cartão consignado desbloquearam seus cartões para uso. Ou seja, o consumidor não precisa desbloquear o cartão para que seja realizado o crédito do limite na sua conta, porém, não conseguirá realizar compras (finalidade do cartão).

3.16. O pagamento integral da fatura ocorre em 14% dos contratos vigentes. Vale lembrar que para o pagamento integral se dá por meio da

quitação de dois débitos: a) a efetuação do desconto automático em folha (parcela consignada) e b) pagamento da fatura enviada pelas instituições aos consumidores por via física ou por e-mail, que deve expressar o valor residual da dívida, após o pagamento da parcela consignada. Nem todos os bancos dão a opção de envio para o e-mail. No entanto, os que responderam a essa pergunta enviam a fatura desta forma para 21% dos seus clientes. Segundo os bancos, as reclamações por não envio da fatura giram em torno de 8%, percentual este que não justifica a quantidade baixa de pagamentos integrais da fatura.

3.17. Também com relação ao pagamento integral da fatura, foi feita uma pergunta específica sobre os consumidores que utilizam o cartão consignado estritamente para saque. Quando o uso tem essa característica, **somente 7,5% dos consumidores pagam integralmente a fatura.**

3.18. Com relação a fraudes, podemos observar que a ocorrência é de menos de 1% em todos os bancos e que as reclamações por lançamentos indevidos na fatura acontecem por volta de 2%. Mesmo percentual dos cancelamentos do cartão consignado.

3.19. Feita esta breve análise das respostas às notificações, passamos agora a abordar as possíveis distorções do produto e relacionar com os padrões observados nesta seção.

4. **DADOS DO CONSUMIDOR.GOV.BR**

4.1. A plataforma Consumidor.gov.br foi utilizada para fazer um levantamento de informações do ano de 2019, em busca de dados que pudessem indicar os tipos de problemas que ocorrem com o cartão de crédito consignado.

4.2. Na tabela de assuntos e problemas identificados na plataforma é possível encontrar dois assuntos que remetem aos produtos comentados acima: Crédito Consignado (para servidores públicos ou trabalhadores do setor privado); e Crédito Consignado / Cartão de Crédito Consignado / RMC (para beneficiários do INSS).

4.3. Importante destacar que a separação de temas (Crédito Consignado separado de Cartão de Crédito Consignado) ocorreu em agosto 2019, quando firmado um Acordo de Cooperação Técnica entre a Senacon e o INSS, com objetivo de possibilitar a recepção e monitoramento de reclamações dos beneficiários do RGPS no Consumidor.gov.br. Antes disso, os temas estavam sendo tratados de forma conjunta, como Crédito Consignado, item listado na plataforma desde o seu lançamento em 2014.

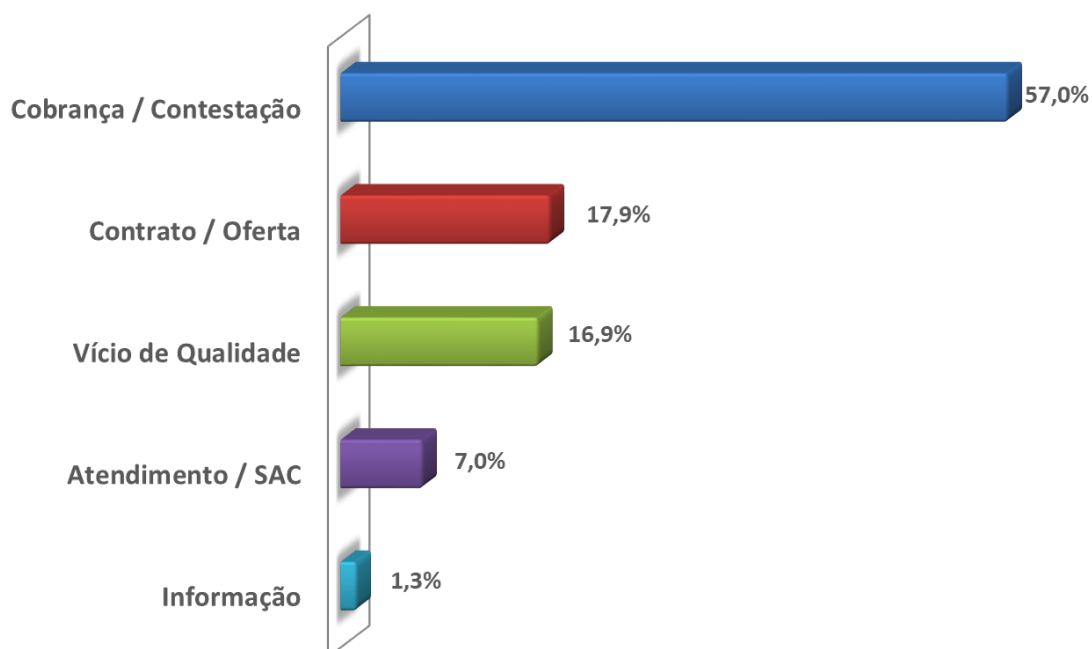
4.4. Com apenas cinco meses, o assunto que leva em conta o cartão de crédito consignado teve praticamente o mesmo número de reclamações que aquele que trata do crédito consignado em geral:

Assunto	Quantidade	Participação
Crédito Consignado (para servidores públicos ou trabalhadores do setor privado)	9.217	50,20%
Crédito Consignado / Cartão de Crédito Consignado / RMC	9.133	49,80%

(para beneficiários do INSS)	5.135	27,99%
Total	18.350	100,00%

4.5. A criação deste assunto foi muito importante para a análise dos problemas identificados pela Senacon. No entanto, ainda não conseguimos separar detalhadamente o que é problema específico do cartão consignado, pois dentro do mesmo tema os consumidores também estão incluídas reclamações sobre o crédito consignado dos beneficiários do INSS.

4.6. Ao fazermos o levantamento dos principais problemas agrupados do assunto Crédito Consignado / Cartão de Crédito Consignado / RMC (para beneficiários do INSS), observamos que o segundo maior grupo de problemas é Contrato/O oferta, mostrando que as instituições são bastante demandadas com relação a isto. Além disso, problemas relacionados a Cobrança/Contestação também podem estar relacionados a uma falha de comunicação na oferta:



4.7. Ao detalharmos os problemas, percebemos que os dois primeiros são do grupo problema Cobrança/Contestação, no entanto, há indícios que ambos podem ter início em razão da ausência de informação adequada no momento da contratação do produto:

Problema	Quantidade	Participação
Dificuldade para obter boleto de quitação ou informações acerca de cálculos, pagamentos, saldo devedor	1.863	20,40%
Cobrança por serviço/produto não contratado / não reconhecido / não solicitado	1.585	17,40%
Não entrega do contrato ou documentação relacionada ao serviço	1.299	14,20%
Portabilidade não efetivada	1.070	11,70%
Cobrança indevida / abusiva para alterar ou cancelar o contrato	510	5,60%
Cálculo de juros, saldo devedor (contestação, solicitação de histórico, dúvidas)	350	3,80%

Margem consignável - bloqueio/ contestação	284	3,10%
Cartão não solicitado - Envio ou cobrança	218	2,40%
Não envio / atraso do boleto ou fatura / dificuldade com o pagamento	186	2,00%
SAC - Dificuldade para cancelar o serviço	183	2,00%
Demais problemas	1.585	17,40%
Total	9.133	100,00%

5. ANÁLISE DAS POSSÍVEIS DISTORÇÕES DO PRODUTO

5.1. Esta seção tem como objetivo fazer uma análise das possíveis distorções na oferta e funcionamento do produto à luz das respostas às notificações encaminhadas às instituições financeiras e às entidades representantes dos bancos.

5.2. A primeira possível distorção que iremos analisar refere-se ao desvirtuamento do cartão de crédito consignado de maneira a transgredir regras que fixam a margem de empréstimos consignados.

Desvirtuamento do cartão de crédito consignado

5.3. Conforme vimos, a Lei nº 13.172, de 21 de outubro de 2015, estabeleceu o limite máximo de amortização (margem consignável) em 35% no salário e/ou benefício dos empregados/aposentados, sendo 30% para empréstimos e 5% para utilização do cartão de crédito consignado.

5.4. Essa margem consignável é referente ao maior valor de parcela que pode ser descontado na folha de pagamento do consumidor, ou seja, o máximo que o pagamento do empréstimo pode comprometer a sua renda salarial. Tendo sido estipulado justamente para não permitir que as parcelas chegassem a um montante que pudesse compromissar grande parte do seu salário antes de recebê-lo, tirando sua autonomia para o pagamento das demais contas.

5.5. Sendo assim, os profissionais contratados com carteira assinada, funcionários públicos e beneficiários do INSS, poderiam comprometer no máximo 35% da sua renda com créditos descontados diretamente na sua folha de pagamento, tendo o restante do valor disponível para outras contas. No entanto, o valor do crédito pode ser bem maior que os 35% e ele é definido pelo banco na análise de risco, ou seja, a parcela do pagamento é que não pode ultrapassar esse limite.

5.6. Com relação ao empréstimo consignado, fica bem claro que a parcela total não pode ultrapassar os 30%, no entanto, no cartão consignado, os 5% são referentes ao mínimo de pagamento da fatura, restando ao consumidor uma parcela remanescente, ou seja, uma parcela acima dos 35% estipulados em Lei. Portanto, além daquele valor mínimo automaticamente descontado, o consumidor tem que pagar a fatura remanescente, senão, estará sujeito ao pagamento de juros sobre o montante não pago, podendo pagar tudo de uma vez na fatura seguinte, ou parcelar o restante.

5.7. Pelas respostas das empresas, verificamos que em média 42% dos clientes realizam o saque do limite de crédito no momento da contratação do cartão consignado, em alguns bancos esse percentual fica

acima dos 80%. Ou seja, a finalidade do cartão consignado que deveria ser de o consumidor poder realizar compras com possibilidade de parcelar sem a necessidade de dar garantias a todos os estabelecimentos, passa a ser secundária para esses clientes, tendo em vista que eles já não terão mais limite para compras.

5.8. De fato, a finalidade na prática é o crédito do valor na conta do consumidor. Embora esta funcionalidade seja garantida por lei, não se vislumbra que seja a principal utilidade. Outros dados que demonstram essa evidência: **52% dos usuários deste produto apenas o utilizam para saque e 49% nem desbloqueiam o cartão depois de recebê-lo.**

5.9. A consequência disto é que no mês seguinte ao da contratação do cartão consignado, além dos 35% da margem comprometida em folha^[8], o consumidor ainda terá uma parcela remanescente para pagar. Dessa forma, como a finalidade do cartão foi subvertida, passando a ser verdadeiramente idêntica à do empréstimo consignado, o que temos é um aumento do seu limite para empréstimo consignado de 30 para 35%, sem contar ainda a parcela remanescente, ultrapassando, então, o que foi determinado por lei.

5.10. Assim, dentro dos limites legais, existe a possibilidade de ter um crédito na sua conta de um valor que irá gerar uma parcela maior do que os 35% apontados pela Lei nº 13.172. Logo, nem os consumidores nem as instituições estão infringindo a Lei, porém o produto pode ser usado de forma a violar as regras que fixam as margens de empréstimo consignado.

5.11. Além disto, de acordo com o art. 1º da Resolução 3.694, de 2009 do Banco Central, os bancos devem adequar os “produtos e serviços ofertados ou recomendados às necessidades, interesses e objetivos dos clientes”. Caso o objetivo seja o crédito em conta, o cartão consignado não é, definitivamente, o produto indicado, mesmo que o consumidor tenha os outros 30% de margem já utilizados.

5.12. Soma-se a este problema, o fato dos usuários do cartão consignado, em sua grande maioria, não pagarem o valor integral da fatura. De acordo com as respostas das empresas, podemos observar que o pagamento integral da fatura, ou seja, o valor descontado na folha, mais o valor remanescente, aconteceu, em média, somente em 14% dos contratos vigentes em 2019. Isto significa que 86% dos consumidores não pagaram o valor total da fatura. Tal dado evidencia que a informação da fatura remanescente não é informada adequadamente pelas empresas - ou não é bem entendida pelos consumidores - ou, ainda, que a parcela total está acima da capacidade de pagamento do consumidor, o que reforça a primeira premissa.

5.13. Esta situação é ainda mais grave com relação aos consumidores que utilizam o cartão consignado estritamente para saque. Nesse caso, vale observar: somente 7,5% das pessoas fazem o pagamento integral da fatura. Segundo informações da Febraban e da ABBC, caso o consumidor não volte a utilizar o cartão, a dívida é quitada em 72 meses. No entanto, essa informação não é clara para o consumidor e, caso ele utilize o cartão novamente dentro deste prazo sem pagar a fatura total, esta dívida pode se tornar de prazo

indeterminado.

5.14. Com relação ao pagamento exclusivamente do valor mínimo da fatura, é importante lembrar que em 2017 na Resolução nº 4.549, o Banco Central, preocupado com o crescimento do superendividamento, vedou o uso do rotativo de maneira consecutiva pelos consumidores:

Art. 1º O saldo devedor da fatura de cartão de crédito e de demais instrumentos de pagamento pós-pagos, quando não liquidado integralmente no vencimento, somente pode ser objeto de financiamento na modalidade de crédito rotativo até o vencimento da fatura subsequente.

5.15. No entanto, no art. 4º desta resolução, foram excluídos os contratos cujos pagamentos sejam realizados mediante consignação em folha. Desse modo, continua sendo permitido que o usuário do cartão consignado pague somente o mínimo da fatura por vários meses consecutivos. Embora os juros do cartão consignado sejam bem menores que os do cartão de crédito convencional, essa prática também é danosa aos consumidores desse produto.

5.16. Neste caso, o próprio regulador trata o cartão de crédito consignado como um produto diferente do cartão de crédito e o aproxima do modo de operação do empréstimo consignado.

“Saque” mesmo sem o envio do cartão e sem o seu desbloqueio

5.17. Conforme informado pelas empresas, 42% dos consumidores realizaram o saque no momento da contratação do cartão consignado, o que quer dizer que não estavam em posse do cartão ao tempo em que foi creditado em suas contas o limite. Além disto, 52% dos usuários deste produto apenas o utilizam para saque.

5.18. Ademais, há um dado que chama a atenção: mesmo estando em posse do cartão, não é preciso desbloqueá-lo para que seja realizado o “saque”, tendo em vista que de todos os 9 milhões de usuários ativos em 2019, 51% não desbloqueou seu cartão.

5.19. Como já argumentado no tópico anterior, a finalidade do cartão consignado se torna outra. Embora a possibilidade de sacar um valor seja mais uma funcionalidade do cartão prevista em lei, esta não pode ser sua principal característica, visto que o objetivo do produto é outro.

5.20. Como agravante desta situação, são alarmantes os dados referentes ao não pagamento da fatura remanescente pelos consumidores que utilizam o cartão consignado exclusivamente para saque: **apenas 7,5% desses usuários paga o valor integral da fatura e, ainda que consiga pagar apenas o mínimo e não volte a utilizá-lo (tanto para compras como para outros saques), levará 06 anos (seis) para quitar a dívida.**

5.21. Portanto, ainda que o saque seja apenas mais uma das funcionalidades do cartão e não sua finalidade principal, as instituições financeiras oferecem o saque ativamente aos consumidores. Referida oferta ocorre tanto no momento da contratação, como por meio de ligações para os clientes que já possuem o cartão.

5.22. Novamente, o que vemos é um descumprimento da Resolução 3.694, que “dispõe sobre a prevenção de riscos na contratação de operações e na prestação de serviços por parte de instituições financeiras”. Conforme o enunciado diz, esta resolução foi criada para limitar a exposição a riscos das instituições financeiras. Em 2013, o texto foi alterado pela Resolução 4.283, incluindo o inciso I do art. 1º, que define as regras de adequação de produtos e serviços ao perfil do consumidor (*Suitability*):

Art. 1º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, na contratação de operações e na prestação de serviços, devem assegurar:

I - a adequação dos produtos e serviços ofertados ou recomendados às necessidades, interesses e objetivos dos clientes e usuários;

(...)

5.23. Assim, ao ofertarem produtos que não são os mais adequados para as necessidades do consumidor e que, ao mesmo tempo, não atendem a sua capacidade de pagamento, as instituições financeiras também estão se expondo a um risco acima do esperado pelo Banco Central, descumprindo a Resolução e colocando em cheque o Sistema Financeiro Nacional. Vale esclarecer que esse excesso de exposição fica evidenciado quando são analisados os dados de consumidores adimplentes.

Oferta excessiva, abusiva e por meio do telefone

5.24. Outro problema destacado nas reuniões do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC – foi a oferta excessiva por meio de contatos telefônicos.

5.25. Vale destacar que, de acordo com o art. 37 do CDC, é proibida toda publicidade enganosa ou abusiva. Dentre outras descrições, o parágrafo 2º desse artigo diz que é abusiva publicidade “que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança”.

5.26. Portanto, ofertar um produto não adequado à necessidade do consumidor e fora das suas condições de pagamento pode levar o consumidor a se comprometer com dívidas impagáveis e, ao mesmo tempo, prejudicar não apenas sua saúde financeira, mas a sua saúde física e mental^[9].

5.27. Com relação às ofertas insistentes realizadas pelo telefone, cumpre esclarecer que como resultado da cooperação técnica firmada entre a Senacon, o INSS e o Banco Central, teve início um processo de construção de regulação específica para o setor financeiro, que envolve tanto o marketing ativo quanto operações de empréstimo consignado para aposentados.

5.28. O primeiro produto desse processo foi o comprometimento pelo setor financeiro a modificar as práticas de marketing ativo junto a aposentados e pensionistas em relação a empréstimos consignados, de modo a reduzir o assédio sobre essa classe de consumidores, considerados hipervulneráveis. Outro produto desta cooperação é a adesão dos bancos ao

“Não me Perturbe”^[10], que inicialmente contava somente com as operadoras de telecomunicações.

5.29. Foi construída uma autorregulação específica para o crédito consignado pela Febraban e pela ABBC, que inclui os cartões consignados e possui “três objetivos principais: a criação de um sistema de bloqueio de ligações à disposição dos consumidores que não queiram receber ofertas de crédito consignado; a criação de uma base de dados para monitoramento de reclamações recebidas em razão da oferta inadequada do produto; e a implementação de medidas voltadas à transparência, combate ao assédio comercial e qualificação de correspondentes”^[11].

5.30. Esta autorregulação será acompanhada pela Senacon e teve início em janeiro de 2020. Sendo assim, ainda que se trate de uma iniciativa que visa mitigar problemas futuros, é precoce aferir resultados neste momento. No entanto, é importante ressaltar que medidas para combater a oferta excessiva já estão sendo tomadas pela Senacon.

Ausência de informações adequadas e claras na oferta do crédito

5.31. Após consultas realizadas aos Procons e à Defensoria Pública, foi possível aferir que os consumidores que buscam suporte geralmente trazem as seguintes reclamações:

- a) falta de informações sobre os débitos que estão sendo realizados no seu salário;
- b) desconhecimento da quantidade de parcelas,
- c) desconhecimento dos juros cobrados e do valor da parcela.

5.32. Essas dúvidas demonstram a incompreensão do produto por parte desses consumidores, tendo em vista que as informações “desconhecidas”, com exceção dos juros, só são fixas no empréstimo consignado. Assim, tanto o valor da parcela quanto a quantidade de parcelas variam de acordo com o uso do cartão e o pagamento da fatura.

5.33. Cabe lembrar que o gasto no cartão consignado não gera uma parcela, mas sim um valor que será integralmente cobrado na fatura subsequente. Caso o consumidor não pague o valor integral da fatura, o saldo devedor é cobrado inteiramente na fatura seguinte.

5.34. De acordo com o inciso II do artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor – CDC, é direito básico do consumidor “a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações”. Portanto, é dever das instituições financeiras dar conhecimento suficiente do produto ao seu cliente para que ele possa utilizar de maneira saudável.

5.35. Além disto, nos termos do inciso III do artigo 6º do CDC, é direito do consumidor obter informações claras e adequadas de produtos, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.

5.36. Desta feita, imprescindível a proteção do consumidor sob o viés da qualidade da informação que lhe é prestada no momento da contratação, pois uma informação inadequada - ou insuficiente - na oferta dos produtos tem o potencial de gerar incontáveis danos ao adquirente de produtos financeiros.

5.37. Por conseguinte, a inadequação informacional aliada à quebra da expectativa legítima do consumidor - além de outros fatores já indicados - contribuem para a crescente demanda e volume expressivo das tutelas jurisdicionais.

5.38. Assim sendo, em homenagem aos princípios da confiança, transparência, cooperação, informação qualificada e fim social do contrato, todas as instituições financeiras deveriam estar capacitadas a ajudar ativamente seus consumidores quanto a melhor compreensão e distinção entre o cartão consignado e o empréstimo consignado, assim como deveriam prestar suporte da melhor forma de utilização desses produtos.

5.39. Nas respostas dos bancos, destacamos o Termo de Consentimento Esclarecido, que é utilizado com os clientes que possuem vínculo com o INSS e pode servir de ponto de partida para a melhoria das informações fornecidas ao consumidor no momento da contratação.

6. “MEDIDAS DE APERFEIÇOAMENTO” PROPOSTAS PELA FEBRABAN E ABBC

6.1. Na 2ª Reunião entre ABBC, Febraban e representantes do SNDC, em 17 de março de 2020, foram apresentados 10 pontos críticos que, no entendimento dos bancos, deveriam ser submetidos à autorregulação. Iremos tecer breves comentários acerca dos levantamentos, tendo em vista que não é o texto da autorregulação em si, mas sim uma proposta dos temas que serão abordados por ela.

a. *Envio obrigatório de faturas aos clientes em meio físico ou eletrônico*

6.2. Inicialmente, é importante tratar da escolha do cliente pelo envio exclusivamente por meio eletrônico. As melhores práticas indicam que deve haver um consentimento do consumidor para que o envio seja somente por meio eletrônico. E, caso a solicitação seja feita pelo telefone, a instituição deve informar o consumidor ou por carta, ou por e-mail, que as próximas faturas serão enviadas somente por meio eletrônico.

6.3. Sobre esse aspecto, importante mencionar que merece cuidado a opção de envio por meio eletrônico para idosos, tendo em vista dificuldades relatadas por essa parcela dos consumidores para lidarem com o recebimento da fatura dessa forma. Muitos sequer possuem e-mails próprios, o que favorece o extravio da informação e a perda de controle sobre a evolução do débito ao longo do tempo.

6.4. Considerando isto, o recebimento da fatura remanescente é fundamental para que o consumidor tenha informação adequada e clara do produto contratado, até porque o não pagamento desta fatura ensejará

cobrança de multas/juros a esse consumidor. Embora o não envio de fatura seja um problema que afete apenas 2% dos consumidores deste produto (conforme registro no Consumidor.gov.br), este tema é muito importante e deve constar em autorregulação.

b. *Envio obrigatório da via física do cartão de crédito (“plástico”)*

6.5. Uma das distorções analisadas na seção anterior foi o saque do limite da RMC no momento da contratação, ou seja, sem que o cartão tivesse sido enviado para aquele consumidor.

6.6. Além disto, tal como evidenciado, 51% dos consumidores não desbloqueiam o cartão consignado para uso, provavelmente por ter contratado o cartão consignado com objetivo de realizar apenas o saque. Assim, o envio obrigatório dos cartões é importante para que ele seja utilizado com sua finalidade principal que é de “permitir que o consumidor adquira de imediato, em determinados estabelecimentos comerciais ou de serviços, os bens e serviços de que necessita”.

c. *Utilização do Termo de Consentimento Esclarecido*

6.7. Conforme abordado no tópico anterior, o Termo de Consentimento Esclarecido, utilizado pelos clientes que são beneficiários do INSS pode servir de ponto de partida para a melhoria das informações fornecidas ao consumidor no momento da contratação.

d. *Envio, no ato da contratação, de cartilha com a explicação sobre o produto*

6.8. Este ponto atende ao direito básico do consumidor referente “*a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações*”. Importante salientar que, no momento da oferta, a prestação de informações também deve ter o objetivo de orientar o consumidor para o consumo. Isso significa que apenas o envio da cartilha não retira a responsabilidade do fornecedor.

e. *Limitação de prazo previsto para liquidação do saldo, conforme o praticado no empréstimo consignado*

6.9. Conforme observamos, os consumidores possuem dúvidas em relação ao tempo de liquidação da dívida, sendo assim, é muito importante uma informação precisa ao consumidor deixando claro que o prazo pode variar, porém, caso ele não utilize mais o cartão para compras ou saque, a dívida tem um limite temporal.

6.10. Ainda assim, tem de se inverter a lógica desta oferta. É necessário que seja explicado que o pagamento deve ser feito por inteiro (parcela descontada em folha + fatura remanescente) e que, caso ele não consiga pagar todo o seu gasto, parte dessa fatura poderá ser quitada e o saldo retornará para pagamento no mês seguinte.

6.11. Vale frisar que a criação de parcelas e prazo para pagamento

poderá trazer mais dúvidas ao consumidor e aumentar o questionamento com relação à utilização do cartão como meio de violar as regras que fixam as margens de empréstimo consignado.

f. *Valor das parcelas consignadas*

6.12. Conforme abordado no item anterior, informação e previsibilidade para o consumidor são itens essenciais que devem estar presentes. No entanto, mais do que quantidade, deve-se atentar para a qualidade da informação. Note-se que uma informação errada ou com falta de clareza pode confundir ainda mais o consumidor.

6.13. Outro ponto tocado pelos órgãos de defesa do consumidor pertencentes ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor refere-se à variação das parcelas mesmo sem o uso do consumidor. Se não ocorreu nenhuma variação nas condições estabelecidas inicialmente (a margem consignável permanece a mesma, não houve novos saques e nem outros usos do cartão), as parcelas consignadas para a amortização devem ser fixas, com valor constante.

6.14. E se houve alguma alteração (por mudança na margem consignável ou outros motivos), de modo que a parcela consignada sofra alteração de valor, essas causas devem ser explicadas de forma clara e ostensiva ao consumidor que não está mais utilizando o cartão.

g. *Inclusão gráfica do cartão em todos os formulários do produto, como exemplo*

6.15. Assim como no uso do Termo de Consentimento Esclarecido, a demonstração gráfica do cartão no contrato levará a um maior entendimento do consumidor sobre o que está sendo contratado. Como destacado no item “d”, isso também não tira a responsabilidade do fornecedor de educação para o consumo.

h. *Envio de SMS, push, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, contendo a informação do envio da fatura*

6.16. Este mecanismo pode ser importante ajudar a aumentar o percentual de consumidores que pagam a fatura remanescente.

6.17. Tal como observado, 86% dos consumidores deste produto não pagam a fatura remanescente, gerando cobrança de multas/juros na fatura seguinte.

i. *Campanha de divulgação*

6.18. É extremamente importante que seja feita uma campanha direcionada para disseminar a forma como o consumidor deve utilizar o produto e, também, como ele não deve utilizá-lo.

6.19. A educação para o consumo envolve o entendimento pelo consumidor dos benefícios e possíveis problemas que ele pode enfrentar com o produto/serviço. Neste quesito, vale frisar que a própria Senacon também

pode participar das campanhas, tanto na elaboração do conteúdo quanto na divulgação, por meio da Escola Nacional de Defesa do Consumidor.

j. *Reforço quanto ao uso dos canais de atendimento para desbloqueio dos cartões e consulta da fatura em meio eletrônico*

6.20. Da mesma maneira, o uso dos canais de atendimento para desbloqueio dos cartões e consulta da fatura em meio eletrônico é importante para que mais consumidores desbloqueiem o cartão consignado e o utilize considerando o seu objetivo primordial: *“permitir que o consumidor adquira de imediato, em determinados estabelecimentos comerciais ou de serviços, os bens e serviços de que necessita”*.

7. CONCLUSÃO

7.1. A Política Nacional das Relações de Consumo tem como um de seus objetivos a harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo.

7.2. A Senacon, órgão coordenador da política nacional de defesa do consumidor, reconhece a vulnerabilidade do consumidor e, por essa razão, buscou obter mais informações a respeito do funcionamento e uso do produto cartão de crédito consignado a fim de sugerir melhorias e aprimoramentos ao produto.

7.3. Diante do exposto, foi observado que o cartão de crédito consignado tem sido utilizado, na maioria das vezes, como mecanismo para se obter crédito em conta. Embora seja uma funcionalidade prevista em lei, esta não é a principal finalidade do produto, mas sim do empréstimo consignado.

7.4. Em razão dos argumentos expostos acima, identificamos distorção do uso do cartão pelos seguintes motivos: i) publicidade abusiva, ii) ausência de informações adequadas e claras na oferta, e iii) venda de produtos inadequados ao perfil do consumidor ou à sua capacidade de pagamento.

7.5. Sendo assim, cientes da disposição da Febraban e da ABBC em aprimorar o produto e sua oferta, entendemos que os seguintes ajustes devem ser o foco da autorregulação, bem como da atenção do Banco Central sobre os temas:

- I - Padronização da oferta do produto da mesma forma que é realizada aos beneficiários do INSS;
- II - Reforço da educação para o consumo, de maneira a informar melhor seus clientes a respeito do uso do cartão consignado;
- III - Proibição de oferta do “saque” do limite do cartão pelo telefone;
- IV - Limitação do uso do crédito rotativo;
- V - Limitação do saque em valor menor (e adequado) ao limite total do cartão e de saques seguidos; e

VI - Criação de um período de carência para o uso da funcionalidade de saque.

7.6. A primeira recomendação tem objetivo de tornar mais claro para os consumidores que tipo de produto estão contratando e estabelecer um padrão de contrato similar ao que já vem sendo utilizado para parte dos clientes. Apesar das informações que devem aparecer no Termo de Consentimento Esclarecido serem especificadas na Instrução Normativa nº 28 do INSS, sugerimos a inclusão de outra informação, qual seja: *“A finalidade do cartão de crédito consignado é a compra de produtos e serviços, para o crédito em conta existem outras modalidades”*.

7.7. A segunda recomendação busca trazer um melhor entendimento pelo consumidor dos benefícios e possíveis problemas que ele pode enfrentar com o produto/serviço. As ações desta recomendação têm de ser elaboradas prevendo indicadores que possibilitem seu acompanhamento e monitoramento. Nesse sentido, importante que a autorregulação inclua o uso de *nudges* e *behavioral insights*, de modo a auxiliar o consumidor do crédito a tomar a melhor decisão. Tais ferramentas da economia comportamental não vem sendo aplicadas, o que se deduz das informações coletadas e dos problemas aqui apontados.

7.8. Na recomendação seguinte, o intuito é de incentivar o uso do cartão de crédito consignado para sua finalidade principal, que é a compra de produtos e serviços. A oferta pelo telefone do saque do limite do cartão desvirtua o que tem de ser o objetivo da contratação do produto.

7.9. Com relação à limitação do uso do crédito rotativo, o Banco Central já demonstrou sua preocupação quanto ao uso repetitivo do rotativo ao editar a Resolução nº 4.549. Contudo, recomendamos a revisão do artigo 4º desta resolução, pois justamente os consumidores mais vulneráveis são os que perdem o controle de suas dívidas com esta brecha. Lembrando-se que o cartão de crédito consignado para aposentados e pensionistas atinge um grupo de consumidores que é considerado hipervulnerável, demandando maior atenção e proteção do ordenamento jurídico. Independentemente da alteração da resolução, a autorregulação pode trazer essa limitação.

7.10. A quinta recomendação que diz respeito ao limite do saque menor que o limite total do cartão e da limitação de saques enquanto houver débito tem por objetivo evitar o perpetuamento da dívida. A limitação do valor passível de saque é necessária sob dois aspectos: a) o valor que pode ser sacado deve ser limitado e condizente com a capacidade de quitação da fatura pelo consumidor, pois o saque gera cobrança integral na fatura subsequente e este valor pode ultrapassar o limite de 35% estabelecido em lei; e b) nos casos de parcelamento do saque, os novos saques devem ser limitados enquanto não houver a quitação do pagamento do saque anterior.

7.11. Em relação a esse aspecto, sugerimos o envio da presente nota técnica à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e à Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, ambas do Ministério da Economia, para análise da viabilidade e da racionalidade econômicas da manutenção da opção de saque no cartão de crédito consignado. Tal sugestão

decorre da necessidade de aprofundamento da discussão em relação a essa funcionalidade do produto, tendo em vista as externalidades positivas e negativas a ela relacionadas e os riscos dessa manutenção para o superendividamento dos consumidores, conforme apontado nesta nota técnica.

7.12. A sexta recomendação elencada diz respeito ao prazo de carência para uso da funcionalidade de saque no cartão de crédito consignado. O objetivo é incentivar a contratação do produto para consumo de bens e serviços e que o consumidor tenha tempo suficiente para entender a lógica de funcionamento do cartão e utilizar o saque somente em situações de emergência. A sugestão de carência é de 180 (cento e oitenta) dias.

7.13. Identificamos a possibilidade de as instituições financeiras estarem descumprindo o inciso I do art. 1º da Resolução 3.694 quando ofertam produtos que não são os mais adequados para as necessidades do consumidor. Vale dizer que muitos produtos são ofertados com informações insuficientes e em desacordo com a capacidade de pagamento do consumidor.

7.14. Outro ponto que merece atenção se refere ao papel dos correspondentes bancários na disseminação do produto, uma vez que esses atores não se submetem às regras de *compliance* das instituições financeiras de reputação reconhecida no mercado.

7.15. Pelas razões acima expostas, também recomendamos o envio da presente nota técnica para o Banco Central para a tomada de providências, pois acreditamos que o art. 4º da Resolução nº 4.549, que permite que o usuário do cartão consignado pague somente o mínimo da fatura por vários meses consecutivos, deve ser reanalisado pelo fato deste artigo afastar o cartão de crédito consignado do cartão de crédito convencional ao possibilitar o rolamento da dívida por vários meses consecutivos.

7.16. Consideramos o envio ao Banco Central necessário, tendo em vista o esforço deste órgão no sentido de promover a cidadania financeira e evitar o superendividamento das pessoas (uma realidade crescente e que precisa ser evitada, especialmente diante da pandemia de covid-19), não cabendo exclusivamente à Senacon as medidas que podem ser adotadas para mitigar o número crescente de reclamações e de problemas com referidos produtos. Em adição, cabe lembrar que a Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF) acontecerá no segundo semestre de 2020, portanto, sugere-se que este tema seja abordado durante o evento.

7.17. Por fim, sugerimos o envio desta nota técnica para a Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Senacon para subsidiar os processos administrativos sobre esse produto que estão em curso e para os que vierem a ser instaurados.

ANDERSON PORTUGAL CARDOSO

Analista Técnico Administrativo

PAULO NEI DA SILVA JUNIOR

Coordenador de Monitoramento de Mercado - Economista

ANDREY VILAS BOAS DE FREITAS

Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

JULIANA OLIVEIRA DOMINGUES

Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues**, **Diretor(a) do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor**, em 23/04/2020, às 16:59, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Vilas Boas de Freitas**, **Coordenador(a)-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado**, em 23/04/2020, às 17:19, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO NEI DA SILVA JUNIOR**, **Coordenador(a) de Monitoramento e Mercado**, em 23/04/2020, às 17:21, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Portugal Cardoso**, **Analista Técnico(a) Administrativo(a)**, em 23/04/2020, às 18:09, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11533147** e o código CRC **2F89EC4C**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

REFERÊNCIAS

[1] BULGARELLI, Waldirio. A regulamentação dos cartões de crédito. In: Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, n.19, 1995.

[2] DE SOUZA, Leonam M. Contrato de Cartão de Crédito: Relação entre “Estabelecimento” e Credenciadora. R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 62, p. 165 - 200, abr. – set. 2013.

[3] GUSTAVO, Paulo. Cartões de Crédito. JUS, 1998. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/621/cartoes-de-credito>>. Acessado em: 23/03/2020.

[4] <https://www4.bcb.gov.br/textonoticia.asp?codigo=3153&idpai=NOTICIAS&frame=>

[5] Em reunião extraordinária no dia 17 de março de 2020, o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) emitiu a Resolução CNPS nº 1.338 que recomenda ao INSS a redução do teto máximo dos juros do empréstimo consignado e do cartão consignado, além do alongamento da quitação da dívida.

[6] BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL. DISPONÍVEL EM: <
<https://www4.bcb.gov.br/textonoticia.asp?codigo=3153&idpai=NOTICIAS&frame=>>

[7] Os questionários encontram-se no anexo desta nota técnica.

[8] Caso ele já tenha contratado um empréstimo consignado que ocupe os outros 30% da margem.

[9] The Employer's Guide to Financial Wellbeing, 2019-20. Salary Finance; <
<https://valorinveste.globo.com/objetivo/organize-as-contas/noticia/2019/05/21/endividados-tem-4-vezes-mais-chances-de-ter-depressao-e-8-vezes-mais-de-nao-dormir-bem.ghtml>>

[10] Base de dados centralizada para coletar as informações dos usuários que não possuem interesse em receber ligações de telemarketing.

[11] <http://www.autorregulacaobancaria.com.br/pagina/43/23/pt-br/consignado-apresentacao#>

* O DPDC agradece a contribuição de Maria Paula Costa Bertran, Professora Associada da Universidade de São Paulo (FDRP/USP) nas propostas da presente Nota Técnica.

ANEXO

1. Pontos Positivos e Negativos dos Produtos Financeiros

Produto	Positivo	Negativo
Cartão de crédito	Saque	Juros de financiamento mais altos
	Compra em diversos lugares	Cobrança de anuidade
	Compra parcelada	
	Possibilidade de programa de pontuação	
	Benefícios extras	
	(exemplo: seguro viagem, consierge)	
	Organização de finanças pessoais	
	Menores juros do mercado	Impossibilidade de gerenciar o pagamento

Empréstimo consignado		(consignado)
	Não há consulta aos órgãos denominados 'Bureaus de Crédito'	
Cartão de crédito consignado	Saque	
	Compra em diversos lugares	Juros menores que o do cartão, mas maiores do que o consignado puro
	Compra parcelada	
	Organização de finanças pessoais	Impossibilidade de gerenciar a parcela do pagamento que é consignado
	Não há consulta aos órgãos denominados 'Bureaus de Crédito'	

2. Questionário Enviado aos Bancos

- a. Como é dada a informação sobre o cartão de crédito consignado? Como vocês diferenciam, na oferta, o cartão de crédito consignado do empréstimo consignado?
- b. Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de fraudes encontradas no cartão de crédito consignado, sobretudo quando utilizam os dados de outra pessoa para emitir o cartão?
- c. Qual a quantidade de contratos vigentes da modalidade cartão de crédito consignado a empresa tem no Brasil?
- d. Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que usam ou usaram o cartão para fazer compras de bens e serviços no comércio?
- e. Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que faz apenas saques em dinheiro?
- f. Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes faz o saque no momento da contratação e já recebe o valor na conta?
- g. Como isso é oferecido ao consumidor? O "saque" pelo telefone, situação em que é depositada uma quantia na conta do consumidor, também é ofertado de maneira ativa? Ou seja, vocês ligam para os consumidores que já possuem o cartão de crédito consignado e oferecem esse "saque"?
- h. Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que pagam integralmente as faturas do valor remanescente do desconto em folha de pagamento?
- i. Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que fazem uso apenas de saques em dinheiro pagam integralmente a fatura de valor remanescente?
- j. Qual o prazo para emissão do cartão após a contratação?
- k. Quais os mecanismos de verificação do recebimento do cartão pelos contratantes de cartão de crédito consignado?
- l. Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de cartões desbloqueados para uso?
- m. Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a

respeito do não recebimento do cartão?

- n. Em caso de não recebimento do cartão, qual o prazo para seu cancelamento e emissão de um novo?
- o. Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que faz a opção de recebimento da fatura por e-mail?
- p. Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento da fatura?
- q. Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que apresentou reclamações sobre lançamentos indevidos na fatura do cartão?
- r. Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que realizou novo saque após o primeiro?
- s. Qual a média de novos saques efetuados pelos contratantes de cartão de crédito consignado?
- t. Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que solicitou o cancelamento do cartão?
- u. Outras informações que considerar relevantes sobre o tema.

3. **Questionário Enviado à Febraban e à ABBC**

- a. Quais instituições associadas à ABBC oferecem o produto cartão de crédito com pagamento mediante consignação? Favor listar as empresas e seus respectivos contatos.
- b. Quais são as normas que regulamentam o produto e balizam a atuação dos bancos, tanto para definição de procedimentos como para a definição de prazos?
- c. Existe alguma outra autorregulação deste produto além da que entrou em vigor este ano (Autorregulação do Consignado)?
- d. O saque em dinheiro do limite do cartão é oferecido ativamente pelos bancos somente para o cartão consignado, qual a diferença do saque neste cartão e no cartão de crédito que não é consignado?
- e. Existe alguma taxa cobrada para realização do saque?
- f. Outras informações que considerar relevantes sobre o tema.



11557692



08012.000403/2020-83



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor
Coordenação Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

OFÍCIO Nº 33/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ

Brasília, 24 de abril de 2020.

Ao Senhor

PAULO GUEDES

Ministro da Economia

Esplanada dos Ministérios Bloco K

70040-906 - Brasília/DF

sepec@mdic.gov.br; bruno.leal@previdencia.gov.br

A/C

Bruno Bianco Leal

Secretário Especial de Previdência e Trabalho

Carlos Alexandre Jorge da Costa

Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade

Assunto: Nota Técnica sobre cartão de crédito consignado

Senhor Ministro,

1. Encaminho, para conhecimento e providências, a Nota Técnica nº 28/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ (11533147), referente ao estudo técnico elaborado pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON), a respeito do cartão de crédito consignado e dos problemas envolvendo sua oferta e comercialização.

2. O tema é de grande importância neste momento em que o crédito, de uma maneira geral, vem sendo facilitado, incentivado e apontado como forma de contornar o impacto econômico que a pandemia de COVID-19 provocou nas pessoas em todo o país. No entanto, o crédito ofertado aos consumidores deve ser de qualidade, do contrário, pode causar o superendividamento de muitas pessoas, até mesmo das consideradas hipervulneráveis.

3. O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor procurou abordar aspectos regulatórios e da finalidade do produto em comparação com a forma que o produto vem sendo ofertado pelos fornecedores e utilizado pelos consumidores, com base em informações obtidas com as próprias instituições de crédito e do banco de dados da Senacon.

4. Em razão dos argumentos expostos na Nota Técnica, a Senacon identificou distorção do uso do cartão consignado pelos seguintes motivos: i) publicidade abusiva, ii) ausência de informações adequadas e claras na oferta, e iii) venda de produtos inadequados ao perfil do consumidor ou à sua capacidade de pagamento.

5. Na conclusão da Nota Técnica foram feitas recomendações que são importantes para que a autorregulação passe a incluir o uso de *nudges* e *behavioral insights*, de modo a auxiliar o consumidor do crédito a tomar a melhor decisão:

1. Padronização da oferta do produto da mesma forma que é realizada aos beneficiários do INSS;
2. Reforço da educação para o consumo, de maneira a informar melhor seus clientes a respeito do uso do cartão consignado;
3. Proibição de oferta do “saque” do limite do cartão pelo telefone;
4. Limitação do uso do crédito rotativo;
5. Limitação do saque em valor menor (e adequado) ao limite total do cartão e de saques seguidos; e
6. Criação de um período de carência para o uso da funcionalidade de saque.

6. Também foi sugerido o envio da nota técnica à **Secretaria**

Especial de Previdência e Trabalho e à **Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade**, ambas do Ministério da Economia, para análise da viabilidade e da racionalidade econômicas da manutenção da opção de saque no cartão de crédito consignado.

7. Da mesma forma, foi recomendado o envio ao Banco Central para reavaliação do art. 4º da Resolução nº 4.549, que permite que o usuário do cartão consignado pague somente o mínimo da fatura por vários meses consecutivos. Ao Banco Central também foi sugerida a abordagem do tema na Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF).

8. Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Respeitosamente,

JULIANA OLIVEIRA DOMINGUES

Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor

ANDREY VILAS BOAS DE FREITAS

Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues, Diretor(a) do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor**, em 24/04/2020, às 22:32, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Vilas Boas de Freitas, Coordenador(a)-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado**, em 27/04/2020, às 01:25, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11557692** e o código CRC **D314BFB7**.
O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ANEXO

NOTA TÉCNICA nº 28/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ
(11533147)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº
08012.000403/2020-83

SEI nº 11557692

Esplanada dos Ministerios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518, - Bairro Zona Cívico-Administrativa,
Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-3636 / 9269 - <https://www.justica.gov.br>

Para responder, acesse <http://sei.protocolo.mj.gov.br>



11557695



08012.000403/2020-83



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor
Coordenação Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

OFÍCIO Nº 34/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ

Brasília, 24 de abril de 2020.

Ao Senhor

ROBERTO CAMPOS NETO

Presidente do Banco Central do Brasil

Setor Bancário Sul Q. 3 Bloco B - Asa Sul
70074-900 - Brasília/DF

A/C

Otávio Ribeiro Damaso

Diretor de Regulação (DINOR) - Edifício-sede, 20º andar. Tel.: (61) 3414.1900

João Manoel Pinho de Mello

Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução (DIORF) -
Edifício-sede, 21º andar. Tel.: (61) 3414.3500

Maurício Costa de Moura

Diretor de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta (DIREC) -

Assunto: Nota Técnica sobre cartão de crédito consignado

Senhor Presidente,

1. Encaminho, para conhecimento e providências, a Nota Técnica nº 28/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ (11533147), referente ao estudo técnico elaborado pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON), a respeito do cartão de crédito consignado e dos problemas envolvendo sua oferta e comercialização.

2. O tema é de grande importância neste momento em que o crédito, de uma maneira geral, vem sendo facilitado, incentivado e apontado como forma de contornar o impacto econômico que a pandemia de COVID-19 provocou nas pessoas em todo o país. No entanto, o crédito ofertado aos consumidores deve ser de qualidade, do contrário, pode causar o superendividamento de muitas pessoas, até mesmo das consideradas hipervulneráveis.

3. O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor procurou abordar aspectos regulatórios e da finalidade do produto em comparação com a forma que o produto vem sendo ofertado pelos fornecedores e utilizado pelos consumidores, com base em informações obtidas com as próprias instituições de crédito e do banco de dados da Senacon.

4. Em razão dos argumentos expostos na Nota Técnica, a Senacon identificou distorção do uso do cartão consignado pelos seguintes motivos: i) publicidade abusiva, ii) ausência de informações adequadas e claras na oferta, e iii) venda de produtos inadequados ao perfil do consumidor ou à sua capacidade de pagamento.

5. Na conclusão da Nota Técnica foram feitas recomendações que são importantes para que a autorregulação passe a incluir o uso de *nudges* e *behavioral insights*, de modo a auxiliar o consumidor do crédito a tomar a melhor decisão:

1. Padronização da oferta do produto da mesma forma que é realizada aos beneficiários do INSS;
2. Reforço da educação para o consumo, de maneira a informar melhor seus clientes a respeito do uso do cartão consignado;

3. Proibição de oferta do “saque” do limite do cartão pelo telefone;
4. Limitação do uso do crédito rotativo;
5. Limitação do saque em valor menor (e adequado) ao limite total do cartão e de saques seguidos; e
6. Criação de um período de carência para o uso da funcionalidade de saque.

6. Também foi sugerido o envio da nota técnica à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e à Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, ambas do Ministério da Economia, para análise da viabilidade e da racionalidade econômicas da manutenção da opção de saque no cartão de crédito consignado.

7. Da mesma forma, **foi recomendado o envio ao Banco Central** para reavaliação do art. 4º da Resolução nº 4.549, que permite que o usuário do cartão consignado pague somente o mínimo da fatura por vários meses consecutivos. Ao Banco Central também foi sugerida a abordagem do tema na Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF).

8. Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Respeitosamente,

JULIANA OLIVEIRA DOMINGUES

Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor

ANDREY VILAS BOAS DE FREITAS

Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues, Diretor(a) do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor**, em 24/04/2020, às 22:32, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Vilas Boas de Freitas, Coordenador(a)-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado**, em 27/04/2020, às 01:25, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11557695** e o código CRC **EA364DC0**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ANEXO

NOTA TÉCNICA nº 28/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ
(11533147)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº
08012.000403/2020-83

SEI nº 11557695

Esplanada dos Ministerios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518, - Bairro Zona Cívico-Administrativa,
Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-3636 / 9269 - <https://www.justica.gov.br>

Para responder, acesse <http://sei.protocolo.mj.gov.br>



11558381



08012.000403/2020-83



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor
Coordenação Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

OFÍCIO Nº 35/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ

Brasília, 24 de abril de 2020.

Ao Senhor

ISAAC SIDNEY

Presidente

Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485 - F14 - Pinheiros

CEP: 01.452-002 São Paulo/SP

amaury.oliva@febraban.org.br

C/C: Amaury Martins de Oliva

Assunto: Nota Técnica sobre cartão de crédito consignado

Senhor Presidente,

1. Encaminhado, para conhecimento e providências, a Nota Técnica nº 28/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ (11533147), referente ao estudo técnico elaborado pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON), a respeito do cartão de crédito consignado e dos problemas envolvendo sua oferta e comercialização.

2. O tema é de grande importância neste momento em que o crédito, de uma maneira geral, vem sendo facilitado, incentivado e apontado como forma de contornar o impacto econômico que a pandemia de COVID-19 provocou nas pessoas em todo o país. No entanto, o crédito ofertado aos consumidores deve ser de qualidade, do contrário, pode causar o superendividamento de muitas pessoas, até mesmo das consideradas hipervulneráveis.

3. O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor procurou abordar aspectos regulatórios e da finalidade do produto em comparação com a forma que o produto vem sendo ofertado pelos fornecedores e utilizado pelos consumidores, com base em informações obtidas com as próprias instituições de crédito e do banco de dados da Senacon.

4. Em razão dos argumentos expostos na Nota Técnica, a Senacon identificou distorção do uso do cartão consignado pelos seguintes motivos: i) publicidade abusiva, ii) ausência de informações adequadas e claras na oferta, e iii) venda de produtos inadequados ao perfil do consumidor ou à sua capacidade de pagamento.

5. Na conclusão da Nota Técnica foram feitas recomendações que são importantes para que a autorregulação passe a incluir o uso de *nudges* e *behavioral insights*, de modo a auxiliar o consumidor do crédito a tomar a melhor decisão:

1. Padronização da oferta do produto da mesma forma que é realizada aos beneficiários do INSS;
2. Reforço da educação para o consumo, de maneira a informar melhor seus clientes a respeito do uso do cartão consignado;
3. Proibição de oferta do “saque” do limite do cartão pelo telefone;
4. Limitação do uso do crédito rotativo;
5. Limitação do saque em valor menor (e adequado) ao limite total do cartão e de saques seguidos; e
6. Criação de um período de carência para o uso da funcionalidade de saque.

6. Também foi sugerido o envio da nota técnica à **Secretaria Especial de Previdência e Trabalho** e à **Secretaria Especial de Produtividade**,

Emprego e Competitividade, ambas do Ministério da Economia, para análise da viabilidade e da racionalidade econômicas da manutenção da opção de saque no cartão de crédito consignado.

7. Da mesma forma, foi recomendado o envio ao Banco Central para reavaliação do art. 4º da Resolução nº 4.549, que permite que o usuário do cartão consignado pague somente o mínimo da fatura por vários meses consecutivos. Ao Banco Central também foi sugerida a abordagem do tema na Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF).

8. Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Respeitosamente,

JULIANA OLIVEIRA DOMINGUES

Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor

ANDREY VILAS BOAS DE FREITAS

Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

ANEXO

NOTA TÉCNICA nº 28/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ
(11533147)



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues**, **Diretor(a) do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor**, em 24/04/2020, às 22:32, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Vilas Boas de Freitas**, **Coordenador(a)-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado**, em 27/04/2020, às 01:25, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11558381** e o código CRC **3A45D566**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08012.000403/2020-83

SEI nº 11558381

Esplanada dos Ministerios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518, - Bairro Zona Cívico-Administrativa,
Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-3636 / 9269 - <https://www.justica.gov.br>

Para responder, acesse <http://sei.protocolo.mj.gov.br>



11558472



08012.000403/2020-83



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor
Coordenação Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

OFÍCIO Nº 36/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ

Brasília, 24 de abril de 2020.

Ao Senhor

CLÁUDIO GUIMARÃES JUNIOR

Diretor Executivo

Associação Brasileira e Bancos - ABBC

Av. Paulista, 1842 - 15º Andar conj.156 - Bela Vista

CEP: 01.310-923 São Paulo/SP

abbc@abbc.org.br; diretoria@abbc.org.br

Assunto: Nota Técnica sobre cartão de crédito consignado

Senhor Presidente,

1. Encaminho, para conhecimento e providências, a Nota Técnica nº 28/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ (11533147), referente ao estudo

técnico elaborado pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON), a respeito do cartão de crédito consignado e dos problemas envolvendo sua oferta e comercialização.

2. O tema é de grande importância neste momento em que o crédito, de uma maneira geral, vem sendo facilitado, incentivado e apontado como forma de contornar o impacto econômico que a pandemia de COVID-19 provocou nas pessoas em todo o país. No entanto, o crédito ofertado aos consumidores deve ser de qualidade, do contrário, pode causar o superendividamento de muitas pessoas, até mesmo das consideradas hipervulneráveis.

3. O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor procurou abordar aspectos regulatórios e da finalidade do produto em comparação com a forma que o produto vem sendo ofertado pelos fornecedores e utilizado pelos consumidores, com base em informações obtidas com as próprias instituições de crédito e do banco de dados da Senacon.

4. Em razão dos argumentos expostos na Nota Técnica, a Senacon identificou distorção do uso do cartão consignado pelos seguintes motivos: i) publicidade abusiva, ii) ausência de informações adequadas e claras na oferta, e iii) venda de produtos inadequados ao perfil do consumidor ou à sua capacidade de pagamento.

5. Na conclusão da Nota Técnica foram feitas recomendações que são importantes para que a autorregulação passe a incluir o uso de *nudges* e *behavioral insights*, de modo a auxiliar o consumidor do crédito a tomar a melhor decisão:

1. Padronização da oferta do produto da mesma forma que é realizada aos beneficiários do INSS;
2. Reforço da educação para o consumo, de maneira a informar melhor seus clientes a respeito do uso do cartão consignado;
3. Proibição de oferta do “saque” do limite do cartão pelo telefone;
4. Limitação do uso do crédito rotativo;
5. Limitação do saque em valor menor (e adequado) ao limite total do cartão e de saques seguidos; e
6. Criação de um período de carência para o uso da funcionalidade de saque.

6. Também foi sugerido o envio da nota técnica à **Secretaria Especial de Previdência e Trabalho** e à **Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade**, ambas do Ministério da Economia, para análise da viabilidade e da racionalidade econômicas da manutenção da opção de

saque no cartão de crédito consignado.

7. Da mesma forma, foi recomendado o envio ao Banco Central para reavaliação do art. 4º da Resolução nº 4.549, que permite que o usuário do cartão consignado pague somente o mínimo da fatura por vários meses consecutivos. Ao Banco Central também foi sugerida a abordagem do tema na Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF).

8. Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Respeitosamente,

JULIANA OLIVEIRA DOMINGUES

Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor

ANDREY VILAS BOAS DE FREITAS

Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

ANEXO

NOTA TÉCNICA nº 28/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ
(11533147)



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues, Diretor(a) do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor**, em 24/04/2020, às 22:34, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Vilas Boas de Freitas, Coordenador(a)-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado**, em 27/04/2020, às 01:25, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site



<http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11558472** e o código CRC **2B8785C1**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08012.000403/2020-83

SEI nº 11558472

Esplanada dos Ministerios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518, - Bairro Zona Cívico-Administrativa,
Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-3636 / 9269 - <https://www.justica.gov.br>

Para responder, acesse <http://sei.protocolo.mj.gov.br>



11560203



08012.000403/2020-83



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor
Coordenação Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

OFÍCIO-CIRCULAR Nº 1/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ

Brasília, 24 de abril de 2020.

Ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor

Assunto: Nota Técnica sobre cartão de crédito consignado

Estimados Membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor,

1. Encaminho, para conhecimento e providências, a Nota Técnica nº 28/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ (11533147), referente ao estudo técnico elaborado pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON), a respeito do cartão de crédito consignado e dos problemas envolvendo sua oferta e comercialização.

2. O tema é de grande importância neste momento em que o crédito, de uma maneira geral, vem sendo facilitado, incentivado e apontado como forma de contornar o impacto econômico que a pandemia de COVID-19 provocou nas pessoas em todo o país. No entanto, o crédito ofertado aos consumidores deve ser de qualidade, do contrário, pode causar o

superendividamento de muitas pessoas, até mesmo das consideradas hipervulneráveis.

3. O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor procurou abordar aspectos regulatórios e da finalidade do produto em comparação com a forma que o produto vem sendo ofertado pelos fornecedores e utilizado pelos consumidores, com base em informações obtidas com as próprias instituições de crédito e do banco de dados da Senacon.

4. Em razão dos argumentos expostos na Nota Técnica, a Senacon identificou distorção do uso do cartão consignado pelos seguintes motivos: i) publicidade abusiva, ii) ausência de informações adequadas e claras na oferta, e iii) venda de produtos inadequados ao perfil do consumidor ou à sua capacidade de pagamento.

5. Na conclusão da Nota Técnica foram feitas recomendações que são importantes para que a autorregulação passe a incluir o uso de *nudges* e *behavioral insights*, de modo a auxiliar o consumidor do crédito a tomar a melhor decisão:

I - Padronização da oferta do produto da mesma forma que é realizada aos beneficiários do INSS;

II - Reforço da educação para o consumo, de maneira a informar melhor seus clientes a respeito do uso do cartão consignado;

III - Proibição de oferta do “saque” do limite do cartão pelo telefone;

IV - Limitação do uso do crédito rotativo;

V - Limitação do saque em valor menor (e adequado) ao limite total do cartão e de saques seguidos; e

VI - Criação de um período de carência para o uso da funcionalidade de saque.

6. Também foi sugerido o envio da nota técnica à **Secretaria Especial de Previdência e Trabalho** e à **Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade**, ambas do Ministério da Economia, para análise da viabilidade e da racionalidade econômicas da manutenção da opção de saque no cartão de crédito consignado.

7. Da mesma forma, foi recomendado o envio ao Banco Central para reavaliação do art. 4º da Resolução nº 4.549, que permite que o usuário do cartão consignado pague somente o mínimo da fatura por vários meses consecutivos. Ao Banco Central também foi sugerida a abordagem do tema na Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF).

8. Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Respeitosamente,

JULIANA OLIVEIRA DOMINGUES

Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor

ANDREY VILAS BOAS DE FREITAS

Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues, Diretor(a) do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor**, em 24/04/2020, às 22:31, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Vilas Boas de Freitas, Coordenador(a)-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado**, em 27/04/2020, às 01:25, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11560203** e o código CRC **BE9EE3C2**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ANEXO

NOTA TÉCNICA nº 28/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ
(11533147)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08012.000403/2020-83

SEI nº 11560203

Esplanada dos Ministerios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518, - Bairro Zona Cívico-Administrativa,
Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-3636 / 9269 - <https://www.justica.gov.br>

Para responder, acesse <http://sei.protocolo.mj.gov.br>



11560512



08012.000403/2020-83



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Coordenação Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

Despacho nº 245/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ

Destino: **CGARI; SEAPRO**

Assunto: **Defesa do Consumidor: Monitoramento do Mercado de Consumo**

Interessado(a): **Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor**

1. Solicito os préstimos do SEAPRO para o envio dos Ofícios nº 33, 34, 35, 36/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ (11557692, 11557695, 11558381, 11558472) com a Nota Técnica nº 28/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ (11533147) em anexo.
2. Encaminhem-se à Coordenação-Geral de Articulação e Relações Institucionais, para divulgação junto aos órgão do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC, do OFÍCIO-CIRCULAR Nº 1/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ (11560203) e da Nota Técnica nº 28/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ (11533147).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Vilas Boas de Freitas**, **Coordenador(a)-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado**, em 27/04/2020, às 01:26, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site



<http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11560512** e o código CRC **702FAB4E**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08012.000403/2020-83

SEI nº 11560512



11569170



08012.000403/2020-83



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Coordenação-Geral de Articulação e Relações Institucionais da SENACON

Despacho nº 174/2020/CGARI/GAB-SENACON/SENACON/MJ

Destino: **COARI**

Assunto: **Defesa do Consumidor: Monitoramento do Mercado de Consumo**

1. Encaminho o presente procedimento à COARI para que seja expedido o Ofício-Circular SEI 11560203 junto com a Nota Técnica n.º **28/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ** SEI 11533147.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA VILELA OLIVEIRA**, **Coordenador(a)-Geral de Articulação e Relações Institucionais**, em 27/04/2020, às 11:02, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11569170** e o código CRC **B660256A**.
O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

**Correios****AVISO DE RECEBIMENTO****AR**

(11692528)

DATA DE POSTAGEM

29/04/2020

DESTINATÁRIO

CLAUDIO GUIMARAES JUNIOR
AV. PAULISTA, 1842 15º ANDAR CONJ.156 , 0 ASSOC. BRAS. E BANCOS ABBC
BELA VISTA
01310-923

SAO PAULO SP

REMETENTE

Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON
Esplanada dos Ministérios Bloco T,
Zona Cívico-Administrativa Brasília - DF
70064-900



JU472565467BR

UNIDADE DE POSTAGEM

AGF SIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

04 MAI 2020

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____

2º ____/____/____ : ____

3º ____/____/____ : ____

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - PROCESSO Nº 08012.000403/2020-83 OFÍCIO Nº 36/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ SEI Nº 11558472

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

[1] MUDOU-SE

[6] NÃO PROCURADO

[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE

[7] AUSENTE

[3] NÃO EXISTE NÚMERO

[8] FALECIDO

[4] DESCONHECIDO

[9] OUTROS

[5] RECUSADO

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Cleciomar dos Santos
Agente de Correios - Carteiro

8.910.673-3

DATA DE ENTREGA

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Samuel Silva de Moura

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

RG: 371641639

Aviso de Recebimento - AR (11692528)

SEI 08012.000403/2020-83 / pg. 54

Nº DOC. DE IDENTIDADE

**Correios****AVISO DE RECEBIMENTO****AR** (11692826)**DATA DE POSTAGEM**

29/04/2020

DESTINATÁRIO

ISAAC SIDNEY

AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 1485 F14, 0 FEBRABAN

JARDIM PAULISTANO

SAO PAULO SP

01452-002

REMETENTE

Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON

Esplanada dos Ministérios Bloco T,

Zona Cívico-Administrativa Brasília - DF

70064-900



JU472565453BR

UNIDADE DE POSTAGEM
AGF SIA POSTAL**CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA****TENTATIVAS DE ENTREGA**1º / / :
2º / / :
3º / / : **DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)**

1 - PROCESSO Nº 08012.000403/2020-83 OFÍCIO Nº 35/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ SEL Nº 11593

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [6] NÃO PROCURADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [7] AUSENTE |
| [3] NÃO EXISTE NÚMERO | [8] FALECIDO |
| [4] DESCONHECIDO | [9] OUTROS |
| [5] RECUSADO | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIROpeide Alves De Oliveira
Matr.: 8.928.394-5
Carteiro**DATA DE ENTREGA**

30 ABR 2020

Nº DOC. DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Aviso de Recebimento - AR (11692826)

SEI 08012.000403/2020-83 / pg. 56





11808316



08012.000403/2020-83



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Coordenação Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

DESPACHO Nº 345/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ

Destino: **SEAPRO**

Assunto: **Defesa do Consumidor: Monitoramento do Mercado de Consumo**

1. Solicito os préstimos do Seapro de alterar a classificação para "Restrito (Informações Privilegiadas de Sociedades Anônimas)" das respostas às notificações enviadas.
2. Esta alteração foi solicitada por e-mail pelas instituições e pelas associações dos bancos.
3. Informo que as respostas incluídas por esta Coordenação Geral já estão com a classificação solicitada.

De ordem do CGEMM.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **PAULO NEI DA SILVA JUNIOR**, **Coordenador(a) de Monitoramento e Mercado**, em 29/05/2020, às 15:32, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11808316** e o código CRC **5D0225C3**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08012.000403/2020-83

SEI nº 11808316

Belo Horizonte, 19 de maio de 2020.

À CGEMM-Coordenação Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado
cgemm@mj.gov.br

Aos cuidados de Paulo Nei da Silva Junior
Coordenador de Monitoramento de Mercado

Ref.: Solicitações de acesso integral aos autos do processo 08012.000403/2020-83, da Nota Técnica n.º 28/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ referente ao estudo técnico sobre cartão de crédito consignado e dos problemas envolvendo a oferta e comercialização de tal produto.

BANCO INTER S.A., pessoa jurídica de direito privado, estabelecido na Avenida Barbacena, 1219, Santo Agostinho, CEP 30190-131, Belo Horizonte - MG, inscrito no CNPJ sob o nº 00.416.968/0001-01, em atenção ao recebimento da Notificação Extrajudicial, encaminhada por V.S.a., expor o seguinte:

Em atendimento a notificação nº 16/2020, devidamente respondida em 17/03/20, com requerimento de informações para os Bancos fornecerem dados que pudessem embasar um estudo sobre o produto Cartão Consignado em relação sua oferta e uso, o Banco Inter procedeu com o levantamento dos dados e por mera liberalidade e boa fé, em confiança a credibilidade da Instituição solicitante concedeu os dados referente a carteira de produção, quantitativa, qualitativa e inclusive sobre percentuais de perfis e comportamento dos contratos.

Entretanto, no que diz respeito às informações financeiras e bancárias, tendo em vista a “Lei do Sigilo Bancário” (Lei Complementar nº 105/2001), em regras gerais não nos é permitido dar publicidade as informações internas.

Ressalvado o risco de publicidade de dados pessoais dos clientes, que absolutamente o Banco não poderia fazê-lo sem autorização expressa individualizada de cada um, fato é que, os dados de carteira de forma genérica e respectivos percentuais de desenvolvimento do produto, poderiam ocasionar fragilidade e estimular de forma desleal a competitividade e concorrência por parte de outras IF’S. Considerando que o Banco Inter não participa das maiores fatias do mercado, no entanto, não gostaria de expor seus números de forma indiscriminada pelos motivos acima expostas, impossibilidade e ainda prováveis danos de imagem, inclusive.

Ressaltando que essa intenção de manter as informações acessíveis - arquivados de forma pública, deveria ter sido informada no momento oportuno que foram requeridas as informações, possibilitando às Instituições a discricionariedade de informá-los ou não.

Av. Barbacena, 1219, B. Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30190-131
www.bancointer.com.br

Entendemos que o objetivo final das respostas do ofício cumpra seu papel pois contribuíram para formação de uma base rica e consolidada com cenários reais e atualizados do produto Cartão Consignado, viabilizando ao SENACON construir e formalizar uma orientação com recomendações e sugestões de adequação da auto regulação, dedicada ao referido produto, não havendo que se falar em publicidade posterior dos dados de cada IF.

Com votos de respeito e distinta consideração, requeremos por fim e todo exposto que todas as informações fornecidas devem ser mantidas em acesso restrito e sigiloso.

BANCO INTER
Departamento Jurídico e Operacional



11823920



08012.000403/2020-83



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Serviço de Apoio Administrativo e Processual da SENACON (entrada)

DESPACHO Nº 105/2020/SEAPRO/GAB-SENACON/SENACON/MJ

Assunto: **Classificação de documentos em grau "reservado"**

Processo: **08012.000403/2020-83**

1. Em atenção ao Despacho nº 345/2020/CGEMM/DPDC/SENACON,(Sei nº 11808316), certifico e dou fé que os peticionamentos intercorrentes realizados em âmbito das Unidades da Senacon foram classificados em grau "reservado".
2. No momento da análise foi verificado que ocorreram peticionamentos nas Unidades DIPROT e NPOST, Unidades protocolizadoras do Ministério da Justiça e Segurança Pública, sendo assim, informo que foi solicitado à estas Unidades por meio do Despacho nº 106/2020/SEAPRO/GAB/SENACON,(Sei nº 11824283), que procedam com a classificação em grau "reservado" dos documentos Sei nº (s) 11271411, 11266173 e 11286412.
3. Diante do exposto, encaminho os autos à Coordenação-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado, para análise.

Atenciosamente,

JONAS DELMAN BISPO DE SOUSA
Chefe do Serviço de Políticas de Outros Direitos Difusos
DPPDD\SENAÇON



Documento assinado eletronicamente por **JONAS DELMAN BISPO DE SOUSA, Chefe do Serviço de Políticas de outros Direitos Difusos**, em 01/06/2020, às 23:54, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11823920** e o código CRC **7E9F2225**.
O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08012.000403/2020-83

SEI nº 11823920



11824283



08012.000403/2020-83



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Serviço de Apoio Administrativo e Processual da SENACON (entrada)

DESPACHO Nº 106/2020/SEAPRO/GAB-SENACON/SENACON/MJ

Assunto: **Classificação de documentos em grau "reservado"**

Processo: **08012.000403/2020-83**

1. Em atenção ao Despacho nº 345/2020/CGEMM/DPDC/SENACON,(Sei nº 11808316), solicito que os documentos Sei nº (s) 11271411, 11266173 e 11286412 sejam classificados em grau reservado, de acordo com o disposto no art. 155, § 2º, da Lei nº 6.404 de 1976, por tratar de informações privilegiadas de Sociedades Anônimas.
2. Diante do exposto, encaminho os autos ao Núcleo Postal do Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Divisão do Protocolo-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para providências cabíveis.

Atenciosamente,

JONAS DELMAN BISPO DE SOUSA
Chefe do Serviço de Políticas de Outros Direitos Difusos
DPPDD\SENACON



Documento assinado eletronicamente por **JONAS DELMAN BISPO DE SOUSA, Chefe do Serviço de Políticas de outros Direitos Difusos**, em 01/06/2020, às 23:56, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11824283** e o código CRC **732460DA**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08012.000403/2020-83

SEI nº 11824283



11846894



08012.000403/2020-83



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Coordenação Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

DESPACHO Nº 354/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ

Destino: **SEAPRO**

Assunto: **Defesa do Consumidor: Monitoramento do Mercado de Consumo**

Interessado(a): **CGEMM**

Prezados,

1. Houve um equívoco nosso no envio das notificações de número 92 a 126 do processo 08012.**001132**/2020-83. As notificações foram enviadas com número de outro processo: 08012.**000403**/2020-83.
2. Já foram anexados pedidos de acesso ao processo 08012.**000403**/2020-83, mas na verdade deveriam ser no 08012.**001132**/2020-83.
3. Portanto, solicito que os documentos de números **11803060, 11803061, 11803062, 11803063, 11836636, 11844459, 11838843 e 11838845** sejam movidos para o processo 08012.**001132**/2020-83.
4. Da mesma forma, solicito que as respostas das notificações 92 a 126 sejam anexadas ao processo 08012.**001132**/2020-83, bem como qualquer outra solicitação referente a essas notificações.
5. Aproveito para informar que as empresas notificadas podem ter acesso ao processo 08012.**001132**/2020-83.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **PAULO NEI DA SILVA JUNIOR**, **Coordenador(a) de Monitoramento e Mercado**, em 04/06/2020, às 10:01, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11846894** e o código CRC **09163DF6**.
O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08012.000403/2020-83

SEI nº 11846894

2º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO

BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL



Prot.: 430696
Livro: 3375-P
Folha: 017

DR. RAMILO SIMÕES CORRÊA
TABELIÃO INTERINO

LUIZ CARLOS SCHONARTH
TABELIÃO INTERINO

SRTV / SUL - Q. 701 - CONJ. L - BL. 01 - LOJA 24 - ANDAR TÉRREO - CENTRO EMPRESARIAL ASSIS CHATEAUBRIAND
FONE: (61) 3225-2760 - FAX: (61) 3225-7222 / 3223-4715 - E-mail: oficio2df@uol.com.br - CEP 70340-906 - BRASILIA - DF

PROCURAÇÃO COM SUBSTABELECIMENTO DE OUTRA BASTANTE QUE FAZ
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração virem que aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove (25/04/2019), nesta Cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, neste Serviço Notarial, perante mim, Escrevente Notarial, compareceu como outorgante: **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, criada nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, alterado pelo Decreto-Lei nº 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, vinculada ao Ministério da Fazenda, regendo-se pelo Estatuto Social, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de Janeiro de 2018, publicado no Diário Oficial da União - DOU, Seção 1 em 16/03/2018, páginas 41 a 50, devidamente registrado na JCDF sob o nº 1016518 em 16/02/2018, e confirmado através do site <http://jcdf.mdic.gov.br>, por intermédio de consulta sob o protocolo nº 18/018.171-8 e o código de segurança: eRTg, aquela foi autenticada digitalmente e assinada em 02/03/2018 por Saulo Izidório Vieira - Secretário-Geral da JCDF, cuja cópia fica aqui arquivada, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, em Brasília/DF, inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 00.360.305/0001-04, neste ato representada por seu Diretor Jurídico **GRYECOS ATTOM VALENTE LOUREIRO**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade profissional nº 97.640-OAB/RJ e 54.459-OAB/DF e inscrito no CPF/MF sob o nº 046.424.857-40, com endereço profissional no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, 18º andar, Brasília/DF, o qual se declara nesta condição conforme Resolução nº 604, da ATA nº 544, de 15/08/2018, devidamente assinada pelo Secretário Geral Marcelo Martins, cuja cópia fica aqui arquivada, identificada e reconhecida como a própria do que dou fé. E por ela me foi dito que, por este instrumento público nomeia e constitui no âmbito do Jurídico Regional do RIO DE JANEIRO/RJ: seus bastantes procuradores: ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES, OAB/RJ 56.175, CPF 777.316.467-34; ADRIANA MARIA DE ALMEIDA MEIRELLES, OAB/RJ 99.101, CPF 071.684.437-04; ANA CLAUDIA VILLA NOVA PESSANHA DE SOUZA, OAB/RJ 100.501, CPF 038.079.457-84; ANA REGINA SHUENQUENER DE ARAUJO, OAB/RJ 84.374, CPF 269.957.947-53; ANDRE LUIZ VIVIANI DE ABREU, OAB/RJ 116.896, CPF 039.807.036-90; ANDRE PIRES GODINHO, OAB/RJ 100.272, CPF 047.481.887-07; ANDREIA DA SILVA PICHONE, OAB/RJ 142.929, CPF 088.929.397-00; ANTHONY ABREU POLASEK, OAB/RJ 110.282, CPF 073.781.747-00; ANTONIO FREDERICO HELUY DANTAS, OAB/RJ 117.260, CPF 024.838.117-28; ARCINELIO DE AZEVEDO CALDAS, OAB/RJ 4.777, CPF 189.479.567-91; ARMANDO BORGES DE ALMEIDA JUNIOR, OAB/RJ 104.371, CPF 070.372.467-35; AURIVAL JORGE PARDAUIL SILVA, OAB/RJ 000821, CPF 029.360.032-53; BRUNO VAZ DE CARVALHO, OAB/RJ 97.626, CPF 638.897.491-00; CARLA DE CASTRO AMORIM MAURIN KRSULOVIC, OAB/RJ 135.011, CPF 076.670.107-73; CARLOS EDUARDO LEITE SABOYA, OAB/RJ 110.265, CPF 076.929.627-07; CARMEN LUCIA HENRIQUES MENDES, OAB/RJ 108.296, CPF 075.750.627-50; CESAR EDUARDO FUETA DE OLIVEIRA, OAB/RJ 113.167, CPF 077.606.177-12; CLAUDIO ROCHA DE MORAES, OAB/PE 21.690, OAB/RJ 186.562, CPF 889.985.254-53; CONSUELO CESAR DE OLIVEIRA, OAB/RJ 138.859, CPF 627.144.307-91; CRISTINA CIDADE DA SILVA GUIMARAES WANIS, OAB/RJ 138.017, CPF 091.605.887-56; CRISTIANO SEABRA DAN, OAB/RJ 131.175, CPF 089.208.827-38; DANIEL BURKLE WARD, OAB/RJ 135.235, CPF 095.129.097-58; DANIEL VERSIANI CHIEZA, OAB/RJ 126.753, CPF 090.059.137-46; DANIELA SALGADO JUNQUEIRA, OAB/RJ 129.684, CPF 087.853.407-58; DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO, OAB/RJ 116.610, CPF 082.184.577-20; DANIELLE RODRIGUES DE SOUSA, OAB/RJ 123.989, CPF 084.410.127-33; DELMAR REINALDO BOTH, OAB/RJ 156.516, CPF 298.461.290-68; EDUARDO ARAUJO BRUZZI VIANNA, OAB/RJ 127.677, CPF 079.973.137-45; ELIZABETH SANTOS DA SILVA, OAB/RJ 138.928, CPF 052.821.867-05; FABIANE QUINTAS DOS SANTOS LIMA, OAB/RJ 108.553, CPF 047.720.307-86; FELIPE ARTIMOS DE OLIVEIRA, OAB/RJ 115.055, CPF 076.335.067-25; FERNANDA RODRIGUES DORNELAS, OAB/RJ 118.270, CPF 053.753.897-62; FERNANDA VALADARES DE OLIVEIRA, OAB/RJ 178.822, CPF 953.688.501-82; GERSON DE CARVALHO FRAGOZO, OAB/RJ 106.445, CPF 080.500.647-86; GUILHERME CASTRO DE AMORIM, OAB/RJ 184.752, CPF 078.311.727-26; GRAZIELLA CORCIONE, OAB/RJ 111.921, CPF 076.849.697-73; HELENA RAGONI DE MORAES CORREIA, OAB/RJ 126718, CPF: 089.227.627-48; IANE RIOS ESQUERDO, OAB/RJ 125.092, CPF 083.123.587-06; IARA COSTA ANIBOLETE, OAB/RJ 62.089, CPF 675.496.917-20; JUSSARA REGINA DOS SANTOS DE FREITAS, OAB/RJ 107.534, CPF 348.689.507-97; KARINE VOLPATO GALVANI, OAB/RS 57824, OAB/RJ 214.934, CPF 924.240.239-72; LARISSA MARIA SILVA TAVARES, OAB/RJ 181.320, CPF 280.789.868-82; LEILA MATHEUS REGA, OAB/RJ 123.747, CPF 021.025.967-10; LEONARDO BERNARDES SANT'ANNA DE OLIVEIRA, OAB/RJ 172.656, CPF 103.901.957-90; LEONARDO DOS SANTOS, OAB/RJ 158.449, CPF 083.298.327-67; LEONARDO GONCALVES ALMEIDA, OAB/RJ 108.037, CPF 020.771.227-14; LEONARDO MARTUSCELLI KURY, OAB/RJ 107.958, CPF 042.940.607-00; LETICIA MARQUES DO NASCIMENTO, OAB/RJ 97.702, CPF 073.903.187-24; LIGIA BONILHA, OAB/RJ 105.973, CPF 078.939.407-35; LUCILIA ANTUNES DE ARAUJO SOLANO, OAB/RJ 119.937, CPF 078.533.987-60; LUIS ANTÔNIO GONÇALVES PIRES, OAB/RJ 147831, CPF: 092.185.577-00; LUIZ FERNANDO PADILHA, OAB/RJ 100.343, CPF 011.650.737-30; LUIZ OCTAVIO BARBOSA LIMA PEDROSO, OAB/RJ 63.215, CPF 496.172.817-91; MARCELLO AUGUSTO HAMDAN RIBEIRO, OAB/RJ 77.017, CPF 858.447.807-87; MARCELO PUPO RIBEIRO, OAB/RJ 121.695, CPF 025.948.477-63; MARCELO VASCONCELLOS ROALE ANTUNES, OAB/RJ 45.539, CPF 629.222.117-20; MARCIA PEREIRA DIAS DE AZEVEDO, OAB/RJ 73.735, CPF 013.756.257-80; MARCIO DE OLIVEIRA RIBEIRO, OAB/RJ 82.723, CPF 903.627.137-15; MARCIO DIOGENES MELO, OAB/RJ 666, CPF 045.963.154-34; MARCIO MIRANDA DE SOUZA, OAB/RJ 108.564, CPF 073.588.607-56; MARIA DA GRACA MANHAES BARRETO IGLESIAS, OAB/RJ 117.448, CPF 075.991.807-45; MARIANA SILVA BASTOS, OAB/RJ 118.678, CPF 080.541.787-78; MARIO AUGUSTO MURIAS DE MENEZES JUNIOR, OAB/RJ 149.189, CPF 055.399.067-56; OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA, OAB/RJ 116.261, CPF 008.961.837-85; PATRICIA DUARTE DAMATO PERSEU, OAB/RJ 108.990, CPF 069.845.467-70; PAULA BREZINSKI TORRAO, OAB/RJ 133.891, CPF 079.184.337-85; PAULO CAETANO RODRIGUES HORTA JUNIOR, OAB/RJ 110.280, CPF 413.511.776-72; RACHEL ORMOND CORDEIRO REGO, OAB/RJ 104.569, CPF 907.861.737-34; RAFAEL VIEIRA DE BARROS, OAB/RJ 110.028, CPF 070.633.997-56; RAQUEL BRAGANÇA DE OLIVEIRA, OAB/RJ 146.700, CPF 099.120.407-75; ROBERTA MURATORI ATHAYDE, OAB/RJ 159.444, CPF 030.239.616-03; ROBERTO MUSA CORREA, OAB/RJ 103.156, CPF 012.188.037-03; ROBERTO PAULO OLIVEIRA AZEVEDO, OAB/RJ 104.218, CPF 032.064.877-06; RODRIGO VILLA REAL AYALA, OAB/RJ 108.650, CPF 042.421.797-07; ROGEL CARMAN GOMES BARBOSA, OAB/RJ 124.883, CPF 269.826.763-15; SANDRA REGINA VERSIANI CHIEZA, OAB/RJ 56.603, CPF 548.599.217-04; SANDRO CORDEIRO LOPES, OAB/RJ 81.757, CPF 025.040.767-11; SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA, OAB/RJ 93.742, CPF 141.945.728-40; SILVIA MERI DOS SANTOS GOTARDO, OAB/RJ 160.490, CPF 592.686.389-91; SILVIO FERREIRA DE ARAUJO, OAB/RJ 38.200, CPF 404.293.267-34; TUTECIO GOMES DE MELLO, OAB/RJ 75.478, CPF 492.180.007-30; VANESSA GRENIER FERREIRA DA MOTTA, OAB/RJ 81.172, CPF 912.778.097-04; VERONICA TORRI, OAB/RJ 107.834, CPF 044.656.597-09; VINICIUS PEREIRA MARQUES, OAB/RJ 118.627, CPF 087.164.647-10; VITOR LUIS PEREIRA DE CAMPOS,

2º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO

BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL



Prot.: 430696

Livro: 3375-P

Folha: 018

DR. RAMILO SIMÕES CORRÊA
TABELIÃO INTERINO

LUIZ CARLOS SCHONARTH
TABELIÃO INTERINO

SRTV / SUL - Q. 701 - CONJ. L - BL. 01 - LOJA 24 - ANDAR TÉRREO - CENTRO EMPRESARIAL ASSIS CHATEAUBRIAND
FONE: (61) 3225-2760 - FAX: (61) 3225-7222 / 3223-4715 - E-mail: oficio2df@uol.com.br - CEP 70340-906 - BRASILIA - DF

OAB/RJ 138.792, CPF 090.744.277-31; VICTOR NEVES E FIGUEIREDO, OAB/RJ 170.011, CPF 074.910.687-58; FELIPE SANTOS CARVALHO, OAB/RJ 137820, CPF 053.725.637-70; MARTA GORINI VIEIRA, OAB/RJ 111581, CPF 037.360.687-78; RENATO OITICICA MOREIRA, OAB/RJ 131073, CPF 092.821.347-17; GABRIELA LAMEGO DE MORAES, OAB/RJ 163.699, CPF 116.570.827-25; JOSIANE MENDES GOMES DIAS PINTO, OAB/MG 76285, OAB/ES 27315, CPF 958.490.256-34, também nomeia e constitui seus bastantes procuradores no âmbito da Diretoria Jurídica - DIJUR os seguintes advogados: Adam Luiz Alves Barra, 19.786 OAB/DF, CPF: 516.854.342-15; Alan Renato Braz, 249.898 OAB/SP, CPF: 309.464.278-01; Alberto Angelo Briani Tedesco, OAB/SP: 218506, CPF: 165.127.358-89; Alcefredo Pereira de Souza, 3002 OAB/AM, CPF: 436.633.972-20; Aline Lisboa Naves Guimarães, OAB/DF 22.400, CPF: 000.611.371-03; Ana Carolina Alves de Lana Torres Rodrigues, 28.551 OAB/DF, CPF: 797.620.181-68; Ana Cecília Costa Ponciano Portugal, 22.260 OAB/DF, CPF: 944.497.161-91; Ana Cristina Aoiama Okubo, 18.655 OAB/DF, CPF: 884.847.341-53; Ana Paula Galinatti Schreiber, 39.216 OAB/DF e OAB/RS 78.890, CPF: 008.001.560-30; Ana Paula Tierno dos Santos, 221.562 OAB/SP, CPF: 295.563.858-78; Anastácia de Barros Barbosa, 18.539 OAB/DF, CPF: 339.779.091-34; Andre Cardoso da Silva, 175.348 OAB/SP, CPF: 630.228.421-04; Andre Luiz Tokarski Boaventura, 30.861 OAB/DF, CPF: 011.114.381-02; Bruna Carneiro Tavares Pereira, 127.680 OAB/RJ, CPF: 018.446.827-22; Bruna Maggi de Sousa, 42.856 OAB/DF, CPF: 032.752.104-08; Bruno Rodrigo Gobby Ducati, OAB/SP: 190589, CPF: 246.885.998-70; Cacilda Lopes dos Santos, 124.581 OAB/SP, CPF: 131.374.838-24; Carlos Alberto Regueira de Castro Silva, 10489 OAB/PE, CPF: 197.170.914-04; Carlos Antonio Silva, 10.293 OAB/DF, CPF: 296.883.881-49; Carlos Augusto de Andrade Jenier, OAB/ES 10.270 e OAB/DF 33.068, CPF: 078.112.987-75; Carlos Henrique Bernardes Castello Chiossi, 40.915 OAB/DF, CPF: 927.897.656-34; Carolina Reis Jatoba Coelho, 21.732 OAB/DF, CPF: 716.416.101-15; Carolinne Guimaraes Lima, OAB/DF 36805, CPF: 042.406.364-69; Christiane Barozi Porto Matias, 17.596 OAB/DF, CPF: 879.609.589-04; Claudia Lourenço Midosi May, 7.833 OAB/DF, CPF: 305.198.291-15; Cristina Lee, 34.305 OAB/DF, CPF: 076.699.467-84; Damião Alves de Azevedo, 22.069 OAB/DF, CPF: 028.060.496-36; Daniel Aquino Schneider, OAB/DF 20829, CPF: 715.897.081-72; Daniella Gazzetta de Camargo, 7.529 OAB/DF, CPF: 167.451.162-00; Denyse da Silva Ramos, OAB/MA: 7103, CPF: 842.962.833-91; Eder Pessoa da Costa, 186.327 OAB/SP, CPF: 052.852.568-95; Ederson Leite Braga, 7862 OAB/PI, CPF: 895843503-82; Edson Pereira da Silva, 5.100 OAB/DF, CPF: 114.631.631-34; Eduardo Alves de Oliveira Pinto, 18.353 OAB/DF, CPF nº 831.759.111-53; Eduardo Jorge Sarmento Mendes, 26.834 OAB/DF, CPF: 001.046.834-06; Eduardo Pereira Bromonschenkel, 28.207 OAB/DF, CPF: 011.869.926-11; Efigenio Martins Sandes Neto, 23.527 OAB/DF, CPF: 714.812.221-04; Elisa Alencar de Menezes de Lima, OAB/DF 40.688, CPF: 059.081.944-50; Estanislau Luciano de Oliveira, 60.756 OAB/DF, 62.564 OAB/MG, CPF: 394.158.486-34; Fabiana Calviño Marques Pereira, 16.226 OAB/DF, CPF: 669.980.691-20; Fabio Guimarães Haggstram, 58623 OAB/RS, CPF: 976.339.170-91; Flávia de Oliveira Fernandes Pinheiro, OAB/DF: 28902, CPF: 952.435.854-91; Flávio Silva Rocha, 26.759 OAB/DF, CPF 006.129.076-94; Frederico Gazolla Rodrigues Rennó, 42.689 OAB/DF, CPF: 034.513.456-76; Guilherme Lopes Mair, OAB/SP 241.701 OAB/DF 32261, CPF: 867.097.129-15; Gilson Costa de Santana, 19.557 OAB/DF, CPF: 836.506.601-72; Gislene Sampaio Fernandes André, 027.808 OAB/DF, CPF: 386.062.911-53; Helena Sirimarco Moreira Guedes, 29.026 OAB/DF, CPF: 051.750.356-57; Jailton Zanón da Silveira, 44.279 - OAB/DF, CPF: 002.207.307-84; Jaqueline Neves Maciel de Oliveira, 22.483 - OAB/DF, CPF: 698.038.971-87; Jaques Bernardi, 44.613 OAB/RS, CPF: 528.702.600-59; Jean Pablo de Paiva Lopes, 73.943 OAB/MG, CPF: 029.073.446-09; Joe Nunes Bianchi, 69.056 OAB/PR, CPF: 024.054.549-47; José Antonio Martins Lacerda, 80.450 OAB/MG, CPF: 002.679.266-42; José Linhares Prado Neto, 18.806 OAB/DF, CPF: 690.077.133-53; José Nicodemos Rodrigues Varela, 13.187 OAB/DF, CPF: 475.667.014-87; José Oscar Cruvinel de Lemos Couto, 98.128 OAB/MG, CPF: 604.585.266-49; José Oswaldo Fernandes Caldas Morone, 64.911 OAB/SP, 32.192 OAB/DF, CPF: 947.549.268-20; Josnei de Oliveira Pinto, 21.928 OAB/DF, CPF: 575.134.571-15; Jucileia Gomes de Oliveira, 19.562 OAB/DF, CPF: 697.362.001-91; Leandro da Silva Soares, 14.499 OAB/DF, CPF: 776.008.861-20; Leandro Lara Leal, 79978 OAB/MG, CPF: 623.558.056-87; Lenymara Carvalho, 33.087 OAB/DF, CPF: 042.564.896-65; Leonardo Faustino Lima, 53.806 OAB/DF 123287 OAB/RJ, CPF: 029.227.457-24; Leonardo Groba Mendes, 16.291 OAB/DF, CPF: 634.771.141-91; Leonardo Pinto Fontes, 41.198 OAB/DF, CPF: 075.856.177-63; Leonardo Tostes dos Santos, 19.481 OAB/DF, CPF: 036.822.656-51; Lúcia Elena Arantes Ferreira Bastos, OAB/SP n. 156.619, CPF: 145.962.148-40; Luciano Caixeta Amâncio, 33.630 OAB/DF, CPF: 044.361.686-89; Luiz Eduardo Alves Rodrigues, 18.176 OAB/DF, CPF: 025.722.914-01; Luis Fernando Cordeiro Barreto, OAB/SP 178.378, CPF: 255.962.488-51; Marcela Portela Nunes Braga, 29.929 OAB/DF, CPF: 010.125.151-33; Marcia Aquino Tatsch, OAB/RS 46586, CPF: 885.021.630-00; Marco Antonio Fioravante, OAB/DF 25.314, CPF: 838.367.216-00; Marcos Antonio Silva, 27.933 OAB/DF, CPF: 258.556.701-04; Maria Angélica Silva de Souza Maia, 22439 OAB/DF, CPF: 688.470.171-49; Maria de Fátima Vieira de Vasconcelos, 9.253 OAB/DF, CPF: 339.810.271-91; Maria Eliza Nogueira da Silva, 011349 OAB/PA, CPF: 672.962.892-87; Maria Ines Brandao Nogueira da Gama, 15.989 OAB/DF, CPF: 001.207.166-82; Maria Isabel da Cruz, 7.216 OAB/DF, CPF: 115.265.051-34; Mariana Viana Fraga, 30.759 OABDF, CPF: 019.349.471-05; Maurício Chateaubriand Lustosa Pereira, 130740 OAB/RJ, CPF: 708.404.661-53; Mauricio de Oliveira Ramos, 22.441 OAB/DF, CPF: 916.808.401-34; Meire Aparecida de Amorim, 19.673 OAB/DF, CPF: 045.238.606-37; Murilo Muraro Fracari, 22.934 OAB/DF, CPF: 666.399.301-10; Murilo Oliveira Leitão, 17.611 OAB/DF, CPF: 855.506.391-49; Osival Dantas Barreto, 15.431 OAB/DF, CPF: 145.022.321-49; Paulo Roberto Soares, 13.178 OAB/DF, CPF: 330.653.309-20; Pedro Jorge Santana Pereira, 11.856A OAB/AL, CPF: 007.894.434-14; Ricardo Gonzalez Tavares, 47.246 OAB/RS, CPF: 755.403.800-10; Roland Gomes Pinheiro da Silva, OAB/SP: 168596, CPF: 156.910.708-43; Sebastião Barza, 15.165 OAB/BA, CPF: 873.801.375-49; Thiago Marques de Araújo, OAB/DF: 33248, CPF: 012.016.801-40; Toni Roberto Mendonça, OAB/SP: 199759, CPF: 170.775.708-94; Wesley Cardoso dos Santos, 16.752 OAB/DF, CPF: 820.288.421-72; William Herrison Cunha Bernardo, 40.723 OAB/GO, CPF: 594.740.092-87, (dados fornecidos por declaração, ficando a OUTORGANTE responsável por sua veracidade, bem como por qualquer incorreção), aos quais confere poderes, observadas as normas internas da CAIXA, para o foro em geral (art. 105, do CPC/2015), para, em conjunto ou isoladamente, independente da ordem de nomeação, representar a OUTORGANTE em Juízo ou fora dele, nas ações em que ela for autora, ré, assistente ou oponente ou de qualquer forma interessada, perante quaisquer juízos ou tribunais, em qualquer grau ou órgãos da Administração Pública ou Privada, podendo transigir, desistir, firmar compromisso, receber e dar quitação, arrematar e adjudicar bens em Execuções Judiciais ou Extrajudiciais, receber alvará judicial, ajuizar Ação Rescisória, impetrar Mandado de Segurança, representar a OUTORGANTE em liquidações extrajudiciais, Concordatas, Falências, Recuperações Judiciais e Recuperações Extrajudiciais, em juízo e perante administradores judiciais, podendo formular e assinar declarações e habilitações de crédito, impugnar créditos, apresentar objeções a planos de recuperação judicial ou extrajudicial, representar a OUTORGANTE em quaisquer assembleias gerais de credores em primeiras, segundas ou extraordinárias convocações, com poderes especiais para discutir, propor, deliberar e votar os assuntos da pauta ordinária ou extraordinária, praticando, enfim, tudo o mais que se tornar necessário ao fiel desempenho deste mandato, independentemente da menção de outros poderes, por mais especiais que sejam. **OUTROSSIM**, a OUTORGANTE substabelece, COM RESERVA de iguais poderes nas pessoas dos ora outorgados, aqueles poderes que lhe foram conferidos pela EMPRESA

2º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO

BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL



Prot.: 430696
Livro: 3375-P
Folha: 019

DR. RAMILO SIMÕES CORRÊA
TABELIÃO INTERINO

LUIZ CARLOS SCHONARTH
TABELIÃO INTERINO

SRTV / SUL - Q. 701 - CONJ. L - BL. 01 - LOJA 24 - ANDAR TÉRREO - CENTRO EMPRESARIAL ASSIS CHATEAUBRIAND
FONE: (61) 3225-2760 - FAX: (61) 3225-7222 / 3223-4715 - E-mail: oficio2df@uol.com.br - CEP 70340-906 - BRASILIA - DF

GESTORA DE ATIVOS - EMGEA, nos termos da Procuração Pública lavrada no 1º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE BRASÍLIA/DF, livro 6708-P, fls. 129, em data de quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove (14/02/2019), para o foro em geral. Ficam ratificados, para todos os efeitos, os atos praticados pelos outorgados desde 29 de junho de 2001, relativamente aos créditos cedidos à EMGEA, nos termos do artigo 662 e parágrafo único do Código Civil Brasileiro. O mandato outorgado pela EMGEA terá prazo de validade até o dia 14/02/2022, podendo ser revogado a qualquer tempo a critério desta, não afetando os poderes ora outorgados pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, em nome próprio, cujo prazo de validade é indeterminado. **ADEMAIS**, a OUTORGANTE substabelece, COM RESERVA de iguais poderes, nas pessoas dos ora outorgados, aqueles poderes que lhe foram conferidos pela CAIXA PARTICIPAÇÕES S/A - CAIXAPAR, nos termos da Procuração Pública lavrada NESTAS NOTAS, livro 3015, fls. 056, em data de dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e treze (17/05/2013), com reservas, para o foro em geral. **E, ADEMAIS**, a OUTORGANTE substabelece, COM RESERVA de iguais poderes, nas pessoas dos ora outorgados, aqueles poderes que lhe foram conferidos pela CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S/A, nos termos da Procuração Pública lavrada NESTAS NOTAS, livro 3267-P, fls. 121, em data de dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete (19/06/2017), com reservas, para o foro em geral. Os poderes conferidos neste instrumento podem ser, com reserva de iguais, substabelecidos a outros advogados que integram o quadro da OUTORGANTE, advogados pertencentes a sociedades de advogados credenciadas ou advogados contratados. Com exclusividade, a OUTORGANTE, além dos poderes acima referidos, confere aos advogados: Roberto Carlos Martins Pires, OAB/RJ 56.175, CPF 777.316.467-34; André Luiz Viviani De Abreu, OAB/RJ 116.896, CPF 039.807.036-90; Arcinêlio de Azevedo Caldas, OAB/RJ 4.777, CPF 189.479.567-91; Armando Borges De Almeida Junior, OAB/RJ 104.371, CPF 070.372.467-35; Cesar Eduardo Fueta de Oliveira, OAB/RJ 113.167, CPF 077.606.177-12; Daniel Versiani Chieza, OAB/RJ 126.753, CPF 090.059.137-46; Eduardo Araujo Bruzzi Vianna, OAB/RJ 127.677, CPF 079.973.137-45; Felipe Santos Carvalho, OAB/RJ 137.820, CPF 053.725.637-70; Fabiane Quintas dos Santos Lima, OAB/RJ 108.553, CPF 047.720.307-86; Leonardo Bernardes Sant'anna de Oliveira, OAB/RJ 172.656, CPF 103.901.957-90; Leonardo dos Santos, OAB/RJ 158.449, CPF 083.298.327-67; Luiz Octávio Barbosa Lima Pedrosa, OAB/RJ 63.215, CPF 496.172.817-91; Marcello Augusto Hamdan Ribeiro, OAB/RJ 77.017, CPF 858.447.807-87; Marcio de Oliveira Ribeiro, OAB/RJ 82.723, CPF 903.627.137-15; Roberto Musa Correa, OAB/RJ 103.156, CPF 012.188.037-03; Rodrigo Villa Real Ayala, OAB/RJ 108.650, CPF 042.421.797-07; Sandro Cordeiro Lopes, OAB/RJ 81.757, CPF 025.040.767-11; Silvia Meri dos Santos Gotardo, OAB/RJ 160.490, CPF 592.686.389-91; Vitor Luis Pereira de Campos, OAB/RJ 138.792, CPF 090.744.277-31, aqueles especiais para, em conjunto entre si, ou mesmo individualmente, e independente da ordem de nomeação receberem CITAÇÃO, por meio do endereço eletrônico jurirj@caixa.gov.br. (Lavrada sob minuta). O Tabelião reserva o direito de cobrar emolumentos por correção de erros materiais, advindos de declaração da outorgante (PGCJDF, Art. 14, Parágrafo Único). Se advindos da lavratura, obriga-se a corrigi-los, em até 48 horas, após o pedido. DISPENSADAS AS TESTEMUNHAS POR VONTADE DAS PARTES. (R\$: 51,90). Eu, (JOACY MUNIZ ALMEIDA), Escrevente Notarial, digitei, lavrei, conferi, li e encerro o presente ato colhendo as assinaturas. Eu, LUIZ CARLOS SCHONARTH, Tabelião Substituto, subscrevo, dou fé e assino. (aa) - GRYECOS ATTOM VALENTE LOUREIRO, LUIZ CARLOS SCHONARTH. Traslada na mesma data. Eu, _____, a conferi, subscrevi, dou fé e assino em público e raso.

EM TESTEMUNHO _____ DA VERDADE.
Selo de segurança: TJDFET20190020178463XZPE
Para consultar o selo, acesse www.tjdft.jus.br



JOACY MUNIZ ALMEIDA
Escrevente Notarial
2º Ofício de Notas e Protesto
Brasília - DF

Recibo Eletrônico de Protocolo - 11828558

Usuário Externo (signatário):	Mario Augusto Murias de Menezes Junior
IP utilizado:	200.201.163.4
Data e Horário:	02/06/2020 12:16:41
Tipo de Peticionamento:	Intercorrente
Número do Processo:	08012.001290/2020-33
Relacionado ao Processo Indicado:	08012.000403/2020-83
Protocolos dos Documentos (Número SEI):	
- Procuração Procuracao	11828557

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério da Justiça e Segurança Pública.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR
SERVIÇO DE PROTOCOLO E APOIO PROCESSUAL

De ordem, defiro conforme solicitado.

Em, 04, 06, 2020
Mário Augusto Pujadas
MAY 16 05 23

REQUERIMENTO DE ACESSO EXTERNO

Processo/Procedimento (Nº): 08012.000403/2020-83

Por seu representante legal abaixo assinado, vem a presença de Vossa Senhoria requerer: Acesso interno

Procuração (Fls): 08012.001290/2020-33 (preenchimento obrigatório)

Fone: (Fixo) (61) 35217748 (Celular) (31) 98526-4454

OAB (Nº): 149189

E-mail: mario.a.menezes@coixa.gov.br

Brasília-DF, 06 de Junho de 2020

Nestes termos pede deferimento.

(Nome do representante legal por extenso e legível)

MÁRIO AUGUSTO PUJADAS



11865801



08084.003961/2020-57



Ministério da Justiça e Segurança Pública

PEDIDO DE ACESSO EXTERNO A PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**INSTRUÇÕES**

- Preencha apenas as células em branco;
- Ao terminar o preenchimento, clique no botão salvar;
- Após salvar, feche o documento para continuar seu peticionamento.

IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

Nome Completo:	Tamara dos Reis de Abreu
Nº do CPF e da Identidade:	99925052572
E-mail:	tamara@sarmientosilva.com.br
Telefone para contato (DDD + Número):	(71) 99130-2440
Endereço (Logradouro, Bairro, Cidade/UF, CEP):	Av. Antônio Carlos Magalhães, nº 3.244, Ed. Empresarial Thomé de Souza, 8º andar, Pituba, Salvador – Bahia, CEP 41.800-700

DADOS DO PROCESSO SOLICITADO

Número do Processo:	<u>08012.000403/2020-83</u>
Motivo da solicitação de acesso:	Vistas dos autos para acompanhamento do processo como advogada do Banco Cetelem S/A.

IMPORTANTE!

Caso o processo requerido contenha informações pessoais, terá seu acesso restrito a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que se referirem, ou a terceiros autorizados por previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que se referirem, ressalvadas outras situações previstas Lei, nos termos do Capítulo VII, do [DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012](#).

Dessa forma, caso seja representante da parte interessada, deverá anexar o instrumento de Procuração devidamente assinado.

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS

Ao assinar essa petição eletrônica, em que solicito acesso a processo(s) administrativo(s) do órgão, **DECLARO** que:

1. Responsabilizo-me integralmente pela adequada utilização das informações a que tiver acesso; estou ciente de que posso vir a ser responsabilizado civil, criminal e administrativamente pelos danos morais ou materiais decorrentes da utilização, reprodução ou divulgação indevida dessas informações; e que
2. Estou ciente das restrições a que se referem o art. 31 § 2º (uso indevido de informação) da Lei n. 12.527/2011 (Acesso à Informação) e o art. 56 (transparência e respeito às informações pessoais) do Decreto n. 7.724/2012 (que regulamenta a Lei n. 12.527/2011), do art. 20 (divulgação autorizada ou necessária) da Lei n. 10.406/2002 (Código Civil) e os arts. 138 a 145 (crimes contra a honra), 297, 299 e 304 (crimes de falsidade documental) do Decreto-Lei n. 2.848/1940 (Código Penal).



Documento assinado eletronicamente por **Tamara dos Reis de Abreu, Usuário Externo - Advogado(a)**, em 05/06/2020, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11865801** e o código CRC **F8CCA7DA**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR COORDENADOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DA SENACON

Processo nº: 08012.000403/2020-83

BANCO CETELEM S/A, instituição financeira devidamente qualificada nos autos do processo tombado sob o número em epígrafe, vem, respeitosamente, perante V. Ex.^a, por seu advogado infra firmado, requer a juntada aos autos do substabelecimento anexo, bem como requerer vista dos autos.

Por fim, requer para que todas as comunicações relativas a este procedimento administrativo sejam dirigidas ao Bel. **DJALMA SILVA JÚNIOR**, inscrito na **OAB/SP sob o nº 368.437**, através do endereço eletrônico: juridico1@sarmentoesilva.com.br.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Brasília - DF, 05 de junho de 2020.

Assinado eletronicamente
DJALMA SILVA JÚNIOR
OAB/SP nº 368.437

Assinado eletronicamente
TAMARA REIS
OAB/BA nº 22.387

BANCO CETELEM S.A.
CNPJ nº 00.558.453/0001-71
NIRE 35.300.465.971

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2016.

DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 20 de Abril de 2016, às 9:00 horas, na sede social do Banco Cetelem S.A., na Alameda Rio Negro, 161, 17º andar, Bairro Alphaville, Barueri, São Paulo, CEP 06454-000.

CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação prévia em razão da presença da única acionista, conforme disposição do §4º, do art. 124 da Lei 6.404/76.

PRESENÇA: Acionista da sociedade representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante no “Livro de Presença de Acionistas”.

MESA: **Presidente:** António Nuno Henrique Cardoso Verças e **Secretário:** Antonio Carlos La Gamba Pajoli.

ORDEM DO DIA:

- (a) Incluir no Capítulo IX – Ouvidoria, novos Artigos 25, 26 e 27, que disporão, de forma expressa, a respeito dos critérios de designação, destituição e atribuições do Ouvidor, com a consequente renumeração dos artigos seguintes;
- (b) aperfeiçoar a redação do parágrafo 2º do antigo Artigo 25 do Estatuto Social, ora renumerado para Artigo 28, em atendimento ao contido no inciso III - b do Artigo 9º da Resolução nº 4.433, de 23.07.2015;
- (c) alterar o inteiro teor da redação do antigo Artigo 26 do Estatuto Social, ora renumerado para Artigo 29 em atendimento ao disposto no Artigo 3º da Resolução nº 4.433, de 23.07.2015;
- (d) alterar o inteiro teor da redação antigo Artigo 27, ora renumerado para Artigo 30 em atendimento ao disposto no Artigo 6º da Resolução nº 4.433, de 23.07.2015, que trata das atividades da Ouvidoria;
- (e) aprovar a nova redação consolidada do Estatuto Social.

DELIBERAÇÕES: foram aprovadas pela única acionista as seguintes matérias, constantes da Ordem do Dia:



[Handwritten signature]





Atestamos que este documento foi elaborado
e emitido de acordo com o Regulamento do Banco
em conformidade com a legislação em vigor.
O presente documento é válido para fins de
comprovação de capitalização de sistema financeiro
de curto prazo e para fins de
comprovação de capitalização de sistema financeiro
de longo prazo.

Assinatura de Oliveira

(a) a inclusão no Capítulo IX – Ouvidoria, de novos Artigos 25, 26 e 27, para dispor, de forma expressa, a respeito dos critérios de designação e destituição do Ouvidor, bem como de suas atribuições, renumerando-se os artigos seguintes. Desta forma, estes novos artigos passarão a vigorar com a seguinte redação:

”Artigo 25 – O Ouvidor será designado pela Diretoria da Sociedade mediante processo de contratação interno ou externo, por prazo indeterminado, em decorrência da capacitação para a função. A designação deve ser registrada em ata e dada a devida ciência para o Comitê de Auditoria da Sociedade.

Parágrafo Único – O Ouvidor poderá ser destituído de suas funções por decisão da Diretoria da Sociedade, em decorrência da perda de vínculo funcional com a Sociedade, alteração de função, conduta ética incompatível com a função ou demais práticas e condutas que justifiquem a destituição, cujo ato deverá ser registrado em ata e dada a devida ciência para o Comitê de Auditoria da Sociedade.

Artigo 26 – O Ouvidor é um profissional cuja função deve ser desempenhada com imparcialidade, intermediando a solução de conflitos, visando afirmar a credibilidade desta Sociedade, valendo-se para isso da rede de relacionamentos internos e externos.

Artigo 27 – São atribuições do Ouvidor:

- I. conhecer e compreender as Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) aplicáveis a esta Sociedade, bem como ter conhecimento do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), sendo capaz de transformar possíveis litígios em oportunidades de solução e fidelização;*
- II. desenvolver e aplicar técnicas de Negociação, Conciliação e Mediação de conflitos, visando transformar a Reclamação e o Atrito em oportunidades de inovação e mudança;*
- III. identificar os valores e características necessários para estruturar e implantar uma Ouvidoria com excelência.”*

(b) o aperfeiçoamento da redação do parágrafo 2º do antigo Artigo 25 do Estatuto Social, ora renumerado para Artigo 28, em atendimento ao contido no inciso III-b do Artigo 9º da Resolução nº 4.433, de 23.07.2015 passando a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 28

Parágrafo 2º - A Sociedade deverá assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.”



[Handwritten signature]





ANALISTA
Heleni Pires da Oliveira
DEPARTAMENTO DE REGISTRO DO SISTEMA FISCAL
Governo Federal em São Paulo - SP
Atestados que este documento foi autenticado
resolvido a manifestação e registro dos atos
praticados contra de carta emitida e parte
DEPARTAMENTO DE REGISTRO DO SISTEMA FISCAL
Governo Federal em São Paulo - SP

(c) a alteração do inteiro teor da redação do antigo Artigo 26 do Estatuto Social, ora renumerado para Artigo 29, para fazer constar as atribuições da Ouvidoria, em atendimento ao disposto no Artigo 3º da Resolução nº 4.433, de 23.07.2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 29 - São atribuições da Ouvidoria:

I. prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Sociedade;

II. atuar como canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e

III. informar à diretoria da Sociedade a respeito das atividades de Ouvidoria.”

(d) a alteração do inteiro teor do antigo Artigo 27, ora renumerado para Artigo 30, para fazer constar as atividades da Ouvidoria, em atendimento ao disposto no Artigo 6º da Resolução nº 4.433, de 23.07.2015, passando o novo artigo a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 30- São atividades da Ouvidoria:

I. atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;

II. prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não pode ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;

III. encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto no item anterior;

IV. manter a diretoria da Sociedade, informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Sociedade para solucioná-los; e

V. elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao comitê de auditoria e à diretoria da Sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.”

(e) a consolidação do Estatuto Social da Sociedade, que passa a fazer parte integrante desta Ata, para os fins e efeitos legais, como Anexo I.





ATTESTAMOS que este documento foi assinado
a critério do Banco Central do Brasil em processo
regular e autorizado a respeito dos atos
praticados perante o corte unificado a parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Confirmação em São Paulo - B

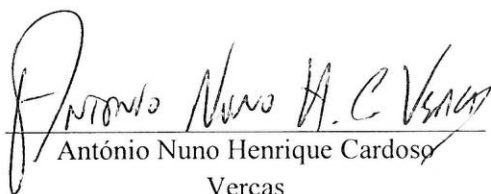
ANALISTA
Roberto Pessoa da Silveira

ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes.

ACIONISTA PRESENTE: Cetelem América Ltda., neste ato representada pelo seu Diretor Vice-Presidente Antônio Nuno Henrique Cardoso Verças.

Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio.

Barueri (SP), 20 de Abril de 2016.


Antônio Nuno Henrique Cardoso
Verças

Presidente da Mesa


Antonio Carlos La Gamba Pajoli
Secretário da Mesa



CADA AUTENTICAÇÃO - R\$ 3,10
VÁLIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE
CEP 05418-010 - SÃO PAULO - SP - TEL: 3065-4500
RUA ANTONIO BICUDO, 64 - PINHEIROS
www.vampre.com.br
S. Paulo, 7 de JUN. 2016
ESTA CÓPIA, EXPEDIDA PELO CARTÓRIO,
CONFERE COM O ORIGINAL. DOU FÉ.
AUTENTICAÇÃO:
TABELÃO DE NOTAS - VAMPRE

14. TABELÃO - VAMPRE
ANTE AUTORIZADA
PAULO - CAPITAL
AUTENTICAÇÃO
111229
1047BB0734286

ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco/Cartório de Brasília em processo
regulador e a manifestação e respeito dos atos
praticados, conforme de carte emitidos a parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Correção/Emenda em São Paulo - II
Heber Posses da Silveira
ANALISTA

ANEXO I
ESTATUTO SOCIAL

BANCO CETELEM S.A.
CNPJ nº 00.558.456/0001-71
NIRE 35.300.465.971

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE, FORO E PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 1º - O BANCO CETELEM S.A., é uma Sociedade anônima, que se regerá pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis e pelo presente Estatuto Social.

Artigo 2º - A Sociedade tem sede e foro na cidade de Barueri, estado de São Paulo e, observadas as prescrições legais e regulamentares, poderá abrir e extinguir agências, dependências ou filiais em qualquer ponto do País, por deliberação e critério da Diretoria.

Artigo 3º - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

Artigo 4º - A Sociedade tem por objeto social a pratica de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas carteiras autorizadas – Comercial e de Crédito, Financiamento e Investimento e, ainda, a carteira de Câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O Capital Social é de R\$ 905.165.792,00 (novecentos e cinco milhões, cento e sessenta e cinco mil e setecentos e noventa e dois reais), dividido em 905.165.792 (novecentas e cinco milhões, cento e sessenta e cinco mil e setecentas e noventa e duas) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

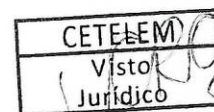
Parágrafo 1º - Cada ação dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - As ações, indivisíveis perante a Sociedade, não serão representadas por cautelas provisórias ou por certificados, presumindo-se a respectiva propriedade pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Sociedade.

Parágrafo 3º - A transferência das ações operar-se-á por termo lavrado no livro de transferência de ações nominativas, datado e assinado pelo cedente e pelo cessionário, ou por seus legítimos representantes ou procuradores.



(Handwritten signature)



1



ANALISTA
Heber Debet de Silva
Gênero: M, Data de Nascimento: 10/06/1978, RG: 1.234.567-8, CPF: 123.456.789-01, Endereço: Rua das Flores, 123, São Paulo, SP.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 6º - A Assembleia Geral realizar-se-á ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses, após o término do exercício social, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses o exigirem, quando convocada pelo Conselho Fiscal, se em funcionamento, ou pelos acionistas na forma da lei.

Parágrafo 1º - Os acionistas poderão participar das Assembleias Gerais por meio de videoconferência, conferência telefônica ou outro meio de comunicação que permita assegurar a identificação do acionista e a participação efetiva e a autenticidade do seu voto, que será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida assembleia.

Parágrafo 2º - As deliberações das assembleias, ressalvadas as exceções legais, serão tomadas pelos votos representativos da maioria das ações.

Parágrafo 3º - As atas das reuniões das Assembleias Gerais e as deliberações serão registradas em livro próprio.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7º - A Sociedade será administrada por uma Diretoria na forma da Lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência, reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Parágrafo 2º - A Sociedade procederá obrigatoriamente renovação anual do Seguro de Responsabilidade Civil dos Diretores e Administradores (D&O).

CAPÍTULO V DIRETORIA

Artigo 8º - A Diretoria será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, de 7 (sete) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Vice-Presidente e os demais designados Diretores, sem designação especial.

Parágrafo 1º - O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos, podendo haver reeleição, permanecendo, entretanto, os Diretores em seus cargos até a data da posse da nova Diretoria.





ATESTAMOS que este documento foi autenticado
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regulatório e a autenticidade e respeito dos atos
pretendidos de parte de parte a parte
DEPARTAMENTO DE AUTENTICAÇÃO DO SISTEMA FISCAL
Cartório de São Paulo - S

ANALISTA
Heber Pezoso da Silva

Parágrafo 2º - Em caso de vaga de qualquer dos cargos de Diretores, ou impedimento do titular, caberá à Assembleia Geral eleger o novo Diretor, cujo mandato deverá coincidir com o dos demais Diretores.

Parágrafo 3º - Nos seus impedimentos, faltas ou ausências temporárias, os Diretores impedidos ou faltantes, indicarão os seus respectivos substitutos, que deverão, necessariamente, serem também Diretores.

Artigo 9º - Compete à Diretoria exercer as atribuições que a Lei o Estatuto Social lhe conferirem para os atos necessários ao funcionamento regular da Sociedade.

Artigo 10 - A Diretoria, presidida pelo Diretor Presidente, reunir-se-á sempre que necessário, na Sede da Sociedade e suas deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, cabendo a convocação ao próprio Diretor Presidente, que também presidirá a reunião, a quem caberá o voto de qualidade no caso de empate de votação.

Artigo 11 - As atas das reuniões de Diretoria e as deliberações serão registradas em livro próprio.

Artigo 12 - A Diretoria terá amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e a realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto da Sociedade, e poderá, inclusive, contratar empréstimos, renunciar a direitos e transigir, dar caução e, bem assim, adquirir, alienar, hipotecar e, de qualquer forma, onerar bens imóveis da Sociedade.

Artigo 13 - Compete ao Diretor Presidente:

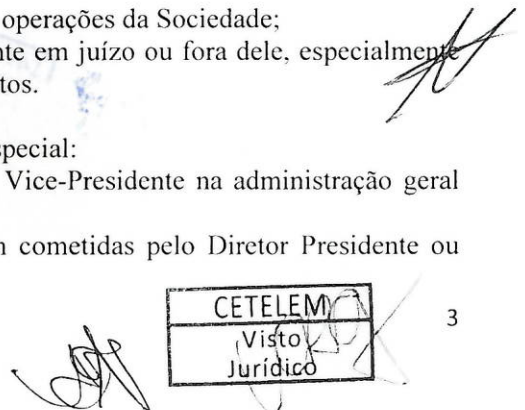
- a) exercer a supervisão de todos os negócios e operações da Sociedade;
- b) representar a Sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimentos;
- c) criar e suprimir cargos, contratar, promover, suspender, demitir, fixar vencimentos e gratificações e determinar a competência dos funcionários;
- d) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria;
- e) cumprir e fazer cumprir os estatutos sociais, assim como as resoluções das Assembleias Gerais.

Artigo 14 - Compete ao Diretor Vice-Presidente:

- a) exercer a supervisão de todos os negócios e operações da Sociedade;
- b) representar a Sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimentos.

Artigo 15 - Compete aos Diretores sem designação especial:

- a) auxiliar o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente na administração geral dos negócios sociais;
- b) desincumbir-se das tarefas que lhes forem cometidas pelo Diretor Presidente ou Diretor Vice-Presidente.





Atestamos que o documento foi autenticado
e que o mesmo é verdadeiro e legítimo.
Assinatura do Responsável Técnico:
[Assinatura]

Artigo 16 - A Sociedade somente poderá assumir quaisquer obrigações mediante assinatura:

- a) do Diretor Presidente ou do Diretor Vice-Presidente isoladamente;
- b) de 2 (dois) Diretores sem designação especial em conjunto;
- c) de um Diretor sem designação especial em conjunto com procurador com expressos e especiais poderes;
- d) de 1 (um) procurador, isoladamente, com expressos e específicos poderes.

Artigo 17 - Para a outorga de procurações, a Sociedade deverá ser representada isoladamente pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Vice-Presidente ou por qualquer 2 (dois) dos outros Diretores sem designação especial em conjunto. As procurações outorgadas em nome da Sociedade, exceção das que conferem poderes "ad-judicia", deverão especificar os poderes conferidos para assinatura em conjunto e/ou isoladamente, bem como, conter prazo de validade definido.

Artigo 18 - Para alienar, ceder, hipotecar, permutar ou onerar os bens da Sociedade, a Sociedade será representada por 2 (dois) Diretores, sendo obrigatória a presença do Diretor Presidente ou do Diretor Vice-Presidente.

Artigo 19 - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao seu objeto social, tais como fianças, avais, endossos, ou quaisquer garantias, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral.

Artigo 20 - À Diretoria, nos exatos termos do presente Estatuto Social, compete representar a Sociedade, zelar pelo cumprimento e execução das normas estatutárias, organizar e apresentar à Assembleia Geral as demonstrações financeiras previstas em lei e a proposta de destinação do resultado do exercício, depois de submetê-las ao Conselho Fiscal, se em funcionamento.

CAPÍTULO VI CONSELHO FISCAL

Artigo 21 - A Sociedade terá um Conselho Fiscal, de caráter não permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não residentes no País, devendo sua eleição e instalação obedecer aos preceitos da legislação pertinente.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal, quando eleito e instalado, terá a incumbência atribuída por lei e a remuneração de seus membros efetivos será fixada pela Assembleia Geral que o eleger, de acordo com a lei.

CAPÍTULO VII COMITÊ DE AUDITORIA



05.07.15

Artigo 22 - O Comitê de Auditoria será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento por parte da Sociedade das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor.

Parágrafo 1º - O Comitê de Auditoria será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos pela Assembleia Geral dentre os Diretores da Sociedade, devendo pelo menos um deles possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria, designado Especialista.

Parágrafo 2º - Os membros eleitos para o Comitê de Auditoria terão mandato por prazo indeterminado.

Parágrafo 3º - A destituição dos membros do Comitê de Auditoria depende de deliberações tomadas pela Assembleia Geral.

Parágrafo 4º - Os membros do Comitê de Auditoria poderão participar das reuniões do Comitê por meio de videoconferência, conferência telefônica ou outro meio de comunicação que permita assegurar a identificação do membro, a sua participação efetiva e a autenticidade de sua participação, que será considerada válida para todos os efeitos legais e incorporada à ata da referida reunião.

Parágrafo 5º - O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente à Diretoria

Artigo 23 - Constituem atribuições do Comitê de Auditoria:

- I. estabelecer as regras operacionais para o seu funcionamento, as quais devem ser aprovadas pela Diretoria, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos acionistas;
- II. recomendar à Diretoria a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário;
- III. revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais da Sociedade, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- IV. avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos;
- V. avaliar o cumprimento, pela Diretoria, das recomendações feitas pelos auditores independente ou interno;
- VI. estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- VII. recomendar à Diretoria correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;





ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e habilitação e respeito aos atos
prevididos em lei de carteir emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gestão e controle em São Paulo - II

Heber Pessoa da Silveira
ANALISTA

VIII. reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a Diretoria, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros;

IX. verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria;

X. reunir-se com o Conselho Fiscal da Sociedade, quando em funcionamento, e com a Diretoria, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas respectivas competências; e

XI. outras atribuições eventualmente determinadas pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO VIII COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

Artigo 24 - A Sociedade terá um Comitê de Remuneração, composto por no mínimo de 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, nomeados e destituídos pela Diretoria, devendo pelo menos um deles não ser integrante da Administração da Sociedade.

Parágrafo 1º - Os membros eleitos para o Comitê de Remuneração terão mandato de 1 (um) ano, permitida a recondução por até 9 (nove) vezes consecutivas, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo 2º - Os membros nomeados, que podem ser integrantes dos Órgãos da Administração da Sociedade e do corpo de funcionários da Sociedade, devem preencher as condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo.

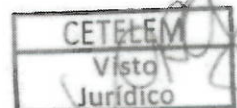
Parágrafo 3º - Os membros do Comitê de Remuneração poderão participar das reuniões do Comitê por meio de videoconferência, conferência telefônica ou outro meio de comunicação que permita assegurar a identificação do membro e a sua participação efetiva e a autenticidade de sua participação, que será considerada válida para todos os efeitos legais e incorporada à ata da referida reunião.

Parágrafo 4º - No ato da nomeação pela Diretoria dos membros do Comitê de Remuneração, será designado o seu Coordenador.

Parágrafo 5º - O Comitê de Remuneração reportar-se-á diretamente à Diretoria.

Parágrafo 6º - Compete ao Comitê de Remuneração, além de outras atribuições que lhe venham a ser conferidas por lei ou norma regulamentar:

I. elaborar a política de remuneração dos administradores, propondo à Diretoria diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;



CVDT VULNERABILIDADE - R\$ 3,10
VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE
CEP 05418-010 - SAO PAULO - SP - TEL. 3065-1500
RUA ANTONIO BILCUDO, 64 - PINHEIROS
WWW.VAMPRE.COM.BR

IMPRESSO
ARIZ
CELETEM

149 TABELAÇÃO - VAMPRE
ANALISADA E AUTENTICADA
1047BB0987431
AUTENTICACAO

149 TABELAÇÃO DE NOTAS - VAMPRE
ESTA COPIA, EXPEDIDA PELO CARTÃO, CONFERE COM O ORIGINAL. DOU FE.
S. Paulo 10 JUN. 2016
WWW.VAMPRE.COM.BR
RUA ANTONIO BILCUDO, 64 - PINHEIROS
CEP 05418-010 - SAO PAULO - SP - TEL. 3065-1500
VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE
CADA AUTENTICACAO - R\$ 3,10

[Handwritten signature]

ANALISTA
Heitor Pessoa de Oliveira

Atestamos que este documento foi examinado e a autenticação foi realizada de acordo com o procedimento regular e a autenticação é respectiva aos atos praticados, conforme de cada uma das partes.
DEFININDO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MANEJAMENTO
CONFIRMAÇÃO EM DOU FATO - II

02 03 10
11 12 13

- II. supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração dos administradores;
- III. revisar anualmente a política de remuneração de administradores, recomendando à Diretoria a sua correção ou aprimoramento;
- IV. propor à Diretoria da Sociedade o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma prevista em lei;
- V. avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores;
- VI. analisar a política de remuneração de Administradores em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação às empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; e,
- VII. zelar para que a política de remuneração dos Administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e situação financeira atual e esperada da instituição e com o que dispuser a lei e a regulamentação aplicável.

Parágrafo 7º - Os membros do Comitê de Remuneração integrantes da Diretoria da Sociedade não farão jus a qualquer remuneração adicional àquela a que tiverem direito por exercerem cargos na Diretoria da Sociedade. Os demais membros não integrantes da Diretoria serão remunerados na forma e no montante definidos previamente pela Diretoria.

CAPÍTULO IX OUVIDORIA

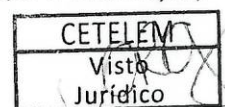
Artigo 25 – O Ouvidor será designado pela Diretoria da Sociedade mediante processo de contratação interno ou externo, por prazo indeterminado, em decorrência da capacitação para a função. A designação deve ser registrada em ata e dada a devida ciência para o Comitê de Auditoria da Sociedade.

Parágrafo Único – O Ouvidor poderá ser destituído de suas funções por decisão da Diretoria da Sociedade, em decorrência da perda de vínculo funcional com a Sociedade, alteração de função, conduta ética incompatível com a função ou demais práticas e condutas que justifiquem a destituição, cujo ato deverá ser registrado em ata e dada a devida ciência para o Comitê de Auditoria da Sociedade.

Artigo 26 – O Ouvidor é um profissional cuja função deve ser desempenhada com imparcialidade, intermediando a solução de conflitos, visando afirmar a credibilidade desta Sociedade, valendo-se para isso da rede de relacionamentos internos e externos.

Artigo 27 – São atribuições do Ouvidor:

- I. conhecer e compreender as Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) aplicáveis a esta Sociedade, bem como ter conhecimento do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), sendo capaz de transformar possíveis litígios em oportunidades de solução e fidelização;



- II. desenvolver e aplicar técnicas de Negociação, Conciliação e Mediação de conflitos, visando transformar a Reclamação e o Atrito em oportunidades de inovação e mudança;
- III. identificar os valores e características necessários para estruturar e implantar uma Ouvidoria com excelência.

Artigo 28 - A Ouvidoria é o órgão responsável por assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos dos consumidores, bem como atuar como um canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de seus produtos e serviços.

Parágrafo 1º - A Sociedade se compromete a criar condições adequadas para o funcionamento da ouvidoria, bem como para que a atuação desta seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção.

Parágrafo 2º - A Sociedade deverá assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

Artigo 29 - São atribuições da Ouvidoria:

- I. prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Sociedade;
- II. atuar como canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e
- III. informar à diretoria da Sociedade a respeito das atividades de Ouvidoria.

Artigo 30 - São atividades da Ouvidoria:

- I. atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;
- II. prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não pode ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;
- III. encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto no item anterior;
- IV. manter a diretoria da Sociedade, informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Sociedade para solucioná-los; e





ALÉXANDROS que este documento foi submetido ao Exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a homologação e a aprovação das atas praticadas, consiste de certa entidade e parte, DESENVOLVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - II

V. elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao comitê de auditoria e à diretoria da Sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

CAPÍTULO X EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E LUCROS

Artigo 31 - O exercício social terá início em 01 de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. O Balanço, obediente a todas as prescrições legais, será levantado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 32 - Do resultado do exercício serão deduzidos:

- a) prejuízo, se houver;
- b) provisão para Imposto de Renda;
- c) participação da Diretoria, nos limites estipulados pelo art. 152 da Lei 6.404/76.

Do lucro líquido serão destinados:

- a) 5% (cinco por cento) à constituição do Fundo de Reserva Legal até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 1% (um por cento), no mínimo, para pagamento de dividendos aos acionistas e,
- c) o saldo terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Artigo 33 - A Sociedade poderá, ainda, levantar balanços intermediários no último dia de cada mês e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços.

Parágrafo 1º - É facultada a distribuição de dividendos intermediários.

Parágrafo 2º - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório a ser pago aos acionistas.

CAPÍTULO XI LIQUIDAÇÃO

Artigo 34 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e um Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação.

CAPÍTULO XII EXTINÇÃO





ANALYST

Haber-Peters et al.

~~CONFIDENTIAL - SECURITY INFORMATION~~

Artigo 35 - Dissolve-se a Sociedade:

- a) por deliberação da Assembleia Geral com o voto do acionista controlador;
- b) pela existência de um único acionista entre duas assembleias gerais ordinárias, no período de um ano;
- c) pela cassação da autorização para funcionar;
- d) nos demais casos previstos em lei para a dissolução judicial.

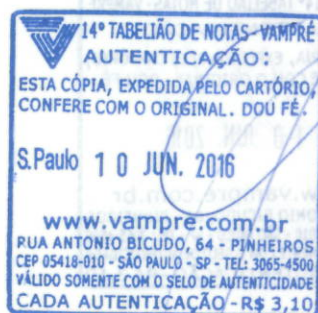
Artigo 36 - O encerramento da liquidação, seja ela voluntária, forçada, judicial ou extrajudicial, extingue a Sociedade, bem como a sua incorporação ou fusão, ou ainda a cisão com a versão de todo o patrimônio em outras sociedades.

Parágrafo Único - A transformação não extinguirá a Sociedade necessariamente, mas como terá o efeito de alterar o objeto da Sociedade, poderá produzir sua extinção, se não for previamente autorizada pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO XIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 37 - Fica eleito o foro da comarca de Barueri, no estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias oriundas deste Estatuto Social.

Artigo 38 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como outras normas legais que lhe forem aplicáveis.





ANALISTA
Heber Pereira da Silva

Atestamos que este documento foi elaborado
e assinado pelo Controlador de Banco em
regulamento a legislação e sob a supervisão
prática da Comissão de Controle de Banco
de Brasília em 11 de maio de 2016.

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

BANCO CETELEM S/A, empresa com sede na Alameda Rio Negro, nº 161, 17º andar, Alphaville, CEP: 06454-000 – Barueri/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.558.456/0001-71, representado neste ato na forma de seus atos societários, por seu Diretor Presidente, **ANTÔNIO NUNO HENRIQUES CARDOSO VERÇAS**, português, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade V562683-O (RNE), inscrito no CPF/MF sob nº 233.462.078-54, com endereço comercial em Barueri (SP) na Alameda Rio Negro nº 161, 17º andar, Alphaville – CEP 06454-000, nomeia e constituem como seus bastantes procuradores os Dr.(s):

OUTORGADOS:

DJALMA SILVA JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito junto à OAB/SP sob nº 368.437 e perante a OAB/BA sob o nº 18.157 e **MANUELA SARMENTO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/BA sob o nº 18.454, sócios do escritório **SARMENTO E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.264.388/0001-87 e registrada na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia, sob o nº 1.336/2004, com sede estabelecida na Avenida Antônio Carlos Magalhães, nº 3.244, Ed. Empresarial Thomé de Souza, 8º andar, Pituba, Salvador - Bahia, CEP 41.800-700, a quem confere os seguintes poderes:

PODERES:

- (1) Representar a Outorgante perante quaisquer órgãos públicos ou privados, especialmente órgãos de fiscalização e da administração pública no âmbito federal, estadual ou municipal, autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais e, ainda, perante quaisquer instituições financeiras, inclusive o Banco Central do Brasil, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Justiça, podendo, para tanto, requerer, tomar ciência, reclamar, assinar formulários, firmar carta de preposição, bem como praticar todos os atos necessários para o exercício deste mandato; e
- (2) Confere, também, amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula *ad-judicia et extra*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-la nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, indicar prepostos, podendo os outorgados, inclusive, substabelecer com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

VALIDADE:

A presente procuração terá prazo indeterminado a partir da data de sua assinatura.

Barueri (SP), 20 de março de 2019.

ANTÔNIO NUNO HENRIQUES CARDOSO VERÇAS
Diretor Presidente



**SUBSTABELECIMENTO DE MANDATO,
COM RESERVA DE IGUAIS PODERES**

PROCESSO Nº 08012.000403/2020-83

NOTIFICANTE: SENACON


NOTIFICADO: BANCO CETELEM S/A

JUÍZO: SENACON DA COMARCA DE BRASÍLIA - DF

Pelo presente instrumento, os bacharéis DJALMA SILVA JÚNIOR e/ou MANUELA SARMENTO, brasileiros, casados, inscritos na OAB-BA, respectivamente, sob o nº 18.157 e 18.454, e ele com OAB/SP sob nº 368.437, com endereço profissional estabelecido na Av. Antônio Carlos Magalhães, nº 3.244, conj. 820, Ed. Empresarial Thomé de Souza, Pituba, Salvador - Bahia, substabelecem, com reserva de iguais, os poderes de mandato que lhe foram outorgados pelo BANCO CETELEM S/A, à causídica TAMARA DOS REIS DE ABREU, inscrita na OAB/BA sob nº 22.287, estando esta apta a obter vista do presente procedimento administrativo.

Dentre os poderes substabelecidos, não se encontra o de receber intimações, de forma que, sob pena de nulidade, as notificações referentes ao presente feito devem ser dirigidas ao Bel. DJALMA SILVA JÚNIOR (OAB/SP nº 368.437), cujo nome deve constar na capa dos autos e no sistema informatizado de informações processuais.

Brasília - DF, 05 de junho de 2020



DJALMA SILVA JÚNIOR
OAB/SP nº 368.437

Recibo Eletrônico de Protocolo - 11865807

Usuário Externo (signatário): Tamara dos Reis de Abreu
IP utilizado: 187.105.51.105
Data e Horário: 05/06/2020 17:40:45
Tipo de Peticionamento: Processo Novo
Número do Processo: 08084.003961/2020-57
Interessados:

Tamara dos Reis de Abreu

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Documento Principal:

- Pedido de Vistas a Processo Administrativo 11865801

- Documentos Complementares:

- Outros Petição de juntada de substabelecimento 11865803

- Outros atos constitutivos 11865804

- Procuração procuração 11865805

- Outros substabelecimento 11865806

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério da Justiça e Segurança Pública.

 Responder a todos |  Excluir Lixo eletrônico | 



ENC: Solicitação de inteiro teor de processo



Agenda SENACON Gab

Hoje, 16:21


Ramon Cortes de Sousa; Luciene Lima Nazaro 

 Responder a todos | 

Caixa de entrada

Of.Senacon.Nota técnic... 

69 KB

 Mostrar todos os 1 anexos (69 KB) [Baixar](#)

Prezado Ramon,

Encaminho documento para registro no SEI.

Atenciosamente,

Patrícia Ribeiro Lima

Secretária

Secretaria Nacional do Consumidor

Esplanada dos Ministérios, Bloco T

Edifício Sede – 5º andar – sala 538

Tel: (61) 2025-9937/(61) 98225-6511

De: Nudecon DPGE <coordnudecondpgerj@gmail.com>

Enviada em: quinta-feira, 14 de maio de 2020 13:00

Para: Alessandro Marinho de Sousa <alessandro.sousa@mj.gov.br>; Agenda SENACON Gab <agenda.senacon.gab@mj.gov.br>; senacon.rj@mj.gov.br

Assunto: Solicitação de inteiro teor de processo

Prezados,

Segue, em anexo, Ofício de solicitação.

Att:.

Rosemary Custódio

Assessora

NUDECON/DPGE-RJ

Rua: São José, 35/13º andar

Centro/Rio de Janeiro

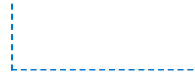
CEP: 20010-020

Telefones: 21- 28682100 Ramais: 302/304

 Responder a todos |   Excluir Lixo eletrônico |  ...



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO





DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Rio de Janeiro, 13 de maio de 2020

Coordenação do NUDECON – Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro-RJ.

Ao excelentíssimo Senhor Doutor

LUCIANO BENETTI TIMM

Secretário Nacional do Consumidor

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ministério da Justiça e Segurança Pública, 5º andar, sala 538, Brasília/DF. CEP: 70064-900

Senhor Secretário,

Tenho a honra de me dirigir a V.Exa, para, cumprimentando-o, solicitar sua gentileza no sentido de encaminhar o inteiro teor do processo administrativo 08012.000403/2020-83 que deu ensejo a Nota Técnica n.º 28/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ, referente ao estudo técnico sobre cartão de crédito consignado e dos problemas envolvendo a oferta e comercialização de tal produto.

Certa do atendimento que ora se faz necessário, aproveito a oportunidade para apresentar protestos de alta estima e distinta consideração.

Patrícia Cardoso Maciel Tavares

Coordenadora do Núcleo de Defesa do Consumidor - NUDECON

Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro



11698353



08012.001134/2020-72



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor

Despacho nº 782/2020/GAB-SENACON/SENACON/MJ

Destino: **DPDC**

Assunto: **Defesa do Consumidor: Averiguações Preliminares de Irregularidades e Condutas Infrativas**

Interessado(a): **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NUDECON**

Em atenção ao Ofício (11698218), que solicita o inteiro teor do processo administrativo 08012.000403/2020-83 que deu ensejo a Nota Técnica n.º 28/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ, referente ao estudo técnico sobre cartão de crédito consignado e dos problemas envolvendo a oferta e comercialização de tal produto, encaminha-se ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor para conhecimento e providências cabíveis.

Atenciosamente,

DAVID MENEGON

Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor



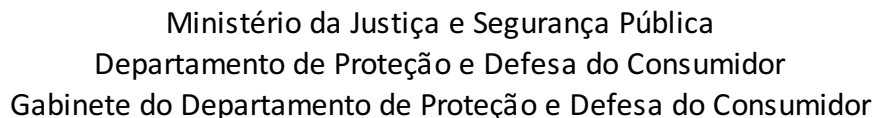
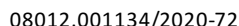
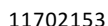
Documento assinado eletronicamente por **DAVID MENEGON**, **Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor**, em 15/05/2020, às 11:51, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11698353** e o código CRC **69C94BC4**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site

<http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.



Despacho nº 692/2020/GAB-DPDC/DPDC/SENACON/MJ

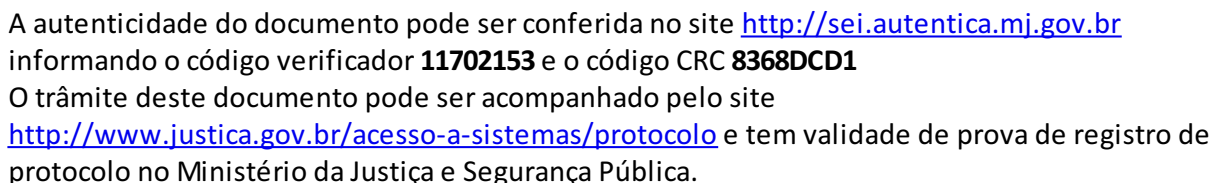
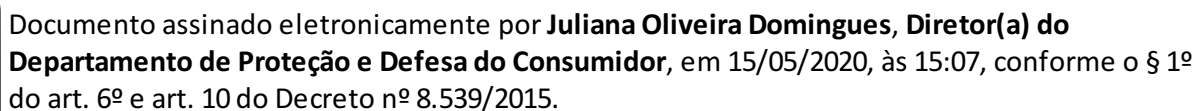
Assunto: Averiguações Preliminares de Irregularidades e Condutas Infrativas

Em atenção ao Despacho nº 782/2020/GAB-SENACon/SENACon/MJ (11698218), que se refere ao Ofício (11698218), que solicita o inteiro teor do processo administrativo 08012.000403/2020-83, que trata do estudo técnico sobre cartão de crédito consignado, encaminham-se à Coordenação-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado, para conhecimento e providências cabíveis.

Atenciosamente,

JULIANA OLIVEIRA DOMINGUES

Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor





11706567



08012.001134/2020-72



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Coordenação Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

Despacho nº 317/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ

Destino: **SEAPRO**

Assunto: **Defesa do Consumidor: Averiguações Preliminares de Irregularidades e Condutas infrativas**

Interessado(a): **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NUDECON**

1. Ao SEAPRO para vinculação do presente processo ao processo 08012.000403/2020-83.

Atenciosamente,

ANDREY VILAS BOAS DE FREITAS

Coordenador Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Vilas Boas de Freitas, Coordenador(a)-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado**, em 15/05/2020, às 17:40, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11706567** e o código CRC **60DC4992**. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08012.001134/2020-72

SEI nº 11706567



11839701



08012.001134/2020-72



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Coordenação Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

DESPACHO Nº 353/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ

Destino: **SEAPRO**

Assunto: **Defesa do Consumidor: Averiguações Preliminares de Irregularidades e Condutas infrativas**

Interessado(a): **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NUDECON**

1. Solicito os préstimos do SEAPRO para que seja permitido o acesso ao processo 08012.000403/2020-83, com exceção dos documentos classificados como Restritos.

De ordem do CGEMM.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **PAULO NEI DA SILVA JUNIOR, Coordenador(a) de Monitoramento e Mercado**, em 03/06/2020, às 13:40, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11839701** e o código CRC **4BC66AF7**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site

<http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08012.001134/2020-72

SEI nº 11839701



12070844



08084.004679/2020-97



Ministério da Justiça e Segurança Pública

PEDIDO DE ACESSO EXTERNO A PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**INSTRUÇÕES**

- Preencha apenas as células em branco;
- Ao terminar o preenchimento, clique no botão salvar;
- Após salvar, feche o documento para continuar seu peticionamento.

IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

Nome Completo:	Djalma Silva Júnior
Nº do CPF e da Identidade:	783.193.155-49 - 08389898-02
E-mail:	recortes@sarmentoesilva.com.br
Telefone para contato (DDD + Número):	(71) 3351 - 8666
Endereço (Logradouro, Bairro, Cidade/UF, CEP):	Avenida Antônio Carlos Magalhães, nº 3244, conj.820, Salvador - Bahia - CEP 41.800-700

DADOS DO PROCESSO SOLICITADO

Número do Processo:	08012.000403/2020-83
Motivo da solicitação de acesso:	Cópia integral do processo

IMPORTANTE!

Caso o processo requerido contenha informações pessoais, terá seu acesso restrito a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que se referirem, ou a terceiros autorizados por previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que se referirem, ressalvadas outras situações previstas Lei, nos termos do Capítulo VII, do [DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012](#).

Dessa forma, caso seja representante da parte interessada, deverá anexar o instrumento de Procuração devidamente assinado.

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS

Ao assinar essa petição eletrônica, em que solicito acesso a processo(s) administrativo(s) do órgão, **DECLARO** que:

1. Responsabilizo-me integralmente pela adequada utilização das informações a que tiver acesso; estou ciente de que posso vir a ser responsabilizado civil, criminal e administrativamente pelos danos morais ou materiais decorrentes da utilização, reprodução ou divulgação indevida dessas informações; e que
2. Estou ciente das restrições a que se referem o art. 31 § 2º (uso indevido de informação) da Lei n. 12.527/2011 (Acesso à Informação) e o art. 56 (transparência e respeito às informações pessoais) do Decreto n. 7.724/2012 (que regulamenta a Lei n. 12.527/2011), do art. 20 (divulgação autorizada ou necessária) da Lei n. 10.406/2002 (Código Civil) e os arts. 138 a 145 (crimes contra a honra), 297, 299 e 304 (crimes de falsidade documental) do Decreto-Lei n. 2.848/1940 (Código Penal).



Documento assinado eletronicamente por **DJALMA SILVA JUNIOR, Usuário Externo - Advogado(a)**, em 03/07/2020, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **12070844** e o código CRC **0CA51E80**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR COORDENADOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DA SENACON

Processo nº: 08012.000403/2020-83

BANCO CETELEM S/A, instituição financeira devidamente qualificada nos autos do processo tombado sob o número em epígrafe, vem, respeitosamente, perante V. Ex.a, por seu advogado infra firmado, vem protestar pela disponibilização dos autos do processo em referência, notadamente para fins de obtenção de cópias.

Por fim, requer para que todas as comunicações relativas a este procedimento administrativo sejam dirigidas ao Bel. **DJALMA SILVA JÚNIOR**, inscrito na **OAB/SP sob o nº 368.437**, através do endereço eletrônico: juridico1@sarmentoessilva.com.br.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Brasília - DF, 03 de julho de 2020.

DJALMA SILVA JÚNIOR
OAB/SP 368.437

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

BANCO CETELEM S/A, empresa com sede na Alameda Rio Negro, nº 161, 17º andar, Alphaville, CEP: 06454-000 – Barueri/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.558.456/0001-71, representado neste ato na forma de seus atos societários, por seu Diretor Presidente, **ANTÔNIO NUNO HENRIQUES CARDOSO VERÇAS**, português, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade V562683-O (RNE), inscrito no CPF/MF sob nº 233.462.078-54, com endereço comercial em Barueri (SP) na Alameda Rio Negro nº 161, 17º andar, Alphaville – CEP 06454-000, nomeia e constituem como seus bastantes procuradores os Dr.(s):

OUTORGADOS:

DJALMA SILVA JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito junto à OAB/SP sob nº 368.437 e perante a OAB/BA sob o nº 18.157 e **MANUELA SARMENTO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/BA sob o nº 18.454, sócios do escritório **SARMENTO E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.264.388/0001-87 e registrada na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia, sob o nº 1.336/2004, com sede estabelecida na Avenida Antônio Carlos Magalhães, nº 3.244, Ed. Empresarial Thomé de Souza, 8º andar, Pituba, Salvador - Bahia, CEP 41.800-700, a quem confere os seguintes poderes:

PODERES:

- (1) Representar a Outorgante perante quaisquer órgãos públicos ou privados, especialmente órgãos de fiscalização e da administração pública no âmbito federal, estadual ou municipal, autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais e, ainda, perante quaisquer instituições financeiras, inclusive o Banco Central do Brasil, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Justiça, podendo, para tanto, requerer, tomar ciência, reclamar, assinar formulários, firmar carta de preposição, bem como praticar todos os atos necessários para o exercício deste mandato; e
- (2) Confere, também, amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula *ad-judicia et extra*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-la nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, indicar prepostos, podendo os outorgados, inclusive, substabelecer com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

VALIDADE:

A presente procuração terá prazo indeterminado a partir da data de sua assinatura.

Barueri (SP), 20 de março de 2019.

ANTÔNIO NUNO HENRIQUES CARDOSO VERÇAS
Diretor Presidente



Recibo Eletrônico de Protocolo - 12070847

Usuário Externo (signatário):	DJALMA SILVA JUNIOR
IP utilizado:	177.180.156.48
Data e Horário:	03/07/2020 14:49:28
Tipo de Peticionamento:	Processo Novo
Número do Processo:	08084.004679/2020-97
Interessados:	

DJALMA SILVA JUNIOR

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Documento Principal:

- Pedido de Vistas a Processo Administrativo	12070844
--	----------

- Documentos Complementares:

- Outros Petição	12070845
------------------	----------

- Procuração Procuração	12070846
-------------------------	----------

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério da Justiça e Segurança Pública.

**Correios****AVISO DE RECEBIMENTO****AR**

DATA DE POSTAGEM

29/04/2020

DESTINATÁRIO

PAULO GUEDES
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO K, 0 MINISTERIO DA ECONOMIA
ZONA CIVICO ADMINISTRATIVA BRASILIA DF
70040-906

REMETENTE

Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON
Esplanada dos Ministérios Bloco T,
Zona Cívico-Administrativa Brasília - DF
70064-900



JU472565436BR

12476725

UNIDADE DE POSTAGEM
AGF SIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1º ____/____/____ : ____
2º ____/____/____ : ____
3º ____/____/____ : ____

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - PROCESSO Nº 08012.000403/2020-83 OFÍCIO Nº 33/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MIN Nº 11557692;

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [6] NÃO PROCURADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [7] AUSENTE |
| [3] NÃO EXISTE NÚMERO | [8] FALECIDO |
| [4] DESCONHECIDO | [9] OUTROS |
| [5] RECUSADO | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Thiago Portela
Agente de Correios
Mat.: 8.136.554-3

28/05/20

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOC. DE IDENTIDADE

Aviso de Recebimento - AR (12476725)

SEI 08012.000403/2020-83 / pg. 48



11557695



08012.000403/2020-83

(12654927)



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor
Coordenação Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

OFÍCIO Nº 34/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ

Brasília, 24 de abril de 2020.

Ao Senhor

ROBERTO CAMPOS NETO

Presidente do Banco Central do Brasil

Setor Bancário Sul Q. 3 Bloco B - Asa Sul

70074-900 - Brasília/DF

A/C

Otávio Ribeiro Damaso

Diretor de Regulação (DINOR) - Edifício-sede, 20º andar. Tel.: (61) 3414.1900

João Manoel Pinho de Mello

Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução (DIORF) - Edifício-sede, 21º andar. Tel.: (61) 3414.3500

Maurício Costa de Moura

Diretor de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta (DIREC) - Edifício-sede, 21º andar. Tel.: (61) 3414.1941

Assunto: Nota Técnica sobre cartão de crédito consignado

Senhor Presidente,

1. Encaminho, para conhecimento e providências, a Nota Técnica nº 28/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ (11533147), referente ao estudo técnico elaborado pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), da Secretaria Nacional do Consumidor

(SENACON), a respeito do cartão de crédito consignado e dos problemas envolvendo sua oferta e comercialização.

2. O tema é de grande importância neste momento em que o crédito, de uma maneira geral, vem sendo facilitado, incentivado e apontado como forma de contornar o impacto econômico que a pandemia de COVID-19 provocou nas pessoas em todo o país. No entanto, o crédito ofertado aos consumidores deve ser de qualidade, do contrário, pode causar o superendividamento de muitas pessoas, até mesmo das consideradas hipervulneráveis.

3. O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor procurou abordar aspectos regulatórios e da finalidade do produto em comparação com a forma que o produto vem sendo ofertado pelos fornecedores e utilizado pelos consumidores, com base em informações obtidas com as próprias instituições de crédito e do banco de dados da Senacon.

4. Em razão dos argumentos expostos na Nota Técnica, a Senacon identificou distorção do uso do cartão consignado pelos seguintes motivos: i) publicidade abusiva, ii) ausência de informações adequadas e claras na oferta, e iii) venda de produtos inadequados ao perfil do consumidor ou à sua capacidade de pagamento.

5. Na conclusão da Nota Técnica foram feitas recomendações que são importantes para que a autorregulação passe a incluir o uso de *nudges* e *behavioral insights*, de modo a auxiliar o consumidor do crédito a tomar a melhor decisão:

1. Padronização da oferta do produto da mesma forma que é realizada aos beneficiários do INSS;
2. Reforço da educação para o consumo, de maneira a informar melhor seus clientes a respeito do uso do cartão consignado;
3. Proibição de oferta do “saque” do limite do cartão pelo telefone;
4. Limitação do uso do crédito rotativo;
5. Limitação do saque em valor menor (e adequado) ao limite total do cartão e de saques seguidos; e
6. Criação de um período de carência para o uso da funcionalidade de saque.

6. Também foi sugerido o envio da nota técnica à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e à Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, ambas do Ministério da Economia, para análise da viabilidade e da racionalidade econômicas da manutenção da opção de saque no cartão de crédito consignado.

7. Da mesma forma, **foi recomendado o envio ao Banco Central** para reavaliação do art. 4º da Resolução nº 4.549, que permite que o usuário do cartão consignado pague somente o mínimo da fatura por vários meses consecutivos. Ao Banco Central também foi sugerida a abordagem do tema na Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF).

8. Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Respeitosamente,

JULIANA OLIVEIRA DOMINGUES

Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor

ANDREY VILAS BOAS DE FREITAS

Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues, Diretor(a) do Departamento**



de Proteção e Defesa do Consumidor, em 24/04/2020, às 22:32, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Vilas Boas de Freitas, Coordenador(a)-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado**, em 27/04/2020, às 01:25, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11557695** e o código CRC **EA364DC0**
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ANEXO

NOTA TÉCNICA nº 28/2020/CGEMM/DPDC/SENACon/MJ (11533147)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08012.000403/2020-83

SEI nº 11557695

Esplanada dos Ministerios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 518, - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-3636 / 9269 - <https://www.justica.gov.br>

Para responder, acesse <http://sei.protocolo.mj.gov.br>



11533147



08012.000403/2020-83



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Coordenação Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

Nota Técnica n.º 28/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ

PROCESSO Nº 08012.000403/2020-83

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de estudo técnico a respeito do cartão de crédito consignado e dos problemas envolvendo a oferta e comercialização de tal produto. Este tema foi iniciado a partir de solicitação da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais – Condege – e, também, citado como problema recorrente pelos Procons na 1ª Reunião dos Procons Estaduais de 2020.

1.2. Destacamos quatro possíveis distorções no mercado que pretendemos abordar nesta nota técnica, quais sejam:

- I - o desvirtuamento do cartão de crédito consignado de maneira a ferir regras que fixam a margem de empréstimos consignados;
- II - a possibilidade de realização do “saque” mesmo sem o envio do cartão e sem o seu desbloqueio, além de poder ser realizada a contratação pelo telefone, com posterior crédito em conta do valor;
- III - a oferta excessiva, abusiva e por meio de telefone; e
- IV - a ausência de informações adequadas e claras na oferta do crédito e também no próprio contrato de saque complementar, em especial sobre o modo de pagamento, quantidade de parcelas, taxas de juros efetivas e previsão de término dos descontos da reserva de margem consignável (RMC).

1.3. A partir das distorções observadas, foi realizada, em 18 de fevereiro de 2020, a 1ª Reunião com representantes da ProconsBrasil, do Condege, da Federação Nacional dos Bancos – Febraban, da Associação Brasileira dos Bancos – ABBC, do Banco BMG, além de representantes desta Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon, para apresentação da percepção e experiência dos Procons e das Defensorias aos representantes dos bancos, assim como a Febraban e a ABBC apresentaram as funcionalidades do produto e como ele vem sendo utilizado. Pelo Condege foi apresentado relatório detalhado das reclamações formuladas perante as Defensorias Públicas dos estados sobre o produto “cartão de crédito com reserva de margem consignável”.

1.4. Ao final da 1ª Reunião, a Senacon comprometeu-se a elaborar Nota Técnica no Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor com os membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor detalhando os problemas envolvendo o cartão de crédito consignado, até o dia 17 de março de 2020, quando ocorreria a próxima reunião, na sede da Febraban, em São Paulo.

1.5. Na sequência, a Senacon enviou notificações a dez bancos que comercializam o produto e para a própria Febraban e ABBC, solicitando informações a respeito da oferta e do uso do cartão de crédito consignado.

1.6. No dia 09 de março de 2020, a pedido da Febraban foi realizada nova reunião com os bancos. Nessa oportunidade, foi solicitado pelas instituições financeiras que fosse postergada a apresentação da Nota Técnica da Senacon com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, a fim de os bancos pudessem apresentar

“Medidas de Aperfeiçoamento” do produto “cartão consignado”, na reunião do dia 17 de março de 2020. O pedido foi aceito.

1.7. Na 2ª Reunião, datada de 17 de março de 2020, foram apresentadas pela Febraban as “Medidas de Aperfeiçoamento” e pontos identificados como críticos que deveriam ser submetidos à autorregulação: a) envio obrigatório de faturas aos clientes em meio físico ou eletrônicos; b) envio obrigatório do cartão de crédito plásticos; c) utilização do termo de consentimento esclarecido; d) envio, no ato da contratação, de cartilha com a explicação sobre o produto; e) limitação de prazo previsto para liquidação do saldo, conforme o praticado no Empréstimo Consignado; f) amortização de valor constantes; g) inclusão exemplificada gráfica do cartão em todos os formulários do produto; h) envio de SMS, *push*, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, contendo a informação do envio da fatura; i) campanha de divulgação; j) reforço quanto ao uso dos canais de atendimento para desbloqueio dos cartões e consulta da fatura em meio eletrônico.

1.8. Além desta introdução, o presente estudo terá outras seis seções. Na primeira serão abordados os aspectos regulatórios, a finalidade e os pontos positivos e negativos de alguns produtos financeiros. Na segunda seção serão analisadas as respostas das notificações enviadas. Na terceira analisaremos os dados da plataforma Consumidor.gov.br. Na quarta serão discutidas as possíveis distorções no mercado, utilizando as informações obtidas através das notificações e dos dados do Consumidor.gov.br. Na seguinte, serão analisadas as propostas da ABBC e da Febraban. E, por último, serão apresentadas as conclusões e sugestões de medidas que possam trazer mais eficiência para os consumidores.

2. ASPECTOS REGULATÓRIOS E FINALIDADE

Cartão de crédito

2.1. Segundo Waldirio Bulgarelli (1995)^[1], citado por De Souza (2013)^[2], o cartão de crédito é:

(...) “um negócio jurídico com várias facetas. Integrado por vários contratos que se desdobram entre os componentes do negócio, unifica-se pela finalidade proposta: permitir que o consumidor adquira de imediato, em determinados estabelecimentos comerciais ou de serviços, os bens e serviços de que necessita”

2.2. De acordo com De Souza (2013), o uso do cartão cresce em razão da segurança que oferece para o consumidor e para o fornecedor, além de permitir ao consumidor satisfazer sua necessidade de adquirir um bem, ou contratar um serviço, no momento em que ele desejar. Isso ocorre, pois, o crédito já é pré-aprovado e não há a necessidade de realizar cadastro para efetuar a compra, mesmo a prazo, tornando mais dinâmico o mercado de crédito.

2.3. Seu funcionamento se dá em uma série de relacionamentos interligados. A administradora do cartão permite que o consumidor pague suas contas em diversos estabelecimentos, dado um limite de crédito definido no contrato, sendo que este crédito será pago por meio de fatura mensal aos bancos emissores do cartão. Por sua vez, os estabelecimentos recebem dessa administradora os valores prometidos independentemente do pagamento da fatura mensal pelo consumidor. Os bancos emissores são responsáveis por remunerar as administradoras de cartão de crédito. Ou seja, são quatro agentes se inter-relacionando para o funcionamento do produto^[3].

2.4. Sendo assim, os consumidores possuem um limite de crédito, liberado pelo banco, para realizar compras que só serão efetivamente pagas pelo consumidor na fatura seguinte, sem a incidência de juros. Ele pode optar por não pagar o valor total da fatura, iniciando outro tipo de crédito, o rotativo. Neste, sim, incide juros e o valor pode ser pago em uma única parcela na fatura seguinte, ou o pagamento é negociado com o banco em várias parcelas.

2.5. Por meio da Resolução CMN nº 4.655 de 26 de abril de 2018, o valor para o pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito é definido pela instituição financeira. E, de acordo com a Resolução CMN nº 4.549 de 26 de janeiro de 2017, a efetivação do pagamento mínimo só pode ser utilizada uma única vez pelo consumidor.

2.6. Também é facultado o saque do limite de crédito, com o pagamento de uma taxa. No entanto, o foco principal do produto é a sua utilização como meio de pagamento nos mais diversos estabelecimentos, dando a possibilidade de parcelamento sem que seja necessário apresentar garantias àquele estabelecimento.

2.7. O cartão de crédito é um contrato de prestação de serviços, de acordo com o art. 3º, parágrafo 2º do Código de Defesa do Consumidor – CDC, e ao mesmo tempo também é um contrato de adesão, conforme o art. 54 deste mesmo código, pois as cláusulas são estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor.

2.8. Em adição, vale frisar que as instituições financeiras emissoras de cartões de crédito são reguladas pelo CMN – Conselho Monetário Nacional e supervisionadas pelo BCB – Banco Central do Brasil.

2.9. Neste mercado, a Resolução CMN nº 3.919 de 25 de novembro de 2010 padroniza a cobrança de tarifas sobre cartões de crédito definindo cinco possíveis: 1) anuidade, 2) emissão de 2ª via do cartão, 3) retirada em espécie na função saque, 4) uso do cartão para pagamento de contas e 5) no caso de pedido de avaliação emergencial do limite de crédito.

2.10. Simultaneamente, a Circular BCB nº 3.512/2010 de 25 de novembro de 2010 definiu no art. 1º, §1º que o pagamento mínimo da fatura mensal não poderia ser inferior a 15% do valor total da fatura. Contudo, com a Circular BCB nº 3.892, de 26 de abril de 2018, o Banco Central revogou tal dispositivo.

2.11. Em 2011, o entendimento do BCB era de que **o produto de cartão de crédito consignado seria equiparado às operações de empréstimo consignado a fim de desestimular as operações de financiamento com prazos longos**^[4].

2.12. Analisando o produto cartão de crédito, pode-se destacar como pontos positivos: possibilidade de compra por produto/serviço e realizar o pagamento de forma parcelada, possibilidade de participar de programas de pontuação que possibilitam desconto na compra de outros produtos/serviços, benefícios como seguro viagem, serviço de *consierge* para alguns modelos; além da possibilidade de ser um instrumento para controle de gastos. Em contrapartida, a cobrança de anuidade e a cobrança de juros de financiamento ser um dos mais altos do mercado figuram entre os pontos negativos.

Empréstimo Consignado

2.13. O empréstimo consignado é uma modalidade de crédito como um empréstimo comum, no entanto, o seu pagamento é feito por desconto das prestações diretamente na folha de pagamento do consumidor.

2.14. Nesse sentido, o empréstimo consignado pode ser concedido por instituições financeiras a profissionais contratados com carteira assinada, funcionários públicos e beneficiários do INSS e possui limites relacionados ao tamanho da amortização no contracheque do consumidor. O contrato deve ser realizado com o conhecimento da taxa de juros, do valor da parcela e da quantidade de parcelas.

2.15. A principal finalidade do produto é fornecer ao consumidor um crédito em sua conta, disponível para que ele possa utilizar da maneira que lhe for mais conveniente, seja como uma forma de financiar a compra de produtos e serviços, seja para pagar outras contas com juros mais elevados.

2.16. Especificamente sobre empréstimo consignado, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento. Há também a Lei nº 13.172, de 21 de outubro de 2015, que estabeleceu o limite máximo de amortização (margem consignável) em 35% no salário e/ou benefício dos empregados/aposentados (30% para empréstimos e 5% para utilização do cartão de crédito – amortização de despesas e saques).

2.17. No âmbito da utilização do produto pelos aposentados, o INSS emitiu a Instrução Normativa INSS nº 28 de 16 de maio de 2008 que em seus artigos nº 13 e 16 define as condições para a contratação do crédito consignado e cartão de crédito consignado, respectivamente. Mais recentemente, com a Instrução Normativa INSS nº 106 de 18 de março de 2020, houve a redução do teto máximo de juros do empréstimo consignado para 1,80% a.m. e para 2,70% a.m. para o cartão consignado. Essa IN também prolongou o prazo para quitação da dívida para 84 (oitenta e quatro) meses^[5].

2.18. Para os servidores públicos, o Decreto nº 8.690, de 11 de março de 2016, define que é competência do Ministro de Estado de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão definir o limite das taxas de juros cobradas nos financiamentos consignados conforme inciso II, do § 3º do art. 4º. Nesse sentido, a Portaria MPOG nº 308, de 28 de setembro de 2017, estabeleceu que as taxas de juros praticadas nas operações de empréstimos descritas nos incisos VIII, IX e X do caput do art. 4º do Decreto nº 8.690, de 11 de março de 2016, não poderão ser superiores a 2,05% ao mês.

2.19. Com relação ao empréstimo consignado puro, é importante adicionar que se trata do segmento de financiamento que possui um dos menores juros, além de estar disponível aos consumidores mesmo que estejam com alguma restrição nos órgãos denominados '*Bureaus de Crédito*' devido a amortização do empréstimo ocorrer com desconto direto no contracheque do contratante. Em razão desta facilidade, há ponto importante e negativo que precisa ser evidenciado, uma vez que ao consumidor não é facultada a possibilidade de gerenciar o pagamento.

Cartão de crédito com margem consignável (cartão consignado)

2.20. O cartão de crédito consignado também é oferecido aos servidores públicos, empregados com carteira assinada e aposentados pelo INSS. É uma combinação do cartão de crédito simples com o empréstimo consignado, possibilitando ao contribuinte a realização de compras a prazo ou o saque do limite de crédito. O pagamento das faturas é realizado automaticamente por meio de desconto na folha de pagamento seguinte do valor **mínimo estabelecido**. O valor remanescente é pago por meio de fatura disponibilizada ao consumidor posteriormente.

2.21. O limite do cartão de crédito consignado varia entre as instituições financeiras que utilizam como base ou o salário bruto do consumidor ou o valor da margem consignável como parâmetro. O valor mínimo do pagamento também é definido pelos bancos.

2.22. Pode-se destacar que a principal finalidade do produto se assemelha ao foco do cartão de crédito convencional. Ou seja, ele é geralmente utilizado como meio de pagamento em diversas lojas, possibilitando parcelar a compra de produtos e serviços sem a necessidade de dar garantias àquele estabelecimento, pois essas garantias já foram dadas ao banco e à administradora de cartões.

2.23. Em 2011, a Circular 3.549/11 de 18 de julho indicou o entendimento do BCB de que o produto de cartão de crédito consignado equiparava-se às operações de empréstimo consignado a fim de desestimular as operações de financiamento com prazos longos, então, passou a ser aplicado o fator de ponderação de risco (FPR) de 150% de exposição a operações de cartão consignado, determinando até 36 meses para a liquidação da dívida por meio dos descontos consignados^[6]. Contudo, essa circular foi revogada pela Circular BCB nº 3.892, de 26 de abril de 2018.

2.24. No artigo 5º do Decreto nº 8.690, de 11 de março de 2016, há definição de que a soma mensal das consignações não poderá exceder 35% da remuneração do solicitante, sendo que destes, 5% é destinado para a amortização de despesas contraídas por meio do cartão de crédito e a utilização com a finalidade de saque também por meio do cartão de crédito. O uso do cartão para o saque também é expresso na Lei nº 10.820.

2.25. Pode-se destacar que tal produto possui os pontos positivos do cartão de crédito em relação ao saque, compra parcelada e controle de gastos, além da possibilidade de contratação pelos consumidores que estejam com restrição de crédito. Com relação a esse ponto, há impossibilidade de gerenciar o pagamento do empréstimo. Soma-se a este ponto negativo a taxa de juros cobrada, uma vez que é maior do que no empréstimo consignado convencional.

3. RESPOSTAS DAS NOTIFICAÇÕES ENVIADAS

3.1. Com objetivo de colher informações acerca do funcionamento do produto cartão de crédito consignado, foram emitidas notificações para 10 (dez) bancos que ofertam tal produto, bem como para a Febraban e para a ABBC. A intenção central foi entender como o produto é ofertado para o consumidor e como o consumidor o utiliza.

3.2. De forma proativa, todos os bancos responderam, além das entidades representativas.

3.3. Para os bancos, foi preparado um questionário bem completo, com 21 perguntas^[7], sendo que a maioria delas procuravam esclarecer questões mais operacionais e objetivas. De todo modo, havia uma questão mais aberta para que as empresas acrescentassem o que entendessem relevante.

3.4. Já para a Febraban e a ABBC, o questionário foi menos operacional e mais voltado ao funcionamento do produto. Dessa forma, foram abordadas, dentre as 6 (seis) perguntas, questões sobre a autorregulação e as normas utilizadas para balizar a atuação de seus membros. Também foi feita uma questão aberta para possibilitar às entidades a inclusão de outras informações relevantes que entendessem necessárias.

3.5. Devido ao volume de questionamentos e de respostas recebidas, a análise realizada nesta seção será feita de maneira mais aberta, não necessariamente na ordem dos questionamentos. Assim, utilizando o método exploratório na análise das informações, daremos enfoque essencialmente aos padrões que pudemos observar no comportamento das empresas e consumidores em geral.

3.6. De acordo com a FEBRABAN, 12 instituições financeiras associadas oferecem o produto cartão de crédito mediante consignação: Banco do Brasil, Banrisul, BMG, Bradesco, Caixa, Cetelem, Daycoval, Inter, Mercantil, Olé, Pan e Paraná Banco. Já a ABBC, reportou que possui 7 associadas na mesma condição, sendo 6 (seis) delas já citadas pela FEBRABAN, restando adicionar apenas a Agibank que não constava neste universo.

3.7. A CGEMM recebeu resposta de todas as 10 instituições financeiras que receberam notificações, sem exceção, a saber: i) Banco Pan, ii) Banco Olé, iii) Banco BMG, iv) Banco Mercantil, v) Bradesco, vi) Banco Inter, vii) Banco Cetelem, viii) Banrisul, ix) Banco Daycoval e x) Caixa Econômica Federal, as quais podemos destacar os seguintes pontos:

- a) O número de fraudes reportadas ficou na média de 0,12%;
- b) 25,5% dos consumidores utilizam o cartão de crédito para as compras;
- c) Dentre os consumidores que contratam o cartão de crédito consignado, 61,8% utilizam apenas a modalidade de saque, sendo que desses, 74,5% o fazem no momento da contratação. E, de forma correlacionada desta amostra, apenas 4,5% realizam pagamento da fatura de forma integral.
- d) A instituição que mais registrou a realização de saque no momento da contratação (97,4%) é, ao mesmo tempo, aquela em que os consumidores menos realizam desbloqueio do cartão para uso de compras (29,3%);
- e) Em torno de 7% dos consumidores realizam novo saque após o primeiro, sendo que em média ocorrem até 3 novos saques;
- f) A taxa de cancelamento do cartão é baixa, 2,48% em média.
- g) Há um evidente esforço das instituições em enviar a fatura por e-mail, tendo em vista que em 2016 apenas 0,2% a 11,8% dos consumidores o recebiam e, em 2019, esse número saltou para faixa de 25% (em média).

3.8. Na tentativa de entender como as instituições financeiras estão ofertando o cartão consignado, foi questionado aos bancos a forma que as informações do produto são passadas ao consumidor e como a empresa diferencia, na oferta, o cartão de crédito consignado do empréstimo consignado.

3.9. Embora a maioria das respostas informe que o banco segue a Instrução Normativa nº 28/INSS, fato este que é o mínimo esperado pelos órgãos de defesa do consumidor em relação às condutas dos bancos, várias das respostas a este quesito trouxeram à tona o Termo de Consentimento Esclarecido, "*documento que demonstra a ciência e concordância do cliente sobre as principais condições*" do contrato. Inclusive com a cópia do contrato anexado, demonstrando a imagem de um cartão de crédito nos termos de contratação, conforme o convênio com o INSS aduz. Alega-se que isto demonstraria que a oferta do produto, quando realizada pessoalmente, seguiria os padrões exigidos pelo INSS. No entanto, nenhuma instituição deixou claro se é o mesmo documento utilizado para os outros consumidores que não sejam vinculados ao INSS.

3.10. Alguns bancos destacaram que não fazem a oferta do cartão consignado por telefone, somente nas suas lojas físicas ou por correspondentes bancários. Contudo, após a aquisição do cartão pelo consumidor, os bancos podem entrar em contato com o cliente ativamente para oferecer o saque do limite do cartão.

3.11. Com relação ao questionamento da quantidade de contratos vigentes de cartão consignado dessas instituições, ficou evidenciado que somadas elas contabilizaram mais de 9 milhões de consumidores utilizando este produto em 2019.

3.12. Em seguida, com objetivo de entender como o cartão consignado está sendo utilizado pelos usuários, foram elaboradas questões sobre: i) o uso para compras, ii) o uso para saque, iii) o momento que o saque é realizado, iv) a quantidade de novos saques que são feitos, v) o pagamento integral da fatura (incluindo a fatura remanescente), vi) o desbloqueio do cartão para uso, e vii) o recebimento da fatura por e-mail e o percentual de cancelamento do cartão.

3.13. Em média, apenas 25% dos consumidores utilizam, ou já utilizaram, o cartão consignado para compras, sendo que 52% do total de clientes com cartão consignado utiliza o produto estritamente para saque. Isto indica que o produto é mais procurado pela possibilidade de saque do que pela vantagem de realizar compras em diversos estabelecimentos com capacidade de parcelar. Em alguns bancos foi possível notar um incremento do percentual de consumidores que utilizam o cartão para compras de 2016 a 2019, no entanto, este não foi um padrão dentro do segmento.

3.14. Vale dizer que, dos 9 milhões de clientes desses bancos que possuem o produto, 42% realizou o "saque" no momento da contratação. Isto, na verdade, não pode ser chamado de saque, uma vez que o valor foi creditado na conta do consumidor, ou seja: houve a conversão do limite para uso do cartão em depósito em conta, principal característica dos empréstimos consignados. Com relação aos clientes que realizam saque, somente 7% em média voltam a fazer outros saques e fizeram isto novamente mais 2 vezes.

3.15. Destaca-se um número curioso que indica que apenas 49% dos usuários de cartão consignado desbloquearam seus cartões para uso. Ou seja, o consumidor não precisa desbloquear o cartão para que seja realizado o crédito do limite na sua conta, porém, não conseguirá realizar compras (finalidade do cartão).

3.16. O pagamento integral da fatura ocorre em 14% dos contratos vigentes. Vale lembrar que para o pagamento integral se dá por meio da quitação de dois débitos: a) a efetuação do desconto automático em folha (parcela consignada) e b) pagamento da fatura enviada pelas instituições aos consumidores por via física ou por e-mail, que deve expressar o valor residual da dívida, após o pagamento da parcela consignada. Nem todos os bancos dão a opção de envio para o e-mail. No entanto, os que responderam a essa pergunta enviam a fatura desta forma para 21% dos seus clientes. Segundo os bancos, as reclamações por não envio da fatura giram em torno de 8%, percentual este que não justifica a quantidade baixa de pagamentos integrais da fatura.

3.17. Também com relação ao pagamento integral da fatura, foi feita uma pergunta específica sobre os consumidores que utilizam o cartão consignado estritamente para saque. Quando o uso tem essa característica, **somente 7,5% dos consumidores pagam integralmente a fatura**.

3.18. Com relação a fraudes, podemos observar que a ocorrência é de menos de 1% em todos os bancos e que as reclamações por lançamentos indevidos na fatura acontecem por volta de 2%. Mesmo percentual dos cancelamentos do cartão consignado.

3.19. Feita esta breve análise das respostas às notificações, passamos agora a abordar as possíveis distorções do produto e relacionar com os padrões observados nesta seção.

4. DADOS DO CONSUMIDOR.GOV.BR

4.1. A plataforma Consumidor.gov.br foi utilizada para fazer um levantamento de informações do ano de 2019, em busca de dados que pudessem indicar os tipos de problemas que ocorrem com o cartão de crédito consignado.

4.2. Na tabela de assuntos e problemas identificados na plataforma é possível encontrar dois assuntos que remetem aos produtos comentados acima: Crédito Consignado (para servidores públicos ou trabalhadores do setor privado); e Crédito Consignado / Cartão de Crédito Consignado / RMC (para beneficiários do INSS).

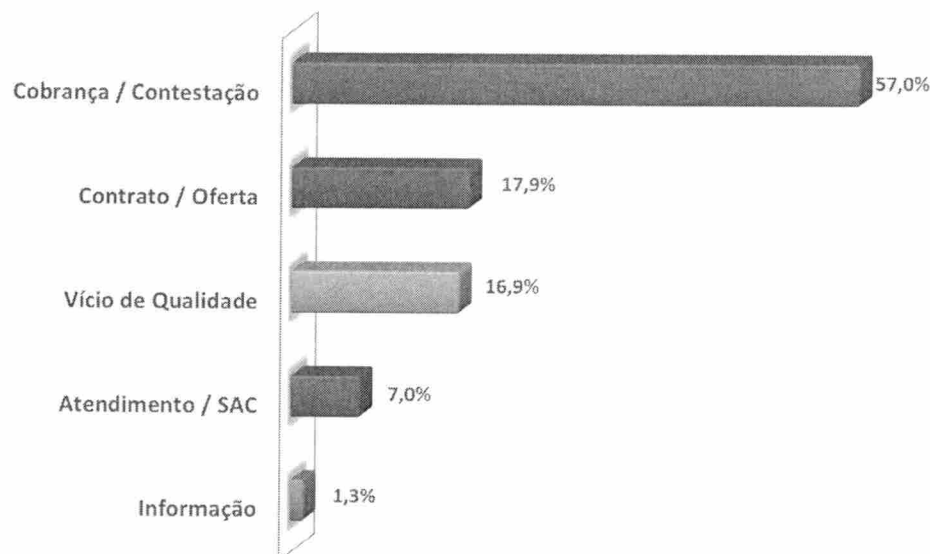
4.3. Importante destacar que a separação de temas (Crédito Consignado separado de Cartão de Crédito Consignado) ocorreu em agosto 2019, quando firmado um Acordo de Cooperação Técnica entre a Senacon e o INSS, com objetivo de possibilitar a recepção e monitoramento de reclamações dos beneficiários do RGPS no Consumidor.gov.br. Antes disso, os temas estavam sendo tratados de forma conjunta, como Crédito Consignado, item listado na plataforma desde o seu lançamento em 2014.

4.4. Com apenas cinco meses, o assunto que leva em conta o cartão de crédito consignado teve praticamente o mesmo número de reclamações que aquele que trata do crédito consignado em geral:

Assunto	Quantidade	Participação
Crédito Consignado (para servidores públicos ou trabalhadores do setor privado)	9.217	50,20%
Crédito Consignado / Cartão de Crédito Consignado / RMC (para beneficiários do INSS)	9.133	49,80%
Total	18.350	100,00%

4.5. A criação deste assunto foi muito importante para a análise dos problemas identificados pela Senacon. No entanto, ainda não conseguimos separar detalhadamente o que é problema específico do cartão consignado, pois dentro do mesmo tema os consumidores também estão inclusas reclamações sobre o crédito consignado dos beneficiários do INSS.

4.6. Ao fazermos o levantamento dos principais problemas agrupados do assunto Crédito Consignado / Cartão de Crédito Consignado / RMC (para beneficiários do INSS), observamos que o segundo maior grupo de problemas é Contrato/Oferta, mostrando que as instituições são bastante demandadas com relação a isto. Além disto, problemas relacionados a Cobrança/Contestação também podem estar relacionados a uma falha de comunicação na oferta:



4.7. Ao detalharmos os problemas, percebemos que os dois primeiros são do grupo problema Cobrança/Contestação, no entanto, há indícios que ambos podem ter início em razão da ausência de informação adequada no momento da contratação do produto:

Problema	Quantidade	Participação
Dificuldade para obter boleto de quitação ou informações acerca de cálculos, pagamentos, saldo devedor	1.863	20,40%
Cobrança por serviço/produto não contratado / não reconhecido / não solicitado	1.585	17,40%
Não entrega do contrato ou documentação relacionada ao serviço	1.299	14,20%
Portabilidade não efetivada	1.070	11,70%
Cobrança indevida / abusiva para alterar ou cancelar o contrato	510	5,60%
Cálculo de juros, saldo devedor (contestação, solicitação de histórico, dúvidas)	350	3,80%
Margem consignável - bloqueio/ contestação	284	3,10%
Cartão não solicitado - Envio ou cobrança	218	2,40%
Não envio / atraso do boleto ou fatura / dificuldade com o pagamento	186	2,00%
SAC - Dificuldade para cancelar o serviço	183	2,00%
Demais problemas	1.585	17,40%
Total	9.133	100,00%

5. ANÁLISE DAS POSSÍVEIS DISTORÇÕES DO PRODUTO

5.1. Esta seção tem como objetivo fazer uma análise das possíveis distorções na oferta e funcionamento do produto à luz das respostas às notificações encaminhadas às instituições financeiras e às entidades representantes dos bancos.

5.2. A primeira possível distorção que iremos analisar refere-se ao desvirtuamento do cartão de crédito consignado de maneira a transgredir regras que fixam a margem de empréstimos consignados.

Desvirtuamento do cartão de crédito consignado

5.3. Conforme vimos, a Lei nº 13.172, de 21 de outubro de 2015, estabeleceu o limite máximo de amortização (margem consignável) em 35% no salário e/ou benefício dos empregados/aposentados, sendo 30% para empréstimos e 5% para utilização do cartão de crédito consignado.

5.4. Essa margem consignável é referente ao maior valor de parcela que pode ser descontado na folha de pagamento do consumidor, ou seja, o máximo que o pagamento do empréstimo pode comprometer a sua renda salarial. Tendo sido estipulado justamente para não permitir que as parcelas chegassem a um montante que pudesse compromissar grande parte do seu salário antes de recebê-lo, tirando sua autonomia para o pagamento das demais contas.

5.5. Sendo assim, os profissionais contratados com carteira assinada, funcionários públicos e beneficiários do INSS, poderiam comprometer no máximo 35% da sua renda com créditos descontados diretamente na sua folha de pagamento, tendo o restante do valor disponível para outras contas. No entanto, o valor do crédito pode ser bem maior que os 35% e ele é definido pelo banco na análise de risco, ou seja, a parcela do pagamento é que não pode ultrapassar esse limite.

5.6. Com relação ao empréstimo consignado, fica bem claro que a parcela total não pode ultrapassar os 30%, no entanto, no cartão consignado, os 5% são referentes ao mínimo de pagamento da fatura, restando ao consumidor uma parcela remanescente, ou seja, uma parcela acima dos 35% estipulados em Lei. Portanto, além daquele valor mínimo automaticamente descontado, o consumidor tem que pagar a fatura remanescente, senão, estará sujeito ao pagamento de juros sobre o montante não pago, podendo pagar tudo de uma vez na fatura seguinte, ou parcelar o restante.

5.7. Pelas respostas das empresas, verificamos que em média 42% dos clientes realizam o saque do limite de crédito no momento da contratação do cartão consignado, em alguns bancos esse percentual fica acima dos 80%. Ou seja, a finalidade do cartão consignado que deveria ser de o consumidor poder realizar compras com possibilidade de parcelar sem a necessidade de dar garantias a todos os estabelecimentos, passa a ser secundária para esses clientes, tendo em vista que eles já não terão mais limite para compras.

5.8. De fato, a finalidade na prática é o crédito do valor na conta do consumidor. Embora esta funcionalidade seja garantida por lei, não se vislumbra que seja a principal utilidade. Outros dados que demonstram essa evidência: **52% dos usuários deste produto apenas o utilizam para saque e 49% nem desbloqueiam o cartão depois de recebê-lo.**

5.9. A consequência disto é que no mês seguinte ao da contratação do cartão consignado, além dos 35% da margem comprometida em folha^[8], o consumidor ainda terá uma parcela remanescente para pagar. Dessa forma, como a finalidade do cartão foi subvertida, passando a ser verdadeiramente idêntica à do empréstimo consignado, o que temos é um aumento do seu limite para empréstimo consignado de 30 para 35%, sem contar ainda a parcela remanescente, ultrapassando, então, o que foi determinado por lei.

5.10. Assim, dentro dos limites legais, existe a possibilidade de ter um crédito na sua conta de um valor que irá gerar uma parcela maior do que os 35% apontados pela Lei nº 13.172. Logo, nem os consumidores nem as instituições estão infringindo a Lei, porém o produto pode ser usado de forma a violar as regras que fixam as margens de empréstimo consignado.

5.11. Além disto, de acordo com o art. 1º da Resolução 3.694, de 2009 do Banco Central, os bancos devem adequar os “produtos e serviços ofertados ou recomendados às necessidades, interesses e objetivos dos clientes”. Caso o objetivo seja o crédito em conta, o cartão consignado não é, definitivamente, o produto indicado, mesmo que o consumidor tenha os outros 30% de margem já utilizados.

5.12. Soma-se a este problema, o fato dos usuários do cartão consignado, em sua grande maioria, não pagarem o valor integral da fatura. De acordo com as respostas das empresas, podemos observar que o pagamento integral da fatura, ou seja, o valor descontado na folha, mais o valor remanescente, aconteceu, em média, somente em 14% dos contratos vigentes em 2019. Isto significa que 86% dos consumidores não pagaram o valor total da fatura. Tal dado evidencia que a informação da fatura remanescente não é informada adequadamente pelas empresas - ou não é bem entendida pelos consumidores - ou, ainda, que a parcela total está acima da capacidade de pagamento do consumidor, o que reforça a primeira premissa.

5.13. Esta situação é ainda mais grave com relação aos consumidores que utilizam o cartão consignado estritamente para saque. Nesse caso, vale observar: somente 7,5% das pessoas fazem o pagamento integral da fatura. Segundo informações da Febraban e da ABBC, caso o consumidor não volte a utilizar o cartão, a dívida é quitada em 72 meses. No entanto, essa informação não é clara para o consumidor e, caso ele utilize o cartão novamente dentro deste prazo sem pagar a fatura total, esta dívida pode se tornar de prazo indeterminado.

5.14. Com relação ao pagamento exclusivamente do valor mínimo da fatura, é importante lembrar que em 2017 na Resolução nº 4.549, o Banco Central, preocupado com o crescimento do superendividamento, vedou o uso do rotativo de maneira consecutiva pelos consumidores:

Art. 1º O saldo devedor da fatura de cartão de crédito e de demais instrumentos de pagamento pós-pagos, quando não liquidado integralmente no vencimento, somente pode ser objeto de financiamento na modalidade de crédito rotativo até o vencimento da fatura subsequente.

5.15. No entanto, no art. 4º desta resolução, foram excluídos os contratos cujos pagamentos sejam realizados mediante consignação em folha. Desse modo, continua sendo permitido que o usuário do cartão

consignado pague somente o mínimo da fatura por vários meses consecutivos. Embora os juros do cartão consignado sejam bem menores que os do cartão de crédito convencional, essa prática também é danosa aos consumidores desse produto.

5.16. Neste caso, o próprio regulador trata o cartão de crédito consignado como um produto diferente do cartão de crédito e o aproxima do modo de operação do empréstimo consignado.

“Saque” mesmo sem o envio do cartão e sem o seu desbloqueio

5.17. Conforme informado pelas empresas, 42% dos consumidores realizaram o saque no momento da contratação do cartão consignado, o que quer dizer que não estavam em posse do cartão ao tempo em que foi creditado em suas contas o limite. Além disto, 52% dos usuários deste produto apenas o utilizam para saque.

5.18. Ademais, há um dado que chama a atenção: mesmo estando em posse do cartão, não é preciso desbloqueá-lo para que seja realizado o “saque”, tendo em vista que de todos os 9 milhões de usuários ativos em 2019, 51% não desbloqueou seu cartão.

5.19. Como já argumentado no tópico anterior, a finalidade do cartão consignado se torna outra. Embora a possibilidade de sacar um valor seja mais uma funcionalidade do cartão prevista em lei, esta não pode ser sua principal característica, visto que o objetivo do produto é outro.

5.20. Como agravante desta situação, são alarmantes os dados referentes ao não pagamento da fatura remanescente pelos consumidores que utilizam o cartão consignado exclusivamente para saque: **apenas 7,5% desses usuários paga o valor integral da fatura e, ainda que consiga pagar apenas o mínimo e não volte a utilizá-lo (tanto para compras como para outros saques), levará 06 anos (seis) para quitar a dívida.**

5.21. Portanto, ainda que o saque seja apenas mais uma das funcionalidades do cartão e não sua finalidade principal, as instituições financeiras oferecem o saque ativamente aos consumidores. Referida oferta ocorre tanto no momento da contratação, como por meio de ligações para os clientes que já possuem o cartão.

5.22. Novamente, o que vemos é um descumprimento da Resolução 3.694, que “dispõe sobre a prevenção de riscos na contratação de operações e na prestação de serviços por parte de instituições financeiras”. Conforme o enunciado diz, esta resolução foi criada para limitar a exposição a riscos das instituições financeiras. Em 2013, o texto foi alterado pela Resolução 4.283, incluindo o inciso I do art. 1º, que define as regras de adequação de produtos e serviços ao perfil do consumidor (*Suitability*):

Art. 1º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, na contratação de operações e na prestação de serviços, devem assegurar:

I - a adequação dos produtos e serviços ofertados ou recomendados às necessidades, interesses e objetivos dos clientes e usuários;

(...)

5.23. Assim, ao ofertarem produtos que não são os mais adequados para as necessidades do consumidor e que, ao mesmo tempo, não atendem a sua capacidade de pagamento, as instituições financeiras também estão se expondo a um risco acima do esperado pelo Banco Central, descumprindo a Resolução e colocando em cheque o Sistema Financeiro Nacional. Vale esclarecer que esse excesso de exposição fica evidenciado quando são analisados os dados de consumidores adimplentes.

Oferta excessiva, abusiva e por meio do telefone

5.24. Outro problema destacado nas reuniões do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC – foi a oferta excessiva por meio de contatos telefônicos.

5.25. Vale destacar que, de acordo com o art. 37 do CDC, é proibida toda publicidade enganosa ou abusiva. Dentre outras descrições, o parágrafo 2º desse artigo diz que é abusiva publicidade “que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança”.

5.26. Portanto, ofertar um produto não adequado à necessidade do consumidor e fora das suas condições de pagamento pode levar o consumidor a se comprometer com dívidas impagáveis e, ao mesmo tempo, prejudicar não apenas sua saúde financeira, mas a sua saúde física e mental^[9].

5.27. Com relação às ofertas insistentes realizadas pelo telefone, cumpre esclarecer que como resultado da cooperação técnica firmada entre a Senacon, o INSS e o Banco Central, teve início um processo de construção de regulação específica para o setor financeiro, que envolve tanto o marketing ativo quanto operações de empréstimo consignado para aposentados.

5.28. O primeiro produto desse processo foi o comprometimento pelo setor financeiro a modificar as práticas de marketing ativo junto a aposentados e pensionistas em relação a empréstimos consignados, de modo a reduzir o assédio sobre essa classe de consumidores, considerados hipervulneráveis. Outro produto desta cooperação é a adesão dos bancos ao “Não me Perturbe”^[10], que inicialmente contava somente com as operadoras de telecomunicações.

5.29. Foi construída uma autorregulação específica para o crédito consignado pela Febraban e pela ABBC, que inclui os cartões consignados e possui “três objetivos principais: a criação de um sistema de bloqueio de ligações à disposição dos consumidores que não queiram receber ofertas de crédito consignado; a criação de uma base de dados para monitoramento de reclamações recebidas em razão da oferta inadequada do produto; e a implementação de medidas voltadas à transparência, combate ao assédio comercial e qualificação de correspondentes”^[11].

5.30. Esta autorregulação será acompanhada pela Senacon e teve início em janeiro de 2020. Sendo assim, ainda que se trate de uma iniciativa que visa mitigar problemas futuros, é precoce aferir resultados neste momento. No entanto, é importante ressaltar que medidas para combater a oferta excessiva já estão sendo tomadas pela Senacon.

Ausência de informações adequadas e claras na oferta do crédito

5.31. Após consultas realizadas aos Procons e à Defensoria Pública, foi possível aferir que os consumidores que buscam suporte geralmente trazem as seguintes reclamações:

- a) falta de informações sobre os débitos que estão sendo realizados no seu salário;
- b) desconhecimento da quantidade de parcelas,
- c) desconhecimento dos juros cobrados e do valor da parcela.

5.32. Essas dúvidas demonstram a incompreensão do produto por parte desses consumidores, tendo em vista que as informações “desconhecidas”, com exceção dos juros, só são fixas no empréstimo consignado. Assim, tanto o valor da parcela quanto a quantidade de parcelas variam de acordo com o uso do cartão e o pagamento da fatura.

5.33. Cabe lembrar que o gasto no cartão consignado não gera uma parcela, mas sim um valor que será integralmente cobrado na fatura subsequente. Caso o consumidor não pague o valor integral da fatura, o saldo devedor é cobrado inteiramente na fatura seguinte.

5.34. De acordo com o inciso II do artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor – CDC, é direito básico do consumidor “a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações”. Portanto, é dever das instituições financeiras dar conhecimento suficiente do produto ao seu cliente para que ele possa utilizar de maneira saudável.

5.35. Além disto, nos termos do inciso III do artigo 6º do CDC, é direito do consumidor obter informações claras e adequadas de produtos, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.

5.36. Desta feita, imprescindível a proteção do consumidor sob o viés da qualidade da informação que lhe é prestada no momento da contratação, pois uma informação inadequada - ou insuficiente - na oferta dos produtos tem o potencial de gerar incontáveis danos ao adquirente de produtos financeiros.

5.37. Por conseguinte, a inadequação informacional aliada à quebra da expectativa legítima do consumidor - além de outros fatores já indicados - contribuem para a crescente demanda e volume expressivo das tutelas jurisdicionais.

5.38. Assim sendo, em homenagem aos princípios da confiança, transparência, cooperação, informação qualificada e fim social do contrato, todas as instituições financeiras deveriam estar capacitadas a ajudar ativamente seus consumidores quanto a melhor compreensão e distinção entre o cartão consignado e o empréstimo consignado, assim como deveriam prestar suporte da melhor forma de utilização desses produtos.

5.39. Nas respostas dos bancos, destacamos o Termo de Consentimento Esclarecido, que é utilizado com os clientes que possuem vínculo com o INSS e pode servir de ponto de partida para a melhoria das informações fornecidas ao consumidor no momento da contratação.

6. “MEDIDAS DE APERFEIÇOAMENTO” PROPOSTAS PELA FEBRABAN E ABBC

6.1. Na 2ª Reunião entre ABBC, Febraban e representantes do SNDC, em 17 de março de 2020, foram apresentados 10 pontos críticos que, no entendimento dos bancos, deveriam ser submetidos à autorregulação.

Iremos tecer breves comentários acerca dos levantamentos, tendo em vista que não é o texto da autorregulação em si, mas sim uma proposta dos temas que serão abordados por ela.

a. *Envio obrigatório de faturas aos clientes em meio físico ou eletrônico*

6.2. Inicialmente, é importante tratar da escolha do cliente pelo envio exclusivamente por meio eletrônico. As melhores práticas indicam que deve haver um consentimento do consumidor para que o envio seja somente por meio eletrônico. E, caso a solicitação seja feita pelo telefone, a instituição deve informar o consumidor ou por carta, ou por e-mail, que as próximas faturas serão enviadas somente por meio eletrônico.

6.3. Sobre esse aspecto, importante mencionar que merece cuidado a opção de envio por meio eletrônico para idosos, tendo em vista dificuldades relatadas por essa parcela dos consumidores para lidarem com o recebimento da fatura dessa forma. Muitos sequer possuem e-mails próprios, o que favorece o extravio da informação e a perda de controle sobre a evolução do débito ao longo do tempo.

6.4. Considerando isto, o recebimento da fatura remanescente é fundamental para que o consumidor tenha informação adequada e clara do produto contratado, até porque o não pagamento desta fatura ensejará cobrança de multas/juros a esse consumidor. Embora o não envio de fatura seja um problema que afete apenas 2% dos consumidores deste produto (conforme registro no Consumidor.gov.br), este tema é muito importante e deve constar em autorregulação.

b. *Envio obrigatório da via física do cartão de crédito (“plástico”)*

6.5. Uma das distorções analisadas na seção anterior foi o saque do limite da RMC no momento da contratação, ou seja, sem que o cartão tivesse sido enviado para aquele consumidor.

6.6. Além disto, tal como evidenciado, 51% dos consumidores não desbloqueiam o cartão consignado para uso, provavelmente por ter contratado o cartão consignado com objetivo de realizar apenas o saque. Assim, o envio obrigatório dos cartões é importante para que ele seja utilizado com sua finalidade principal que é de “permitir que o consumidor adquira de imediato, em determinados estabelecimentos comerciais ou de serviços, os bens e serviços de que necessita”.

c. *Utilização do Termo de Consentimento Esclarecido*

6.7. Conforme abordado no tópico anterior, o Termo de Consentimento Esclarecido, utilizado pelos clientes que são beneficiários do INSS pode servir de ponto de partida para a melhoria das informações fornecidas ao consumidor no momento da contratação.

d. *Envio, no ato da contratação, de cartilha com a explicação sobre o produto*

6.8. Este ponto atende ao direito básico do consumidor referente “a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações”. Importante salientar que, no momento da oferta, a prestação de informações também deve ter o objetivo de orientar o consumidor para o consumo. Isso significa que apenas o envio da cartilha não retira a responsabilidade do fornecedor.

e. *Limitação de prazo previsto para liquidação do saldo, conforme o praticado no empréstimo consignado*

6.9. Conforme observamos, os consumidores possuem dúvidas em relação ao tempo de liquidação da dívida, sendo assim, é muito importante uma informação precisa ao consumidor deixando claro que o prazo pode variar, porém, caso ele não utilize mais o cartão para compras ou saque, a dívida tem um limite temporal.

6.10. Ainda assim, tem de se inverter a lógica desta oferta. É necessário que seja explicado que o pagamento deve ser feito por inteiro (parcela descontada em folha + fatura remanescente) e que, caso ele não consiga pagar todo o seu gasto, parte dessa fatura poderá ser quitada e o saldo retornará para pagamento no mês seguinte.

6.11. Vale frisar que a criação de parcelas e prazo para pagamento poderá trazer mais dúvidas ao consumidor e aumentar o questionamento com relação à utilização do cartão como meio de violar as regras que fixam as margens de empréstimo consignado.

f. *Valor das parcelas consignadas*

6.12. Conforme abordado no item anterior, informação e previsibilidade para o consumidor são itens essenciais que devem estar presentes. No entanto, mais do que quantidade, deve-se atentar para a qualidade da informação. Note-se que uma informação errada ou com falta de clareza pode confundir ainda mais o consumidor.

6.13. Outro ponto tocado pelos órgãos de defesa do consumidor pertencentes ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor refere-se à variação das parcelas mesmo sem o uso do consumidor. Se não ocorreu nenhuma variação nas condições estabelecidas inicialmente (a margem consignável permanece a mesma, não houve novos saques e nem outros usos do cartão), as parcelas consignadas para a amortização devem ser fixas, com valor constante.

6.14. E se houve alguma alteração (por mudança na margem consignável ou outros motivos), de modo que a parcela consignada sofra alteração de valor, essas causas devem ser explicadas de forma clara e ostensiva ao consumidor que não está mais utilizando o cartão.

g. Inclusão gráfica do cartão em todos os formulários do produto, como exemplo

6.15. Assim como no uso do Termo de Consentimento Esclarecido, a demonstração gráfica do cartão no contrato levará a um maior entendimento do consumidor sobre o que está sendo contratado. Como destacado no item “d”, isso também não tira a responsabilidade do fornecedor de educação para o consumo.

h. Envio de SMS, push, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, contendo a informação do envio da fatura

6.16. Este mecanismo pode ser importante ajudar a aumentar o percentual de consumidores que pagam a fatura remanescente.

6.17. Tal como observado, 86% dos consumidores deste produto não pagam a fatura remanescente, gerando cobrança de multas/juros na fatura seguinte.

i. Campanha de divulgação

6.18. É extremamente importante que seja feita uma campanha direcionada para disseminar a forma como o consumidor deve utilizar o produto e, também, como ele não deve utilizá-lo.

6.19. A educação para o consumo envolve o entendimento pelo consumidor dos benefícios e possíveis problemas que ele pode enfrentar com o produto/serviço. Neste quesito, vale frisar que a própria Senacon também pode participar das campanhas, tanto na elaboração do conteúdo quanto na divulgação, por meio da Escola Nacional de Defesa do Consumidor.

j. Reforço quanto ao uso dos canais de atendimento para desbloqueio dos cartões e consulta da fatura em meio eletrônico

6.20. Da mesma maneira, o uso dos canais de atendimento para desbloqueio dos cartões e consulta da fatura em meio eletrônico é importante para que mais consumidores desbloqueiem o cartão consignado e o utilize considerando o seu objetivo primordial: “*permitir que o consumidor adquira de imediato, em determinados estabelecimentos comerciais ou de serviços, os bens e serviços de que necessita*”.

7. CONCLUSÃO

7.1. A Política Nacional das Relações de Consumo tem como um de seus objetivos a harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo.

7.2. A Senacon, órgão coordenador da política nacional de defesa do consumidor, reconhece a vulnerabilidade do consumidor e, por essa razão, buscou obter mais informações a respeito do funcionamento e uso do produto cartão de crédito consignado a fim de sugerir melhorias e aprimoramentos ao produto.

7.3. Diante do exposto, foi observado que o cartão de crédito consignado tem sido utilizado, na maioria das vezes, como mecanismo para se obter crédito em conta. Embora seja uma funcionalidade prevista em lei, esta não é a principal finalidade do produto, mas sim do empréstimo consignado.

7.4. Em razão dos argumentos expostos acima, identificamos distorção do uso do cartão pelos seguintes motivos: i) publicidade abusiva, ii) ausência de informações adequadas e claras na oferta, e iii) venda de produtos inadequados ao perfil do consumidor ou à sua capacidade de pagamento.

7.5. Sendo assim, cientes da disposição da Febraban e da ABBC em aprimorar o produto e sua oferta, entendemos que os seguintes ajustes devem ser o foco da autorregulação, bem como da atenção do Banco Central sobre os temas:

- I - Padronização da oferta do produto da mesma forma que é realizada aos beneficiários do INSS;
- II - Reforço da educação para o consumo, de maneira a informar melhor seus clientes a respeito do uso do cartão consignado;
- III - Proibição de oferta do “saque” do limite do cartão pelo telefone;
- IV - Limitação do uso do crédito rotativo;
- V - Limitação do saque em valor menor (e adequado) ao limite total do cartão e de saques seguidos; e
- VI - Criação de um período de carência para o uso da funcionalidade de saque.

7.6. A primeira recomendação tem objetivo de tornar mais claro para os consumidores que tipo de produto estão contratando e estabelecer um padrão de contrato similar ao que já vem sendo utilizado para parte dos clientes. Apesar das informações que devem aparecer no Termo de Consentimento Esclarecido serem especificadas na Instrução Normativa nº 28 do INSS, sugerimos a inclusão de outra informação, qual seja: “A finalidade do cartão de crédito consignado é a compra de produtos e serviços, para o crédito em conta existem outras modalidades”.

7.7. A segunda recomendação busca trazer um melhor entendimento pelo consumidor dos benefícios e possíveis problemas que ele pode enfrentar com o produto/serviço. As ações desta recomendação têm de ser elaboradas prevendo indicadores que possibilitem seu acompanhamento e monitoramento. Nesse sentido, importante que a autorregulação inclua o uso de nudges e behavioral insights, de modo a auxiliar o consumidor do crédito a tomar a melhor decisão. Tais ferramentas da economia comportamental não vem sendo aplicadas, o que se deduz das informações coletadas e dos problemas aqui apontados.

7.8. Na recomendação seguinte, o intuito é de incentivar o uso do cartão de crédito consignado para sua finalidade principal, que é a compra de produtos e serviços. A oferta pelo telefone do saque do limite do cartão desvirtua o que tem de ser o objetivo da contratação do produto.

7.9. Com relação à limitação do uso do crédito rotativo, o Banco Central já demonstrou sua preocupação quanto ao uso repetitivo do rotativo ao editar a Resolução nº 4.549. Contudo, recomendamos a revisão do artigo 4º desta resolução, pois justamente os consumidores mais vulneráveis são os que perdem o controle de suas dívidas com esta brecha. Lembrando-se que o cartão de crédito consignado para aposentados e pensionistas atinge um grupo de consumidores que é considerado hipervulnerável, demandando maior atenção e proteção do ordenamento jurídico. Independentemente da alteração da resolução, a autorregulação pode trazer essa limitação.

7.10. A quinta recomendação que diz respeito ao limite do saque menor que o limite total do cartão e da limitação de saques enquanto houver débito tem por objetivo evitar o perpetuamento da dívida. A limitação do valor passível de saque é necessária sob dois aspectos: a) o valor que pode ser sacado deve ser limitado e condizente com a capacidade de quitação da fatura pelo consumidor, pois o saque gera cobrança integral na fatura subsequente e este valor pode ultrapassar o limite de 35% estabelecido em lei; e b) nos casos de parcelamento do saque, os novos saques devem ser limitados enquanto não houver a quitação do pagamento do saque anterior.

7.11. Em relação a esse aspecto, sugerimos o envio da presente nota técnica à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e à Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, ambas do Ministério da Economia, para análise da viabilidade e da racionalidade econômicas da manutenção da opção de saque no cartão de crédito consignado. Tal sugestão decorre da necessidade de aprofundamento da discussão em relação a essa funcionalidade do produto, tendo em vista as externalidades positivas e negativas a ela relacionadas e os riscos dessa manutenção para o superendividamento dos consumidores, conforme apontado nesta nota técnica.

7.12. A sexta recomendação elencada diz respeito ao prazo de carência para uso da funcionalidade de saque no cartão de crédito consignado. O objetivo é incentivar a contratação do produto para consumo de bens e serviços e que o consumidor tenha tempo suficiente para entender a lógica de funcionamento do cartão e utilizar o saque somente em situações de emergência. A sugestão de carência é de 180 (cento e oitenta) dias.

7.13. Identificamos a possibilidade de as instituições financeiras estarem descumprindo o inciso I do art. 1º da Resolução 3.694 quando ofertam produtos que não são os mais adequados para as necessidades do consumidor. Vale dizer que muitos produtos são ofertados com informações insuficientes e em desacordo com a capacidade de pagamento do consumidor.

7.14. Outro ponto que merece atenção se refere ao papel dos correspondentes bancários na disseminação do produto, uma vez que esses atores não se submetem às regras de *compliance* das instituições financeiras de reputação reconhecida no mercado.

7.15. Pelas razões acima expostas, também recomendamos o envio da presente nota técnica para o Banco Central para a tomada de providências, pois acreditamos que o art. 4º da Resolução nº 4.549, que permite que o usuário do cartão consignado pague somente o mínimo da fatura por vários meses consecutivos, deve ser reanalisado pelo fato deste artigo afastar o cartão de crédito consignado do cartão de crédito convencional ao possibilitar o rolamento da dívida por vários meses consecutivos.

7.16. Consideramos o envio ao Banco Central necessário, tendo em vista o esforço deste órgão no sentido de promover a cidadania financeira e evitar o superendividamento das pessoas (uma realidade crescente e que precisa ser evitada, especialmente diante da pandemia de covid-19), não cabendo exclusivamente à Senacon as medidas que podem ser adotadas para mitigar o número crescente de reclamações e de problemas com referidos produtos. Em adição, cabe lembrar que a Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF) acontecerá no segundo semestre de 2020, portanto, sugere-se que este tema seja abordado durante o evento.

7.17. Por fim, sugerimos o envio desta nota técnica para a Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Senacon para subsidiar os processos administrativos sobre esse produto que estão em curso e para os que vierem a ser instaurados.

ANDERSON PORTUGAL CARDOSO

Analista Técnico Administrativo

PAULO NEI DA SILVA JUNIOR

Coordenador de Monitoramento de Mercado - Economista

ANDREY VILAS BOAS DE FREITAS

Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

JULIANA OLIVEIRA DOMINGUES

Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues, Diretor(a) do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor**, em 23/04/2020, às 16:59, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Vilas Boas de Freitas, Coordenador(a)-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado**, em 23/04/2020, às 17:19, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO NEI DA SILVA JUNIOR, Coordenador(a) de Monitoramento e Mercado**, em 23/04/2020, às 17:21, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Anderson Portugal Cardoso, Analista Técnico(a)**



Administrativo(a), em 23/04/2020, às 18:09, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11533147** e o código CRC **2F89EC4C**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

REFERÊNCIAS

[1] BULGARELLI, Waldirio. A regulamentação dos cartões de crédito. In: Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, n.19, 1995.

[2] DE SOUZA, Leonam M. Contrato de Cartão de Crédito: Relação entre “Estabelecimento” e Credenciadora. R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 62, p. 165 - 200, abr. – set. 2013.

[3] GUSTAVO, Paulo. Cartões de Crédito. JUS, 1998. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/621/cartoes-de-credito> >. Acessado em: 23/03/2020.

[4] <https://www4.bcb.gov.br/textonoticia.asp?codigo=3153&idpai=NOTICIAS&frame=>

[5] Em reunião extraordinária no dia 17 de março de 2020, o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) emitiu a Resolução CNPS nº 1.338 que recomenda ao INSS a redução do teto máximo dos juros do empréstimo consignado e do cartão consignado, além do alongamento da quitação da dívida.

[6] BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL. DISPONÍVEL EM: < <https://www4.bcb.gov.br/textonoticia.asp?codigo=3153&idpai=NOTICIAS&frame=> >

[7] Os questionários encontram-se no anexo desta nota técnica.

[8] Caso ele já tenha contratado um empréstimo consignado que ocupe os outros 30% da margem.

[9] The Employer's Guide to Financial Wellbeing, 2019-20. Salary Finance; <<https://valorinveste.globo.com/objetivo/organize-as-contas/noticia/2019/05/21/endividados-tem-4-vezes-mais-chances-de-ter-depressao-e-8-vezes-mais-de-nao-dormir-bem.ghtml>>

[10] Base de dados centralizada para coletar as informações dos usuários que não possuem interesse em receber ligações de telemarketing.

[11] <http://www.autorregulacaobancaria.com.br/pagina/43/23/pt-br/consignado-apresentacao#>

* O DPDC agradece a contribuição de Maria Paula Costa Bertran, Professora Associada da Universidade de São Paulo (FDRP/USP) nas propostas da presente Nota Técnica.

ANEXO

1. Pontos Positivos e Negativos dos Produtos Financeiros

Produto	Positivo	Negativo
Cartão de crédito	Saque	Juros de financiamento mais altos
	Compra em diversos lugares	Cobrança de anuidade
	Compra parcelada	
	Possibilidade de programa de pontuação	
	Benefícios extras	
	(exemplo: seguro viagem, consierge)	
Empréstimo consignado	Organização de finanças pessoais	
	Menores juros do mercado	Impossibilidade de gerenciar o pagamento (consignado)

Produto	Positivo	Negativo
	Não há consulta aos órgãos denominados 'Bureaus de Crédito'	
Cartão de crédito consignado	Saque	
	Compra em diversos lugares	Juros menores que o do cartão, mas maiores do que o consignado puro
	Compra parcelada	
	Organização de finanças pessoais	Impossibilidade de gerenciar a parcela do pagamento que é consignado
	Não há consulta aos órgãos denominados 'Bureaus de Crédito'	

2. Questionário Enviado aos Bancos

- Como é dada a informação sobre o cartão de crédito consignado? Como vocês diferenciam, na oferta, o cartão de crédito consignado do empréstimo consignado?
- Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de fraudes encontradas no cartão de crédito consignado, sobretudo quando utilizam os dados de outra pessoa para emitir o cartão?
- Qual a quantidade de contratos vigentes da modalidade cartão de crédito consignado a empresa tem no Brasil?
- Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que usam ou usaram o cartão para fazer compras de bens e serviços no comércio?
- Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que faz apenas saques em dinheiro?
- Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes faz o saque no momento da contratação e já recebe o valor na conta?
- Como isso é oferecido ao consumidor? O "saque" pelo telefone, situação em que é depositada uma quantia na conta do consumidor, também é ofertado de maneira ativa? Ou seja, vocês ligam para os consumidores que já possuem o cartão de crédito consignado e oferecem esse "saque"?
- Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que pagam integralmente as faturas do valor remanescente do desconto em folha de pagamento?
- Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes que fazem uso apenas de saques em dinheiro pagam integralmente a fatura de valor remanescente?
- Qual o prazo para emissão do cartão após a contratação?
- Quais os mecanismos de verificação do recebimento do cartão pelos contratantes de cartão de crédito consignado?
- Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de cartões desbloqueados para uso?
- Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento do cartão?
- Em caso de não recebimento do cartão, qual o prazo para seu cancelamento e emissão de um novo?
- Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que faz a opção de recebimento da fatura por e-mail?
- Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de reclamações a respeito do não recebimento da fatura?
- Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que apresentou reclamações sobre lançamentos indevidos na fatura do cartão?
- Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que realizou novo saque após o primeiro?
- Qual a média de novos saques efetuados pelos contratantes de cartão de crédito consignado?
- Qual o percentual anual, no período de 2016 a 2019, de contratantes de cartão de crédito consignado que solicitou o cancelamento do cartão?
- Outras informações que considerar relevantes sobre o tema.

3. Questionário Enviado à Febraban e à ABBC

- Quais instituições associadas à ABBC oferecem o produto cartão de crédito com pagamento mediante consignação? Favor listar as empresas e seus respectivos contatos.
- Quais são as normas que regulamentam o produto e balizam a atuação dos bancos, tanto para definição de procedimentos como para a definição de prazos?
- Existe alguma outra autorregulação deste produto além da que entrou em vigor este ano (Autorregulação do Consignado)?

- d. O saque em dinheiro do limite do cartão é oferecido ativamente pelos bancos somente para o cartão consignado, qual a diferença do saque neste cartão e no cartão de crédito que não é consignado?
- e. Existe alguma taxa cobrada para realização do saque?
- f. Outras informações que considerar relevantes sobre o tema.

Referência: Processo nº 08012.000403/2020-83

SEI nº 11533147

Criado por paulo.nei, versão 30 por juliana.domingues em 23/04/2020 16:58:52.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



NF.:
Pedido:

Contrato: 9912274125
CARTA COMERCIAL
CONTRATO

Volume: 1/1
Peso(g): 00020

JU472565440BR



AR

Nome Legível: _____

Documento: _____

Rubrica: _____

ENTREGA NO VIZINHO

NÃO AUTORIZADA

DESTINATÁRIO

ROBERTO CAMPOS NETO
SBS QUADRA 3 BLOCO B - BANCO CENTRAL DO BRASIL
ASA SUL
70074-900 BRASILIA/DF



Obs: Processo nº 08012.000403/2020-83
OFÍCIO nº 34/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/ASA SUL
nº 11557695

Remetente:

Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON
Esplanada dos Ministérios Bloco T, Sede 5º Andar, Sala 532
Zona Cívico-Administrativa
70064-900 Brasília/DF

AGF
27 ABR 2020
Brasília BSB

REMETENTE:

ENDEREÇO:

 Correios AVISO DE RECEBIMENTO AR		DATA DE POSTAGEM 29/04/2020	
DESTINATÁRIO ROBERTO CAMPOS NETO SBS QUADRA 3 BLOCO B, 0 BANCO CENTRAL DO BRASIL ASA SUL BRASILIA DF 70074-900		UNIDADE DE POSTAGEM AGF SIA POSTAL	
		CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA	
REMETENTE Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON Esplanada dos Ministérios Bloco T, Zona Cívico-Administrativa Brasília - DF 70064-900		 JU472565440BR	
TENTATIVAS DE ENTREGA 1º ____/____/____ : ____ 2º ____/____/____ : ____ 3º ____/____/____ : ____		DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) 1 - PROCESSO Nº 08012.000403/2020-83 OFÍCIO Nº 34/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ SEI Nº 11557695;	
		MOTIVO DE DEVOLUÇÃO [1] MUDOU-SE [6] NÃO PROCURADO [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [7] AUSENTE [3] NÃO EXISTE NÚMERO [8] FALECIDO [4] DESCONHECIDO [9] OUTROS [5] RECUSADO	RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
ASSINATURA DO RECEBEDOR		DATA DE ENTREGA	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR		Nº DOC. DE IDENTIDADE	

Documento Protocolado

Protocolo Digital Bacen <admin.ecm.deinf@bcb.gov.br>

sex 18/09/2020 11:41

Inbox

Para: Fernando Cesar Santos <fernando.santos@mj.gov.br>;

Seu documento foi protocolado no Banco Central do Brasil.

Número único de protocolo (NUP): 18600.056562/2020-66.

Assunto: Solicitação de órgão público

Descricao: Ofício nº 34/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJSP referente Processo SENACON-MJSP SEI nº 08012.000403/2020-83, encaminhado anteriormente pelos Correios.

Para consultar o trâmite, [clique aqui](#).

Observação: a consulta do trâmite estará disponível 30 minutos após a protocolização..

ESTA É UMA MENSAGEM AUTOMÁTICA, FAVOR NÃO RESPONDER.

Protocolo Integrado

GOVERNO FEDERAL

[Acesse sua Conta](#)[Criar uma Conta](#)[Órgãos Integrados](#)[Perguntas Frequentes](#)[Contato](#)[Sobre o Protocolo](#)[Ajuda](#)[Página Inicial](#)[Resultado da Consulta](#) [Detalhes do Documento](#)

Documento

Consulta realizada em 18/09/2020 às 08:55

Protocolo:	18600056562202066
Data de Produção:	18/09/2020
Espécie:	Documento Externo
Identificação:	BCB/DEMAP-2020/115792
Assunto:	Solicitação de órgão público

Interessados

Identificação	Nome
	FERNANDO CESAR SANTOS



Histórico

Data:	18/09/2020 11:40:47
Unidade:	BCB-DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO - DEMAP/GEPON/DIDOC
Operação:	Cadastrado via Protocolo Digital

[Imprimir](#)[Voltar](#)

As informações exibidas nas consultas são de responsabilidade dos órgãos integrantes da solução Protocolo Integrado.

Acesso à
Informação



12676427



08012.000403/2020-83



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor
Serviço de Apoio Administrativo e Processual da SENACON (entrada)

DESPACHO Nº 270/2020/SEAPRO/GAB-SENACON/SENACON/MJ

Assunto: **Devolução de Correspondência**

Processo: **08012.000403/2020-83**

1. Trata-se do Ofício nº 34/2020/CGEMM/DPDC/SENACON encaminhado pelo Núcleo Postal do Ministério da Justiça e Segurança Pública-NPOST, através do serviço de postagem dos Correios, posteriormente devolvido em decorrência da suspensão do atendimento presencial do Protocolo do Banco Central do Brasil - SEI (12654927).
2. Informo que o envio da correspondência foi providenciado por este Seapro , mediante protocolo digital - SEI (12674213).
3. Diante do exposto encaminho os autos à Coordenação-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado, para conhecimento.

Atenciosamente,

FERNANDO CÉSAR SANTOS

Agente Administrativo

SEAPRO/GAB/SENACON



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO CESAR SANTOS**, **Agente Administrativo(a)**, em 18/09/2020, às 15:16, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **12676427** e o código CRC **30BD2495**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08012.000403/2020-83

SEI nº 12676427



14243645



08012.000403/2020-83



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Coordenação Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

DESPACHO Nº 245/2021/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ

Destino: **DIAGI**

Assunto: **Defesa do Consumidor: Monitoramento do Mercado de Consumo**

Interessado(a): **CGEMM**

1. Encaminhe-se o presente processo para fins de análise e acompanhamento sistemático das respostas às notificações enviadas por esta Coordenação Geral. Em caso de solicitação de dilação de prazo, informar com a maior brevidade possível à Coordenação de Monitoramento de Mercado (CMM).
2. Informa-se que a priorização das análises será definida pela CMM e pela CGEMM.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **PAULO NEI DA SILVA JUNIOR**,
Coordenador(a) de Monitoramento e Mercado, em 22/03/2021, às 11:20,
conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **14243645** e o
código CRC **0FD2DCAF**



O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08012.000403/2020-83

SEI nº 14243645



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR
SERVIÇO DE PROTOCOLO E APOIO PROCESSUAL**

De ordem, defiro conforme solicitado.

Em, ____ / ____ / ____

REQUERIMENTO DE ACESSO EXTERNO

Processo/Procedimento (Nº): 08012.000403/2020-83

Por seu representante legal abaixo assinado, vem a presença de Vossa Senhoria requerer: CÓPIA INTEGRAL

Procuração (Fls): 11865806 (preenchimento obrigatório)


Fone: (Fixo) (71)3351-8666 (Celular) (71)9.9234-0180

OAB (Nº): OAB/SP 368.437

E-mail: recortes@sarmientosilva.com.br

Brasília-DF, 07 de dezembro de 2021.

Nestes termos pede deferimento.


DIALMA SILVA JUNIOR
OAB/BA 18.157
OAB/SP 368.437

(Nome do representante legal por extenso e legível)



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR
SERVIÇO DE PROTOCOLO E APOIO PROCESSUAL**

De ordem, defiro
conforme

Em ____/____/____

REQUERIMENTO DE ACESSO EXTERNO

Processo/Procedimento (Nº): 08012.000403/2020-83

Por seu representante legal abaixo assinado, vem a presença de Vossa Senhoria requerer: ACESSO EXTERNO CÓPIA INTEGRAL

Procuração (Fls): ANEXO (preenchimento obrigatório)

Fone: (Fixo) 613037-6565 (Celular) 61985646067

OAB (Nº): 56.709

E-mail: ebadf@ernestoborges.com.br

Brasília-DF, 15 de março de 2022 .

Nestes termos pede deferimento.

(Nome do representante legal por extenso e legível)

civil e criminal, e com a certidão simplificada consultada no site da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 16/09/2019, protocolo nº 00-2019/555296-2, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **065. 8º) BANCO BRADESCARD S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 04.184.779/0001-01, NIRE 35300182359, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, Edifício Jauaperi, Bloco D, 15º andar, Alphaville, Barueri-SP, CEP 06454-000, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO, realizada em 25/04/2018, registrado na JUCESP sob nº 315.543/18-8, em 05/07/2018, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE realizada em 17/12/2018, registrado na JUCESP sob nº 056.996/19-6, em 29/01/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 11/02/2019, autenticidade nº 112595271, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **054** sob nº de ordem **106. 9º) BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**, inscrita no CNPJ nº 92.682.038/0001-00, NIRE 33300275541, com sede na Avenida Rio de Janeiro, nº 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20931-675, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE de 14/01/2019, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 00003678364, em 08/07/2019, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE de 28/03/2019, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 00003647608, em 11/06/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada consultada no site da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 05/08/2019, protocolo nº 00-2019/460979-0, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **031. 10º) TEMPO SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 58.503.129/0001-00, NIRE 31207022645, com sede na Avenida Floriano Peixoto, nº 6500, Sala 3, Jardim Umuarama, Uberlândia-MG, CEP 38406-247, com seu Contrato Social consolidado datado de 15/10/2015, registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob nº 7338041, em 06/06/2019, neste ato representado, nos termos da Clausula Sétima do Contrato Social acima mencionado, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Quotistas datada de 30/04/2015, registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob nº 5525489, em 15/06/2015, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada nº C190001522259 emitida no site da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 30/06/2019, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **054** sob nº de ordem **185. 11º) BRADESCO SAÚDE S.A.**, inscrita no CNPJ nº 92.693.118/0001-60, NIRE 33300159541, com sede na Avenida Rio de Janeiro, nº 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20931-675, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE de 14/01/2019, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 00003516947, em 13/02/2019, neste ato representado nos termos do artigo 13 do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 29/04/2019, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 00003638397, em 03/06/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada consultada no site da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 24/06/2019, protocolo nº 00-2019/354090-8, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **006. 12º) BANCO BRADESCO BBI S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 06.271.464/0001-19, NIRE 35300335791, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE realizada em 07/06/2019, registrada na JUCESP sob nº 423.505/19-1, em 06/08/2019, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social acima mencionado, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE realizada em 03/07/2019, registrada na JUCESP sob nº 471.340/19-4, em 04/09/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 11/09/2019, autenticidade nº 123129250, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **026. 13º) BANCO LOSANGO S.A. – BANCO MÚLTIPLO**, inscrito no CNPJ sob nº 33.254.319/0001-00, NIRE 33300316906, com sede na Praça XV de Novembro, nº 20, 11º andar, salas 1.101 e 1.102, 12º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20010-010, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE/AGO datada de 30/04/2019, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 3677758, em 08/07/2019, neste ato representado nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO datada de 30/04/2019, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada consultada no site da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 17/07/2019, protocolo nº 00-2019/420860-5, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **013. 14º) BRADESCARD ELO PARTICIPAÇÕES S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 09.226.818/0001-00, NIRE 35300349415, com sede social no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Social Vigente aprovado pela AGE/AGO, realizada em 30/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 396.297/19-5, em 19/07/2019, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO, realizada em 30/04/2019, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 14/08/2019, autenticidade nº 121660557, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **027.15º) ALVORADA ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 01.382.421/0001-97, NIRE

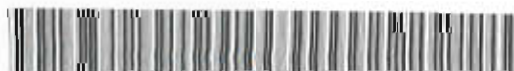
2º TABELIÃO DE NOTAS
OSASCO - SP
COMARCA DE OSASCO
ANTONIO CARLOS ZANOTTI - TABELIÃO DESIGNADO



35213970324, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, 15º andar, parte, Bloco D, Alphaville, Barueri-SP, CEP 06454-000, com seu Contrato Social Consolidado datado de 22/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 410.267/19-3, em 29/07/2019, neste ato representado nos termos da Clausula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião das Sôcias Cotistas datada de 22/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 410.268/19-7, em 29/07/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 14/08/2019, autenticidade nº 121673973, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **032. 16º) BANKPAR BRASIL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 34.046.581/0001-14, NIRE 35221360939, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, 15º andar, Bloco "D", edifício Jauaperi, Alphaville Industrial, Barueri-SP, CEP 06454-000, com seu Contrato Social Consolidado, datado de 18/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 401.140/19-2, em 26/07/2019, neste ato representado, nos termos da Clausula Sétima do Contrato Social acima mencionado, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião dos Sócios Cotistas, datada de 18/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 401.141/19-6, em 26/07/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 15/08/2019, autenticidade nº 121708450, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **005. 17º) BANKPAR CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 67.529.289/0001-01, NIRE 35210748205, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, 15º andar, parte, Bloco D, Edifício Jauaperi, Alphaville Industrial, Barueri-SP, CEP 06454-000, com seu Contrato Social Consolidado, datado 30/04/2018, registrado na JUCESP sob nº 279.179/18-2, em 13/06/2018, neste ato representado nos termos da Clausula Sétima do Contrato Social acima mencionado, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 30/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 309.187/19-9 em 06/06/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 03/07/2019, autenticidade nº 119679177, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **054** sob nº de ordem **186. 18º) NOVA PAIOL PARTICIPAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 04.278.130/0001-41, NIRE 35221205216, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Contrato Social consolidado datado de 30/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 287.706/19-9 em 30/05/2019, neste ato representado nos termos da Cláusula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião das Sôcias Cotistas datada de 30/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 287.708/19-6 em 30/05/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 15/07/2019, autenticidade nº 120118692, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **033. 19º) SHOPFÁCIL SOLUÇÕES EM COMÉRCIO ELETRÔNICO S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 14.370.342/0001-08, NIRE 35300413270, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Cinza, 1º andar, sala 2, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Social Vigente aprovado pela AGE/AGO, realizada em 29/04/2019, e registrada na JUCESP sob nº 362.690/19-4, em 12/07/2019, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO, realizada em 29/04/2019, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 27/07/2019, autenticidade nº 120778404, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **034. 20º) BF PROMOTORA DE VENDAS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 02.038.394/0001-00, NIRE 35214604291, com sede na Alameda Santos, nº 1.420, Cerqueira César, São Paulo-SP, CEP 01418-100, com seu Contrato Social Consolidado datado de 10/01/2019, registrado na JUCESP sob nº 226.225/19-7, em 25/04/2019, neste ato representado nos termos da Cláusula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 29/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 401.121/19-7, em 26/07/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 15/08/2019, autenticidade nº 121725401, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **002. 21º) BP PROMOTORA DE VENDAS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 07.131.760/0001-87, NIRE 35219653738, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Contrato Social consolidado datado de 24/04/2018, registrado na JUCESP sob nº 257.157/18-9, em 04/06/2018, neste ato representado nos termos da Clausula Sétima do Contrato Social acima mencionado, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata De Reunião das Sôcias Cotistas datada de 24/04/2018, registrada na JUCESP sob nº 267.737/18-0, em 07/06/2018, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 12/06/2019, autenticidade nº 118638889, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **001. 22º) BRADESCO CAPITALIZAÇÃO S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 33.010.851/0001-74, NIRE 35300331354, com sede na Avenida Alphaville, nº 779, Empresarial 18 do Forte, Barueri-SP, CEP 06472-010, com seu Estatuto Social Vigente aprovado pela AGE de 29/11/2018, registrada na JUCESP sob nº 252.706/19-5, em 09/05/2019, neste ato representado, nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE de 28/03/2019, registrada na JUCESP sob nº 431.192/19-4, em 13/08/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ALTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



site da JUCESP em 23/08/2019, autenticidade nº 122200179, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 007. 23º) **MEDISERVICE OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 57.746.455/0001-78, NIRE 35300360249, com sede na Avenida Alphaville, nº 779, Empresarial 18 do Forte, Barueri-SP, CEP 06472-010, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE realizada em 27/12/2018, e registrada na JUCESP sob nº 255.859/19-3, em 14/05/2019, neste ato representado, nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE realizada em 10/04/2019, e registrada na JUCESP sob nº 255.860/19-5, em 14/05/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 06/06/2019, autenticidade nº 118361390, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 008. 24º) **ATLÂNTICA COMPANHIA DE SEGUROS**, inscrita no CNPJ sob nº 33.151.291/0001-78, NIRE 33300284958, com sede na Avenida Rio de Janeiro, nº 555, 20º andar, Caju, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20931-675, com seu Estatuto Social vigente aprovado pela AGE realizada em 14/01/2019, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 00003639589-002, em 04/06/2019, neste ato representado nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE realizada em 29/03/2019, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 00003712878-008, em 07/08/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada consultada no site da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 11/09/2019, protocolo nº 00-2019/550650-2, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 062. 25º) **KIRTON BANK S.A. – BANCO MÚLTIPLO**, inscrito no CNPJ sob nº 01.701.201/0001-89, NIRE 41300015341, com sede na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 4º andar, Centro, Curitiba-PR, CEP 80020-030, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE/AGO datada de 30/04/2018, registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20184906369 em 26/09/2018, neste ato representado nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO datada de 30/04/2018, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada nº 195439082, consultada no site da Junta Comercial do Estado do Paraná em 25/09/2019, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 069. 26º) **KIRTON CORRETORA DE SEGUROS S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 43.638.022/0001-94, NIRE 41300003955, com sede na Rua Presidente Pádua Fleury, nº 680, Hauer, Curitiba-PR, CEP 81630-240, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE/AGO datada de 26/04/2018, registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20183002512, em 13/06/2018, neste ato representado nos termos do Artigo 9º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO datada de 26/04/2018, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada datada de 12/07/2019, autenticidade nº 193724340, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 022. 27º) **BRABESCO – KIRTON CORRETORA DE CÂMBIO S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 58.229.246/0001-10, NIRE 35300138767, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 6º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP, CEP 04543-011, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE datada de 03/07/2019, registrada na JUCESP sob nº 448.284/19-4, em 23/08/2019, neste ato representado nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE datada de 03/07/2019, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 05/09/2019, autenticidade nº 122818596, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 055. 28º) **KIRTON ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA**, inscrita no CNPJ nº 03.270.639/0001-85, com sede administrativa na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 1º andar, Centro, Curitiba-PR, CEP 80020-030, com seu Estatuto Social vigente, datado de 01/07/2016, registrada no 1º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR, sob nº 1.114.632, em 05/09/2016, neste ato representado nos termos do parágrafo único do artigo 30 do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE de 30/04/2019, registrada no 1º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR, sob nº 1.162.154, em 12/06/2019, que declaram continuarem estes os documentos da pessoa jurídica, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão emitida pelo 1º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR em 08/08/2019, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 035. 29º) **SCOPUS DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 06.071.753/0001-74, NIRE 35231345312, com sede na Rua Domingos Sergio Dos Anjos, nº 277, 3º andar, Pirituba, São Paulo-SP, CEP 05136-170, com seu Contrato Social Consolidado datado de 28/12/2018, registrado na JUCESP sob nº 056.755/19-3 em 29/01/2019, neste ato representado nos termos da Clausula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 06/09/2017, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20175796645, em 08/12/2017, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a Certidão simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado do Paraná em 17/12/2018 e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 11/02/2019, autenticidade nº 112596841, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 054 sob nº de ordem 070. 30º) **ALVORADA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS**, inscrita no CNPJ sob nº 03.572.412/0001-94, NIRE 35300175361, com sede e foro no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara.

2º TABELIÃO DE NOTAS
OSASCO - SP
COMARCA DE OSASCO

ANTONIO CARLOS ZANOTTI - TABELIÃO DESIGNADO



Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO, realizada em 25/04/2018, e registrada na JUCESP sob nº 256.472/18-0, em 30/05/2018, neste ato representado nos termos do artigo 9º do referido Estatuto Social por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO, realizada em 25/04/2018, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 06/06/2019, autenticidade nº 118364699, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 023. 31º) **COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS RUBI**, inscrita no CNPJ sob nº 01.222.069/0001-22, NIRE 35300320557, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE realizada em 19/03/2018, registrada na JUCESP sob nº 276.414/18-4, em 08/06/2018, neste ato representado nos termos do artigo 9º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE realizada em 30/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 361.686/19-5, em 11/07/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 15/08/2019, autenticidade nº 121730019, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 024. 32º) **FUNDAÇÃO INSTITUTO DE MOLÉSTIAS DO APARELHO DIGESTIVO E DA NUTRIÇÃO**, inscrita no CNPJ nº 61.062.212/0001-98, com sede social à Rua Borges Lagoa, nº 1450, São Paulo-SP, CEP 04038-905, com seu Estatuto Social vigente datado de 29/04/2019, registrado no 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo-SP, sob nº 748154, em 03/07/2019, neste ato representado nos termos do artigo 12º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião Ordinária nº 39 do Conselho de Administração, realizada em 30/04/2018, registrada no 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo-SP, sob nº 734575, em 28/06/2018, que declaram continuarem estes os documentos da fundação, sob responsabilidade civil e criminal, apresentando a certidão de breve relato datada de 05/07/2019, emitida pelo 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo-SP, ficando todos os documentos arquivados nestas Notas, em pasta própria de nº 054 sob nº de ordem 196. 33º) **FUNDAÇÃO BRADESCO**, inscrita no CNPJ sob nº 60.701.521/0001-06, com sede administrativa no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Social vigente, datado de 25/04/2018, registrado no 2º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Osasco-SP, sob nº 186.033, em 14/06/2018, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social acima mencionado, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos conforme Ata de Reunião da Mesa Regedora, realizada em 25/04/2018, registrada no 2º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Osasco-SP, sob nº 186.033, em 14/06/2018, que declaram continuarem estes os atuais documentos da fundação, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão de breve relato, emitida pelo 2º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Osasco-SP em 25/06/2019, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 028. 34º) **BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, inscrita no CNPJ sob nº 62.375.134/0001-44, NIRE 35300192575, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 2º e 3º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP, CEP 04543-011, com seu Estatuto Social aprovado pela AGE realizada em 21/06/2019, registrada na JUCESP sob nº 446.812/19-5, em 20/08/2019, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE realizada em 21/06/2019, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 10/09/2019, autenticidade nº 123068176, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 018. 35º) **BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 00.066.670/0001-00, NIRE 35219824630, com sede no Núcleo Cidade de Deus, s/n, 4º andar, Prédio Prata, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Contrato Social Consolidado datado de 30/04/2018, registrado na JUCESP sob nº 344.127/18-7 em 19/07/2018, neste ato representado nos termos da Clausula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião de Sócios Cotistas datada de 30/04/2018, registrada na JUCESP sob nº 344.128/18-0 em 19/07/2018, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 23/07/2019, autenticidade nº 120510900, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 014. 36º) **ÁGORA CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 74.014.747/0001-35, NIRE 33300166513, com sede na Praia de Botafogo, nº 300, sala 601 parte, Botafogo, Rio de Janeiro-RJ, CEP 22250-040, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO realizada em 23/04/2018, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 00003235166, em 27/07/2018, neste ato representado, nos termos do Artigo 9º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, ao final nomeados e qualificados eleitos pela mesma AGE/AGO de 23/04/2018, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada consultada no site da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 05/08/2019, protocolo nº 00-2019/465662-4, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 036. 37º) **CREDIVAL PARTICIPAÇÕES, ADMINISTRAÇÃO E ASSESSORIA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 45.003.746/0001-97, NIRE 35214235563, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 2º andar, Itaim Bibi, São Paulo-SP, CEP 01451-000, com seu Contrato Social consolidado datado de 28/04/2017, registrado na JUCESP sob nº

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER AUTENTICAÇÃO, TASSADA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

União Internacional
do Notariado Latino
(Fundada em 1946)



423.791/17-5, em 14/09/2017, neste ato representado nos termos da Cláusula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 30/04/2018, registrado na JUCESP sob nº 385.062/18-7, em 14/08/2018, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 06/08/2019, autenticidade nº 121276531, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **037. 38º) SCOPUS SOLUÇÕES EM TI LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 14.380.750/0001-40, NIRE 35228851601, com sede na Rua Domingos Sergio Dos Anjos, nº 277, Pirituba, São Paulo-SP, CEP 05136-170, com seu Contrato Social consolidado datado de 29/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 468.678/19-0, em 30/08/2019, neste ato representado nos termos da Cláusula Sétima, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 26/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 296.490/19-2, em 03/06/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 11/09/2019, autenticidade nº 123115794, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **038. 39º) BBC PROCESSADORA S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 04.792.521/0001-80, NIRE 35300187687, com sede na Avenida Antonio Frederico Ozanan, nº 1440, Vila Santana II, Jundiaí-SP, CEP 13219-001, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE/AGO datada de 30/04/2016, registrado na JUCESP sob nº 403.436/16-3 em 19/09/2016, neste ato representado nos termos do Artigo 20 do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE datada de 31/12/2018, registrado na JUCESP sob nº 155.715/19-7 em 15/03/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 02/04/2019, autenticidade nº 115080795, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **039. 40º) BSP EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 14.312.353/0001-31, NIRE 35300413245, com sede na Avenida Alphaville, nº 779, 5º andar, Empresarial 18 do Forte, Barueri-SP. CEP 06472-010, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE datada de 25/03/2019, registrado na JUCESP sob nº 471.103/19-6. em 04/09/2019, neste ato representado nos termos do Artigo 13º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada em 25/03/2019, registrada na JUCESP sob nº 242.109/19-6, em 02/05/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 11/09/2019, autenticidade nº 123119026, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **040. 41º) KIRTON ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FUNDOS DE PENSÃO LTDA.**, inscrito no CNPJ sob nº 30.458.178/0001-41, NIRE 35220137047, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 2º andar, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, CEP 01451-000, com seu Contrato Social consolidado datado de 05/09/2017, registrado na JUCESP sob nº 579.881/17-9 em 26/12/2017, neste ato representado nos termos da Cláusula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 29/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 344.585/19-0, em 01/07/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 15/08/2019, autenticidade nº 121720734, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **041. 42º) KIRTON GESTÃO DE RECURSOS LTDA.**, inscrito no CNPJ sob nº 06.071.726/0001-00, NIRE 35220631386, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, mezanino, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, CEP 01451-000, com seu Contrato Social consolidado datado de 29/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 456.789/19-4, em 23/08/2019, neste ato representado nos termos da Cláusula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 29/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 456.790/19-6, em 23/08/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 05/09/2019, autenticidade nº 122819949, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **042. 43º) INSTITUTO KIRTON SOLIDARIEDADE**, inscrita no CNPJ nº 07.926.287/0001-24, com sede administrativa na Travessa Oliveira Belo, nº 34, 2º andar, Centro, Curitiba-PR. CEP 80020-030, com seu Estatuto Social vigente, datado de 03/11/2016, registrada no 1º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR, sob nº 1.125.900, em 17/04/2017, neste ato representado nos termos do artigo 23 do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE de 10/01/2019, registrada no 1º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR, sob nº 1.157.808, em 07/03/2019, que declaram continuarem estes os documentos da pessoa jurídica, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão emitida pelo 1º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR em 08/08/2019, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **043**. Os presentes, reconhecidas suas identidades e capacidades, e por mim identificados, em virtude dos documentos apresentados, do que dou fé.- E por eles Outorgantes referidos, na forma representada, me foi dito que, por este público instrumento e nos termos de direito, nomeiam e constituem seus **procuradores: 1. RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 117782 - SSP/MS, CPF sob nº 444.850.181-72, OAB sob nº 5871/MS, OAB sob nº 8184-A/MT, OAB sob nº 28.449/GO, OAB sob nº 45892/DF, com endereço na Rua XV de Novembro, 2029, Jardim Aclimação, Campo Grande – MS, CEP 79020-300, email renato@ernestoborges.com.br; **2. ERNESTO BORGES NETO**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 446849 - SSP/MS, CPF sob nº 445.515.251-20, OAB sob nº 6651-

2º TABELIÃO DE NOTAS OSASCO - SP

COMARCA DE OSASCO

ANTONIO CARLOS ZANOTTI - TABELIÃO DESIGNADO



B/MS, com endereço na Rua XV de Novembro, 2029, Jardim Aclimação, Campo Grande - MS, CEP 79020-300, email ebns@ernestoborges.com.br; **3. RENATA GONÇALVES TOGNINI FAVALLI**, brasileira, casada, advogada, RG nº 907366 SSP/MS, CPF sob nº 002.718.971-63, OAB sob nº 11521/MS, com endereço na Rua XV de Novembro, 2029, Jardim Aclimação, Campo Grande - MS, CEP 79020-300, email renata@ernestoborges.com.br; **4. BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 129.985-4 - SSP/MS, CPF sob nº 966.587.381-49, OAB sob nº 13.116/MS, com endereço na Rua XV de Novembro, 2029, Jardim Aclimação, Campo Grande - MS, CEP 79020-300, email bernardo@ernestoborges.com.br; **5. PRISCILA ZIADA CAMARGO FERNANDES**, brasileira, casada, advogada, RG nº 1274450 - SSP/MS, CPF sob nº 013.519.621-32, OAB sob nº 70077/DF, com endereço na Rua XV de Novembro, 2029, Jardim Aclimação, Campo Grande - MS, CEP 79020-300, email priscila.camargo@ernestoborges.com.br; todos integrantes do escritório **ERNESTO BORGES ADVOGADOS**, CNPJ nº 01.527.104/0001-11, OAB sob nº 051/MS, com endereço na Rua XV de Novembro, 2029, Jardim Aclimação, Campo Grande - MS, CEP 79020-300, email intimacao.bra@ernestoborges.com.br; **6. CLAYTON CAMACHO**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 13.810.052 - SSP/SP, CPF sob nº 049.313.418-29, OAB sob nº 76.757/SP, com endereço no Núcleo Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, Osasco - SP, CEP 06029-900, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **7. CELSO SEIGIRO MIYOSHI**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 12.105.453 - SSP/SP, CPF sob nº 033.434.768-89, OAB sob nº 88.955/SP, com endereço no Núcleo Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, Osasco - SP, CEP 06029-900, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **8. PAULO CELSO POMPEU**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 17.034.386 - SSP/SP, CPF sob nº 086.870.678-79, OAB sob nº 129.933/SP, com endereço no Núcleo Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, Osasco - SP, CEP 06029-900, email 4040.advogados@bradesco.com.br; Conferindo-lhes poderes para representar os Outorgantes, agindo em conjunto ou isoladamente, mediante a outorga dos poderes da cláusula "ad judicia": I - ficando os Outorgados investidos dos poderes gerais para o foro, nos termos do artigo 105 do Código de Processo Civil: podendo ainda, retirar alvará judicial de qualquer valor, nomear prepostos, assinar cartas de preposição, termos, atas e demais documentos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, celebrar acordos em ações cíveis ajuizadas em desfavor dos Outorgantes limitados a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), levantamento judicial, cujos valores deverão ser liberados mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde os Outorgantes figurem em conjunto ou isoladamente, como beneficiários do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita para a AGÊNCIA 4040-1, CONTA 1-9, BANCO 237, CNPJ/MF nº 60.746.948/0001-12, específica para o recebimento dos créditos das espécies, podendo ainda, celebrar acordos na Justiça do Trabalho limitados a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais). Os acordos a serem celebrados em valores superiores aos estabelecidos nesta procuração, dependerão obrigatoriamente de prévia autorização escrita de um dos 3 (três) últimos Outorgados. O exercício dos poderes para oferecer queixas ou representações criminais, dependerá sempre, de prévia autorização escrita dos Outorgantes; II - Promover a cobrança amigável ou judicial de créditos deles Outorgantes, atribuindo para esse fim os poderes para o foro em geral e os especiais para transigir, desistir, conciliar, celebrar acordos, em Juízo ou fora dele, firmar termos e compromissos, receber e dar quitação, retirar alvará judicial de qualquer valor, promover levantamento de depósito judicial com direcionamento dos recursos exclusivamente por meio de Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), sendo que os Outorgantes deverão figurar, em conjunto ou isoladamente, como beneficiários do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita para a AGÊNCIA 4040, CONTA 1-9, BANCO 237, CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, exceto quanto à verba relativa à sucumbência atribuída judicialmente aos Outorgados, restrita, porém, aos processos sob o seu patrocínio; propor ações ou quaisquer medidas necessárias à defesa dos direitos e interesses dos Outorgantes, defendê-los nas ações contrárias decorrentes dos contratos ajuizados nas ações de cobrança, acompanhando-as em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal; representar os Outorgantes em quaisquer vendas judiciais de bens pertencentes a devedores seus, ou de bens hipotecados, penhorados ou que, por qualquer outra forma, estejam garantindo créditos dos Outorgantes, efetuando lances, depósitos e pagamentos; requerer a arrematação, adjudicação e demais atos que visem a aquisição judicial desses bens, sempre mediante orientação econômica dos Outorgantes; representar os Outorgantes na constituição em mora de devedores, podendo apontar e apresentar títulos/documentos de dívida e cédulas de crédito bancário por indicação, para protesto, assinando avisos de cobrança em geral, assinar cartas de anuência e cédulas de crédito bancário por indicação, visando a baixa e/ou cancelamento de protesto de títulos/documentos de dívida junto ao respectivo Cartório; assinar cartas de preposição; especialmente aqueles de que trata a Resolução nº 11/72 do extinto Banco Nacional da Habitação e notificações extrajudiciais; representar os Outorgantes perante os Cartórios de Registros de Imóveis, de Títulos e Documentos, de Protestos, permitindo para tanto, o envio e a retirada de títulos, documentos de dívida e cédulas de crédito bancário por indicação, bem como o recebimento de valores, conforme procedimento acima especificado, DETRAN, PROCON, DECON e quaisquer outras repartições ou Órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal; representar os Outorgantes, na qualidade de Credor, em assembleias e reuniões de credores que venham a ser designadas nas ações de recuperação judicial ou nas falimentares, em quaisquer datas e locais, podendo referidos procuradores deliberar sobre os itens da ordem do dia, discutindo, votando e, se for o caso, aprovando o plano de recuperação apresentado, concordando com taxas de juros e encargos, prazos, condições e forma de pagamento, aceitar garantias, firmar termos, compromissos e declarações, transigir, representar os Outorgantes na cobrança extrajudicial de créditos garantidos por Alienação Fiduciária

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASPURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



de Bens Imóveis, nos termos da Lei 9.514/97, inclusive na consolidação de bens, dar quitação, realizar composição ou consignar extrajudicialmente e tudo o mais praticar para o bom e fiel desempenho do presente mandato, podendo ainda substabelecer com reserva, a pessoa legalmente habilitada, os poderes ora conferidos, mencionando expressamente no respectivo instrumento a condição acima estabelecida relativamente aos poderes para receber e dar quitação de todo e qualquer levantamento, judicial e em Instituições Financeiras; Fica autorizada a extração de fotocópias autenticadas por oficial público para eficácia plena nos termos do artigo 425, do Código de Processo Civil; Os substabelecimentos e a nomeação de prepostos dos poderes previstos neste instrumento deverão sempre ser assinados em conjunto de 2 (dois) Outorgados, independentemente da ordem de nomeação, e deverão especificar a questão a que se destinam, vedados, assim, os substabelecimentos para uso indeterminado ou genérico. Essa procuração é válida em todo Território Nacional por prazo indeterminado. O **Primeiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15; e **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 005.908.058-27; o **Segundo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15; e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Terceiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15; e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Quarto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; o **Quinto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97, nos termos da AGE realizada em 05/06/2019, registrada na JUCESP sob nº 448.767/19-3, em 22/08/2019; o **Sexto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Sétimo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Oitavo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Nono Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; o **Décimo Outorgante** é neste ato, representado por seu Diretor: **MAURICIO MACHADO DE MINAS**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 7.975.904-X-SSP/SP inscrito no CPF/MF sob nº 044.470.098-62; o **Décimo Primeiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; o **Décimo Segundo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Terceiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Quarto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Quinto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Sexto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Sétimo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Oitavo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores:

2º TABELIÃO DE NOTAS OSASCO - SP

COMARCA DE OSASCO

ANTONIO CARLOS ZANOTTI - TABELIÃO DESIGNADO



MARCELO DE ARAÚJO NORONHA, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e CASSIANO RICARDO SCARPELLI, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Nono Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Vigésimo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Vigésimo Primeiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Vigésimo Segundo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; o **Vigésimo Terceiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; o **Vigésimo Quarto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; nos termos da AGO realizada em 29/03/2019, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 00003712878-008, em 07/08/2019, o **Vigésimo Quinto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 005.908.058-27; o **Vigésimo Sexto Outorgante** é neste ato, representado por seu Diretor: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15; e **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 005.908.058-27; o **Vigésimo Sétimo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 005.908.058-27; o **Vigésimo Oitavo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **JAIR DE ALMEIDA LACERDA JUNIOR**, brasileiro, casado, securitário, RG. nº 30.784.795-0-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 750.204.247-49 e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; o **Vigésimo Nono Outorgante** é neste ato, representado por seu Diretor: **ROGERIO PEDRO CAMARA**, brasileiro, casado, bancário, RG 16.247.624-3-SSP/SP, CPF nº 063.415.178-90; o **Trigésimo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Trigésimo Primeiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Trigésimo Segundo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Trigésimo Terceiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, já qualificados; o **Trigésimo Quarto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF nº 360.668.504-15; e **RENATO EJNISMAN**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 13440778 SSP/SP, inscrito no CPF nº 136.865.628-55; o **Trigésimo Quinto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, já qualificados; o **Trigésimo Sexto Outorgante** é neste ato, representado por seu Diretor: **LUIS CLAUDIO DE FREITAS COELHO PEREIRA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 22.133.723-4-SSP/SP, inscrito no CPF nº 147.503.068-19; o **Trigésimo Sétimo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, já qualificados; o **Trigésimo Oitavo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 005.908.058-27 e **ROGERIO PEDRO CAMARA**, brasileiro, casado, bancário, RG 16.247.624-3-SSP/SP, CPF nº 063.415.178-90; o **Trigésimo Nono Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF sob nº 360.668.504-15; e **ROGERIO PEDRO CAMARA**, brasileiro, casado, bancário, RG 16.247.624-3-SSP/SP, CPF nº 063.415.178-90, nos termos da AGE datada de 10/07/2019, registrado na JUCESP sob nº 500.833/19-9 em 18/09/2019; o **Quadragésimo Outorgante** é neste



AGE 10.6.2010

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social

Título I - Da Organização, Duração e Sede

Art. 1º) O Banco Bradesco S.A., companhia aberta, doravante chamado Sociedade, rege-se pelo presente Estatuto.

Art. 2º) O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

Art. 3º) A Sociedade tem sede e foro no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", situado na Vila Yara, no município e comarca de Osasco, Estado de São Paulo.

Art. 4º) Poderá a Sociedade instalar ou suprimir Agências no País, a critério da Diretoria, e no Exterior, com a aprovação, adicional, do Conselho de Administração, doravante chamado também Conselho.

Título II - Dos Objetivos Sociais

Art. 5º) O objetivo da Sociedade é efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio.

Título III - Do Capital Social

Art. 6º) O Capital Social é de R\$28.500.000.000,00 (vinte e oito bilhões e quinhentos milhões de reais), dividido em 3.762.450.441 (três bilhões, setecentos e sessenta e dois milhões, quatrocentas e cinquenta mil, quatrocentas e quarenta e uma) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 1.881.225.318 (um bilhão, oitocentos e oitenta e um milhões, duzentas e vinte e cinco mil, trezentas e dezoito) ordinárias e 1.881.225.123 (um bilhão, oitocentos e oitenta e um milhões, duzentas e vinte e cinco mil, cento e vinte e três) preferenciais.

Parágrafo Primeiro - As ações ordinárias conferirão aos seus titulares os direitos e vantagens previstos em lei. No caso de oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, as ações ordinárias não integrantes do bloco de controle terão direito ao recebimento de 100% (cem por cento) do valor pago por ação ordinária de titularidade dos controladores.

Banco Bradesco S.A.

Estatuto Social - 2 -

Parágrafo Segundo - As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferirão, aos seus titulares, os seguintes direitos e vantagens:

- a) prioridade no reembolso do Capital Social, em caso de liquidação da Sociedade;
- b) dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias;
- c) inclusão em oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, sendo assegurado aos seus titulares o recebimento do preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação ordinária, integrante do bloco de controle.


Parágrafo Terceiro - Nos aumentos de capital, a parcela de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) será realizada no ato da subscrição e o restante será integralizado mediante chamada da Diretoria, observados os preceitos legais.

Parágrafo Quarto - Todas as ações da Sociedade são escriturais, permanecendo em contas de depósito, nela própria, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo ser cobrado dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das referidas ações.

Parágrafo Quinto - Não será permitida:

- a) conversão de ações ordinárias em ações preferenciais e vice-versa;
- b) emissão de partes beneficiárias.

Parágrafo Sexto - Poderá a Sociedade, mediante autorização do Conselho, adquirir ações de sua própria emissão, para cancelamento ou permanência temporária em tesouraria, e posterior alienação.



Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social - 3 -

Título IV - Da Administração

Art. 7º) A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Título V - Do Conselho de Administração

Art. 8º) O Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, é composto de 6 (seis) a 9 (nove) membros, que escolherão entre si 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente.

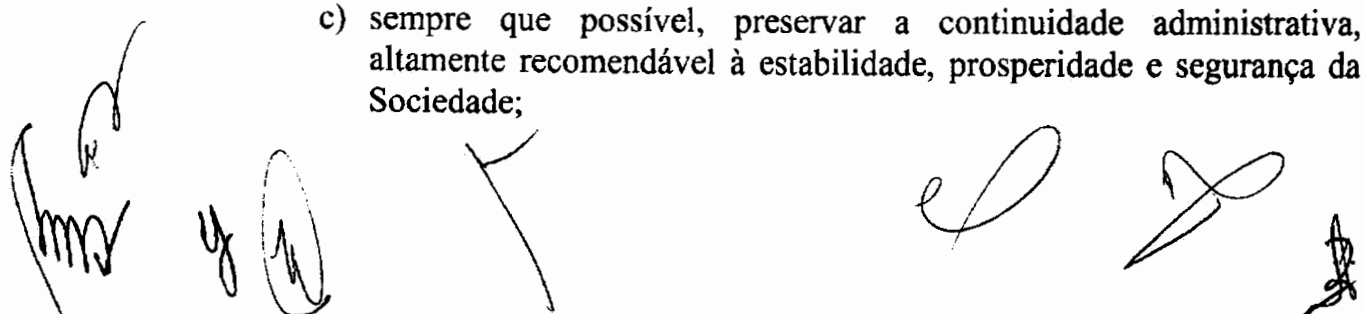
Parágrafo Primeiro - O Conselho deliberará validamente desde que presente a maioria absoluta dos membros em exercício, inclusive o Presidente, que terá voto de qualidade, no caso de empate.

Parágrafo Segundo - Na vacância do cargo e nas ausências ou impedimentos temporários do Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente. Nas ausências ou impedimentos temporários deste, o Presidente designará substituto entre os demais membros. Vagando o cargo de Vice-Presidente, o Conselho nomeará substituto, que servirá pelo tempo que faltar para completar o mandato do substituído.

Parágrafo Terceiro - Nas hipóteses de afastamento temporário ou definitivo de qualquer dos outros Conselheiros, os demais poderão nomear substituto, para servir em caráter eventual ou permanente, observados os preceitos da lei e deste Estatuto.

Art. 9º) Além das previstas em lei e neste Estatuto, são também atribuições e deveres do Conselho:

- a) zelar para que a Diretoria esteja, sempre, rigorosamente apta a exercer suas funções;
- b) cuidar para que os negócios sociais sejam conduzidos com probidade, de modo a preservar o bom nome da Sociedade;
- c) sempre que possível, preservar a continuidade administrativa, altamente recomendável à estabilidade, prosperidade e segurança da Sociedade;



Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social - 4 -

- d) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, inclusive deliberar sobre a constituição e o funcionamento de Carteiras Operacionais;
- e) autorizar, nos casos de operações com empresas não integrantes da Organização Bradesco, a aquisição, alienação e a oneração de bens integrantes do Ativo Permanente e de participações societárias de caráter não-permanente da Sociedade e de suas controladas diretas e indiretas, quando de valor superior a 1% (um por cento) de seus respectivos Patrimônios Líquidos;
- f) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da própria Sociedade, de acordo com o Parágrafo Sexto do Artigo 6º;
- g) autorizar a concessão de qualquer modalidade de doação, contribuição ou auxílio, independentemente do beneficiário;
- h) aprovar o pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio propostos pela Diretoria;
- i) submeter à Assembleia Geral propostas objetivando aumento ou redução do capital social, grupamento, bonificação ou desdobramento de suas ações, operações de fusão, incorporação ou cisão e reformas estatutárias da Sociedade;
- j) deliberar sobre associações, envolvendo a Sociedade ou suas Controladas, inclusive participação em acordos de acionistas;
- k) aprovar a aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais;
- l) examinar e deliberar sobre os orçamentos e demonstrações financeiras submetidos pela Diretoria;
- m) avocar para sua órbita de deliberação assuntos específicos de interesse da Sociedade e deliberar sobre os casos omissos;
- n) realizar o rateio da remuneração dos Administradores, estabelecida pela Assembleia Geral e fixar as gratificações de conselheiros, diretores e funcionários, quando entender de concedê-las;
- o) autorizar, quando considerar necessária, a representação da Sociedade individualmente por um membro da Diretoria ou por um procurador, devendo a respectiva deliberação indicar os atos que poderão ser praticados;
- p) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e do Ouvidor;
- q) aprovar o Relatório Corporativo de Conformidade dos Controles Internos e determinar a adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controle e mitigação de riscos.

Banco Bradesco S.A.

Estatuto Social - 5 -

Parágrafo Único - O Conselho poderá atribuir funções especiais à Diretoria e a qualquer dos membros desta, bem como instituir comitês para tratar de assuntos específicos.

Art. 10) Compete ao Presidente do Conselho presidir as reuniões deste Órgão e as Assembleias Gerais, podendo indicar para fazê-lo, em seu lugar, qualquer dos membros do Conselho.

Parágrafo Único - O Presidente do Conselho poderá convocar a Diretoria e participar, com os demais Conselheiros, de quaisquer de suas reuniões.

Art. 11) O Conselho reunir-se-á trimestralmente e, quando necessário, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente, ou da metade dos demais membros em exercício, fazendo lavrar ata de cada reunião.

Título VI - Da Diretoria

Art. 12) A Diretoria da Sociedade, eleita pelo Conselho, com mandato de 1 (um) ano, é composta de 52 (cinquenta e dois) a 97 (noventa e sete) membros, distribuídos nas seguintes categorias de cargos: - Diretores Executivos: de 12 (doze) a 26 (vinte e seis) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, de 5 (cinco) a 10 (dez) Diretores Vice-Presidentes e de 6 (seis) a 15 (quinze) Diretores Gerentes; - Diretores Departamentais: de 27 (vinte e sete) a 47 (quarenta e sete) membros; - Diretores: de 6 (seis) a 9 (nove) membros; e Diretores Regionais: de 7 (sete) a 15 (quinze) membros.

Parágrafo Primeiro - O Conselho fixará em cada eleição as quantidades de cargos a preencher e designará, nomeadamente, entre os Diretores Executivos que eleger, os que devam ocupar as funções de Diretor-Presidente, Diretores Vice-Presidentes e Diretores Gerentes, observados os requisitos dos Artigos 17, 18 e 19 deste Estatuto.

Parágrafo Segundo - Os requisitos previstos no Inciso II do Artigo 18 e "caput" do 19, relativos, respectivamente, a Diretores Executivos, Diretores Departamentais, Diretores e Diretores Regionais, poderão ser dispensados pelo Conselho em caráter excepcional, até o limite de $\frac{1}{4}$ (um quarto) de cada uma dessas categorias de cargos, salvo em relação aos Diretores nomeados para os cargos de Presidente e de Vice-Presidente.

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social - 6 -

Art. 13) Aos Diretores compete administrar e representar a Sociedade, com poderes para obrigá-la em quaisquer atos e contratos de seu interesse, podendo transigir e renunciar direitos e adquirir, alienar e onerar bens, observando o disposto na letra "e" do Artigo 9º deste Estatuto.

Parágrafo Primeiro - Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) Diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor- Presidente ou Diretor Vice-Presidente.

Parágrafo Segundo - A Sociedade poderá também ser representada por no mínimo 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, ou por no mínimo 2 (dois) procuradores, em conjunto, especialmente constituídos, devendo do respectivo instrumento de mandato constar os seus poderes, os atos que poderão praticar e o seu prazo.

Parágrafo Terceiro - A Sociedade poderá ainda ser representada isoladamente por qualquer membro da Diretoria ou por procurador com poderes específicos, nos seguintes casos:

- a) mandatos com cláusula "ad judicium", hipótese em que a procuração poderá ter prazo indeterminado e ser substabelecida;
- b) recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais;
- c) participação em licitações;
- d) em Assembleias Gerais de Acionistas ou Cotistas de empresas ou fundos de investimento de que a Sociedade participe, bem como de entidades de que seja sócia ou filiada;
- e) perante órgãos e repartições públicas, desde que não implique na assunção de responsabilidades e/ou obrigações pela Sociedade;
- f) em depoimentos judiciais.

Parágrafo Quarto - Aos Diretores Departamentais, Diretores e Diretores Regionais são vedados os atos que impliquem em alienar e onerar bens e direitos da Sociedade.

Art. 14) Além das atribuições normais que lhes são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria:

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social - 7 -

- a) ao Diretor-Presidente, presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar e coordenar a ação dos seus membros;
- b) aos Diretores Vice-Presidentes, colaborar com o Diretor-Presidente no desempenho das suas funções;
- c) aos Diretores Gerentes, o desempenho das funções que lhes forem atribuídas;
- d) aos Diretores Departamentais, a condução das atividades dos Departamentos que lhes estão afetos e assessorar os demais membros da Diretoria;
- e) aos Diretores, o desempenho das funções que lhes forem atribuídas e assessorar os demais membros da Diretoria;
- f) aos Diretores Regionais, orientar e supervisionar os Pontos de Atendimento sob sua jurisdição e cumprir as funções que lhes forem atribuídas.

Art. 15) A Diretoria Executiva fará reuniões ordinárias semanalmente, e extraordinárias sempre que necessário, deliberando validamente desde que presente mais da metade dos seus membros em exercício, com a presença obrigatória do titular do cargo de Diretor-Presidente, ou seu substituto, que terá voto de qualidade, no caso de empate. As reuniões extraordinárias serão realizadas sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho, pelo Presidente da Diretoria ou, ainda, pela metade dos demais Diretores Executivos em exercício.

Art. 16) Em caso de vaga, ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, inclusive do Presidente, caberá ao Conselho indicar o seu substituto.

Art. 17) Para o exercício do cargo de Diretor é necessário dedicar tempo integral aos serviços da Sociedade, sendo incompatível o exercício do cargo de Diretor desta com o desempenho de outras funções ou atividades profissionais, ressalvados os casos em que a Sociedade tenha interesse, a critério do Conselho.

Art. 18) Para exercer o cargo de Diretor Executivo é necessário, ainda, que o candidato, na data da eleição, preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I. tenha menos de 65 (sessenta e cinco) anos de idade;

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social - 8 -

II. faça parte dos quadros de empregados ou de administradores da Sociedade ou de empresas a ela ligadas há mais de 10 (dez) anos, ininterruptamente.

Art. 19) Para exercer o cargo de Diretor Departamental, de Diretor e de Diretor Regional é necessário que o candidato faça parte dos quadros de empregados ou de administradores da Sociedade ou de empresas a ela ligadas, e tenha na data da eleição:

I. Diretor Departamental - menos de 62 (sessenta e dois) anos de idade;

II. Diretor e Diretor Regional - menos de 60 (sessenta) anos de idade.

Título VII - Do Conselho Fiscal

Art. 20) O Conselho Fiscal, não permanente, compor-se-á, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes.

Título VIII - Do Comitê de Auditoria

Art. 21) A Sociedade terá um Comitê de Auditoria, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, com mandato de 1 (um) ano, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo Único - Além das previstas em lei ou regulamento, são também atribuições do Comitê de Auditoria:

- a) recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente e a respectiva remuneração, bem como a sua substituição;
- b) revisar, previamente à divulgação ao Mercado, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- c) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos;
- d) avaliar o cumprimento, pela Diretoria da Sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos, bem

Banco Bradesco S.A.

Estatuto Social - 9 -

- como recomendar ao Conselho de Administração a resolução de eventuais conflitos entre os auditores externos e a Diretoria;
- e) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da informação e da sua confidencialidade;
 - f) recomendar à Diretoria da Sociedade correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
 - g) reunir-se, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria da Sociedade e auditorias independente e interna;
 - h) verificar, por ocasião de suas reuniões, o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando em Atas os conteúdos de tais encontros;
 - i) estabelecer as regras operacionais para seu funcionamento;
 - j) reunir-se com o Conselho Fiscal e Conselho de Administração, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências.

Título IX - Do Comitê de Controles Internos e Compliance

Art. 22) A Sociedade terá um Comitê de Controles Internos e Compliance, composto por até 12 (doze) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo Único - O Comitê terá por objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controles internos, mitigação de riscos e conformidade com normas aplicáveis à Organização Bradesco.

Título X - Do Comitê de Remuneração

Art. 23) A Sociedade terá um Comitê de Remuneração, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, escolhidos dentre os integrantes do Conselho de

Banco Bradesco S.A.

Estatuto Social - 10 -

Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo Único - O Comitê terá por objetivo propor ao Conselho de Administração as políticas e diretrizes de remuneração dos Administradores Estatutários da Organização Bradesco, tendo por base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho.

Título XI - Do Comitê de Conduta Ética

Art. 24) A Sociedade terá um Comitê de Conduta Ética, composto por até 16 (dezesseis) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo Único - O Comitê terá por objetivo propor ações quanto à disseminação e cumprimento dos Códigos de Conduta Ética da Organização Bradesco, tanto corporativo quanto setoriais, de modo a assegurar sua eficácia e efetividade

Título XII - Do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital

Art. 25) A Sociedade terá um Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, composto por até 13 (treze) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo Único - O Comitê terá por objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas à aprovação de políticas institucionais e diretrizes operacionais e ao estabelecimento de limites de exposição a riscos, com vistas a atingir a sua efetiva gestão no âmbito da Organização Bradesco, aqui entendido o consolidado econômico e financeiro.

Título XIII - Da Ouvidoria

Art. 26) A Sociedade terá uma Ouvidoria que atuará em nome de todas as Instituições integrantes da Organização Bradesco, autorizadas a

Banco Bradesco S.A.

Estatuto Social - 11 -

funcionar pelo Banco Central do Brasil, composta de 1 (um) Ouvidor, designado e destituído pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano.

Parágrafo Primeiro – A Ouvidoria terá por atribuição:

- a) zelar pela estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre as Instituições das quais dispõe o “caput” deste Artigo, os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;
- b) receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços das Instituições das quais dispõe o “caput” deste Artigo, que não forem solucionadas pelo atendimento habitual realizado pelas agências ou por quaisquer outros pontos de atendimento;
- c) prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas;
- d) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar trinta dias;
- e) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado na letra “d”;
- f) propor ao Conselho de Administração medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas;
- g) elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Auditoria Interna, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, contendo proposições de que trata a letra “f”, quando existentes.

Parágrafo Segundo – A Sociedade:

- a) manterá condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção;
- b) assegurará o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades.

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social - 12 -

Título XIV - Das Assembleias Gerais

Art. 27) As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão:

- a) convocadas com prazo mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência;
- b) presididas pelo Presidente do Conselho, ou, na sua ausência, por seu substituto estatutário, que convidará um ou mais acionistas para Secretários.

**Título XV - Do Exercício Social e
da Distribuição de Resultados**

Art. 28) O ano social coincide com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro.

Art. 29) Serão levantados balanços ao fim de cada semestre, nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, facultado à Diretoria, mediante aprovação do Conselho, determinar o levantamento de outros balanços, em menores períodos, inclusive mensais.

Art. 30) O Lucro Líquido, como definido no Artigo 191 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem, a seguinte destinação:

- I. constituição de Reserva Legal;
- II. constituição das Reservas previstas nos Artigos 195 e 197 da mencionada Lei nº 6.404/76, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral;
- III. pagamento de dividendos, propostos pela Diretoria e aprovados pelo Conselho que, somados aos dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio de que tratam os Parágrafos Segundo e Terceiro deste Artigo, que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, 30% (trinta por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos itens I, II e III do Artigo 202 da referida Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Primeiro - A Diretoria, mediante aprovação do Conselho, fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes.

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social - 13 -

Parágrafo Segundo - Poderá a Diretoria, ainda, mediante aprovação do Conselho, autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários, cuja declaração lhe é facultada pelo parágrafo anterior ou, ainda, em adição aos mesmos.

Parágrafo Terceiro - Os juros eventualmente pagos aos acionistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício (30%), de acordo com o Inciso III do "caput" deste Artigo.

Art. 31) O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições acima previstas, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

Parágrafo Único - Na hipótese da proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao Lucro Líquido do exercício conter previsão de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio em montante superior ao dividendo obrigatório estabelecido no Artigo 30, Inciso III, e/ou retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76, o saldo do Lucro Líquido para fins de constituição da reserva mencionada neste Artigo será determinado após a dedução integral dessas destinações.

Declaramos que a presente é cópia fiel do Estatuto Social deste Banco, contendo a deliberação aprovada na AGE de 10.6.2010.

Banco Bradesco S.A.

Antônio Carlos de Abreu

Antônio José da Barbara



Banco Bradesco S.A.
CNPJ nº 80.746.948/0001-12
NIRE 35.300.027.795
Companhia Aberta

[illegible]

(Continuação)

Educational Retirement Board; State of Wisconsin Investment Board Master Trust; State Street Bank and Trust Company; Investment Funds for Tax Exempt Retirement Plans; State Street Emerging Markets; Supervalu Inc. Master Investment Trust; Teacher Retirement System of Texas; Teachers' Retirement System of the State of Illinois; The Archdiocese of Hartford Investment Trust; The Baring Emerging Markets Umbrella Fund; Sub-Fund; The Baring Latin America Fund; The Brazil Value and Growth Fund; The Future Fund of Guardians; The General Retirement System of the City of Detroit; The Hartford Roman Catholic Diocese Corporation Retirement Plans Master Trust; The Illinois Municipal Employees Retirement Fund; The Master Trust Bank of Japan, Ltd. RE MTBC400035147; The McGraw Hill Retirement Plan Collective Investment Trust; The New Economy Fund; The Ontario Public Service Employees Union Pension Trust Fund; The Pension Reserves Investment Management Board; The Police's Annuity and Benefit Fund City of Chicago; The Public Education Employees Retirement System of Missouri; The Public School Retirement System of Missouri; The State Teachers Retirement System of Ohio; The Trustees of Saint Patrick's Cathedral in the City of New York; Tulsa County Employees' Retirement Association; UPS Group Trust; USAIA Commemorative Strategy Fund; Vanguard Emerging Markets Stock Index Fund; Vanguard FTSE All-World Ex-US Index Fund; A Series of Vanguard International Equity Index Funds; Vanguard International Value Fund; Wellington Savannah River Company Defined Benefit Master Trust; Wellington Management Portfolio (Dublin) F.I.C.; Wellington Trust Company N.A.; Western Energy, Inc. Retirement Plan; Wilmington Multi-Manager International Fund; Xerox Canada Employees' Retirement Plan, representados pelo Citibank N.A., este por seu procurador, senhor George Washington Tondoro Marcelino; Australian Reward Investment Alliance; Capital Income Builder, Inc.; Capital World Growth and Income Fund, Inc.; Europacific Growth Fund; New World Fund, Inc.; Norges Bank SBC Master Pension Trust; T. Rowe Price Emerging Markets Stock Fund; T. Rowe Price Funds; T. Rowe Price Institutional International Funds, Inc., on behalf of its Separate Series; T. Rowe Price Institutional Emerging Markets Equity Fund; T. Rowe Price Institutional Funds; T. Rowe Price Latin America Fund; T. Rowe Price Trust Company, Trustee of The International Common Trust; Fund on Behalf of its Underlying Trust; Emerging Markets Equity Trust; The Boeing Company Employee Retirement Plans Master Trust; Threadneedle Investment Funds ICVC; Vanguard Investment Series, PLC; Vanguard Total International Stock Index Fund; A Series of Vanguard Star Funds; Washington State Investment Board, representados pela HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., este por seu procurador, senhor George Washington Tondoro Marcelino; Itaú Financeiro Ações Fundo de Investimento, representado pelo Itaú Unibanco S.A., este por seu procurador, senhor George Washington Tondoro Marcelino; Fundo de Investimento Votorantim em Ações; Fundo de Investimento Votorantim Equity Hedge Multimercado; Fundo de Investimento Votorantim Equity Long Short 15 Multimercado; Fundo de Investimento Votorantim Equity Long

Short Multimercado; Fundo de Investimento Votorantim IBR-X em Ações; Fundo de Investimento Votorantim Performance em Ações; Fundo de Investimento Votorantim Sustentabilidade em Ações, representados pelo Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., este por seu procurador, senhor George Washington Tondoro Marcelino; e José Luiz de Almeida Nogueira Junqueira Filho. Na sequência, o senhor Presidente colocou os nomes indicados pelos referidos acionistas detentores de ações preferenciais para exame e votação, resultando a eleição dos senhores Domingos Aparecido Maia, Membro Efetivo, e João Batista Biazon, Membro Suplente, pelos votos de acionistas representando 16,5586% das ações preferenciais, ficando registrado que os candidatos da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI receberam 3,2835% de votos, abstendo-se de votar os demais acionistas detentores de ações preferenciais presentes. Disse então o senhor Presidente que os Conselheiros eleitos terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2011 e que tomarão posse de seus cargos após a aprovação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil, e que preenchem as condições previstas no Artigo 182 da Lei nº 6.404/76, e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade mercantil em virtude de condenação criminal. Dessa forma, o Conselho Fiscal ficou assim composto: Membros Efetivos: Domingos Aparecido Maia, Nelson Lopes de Oliveira e Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva; Membros Suplentes: João Batista Biazon, Jorge Tadeu Pinto de Figueiredo e Renauld Roberto Teixeira. Em seguida, disse o senhor Presidente que todas as matérias ora aprovadas somente entrarão em vigor e se tornarão efetivas depois de homologadas pelo Banco Central do Brasil. Publicação da Ata: autorizada a publicação na forma prevista no Parágrafo Segundo do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76. Quorum das Deliberações: Assembleia Geral Extraordinária: aprovadas por maioria de votos dos acionistas presentes; Assembleia Geral Ordinária: aprovadas por maioria de votos, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, ficando consignada pela mesa a entrega da Manifestação solicitando a instalação do Conselho Fiscal Permanente, apresentada pelo acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI. Aprovação e Assinatura de Ata: lavrada e lida, foi esta Ata aprovada por todos os acionistas presentes e assinada, inclusive pelo representante da empresa Proietterhouse Coopers Auditores Independentes, inscrição CRC 25P000150/O-5, senhor Washington Luiz Pereira Cavalcanti. Control: CRC 1SP12940/O-6, de acordo com o disposto no Parágrafo 1º do Artigo 134 da Lei nº 6.404/76. Ass) Presidente: Lázaro de Melo Brandão; Secretário: Carlos Alberto Rodrigues Guilherme. Declaração: Declaro para os devidos fins que a Ata das referidas Assembleias encontra-se lavrada no livro próprio, homologado pelo Banco Central do Brasil e arquivado conforme segue: "Cartório - Secretaria da Fazenda - Junta Comercial do Estado de São Paulo - Cartório e registro sob nº 214.778/10-4, em 24.6.2010. a) Kátia Regina Bueno de Godoy - Secretária Geral." a) Carlos Alberto Rodrigues Guilherme - Secretário.



RALSTON AGROPECUÁRIA S/A

C.O.C. 97.763.133/0001-33

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Cando cumprimento às disposições legais e estatutárias, tenho a satisfação de apresentar o Balanço Patrimonial Relativo aos exercícios de 2008 e 2009 e as demais Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes a este período.

	2008	2009		2008	2009
Ativo Circulante: Caixa e Equivalentes	112.732,64	34.288,35	Passivo Circulante: Impostos e Contribuições	3.657,36	4.892,57
Aplicações Financeiras - Renda Fixa	-	750.000,00	Outras Contas a Pagar	2.943,16	2.363,15
Adiantamento Clientes	15.610,11	-	Total do Circulante	6.600,52	7.255,72
Total do Circulante	128.342,75	784.288,35	Não Circulante: Dividendos a Pagar	-	193.409,28
Não Circulante: Investimentos	0,01	0,01	Resultado Exercícios Futuros - Adiantam. Clientes	-	76.203,82
Títulos e Direitos de Uso	743.689,32	743.689,32	Total Não Circulante	269.613,10	1.069,80
Total de Investimentos	743.689,33	743.689,33	Patrimônio Líquido: Capital Integralizado	1.180.654,00	1.296.854,00
Imobilizado	826.395,52	826.395,52	Lucros - Ágio	657.050,00	-
Lojas	11.334,56	11.334,56	Reserva de Lucros	312.307,64	5.307,64
Total do Não Circulante	1.381.419,41	1.381.419,41	Prejuízo Acumulado	-	(68.392,70)
Total do Ativo	1.509.762,16	2.165.697,76	Total do Patrimônio Líquido	1.503.161,64	1.888.818,94
Dem. dos Res. dos Exerc. Fins em 31/12/08 e 09 - (Em Reais)			Total do Passivo	1.509.762,16	2.165.697,76
Cap. Realiz. R. Cap. Ac. Res. Luc. Lc. P. Ac. Total					
5.31.12.07/1.180.654,00	-	482.654,31	-	1.843.508,31	-
Luc. Exerc.	-	8.853,33	-	6.653,33	-
Distrib. Luc.	-	(147.000,00)	-	(147.000,00)	-
5.31.12.08/1.180.654,00	-	312.307,64	-	1.503.161,64	-
Distrib. Luc.	-	(303.000,00)	-	(303.000,00)	-
Am. Cap.	100.000,00	657.050,00	-	757.050,00	-
Prej. Exerc.	-	(68.392,70)	-	(68.392,70)	-
5.31.12.09/1.296.854,00	657.050,00	3.307,64	(68.392,70)	1.888.818,94	-

Notas Explicativas: 1- Contexto Operacional: A Sociedade tem por objetivo principal a exploração de atividade agrícola e pecuária e poderá participar em outras sociedades civis ou comerciais, nacionais ou estrangeiras. 2- Principais Práticas Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, em atendimento à Resolução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 358/2003.

Ralston Agropecuária S/A, Maria Alice Cibella Uchoa, Ralston Farias de Amaral, Cleofá Maria C. Nogueira - TCC Control - CRC SP 033527/0-1

	2008	2009
Dem. dos Res. dos Exerc. Fins em 31/12/08 e 09 - (Em R\$)		
Receita Operac. Bruta: Receita Operac. Bruta	143.378,28	47.273,43
(-) Impostos s/ Vendas	(2.411,29)	(1.725,50)
Receita Operacional Líquida	140.966,99	45.547,93
Lucro Bruto	140.966,99	45.547,93
(-) Despesas Administrativas	(132.756,78)	(117.401,12)
(-) Despesas Tributárias	(5.192,68)	(101,41)
(-) Despesas Financeiras	(1.868,88)	(3.590,10)
Lucro Operacional	1.300,65	(75.544,70)
(-) Outras Receitas	11.344,00	10.332,23
Lucro Antes L. Renda/Contr. Social	12.644,62	(64.612,47)
(-) Contribuição Social	(2.589,45)	(1.529,80)
(-) Imposto de Renda	(3.422,14)	(2.250,43)
Lucro Líquido do Exercício	6.633,03	(68.392,70)
Demonstração do Fluxo de Caixa		
1) Atividade Operacional: Prejuízo do Exercício	(68.392,70)	-
(+) Aumento Impostos a Pagar	1.235,21	-
(-) Aumento Adiantamento Cliente	91,81	-
(-) Diminuição de Contas a Pagar	(580,01)	-
Total Atividade Operacional	24.076,43	-
2) Atividade de Financiamento: (+) Dividendos a Pagar	193.409,28	-
Total de Financiamento	193.409,28	-
3) Atividade de Investimentos: (-) Reserva Capital - Ágio	657.050,00	-
(-) Distribuição de Dividendos	(303.000,00)	-
(+) Aumento do Capital	100.000,00	-
Total Atividade de Investimento	454.050,00	-
Caixa Gerado no Período	610.833,71	-
(+) Saldo Anterior do Caixa	112.732,64	-
Saldo Atual de Caixa e Equiv. e Aplicações Financeiras	723.566,35	-

Reconhecemos a validade das presentes Demonstrações Financeiras aqui apresentadas.

Realeste Participações S.A.

CNPJ nº 04.436.949/0001-30

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial em 31/12/2008 e 2007 (Em R\$)					Dem. do Fluxo de Ca. dos Exerc. Fins em 31/12/2008 e 2007 (Em R\$)				
Ativo	2008	2007	Passivo	2008	2007		2008	2007	
Circulante	1.908	815	Circulante	13.404	59.670	Fluxo de Caixa Proveniente das Operações			
Disponível	129	746	Obrigações Fiscais	5.893	16.155	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	(74.633)	(85.818)	
Adiantamento de Salário	1.616	-	Obrigações Sociais	1.048	10.978	Item que não Afeta o Caixa	(74.633)	(85.818)	
Impostos a Recuperar	185	169	Outras Contas	67	365	Variações no Ativo Circulante e Realizável a L. P.			
Não Circulante	15.332.719	14.731.319	Provisão de Férias	6.396	32.172	Adiantamento Salários	1.616	-	
Realizável a Longo Prazo	602.400	-	Não Circulante	825.464	201.150	Impostos a Recuperar	16	15	
Conta Corrente Coligada	602.400	-	Exigível a Longo Prazo	-	-	Créditos com Entidades Ligadas	602.400	-	
Imobilizado	14.728.282	14.728.282	Outras Obrigações	925.454	-		604.036	15	
Terenos	25.735	25.735	Conta Corrente Coligada	-	201.150	Variações no Passivo Circulante e Não Circulante			
Terenos Reavaliados	8.171.262	8.171.262	Patrimônio Líquido	14.396.781	14.471.414	Obrigações Fiscais	(10.262)	9.922	
Prédios e Benfeitorias	1.832.590	1.832.590	Capital Social	2.321.776	2.321.776	Obrigações Sociais	(9.930)	1.616	
Móveis e Utensílios	23.503	23.503	Reservas de Reavaliação	12.383.013	12.383.013	Provisão de Férias	(25.775)	1.544	
Prédios e Benfeitorias - Reavaliados	8.791.355	8.791.355	Prejuízos Acumulados	(308.008)	(233.375)	Outras Contas	(298)	(4.588)	
(-) Depreciações Acumuladas	(2.122.153)	(2.122.153)	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	15.335.549	14.732.234	Débitos com IPTU	925.454	-	
Intangível	-	-					379.198	4.484	
Direito de Uso de Softwares	3.027	3.027	Dem. dos Res. dos Exerc. Fins em 31/12/2008 e 2007 (Em R\$)			Total das Atividades Operacionais	200.533	(7.148)	
	3.027	3.027				Atividades de Investimentos			
Total do Ativo	15.335.649	14.732.234				Atividades de Financiamento			
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Fins em 31/12/2008 e 2007 (Em R\$)									
						Créditos de Empresas Ligadas	(201.150)	90.912	
Capital Social			(-) Despesas Operacionais	(812.633)	(779.018)	Rec. Liq. Utilizados na Ativ. de Financiamento	(201.150)	90.912	
Reserva de Realval.			Gerais e Administrativas	(162.270)	(778.825)	Total dos Efeitos de Caixa	(617)	(237)	
Prejuízos Acum.			Encargos Financeiros Líquidos	(363)	(213)	Variação no Caixa			
Total			Outras Receitas Operacionais	736.000	883.409	Saldo Final de Caixa e Aplicações Financeiras	129	746	
Saldo em 31/12/2006	2.321.776	(139.757)	Aluguéis Recebidos	736.000	685.000	Saldo Inicial de Caixa e Aplicações Financeiras	746	883	
Saldo em 31/12/2007	2.321.776	(233.375)	Resultado Antes dos Impostos e Lucros	(74.633)	(85.818)	Variação no Caixa	(617)	(237)	
Resultado do Exercício	-	(74.633)	Prejuízo do Exercício	(74.633)	(85.818)				
Saldo em 31/12/2008	2.321.776	(208.008)	Quantidade de Ações do Capital Social	2.321.776	2.321.776	A Diretoria			
			Resultado por Ação - R\$	-	-				
						Contador: Marcos Jambo do Nascimento - TC-CRC 1SP.144.407/O-2			

Controlador: Marcos Jamba do Nascimento - TC-CRC 1SP144.407/O-2

STECK INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ: 09.276.804/0001-92

Relatório de Administração - Exercício de 2009

O ano de 2009 começou com muitas incertezas em função da crise financeira internacional, mas no segundo semestre houve uma melhoria com a retomada da atividade econômica no Brasil. A Companhia atingiu no ano um faturamento bruto de R\$ 134 milhões, com crescimento de 7% em relação a 2008, um EBITDA de R\$ 18.499 mil, que representa 21% da Receita Líquida e nosso lucro líquido representou R\$ 14.082 mil, que

representa 15% da receita líquida. Nossa estrutura de capital continua bastante saudável, apresentando indicadores de liquidez e endividamento, altamente adequados para nossa atividade. Essas resultados foram conquistados através de uma estratégia de investimentos na ampliação de nossas unidades e investimentos em máquinas e equipamentos, aliada a uma melhoria em nossas sinergias e produtividade como um todo.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2008 - (Em milhares de Reais)		PASSIVO	
ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	1	Obrigações Trabalhistas	20
Total do Ativo Circulante	1	Obrigações Tributárias	10
Ativo Não Circulante		Total do Passivo Circulante	30
Investimentos	70.477	Patrimônio Líquido	
Total do Ativo Não Circulante	70.477	Capital Social	1
		Reserva de Lucro	15.189
		Total do Patrimônio Líquido	15.190
TOTAL ATIVO	70.478	TOTAL PASSIVO	70.478

Demonstrações dos Resultados para o Exercício Fim em 31 de dezembro de 2009 - (Em milhares de Reais)	
DRE	
(*) Despesas Recorridas	(330)
Despesas Gerais e Administrativas	(330)
Resultado de Equivalência Patrimonial	14.412
(*) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	14.082
Diretor / Presidente	
Gabriel Gananian - CPF nº 404.030.418-72	
Controlador	
Sebastião Elvécio de Castro - CRC nº 1SP073947/O-8	



Banco Bradesco S.A.
CNPJ nº 00.746.948/0001-12
NIRE 35.300.027.795
Companhia Aberta

Ata da Reunião Extraordinária nº 1.602, do Conselho de Administração, realizada em 10.3.2010

Aos 10 dias do mês de março de 2010, às 18h, na sede social, Cidade de Deus, 4º andar do Prédio Vermelho, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, reuniram-se os membros presentes para integrar este Conselho na Assembleia Geral Ordinária realizada, cuja posse se dará a partir da reunião de 10 de março de 2010, no Banco Central do Brasil, com exceção do senhor Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, os quais tomaram as seguintes deliberações: 1) de conformidade com as disposições do Artigo 9º do Estatuto Social, procederam a eleição, entre si, do Presidente e Vice-Presidente deste Órgão, tendo a escolha recaído nos nomes dos senhores: **Presidente: Lázaro de Mello Brandão, Vice-Presidente: Antônio Borna;** 2) atendendo ao disposto no Artigo 12º do Estatuto Social, procederam a eleição dos membros que integrarão a Diretoria da Sociedade, tendo sido eleitos os senhores: **Diretores Executivos: Presidente - Luiz Carlos Trabuco Cappi, brasileiro, casado, bancário, RG 5.284.352/SSP-SP, CPF 250.319.028/65; Vice-Presidentes - Laércio Albino Cezar, brasileiro, casado, bancário, RG 3.555.534/SSP-SP, CPF 064.172.724/00; Arnaldo Alves Vieira, brasileiro, viúvo, bancário, RG 4.847.312/SSP-SP, CPF 050.302.378/00; Sérgio Bocha, brasileiro, casado, bancário, RG 308.855-05/SSP-SC, CPF 133.188.408/72; Júlio de Oliveira Carvalho de Araújo, brasileiro, casado, bancário, RG 3.272.458/FR-RJ, CPF 425.327.017/49; José Luiz Acar Pedro, brasileiro, casado, bancário, RG 5.582.741/SSP-SP, CPF 607.571.586/34; Norberto Pinto Barbado, brasileiro, divorciado, bancário, RG 4.443.254/SSP-SP, CPF 056.302.708/20; e Domingos Figueiredo de Abreu, brasileiro, casado, bancário, RG 6.438.883/SSP-SP, CPF 942.908.808/53; Diretores Regionais - José Alcides Munhoz, brasileiro, casado, bancário, RG 50.172.182-4/SSP-SP, CPF 064.350.330/72; Milton Matsumoto, brasileiro, casado, bancário, RG 29.516.917-5/SSP-SP, CPF 081.225.500/04; Odair Afonso Rebelato, brasileiro, casado, bancário, RG 8.109.062/SSP-SP, CPF 120.119.838/00; Aurélio Conrado Boni, brasileiro, casado, bancário, RG 4.681.428/SSP-SP, CPF 181.617.000/00; Ademir Cosentino, brasileiro, casado, bancário, RG 8.382.786/SSP-SP, CPF 122.448.408-25; Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente, brasileiro, casado, bancário, RG 14.150.680/SSP-MG, CPF 373.776.326/20; Cândido Laonelli, brasileiro, casado, bancário, RG 3.734.764/SSP-SP, CPF 375.738.268/04; e Maurício Machado de Menezes, brasileiro, casado, bancário, RG 7.975.904/SSP-SP, CPF 044.470.098-82, todos com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; Diretores Departamentais: **Adriano Santesso, brasileiro, casado, bancário, RG 5.981.648/SSP-SP, CPF 401.747.519/34; Ailton Celso Eral Andreato, brasileiro, casado, bancário, RG 4.286.068/SSP-SP, CPF 053.336.958/49; Alexandre da Silva Glühner, brasileiro, casado, bancário, RG 100.640.878-7/SSP-RS, CPF 282.548.840/04; Alfredo Antônio Lima de Menezes, brasileiro, casado, bancário, RG 3.493.059-0/SSP-SP, CPF 037.959.008/03; Altair Antônio de Souza, brasileiro, casado, bancário, RG 14.863.661/SSP-MG, CPF 244.932.606/00; Amilton Ribeiro, brasileiro, casado, bancário, RG 10.281.433/SSP-SP, CPF 011.136.198/00; André Bernardino da Cruz Filho, brasileiro, casado, bancário, RG 35.331.575-1/SSP-SP, CPF 132.121.224/53, todos com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; André Marcelo da Silva Prado, brasileiro, casado, bancário, RG 04.692.401-5/FR-RJ, CPF 797.052.867/87, com domicílio na Avenida Paulista, 1.450, 5º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917; André Rodrigues Cano, brasileiro, casado, bancário, RG 4.687.985-3/SSP-SP, CPF 055.908.058/27; Antônio de Jesus Mendes, português, casado, bancário, RG 5.540.577/SSP-SP, CPF 531.807.478/20; Antônio José de Barbera, brasileiro, casado, bancário, RG 18.114.666-5/SSP-SP, CPF 083.858.726/33; Arnaldo Nissental, brasileiro, casado, bancário, RG 2.732.446/FR-RJ, CPF 425.048.807/15; Cassiano Ricardo Scarpelli, brasileiro, casado, bancário, RG 16.290.774/SSP-SP, CPF 082.633.238/27; Clayton Camacho, brasileiro, casado, bancário, RG 13.610.052-4/SSP-SP, CPF 049.313.418/28, todos com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; Daniel Paul Pavarese de Moura, brasileiro, divorciado, bancário, RG 11.974.549-5/SSP-SP, CPF 076.818.858/03, com domicílio na Avenida Paulista, 1.450, 8º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917; Douglas Tevê Francisco, brasileiro, casado, bancário, RG 11.011.047/SSP-SP, CPF 040.066.838/63; Fernando Barreiros, brasileiro, solteiro, bancário, RG 6.374.046/SSP-SP, CPF 588.448.888/87; Fernando Roncolato Pinho, brasileiro, casado, bancário, RG 7.165.492-X/SSP-SP, CPF 562.341.588/04, todos com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; Jair Delgado Seixas, brasileiro, casado, bancário, RG 5.673.070-6/SSP-SP, CPF 221.885.878/91, com domicílio na Alameda Rio Negro, 565, 12º andar, Edifício Demin, Alphaville, Barueri, SP, CEP 06454-000; Jean Philippe Leroy, francês, casado, bancário, RNE 94184/DFP, CPF 703.149.427/34, com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; João Albino Winkelman, brasileiro, casado, bancário, RG 10.275.984-1/SSP-RS, CPF 384.235.810/72, com domicílio na Avenida Paulista, 1.450, 2º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917; José Luiz Rodrigues Bueno, brasileiro, divorciado, bancário, RG 6.353.077/SSP-SP, CPF 586.673.188/68; José Maria Soares Nunes, brasileiro, divorciado, bancário, RG 10.729.603-2/SSP-SP, CPF 001.868.878/20; José Augusto Panchini, brasileiro, casado, bancário, RG 10.389.168/SSP-SP, CPF 966.136.988/20; Júlio Alves Marques, português, casado, bancário, RNE 9240333-C/SEOPMA/DFP, CPF 818.635.808/91; Laércio Carlos de Araújo Filho, brasileiro, divorciado, bancário, RG 7.405.336-X/SSP-SP, CPF 567.041.788/72, todos com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; Ricardo Ribeiro Takahama, brasileiro, casado, bancário, RG 3.182.659-5/SSP-PR, CPF 052.446.968/74, com domicílio na Avenida Paulista, 1.450, 5º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917; Luiz Alves dos Santos, brasileiro, casado, bancário, RG 6.034.631-0/SSP-SP, CPF 387.923.698/72, com domicílio na Avenida Alphaville, 1.500, 3º andar, Alphaville, Barueri, SP, CEP 06453-000; Luiz Carlos Angelotti, brasileiro, casado, bancário, RG 10.473.334/SSP-SP, CPF 058.042.738/25; Luiz Carlos Brandão Cavalcanti Junior, brasileiro, casado, bancário, RG 2.428.420-3/SSP-BA, CPF 226.347.385/67; Luiz Fernando Peres, brasileiro, casado, bancário, RG 4.691.902/SSP-SP, CPF 411.082.078/72, todos com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; Marcelo de Araújo Noronha, brasileiro, casado, bancário, RG 2.062.931/SSP-PE, CPF 360.668.504-13, com domicílio na Alameda Rio Negro, 565, 12º andar, Edifício Demin, Alphaville, Barueri, SP, CEP 06454-000; Marcos Bader, brasileiro, casado, bancário, RG 8.894.640/SSP-SP, CPF 030.763.738/70, com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; Marcos Dora, brasileiro, casado, bancário, RG 6.671.043/SSP-SP, CPF 874.059.628/15, com domicílio na Avenida Paulista, 1.450, 10º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917; Marcos Villanova, brasileiro, separado consensualmente, bancário, RG 9.261.803-0/SSP-SP, CPF 859.471.588/49; Mario Helio de Souza Ramos, brasileiro, casado, bancário, RG 7.882.517/SSP-SP, CPF 771.420.048/00, ambos com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; Marlene Moran Milani, brasileira, casada, bancária, RG 12.400.020/SSP-SP, CPF 076.556.518/10, com domicílio na Avenida Ipiranga, 282, 10º andar, Consolação, São Paulo, SP, CEP 01046-010; Moacir Neebhar Junior, brasileiro, casado, bancário, RG 13.703.383-7/SSP-SP, CPF 362.947.708/66; Nilton Pellegrino Nogueira, brasileiro, casado, bancário, RG 8.250.071/SSP-SP, CPF 680.389.338/34, ambos com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; Nobuo Yamazaki, japonês, casado, bancário, RNE 1119879-U/DELEMAF-SP, CPF 180.387.998/01, com domicílio na Avenida Ipiranga, 282, 10º andar, Consolação, São Paulo, SP, CEP 01046-010; Octavio Manoel Rodrigues de Barros, brasileiro, casado, bancário, RG 8.419.412/SSP-SP, CPF 817.568.878/53; Paulo Aparecido dos Santos, brasileiro, separado consensualmente, bancário, RG 13.149.630-5/SSP-SP, CPF 072.150.688/42, ambos com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; Paulo Faustino de Costa, brasileiro, casado, bancário, RG 13.243.887-7/SSP-SP, CPF 055.681.888/97, com domicílio na Avenida Paulista, 1.450, 1º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917; Roberto Sobral Hollander, brasileiro, solteiro, bancário, RG 5.178.875-0/SSP-SP, CPF 301.257.408/69, com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; e Waldir Schirmmeister Marquetti, brasileiro, casado, bancário, RG 11.595.787-X/SSP-SP, CPF 048.844.738/06, com domicílio na Avenida Alphaville, 1.500, 2º andar, Alphaville, Barueri, SP, CEP 06453-000; Diretores: Antônio Chinelato Neto, brasileiro, casado, bancário, RG 9.045.220/SSP-SP, CPF 029.886.168/32, com****

domicílio na Avenida Paulista, 1.450, 5º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917; Aurélio Guido Paganelli, brasileiro, casado, bancário, RG 1.889.356-8/SSP-PR, CPF 349.838.998/87; Cláudio Fernando Menezes, brasileiro, casado, bancário, RG 7.396.443/SSP-SP, CPF 504.044.938/72; José Ramos Rocha Neto, brasileiro, casado, bancário, RG 3.169.259/SSP-PE, CPF 624.211.314/72; Octávio de Lazzari Junior, brasileiro, casado, bancário, RG 12.932.558/SSP-SP, CPF 044.745.769/37; e Osmar Roncolato Pinho, brasileiro, casado, bancário, RG 6.488.543/SSP-SP, CPF 689.826.298/34, todos com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; Diretores Regionais: **Alex Silva Braga, brasileiro, casado, bancário, RG MG 3571788/SSP-MG, CPF 509.505.336-53, com domicílio na Avenida de França, 409, 3º andar, Comércio Salvador, BA, CEP 40010-901; Almir Rocha, brasileiro, casado, bancário, RG 7.956.787-8/SSP-SP, CPF 125.448.708-89, com domicílio na Rua da Bahia, 951, 6º andar, Centro, Belo Horizonte, MG, CEP 30180-011; Antonio Guilberto Diniz, brasileiro, casado, bancário, RG 7.903.465-3/SSP-SP, CPF 053.488.748-56, com domicílio na Avenida Ipiranga, 210, 3º Subvota, República, São Paulo, SP, CEP 01046-010; Antonio Piovesan, brasileiro, casado, bancário, RG 10.392.594/SSP-SP, CPF 015.525.589-31, com domicílio na Rua Silva Ramos, 368, Centro, Manaus, AM, CEP 69025-030; Delair Filadelfo de Lima, brasileiro, casado, bancário, RG 11.421.153-X/SSP-SP, CPF 005.645.288-88, com domicílio na Rua Santa Antônia, 301, 2º andar, Juruá, Belém, PA, CEP 66025-835; Diógenes Murtice Vieira Marcondes Junior, brasileiro, casado, bancário, RG 5.728.106/SSP-SP, CPF 010.673.878-70, com domicílio na Rua Doze de Outubro, 125, 6º andar, Lapa, São Paulo, SP, CEP 05073-001; Francisco Aquilino Pontes Gedeira, brasileiro, casado, bancário, RG 6.803.363/SDS PE, CPF 089.915.023-34, com domicílio na Rua Senador Alcencar, 144, 2º andar, Centro, Fortaleza, CE, CEP 60030-050; Francisco Assis da Silveira Junior, brasileiro, casado, bancário, RG M2 85191/SSP-MA, CPF 075.811.178-88, com domicílio na Praça Ovelado Cruz, 16, Centro Histórico, Porto Alegre, RS, CEP 90033-900; Geraldo Dias Pacheco, brasileiro, casado, bancário, RG 2.231.217/SSP-PR, CPF 389.678.049-20, com domicílio na Rua da Condição, 148, Santo Antônio, Recife, PE, CEP 50020-903; João Alexandre Silva, brasileiro, casado, bancário, RG 1.216.751/SSP-SP, CPF 334.562.879-04, com domicílio na Praça XV de Novembro, 296, 4º andar, Centro, Florianópolis, SC, CEP 68010-400; João Carlos Gomes da Silva, brasileiro, casado, bancário, RG 21.425.779-2/DETRAN-DR/RJ, CPF 044.772.398-45, com domicílio na Rua Ezequiel Ramos 3-33, 1º andar, Bauri, SP, CEP 17010-021; José Sergio Bordin, brasileiro, casado, bancário, RG 18.358.157/SSP-SP, CPF 095.407.008-92, com domicílio na Rua Dr. Alberto Sammartino, 986, Bonfim, Camonias, SP, CEP 13070-711; Maurício Bomes Maciel, brasileiro, casado, bancário, RG 18.508.328-1/SSP-SP, CPF 074.061.196-44, com domicílio na Rua Cláudio L. Almeida, 800, Centro, Caxias, Goiânia, GO, CEP 74110-090; Václav Wutt, brasileiro, divorciado, bancário, RG 776.723.255/SSJ-SC, CPF 292.936.559-58, com domicílio na Rua Marechal Deodoro, 170, 4º andar, Centro, Curitiba, PR, CEP 80010-010; Wilson Reginado Martins, brasileiro, casado, bancário, RG 272.394/SSP-MS, CPF 337.633.301-78, com domicílio na Rua Senador Dantas, 61, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-202. Os Diretores reeleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade mercantil em virtude de condenação criminal; 3) nomear, de conformidade com o disposto nos Artigos 22, 23, 24 e 25 do Estatuto Social, os membros que integrarão os seguintes Comitês da Sociedade: a) de Remuneração: Coordenador: Lázaro de Mello Brandão, brasileiro, casado, bancário, RG 1.110.377-2/SSP-SP, CPF 004.637.528/72; Membros: Antônio Borna, brasileiro, viúvo, bancário, RG 11.323.128/SSP-SP, CPF 003.052.609/44; Mário da Silveira Teixeira Junior, brasileiro, casado, bancário, RG 3.078.007-0/SSP-SP, CPF 113.119.508/15; Márcio Artur Laurelli Cypriano, brasileiro, casado, bancário, RG 2.863.339-8/SSP-SP, CPF 083.906.928/20, todos com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; e Luiz Carlos Trabuco Cappi, já qualificado; b) de Controles Internos e Compliance: Coordenador: Mário da Silveira Teixeira Junior, já qualificado; Membros: Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, brasileiro, casado, bancário, RG 6.448.545/SSP-SP, CPF 021.688.888/34, com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; Domingos Figueiredo de Abreu, Milton Matsumoto, já qualificados; Marco Antonio Rossi, brasileiro, casado, bancário, RG 12.529.752/SSP-SP, CPF 015.938.538/36, com domicílio na Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01311-925; Clayton Camacho, Roberto Sobral Hollander, Alexandre da Silva Glühner, já qualificados; e Frederico William Wolf, brasileiro, casado, bancário, RG 6.479.480/SSP-SP, CPF 682.982.188/44, com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; c) de Conduta Ética: Coordenador: Milton Matsumoto; Membros: Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, Arnaldo Alves Vieira, José Luiz Acar Pedro, Domingos Figueiredo de Abreu, Odair Afonso Rebelato, Marco Antonio Rossi, Alexandre da Silva Glühner, Clayton Camacho, José Luiz Rodrigues Bueno, Júlio Alves Marques, Roberto Sobral Hollander, já qualificados; Glaucimar Petkov, brasileiro, solteiro, bancário, RG 10.311.424/SSP-SP, CPF 059.348.278-63, com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; e Frederico William Wolf, já qualificado; d) de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital: Coordenador: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Membros: Laércio Albino Cezar, Arnaldo Alves Vieira, Sérgio Bocha, Júlio de Oliveira Carvalho de Araújo, José Luiz Acar Pedro, Norberto Pinto Barbado, Domingos Figueiredo de Abreu, Milton Matsumoto, Ademir Cosentino, Marco Antonio Rossi e Roberto Sobral Hollander, já qualificados; Todos os Diretores, Membros dos Comitês de Remuneração, de Controles Internos e Compliance, de Conduta Ética, e de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital terão mandato até a 1ª Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2011, e os nomes serão levados à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomarão posse de seus cargos, sendo que permanecerão em suas funções até que a Reunião deste Órgão que eleger e nomear os novos Membros no ano de 2011 receba a homologação do Banco Central do Brasil e seja a Ata arquivada na Junta Comercial e publicada; 4) de conformidade com o disposto no Artigo 21 do Estatuto Social, nomear os membros que integrarão o Conselho de Administração: Coordenador: Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, já qualificado; Membros: José Lucas Ferreira de Melo, brasileiro, divorciado, contador, RG 403.933/SSP-DF, CPF 117.307.901-78, com domicílio na Rua José Cachoira, 282, apto 149, Nam Bibi, São Paulo, CEP 04535-000; Romulo Negib Lesmar, brasileiro, casado, advogado, RG 12.623.179-5/SSP-SP, CPF 010.923.241/00, com domicílio na Rua Itapluana, 1.800 - Edifício Cypri - ap. 162 - Condomínio Villaggio Panamy - Jardim Morumbi, São Paulo, SP, CEP 05705-901; todos com mandato até a 1ª Reunião deste Órgão que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2011; e Málio Machado dos Reis, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 5.904.368/SSP-SP, CPF 458.564.288/34, com domicílio na Rua Ângelo Esté, 166, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06026-110, com mandato até 16.5.2010, sendo que permanecerá em suas funções até que a Reunião deste Órgão que nomear seu substituto receba a homologação do Banco Central do Brasil e seja a Ata arquivada na Junta Comercial e publicada. Os Membros do Comitê de Auditoria terão seus nomes levados à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomarão posse de seus cargos; 5) designar, de conformidade com o disposto no Artigo 26 do Estatuto Social, o Dvidor da Sociedade, o senhor Júlio Alves Marques, já qualificado, com mandato até a 1ª Reunião deste Órgão que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2011. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que os Conselheiros presentes assinam. a) Lázaro de Mello Brandão, Antônio Borna, Mário da Silveira Teixeira Junior, Márcio Artur Laurelli Cypriano, João Aguiar Alvarez, Denise Aguiar Alvarez, Luiz Carlos Trabuco Cappi e Carlos Alberto Rodrigues Guilherme. Declaramos para os devidos fins que a Ata da referida Reunião encontra-se lavrada no livro próprio, homologado pelo Banco Central do Brasil e arquivada conforme segue: "Cartório - Secretária da Fazenda - Junta Comercial do Estado de São Paulo - Cartório registo sob nº 214 77710-10, em 24 de 2010; a) Kátia Regina Bueno de Godoy - Secretária Geral." Banco Bradesco S.A. a) Júlio Sérgio Socha; José Luiz Acar Pedro**



AMF5 ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.068.021/0001-98

Srs. Acionistas: Em cumprimento as determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008.				A Diretoria			
Balanco Patrimonial (Em R\$)				Demonstração do Resultado (Em R\$)			
	31/12/08	31/12/07			31/12/08	31/12/07	
Ativo	9.595.301	12.484.620	Possivo	9.595.301	12.484.620		
Circulante	14.978	133.515	Circulante	34.343	29.355	Despesas Operacionais	(545.480)
Caixa e Bancos	7.966	6.806	Fornecedores	8.721	6.953	Administrativas e Gerais	(545.145)
Adiantamentos	99	-	Impostos Fiscais	524	95	Despesas Financeiras	(345)
Divida dos a Receber	-	120.000	Salários/Encargos Sociais	7.593	5.173	Outras Despesas Operacionais	(1.498.813)
Contr. a Receber	6.910	6.910	Provisões de Férias	10.641	10.259	Equivalência Patrimonial	(1.449.971)
Contr. a Receber	9.580.326	12.381.194	Contas a Pagar	6.965	8.865	Despesas Indefinidas	(943)
nve. imutáveis	9.539.849	12.305.819	Não Circulante	360.000	141.406	Resultado Líquido do Exercício	(1.998.402)
Controladas	9.539.849	12.305.819	Partes Relacionadas	360.000	141.406	Quantidade de Ações do Capital Social	3.743.250
Imobilizado	40.878	45.485	Patrimônio Líquido	9.200.858	12.313.860	Prejuízo Líquido do Exercício	(1.998.402)
Imobilizações	49.220	49.220	Capital Social	3.743.250	3.743.250	por Ação do Capital Social	(0,53)
Depreciações Acumuladas	(8.343)	(3.735)	Reserva Legal	664.485	664.485		(1,17)
			Reserva de Lucros a Realizar	4.793.223	7.906.125		
Demonstração das Mutuações do Patrimônio Líquido (Em R\$)				Demonstração do Fluxo de Caixa (Em R\$)			
Capital Social	3.743.250	664.485	Reserva Legal	31/12/08	31/12/07		
Reserva Legal	664.485	664.485	Reserva de Lucros a Realizar	(1.998.402)	(1.998.402)	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(626.739)
Reserva de Lucros a Realizar	4.793.223	7.906.125				Ativ. de Investimentos: (Aumento) Redução em Invest	1.438.000
						Lucros Distribuídos	(1.118.800)
						Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(218.500)
						Ativ. de Financiamentos: Aum (Redução) da Partes Relac.	(218.500)
						Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	(218.500)
						Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.360
						Caixa e Equivalentes de Caixa-Beito no Início do Período	6.506
						Caixa e Equivalentes de Caixa-Beito no Final do Período	7.966

SUELI ESCARLATE DOS SANTOS
Diretora Presidente

RUBENS PAIM TINOVO
Controlador - CRC 1SP 135486/O-7

(continuação da página anterior)

Vice-Presidente, a Assembleia Geral poderá indicar outro conselho integral do Conselho Fiscal para assumir o cargo vacante. Parágrafo 3º - Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos, após a homologação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil, na forma de regulamentação em vigor, mediante termo de posse lavrado e assinado no livro próprio, devendo permanecer no exercício de seus cargos até o prazo de seis meses para sua substituição. Parágrafo 4º - O prazo do mandato dos membros do Conselho Fiscal eleitos por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2009 vigora, excepcionalmente, até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2010.

CAPÍTULO V - DO COMITÊ DE AUDITORIA - Artigo 23 - O Comitê de Auditoria será composto por (4) quatro membros efetivos e (2) dois suplentes, sendo (1) um deles designado coordenador, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de (2) dois anos, e destituíveis pelo Conselho de Administração a qualquer tempo. Parágrafo 1º - Caso um membro efetivo deixe de ocupar, permanentemente, o seu cargo, antes do término do respectivo mandato, assumirá o seu respectivo suplente. Caso o respectivo suplente não possa substituir o membro efetivo, o membro do Conselho de Administração que indicou o membro do Comitê de Auditoria a ser substituído deverá indicar um substituto para preencher o referido cargo. Parágrafo 2º - Pelo menos um dos membros do Comitê de Auditoria deve possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria que o qualifique para a função. Parágrafo 3º - Este Comitê de Auditoria será único para a Sociedade e suas controladas, nos termos de legislação vigente. Parágrafo 4º - A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, a ser definida pelo Conselho de Administração, será compatível com as atribuições delecionadas no regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração, observando que: (i) a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria não será superior ao honorário médio percebido pelos Diretores; (ii) o integrante do Comitê de Auditoria que for, também, membro do Conselho de Administração deverá optar pela remuneração relativa a apenas um dos cargos; e (iii) não será devida qualquer remuneração aos membros do Comitê de Auditoria, além daquela a que fazem jus em virtude da ocupação de seus respectivos cargos na Diretoria. Parágrafo 5º - O prazo do mandato dos membros do Comitê de Auditoria eleitos por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2009 vigora, excepcionalmente, até a primeira reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2011.

Artigo 24 - Para o exercício do cargo no Comitê de Auditoria, deverão ser observadas as condições básicas para exercício do respectivo cargo, bem como os impedimentos previstos nas legislações aplicáveis. Parágrafo único - A função do membro do Comitê de Auditoria é indelegável. Artigo 25 - Compete ao Comitê de Auditoria: (i) estabelecer as regras processuais para a prestação de serviços, a ser prestada por prestadores de serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador de serviços, caso considere necessário; (ii) revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios de administração e parecer do auditor independente; (iii) avaliar a eficácia das auditorias independentes e internas, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de requisitos e códigos internos; (iv) avaliar o cumprimento, pela administração da Sociedade, das recomendações feitas pelas auditorias independentes ou internas; (v) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; (vi) recomendar à Diretoria e ao Conselho de Administração a correção ou esmaramento de políticas, práticas e procedimentos identificados nos âmbitos das suas atribuições; (vii) reunir-se, no mínimo, trimestralmente com a Diretoria, com o Conselho de Administração, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas

recomendações ou indicações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais reuniões; (viii) reunir-se com o Conselho Fiscal e Conselho de Administração, por solicitação das mesmas, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; (ix) realizar outras atribuições necessárias para o cumprimento de legislação e regulamentação pertinentes, bem como aquelas que o próprio Comitê de Auditoria entender relevantes.

CAPÍTULO VI - DA OUIDORIA - Artigo 26 - A Ouvidoria será composta por (1) um ouvidor, eleito pela Assembleia Geral, com mandato de (1) um ano e destituível pelo mesmo órgão a qualquer tempo, sendo ciente que a função de membro da Ouvidoria é indelegável. Parágrafo 1º - Esta Ouvidoria será única para a Sociedade e suas controladas, nos termos da legislação vigente. Parágrafo 2º - Para o exercício de cargo na Ouvidoria deverão ser observadas as condições básicas previstas pelo Conselho Monetário Nacional. Artigo 27 - Compete à Ouvidoria: (i) receber, registrar, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços da Sociedade; (ii) prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas; (iii) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não pode ultrapassar (30) trinta dias, e encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes dentro deste prazo; (iv) propor à Diretoria e ao Conselho de Administração medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas; (v) elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, ao final de cada semestre, relatório quantitativo a qualificar acerca da atuação da Ouvidoria, incluindo as medidas previstas no alínea "d" normal; e (vi) outras atribuições necessárias para o cumprimento de legislação e regulamentação pertinentes, bem como aquelas que a própria Ouvidoria entender relevantes.

Artigo 28 - A Sociedade se compromete expressamente a: (i) criar condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e seriedade; e (ii) assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades.

CAPÍTULO VII - DA ASSEMBLEIA GERAL - Artigo 29 - A Assembleia Geral realizar-se-á, ordinariamente, nos primeiros (4) quatro meses seguintes ao término de cada exercício social, e extraordinariamente sempre que o interesse social assim o exigir. Artigo 30 - As resoluções da Assembleia Geral que tratam dos assuntos estatutários abaixo somente poderão ser aprovadas pelo voto afirmativo de acionistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das ações ordinárias emitidas pela Sociedade: (i) o pagamento de dividendos; (ii) a alteração do estatuto social que implique (a) aumento ou redução de capital; (b) alteração de qualquer direito decorrente da classe e espécies das ações emitidas pela Sociedade; (c) alterações no número de conselheiros da Sociedade; (d) modificação do objeto social; ou (e) alteração na competência da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração e/ou respectivos corpos de aprovação; (vi) o requerimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação ou dissolução da Sociedade ou sociedades por esta controladas, direta ou indiretamente; (v) a prática, pela Sociedade, de qualquer ato gratuito que envolva valores superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); (vi) a aprovação de ações de compra de ações, de opções de compra de ações (stock options), de bônus de subscrição, bem como de quaisquer outras

públicas de valores mobiliários da emissão de Sociedade e/ou das sociedades por esta controladas, direta ou indiretamente; (vii) a aprovação da realização, do tamanho e estrutura de uma oferta pública inicial de ações emitidas pela Sociedade; (viii) a redução do dividendo obrigatório; (ix) a aprovação anual das contas dos administradores e das demonstrações financeiras anuais da Sociedade; (x) a aprovação de: (1) política de reinvestimentos da Sociedade; (2) proposta dos órgãos de administração referente à destinação do lucro da Sociedade; (3) fixação do regime de pagamento de dividendos aos acionistas pela Sociedade; e (4) constituição de reservas de capital ou lucros pela Sociedade; (xi) o resgate, recompra ou amortização de ações da Sociedade, os termos e condições dessas operações, incluindo, sem limitação, os valores a serem pagos, observados os parâmetros definidos em lei; e (xii) a aprovação das matérias previstas no artigo 10 acima, com exceção dos itens (viii) e (xi) (cuja deliberação é de competência privativa do Conselho de Administração da Sociedade por expressa disposição legal), quando não submetidas à deliberação do Conselho de Administração da Sociedade ou, se submetidas, não tiverem sido aprovadas e forem convocadas pela Assembleia Geral de Acionistas da Sociedade. Artigo 31 - A Assembleia Geral será convocada e secretariada por pessoa por ele escolhida, acionista ou não, escolhido entre os presentes. Artigo 32 - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral, será lavrada, em livro próprio, e a ser assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes.

CAPÍTULO VIII - DO EXERCÍCIO SOCIAL, LUCROS E DISTRIBUIÇÃO - Artigo 33 - O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que se procederá a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os princípios regidos pelo regulamento de que se quis serviu submetida à aprovação da Assembleia Geral. Parágrafo Único - A Sociedade levantará balanço semestral no dia 30 de junho de cada ano. Artigo 34 - O lucro líquido obtido, diminuído ou acrescido dos valores previstos no artigo 202 da Lei 6.404/76, 25% (vinte e cinco por cento) serão declarados e pagos como dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, permanecendo o saldo à disposição da Assembleia. Parágrafo Único - O montante do lucro não destinado ao pagamento de dividendos será retido em reserva de expansão constituída com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios da Sociedade, até o limite do capital social, observado o disposto no artigo 199 da Lei 6.404/76, vigente quando de sua destinação. Artigo 35 - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucros apurados nos balanços semestrais e levantar balanço e distribuir dividendos em período menores, observadas as disposições legais, bem como declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Poderá o Conselho de Administração, ainda, autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, previstos no Art. 2º da Lei 6.404/76, observando o disposto no artigo 78 da Lei 6.404/76 de 27-12-66 e na respectiva regulamentação. Artigo 36 - A Assembleia Geral é lícito atribuir aos membros do Conselho de Administração, Diretores e empregados de Sociedade participação nos lucros apurados, nos termos da legislação aplicável.

CAPÍTULO IX - DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDACÃO - Artigo 37 - A Sociedade será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, compelindo à Assembleia Geral determinar o modo pelo qual deve ser processada, inclusive nomeando o liquidante e o Conselho Fiscal que a conduzirá durante o período de liquidação. **CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES GERAIS - Artigo 38 -** A Sociedade observará os acordos de acionistas aquiados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora (incluindo o presidente) da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Sociedade aceitar e proceder à transferência de ações, à oneração ou à cessão de voto de preferência à subscrição de ações ou de outros valores mobiliários que não respeitem aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.



Bradesco


Ata da 216ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10.6.2010


Data, Hora, Local: realizada aos 10 dias do mês de junho de 2010, às 17h, na sede social, Cidade de Deus, no Sítio Nobre, nº 5 andar, Prédio Vermelho, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. Presença: compareceram, identificaram-se e assinaram o Livro de Presença acionistas da Sociedade representando mais de dois terços do capital social vigente. Constituição da Mesa: Presidente: Lázaro de Mello Brandão; Secretário: Carlos Alberto Rodrigues Guilherme; Ordem de Dia: 1ª - Declaração de abertura da Assembleia Geral Extraordinária; 2ª - Eleição do Conselho de Administração; 3ª - Eleição do Conselho Fiscal; 4ª - Eleição do Conselho de Administração; 5ª - Eleição do Conselho Fiscal; 6ª - Eleição do Conselho de Administração; 7ª - Eleição do Conselho Fiscal; 8ª - Eleição do Conselho de Administração; 9ª - Eleição do Conselho Fiscal; 10ª - Eleição do Conselho de Administração; 11ª - Eleição do Conselho Fiscal; 12ª - Eleição do Conselho de Administração; 13ª - Eleição do Conselho Fiscal; 14ª - Eleição do Conselho de Administração; 15ª - Eleição do Conselho Fiscal; 16ª - Eleição do Conselho de Administração; 17ª - Eleição do Conselho Fiscal; 18ª - Eleição do Conselho de Administração; 19ª - Eleição do Conselho Fiscal; 20ª - Eleição do Conselho de Administração; 21ª - Eleição do Conselho Fiscal; 22ª - Eleição do Conselho de Administração; 23ª - Eleição do Conselho Fiscal; 24ª - Eleição do Conselho de Administração; 25ª - Eleição do Conselho Fiscal; 26ª - Eleição do Conselho de Administração; 27ª - Eleição do Conselho Fiscal; 28ª - Eleição do Conselho de Administração; 29ª - Eleição do Conselho Fiscal; 30ª - Eleição do Conselho de Administração; 31ª - Eleição do Conselho Fiscal; 32ª - Eleição do Conselho de Administração; 33ª - Eleição do Conselho Fiscal; 34ª - Eleição do Conselho de Administração; 35ª - Eleição do Conselho Fiscal; 36ª - Eleição do Conselho de Administração; 37ª - Eleição do Conselho Fiscal; 38ª - Eleição do Conselho de Administração; 39ª - Eleição do Conselho Fiscal; 40ª - Eleição do Conselho de Administração; 41ª - Eleição do Conselho Fiscal; 42ª - Eleição do Conselho de Administração; 43ª - Eleição do Conselho Fiscal; 44ª - Eleição do Conselho de Administração; 45ª - Eleição do Conselho Fiscal; 46ª - Eleição do Conselho de Administração; 47ª - Eleição do Conselho Fiscal; 48ª - Eleição do Conselho de Administração; 49ª - Eleição do Conselho Fiscal; 50ª - Eleição do Conselho de Administração; 51ª - Eleição do Conselho Fiscal; 52ª - Eleição do Conselho de Administração; 53ª - Eleição do Conselho Fiscal; 54ª - Eleição do Conselho de Administração; 55ª - Eleição do Conselho Fiscal; 56ª - Eleição do Conselho de Administração; 57ª - Eleição do Conselho Fiscal; 58ª - Eleição do Conselho de Administração; 59ª - Eleição do Conselho Fiscal; 60ª - Eleição do Conselho de Administração; 61ª - Eleição do Conselho Fiscal; 62ª - Eleição do Conselho de Administração; 63ª - Eleição do Conselho Fiscal; 64ª - Eleição do Conselho de Administração; 65ª - Eleição do Conselho Fiscal; 66ª - Eleição do Conselho de Administração; 67ª - Eleição do Conselho Fiscal; 68ª - Eleição do Conselho de Administração; 69ª - Eleição do Conselho Fiscal; 70ª - Eleição do Conselho de Administração; 71ª - Eleição do Conselho Fiscal; 72ª - Eleição do Conselho de Administração; 73ª - Eleição do Conselho Fiscal; 74ª - Eleição do Conselho de Administração; 75ª - Eleição do Conselho Fiscal; 76ª - Eleição do Conselho de Administração; 77ª - Eleição do Conselho Fiscal; 78ª - Eleição do Conselho de Administração; 79ª - Eleição do Conselho Fiscal; 80ª - Eleição do Conselho de Administração; 81ª - Eleição do Conselho Fiscal; 82ª - Eleição do Conselho de Administração; 83ª - Eleição do Conselho Fiscal; 84ª - Eleição do Conselho de Administração; 85ª - Eleição do Conselho Fiscal; 86ª - Eleição do Conselho de Administração; 87ª - Eleição do Conselho Fiscal; 88ª - Eleição do Conselho de Administração; 89ª - Eleição do Conselho Fiscal; 90ª - Eleição do Conselho de Administração; 91ª - Eleição do Conselho Fiscal; 92ª - Eleição do Conselho de Administração; 93ª - Eleição do Conselho Fiscal; 94ª - Eleição do Conselho de Administração; 95ª - Eleição do Conselho Fiscal; 96ª - Eleição do Conselho de Administração; 97ª - Eleição do Conselho Fiscal; 98ª - Eleição do Conselho de Administração; 99ª - Eleição do Conselho Fiscal; 100ª - Eleição do Conselho de Administração; 101ª - Eleição do Conselho Fiscal; 102ª - Eleição do Conselho de Administração; 103ª - Eleição do Conselho Fiscal; 104ª - Eleição do Conselho de Administração; 105ª - Eleição do Conselho Fiscal; 106ª - Eleição do Conselho de Administração; 107ª - Eleição do Conselho Fiscal; 108ª - Eleição do Conselho de Administração; 109ª - Eleição do Conselho Fiscal; 110ª - Eleição do Conselho de Administração; 111ª - Eleição do Conselho Fiscal; 112ª - Eleição do Conselho de Administração; 113ª - Eleição do Conselho Fiscal; 114ª - Eleição do Conselho de Administração; 115ª - Eleição do Conselho Fiscal; 116ª - Eleição do Conselho de Administração; 117ª - Eleição do Conselho Fiscal; 118ª - Eleição do Conselho de Administração; 119ª - Eleição do Conselho Fiscal; 120ª - Eleição do Conselho de Administração; 121ª - Eleição do Conselho Fiscal; 122ª - Eleição do Conselho de Administração; 123ª - Eleição do Conselho Fiscal; 124ª - Eleição do Conselho de Administração; 125ª - Eleição do Conselho Fiscal; 126ª - Eleição do Conselho de Administração; 127ª - Eleição do Conselho Fiscal; 128ª - Eleição do Conselho de Administração; 129ª - Eleição do Conselho Fiscal; 130ª - Eleição do Conselho de Administração; 131ª - Eleição do Conselho Fiscal; 132ª - Eleição do Conselho de Administração; 133ª - Eleição do Conselho Fiscal; 134ª - Eleição do Conselho de Administração; 135ª - Eleição do Conselho Fiscal; 136ª - Eleição do Conselho de Administração; 137ª - Eleição do Conselho Fiscal; 138ª - Eleição do Conselho de Administração; 139ª - Eleição do Conselho Fiscal; 140ª - Eleição do Conselho de Administração; 141ª - Eleição do Conselho Fiscal; 142ª - Eleição do Conselho de Administração; 143ª - Eleição do Conselho Fiscal; 144ª - Eleição do Conselho de Administração; 145ª - Eleição do Conselho Fiscal; 146ª - Eleição do Conselho de Administração; 147ª - Eleição do Conselho Fiscal; 148ª - Eleição do Conselho de Administração; 149ª - Eleição do Conselho Fiscal; 150ª - Eleição do Conselho de Administração; 151ª - Eleição do Conselho Fiscal; 152ª - Eleição do Conselho de Administração; 153ª - Eleição do Conselho Fiscal; 154ª - Eleição do Conselho de Administração; 155ª - Eleição do Conselho Fiscal; 156ª - Eleição do Conselho de Administração; 157ª - Eleição do Conselho Fiscal; 158ª - Eleição do Conselho de Administração; 159ª - Eleição do Conselho Fiscal; 160ª - Eleição do Conselho de Administração; 161ª - Eleição do Conselho Fiscal; 162ª - Eleição do Conselho de Administração; 163ª - Eleição do Conselho Fiscal; 164ª - Eleição do Conselho de Administração; 165ª - Eleição do Conselho Fiscal; 166ª - Eleição do Conselho de Administração; 167ª - Eleição do Conselho Fiscal; 168ª - Eleição do Conselho de Administração; 169ª - Eleição do Conselho Fiscal; 170ª - Eleição do Conselho de Administração; 171ª - Eleição do Conselho Fiscal; 172ª - Eleição do Conselho de Administração; 173ª - Eleição do Conselho Fiscal; 174ª - Eleição do Conselho de Administração; 175ª - Eleição do Conselho Fiscal; 176ª - Eleição do Conselho de Administração; 177ª - Eleição do Conselho Fiscal; 178ª - Eleição do Conselho de Administração; 179ª - Eleição do Conselho Fiscal; 180ª - Eleição do Conselho de Administração; 181ª - Eleição do Conselho Fiscal; 182ª - Eleição do Conselho de Administração; 183ª - Eleição do Conselho Fiscal; 184ª - Eleição do Conselho de Administração; 185ª - Eleição do Conselho Fiscal; 186ª - Eleição do Conselho de Administração; 187ª - Eleição do Conselho Fiscal; 188ª - Eleição do Conselho de Administração; 189ª - Eleição do Conselho Fiscal; 190ª - Eleição do Conselho de Administração; 191ª - Eleição do Conselho Fiscal; 192ª - Eleição do Conselho de Administração; 193ª - Eleição do Conselho Fiscal; 194ª - Eleição do Conselho de Administração; 195ª - Eleição do Conselho Fiscal; 196ª - Eleição do Conselho de Administração; 197ª - Eleição do Conselho Fiscal; 198ª - Eleição do Conselho de Administração; 199ª - Eleição do Conselho Fiscal; 200ª - Eleição do Conselho de Administração; 201ª - Eleição do Conselho Fiscal; 202ª - Eleição do Conselho de Administração; 203ª - Eleição do Conselho Fiscal; 204ª - Eleição do Conselho de Administração; 205ª - Eleição do Conselho Fiscal; 206ª - Eleição do Conselho de Administração; 207ª - Eleição do Conselho Fiscal; 208ª - Eleição do Conselho de Administração; 209ª - Eleição do Conselho Fiscal; 210ª - Eleição do Conselho de Administração; 211ª - Eleição do Conselho Fiscal; 212ª - Eleição do Conselho de Administração; 213ª - Eleição do Conselho Fiscal; 214ª - Eleição do Conselho de Administração; 215ª - Eleição do Conselho Fiscal; 216ª - Eleição do Conselho de Administração; 217ª - Eleição do Conselho Fiscal; 218ª - Eleição do Conselho de Administração; 219ª - Eleição do Conselho Fiscal; 220ª - Eleição do Conselho de Administração; 221ª - Eleição do Conselho Fiscal; 222ª - Eleição do Conselho de Administração; 223ª - Eleição do Conselho Fiscal; 224ª - Eleição do Conselho de Administração; 225ª - Eleição do Conselho Fiscal; 226ª - Eleição do Conselho de Administração; 227ª - Eleição do Conselho Fiscal; 228ª - Eleição do Conselho de Administração; 229ª - Eleição do Conselho Fiscal; 230ª - Eleição do Conselho de Administração; 231ª - Eleição do Conselho Fiscal; 232ª - Eleição do Conselho de Administração; 233ª - Eleição do Conselho Fiscal; 234ª - Eleição do Conselho de Administração; 235ª - Eleição do Conselho Fiscal; 236ª - Eleição do Conselho de Administração; 237ª - Eleição do Conselho Fiscal; 238ª - Eleição do Conselho de Administração; 239ª - Eleição do Conselho Fiscal; 240ª - Eleição do Conselho de Administração; 241ª - Eleição do Conselho Fiscal; 242ª - Eleição do Conselho de Administração; 243ª - Eleição do Conselho Fiscal; 244ª - Eleição do Conselho de Administração; 245ª - Eleição do Conselho Fiscal; 246ª - Eleição do Conselho de Administração; 247ª - Eleição do Conselho Fiscal; 248ª - Eleição do Conselho de Administração; 249ª - Eleição do Conselho Fiscal; 250ª - Eleição do Conselho de Administração; 251ª - Eleição do Conselho Fiscal; 252ª - Eleição do Conselho de Administração; 253ª - Eleição do Conselho Fiscal; 254ª - Eleição do Conselho de Administração; 255ª - Eleição do Conselho Fiscal; 256ª - Eleição do Conselho de Administração; 257ª - Eleição do Conselho Fiscal; 258ª - Eleição do Conselho de Administração; 259ª - Eleição do Conselho Fiscal; 260ª - Eleição do Conselho de Administração; 261ª - Eleição do Conselho Fiscal; 262ª - Eleição do Conselho de Administração; 263ª - Eleição do Conselho Fiscal; 264ª - Eleição do Conselho de Administração; 265ª - Eleição do Conselho Fiscal; 266ª - Eleição do Conselho de Administração; 267ª - Eleição do Conselho Fiscal; 268ª - Eleição do Conselho de Administração; 269ª - Eleição do Conselho Fiscal; 270ª - Eleição do Conselho de Administração; 271ª - Eleição do Conselho Fiscal; 272ª - Eleição do Conselho de Administração; 273ª - Eleição do Conselho Fiscal; 274ª - Eleição do Conselho de Administração; 275ª - Eleição do Conselho Fiscal; 276ª - Eleição do Conselho de Administração; 277ª - Eleição do Conselho Fiscal; 278ª - Eleição do Conselho de Administração; 279ª - Eleição do Conselho Fiscal; 280ª - Eleição do Conselho de Administração; 281ª - Eleição do Conselho Fiscal; 282ª - Eleição do Conselho de Administração; 283ª - Eleição do Conselho Fiscal; 284ª - Eleição do Conselho de Administração; 285ª - Eleição do Conselho Fiscal; 286ª - Eleição do Conselho de Administração; 287ª - Eleição do Conselho Fiscal; 288ª - Eleição do Conselho de Administração; 289ª - Eleição do Conselho Fiscal; 290ª - Eleição do Conselho de Administração; 291ª - Eleição do Conselho Fiscal; 292ª - Eleição do Conselho de Administração; 293ª - Eleição do Conselho Fiscal; 294ª - Eleição do Conselho de Administração; 295ª - Eleição do Conselho Fiscal; 296ª - Eleição do Conselho de Administração; 297ª - Eleição do Conselho Fiscal; 298ª - Eleição do Conselho de Administração; 299ª - Eleição do Conselho Fiscal; 300ª - Eleição do Conselho de Administração; 301ª - Eleição do Conselho Fiscal; 302ª - Eleição do Conselho de Administração; 303ª - Eleição do Conselho Fiscal; 304ª - Eleição do Conselho de Administração; 305ª - Eleição do Conselho Fiscal; 306ª - Eleição do Conselho de Administração; 307ª - Eleição do Conselho Fiscal; 308ª - Eleição do Conselho de Administração; 309ª - Eleição do Conselho Fiscal; 310ª - Eleição do Conselho de Administração; 311ª - Eleição do Conselho Fiscal; 312ª - Eleição do Conselho de Administração; 313ª - Eleição do Conselho Fiscal; 314ª - Eleição do Conselho de Administração; 315ª - Eleição do Conselho Fiscal; 316ª - Eleição do Conselho de Administração; 317ª - Eleição do Conselho Fiscal; 318ª - Eleição do Conselho de Administração; 319ª - Eleição do Conselho Fiscal; 320ª - Eleição do Conselho de Administração; 321ª - Eleição do Conselho Fiscal; 322ª - Eleição do Conselho de Administração; 323ª - Eleição do Conselho Fiscal; 324ª - Eleição do Conselho de Administração; 325ª - Eleição do Conselho Fiscal; 326ª - Eleição do Conselho de Administração; 327ª - Eleição do Conselho Fiscal; 328ª - Eleição do Conselho de Administração; 329ª - Eleição do Conselho Fiscal; 330ª - Eleição do Conselho de Administração; 331ª - Eleição do Conselho Fiscal; 332ª - Eleição do Conselho de Administração; 333ª - Eleição do Conselho Fiscal; 334ª - Eleição do Conselho de Administração; 335ª - Eleição do Conselho Fiscal; 336ª - Eleição do Conselho de Administração; 337ª - Eleição do Conselho Fiscal; 338ª - Eleição do Conselho de Administração; 339ª - Eleição do Conselho Fiscal; 340ª - Eleição do Conselho de Administração; 341ª - Eleição do Conselho Fiscal; 342ª - Eleição do Conselho de Administração; 343ª - Eleição do Conselho Fiscal; 344ª - Eleição do Conselho de Administração; 345ª - Eleição do Conselho Fiscal; 346ª - Eleição do Conselho de Administração; 347ª - Eleição do Conselho Fiscal; 348ª - Eleição do Conselho de Administração; 349ª - Eleição do Conselho Fiscal; 350ª - Eleição do Conselho de Administração; 351ª - Eleição do Conselho Fiscal; 352ª - Eleição do Conselho de Administração; 353ª - Eleição do Conselho Fiscal; 354ª - Eleição do Conselho de Administração; 355ª - Eleição do Conselho Fiscal; 356ª - Eleição do Conselho de Administração; 357ª - Eleição do Conselho Fiscal; 358ª - Eleição do Conselho de Administração; 359ª - Eleição do Conselho Fiscal; 360ª - Eleição do Conselho de Administração; 361ª - Eleição do Conselho Fiscal; 362ª - Eleição do Conselho de Administração; 363ª - Eleição do Conselho Fiscal; 364ª - Eleição do Conselho de Administração; 365ª - Eleição do Conselho Fiscal; 366ª - Eleição do Conselho de Administração; 367ª - Eleição do Conselho Fiscal; 368ª - Eleição do Conselho de Administração; 369ª - Eleição do Conselho Fiscal; 370ª - Eleição do Conselho de Administração; 371ª - Eleição do Conselho Fiscal; 372ª - Eleição do Conselho de Administração; 373ª - Eleição do Conselho Fiscal; 374ª - Eleição do Conselho de Administração; 375ª - Eleição do Conselho Fiscal; 376ª - Eleição do Conselho de Administração; 377ª - Eleição do Conselho Fiscal; 378ª - Eleição do Conselho de Administração; 379ª - Eleição do Conselho Fiscal; 380ª - Eleição do Conselho de Administração; 381ª - Eleição do Conselho Fiscal; 382ª - Eleição do Conselho de Administração; 383ª - Eleição do Conselho Fiscal; 384ª - Eleição do Conselho de Administração; 385ª - Eleição do Conselho Fiscal; 386ª - Eleição do Conselho de Administração; 387ª - Eleição do Conselho Fiscal; 388ª - Eleição do Conselho de Administração; 389ª - Eleição do Conselho Fiscal; 390ª - Eleição do Conselho de Administração; 391ª - Eleição do Conselho Fiscal; 392ª - Eleição do Conselho de Administração; 393ª - Eleição do Conselho Fiscal; 394ª - Eleição do Conselho de Administração; 395ª - Eleição do Conselho Fiscal; 396ª - Eleição do Conselho de Administração; 397ª - Eleição do Conselho Fiscal; 398ª - Eleição do Conselho de Administração; 399ª - Eleição do Conselho Fiscal; 400ª - Eleição do Conselho de Administração; 401ª - Eleição do Conselho Fiscal; 402ª - Eleição do Conselho de Administração; 403ª - Eleição do Conselho Fiscal; 404ª - Eleição do Conselho de Administração; 405ª - Eleição do Conselho Fiscal; 406ª - Eleição do Conselho de Administração; 407ª - Eleição do Conselho Fiscal; 408ª - Eleição do Conselho de Administração; 409ª - Eleição do Conselho Fiscal; 410ª - Eleição do Conselho de Administração; 411ª - Eleição do Conselho Fiscal; 412ª - Eleição do Conselho de Administração; 413ª - Eleição do Conselho Fiscal; 414ª - Eleição do Conselho de Administração; 415ª - Eleição do Conselho Fiscal; 416ª - Eleição do Conselho de Administração; 417ª - Eleição do Conselho Fiscal; 418ª - Eleição do Conselho de Administração; 419ª - Eleição do Conselho Fiscal; 420ª - Eleição do Conselho de Administração; 421ª - Eleição do Conselho Fiscal; 422ª - Eleição do Conselho de Administração; 423ª - Eleição do Conselho Fiscal; 424ª - Eleição do Conselho de Administração; 425ª - Eleição do Conselho Fiscal; 426ª - Eleição do Conselho de Administração; 427ª - Eleição do Conselho Fiscal; 428ª - Eleição do Conselho de Administração; 429ª - Eleição do Conselho Fiscal; 430ª - Eleição do Conselho de Administração; 431ª - Eleição do Conselho Fiscal; 432ª - Eleição do Conselho de Administração; 433ª - Eleição do Conselho Fiscal; 434ª - Eleição do Conselho de Administração; 435ª - Eleição do Conselho Fiscal; 436ª - Eleição do Conselho de Administração; 437ª - Eleição do Conselho Fiscal; 438ª - Eleição do Conselho de Administração; 439ª - Eleição do Conselho Fiscal; 440ª - Eleição do Conselho de Administração; 441ª - Eleição do Conselho Fiscal; 442ª - Eleição do Conselho de Administração; 443ª - Eleição do Conselho Fiscal; 444ª - Eleição do Conselho de Administração; 445ª - Eleição do Conselho Fiscal; 446ª - Eleição do Conselho de Administração; 447ª - Eleição do Conselho Fiscal; 448ª - Eleição do Conselho de Administração; 449ª - Eleição do Conselho Fiscal; 450ª - Eleição do Conselho de Administração; 451ª - Eleição do Conselho Fiscal; 452ª - Eleição do Conselho de Administração; 453ª - Eleição do Conselho Fiscal; 454ª - Eleição do Conselho de Administração; 455ª - Eleição do Conselho Fiscal; 456ª - Eleição do Conselho de Administração; 457ª - Eleição do Conselho Fiscal; 458ª - Eleição do Conselho de Administração; 459ª - Eleição do Conselho Fiscal; 460ª - Eleição do Conselho de Administração; 461ª - Eleição do Conselho Fiscal; 462ª - Eleição do Conselho de Administração; 463ª - Eleição do Conselho Fiscal; 464ª - Eleição do Conselho de Administração; 465ª - Eleição do Conselho Fiscal; 466ª - Eleição do Conselho de Administração; 467ª - Eleição do Conselho Fiscal; 468ª - Eleição do Conselho de Administração; 469ª - Eleição do Conselho Fiscal; 470ª - Eleição do Conselho de Administração; 471ª - Eleição do Conselho Fiscal; 472ª - Eleição do Conselho de Administração; 473ª - Eleição do Conselho Fiscal; 474ª - Eleição do Conselho de Administração; 475ª - Eleição do Conselho Fiscal; 476ª - Eleição do Conselho de Administração; 477ª - Eleição do Conselho Fiscal; 478ª - Eleição do Conselho de Administração; 479ª - Eleição do Conselho Fiscal; 480ª - Eleição do Conselho de Administração; 481ª - Eleição do Conselho Fiscal; 482ª - Eleição do Conselho de Administração; 483ª - Eleição do Conselho Fiscal; 484ª - Eleição do Conselho de Administração; 485ª - Eleição do Conselho Fiscal; 486ª - Eleição do Conselho de Administração; 487ª - Eleição do Conselho Fiscal; 488ª - Eleição do Conselho de Administração; 489ª - Eleição do Conselho Fiscal; 490ª - Eleição do Conselho de Administração; 491ª - Eleição do Conselho Fiscal; 492ª - Eleição do Conselho de Administração; 493ª - Eleição do Conselho Fiscal; 494ª - Eleição do Conselho de Administração; 495ª - Eleição do Conselho Fiscal; 496ª - Eleição do Conselho de Administração; 497ª - Eleição do Conselho Fiscal; 498ª - Eleição do Conselho de Administração; 499ª - Eleição do Conselho Fiscal; 500ª - Eleição do Conselho de Administração; 501ª - Eleição do Conselho Fiscal; 502ª - Eleição do Conselho de Administração; 503ª - Eleição do Conselho Fiscal; 504ª - Eleição do Conselho de Administração; 505ª - Eleição do Conselho Fiscal; 506ª - Eleição do Conselho de Administração; 507ª - Eleição do Conselho Fiscal; 508ª - Eleição do Conselho de Administração; 509ª - Eleição do Conselho Fiscal; 510ª - Eleição do Conselho de Administração; 511ª - Eleição do Conselho Fiscal; 512ª - Eleição do Conselho de Administração; 513ª - Eleição do Conselho Fiscal; 514ª - Eleição do Conselho de Administração; 515ª - Eleição do Conselho Fiscal; 516ª - Eleição do Conselho de Administração; 517ª - Eleição do Conselho Fiscal; 518ª - Eleição do Conselho de Administração; 519ª - Eleição do Conselho Fiscal; 520ª - Eleição do Conselho de Administração; 521ª - Eleição do Conselho Fiscal; 522ª - Eleição do Conselho de Administração; 523ª - Eleição do Conselho Fiscal; 524ª - Eleição do Conselho de Administração; 525ª - Eleição do Conselho Fiscal; 526ª - Eleição do Conselho de Administração; 527ª - Eleição do Conselho Fiscal; 528ª - Eleição do Conselho de Administração; 529ª - Eleição do Conselho Fiscal; 530ª - Eleição do Conselho de Administração; 531ª - Eleição do Conselho Fiscal; 532ª - Eleição do Conselho de Administração; 533ª - Eleição do Conselho Fiscal; 534ª - Eleição do Conselho de Administração; 535ª - Eleição do Conselho Fiscal; 536ª - Eleição do Conselho de Administração; 537ª - Eleição do Conselho Fiscal; 538ª - Eleição do Conselho de Administração; 539ª - Eleição do Conselho Fiscal; 540ª - Eleição do Conselho de Administração; 541ª - Eleição do Conselho Fiscal; 542ª - Eleição do Conselho de Administração; 543ª - Eleição do Conselho Fiscal; 544ª - Eleição do Conselho de Administração; 545ª - Eleição do Conselho Fiscal; 546ª - Eleição do Conselho de Administração; 547ª - Eleição do Conselho Fiscal; 548ª - Eleição do Conselho de Administração; 549ª - Eleição do Conselho Fiscal; 550ª - Eleição do Conselho de Administração; 551ª - Eleição do Conselho Fiscal; 552ª - Eleição do Conselho de Administração; 553ª - Eleição do Conselho Fiscal; 554ª - Eleição do Conselho de Administração; 555ª - Eleição do Conselho Fiscal; 556ª - Eleição do Conselho de Administração; 557ª - Eleição do Conselho Fiscal; 558ª - Eleição do Conselho de Administração; 559ª - Eleição do Conselho Fiscal; 560ª - Eleição do Conselho de Administração; 561ª - Eleição do Conselho Fiscal; 562ª - Eleição do Conselho de Administração; 563ª - Eleição do Conselho Fiscal; 564ª - Eleição do Conselho de Administração; 565ª - Eleição do Conselho Fiscal; 566ª - Eleição do Conselho de Administração; 567ª - Eleição do Conselho Fiscal; 568ª - Eleição do Conselho de Administração; 569ª - Eleição do Conselho Fiscal; 570ª - Eleição do Conselho de Administração; 571ª - Eleição do Conselho Fiscal; 572ª - Eleição do Conselho de Administração; 573ª - Eleição do Conselho Fiscal; 574ª - Eleição do Conselho de Administração; 575ª - Eleição do Conselho Fiscal; 576ª - Eleição do Conselho de Administração; 577ª - Eleição do Conselho Fiscal; 578ª - Eleição do Conselho de Administração; 579ª - Eleição do Conselho Fiscal; 580ª - Eleição do Conselho de Administração; 581ª - Eleição do Conselho Fiscal; 582ª - Eleição do Conselho de Administração; 583ª - Eleição do Conselho Fiscal; 584ª - Eleição do Conselho de Administração; 585ª - Eleição do Conselho Fiscal; 586ª - Eleição do Conselho de Administração; 587ª - Eleição do Conselho Fiscal; 588ª - Eleição do Conselho de Administração; 589ª - Eleição do Conselho Fiscal; 590ª - Eleição do Conselho de Administração; 591ª - Eleição do Conselho Fiscal; 592ª - Eleição do Conselho de Administração; 593ª - Eleição do Conselho Fiscal; 594ª - Eleição do Conselho de Administração; 595ª - Eleição do Conselho Fiscal; 596ª - Eleição do Conselho de Administração; 597ª - Eleição do Conselho Fiscal; 598ª - Eleição do Conselho de Administração; 599ª - Eleição do Conselho Fiscal; 600ª - Eleição do Conselho de Administração; 601ª - Eleição do Conselho Fiscal; 602ª - Eleição do Conselho de Administração; 603ª - Eleição do Conselho Fiscal; 604ª - Eleição do Conselho de Administração; 605ª - Eleição do Conselho Fiscal; 606ª - Eleição do Conselho de Administração; 607ª - Eleição do Conselho Fiscal; 608ª - Eleição do Conselho de Administração; 609ª - Eleição do Conselho Fiscal; 610ª - Eleição do Conselho de Administração; 611ª - Eleição do Conselho Fiscal; 612ª - Eleição do Conselho de Administração; 613ª - Eleição do Conselho Fiscal; 614ª - Eleição do Conselho de Administração; 615ª - Eleição do Conselho Fiscal; 616ª - Eleição do Conselho de Administração; 617ª - Eleição do Conselho Fiscal; 618ª - Eleição do Conselho de Administração; 619ª - Eleição do Conselho Fiscal; 620ª - Eleição do Conselho de Administração; 621ª - Eleição do Conselho Fiscal; 622ª - Eleição do Conselho de Administração; 623ª - Eleição do Conselho Fiscal; 624ª - Eleição do Conselho de Administração; 625ª - Eleição do Conselho Fiscal; 626ª - Eleição do Conselho de Administração; 627ª - Eleição do Conselho Fiscal; 628ª - Eleição do Conselho de Administração; 629ª - Eleição do Conselho Fiscal; 630ª - Eleição do Conselho de Administração; 631ª - Eleição do Conselho Fiscal; 632ª - Eleição do Conselho de Administração; 633ª - Eleição do Conselho Fiscal; 634ª - Eleição do Conselho de Administração; 635ª - Eleição do Conselho Fiscal; 636ª - Eleição do Conselho de Administração; 637ª - Eleição do Conselho Fiscal; 638ª - Eleição do Conselho de Administração; 639ª - Eleição do Conselho Fiscal; 640ª - Eleição do Conselho de Administração; 641ª - Eleição do Conselho Fiscal; 642ª - Eleição do Conselho de Administração; 643ª - Eleição do Conselho Fiscal; 644ª - Eleição do Conselho de Administração; 645ª - Eleição do Conselho Fiscal; 646ª - Eleição do Conselho de Administração; 647ª - Eleição do Conselho Fiscal; 648ª - Eleição do Conselho de Administração; 649ª - Eleição do Conselho Fiscal; 650ª - Eleição do Conselho de Administração; 651ª - Eleição do Conselho Fiscal; 652ª - Eleição do Conselho de Administração; 653ª - Eleição do Conselho Fiscal; 654ª - Eleição do Conselho de Administração; 655ª - Eleição do Conselho Fiscal; 656ª - Eleição do Conselho de Administração; 657ª - Eleição do Conselho Fiscal; 658ª - Eleição do Conselho de Administração; 659ª - Eleição do Conselho Fiscal; 660ª - Eleição do Conselho de Administração; 661ª - Eleição do Conselho Fiscal; 662ª - Eleição do Conselho de Administração; 663ª - Eleição do Conselho Fiscal; 664ª - Eleição do Conselho de Administração; 665ª - Eleição do Conselho Fiscal; 666ª - Eleição do Conselho de Administração; 667ª - Eleição do Conselho Fiscal; 668ª - Eleição do Conselho de Administração; 669ª - Eleição do Conselho Fiscal; 670ª - Eleição do Conselho de Administração; 671ª - Eleição do Conselho Fiscal; 672ª - Eleição do Conselho de Administração; 673ª - Eleição do Conselho Fiscal; 674ª - Eleição do Conselho de Administração; 675ª - Eleição do Conselho Fiscal; 676ª - Eleição do Conselho de Administração; 677ª - Eleição do Conselho Fiscal; 678ª - Eleição do Conselho de Administração; 679ª - Eleição do Conselho Fiscal; 680ª - Eleição do Conselho de Administração; 681ª - Eleição do Conselho Fiscal; 682ª - Eleição do Conselho de Administração; 683ª - Eleição do Conselho Fiscal; 684ª - Eleição do Conselho de Administração; 685ª - Eleição do Conselho Fiscal; 686ª - Eleição do Conselho de Administração; 687ª - Eleição do Conselho Fiscal; 688ª - Eleição do Conselho de Administração; 689ª - Eleição do Conselho Fiscal; 690ª - Eleição do Conselho de Administração; 691ª - Eleição do Conselho Fiscal; 692ª - Eleição do Conselho de Administração; 693ª - Eleição do Conselho Fiscal; 694ª - Eleição do Conselho de Administração; 695ª - Eleição do Conselho Fiscal; 696ª - Eleição do Conselho de Administração; 697ª - Eleição do Conselho Fiscal; 698ª - Eleição do Conselho de Administração; 699ª - Eleição do Conselho Fiscal; 700ª - Eleição do Conselho de Administração; 701ª - Eleição do Conselho Fiscal; 702ª - Eleição do Conselho de Administração; 703ª - Eleição do Conselho Fiscal; 704ª - Eleição do Conselho de Administração; 705ª - Eleição do Conselho Fiscal; 706ª - Eleição do Conselho de Administração; 707ª - Eleição do Conselho Fiscal; 708ª - Eleição do Conselho de Administração; 709ª - Eleição do Conselho Fiscal; 710ª - Eleição do Conselho de Administração; 711ª - Eleição do Conselho Fiscal; 712ª - Eleição do Conselho de Administração; 713ª - Eleição do Conselho Fiscal; 714ª - Eleição do Conselho

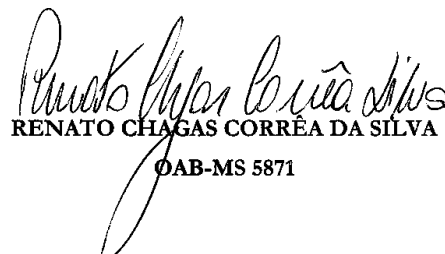
SUBSTABELECIMENTO

COM RESERVA de poderes substabeleço na pessoa de **CAMILLA DIAS G. LOPES DOS SANTOS** brasileira, inscrita na OAB/DF sob o número 56.709 os poderes da cláusula “ad judícia” que nos foram outorgados por, com endereço profissional na SIG Quadra 4 - Lote 25 - Sala 316/317/318/320, Edifício Barão de Mauá, Brasília/DF os poderes a mim conferidos por **BANCO BRADESCO S.A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, com sede na Cidade de Deus, Vila Yara, em Osasco-SP.

Brasília/DF, 7 de May de 2019.


ERNESTO BORGES NETO
OAB/MS Nº 6.651-B


BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO
OAB/MS Nº 13.116


RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA
OAB-MS 5871

Campo Grande/MS
XV de Novembro, 2.029 | CEP 79020-300 - 67 3389.0123 | Fax: 67 3321.0468

Cuiabá/MT
Manoel Leopoldino, 358 | CEP 78005-550 - 65 3648.0123 | Fax: 65 3648.0143


Palmas/TO
Teotônio Segurado, 501 Sul | Conj 1 Lote 6 | Amazônia Center, Sala 801
CEP 77016-002 | 63 3214.1866 | Fax: 63 3214.2616

Três Lagoas/MS
Dr. Eloy Chaves, 690 | Sala 1 | CEP 79602-000 - 67 3522.4904 | Fax: 67 3521.5895

Goiânia/GO
102, nº 87 | Setor Sul | CEP 74083-250 - 62 3257.5500 | Fax: 62 3257.5501

Brasília/DF
SRTVS Quadra 701 Bloco A | Sala 411 | Centro Empresarial Brasília
CEP 70340-907 | 61 3037.6565 - 9906.9102

www.ernestoborges.com.br

 **ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
IDENTIDADE DE ADVOGADA
SUPLEMENTAR

INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR: 56709

NOME
CAMILLA DIAS GOMES LOPES DOS SANTOS

FILIAÇÃO
CARLOS LOPES DOS SANTOS
DARCY DIAS GOMES

NATURALIDADE
CAMPO GRANDE-MS

RG
001295384 - SSP/MS

DATA INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR
08/11/2017

DATA DE NASCIMENTO
02/06/1989

CPF
018.428.851-70

VIA EXPEDIDO EM
01 09/11/2017


JULIANO COSTA COUTO
PRESIDENTE



Recibo Eletrônico de Protocolo - 17475985

Usuário Externo (signatário):	CAMILLA DIAS GOMES LOPES DOS SANTOS
Data e Horário:	15/03/2022 14:00:11
Tipo de Peticionamento:	Intercorrente
Número do Processo:	08012.000691/2022-38
Relacionado ao Processo Indicado:	08012.001132/2020-83
Protocolos dos Documentos (Número SEI):	
- Solicitação REQUERIMENTO DE ACESSO EXTERNO BRADESCO	17475983
- Documento DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO KIT	17475984

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério da Justiça e Segurança Pública.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR
SERVIÇO DE PROTOCOLO E APOIO PROCESSUAL**

De ordem, defiro
conforme solicitado.

Em, ____/____/____

REQUERIMENTO DE ACESSO EXTERNO

Processo/Procedimento (Nº): 08012.000403/2020-83

Por seu representante legal abaixo assinado, vem a presença de Vossa Senhoria requerer: ACESSO EXTERNO CÓPIA INTEGRAL

Procuração (Fls): ANEXO (preenchimento obrigatório)

Fone: (Fixo) 613037-6565 (Celular) 61 985646067

OAB (Nº): 56.709

E-mail: ebadf@ernestoborges.com.br

Brasília-DF, 15 de março de 2022 .

Nestes termos pede deferimento.

(Nome do representante legal por extenso e legível)

2º TABELIÃO DE NOTAS
OSASCO - SP
COMARCA DE OSASCO
ANTONIO CARLOS ZANOTTI - TABELIÃO DESIGNADO

* LIVRO Nº 1460 – PAGINAS. 203/213 - 1º TRASLADO *

PROCURAÇÃO PÚBLICA.

Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove (28/10/2019), nesta Cidade e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, em diligência à Cidade de Deus, Vila Yara, compareceram como **Otorgantes: 1º) BANCO BRADESCO S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, NIRE 35300027795, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO realizada em 11/03/2019, registrada na JUCESP sob nº 214.088/19-4, em 16/04/2019, neste ato representado, nos termos do artigo 13 do referido estatuto, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião Extraordinária nº 2.881, do Conselho de Administração, realizada em 13/03/2018, registrada na JUCESP sob nº 277.756/18-2, em 09/05/2018, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 07/05/2019, autenticidade nº 116775238, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 054 sob nº de ordem 160. **2º) BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 52.568.821/0001-22, NIRE 35221037518, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Contrato Social Consolidado datado de 30/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 460.027/19-0, em 28/08/2019, neste ato representado, nos termos da Clausula Sétima do referido Contrato Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 30/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 460.028/19-4, em 28/08/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 10/09/2019, autenticidade nº 123049659, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 054 sob nº de ordem 200. **3º) BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 07.207.996/0001-50, NIRE 35300113420, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO realizada em 29/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 361.568/19-8, em 11/07/2019, neste ato representado, nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social vigente, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE/AGO realizada em 29/04/2019, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 23/07/2019, autenticidade nº 120518251, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 010. **4º) BRADESCO SEGUROS S.A.**, inscrita no CNPJ nº 33.055.146/0001-93, NIRE 35300329091, com sede na Avenida Alphaville, nº 779, 5º andar, Empresarial 18 do Forte, Barueri-SP, CEP 06472-010, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE de 22/10/2018, registrado na JUCESP sob nº 265.928/19-9, em 16/05/2019, neste ato representado, nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE de 14/06/2019, registrada na JUCESP sob nº 445.208/19-3, em 19/08/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 11/09/2019, autenticidade nº 123131553, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 057. **5º) BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 51.990.695/0001-37, NIRE 35300006020, com sede na Avenida Alphaville, nº 779, Empresarial 18 do Forte, Barueri-SP, CEP 06472-010, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE realizada em 29/06/2018, registrada na JUCESP sob nº 547.244/18-6, em 23/11/2018, neste ato representado, nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE realizada em 05/06/2019, registrada na JUCESP sob nº 448.767/19-3, em 22/08/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 01/10/2019, autenticidade nº 124136389, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 088. **6º) BRADESCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL**, inscrita no CNPJ sob nº 47.509.120/0001-82, NIRE 35300151381, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO realizada em 18/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 347.692/19-9, em 03/07/2019, neste ato representado nos termos do artigo 13º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião Extraordinária nº 110 do Conselho de Administração, realizada em 30/04/2018, registrada na JUCESP sob nº 320.396/18-6, em 12/07/2018, e pela Ata da Reunião Extraordinária nº 122 do Conselho de Administração, realizada em 18/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 347.693/19-2, em 03/07/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 27/07/2019, autenticidade nº 120777884, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 025. **7º) BANCO BRADESCO BERJ S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 33.147.315/0001-15, NIRE 33300025260, com sede na Praça Pio X, nº 118, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20091-040, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE/AGO de 30/04/2019 registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 00003675637-002, em 05/07/2019, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE de 21/06/2019 registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 00003755614-007, em 11/09/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade



civil e criminal, e com a certidão simplificada consultada no site da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 16/09/2019, protocolo nº 00-2019/555296-2, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **065. 8º) BANCO BRADESCARD S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 04.184.779/0001-01, NIRE 35300182359, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, Edifício Jauaperi, Bloco D, 15º andar, Alphaville, Barueri-SP, CEP 06454-000, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO, realizada em 25/04/2018, registrado na JUCESP sob nº 315.543/18-8, em 05/07/2018, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE realizada em 17/12/2018, registrado na JUCESP sob nº 056.996/19-6, em 29/01/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 11/02/2019, autenticidade nº 112595271, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **054** sob nº de ordem **106. 9º) BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**, inscrita no CNPJ nº 92.682.038/0001-00, NIRE 33300275541, com sede na Avenida Rio de Janeiro, nº 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20931-675, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE de 14/01/2019, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 00003678364, em 08/07/2019, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE de 28/03/2019, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 00003647608, em 11/06/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada consultada no site da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 05/08/2019, protocolo nº 00-2019/460979-0, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **031. 10º) TEMPO SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 58.503.129/0001-00, NIRE 31207022645, com sede na Avenida Floriano Peixoto, nº 6500, Sala 3, Jardim Umuarama, Uberlândia-MG, CEP 38406-247, com seu Contrato Social consolidado datado de 15/10/2015, registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob nº 7338041, em 06/06/2019, neste ato representado, nos termos da Clausula Sétima do Contrato Social acima mencionado, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Quotistas datada de 30/04/2015, registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob nº 5525489, em 15/06/2015, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada nº C190001522259 emitida no site da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 30/06/2019, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **054** sob nº de ordem **185. 11º) BRADESCO SAÚDE S.A.**, inscrita no CNPJ nº 92.693.118/0001-60, NIRE 33300159541, com sede na Avenida Rio de Janeiro, nº 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20931-675, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE de 14/01/2019, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 00003516947, em 13/02/2019, neste ato representado nos termos do artigo 13 do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 29/04/2019, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 00003638397, em 03/06/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada consultada no site da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 24/06/2019, protocolo nº 00-2019/354090-8, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **006. 12º) BANCO BRADESCO BBI S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 06.271.464/0001-19, NIRE 35300335791, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE realizada em 07/06/2019, registrada na JUCESP sob nº 423.505/19-1, em 06/08/2019, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social acima mencionado, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE realizada em 03/07/2019, registrada na JUCESP sob nº 471.340/19-4, em 04/09/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 11/09/2019, autenticidade nº 123129250, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **026. 13º) BANCO LOSANGO S.A. – BANCO MÚLTIPLO**, inscrito no CNPJ sob nº 33.254.319/0001-00, NIRE 33300316906, com sede na Praça XV de Novembro, nº 20, 11º andar, salas 1.101 e 1.102, 12º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20010-010, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE/AGO datada de 30/04/2019, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 3677758, em 08/07/2019, neste ato representado nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO datada de 30/04/2019, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada consultada no site da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 17/07/2019, protocolo nº 00-2019/420860-5, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **013. 14º) BRADESCARD ELO PARTICIPAÇÕES S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 09.226.818/0001-00, NIRE 35300349415, com sede social no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Social Vigente aprovado pela AGE/AGO, realizada em 30/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 396.297/19-5, em 19/07/2019, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO, realizada em 30/04/2019, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 14/08/2019, autenticidade nº 121660557, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **027.15º) ALVORADA ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 01.382.421/0001-97, NIRE

2º TABELIÃO DE NOTAS
OSASCO - SP
COMARCA DE OSASCO
ANTONIO CARLOS ZANOTTI - TABELIÃO DESIGNADO



35213970324, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, 15º andar, parte, Bloco D, Alphaville, Barueri-SP, CEP 06454-000, com seu Contrato Social Consolidado datado de 22/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 410.267/19-3, em 29/07/2019, neste ato representado nos termos da Clausula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião das Sôcias Cotistas datada de 22/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 410.268/19-7, em 29/07/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 14/08/2019, autenticidade nº 121673973, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **032. 16º) BANKPAR BRASIL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 34.046.581/0001-14, NIRE 35221360939, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, 15º andar, Bloco "D", edifício Jauaperi, Alphaville Industrial, Barueri-SP, CEP 06454-000, com seu Contrato Social Consolidado, datado de 18/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 401.140/19-2, em 26/07/2019, neste ato representado, nos termos da Clausula Sétima do Contrato Social acima mencionado, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião dos Sócios Cotistas, datada de 18/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 401.141/19-6, em 26/07/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 15/08/2019, autenticidade nº 121708450, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **005. 17º) BANKPAR CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 67.529.289/0001-01, NIRE 35210748205, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, 15º andar, parte, Bloco D, Edifício Jauaperi, Alphaville Industrial, Barueri-SP, CEP 06454-000, com seu Contrato Social Consolidado, datado 30/04/2018, registrado na JUCESP sob nº 279.179/18-2, em 13/06/2018, neste ato representado nos termos da Clausula Sétima do Contrato Social acima mencionado, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 30/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 309.187/19-9 em 06/06/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 03/07/2019, autenticidade nº 119679177, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **054** sob nº de ordem **186. 18º) NOVA PAIOL PARTICIPAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 04.278.130/0001-41, NIRE 35221205216, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Contrato Social consolidado datado de 30/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 287.706/19-9 em 30/05/2019, neste ato representado nos termos da Cláusula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião das Sôcias Cotistas datada de 30/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 287.708/19-6 em 30/05/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 15/07/2019, autenticidade nº 120118692, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **033. 19º) SHOPFÁCIL SOLUÇÕES EM COMÉRCIO ELETRÔNICO S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 14.370.342/0001-08, NIRE 35300413270, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Cinza, 1º andar, sala 2, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Social Vigente aprovado pela AGE/AGO, realizada em 29/04/2019, e registrada na JUCESP sob nº 362.690/19-4, em 12/07/2019, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO, realizada em 29/04/2019, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 27/07/2019, autenticidade nº 120778404, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **034. 20º) BF PROMOTORA DE VENDAS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 02.038.394/0001-00, NIRE 35214604291, com sede na Alameda Santos, nº 1.420, Cerqueira César, São Paulo-SP, CEP 01418-100, com seu Contrato Social Consolidado datado de 10/01/2019, registrado na JUCESP sob nº 226.225/19-7, em 25/04/2019, neste ato representado nos termos da Cláusula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 29/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 401.121/19-7, em 26/07/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 15/08/2019, autenticidade nº 121725401, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **002. 21º) BP PROMOTORA DE VENDAS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 07.131.760/0001-87, NIRE 35219653738, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Contrato Social consolidado datado de 24/04/2018, registrado na JUCESP sob nº 257.157/18-9, em 04/06/2018, neste ato representado nos termos da Clausula Sétima do Contrato Social acima mencionado, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata De Reunião das Sôcias Cotistas datada de 24/04/2018, registrada na JUCESP sob nº 267.737/18-0, em 07/06/2018, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 12/06/2019, autenticidade nº 118638889, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **001. 22º) BRADESCO CAPITALIZAÇÃO S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 33.010.851/0001-74, NIRE 35300331354, com sede na Avenida Alphaville, nº 779, Empresarial 18 do Forte, Barueri-SP, CEP 06472-010, com seu Estatuto Social Vigente aprovado pela AGE de 29/11/2018, registrada na JUCESP sob nº 252.706/19-5, em 09/05/2019, neste ato representado, nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE de 28/03/2019, registrada na JUCESP sob nº 431.192/19-4, em 13/08/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no



site da JUCESP em 23/08/2019, autenticidade nº 122200179, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 007. 23º) **MEDISERVICE OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 57.746.455/0001-78, NIRE 35300360249, com sede na Avenida Alphaville, nº 779, Empresarial 18 do Forte, Barueri-SP, CEP 06472-010, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE realizada em 27/12/2018, e registrada na JUCESP sob nº 255.859/19-3, em 14/05/2019, neste ato representado, nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE realizada em 10/04/2019, e registrada na JUCESP sob nº 255.860/19-5, em 14/05/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 06/06/2019, autenticidade nº 118361390, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 008. 24º) **ATLÂNTICA COMPANHIA DE SEGUROS**, inscrita no CNPJ sob nº 33.151.291/0001-78, NIRE 33300284958, com sede na Avenida Rio de Janeiro, nº 555, 20º andar, Caju, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20931-675, com seu Estatuto Social vigente aprovado pela AGE realizada em 14/01/2019, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 00003639589-002, em 04/06/2019, neste ato representado nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE realizada em 29/03/2019, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 00003712878-008, em 07/08/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada consultada no site da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 11/09/2019, protocolo nº 00-2019/550650-2, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 062. 25º) **KIRTON BANK S.A. – BANCO MÚLTIPLO**, inscrito no CNPJ sob nº 01.701.201/0001-89, NIRE 41300015341, com sede na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 4º andar, Centro, Curitiba-PR, CEP 80020-030, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE/AGO datada de 30/04/2018, registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20184906369 em 26/09/2018, neste ato representado nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO datada de 30/04/2018, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada nº 195439082, consultada no site da Junta Comercial do Estado do Paraná em 25/09/2019, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 069. 26º) **KIRTON CORRETORA DE SEGUROS S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 43.638.022/0001-94, NIRE 41300003955, com sede na Rua Presidente Pádua Fleury, nº 680, Hauer, Curitiba-PR, CEP 81630-240, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE/AGO datada de 26/04/2018, registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20183002512, em 13/06/2018, neste ato representado nos termos do Artigo 9º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO datada de 26/04/2018, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada datada de 12/07/2019, autenticidade nº 193724340, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 022. 27º) **BRABESCO – KIRTON CORRETORA DE CÂMBIO S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 58.229.246/0001-10, NIRE 35300138767, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 6º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP, CEP 04543-011, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE datada de 03/07/2019, registrada na JUCESP sob nº 448.284/19-4, em 23/08/2019, neste ato representado nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE datada de 03/07/2019, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 05/09/2019, autenticidade nº 122818596, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 055. 28º) **KIRTON ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA**, inscrita no CNPJ nº 03.270.639/0001-85, com sede administrativa na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 1º andar, Centro, Curitiba-PR, CEP 80020-030, com seu Estatuto Social vigente, datado de 01/07/2016, registrada no 1º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR, sob nº 1.114.632, em 05/09/2016, neste ato representado nos termos do parágrafo único do artigo 30 do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE de 30/04/2019, registrada no 1º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR, sob nº 1.162.154, em 12/06/2019, que declaram continuarem estes os documentos da pessoa jurídica, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão emitida pelo 1º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR em 08/08/2019, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 055 sob nº de ordem 035. 29º) **SCOPUS DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 06.071.753/0001-74, NIRE 35231345312, com sede na Rua Domingos Sergio Dos Anjos, nº 277, 3º andar, Pirituba, São Paulo-SP, CEP 05136-170, com seu Contrato Social Consolidado datado de 28/12/2018, registrado na JUCESP sob nº 056.755/19-3 em 29/01/2019, neste ato representado nos termos da Clausula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 06/09/2017, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20175796645, em 08/12/2017, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a Certidão simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado do Paraná em 17/12/2018 e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 11/02/2019, autenticidade nº 112596841, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº 054 sob nº de ordem 070. 30º) **ALVORADA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS**, inscrita no CNPJ sob nº 03.572.412/0001-94, NIRE 35300175361, com sede e foro no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara.

423.791/17-5, em 14/09/2017, neste ato representado nos termos da Cláusula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 30/04/2018, registrado na JUCESP sob nº 385.062/18-7, em 14/08/2018, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 06/08/2019, autenticidade nº 121276531, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **037. 38º) SCOPUS SOLUÇÕES EM TI LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 14.380.750/0001-40, NIRE 35228851601, com sede na Rua Domingos Sergio Dos Anjos, nº 277, Pirituba, São Paulo-SP, CEP 05136-170, com seu Contrato Social consolidado datado de 29/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 468.678/19-0, em 30/08/2019, neste ato representado nos termos da Cláusula Sétima, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 26/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 296.490/19-2, em 03/06/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 11/09/2019, autenticidade nº 123115794, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **038. 39º) BBC PROCESSADORA S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 04.792.521/0001-80, NIRE 35300187687, com sede na Avenida Antonio Frederico Ozanan, nº 1440, Vila Santana II, Jundiá-SP, CEP 13219-001, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE/AGO datada de 30/04/2016, registrado na JUCESP sob nº 403.436/16-3 em 19/09/2016, neste ato representado nos termos do Artigo 20 do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE datada de 31/12/2018, registrado na JUCESP sob nº 155.715/19-7 em 15/03/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 02/04/2019, autenticidade nº 115080795, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **039. 40º) BSP EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 14.312.353/0001-31, NIRE 35300413245, com sede na Avenida Alphaville, nº 779, 5º andar, Empresarial 18 do Forte, Barueri-SP. CEP 06472-010, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE datada de 25/03/2019, registrado na JUCESP sob nº 471.103/19-6. em 04/09/2019, neste ato representado nos termos do Artigo 13º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada em 25/03/2019, registrada na JUCESP sob nº 242.109/19-6, em 02/05/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 11/09/2019, autenticidade nº 123119026, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **040. 41º) KIRTON ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FUNDOS DE PENSÃO LTDA.**, inscrito no CNPJ sob nº 30.458.178/0001-41, NIRE 35220137047, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 2º andar, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, CEP 01451-000, com seu Contrato Social consolidado datado de 05/09/2017, registrado na JUCESP sob nº 579.881/17-9 em 26/12/2017, neste ato representado nos termos da Cláusula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 29/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 344.585/19-0, em 01/07/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 15/08/2019, autenticidade nº 121720734, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **041. 42º) KIRTON GESTÃO DE RECURSOS LTDA.**, inscrito no CNPJ sob nº 06.071.726/0001-00, NIRE 35220631386, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, mezanino, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, CEP 01451-000, com seu Contrato Social consolidado datado de 29/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 456.789/19-4, em 23/08/2019, neste ato representado nos termos da Cláusula Sétima do referido Contrato Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata de Reunião dos Sócios Cotistas datada de 29/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 456.790/19-6, em 23/08/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 05/09/2019, autenticidade nº 122819949, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **042. 43º) INSTITUTO KIRTON SOLIDARIEDADE**, inscrita no CNPJ nº 07.926.287/0001-24, com sede administrativa na Travessa Oliveira Belo, nº 34, 2º andar, Centro, Curitiba-PR. CEP 80020-030, com seu Estatuto Social vigente, datado de 03/11/2016, registrada no 1º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR, sob nº 1.125.900, em 17/04/2017, neste ato representado nos termos do artigo 23 do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE de 10/01/2019, registrada no 1º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR, sob nº 1.157.808, em 07/03/2019, que declaram continuarem estes os documentos da pessoa jurídica, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão emitida pelo 1º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR em 08/08/2019, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **043**. Os presentes, reconhecidas suas identidades e capacidades, e por mim identificados, em virtude dos documentos apresentados, do que dou fé.- E por eles Outorgantes referidos, na forma representada, me foi dito que, por este público instrumento e nos termos de direito, nomeiam e constituem seus **procuradores: 1. RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 117782 - SSP/MS, CPF sob nº 444.850.181-72, OAB sob nº 5871/MS, OAB sob nº 8184-A/MT, OAB sob nº 28.449/GO, OAB sob nº 45892/DF, com endereço na Rua XV de Novembro, 2029, Jardim Aclimação, Campo Grande – MS, CEP 79020-300, email renato@ernestoborges.com.br; **2. ERNESTO BORGES NETO**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 446849 - SSP/MS, CPF sob nº 445.515.251-20, OAB sob nº 6651-

de Bens Imóveis, nos termos da Lei 9.514/97, inclusive na consolidação de bens, dar quitação, realizar composição ou consignar extrajudicialmente e tudo o mais praticar para o bom e fiel desempenho do presente mandato, podendo ainda substabelecer com reserva, a pessoa legalmente habilitada, os poderes ora conferidos, mencionando expressamente no respectivo instrumento a condição acima estabelecida relativamente aos poderes para receber e dar quitação de todo e qualquer levantamento, judicial e em Instituições Financeiras; Fica autorizada a extração de fotocópias autenticadas por oficial público para eficácia plena nos termos do artigo 425, do Código de Processo Civil; Os substabelecimentos e a nomeação de prepostos dos poderes previstos neste instrumento deverão sempre ser assinados em conjunto de 2 (dois) Outorgados, independentemente da ordem de nomeação, e deverão especificar a questão a que se destinam, vedados, assim, os substabelecimentos para uso indeterminado ou genérico. Essa procuração é válida em todo Território Nacional por prazo indeterminado. O **Primeiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15; e **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 005.908.058-27; o **Segundo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15; e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Terceiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15; e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Quarto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; o **Quinto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97, nos termos da AGE realizada em 05/06/2019, registrada na JUCESP sob nº 448.767/19-3, em 22/08/2019; o **Sexto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Sétimo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Oitavo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Nono Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; o **Décimo Outorgante** é neste ato, representado por seu Diretor: **MAURICIO MACHADO DE MINAS**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 7.975.904-X-SSP/SP inscrito no CPF/MF sob nº 044.470.098-62; o **Décimo Primeiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; o **Décimo Segundo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Terceiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Quarto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Quinto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Sexto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Sétimo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Oitavo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores:

2º TABELIÃO DE NOTAS OSASCO - SP

COMARCA DE OSASCO

ANTONIO CARLOS ZANOTTI - TABELIÃO DESIGNADO



MARCELO DE ARAÚJO NORONHA, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e CASSIANO RICARDO SCARPELLI, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Décimo Nono Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Vigésimo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Vigésimo Primeiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Vigésimo Segundo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; o **Vigésimo Terceiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; o **Vigésimo Quarto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **AMERICO PINTO GOMES**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 1.346.098-ES/SSP-ES, CPF nº 749.510.847-91; e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; nos termos da AGO realizada em 29/03/2019, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 00003712878-008, em 07/08/2019, o **Vigésimo Quinto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 005.908.058-27; o **Vigésimo Sexto Outorgante** é neste ato, representado por seu Diretor: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15; e **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 005.908.058-27; o **Vigésimo Sétimo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 005.908.058-27; o **Vigésimo Oitavo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **JAIR DE ALMEIDA LACERDA JUNIOR**, brasileiro, casado, securitário, RG. nº 30.784.795-0-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 750.204.247-49 e **VINICIUS MARINHO DA CRUZ**, brasileiro, casado, securitário, RG nº 50.942.449-1-SESG/RJ, CPF nº 074.063.487-97; o **Vigésimo Nono Outorgante** é neste ato, representado por seu Diretor: **ROGERIO PEDRO CAMARA**, brasileiro, casado, bancário, RG 16.247.624-3-SSP/SP, CPF nº 063.415.178-90; o **Trigésimo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Trigésimo Primeiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Trigésimo Segundo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 360.668.504-15 e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Trigésimo Terceiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, já qualificados; o **Trigésimo Quarto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF nº 360.668.504-15; e **RENATO EJNISMAN**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 13440778 SSP/SP, inscrito no CPF nº 136.865.628-55; o **Trigésimo Quinto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, já qualificados; o **Trigésimo Sexto Outorgante** é neste ato, representado por seu Diretor: **LUIS CLAUDIO DE FREITAS COELHO PEREIRA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 22.133.723-4-SSP/SP, inscrito no CPF nº 147.503.068-19; o **Trigésimo Sétimo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, já qualificados; o **Trigésimo Oitavo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 005.908.058-27 e **ROGERIO PEDRO CAMARA**, brasileiro, casado, bancário, RG 16.247.624-3-SSP/SP, CPF nº 063.415.178-90; o **Trigésimo Nono Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **MARCELO DE ARAÚJO NORONHA**, brasileiro, casado, bancário, RG. nº 2.062.931-SSP/PE, inscrito no CPF sob nº 360.668.504-15; e **ROGERIO PEDRO CAMARA**, brasileiro, casado, bancário, RG 16.247.624-3-SSP/SP, CPF nº 063.415.178-90, nos termos da AGE datada de 10/07/2019, registrado na JUCESP sob nº 500.833/19-9 em 18/09/2019; o **Quadragésimo Outorgante** é neste



AGE 10.6.2010

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social

Título I - Da Organização, Duração e Sede

Art. 1º) O Banco Bradesco S.A., companhia aberta, doravante chamado Sociedade, rege-se pelo presente Estatuto.

Art. 2º) O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

Art. 3º) A Sociedade tem sede e foro no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", situado na Vila Yara, no município e comarca de Osasco, Estado de São Paulo.

Art. 4º) Poderá a Sociedade instalar ou suprimir Agências no País, a critério da Diretoria, e no Exterior, com a aprovação, adicional, do Conselho de Administração, doravante chamado também Conselho.

Título II - Dos Objetivos Sociais

Art. 5º) O objetivo da Sociedade é efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio.

Título III - Do Capital Social

Art. 6º) O Capital Social é de R\$28.500.000.000,00 (vinte e oito bilhões e quinhentos milhões de reais), dividido em 3.762.450.441 (três bilhões, setecentos e sessenta e dois milhões, quatrocentas e cinquenta mil, quatrocentas e quarenta e uma) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 1.881.225.318 (um bilhão, oitocentos e oitenta e um milhões, duzentas e vinte e cinco mil, trezentas e dezoito) ordinárias e 1.881.225.123 (um bilhão, oitocentos e oitenta e um milhões, duzentas e vinte e cinco mil, cento e vinte e três) preferenciais.

Parágrafo Primeiro - As ações ordinárias conferirão aos seus titulares os direitos e vantagens previstos em lei. No caso de oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, as ações ordinárias não integrantes do bloco de controle terão direito ao recebimento de 100% (cem por cento) do valor pago por ação ordinária de titularidade dos controladores.

Banco Bradesco S.A.

Estatuto Social - 2 -

Parágrafo Segundo - As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferirão, aos seus titulares, os seguintes direitos e vantagens:

- a) prioridade no reembolso do Capital Social, em caso de liquidação da Sociedade;
- b) dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias;
- c) inclusão em oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, sendo assegurado aos seus titulares o recebimento do preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação ordinária, integrante do bloco de controle.


Parágrafo Terceiro - Nos aumentos de capital, a parcela de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) será realizada no ato da subscrição e o restante será integralizado mediante chamada da Diretoria, observados os preceitos legais.

Parágrafo Quarto - Todas as ações da Sociedade são escriturais, permanecendo em contas de depósito, nela própria, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo ser cobrado dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das referidas ações.

Parágrafo Quinto - Não será permitida:

- a) conversão de ações ordinárias em ações preferenciais e vice-versa;
- b) emissão de partes beneficiárias.

Parágrafo Sexto - Poderá a Sociedade, mediante autorização do Conselho, adquirir ações de sua própria emissão, para cancelamento ou permanência temporária em tesouraria, e posterior alienação.



Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social - 3 -

Título IV - Da Administração

Art. 7º) A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Título V - Do Conselho de Administração

Art. 8º) O Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, é composto de 6 (seis) a 9 (nove) membros, que escolherão entre si 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente.

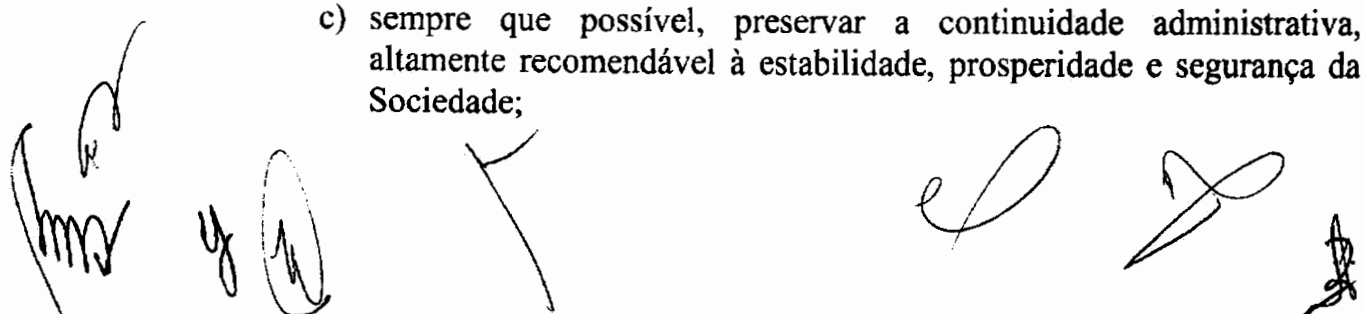
Parágrafo Primeiro - O Conselho deliberará validamente desde que presente a maioria absoluta dos membros em exercício, inclusive o Presidente, que terá voto de qualidade, no caso de empate.

Parágrafo Segundo - Na vacância do cargo e nas ausências ou impedimentos temporários do Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente. Nas ausências ou impedimentos temporários deste, o Presidente designará substituto entre os demais membros. Vagando o cargo de Vice-Presidente, o Conselho nomeará substituto, que servirá pelo tempo que faltar para completar o mandato do substituído.

Parágrafo Terceiro - Nas hipóteses de afastamento temporário ou definitivo de qualquer dos outros Conselheiros, os demais poderão nomear substituto, para servir em caráter eventual ou permanente, observados os preceitos da lei e deste Estatuto.

Art. 9º) Além das previstas em lei e neste Estatuto, são também atribuições e deveres do Conselho:

- a) zelar para que a Diretoria esteja, sempre, rigorosamente apta a exercer suas funções;
- b) cuidar para que os negócios sociais sejam conduzidos com probidade, de modo a preservar o bom nome da Sociedade;
- c) sempre que possível, preservar a continuidade administrativa, altamente recomendável à estabilidade, prosperidade e segurança da Sociedade;



Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social - 4 -

- d) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, inclusive deliberar sobre a constituição e o funcionamento de Carteiras Operacionais;
- e) autorizar, nos casos de operações com empresas não integrantes da Organização Bradesco, a aquisição, alienação e a oneração de bens integrantes do Ativo Permanente e de participações societárias de caráter não-permanente da Sociedade e de suas controladas diretas e indiretas, quando de valor superior a 1% (um por cento) de seus respectivos Patrimônios Líquidos;
- f) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da própria Sociedade, de acordo com o Parágrafo Sexto do Artigo 6º;
- g) autorizar a concessão de qualquer modalidade de doação, contribuição ou auxílio, independentemente do beneficiário;
- h) aprovar o pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio propostos pela Diretoria;
- i) submeter à Assembleia Geral propostas objetivando aumento ou redução do capital social, grupamento, bonificação ou desdobramento de suas ações, operações de fusão, incorporação ou cisão e reformas estatutárias da Sociedade;
- j) deliberar sobre associações, envolvendo a Sociedade ou suas Controladas, inclusive participação em acordos de acionistas;
- k) aprovar a aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais;
- l) examinar e deliberar sobre os orçamentos e demonstrações financeiras submetidos pela Diretoria;
- m) avocar para sua órbita de deliberação assuntos específicos de interesse da Sociedade e deliberar sobre os casos omissos;
- n) realizar o rateio da remuneração dos Administradores, estabelecida pela Assembleia Geral e fixar as gratificações de conselheiros, diretores e funcionários, quando entender de concedê-las;
- o) autorizar, quando considerar necessária, a representação da Sociedade individualmente por um membro da Diretoria ou por um procurador, devendo a respectiva deliberação indicar os atos que poderão ser praticados;
- p) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e do Ouvidor;
- q) aprovar o Relatório Corporativo de Conformidade dos Controles Internos e determinar a adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controle e mitigação de riscos.

Banco Bradesco S.A.

Estatuto Social - 5 -

Parágrafo Único - O Conselho poderá atribuir funções especiais à Diretoria e a qualquer dos membros desta, bem como instituir comitês para tratar de assuntos específicos.

Art. 10) Compete ao Presidente do Conselho presidir as reuniões deste Órgão e as Assembleias Gerais, podendo indicar para fazê-lo, em seu lugar, qualquer dos membros do Conselho.

Parágrafo Único - O Presidente do Conselho poderá convocar a Diretoria e participar, com os demais Conselheiros, de quaisquer de suas reuniões.

Art. 11) O Conselho reunir-se-á trimestralmente e, quando necessário, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente, ou da metade dos demais membros em exercício, fazendo lavrar ata de cada reunião.

Título VI - Da Diretoria

Art. 12) A Diretoria da Sociedade, eleita pelo Conselho, com mandato de 1 (um) ano, é composta de 52 (cinquenta e dois) a 97 (noventa e sete) membros, distribuídos nas seguintes categorias de cargos: - Diretores Executivos: de 12 (doze) a 26 (vinte e seis) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, de 5 (cinco) a 10 (dez) Diretores Vice-Presidentes e de 6 (seis) a 15 (quinze) Diretores Gerentes; - Diretores Departamentais: de 27 (vinte e sete) a 47 (quarenta e sete) membros; - Diretores: de 6 (seis) a 9 (nove) membros; e Diretores Regionais: de 7 (sete) a 15 (quinze) membros.

Parágrafo Primeiro - O Conselho fixará em cada eleição as quantidades de cargos a preencher e designará, nomeadamente, entre os Diretores Executivos que eleger, os que devam ocupar as funções de Diretor-Presidente, Diretores Vice-Presidentes e Diretores Gerentes, observados os requisitos dos Artigos 17, 18 e 19 deste Estatuto.

Parágrafo Segundo - Os requisitos previstos no Inciso II do Artigo 18 e "caput" do 19, relativos, respectivamente, a Diretores Executivos, Diretores Departamentais, Diretores e Diretores Regionais, poderão ser dispensados pelo Conselho em caráter excepcional, até o limite de $\frac{1}{4}$ (um quarto) de cada uma dessas categorias de cargos, salvo em relação aos Diretores nomeados para os cargos de Presidente e de Vice-Presidente.

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social - 6 -

Art. 13) Aos Diretores compete administrar e representar a Sociedade, com poderes para obrigá-la em quaisquer atos e contratos de seu interesse, podendo transigir e renunciar direitos e adquirir, alienar e onerar bens, observando o disposto na letra "e" do Artigo 9º deste Estatuto.

Parágrafo Primeiro - Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) Diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor- Presidente ou Diretor Vice-Presidente.

Parágrafo Segundo - A Sociedade poderá também ser representada por no mínimo 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, ou por no mínimo 2 (dois) procuradores, em conjunto, especialmente constituídos, devendo do respectivo instrumento de mandato constar os seus poderes, os atos que poderão praticar e o seu prazo.

Parágrafo Terceiro - A Sociedade poderá ainda ser representada isoladamente por qualquer membro da Diretoria ou por procurador com poderes específicos, nos seguintes casos:

- a) mandatos com cláusula "ad judicia", hipótese em que a procuração poderá ter prazo indeterminado e ser substabelecida;
- b) recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais;
- c) participação em licitações;
- d) em Assembleias Gerais de Acionistas ou Cotistas de empresas ou fundos de investimento de que a Sociedade participe, bem como de entidades de que seja sócia ou filiada;
- e) perante órgãos e repartições públicas, desde que não implique na assunção de responsabilidades e/ou obrigações pela Sociedade;
- f) em depoimentos judiciais.

Parágrafo Quarto - Aos Diretores Departamentais, Diretores e Diretores Regionais são vedados os atos que impliquem em alienar e onerar bens e direitos da Sociedade.

Art. 14) Além das atribuições normais que lhes são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria:

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social - 7 -

- a) ao Diretor-Presidente, presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar e coordenar a ação dos seus membros;
- b) aos Diretores Vice-Presidentes, colaborar com o Diretor-Presidente no desempenho das suas funções;
- c) aos Diretores Gerentes, o desempenho das funções que lhes forem atribuídas;
- d) aos Diretores Departamentais, a condução das atividades dos Departamentos que lhes estão afetos e assessorar os demais membros da Diretoria;
- e) aos Diretores, o desempenho das funções que lhes forem atribuídas e assessorar os demais membros da Diretoria;
- f) aos Diretores Regionais, orientar e supervisionar os Pontos de Atendimento sob sua jurisdição e cumprir as funções que lhes forem atribuídas.

Art. 15) A Diretoria Executiva fará reuniões ordinárias semanalmente, e extraordinárias sempre que necessário, deliberando validamente desde que presente mais da metade dos seus membros em exercício, com a presença obrigatória do titular do cargo de Diretor-Presidente, ou seu substituto, que terá voto de qualidade, no caso de empate. As reuniões extraordinárias serão realizadas sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho, pelo Presidente da Diretoria ou, ainda, pela metade dos demais Diretores Executivos em exercício.

Art. 16) Em caso de vaga, ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, inclusive do Presidente, caberá ao Conselho indicar o seu substituto.

Art. 17) Para o exercício do cargo de Diretor é necessário dedicar tempo integral aos serviços da Sociedade, sendo incompatível o exercício do cargo de Diretor desta com o desempenho de outras funções ou atividades profissionais, ressalvados os casos em que a Sociedade tenha interesse, a critério do Conselho.

Art. 18) Para exercer o cargo de Diretor Executivo é necessário, ainda, que o candidato, na data da eleição, preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I. tenha menos de 65 (sessenta e cinco) anos de idade;

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social - 8 -

II. faça parte dos quadros de empregados ou de administradores da Sociedade ou de empresas a ela ligadas há mais de 10 (dez) anos, ininterruptamente.

Art. 19) Para exercer o cargo de Diretor Departamental, de Diretor e de Diretor Regional é necessário que o candidato faça parte dos quadros de empregados ou de administradores da Sociedade ou de empresas a ela ligadas, e tenha na data da eleição:

I. Diretor Departamental - menos de 62 (sessenta e dois) anos de idade;

II. Diretor e Diretor Regional - menos de 60 (sessenta) anos de idade.

Título VII - Do Conselho Fiscal

Art. 20) O Conselho Fiscal, não permanente, compor-se-á, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes.

Título VIII - Do Comitê de Auditoria

Art. 21) A Sociedade terá um Comitê de Auditoria, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, com mandato de 1 (um) ano, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo Único - Além das previstas em lei ou regulamento, são também atribuições do Comitê de Auditoria:

- a) recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente e a respectiva remuneração, bem como a sua substituição;
- b) revisar, previamente à divulgação ao Mercado, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- c) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos;
- d) avaliar o cumprimento, pela Diretoria da Sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos, bem

Banco Bradesco S.A.

Estatuto Social - 9 -

como recomendar ao Conselho de Administração a resolução de eventuais conflitos entre os auditores externos e a Diretoria;

- e) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da informação e da sua confidencialidade;
- f) recomendar à Diretoria da Sociedade correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- g) reunir-se, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria da Sociedade e auditorias independente e interna;
- h) verificar, por ocasião de suas reuniões, o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando em Atas os conteúdos de tais encontros;
- i) estabelecer as regras operacionais para seu funcionamento;
- j) reunir-se com o Conselho Fiscal e Conselho de Administração, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências.

Título IX - Do Comitê de Controles Internos e Compliance

Art. 22) A Sociedade terá um Comitê de Controles Internos e Compliance, composto por até 12 (doze) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo Único - O Comitê terá por objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controles internos, mitigação de riscos e conformidade com normas aplicáveis à Organização Bradesco.

Título X - Do Comitê de Remuneração

Art. 23) A Sociedade terá um Comitê de Remuneração, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, escolhidos dentre os integrantes do Conselho de

Banco Bradesco S.A.

Estatuto Social - 10 -

Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo Único - O Comitê terá por objetivo propor ao Conselho de Administração as políticas e diretrizes de remuneração dos Administradores Estatutários da Organização Bradesco, tendo por base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho.

Título XI - Do Comitê de Conduta Ética

Art. 24) A Sociedade terá um Comitê de Conduta Ética, composto por até 16 (dezesseis) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo Único - O Comitê terá por objetivo propor ações quanto à disseminação e cumprimento dos Códigos de Conduta Ética da Organização Bradesco, tanto corporativo quanto setoriais, de modo a assegurar sua eficácia e efetividade

Título XII - Do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital

Art. 25) A Sociedade terá um Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, composto por até 13 (treze) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo Único - O Comitê terá por objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas à aprovação de políticas institucionais e diretrizes operacionais e ao estabelecimento de limites de exposição a riscos, com vistas a atingir a sua efetiva gestão no âmbito da Organização Bradesco, aqui entendido o consolidado econômico e financeiro.

Título XIII - Da Ouvidoria

Art. 26) A Sociedade terá uma Ouvidoria que atuará em nome de todas as Instituições integrantes da Organização Bradesco, autorizadas a

Banco Bradesco S.A.

Estatuto Social - 11 -

funcionar pelo Banco Central do Brasil, composta de 1 (um) Ouvidor, designado e destituído pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano.

Parágrafo Primeiro – A Ouvidoria terá por atribuição:

- a) zelar pela estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre as Instituições das quais dispõe o “caput” deste Artigo, os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;
- b) receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços das Instituições das quais dispõe o “caput” deste Artigo, que não forem solucionadas pelo atendimento habitual realizado pelas agências ou por quaisquer outros pontos de atendimento;
- c) prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas;
- d) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar trinta dias;
- e) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado na letra “d”;
- f) propor ao Conselho de Administração medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas;
- g) elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Auditoria Interna, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, contendo proposições de que trata a letra “f”, quando existentes.

Parágrafo Segundo – A Sociedade:

- a) manterá condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção;
- b) assegurará o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades.

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social - 12 -

Título XIV - Das Assembleias Gerais

Art. 27) As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão:

- a) convocadas com prazo mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência;
- b) presididas pelo Presidente do Conselho, ou, na sua ausência, por seu substituto estatutário, que convidará um ou mais acionistas para Secretários.

**Título XV - Do Exercício Social e
da Distribuição de Resultados**

Art. 28) O ano social coincide com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro.

Art. 29) Serão levantados balanços ao fim de cada semestre, nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, facultado à Diretoria, mediante aprovação do Conselho, determinar o levantamento de outros balanços, em menores períodos, inclusive mensais.

Art. 30) O Lucro Líquido, como definido no Artigo 191 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem, a seguinte destinação:

- I. constituição de Reserva Legal;
- II. constituição das Reservas previstas nos Artigos 195 e 197 da mencionada Lei nº 6.404/76, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral;
- III. pagamento de dividendos, propostos pela Diretoria e aprovados pelo Conselho que, somados aos dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio de que tratam os Parágrafos Segundo e Terceiro deste Artigo, que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, 30% (trinta por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos itens I, II e III do Artigo 202 da referida Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Primeiro - A Diretoria, mediante aprovação do Conselho, fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes.

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social - 13 -

Parágrafo Segundo - Poderá a Diretoria, ainda, mediante aprovação do Conselho, autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários, cuja declaração lhe é facultada pelo parágrafo anterior ou, ainda, em adição aos mesmos.

Parágrafo Terceiro - Os juros eventualmente pagos aos acionistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício (30%), de acordo com o Inciso III do "caput" deste Artigo.

Art. 31) O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições acima previstas, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

Parágrafo Único - Na hipótese da proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao Lucro Líquido do exercício conter previsão de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio em montante superior ao dividendo obrigatório estabelecido no Artigo 30, Inciso III, e/ou retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76, o saldo do Lucro Líquido para fins de constituição da reserva mencionada neste Artigo será determinado após a dedução integral dessas destinações.

Declaramos que a presente é cópia fiel do Estatuto Social deste Banco, contendo a deliberação aprovada na AGE de 10.6.2010.

Banco Bradesco S.A.

Antônio Carlos de Abreu

Antônio José da Barbara



CNPJ nº 80.746.948/0001-12
NIRE 35.300.027.795
Companhia Aberta

processo de voto mltiplo para a eleio de membros do Conselho de Administrao da Sociedade, os acionistas Nacionais e Estrangeiros no prazo de at 5% (cinco por cento) dos votos que o faam, por meio da Sociedade, com antecedncia mnima de 48 horas antes da realizao da Assembleia Geral. A votao por processo de voto mltiplo dar-se- de maneira a atribuio a cada ao de tantos votos quantos sejam os membros do Conselho a serem eleitos, podendo o acionista acumular votos em um s candidato ou distribuirlos entre vrios. Nesse processo, os candidatos sero indicados e eleitos individualmente com os respectivos nomes registrados perante a Mesa da Assembleia. Relativamente a eleio dos Membros do Conselho de Administrao, as Sociedades controladoras acima mencionadas podem reeleger os atuais membros do Conselho de Administrao, senhores:

Lzaro de Mello Brande, brasileiro, casado, bancrrio, RG 1.110.377-2SSP-SF; CPF 004.693.529/72; Antnio Brando, brasileiro, viuvo, bancrrio, RG 1.393.129SP/SF; CPF 003.954.654/42; Marlio de Almeida Teixeira Junior, brasileiro, solteiro, bancrrio, RG 1.862.333-SP/SF; CPF 003.954.654/42; Jos Roberto de Aguiar Neto, brasileiro, casado, bancrrio, RG 1.283.333-8/SP-SF; CPF 063.906.928/20; Joo Aguiar Alvarez, brasileiro, casado, engenheiro agrnomo, RG 6.239.718-7/SP-SF; CPF 6.239.718.933/11; senhores Dna Maria Aguiar Alvarez, brasileira, separada consensualmente, educadora, RG 6.709.904-1/SP-SF; CPF 032.376.699/85; senhores Luiz Carlos Trabuco Cappi, brasileiro, casado, bancrrio, RG 5.284.352/SP-SF; CPF 250.319.028/58; Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, brasileiro, casado, bancrrio, RG 6.448.545-SP-SF; CPF 021.698.668/34, todos com domiclio na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP; CEP 06029-900; e Ricardo Efigirio Santa Silva Salgado, portugus, casado, bancrrio, RNE VAP73812-2, expedido pelo SEDPMAR/PDF, CPF 385.154.827/20, com domiclio na Rua Padre da Nau, 141, Cacaia, Lisboa, Portugal, todos com domiclio no Brasil, aps o qual tomaram posse de seus cargos. Os Conselheiros indicados declararam, sob as penas da lei, que no esto impedidos de exercer a administrao de sociedade mercantil em virtude de condenao criminal.

2. Eleger os membros do Conselho Fiscal - De acordo com o disposto no Art. 2º do Regulamento Interno do Conselho Fiscal e no Art. 2º do Estatuto Social da Sociedade, o Conselho Fiscal é rgão de funcionamento no permanente e compor-se-á, quando instalado, de 3 (trs) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual nmero de suplentes, acionistas ou no, todos com mandato at a primeira assembleia geral ordinária que se realizar aps a sua eleio. O Conselho Fiscal tem dentro das suas competncias: fiscalizar os atos dos administradores; analisar, sob mero investimento, o balanço e demais demonstrações financeiras elaboradas pela companhia; emitir pareceres sobre o desempenho financeiro e econômico da companhia, bem como opinar sobre o relatório anual da administração. Cabe ressaltar que a função de membro do Conselho Fiscal é indelegável; bem como as atribuições e poderes que lhe são conferidos pela lei no podem ser outorgados a outro órgão da Sociedade. Somente podem ser eleitos para o Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de Administrador de empresa, ou de Conselhiero Fiscal. De conformidade com o disposto na letra "a", Parágrafo Quarto, Artigo 161 da Lei nº 6.404/76, os acionistas detentores de ações preferenciais têm o direito de indicar um Conselhiero Efetivo e respectivo Suplente. Igual direito terão os acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, dez por cento ou mais das ações com direito a voto. A Sociedade recomenda que o acionista, ou grupo de acionistas, que desejarem nomear seu representante no Conselho Fiscal, apresente uma proposta devidamente fundamentada, assinada pelo titular das ações, especificando o nome, o endereço residencial e profissional, a nacionalidade, a qualificação e currículo do candidato, observando as mesmas regras e condições de elegibilidade previstas na letra "b", do Parágrafo Quarto do Artigo 161, da Lei nº 6.404/76, os acionistas controladores presentes à Assembleia Geral Ordinária poderão eleger a maioria dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes. Os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, bem como seus suplentes. A Sociedade propõe a instalação do Conselho Fiscal de forma não permanente, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2011, sendo que os acionistas controladores irão indicar, para membro do Órgão, a maior quantidade de membros a quem tiverem direito, nos termos do dispositivo legal acima citado, considerando, na hipótese, reeleger, a) como Membro Efetivo, os senhores Nelson Lopes de Lencastre, português, nascido em 28 de maio de 1960, residente em Rua Manoel Gonçalves, 100, São Paulo, SP, nº 10, apto., Jardim das Bandeiras, São Paulo, SP, CEP 06540-020, e Ricardo Abacaxai Efigirio Santa Silva, brasileiro naturalizado, casado, economista, RG S3 783.536-2/SP-SF; CPF 692.405.237/15, domiciliado na Avenida Brigadier Faria Lima, 3.729, 6º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP; CEP 04538-905; e b) como Suplentes dos acima indicados, pela ordem, os senhores Jorge Tadeu Pinto de Figueiredo, brasileiro, casado, advogado, RG S 546.755-SP-SF; CPF 389.738.328/58, residente e domiciliado na Rua Pedro Indício de Araújo, 250 Condomínio Villas de São Francisco, 8, Casas 14, Vila Silveira, São Paulo, SP; CEP 05368-330, e Renauld Roberto Teixeira, brasileiro, casado, empresário, RG 3.022.885/SP-SF; CPF 036.181.078/53, residente e domiciliado em Rua 20 de Setembro, 150, apartamento 205, bairro Vila Mariana, São Paulo, SP; CEP 04618-001. Os Conselheiros Fiscais indicados terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária e será realizada no ano de 2011 e tomarão posse de seus cargos após a aprovação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil Preenchimento das condies previstas no Artigo 162 da Lei nº 6.404, de 15/12/76, e declarararn, sob as penas da lei, que no esto impedidos de exercer a administrao de sociedade mercantil em virtude de condenao criminal. A indicao de outro Membro Efetivo e seu respectivo Suplente faz parte dos direitos reservados aos acionistas preferencialistas, em votao em separado." Em seguida, disse o senhor Presidente que, de conformidade com o disposto na letra "a" do Parágrafo Quarto do Artigo 161 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, os acionistas titulares de ações preferenciais deveriam indicar um representante no Conselho Fiscal. Para isso, foram apresentados os seguintes dados pelos Fundadores do Banco do Brasil – PREVI, representados por seu procurador, senhor Vinícius Nascimento Neves, indicou, para integrar o Conselho Fiscal o senhor João Luiz da Souza Motta, brasileiro, casado, engenheiro, CREAR/RJ 14.872, CPF 064.786.467/34, com endereo na Rua Cosmoetha Lafete, 53, apto. 801, Copacabana, Rio de Janeiro, RJ; CEP 22.081-020, Membro Efetivo, e o senhor Joo Gomes Antunes, brasileiro, casado, economista, RG 5.643.313-6/SP-SF; CPF 533.218.556/87, com endereo na Avenida Interlagos, 492, Bloco 10, Apto. 31, Jardim Merajoris, São Paulo, SP; CEP 04660-000, Membro Suplente; b. os acionistas Henrique Bonaretin indicou, para integrar o Conselho Fiscal o senhor Domingos Aparecido Malhada, brasileiro, casado, contador, RG 7.220.493-X/SP-SF; CPF 714.810.018/76, residente e domiciliado na Avenida Epitacio Pessoa, 2.300, apto. 103, Bloco 2, Lagoa, RJ; CEP 24.198-900, Membro Efetivo, e o senhor Joao Luis de Moraes, brasileiro, casado, contador, RG 5.643.313-6/SP-SF; CPF 533.218.556/87, com endereo na Avenida Interlagos, 492, Bloco 10, Apto. 31, Jardim Merajoris, São Paulo, SP; CEP 04660-000, Membro Suplente; c. os acionistas Henrique Bonaretin indicou, para integrar o Conselho Fiscal o senhor Domingos Aparecido Malhada, brasileiro, casado, contador, RG 7.220.493-X/SP-SF; CPF 714.810.018/76, residente e domiciliado na Avenida Epitacio Pessoa, 2.300, apto. 103, Bloco 2, Lagoa, RJ; CEP 24.198-900, Membro Efetivo, e o senhor Joao Luis de Moraes, brasileiro, casado, contador, RG 5.643.313-6/SP-SF; CPF 533.218.556/87, com endereo na Avenida Interlagos, 492, Bloco 10, Apto. 31, Jardim Merajoris, São Paulo, SP; CEP 04660-000, Membro Suplente; d. os acionistas Henrique Bonaretin indicou, para integrar o Conselho Fiscal o senhor Domingos Aparecido Malhada, brasileiro, casado, contador, RG 7.220.493-X/SP-SF; CPF 714.810.018/76, residente e domiciliado na Avenida Epitacio Pessoa, 2.300, apto. 103, Bloco 2, Lagoa, RJ; CEP 24.198-900, Membro Efetivo, e o senhor Joao Luis de Moraes, brasileiro, casado, contador, RG 5.643.313-6/SP-SF; CPF 533.218.556/87, com endereo na Avenida Interlagos, 492, Bloco 10, Apto. 31, Jardim Merajoris, São Paulo, SP; CEP 04660-000, Membro Suplente; e. os acionistas Henrique Bonaretin indicou, para integrar o Conselho Fiscal o senhor Domingos Aparecido Malhada, brasileiro, casado, contador, RG 7.220.493-X/SP-SF; CPF 714.810.018/76, residente e domiciliado na Avenida Epitacio Pessoa, 2.300, apto. 103, Bloco 2, Lagoa, RJ; CEP 24.198-900, Membro Efetivo, e o senhor Joao Luis de Moraes, brasileiro, casado, contador, RG 5.643.313-6/SP-SF; CPF 533.218.556/87, com endereo na Avenida Interlagos, 492, Bloco 10, Apto. 31, Jardim Merajoris, São Paulo, SP; CEP 04660-000, Membro Suplente; f. os acionistas Henrique Bonaretin indicou, para integrar o Conselho Fiscal o senhor Domingos Aparecido Malhada, brasileiro, casado, contador, RG 7.220.493-X/SP-SF; CPF 714.810.018/76, residente e domiciliado na Avenida Epitacio Pessoa, 2.300, apto. 103, Bloco 2, Lagoa, RJ; CEP 24.198-900, Membro Efetivo, e o senhor Joao Luis de Moraes, brasileiro, casado, contador, RG 5.643.313-6/SP-SF; CPF 533.218.556/87, com endereo na Avenida Interlagos, 492, Bloco 10, Apto. 31, Jardim Merajoris, São Paulo, SP; CEP 04660-000, Membro Suplente; g. os acionistas Henrique Bonaretin indicou, para integrar o Conselho Fiscal o senhor Domingos Aparecido Malhada, brasileiro, casado, contador, RG 7.220.493-X/SP-SF; CPF 714.810.018/76, residente e domiciliado na Avenida Epitacio Pessoa, 2.300, apto. 103, Bloco 2, Lagoa, RJ; CEP 24.198-900, Membro Efetivo, e o senhor Joao Luis de Moraes, brasileiro, casado, contador, RG 5.643.313-6/SP-SF; CPF 533.218.556/87, com endereo na Avenida Interlagos, 492, Bloco 10, Apto. 31, Jardim Merajoris, São Paulo, SP; CEP 04660-000, Membro Suplente; h. os acionistas Henrique Bonaretin indicou, para integrar o Conselho Fiscal o senhor Domingos Aparecido Malhada, brasileiro, casado, contador, RG 7.220.493-X/SP-SF; CPF 714.810.018/76, residente e domiciliado na Avenida Epitacio Pessoa, 2.300, apto. 103, Bloco 2, Lagoa, RJ; CEP 24.198-900, Membro Efetivo, e o senhor Joao Luis de Moraes, brasileiro, casado, contador, RG 5.643.313-6/SP-SF; CPF 533.218.556/87, com endereo na Avenida Interlagos, 492, Bloco 10, Apto. 31, Jardim Merajoris, São Paulo, SP; CEP 04660-000, Membro Suplente; i. os acionistas Henrique Bonaretin indicou, para integrar o Conselho Fiscal o senhor Domingos Aparecido Malhada, brasileiro, casado, contador, RG 7.220.493-X/SP-SF; CPF 714.810.018/76, residente e domiciliado na Avenida Epitacio Pessoa, 2.300, apto. 103, Bloco 2, Lagoa, RJ; CEP 24.198-900, Membro Efetivo, e o senhor Joao Luis de Moraes, brasileiro, casado, contador, RG 5.643.313-6/SP-SF; CPF 533.218.556/87, com endereo na Avenida Interlagos, 492, Bloco 10, Apto. 31, Jardim Merajoris, São Paulo, SP; CEP 04660-000, Membro Suplente; j. os acionistas Henrique Bonaretin indicou, para integrar o Conselho Fiscal o senhor Domingos Aparecido Malhada, brasileiro,

(Continued)

(Continuação)

Educational Retirement Board; State of Wisconsin Investment Board Master Trust; State Street Bank and Trust Company; Investment Funds for Tax-Exempt Retirement Plans; State Street Emerging Markets; Supervalu Inc. Master Investment Trust; Teacher Retirement System of Texas; Teachers' Retirement System of the State of Illinois; The Archdiocese of Hartford Investment Trust; The Baring Emerging Markets Umbrella Fund; Sub-Fund; The Baring Latin America Fund; The Brazil Value and Growth Fund; The Future Fund of Guardians; The General Retirement System of the City of Detroit; The Hartford Roman Catholic Diocese Corporation Retirement Plans Master Trust; The Illinois Municipal Employees Retirement Fund; The Master Trust Bank of Japan, Ltd. RE MTBC400035147; The McGraw Hill Retirement Plan Collective Investment Trust; The New Economy Fund; The Ontario Public Service Employees Union Pension Trust Fund; The Pension Reserves Investment Management Board; The Police's Annuity and Benefit Fund of Chicago; The Public Education Employees Retirement System of Missouri; The Public School Retirement System of Missouri; The State Teachers Retirement System of Ohio; The Trustees of Saint Patrick's Cathedral in the City of New York; Tulsa County Employees' Retirement Association; UPS Group Trust; USAIA Commemorative Strategy Fund; Vanguard Emerging Markets Stock Index Fund; Vanguard FTSE All-World Ex-US Index Fund; A Series of Vanguard International Equity Index Funds; Vanguard International Value Fund; Wellington Savannah River Company Defined Benefit Master Trust; Wellington Management Portfolio (Dublin) F.I.C.; Wellington Trust Company N.A.; Western Energy, Inc. Retirement Plan; Wilmington Multi-Manager International Fund; Xerox Canada Employees' Retirement Plan, representados pelo Citibank N.A., este por seu procurador, senhor George Washington Tondoro Marcelino; Australian Reward Investment Alliance; Capital Income Builder, Inc.; Capital World Growth and Income Fund, Inc.; Europacific Growth Fund; New World Fund, Inc.; Norges Bank SBO Master Pension Trust; T. Rowe Price Emerging Markets Stock Fund; T. Rowe Price Funds BICV; T. Rowe Price International International Funds, Inc. on behalf of its Separate Series; T. Rowe Price Institutional Emerging Markets Equity Fund; T. Rowe Price International Fund; T. Rowe Price Latin America Fund; T. Rowe Price Trust Company, Trustee of The International Common Trust; Fund on Behalf of its Underlying Trust; Emerging Markets Equity Trust; The Boeing Company Employee Retirement Plans Master Trust; Threadneedle Investment Funds ICVC; Vanguard Investment Series, PLC; Vanguard Total International Stock Index Fund; A Series of Vanguard Star Funds; Washington State Investment Board, representados pela HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., este por seu procurador, senhor George Washington Tondoro Marcelino; Itaú Financeiro Ações Fundo de Investimento, representado pelo Itaú Unibanco S.A., este por seu procurador, senhor George Washington Tondoro Marcelino; Fundo de Investimento Votorantim em Ações; Fundo de Investimento Votorantim Equity Hedge Multimercado; Fundo de Investimento Votorantim Equity Long Short 15 Multimercado; Fundo de Investimento Votorantim Equity Long

Short Multimercado; Fundo de Investimento Votorantim IBR-X em Ações; Fundo de Investimento Votorantim Performance em Ações; Fundo de Investimento Votorantim Sustentabilidade em Ações, representados pelo Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., este por seu procurador, senhor George Washington Tondoro Marcelino; e José Luiz de Almeida Nogueira Junqueira Filho. Na sequência, o senhor Presidente colocou os nomes indicados pelos referidos acionistas detentores de ações preferenciais para exame e votação, resultando a eleição dos senhores Domingos Aparecido Maia, Membro Efetivo, e João Batista Leão, Membro Suplente, pelos votos de acionistas representando 16,5586% das ações preferenciais, ficando registrado que os candidatos da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI receberam 3,2835% de votos, abstendo-se de votar os demais acionistas detentores de ações preferenciais presentes. Disse então o senhor Presidente que os Conselheiros eleitos terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2011 e que tomarão posse de seus cargos após a aprovação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil, e que preenchem as condições previstas no Artigo 182 da Lei nº 6.404/06, e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade mercantil em virtude de condenação criminal. Dessa forma, o Conselho Fiscal ficou assim composto: Membros Efetivos: Domingos Aparecido Maia, Nelson Lopes de Oliveira e Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva; Membros Suplentes: João Batista Leão, Jorge Tadeu Pinto de Figueiredo e Renauld Roberto Teixeira. Em seguida, disse o senhor Presidente que todas as matérias ora aprovadas somente entrarão em vigor e se tornarão efetivas depois de homologadas pelo Banco Central do Brasil. Publicação da Ata: autorizada a publicação na forma prevista no Parágrafo Segundo do Artigo 130 da Lei nº 6.404/06. Quorum das Deliberações: Assembleia Geral Extraordinária: aprovadas por maioria de votos dos acionistas presentes; Assembleia Geral Ordinária: aprovadas por maioria de votos, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, ficando consignada pela mesa a entrega da Manifestação solicitando a instalação do Conselho Fiscal Permanente, apresentada pelo acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI. Aprovação e Assinatura de Ata: lavrada e lida, foi esta Ata aprovada por todos os acionistas presentes e assinada, inclusive pelo representante da empresa Proietterhouse Coopers Auditores Independentes, inscrição CRC 25P000150/O-5, senhor Washington Luiz Pereira Cavalcanti. Control: CRC 1SP12940/O-6, de acordo com o disposto no Parágrafo 1º do Artigo 134 da Lei nº 6.404/06. a) Presidente: Lázaro de Melo Brandão; Secretário: Carlos Alberto Rodrigues Guilherme. Declaração: Declaro para os devidos fins que a Ata das referidas Assembleias encontra-se lavrada no livro próprio, homologado pelo Banco Central do Brasil e arquivado conforme segue: "Cartório - Secretária da Fazenda - Junta Comercial do Estado de São Paulo - Cartório e registro sob nº 214.778/10-4, em 24.6.2010. a) Kátia Regina Bueno de Godoy - Secretária Geral." a) Carlos Alberto Rodrigues Guilherme - Secretário.

BBD
MERCADOBBD
LISTED
NYSE

Lat

Dreyfus
Sustentabilidade Intelectual

ISE

L-100

IBRI
IBRAN

RALSTON AGROPECUÁRIA S/A

C.G.C. 07.763.133/0001-33

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, tenho a satisfação de apresentar o Balanço Patrimonial Relativo aos exercícios de 2.008 e 2.009 e as demais Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes a este período.

	2008	2009		2008	2009
Ativo Circulante: Caixa e Equivalentes	112.732,64	34.288,35	Passivo Circulante: Impostos e Contribuições	3.657,36	4.892,57
Aplicações Financeiras - Renda Fixa	-	750.000,00	Outras Contas a Pagar	2.943,16	2.363,15
Adiantamento Clientes	15.610,11	-	Total do Circulante	6.600,52	7.255,72
Total do Circulante	128.342,75	784.288,35	Não Circulante: Dividendos a Pagar	-	193.409,28
Não Circulante: Investimentos	0,01	0,01	Resultado Exercícios Futuros - Adiantam. Clientes	-	76.203,82
Títulos e Direitos de Uso	743.689,32	743.689,32	Total Não Circulante	269.613,10	1.069,80
Total de Investimentos	743.689,33	743.689,33	Patrimônio Líquido: Capital Integralizado	1.180.654,00	1.296.854,00
Imobilizado	826.395,52	826.395,52	Lucros - Ágio	657.050,00	657.050,00
Lojas	11.334,56	11.334,56	Reserva de Lucros	312.307,64	5.307,64
Total do Não Circulante	1.381.419,41	1.381.419,41	Prejuízo Acumulado	-	(68.392,70)
Total do Ativo	1.509.762,16	2.165.697,76	Total do Patrimônio Líquido	1.503.161,64	1.888.618,94
Dem. dos Res. dos Exerc. Fins em 31/12/08 e 09 - (Em Reais)			Total do Passivo	1.509.762,16	2.165.697,76
Cap. Realiz. R. Cap. Ac. Res. Luc. Lc. P. J. Ac. Total					
5.31.12.07.1.180.854,00	-	482.654,31	-	1.843.508,31	-
Luc. Exerc.	-	8.653,33	-	6.653,33	-
Distrib. Luc.	-	(147.000,00)	-	(147.000,00)	-
5.31.12.09.1.180.854,00	-	312.307,64	-	1.503.161,64	-
Distrib. Luc.	-	(303.000,00)	-	(303.000,00)	-
Am. Cap.	100.000,00	657.050,00	-	757.050,00	-
Prej. Exerc.	-	(68.392,70)	-	(68.392,70)	-
5.31.12.09.1.180.854,00	657.050,00	3.307,64	(68.392,70)	1.888.618,94	-

Notas Explicativas: 1- Contexto Operacional: A Sociedade tem por objetivo principal a exploração de atividade agropecuária e pecuária e poderá participar em outras sociedades civis ou comerciais, nacionais ou estrangeiras. 2- Principais Práticas Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, em atendimento ao Pronunciamento emitido pelo Conselho de Contas Profissionais do Brasil - CCPB nº 003/2007.

	2008	2009
Dem. dos Res. dos Exerc. Fins em 31/12/08 e 09 - (Em R\$)		
Receita Operac. Bruta: Receita Operac. Bruta	143.378,28	47.273,43
(-) Impostos s/ Vendas	(2.411,29)	(1.725,50)
Receita Operacional Líquida	140.966,99	45.547,93
Lucro Bruto	140.966,99	45.547,93
(-) Despesas Administrativas	(132.756,78)	(117.401,12)
(-) Despesas Tributárias	(5.192,68)	(101,41)
(-) Despesas Financeiras	(1.868,98)	(3.590,10)
Lucro Operacional	1.300,55	(75.944,70)
(-) Outras Receitas	11.344,00	10.332,23
Lucro Antes L. Renda/Contr. Social	12.644,52	(64.612,47)
(-) Contribuição Social	(2.589,45)	(1.529,80)
(-) Imposto de Renda	(3.422,14)	(2.250,43)
Lucro Líquido do Exercício	6.633,93	(68.392,70)
Demonstração do Fluxo de Caixa		
1) Atividade Operacional: Prejuízo do Exercício	(68.392,70)	-
(+) Aumento Impostos a Pagar	1.235,21	-
(-) Aumento Adiantamento Cliente	91.813,93	-
(-) Diminuição de Contas a Pagar	(580,01)	-
Total Atividade Operacional	24.076,43	-
2) Atividade de Financiamento: (+) Dividendos a Pagar	193.409,28	-
Total de Financiamento	193.409,28	-
3) Atividade de Investimentos: (-) Reserva Capital - Ágio	657.050,00	-
(-) Distribuição de Dividendos	(303.000,00)	-
(+) Aumento do Capital	100.000,00	-
Total Atividade de Investimento	454.050,00	-
Caixa Gerado no Período	610.833,71	-
(+) Saldo Anterior de Caixa	112.732,64	-
Saldo Atual de Caixa e Equiv. e Aplicações Financeiras	723.566,35	-

Reconhecemos a exatidão das presentes Demonstrações Financeiras aqui apresentadas.

Realeste Participações S.A.

CNPJ nº 04.436.949/0001-30

Demonstrações Financeiras

	2008	2007		2008	2007
Ativo Circulante	1.908	815	Passivo Circulante	13.404	59.670
Disponível	129	746	Obrigações Fiscais	5.893	16.155
Adiantamento de Salário	1.616	-	Obrigações Sociais	1.048	10.978
Impostos a Recuperar	185	169	Outras Contas	67	365
Não Circulante	15.332.719	14.731.319	Provisão de Férias	6.396	32.172
Realizável a Longo Prazo	602.400	-	Não Circulante	825.464	201.150
Conta Corrente Coligada	602.400	-	Exigível a Longo Prazo	-	201.150
Imobilizado	14.728.282	14.728.282	Outras Obrigações	925.454	-
Terenos	25.735	25.735	Conta Corrente Coligada	-	201.150
Terenos Reavaliados	8.171.262	8.171.262	Patrimônio Líquido	14.396.781	14.471.414
Prédios e Benfeitorias	1.832.590	1.832.590	Capital Social	2.321.776	2.321.776
Móveis e Utensílios	23.503	23.503	Reservas de Reavaliação	12.383.013	12.383.013
Prédios e Benfeitorias - Reavaliados	8.791.355	8.791.355	Prejuízos Acumulados	(308.008)	(233.375)
(-) Depreciação Acumulada	(2.122.153)	(2.122.153)	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	15.335.549	14.732.234
Intangível	-	-	Dem. dos Res. dos Exerc. Fins em 31/12/08 e 2007 (Em R\$)		
Direito de Uso de Softwares	3.027	3.027			
Total do Ativo	15.335.549	14.732.234			
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Fins em 31/12/2008 e 2007 (Em R\$)					
Capital Social	2.321.776	2.321.776	Lucros ou Prejuízos		
Saldo em 31/12/2006	2.321.776	12.383.013	Prejuízo do Exercício	(10.262)	9.922
Resultado do Exercício	(95.618)	(95.618)	Obrigações Sociais	(9.300)	1.616
Saldo em 31/12/2007	2.321.776	12.383.013	Provisão de Férias	(25.775)	1.544
Resultado do Exercício	(74.633)	(74.633)	Outras Contas	(298)	(4.588)
Saldo em 31/12/2008	2.321.776	12.383.013	Débitos com IPTU	925.464	-
			Total das Atividades Operacionais	379.198	4.484
			Atividade de Investimentos	200.533	(1.149)
			Atividade de Financiamento	(201.150)	90.912
			Rec. Líq. Utilizadas na Ativ. de Financiamento	(201.150)	90.912
			Total dos Efeitos de Caixa	(617)	(237)
			Variação no Caixa	129	746
			Saldo Final de Caixa e Aplicações Financeiras	746	883
			Saldo Inicial de Caixa e Aplicações Financeiras	(617)	(237)
			Variação no Caixa	129	746
			A Diretoria		
			DRE		
			(+) Despesas Recolhas	(330)	
			Despesas Gerais e Administrativas	(330)	
			Resultado de Equivalência Patrimonial	14.412	
			(+) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	14.082	
			Diretor / Presidente		
			Gabriel Gananian - CPF nº 404.030.418-72		
			Contador		
			Sebastião Elvécio de Castro - CRC nº 1SP0739470-8		

STECK INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ: 09.276.804/0001-92

Relatório de Administração - Exercício de 2009

O ano de 2009 começou com muitas incertezas em função da crise financeira internacional, mas no segundo semestre houve uma melhoria com a retomada da atividade econômica no Brasil. A Companhia atingiu no ano um faturamento bruto de R\$ 134 milhões, com crescimento de 7% em relação a 2008, um EBITDA de R\$ 18.499 mil, que representa 21% da Receita Líquida e nosso lucro líquido representou R\$ 14.082 mil, que é uma melhoria em nossas sinergias e produtividade como um todo.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2008 - (Em milhares de Reais)			
ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	1	Obrigações Trabalhistas	20
Total do Ativo Circulante	1	Obrigações Tributárias	10
Ativo não Circulante		Partes Relacionadas	55
Investimentos	70.477	Total do Passivo Circulante	55.280
Total do Ativo não Circulante	70.477	Patrimônio Líquido	
		Capital Social	1
TOTAL ATIVO	70.478	Reserva de Lucro	15.189
		Total do Patrimônio Líquido	15.190
		TOTAL PASSIVO	70.478

Nosso quadro de funcionários era de 770 em 31/12/2009 comparado com 658 em 31/12/2008. Nossos agradecimentos aos colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros e autoridades, engajados na busca do desenvolvimento do setor elétrico e a indústria nacional.

A Administração

Demonstrações dos Resultados para o Exercício Fim em 31 de dezembro de 2009 - (Em milhares de Reais)

	2009	2008
(+) Despesas Recolhas	(330)	
Despesas Gerais e Administrativas	(330)	
Resultado de Equivalência Patrimonial	14.412	
(+) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	14.082	
Diretor / Presidente		
Gabriel Gananian - CPF nº 404.030.418-72		
Contador		
Sebastião Elvécio de Castro - CRC nº 1SP0739470-8		



Banco Bradesco S.A.
CNPJ nº 00.746.948/0001-12
NIRE 35.300.027.79
Companhia Aberta

Ata da Reunião Extraordinária nº 1.602, do Conselho de Administração, realizada em 10.3.2010

Aos 10 dias do mês de março de 2010, às 18h, na sede social, Cidade de Deus, 4º andar do Prédio Vermelho, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, reuniram-se os membros presentes para integrar este Conselho na Assembleia Geral Ordinária realizada, cuja posse se dará em 10 de março de 2010, em nome do Banco Bradesco S.A., com exceção do senhor Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, os quais tomaram as seguintes deliberações: 1) de conformidade com as disposições do Artigo 9º do Estatuto Social, procederam a eleição, entre si, do Presidente e Vice-Presidente deste Órgão, tendo a escolha recaído nos nomes dos senhores: **Presidente: Lázaro de Mello Brandão, Vice-Presidente: Antônio Borna;** 2) atendendo ao disposto no Artigo 12º do Estatuto Social, procederam a eleição dos membros que integrarão a Diretoria da Sociedade, tendo sido eleitos os senhores: **Diretores Executivos: Presidente - Luiz Carlos Trabuco Cappi, brasileiro, casado, bancário, RG 5.284.352/SSP-SP, CPF 250.319.028/65; Vice-Presidentes - Laércio Albino Cezar, brasileiro, casado, bancário, RG 3.555.534/SSP-SP, CPF 064.172.724/00; Arnaldo Alves Vieira, brasileiro, viúvo, bancário, RG 4.847.312/SSP-SP, CPF 050.302.378/00; Sérgio Bocha, brasileiro, casado, bancário, RG 308.855-05/SSP-SC, CPF 133.188.408/72; Júlio de Oliveira Carvalho de Araújo, brasileiro, casado, bancário, RG 3.272.458/FR-RJ, CPF 425.327.017/49; José Luiz Acar Pedro, brasileiro, casado, bancário, RG 5.582.741/SSP-SP, CPF 607.571.586/34; Norberto Pinto Barbado, brasileiro, divorciado, bancário, RG 4.443.254/SSP-SP, CPF 056.302.708/20; e Domingos Figueiredo de Abreu, brasileiro, casado, bancário, RG 6.438.883/SSP-SP, CPF 942.908.808/53; Diretores Regionais: José Alcides Munhoz, brasileiro, casado, bancário, RG 50.172.182-4/SSP-SP, CPF 064.350.330/72; Milton Matsumoto, brasileiro, casado, bancário, RG 29.516.917-5/SSP-SP, CPF 081.225.500/04; Odair Afonso Rebelato, brasileiro, casado, bancário, RG 8.109.062/SSP-SP, CPF 120.119.838/00; Aurélio Conrado Boni, brasileiro, casado, bancário, RG 4.681.428/SSP-SP, CPF 181.617.000/00; Ademir Cosentino, brasileiro, casado, bancário, RG 8.382.786/05/SSP-SP, CPF 122.448.408-25; Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente, brasileiro, casado, bancário, RG 14.150.680/SSP-MG, CPF 373.776.326/20; Cândido Laonelli, brasileiro, casado, bancário, RG 3.734.764/65/SSP-SP, CPF 375.738.268/04; e Maurício Machado de Menezes, brasileiro, casado, bancário, RG 7.975.904/SSP-SP, CPF 044.470.098-82, todos com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; Diretores Departamentais: Adneuv Santesco, brasileiro, casado, bancário, RG 5.981.648/SSP-SP, CPF 401.747.519/34; Ailton Celso Eral Androli, brasileiro, casado, bancário, RG 4.286.068/SSP-SP, CPF 053.336.958/49; Alexandre da Silva Glühner, brasileiro, casado, bancário, RG 100.640.878-7/SSP-RS, CPF 282.548.840/04; Alfredo Antônio Lima de Menezes, brasileiro, casado, bancário, RG 3.493.059-0/SSP-SP, CPF 037.959.008/03; Altair Antônio de Souza, brasileiro, casado, bancário, RG 14.863.661/SSP-MG, CPF 244.932.606/00; Amilton Ribeiro, brasileiro, casado, bancário, RG 10.281.433/SSP-SP, CPF 011.136.198/00; André Bernardino da Cruz Filho, brasileiro, casado, bancário, RG 35.331.575-1/SSP-SP, CPF 132.121.224/53, todos com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; André Marcelo da Silva Prado, brasileiro, casado, bancário, RG 04.692.401-5/FR-RJ, CPF 797.052.867/87, com domicílio na Avenida Paulista, 1.450, 5º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917; André Rodrigues Cano, brasileiro, casado, bancário, RG 4.687.985-3/SSP-SP, CPF 055.908.058/27; Antônio de Jesus Mendes, português, casado, bancário, RG 5.540.577/SSP-SP, CPF 531.807.478/20; Antônio José de Barbera, brasileiro, casado, bancário, RG 18.114.666-5/SSP-SP, CPF 083.858.726/33; Arnaldo Nissental, brasileiro, casado, bancário, RG 2.732.446/FR-RJ, CPF 425.048.807/15; Cassiano Ricardo Scarpelli, brasileiro, casado, bancário, RG 16.290.774/SSP-SP, CPF 082.633.238/27; Clayton Camacho, brasileiro, casado, bancário, RG 13.610.052-4/SSP-SP, CPF 049.313.418/28, todos com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; Danilo Paul Pavarese de Moura, brasileiro, divorciado, bancário, RG 11.974.549-5/SSP-SP, CPF 076.818.58/03, com domicílio na Avenida Paulista, 1.450, 8º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917; Douglas Tevê Francisco, brasileiro, casado, bancário, RG 11.011.047/SSP-SP, CPF 040.066.838/63; Fernando Barreiros, brasileiro, solteiro, bancário, RG 6.374.046/SSP-SP, CPF 588.448.888/87; Fernando Roncolato Pinho, brasileiro, casado, bancário, RG 7.165.492-X/SSP-SP, CPF 562.341.588/04, todos com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; Jair Delgado Secco, brasileiro, casado, bancário, RG 5.673.070-6/SSP-SP, CPF 221.885.878/91, com domicílio na Avenida Rio Negro, 565, 12º andar, Edifício Demin, Alphaville, Barueri, SP, CEP 06454-000; Jean Philippe Leroy, francês, casado, bancário, RNE 94184/DFP, CPF 703.149.427/34, com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; João Albino Winkelman, brasileiro, casado, bancário, RG 10.275.984-1/SSP-RS, CPF 384.235.810/72, com domicílio na Avenida Paulista, 1.450, 2º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917; José Luiz Rodrigues Bueno, brasileiro, divorciado, bancário, RG 6.353.077/SSP-SP, CPF 586.673.188/68; José Maria Soares Nunes, brasileiro, divorciado, bancário, RG 10.729.603-2/SSP-SP, CPF 001.868.878/20; José Augusto Panchini, brasileiro, casado, bancário, RG 10.389.168/SSP-SP, CPF 966.138.988/20; Júlio Alves Marques, português, casado, bancário, RNE 9240333-C/SEOPMA/DFP, CPF 818.635.808/91; Laércio Carlos de Araújo Filho, brasileiro, divorciado, bancário, RG 7.409.336-X/SSP-SP, CPF 567.041.788/72, todos com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; Ricardo Ribeiro Takahama, brasileiro, casado, bancário, RG 3.182.659-5/SSP-PR, CPF 052.446.968/74, com domicílio na Avenida Paulista, 1.450, 5º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917; Luiz Alves dos Santos, brasileiro, casado, bancário, RG 6.034.631-0/SSP-SP, CPF 387.923.698/72, com domicílio na Avenida Alphaville, 1.500, 3º andar, Alphaville, Barueri, SP, CEP 06453-000; Luiz Carlos Angelotti, brasileiro, casado, bancário, RG 10.473.334/SSP-SP, CPF 058.042.738/25; Luiz Carlos Brandão Cavalcanti Junior, brasileiro, casado, bancário, RG 2.428.420-3/SSP-BA, CPF 226.347.385/67; Luiz Fernando Peres, brasileiro, casado, bancário, RG 4.691.902/SSP-SP, CPF 411.082.078/72, todos com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; Marcelo de Araújo Noronha, brasileiro, casado, bancário, RG 2.062.931/SSP-PE, CPF 360.668.504-15, com domicílio na Avenida Rio Negro, 565, 12º andar, Edifício Demin, Alphaville, Barueri, SP, CEP 06454-000; Marcos Bader, brasileiro, casado, bancário, RG 8.894.640/SSP-SP, CPF 030.763.738/70, com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; Marcos Dora, brasileiro, casado, bancário, RG 6.671.043/SSP-SP, CPF 874.059.628/15, com domicílio na Avenida Paulista, 1.450, 10º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917; Marcos Villanova, brasileiro, separado consensualmente, bancário, RG 9.261.803-0/SSP-SP, CPF 859.471.588/49; Mario Helio de Souza Ramos, brasileiro, casado, bancário, RG 7.882.517/SSP-SP, CPF 171.420.048/00, ambos com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; Marlene Moran Milani, brasileira, casada, bancária, RG 12.400.020/SSP-SP, CPF 076.856.518/10, com domicílio na Avenida Ipiranga, 282, 10º andar, Consórcio, São Paulo, SP, CEP 01046-010; Moacir Nechbar Junior, brasileiro, casado, bancário, RG 13.703.383-7/SSP-SP, CPF 362.947.708/66; Nilton Pellegrino Nogueira, brasileiro, casado, bancário, RG 8.250.071/SSP-SP, CPF 680.389.338/34, ambos com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; Nobuo Yamazaki, japonês, casado, bancário, RNE 1119879-U/DELEMAF-SP, CPF 180.387.998/01, com domicílio na Avenida Ipiranga, 282, 10º andar, Consórcio, São Paulo, SP, CEP 01046-010; Octavio Manoel Rodrigues de Barros, brasileiro, casado, bancário, RG 8.419.412/SSP-SP, CPF 817.568.878/53; Paulo Aparecido dos Santos, brasileiro, separado consensualmente, bancário, RG 13.149.630-5/SSP-SP, CPF 072.150.688/42, ambos com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; Paulo Faustino de Costa, brasileiro, casado, bancário, RG 13.243.887-7/SSP-SP, CPF 055.681.888/97, com domicílio na Avenida Paulista, 1.450, 1º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917; Roberto Sobral Hollander, brasileiro, solteiro, bancário, RG 4.518.875-0/SSP-SP, CPF 301.257.406/69, com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; Waldir Schirmmeister Margutti, brasileiro, casado, bancário, RG 11.595.787-X/SSP-SP, CPF 048.844.738/06, com domicílio na Avenida Alphaville, 1.500, 2º andar, Alphaville, Barueri, SP, CEP 06453-000; Diretores: Antônio Chinelato Neto, brasileiro, casado, bancário, RG 9.045.220/SSP-SP, CPF 029.886.168/32, com**

domicílio na Avenida Paulista, 1.450, 5º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917; Aurélio Guido Paganelli, brasileiro, casado, bancário, RG 1.889.356-8/SSP-PR, CPF 349.838.999/87; Cláudio Fernando Menezes, brasileiro, casado, bancário, RG 7.396.443/SSP-SP, CPF 584.044.938/72; José Ramos Rocha Neto, brasileiro, casado, bancário, RG 3.169.259/SSP-PE, CPF 624.211.314/72; Octávio de Lazzari Junior, brasileiro, casado, bancário, RG 12.932.558/SSP-SP, CPF 044.745.769/37; e Osmar Roncolato Pinho, brasileiro, casado, bancário, RG 6.488.543/SSP-SP, CPF 689.926.298/34, todos com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; Diretores Regionais: Alex Silva Braga, brasileiro, casado, bancário, RG MG 3571788/SSP-MG, CPF 509.505.336-53, com domicílio na Avenida de França, 409, 3º andar, Comércio Salvador, BA, CEP 40010-901; Almir Rocha, brasileiro, casado, bancário, RG 7.956.787-8/SSP-SP, CPF 125.548.708-80, com domicílio na Rua da Bahia, 951, 6º andar, Centro, Belo Horizonte, MG, CEP 30180-011; Antonio Guilberto Diniz, brasileiro, casado, bancário, RG 7.903.465-3/SSP-SP, CPF 053.488.748-56, com domicílio na Avenida Ipiranga, 210, 3º Suborç. República, São Paulo, SP, CEP 01046-010; Antonio Pivovarin, brasileiro, casado, bancário, RG 10.392.594/SSP-SP, CPF 015.525.589-31, com domicílio na Rua Silva Ramos, 368, Centro, Manaus, AM, CEP 69025-030; Delvair Fideles de Lima, brasileiro, casado, bancário, RG 11.421.153-X/SSP-SP, CPF 005.645.288-88, com domicílio na Rua Santa Rosa, 301, 2º andar, Juruá, Belém, PA, CEP 66025-835; Diógenes Murtiz Vieira Marcondes Junior, brasileiro, casado, bancário, RG 5.728.106/SSP-SP, CPF 010.673.878-70, com domicílio na Rua Doze de Outubro, 125, 6º andar, Lapa, São Paulo, SP, CEP 05073-001; Francisco Aquilino Pontes Gedeira, brasileiro, casado, bancário, RG 6.803.363/SDS PE, CPF 089.915.023-34, com domicílio na Rua Senador Alcencar, 144, 2º andar, Centro, Fortaleza, CE, CEP 60030-050; Francisco Assis da Silveira Junior, brasileiro, casado, bancário, RG M2 85191/SSP-MA, CPF 075.811.178-88, com domicílio na Praça Ovelado Cruz, 16, Centro Histórico, Porto Alegre, RS, CEP 90033-900; Garalde Dias Pacheco, brasileiro, casado, bancário, RG 2.231.217/SSP-PR, CPF 389.678.049-20, com domicílio na Rua da Condição, 148, Santo Antônio, Recife, PE, CEP 50020-903; João Alexandre Silva, brasileiro, casado, bancário, RG 1.216.751/SSP-SP, CPF 334.562.879-04, com domicílio na Praça XV de Novembro, 296, 4º andar, Centro, Florianópolis, SC, CEP 88010-400; João Carlos Gomes da Silva, brasileiro, casado, bancário, RG 21.425.779-2/DETAN-DF, CPF 044.772.398-45, com domicílio na Rua Ezequiel Ramos 3-33, 1º andar, Bauri, SP, CEP 17010-021; José Sérgio Bordin, brasileiro, casado, bancário, RG 18.358.157/SSP-SP, CPF 095.407.008-92, com domicílio na Rua Dr. Alberto Samengo, 986, Bonfim, Camonias, SP, CEP 13070-711; Maurício Bomes Maciel, brasileiro, casado, bancário, RG 18.508.328-1/SSP-SP, CPF 074.061.196-44, com domicílio na Rua Cláudio L. Almeida, 800, Centro, Caxias, GO, CEP 74110-090; Václav Wutt, brasileiro, divorciado, bancário, RG 776.723.255/SSJ-SC, CPF 292.936.559-58, com domicílio na Rua Marechal Deodoro, 170, 4º andar, Centro, Curitiba, PR, CEP 80010-010; Wilson Reginaldo Martins, brasileiro, casado, bancário, RG 272.394/SSP-MS, CPF 337.633.301-78, com domicílio na Rua Senador Dantas, 61, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-021. Os Diretores reeleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade mercantil em virtude de condenação criminal; 3) nomear, de conformidade com o disposto nos Artigos 22, 23, 24 e 25 do Estatuto Social, os membros que integrarão as seguintes Comissões da Sociedade: a) de Remuneração: Coordenador: Lázaro de Mello Brandão, brasileiro, casado, bancário, RG 1.110.377-2/SSP-SP, CPF 004.637.528/72; Membros: Antônio Borna, brasileiro, viúvo, bancário, RG 11.323.128/SSP-SP, CPF 003.052.609/44; Mário da Silveira Teixeira Junior, brasileiro, casado, bancário, RG 3.078.007-0/SSP-SP, CPF 113.119.508/15; Márcio Artur Laurelli Cypriano, brasileiro, casado, bancário, RG 2.863.339-8/SSP-SP, CPF 083.906.928/20, todos com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; e Luiz Carlos Trabuco Cappi, já qualificado; b) de Controles Internos e Compliance: Coordenador: Mário da Silveira Teixeira Junior, já qualificado; Membros: Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, brasileiro, casado, bancário, RG 6.448.545/SSP-SP, CPF 021.688.888/34, com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; Domingos Figueiredo de Abreu, Milton Matsumoto, já qualificados; Marco Antonio Rossi, brasileiro, casado, bancário, RG 12.529.752/SSP-SP, CPF 015.938.538/56, com domicílio na Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01311-925; Clayton Camacho, Roberto Sobral Hollander, Alexandre da Silva Glühner, já qualificados; e Frederico William Wolf, brasileiro, casado, bancário, RG 6.479.480/SSP-SP, CPF 682.982.188/44, com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; c) de Conduta Ética: Coordenador: Milton Matsumoto; Membros: Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, Arnaldo Alves Vieira, José Luiz Acar Pedro, Domingos Figueiredo de Abreu, Odair Afonso Rebelato, Marco Antonio Rossi, Alexandre da Silva Glühner, Clayton Camacho, José Luiz Rodrigues Bueno, Júlio Alves Marques, Roberto Sobral Hollander, já qualificados; Glaucimar Petkov, brasileiro, solteiro, bancário, RG 10.311.424/SSP-SP, CPF 059.348.278-63, com domicílio na Cidade de Deus, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; e Frederico William Wolf, já qualificado; d) de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital: Coordenador: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Membros: Laércio Albino Cezar, Arnaldo Alves Vieira, Sérgio Bocha, Júlio de Oliveira Carvalho de Araújo, José Luiz Acar Pedro, Norberto Pinto Barbado, Domingos Figueiredo de Abreu, Milton Matsumoto, Ademir Cosentino, Marco Antonio Rossi e Roberto Sobral Hollander, já qualificados; Todos os Diretores, Membros das Comissões de Remuneração, de Controles Internos e Compliance, de Conduta Ética, e de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital terão mandato até a 1ª Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2011, e os nomes serão levados à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomarão posse de seus cargos, sendo que permanecerão em suas funções até que a Reunião deste Órgão que eleger e nomear os novos Membros no ano de 2011 receba a homologação do Banco Central do Brasil e seja a Ata arquivada na Junta Comercial e publicada; 4) de conformidade com o disposto no Artigo 21 do Estatuto Social, nomear os membros que integrarão a Comissão de Auditoria: Coordenador: Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, já qualificado; Membros: José Lucas Ferreira de Melo, brasileiro, divorciado, contador, RG 403.933/SSP-DF, CPF 117.307.901-78, com domicílio na Rua José Cachoira, 282, apto 149, Nam Bibi, São Paulo, CEP 04535-000; Romulo Negib Lesmar, brasileiro, casado, advogado, RG 12.623.179-5/SSP-SP, CPF 010.923.241/00, com domicílio na Rua Itapluana, 1.800 - Edifício Cypri - ap. 162 - Condomínio Villaggio Panamy - Jardim Morumbi, São Paulo, SP, CEP 05705-901; todos com mandato até a 1ª Reunião deste Órgão que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2011; e Málio Machado dos Reis, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 5.904.368/SSP-SP, CPF 458.564.288/34, com domicílio na Rua Ângelo Esté, 166, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06026-110, com mandato até 16.5.2010, sendo que permanecerá em suas funções até que a Reunião deste Órgão que nomear seu substituto aceite a homologação do Banco Central do Brasil e seja a Ata arquivada na Junta Comercial e publicada. Os Membros do Conselho de Auditoria terão seus nomes levados à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomarão posse de seus cargos; 5) designar, de conformidade com o disposto no Artigo 26 do Estatuto Social, o Dvidor da Sociedade, o senhor Júlio Alves Marques, já qualificado, com mandato até a 1ª Reunião deste Órgão que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2011. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que os Conselheiros presentes assinam. a) Lázaro de Mello Brandão, Antônio Borna, Mário da Silveira Teixeira Junior, Márcio Artur Laurelli Cypriano, João Aguiar Alvarez, Denise Aguiar Alvarez, Luiz Carlos Trabuco Cappi e Carlos Alberto Rodrigues Guilherme. Declaramos para os devidos fins que a Ata da referida Reunião encontra-se lavrada no livro próprio, homologado pelo Banco Central do Brasil e arquivada conforme segue: "Cartório - Secretária da Fazenda - Junta Comercial do Estado de São Paulo - Cartório registo sob nº 214 77710-10, em 24 de 2010; a) Kátia Regina Bueno de Godoy - Secretária Geral." Banco Bradesco S.A. a) Júlio Socha; José Luiz Acar Pedro



AMF5 ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.068.021/0001-98

Srs. Acionistas: Em cumprimento as determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2008.				A Diretoria			
Balanco Patrimonial (Em R\$)				Demonstração do Resultado (Em R\$)			
	31/12/08	31/12/07			31/12/08	31/12/07	
Ativo	9.595.301	12.484.620	Possivo	9.595.301	12.484.620		
Circulante	14.978	133.515	Circulante	34.343	29.355	Despesas Operacionais	(545.480)
Caixa e Bancos	7.966	6.806	Fornecedores	8.721	6.953	Administrativas e Gerais	(545.145)
Adiantamentos	99	-	Impostos Fiscais	524	95	Despesas Financeiras	(345)
Divida dos a Receber	-	-	Salários/Encargos Sociais	7.593	5.173	Outras Despesas Operacionais	(1.498.813)
Contr. a Receber	6.910	120.000	Provisões de Férias	10.641	10.259	Equivalência Patrimonial	(1.449.971)
Contr. a Receber	9.980.326	12.381.194	Contas a Pagar	6.965	8.865	Despesas Indeducíveis	(943)
nve. imutáveis	9.939.849	12.305.819	Não Circulante	360.000	141.406	Resultado Líquido do Exercício	(1.998.402)
Controladas	9.939.849	12.305.819	Partes Relacionadas	360.000	141.406	Quantidade de Ações do Capital Social	3.743.250
Imobilizado	40.878	45.485	Patrimônio Líquido	9.200.858	12.313.860	Prejuízo Líquido do Exercício	(1.998.402)
Imobilizações	49.220	49.220	Capital Social	3.743.250	3.743.250	por Ação do Capital Social	(0,53)
Depreciações Acumuladas	(8.343)	(3.735)	Reserva Legal	664.485	664.485		(1,17)
Depreciações Acumuladas	(8.343)	(3.735)	Reserva de Lucros a Realizar	4.793.223	7.908.125		
Demonstração das Mutuações do Patrimônio Líquido (Em R\$)				Demonstração do Fluxo de Caixa (Em R\$)			
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Real		Capital Social	Reserva Legal	Reserva Real
Em 31/12/06	3.743.250	664.485	12.825.222		3.743.250	664.485	12.825.222
de Res.	-	-	(4.719.087)		-	-	(4.719.087)
de Res. de Ex.	-	-	(4.369.097)		-	-	(4.369.097)
de Res. de Ex.	-	-	(4.369.097)		-	-	(4.369.097)
de Res. de Ex.	-	-	(4.369.097)		-	-	(4.369.097)
Em 31/12/07	3.743.250	664.485	7.908.125		3.743.250	664.485	7.908.125
de Res.	-	-	(3.112.902)		-	-	(3.112.902)
de Res. de Ex.	-	-	(1.998.402)		-	-	(1.998.402)
de Res. de Ex.	-	-	(1.998.402)		-	-	(1.998.402)
de Res. de Ex.	-	-	(1.998.402)		-	-	(1.998.402)
Em 31/12/08	3.743.250	664.485	7.908.125		3.743.250	664.485	7.908.125
de Res.	-	-	(3.112.902)		-	-	(3.112.902)
de Res. de Ex.	-	-	(1.998.402)		-	-	(1.998.402)
de Res. de Ex.	-	-	(1.998.402)		-	-	(1.998.402)
de Res. de Ex.	-	-	(1.998.402)		-	-	(1.998.402)

SUELI ESCARLATE DOS SANTOS
Diretora Presidente

RUBENS PAIM TINO
Controlador - CRC 1SP 135486/O-7

(continuação da página anterior)

Vice-Presidente, a Assembleia Geral poderá indicar outro conselheiro integrante do Conselho Fiscal para assumir o cargo vacante. **Parágrafo 3º** - Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos, após a homologação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil, na forma de regulamentação em vigor, mediante termo de posse lavrado e assinado no livro próprio, devendo permanecer no exercício de seus cargos até o prazo de seis meses para sua substituição. **Parágrafo 4º** - O prazo do mandato dos membros do Conselho Fiscal eleitos por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2009 vigorará, excepcionalmente, até a Assembleia Geral Ordinária e realizará em 2010.

CAPÍTULO V - DO COMITÊ DE AUDITORIA - **Artigo 23** - O Comitê de Auditoria será composto por (4) quatro membros efetivos e 2 (dois) suplentes, sendo 1 (um) deles designado coordenador, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, e destituíveis pelo Conselho de Administração a qualquer tempo. **Parágrafo 1º** - Caso um membro efetivo deixe de ocupar, permanentemente, o seu cargo, antes do término do respectivo mandato, assumirá o seu respectivo suplente. Caso o respectivo suplente não possa substituir o membro efetivo, o membro do Conselho de Administração que indicou o membro do Comitê de Auditoria a ser substituído deverá indicar um substituto para preencher o referido cargo. **Parágrafo 2º** - Pelo menos um dos membros do Comitê de Auditoria deve possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria que o qualifique para a função. **Parágrafo 3º** - Este Comitê de Auditoria será único para a Sociedade e suas controladas, nos termos de legislação vigente. **Parágrafo 4º** - A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, a ser definida pelo Conselho de Administração, será compatível com as atribuições previstas no regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração, observando que: (i) a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria não será superior ao honorário médio percebido pelos Diretores; (ii) o integrante do Comitê de Auditoria que for, também, membro do Conselho de Administração deverá optar pela remuneração relativa a apenas um dos cargos; e (iii) não será devida qualquer remuneração aos membros do Comitê de Auditoria, além daquela a que fazem jus em virtude da ocupação de seus respectivos cargos na Diretoria. **Parágrafo 5º** - O prazo do mandato dos membros do Comitê de Auditoria eleitos por meio da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de setembro de 2009 vigorará, excepcionalmente, até a primeira reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária e realizará em 2011. **Artigo 24** - Para o exercício do cargo no Comitê de Auditoria, deverão ser observadas as condições básicas para exercício do respectivo cargo, bem como os impedimentos previstos nas legislações aplicáveis. **Parágrafo único** - A função do membro do Comitê de Auditoria é indelegável. **Artigo 25** - Compete ao Comitê de Auditoria: (a) estabelecer as regras processuais para a prestação de serviços, as regras de remuneração, a prestação de serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador de serviços, caso considere necessário; (b) revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios de administração e parecer do auditor independente; (c) avaliar a eficácia das auditorias independentes e internas, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de requisitos e códigos internos; (d) avaliar o cumprimento, pela administração da Sociedade, das recomendações feitas pelas auditorias independentes ou internas; (e) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; (f) recomendar à Diretoria e ao Conselho de Administração a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados nos âmbitos das suas atribuições; (g) reunir-se, no mínimo, trimestralmente com a Diretoria, com o Conselho de Administração, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas

recomendações ou indicações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais reuniões; (h) reunir-se com o Conselho Fiscal e Conselho de Administração, por solicitação das mesmas, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; (i) realizar outras atribuições necessárias para o cumprimento de legislação e regulamentação pertinentes, bem como aquelas que o próprio Comitê de Auditoria entender relevantes. **CAPÍTULO VI - DA OUIDORIA** - **Artigo 26** - A Ouvidoria será composta por 1 (um) ouvidor, eleito pela Assembleia Geral com mandato de 1 (um) ano e destituível pelo mesmo órgão a qualquer tempo, sendo ciente que a função de membro da Ouvidoria é indelegável. **Parágrafo 1º** - Esta Ouvidoria será única para a Sociedade e suas controladas, nos termos da legislação vigente. **Parágrafo 2º** - Para o exercício de cargo na Ouvidoria deverão ser observadas as condições básicas previstas pelo Conselho Monetário Nacional. **Artigo 27** - Compete à Ouvidoria: (a) receber, registrar, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços da Sociedade; (b) prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas; (c) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não pode ultrapassar 30 (trinta) dias, e encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes dentro deste prazo; (d) propor à Diretoria e ao Conselho de Administração medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas; (e) elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, incluindo as medidas previstas no alínea "d" normal; e (f) outras atribuições necessárias para o cumprimento de legislação e regulamentação pertinentes, bem como aquelas que a própria Ouvidoria entender relevantes. **Artigo 28** - A Sociedade se compromete expressamente a: (a) criar condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e seriedade; e (b) assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades. **CAPÍTULO VII - DA ASSEMBLEIA GERAL** - **Artigo 29** - A Assembleia Geral realizará-se, ordinariamente, nos primeiros 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social, extraordinariamente sempre que o interesse social assim o exigir. **Artigo 30** - As resoluções da Assembleia Geral que tratam dos assuntos estatutários abaixo somente poderão ser aprovadas pelo voto afirmativo de acionistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das ações ordinárias emitidas pela Sociedade: (i) o pagamento de dividendos; (ii) a alteração do estatuto social que implique (a) aumento ou redução de capital; (b) alteração de qualquer direito decorrente da classe e espécies das ações emitidas pela Sociedade; (c) alterações no número de conselheiros da Sociedade; (d) modificação do objeto social; ou (e) alteração na competência da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração e/ou respectivos quadros de aprovação; (iii) o requerimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação ou dissolução da Sociedade ou sociedades por esta controladas, direta ou indiretamente; (iv) a prática, pela Sociedade, de qualquer ato gratuito que envolva valores superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); (v) a aprovação de ações de compra de ações, de opções de compra de ações (stock options), de bônus de subscrição, bem como de quaisquer outras

públicas de valores mobiliários da emissão de Sociedade e/ou das sociedades por esta controladas, direta ou indiretamente; (vi) a aprovação da realização, do tamanho e estrutura de uma oferta pública inicial de ações emitidas pela Sociedade; (vii) a redução do dividendo obrigatório; (ix) a aprovação anual das contas dos administradores e das demonstrações financeiras anuais da Sociedade; (x) a aprovação de: 1) política de reinvestimentos da Sociedade; 2) proposta dos órgãos de administração referente à destinação do lucro da Sociedade; 3) fixação do regime de pagamento de dividendos aos acionistas pela Sociedade; e 4) constituição de reservas de capital ou lucros pela Sociedade; (xi) o resgate, recompra ou amortização de ações da Sociedade, os termos e condições dessas operações, incluindo, sem limitação, os valores a serem pagos, observados os parâmetros definidos em lei; e (xii) a aprovação das matérias previstas no artigo 10 acima, com exceção dos itens (viii) e (ix) (cuja deliberação é de competência privativa do Conselho de Administração da Sociedade por expressa disposição legal), quando não submetidas à deliberação do Conselho de Administração da Sociedade ou, se submetidas, não tiverem sido aprovadas e forem convocadas pela Assembleia Geral de Acionistas da Sociedade. **Artigo 31** - A Assembleia Geral será convocada e secretariada por pessoa por ele escolhida, acionista ou não, escolhido entre os presentes. **Artigo 32** - Os trabalhos e deliberações da Assembleia Geral, será lavrada, em livro próprio, e a ser assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. **CAPÍTULO VIII - DO EXERCÍCIO SOCIAL, LUCROS E DISTRIBUIÇÃO** - **Artigo 33** - O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que se procederá a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os princípios regidos pela regulamentação de queis serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral. **Parágrafo Único** - A Sociedade levantará balanço semestral no dia 30 de junho de cada ano. **Artigo 34** - O lucro líquido obtido, diminuído ou acrescido dos valores previstos no artigo 202 da Lei 6.404/76, 25% (vinte e cinco por cento) serão declarados e pagos como dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, permanecendo o saldo à disposição da Assembleia. **Parágrafo Único** - O montante do lucro não destinado ao pagamento de dividendos será retido em reserva de expansão constituída com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios da Sociedade, até o limite do capital social, observado o disposto no artigo 199 da Lei 6.404/76, vigente quando de sua destinação. **Artigo 35** - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucros apurados nos balanços semestrais e levantar balanço e distribuir dividendos em período menores, observadas as disposições legais, bem como declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Poderá o Conselho de Administração, ainda, autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, previstos no Art. 202 da Lei 6.404/76, observado o disposto no artigo 78 da Lei 6.404/76 de 27-12-66 e na respectiva regulamentação. **Artigo 36** - A Assembleia Geral é lícito atribuir aos membros do Conselho de Administração, Diretores e empregados de Sociedade participação nos lucros apurados, nos termos da legislação aplicável. **CAPÍTULO IX - DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDACÃO** - **Artigo 37** - A Sociedade será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, compelindo à Assembleia Geral determinar o modo pelo qual deve ser processada, inclusive nomeando o liquidante e o Conselho Fiscal que a conduzirá durante o período de liquidação. **CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES GERAIS** - **Artigo 38** - A Sociedade observará os acordos de acionistas aquiados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora (incluindo o presidente) da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Sociedade aceitar e proceder à transferência de ações, à oneração ou à cessão de voto de preferência à subscrição de ações ou de outros valores mobiliários que não respeitem aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.



Bradesco

Ata da 216ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10.6.2010

Data, Hora, Local: realizada aos 10 dias do mês de junho de 2010, às 17h, na sede social, Cidade de Deus, no Sítio Nobre, nº 5 andar, Prédio Vermelho, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. Presença: compareceram, identificaram-se e assinaram o Livro de Presença acionistas da Sociedade representando mais de dois terços do capital social vigente. Constituição da Mesa: Presidente: Lázaro de Mello Brandão; Secretário: Carlos Alberto Rodrigues Guilherme; Ordem do Dia: 1. Abertura da Assembleia; 2. Atribuição de poderes ao Conselho de Administração para: 1. elevar o capital social de R\$28.500.000,00 para R\$28.500.000,00, mediante: capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária" no valor de R\$2.000.000,00, de conformidade com o disposto no Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com bonificação em ações; 2. bonificação de 10% em ações atribuídas-se aos acionistas da Sociedade, gratuitamente, 1 (uma) ação nova para cada 10 (dez) ações de mesma espécie de que foram titulares na data-base, com a consequente emissão de 342.040.948 novas ações nominativas-escrituras, sem valor nominal, sendo 171.020.483 ordinárias e 171.020.465 preferenciais. Simultaneamente à operação no Mercado Brasileiro, e na mesma proporção, serão bonificados os ADRs - American Depositary Receipts no Mercado Americano (NYSE) e os GDRs - Global Depositary Receipts no Mercado Europeu (Londres). A data-base de direito à bonificação será constituída no Mercado pela Sociedade, após a aprovação do respectivo processo pelo Banco Central do Brasil. II. alterar o "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social, em decorrência do item anterior. Publicações Privadas: a) o Edital de Convocação foi publicado em 11, 12 e 13.5.2010, nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo", respectivamente, páginas 22, 23 e 18, e "Diário do Comércio", respectivamente, páginas 9, 7 e 8; b) o Comunicado foi publicado em 11.5.2010, nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo", página 20, e "Diário do Comércio", página 5. Lettura de Documentos: os documentos citados não foram "publicações prévias" às Propostas do Conselho de Administração e o Parecer do Conselho Fiscal foram lidos, colocados sobre a mesa e entregues à apreciação dos acionistas. Deliberações: as matérias constantes da ordem do dia foram colocadas em discussão e votação, tendo sido aprovadas, sem quaisquer alterações ou ressalvas, as propostas do Conselho de Administração, registradas na Reunião Extraordinária nº 1.821, daquela Órgão, de 10.6.2010, e suas respectivas "Propostas do Conselho de Administração" e serem submetidas aos Acionistas do Banco Bradesco S.A. em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 10.6.2010, às 17h. Senhores Acionistas: O Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. vem submeter para exame e deliberação propostas para: 1. Aumento do Capital Social: elevar o capital social de R\$28.500.000,00 para R\$28.500.000,00, mediante: 1. Capitalização de Reservas: o capital social será aumentado em R\$2.000.000,00, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária", de conformidade com o disposto no Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com bonificação em ações; 2. Bonificação em Ações (10%): é considerado o cancelamento de 3.338.170 ordinárias e 3.338.170 preferenciais, deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10.3.2010, em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil, sendo emitidas 342.040.948 novas ações nominativas-escrituras, sem valor nominal, sendo 171.020.483 ordinárias e 171.020.465 preferenciais, que serão atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) ação nova para cada 10 (dez) ações de mesma espécie de que foram titulares na data-base, observando-se: 2.1. Objetivo: a operação de bonificação tem o propósito de: a) aumentar a liquidez das ações no Mercado, considerando que uma quantidade de ações maior em circulação, potencialmente, pode incrementar os negócios; b) possibilitar um ajuste na cotação das ações, tornando o preço por ação mais atrativo e acessível a um maior número de investidores. Por meio da bonificação em ações não produz consequências jurídicas para presença ou participação acionária proporcional de todos os acionistas. Quanto aos efeitos econômicos haverá incremento de 10% no montante total das dividendos pagos mensalmente, beneficiando de forma proporcional a todos os acionistas. 2.2. Data-Base: a data-base de direito à bonificação será comunicada ao Mercado após a aprovação do respectivo processo pelo Banco Central do Brasil. 2.3. Negociação: as atuais ações continuaram a ser negociadas com direito à bonificação e as novas ações serão liberadas a negociação após a aprovação do respectivo processo pelo Banco Central do Brasil e incluído na posição dos acionistas, que será objeto de comunicação ao Mercado. 2.4. Direito das Ações Bonificadas - Farão jus a dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que vierem a ser declarados a partir da data de sua inclusão na posição dos acionistas. Farão jus também, de forma integral, a eventuais vantagens atribuídas às demais ações a partir

da citada data e 2.5. Dividendos Mensais: os dividendos mensais serão mantidos em R\$0,013219250 por ação ordinária e R\$0,014541175 por ação preferencial, de maneira que os valores pagos mensalmente aos acionistas serão incrementados em 10%, após a inclusão das novas ações nas posições dos acionistas. 2.6. Frações de Ações: a bonificação será efetuada sempre em números inteiros. As sobras decorrentes das frações de ações serão incluídas em vendas no Mercado Brasileiro, após o término da operação no Brasil, sendo as sobras agrupadas em números inteiros e vendidas nas respectivas Bolsas de Valores, sendo os valores creditados aos detentores das frações; após a efetivação da operação, os DRs - Depositary Receipts continuaram a ser negociados na proporção de 1 (uma) ação preferencial para 1 (um) DR, nos referidos Mercados. II. Alteração Estatutária: alterar o "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social, em decorrência do item anterior, que passará a vigorar com a seguinte redação "Art. 6º - O Capital Social é de R\$28.500.000,00 (vinte e oito bilhões e quinhentos milhões de reais), dividido em 3.762.450.441 (três bilhões, setecentos e sessenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil, quatrocentos e quarenta e uma) ações nominativas-escrituras, sem valor nominal, sendo 1.981.225.319 (um bilhão, oitocentos e oitenta e um milhões, duzentas e vinte e cinco mil, trezentas e dezessete unidades) ordinárias e 1.881.225.123 (um bilhão, oitocentos e oitenta e uma milhões, duzentas e vinte e cinco mil, cento e vinte e três unidades) preferenciais". Em seguida, disse o senhor Presidente que a) a Diretoria da Sociedade fica autorizada a praticar todos os atos necessários e a tomar as providências necessárias à implementação das propostas ora aprovadas, lembrando que, após a homologação do respectivo processo pelo Banco Central do Brasil, a Sociedade deverá informar ao Mercado a data-base de direito à bonificação; b) as atuais ações de emissão da Sociedade continuaram a ser negociadas com direito à bonificação e as novas ações serão disponibilizadas para negociação após a aprovação do respectivo processo pelo Banco Central do Brasil e incluído na posição dos acionistas, que será objeto de comunicação ao Mercado. 2.5. Bonificação em Ações: a Ata: autoriza a publicação na forma prevista no Parágrafo Segundo do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76. Ocorrência da Deliberação: aprovada pela unanimidade de votos dos acionistas presentes. Aprovação e Assinatura da Ata: lavrada e lida, foi lida Ata aprovada por todos os acionistas presentes e assinada, a) Presidente: Lázaro de Mello Brandão; Secretário: Carlos Alberto Rodrigues Guilherme. Declaração: Declaro que os devidos fins que a Ata da referida Assembleia encontra-se lavrada no livro próprio, homologada pelo Banco Central do Brasil e arquivada conforme segue "Cartório - Secretaria da Fazenda - Junta Comercial do Estado de São Paulo - Cartório do registro sob nº 278.695/10-4, em 3.8.2010, a) Régine Regina Bueno de Godoy - Secretária Geral"; Banco Bradesco S.A. a) Sérgio Socha - Diretor Vice-Presidente, Antonio José da Barbara - Diretor Departamental.

Banco Bradesco S.A.
CNPJ nº 60.746.948/0001-12
NIRE 35.300.027.795
Companhia Aberta

BBD
NYSE
LSE
XBBDC

IBRI

FR INDUSTRIAL TÉCNICA DE CONVERSÃO DE EMBALAGENS LTDA.
EPP. Torna público que requereu à CETESB a Renovação da Licença de Operação para Fabricação de Embalagens de Material plástico sito à Rua Visconde de Taunay nº 196 - Bom Retiro - SP.


Alvorada Ind. e Com. de Artefatos de Alama Ltda - ME torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia de Instalação nº 3000935 e requereu a Licença de Operação para "módulos armados: fabricação de" a R. Jucará, 433, Par. XV de Novembro, São Paulo.

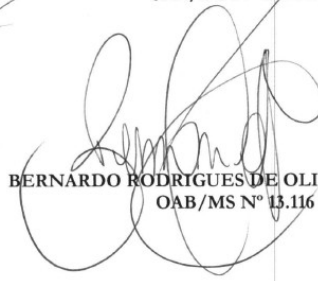
GILBERTO NEVES DOS SANTOS - EPP. Torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia, de Instalação e de Operação nº 30007036 com val. até 16.08.2015 para Fabricação de Acessórios do Vestuário e de Segurança Profissional sito à Rua Tucunaré nº 42 - Jd. Helena - SP.

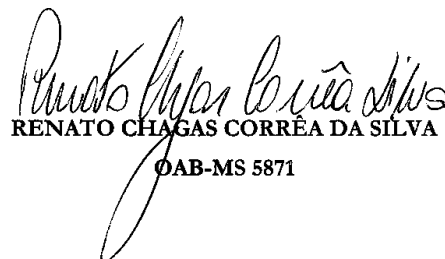
SUBSTABELECIMENTO

COM RESERVA de poderes substabeleço na pessoa de **CAMILLA DIAS G. LOPES DOS SANTOS** brasileira, inscrita na OAB/DF sob o número 56.709 os poderes da cláusula “ad judícia” que nos foram outorgados por, com endereço profissional na SIG Quadra 4 - Lote 25 - Sala 316/317/318/320, Edifício Barão de Mauá, Brasília/DF os poderes a mim conferidos por **BANCO BRADESCO S.A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, com sede na Cidade de Deus, Vila Yara, em Osasco-SP.

Brasília/DF, 7 de May de 2019.


ERNESTO BORGES NETO
OAB/MS Nº 6.651-B


BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO
OAB/MS Nº 13.116


RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA
OAB-MS 5871

Campo Grande/MS
XV de Novembro, 2.029 | CEP 79020-300 - 67 3389.0123 | Fax: 67 3321.0468

Cuiabá/MT
Manoel Leopoldino, 358 | CEP 78005-550 - 65 3648.0123 | Fax: 65 3648.0143


Palmas/TO
Teotônio Segurado, 501 Sul | Conj 1 Lote 6 | Amazônia Center, Sala 801
CEP 77016-002 | 63 3214.1866 | Fax: 63 3214.2616

Três Lagoas/MS
Dr. Eloy Chaves, 690 | Sala 1 | CEP 79602-000 - 67 3522.4904 | Fax: 67 3521.5895

Goiânia/GO
102, nº 87 | Setor Sul | CEP 74083-250 - 62 3257.5500 | Fax: 62 3257.5501

Brasília/DF
SRTVS Quadra 701 Bloco A | Sala 411 | Centro Empresarial Brasília
CEP 70340-907 | 61 3037.6565 - 9906.9102

www.ernestoborges.com.br

 **ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
IDENTIDADE DE ADVOGADA
SUPLEMENTAR

INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR: 56709

NOME
CAMILLA DIAS GOMES LOPES DOS SANTOS

FILIAÇÃO
CARLOS LOPES DOS SANTOS
DARCY DIAS GOMES

NATURALIDADE
CAMPO GRANDE-MS

RG
001295384 - SSP/MS

DATA INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR
08/11/2017

DATA DE NASCIMENTO
02/06/1989

CPF
018.428.851-70

VIA EXPEDIDO EM
01 09/11/2017


JULIANO COSTA COUTO
PRESIDENTE



Recibo Eletrônico de Protocolo - 17475936

Usuário Externo (signatário):	CAMILLA DIAS GOMES LOPES DOS SANTOS
Data e Horário:	15/03/2022 13:56:44
Tipo de Peticionamento:	Intercorrente
Número do Processo:	08012.000690/2022-93
Relacionado ao Processo Indicado:	08012.000403/2020-83
Protocolos dos Documentos (Número SEI):	
- Solicitação REQUERIMENTO DE ACESSO EXTERNO BRADESCO	17475933
- Documento DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO KIT	17475934

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério da Justiça e Segurança Pública.



22642201



08012.000403/2020-83



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Divisão de Análise e Gestão da Informação

DESPACHO Nº 17/2023/DIAGI/CGEMM/DPDC/SENACON

Destino: **Encerramento / Arquivamento**

Assunto: **Defesa do Consumidor: Monitoramento do Mercado de Consumo**

Processo nº 08012.000403/2020-83

1. Trata-se do Processo em epígrafe a respeito dos problemas envolvendo a oferta e comercialização de cartão de crédito consignado.
2. Considerando que as recomendações propostas na Nota Técnica nº 28/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ (SEI 11533147) foram atendidas com o envio dos Ofícios nº 33, 34, 35, 36/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ (11557692, 11557695, 11558381, 11558472) para análise da viabilidade e da racionalidade econômicas da manutenção da opção de saque no cartão de crédito consignado e do OFÍCIO-CIRCULAR Nº 1/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ (11560203) para conhecimento e alinhamento entre a Senacon e os membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor;
3. Considerando que com a atuação da Senacon, o sistema bancário, por meio da FEBRABAN e a ABBC, auxiliou no aprimoramento do Sistema de Autorregulação de Operações de Empréstimo Pessoal e Cartão de Crédito com Pagamento Mediante Consignação (<https://www.autorregulacaobancaria.com.br/pagina/43/23/pt-br/consignado-apresentacao>);
4. Assim, por não haver providências adicionais a serem adotadas neste momento sobre o tema por esta Divisão, registre-se, conclua-se e arquive-se o Processo em epígrafe em bloco específico nesta Unidade

Atenciosamente,

ANDERSON PORTUGAL CARDOSO

Analista Técnico-Administrativo

NIZIA MARTINS SOUZA

Chefe da Divisão de Análise e Gestão da Informação - Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Portugal Cardoso, Analista Técnico(a) Administrativo(a)**, em 02/02/2023, às 14:14, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Nizia Martins Sousa, Chefe da Divisão de Análise e Gestão da Informação - Substituto(a)**, em 02/02/2023, às 14:16, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **22642201** e o código CRC **D7675C7A**.
O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Data de Envio:

05/05/2023 15:12:44

De:

MJ/Divisão de Análise e Gestão da Informação <assessoria.senacon@mj.gov.br>

Para:

juliano@oliveiraeantunes.com.br

Assunto:

Resposta ao Peticionamento de Acesso Externo

Mensagem:

Prezado Sr. Juliano Ricardo Schimitt,

Informamos que os documentos relacionados ao Banco Itaú que estavam no processo 08012.000403/2020-83 foram transferidos para o processo 08012.001132/2020-83

Atenciosamente,
SENACON-SEAPRO

Mayara Fernanda de Sousa Correa

De: Catharina Medeiros <cmedeiros@bfbm.com.br>
Enviado em: domingo, 17 de setembro de 2023 23:32
Para: MJ-SENACON Protocolo
Assunto: Renovação de Acesso Externo - Processo nº 08012.000403/2020-83.
Anexos: comprovante endereço.pdf; OAB.pdf; contrato social.pdf; Doc. 1.pdf; Bradesco S.A - SENACON - Requerimento acesso 08012.000403202083 (1).pdf

Prezados, boa tarde.

Seguem, em anexo, os documentos necessários para renovação de acesso ao Processo Administrativo nº.08012.000403/2020-83.

O requerimento é para o login SEI da Dra. Ana Carolina de Pinho de Ipanema Moreira (acipanema@bfbm.com.br), integrante do escritório Barroso Fontelles, Barcellos, Mendonça & Associados.

Saliento que a procuração e substabelecimentos ora encaminhados foram juntados aos autos, conforme comprovante anexo.

Peço, por gentileza, confirmar a renovação de acesso aos autos assim que efetivada.

Atenciosamente,





Alteração contratual da sociedade profissional "BARROSO FONTELLES, BARCELLOS, MENDONÇA & ASSOCIADOS - ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA", na forma abaixo:

Pelo presente instrumento particular, os sócios ROBERTO BERNARDES BARROSO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 1.205, portador da carteira de identidade expedida pelo IFP/RJ sob o RG nº 01.013.875-8, inscrito no CPF-MF sob o nº 015.682.997-53; CARMEN BEATRIZ DE LEMOS TIBURCIO RODRIGUES, brasileira, casada, advogada, inscrita no OAB/RJ sob o nº 40.718, portadora da carteira de identidade expedida pelo IFP/RJ sob o RG nº 041.73688-5, inscrita no CPF-MF sob o nº 583.307.717-68; ANA PAULA GONÇALVES PEREIRA DE BARCELLOS, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 95.436, portadora da carteira de identidade expedida pelo IFP/RJ sob o RG nº 100.75567-7, inscrita no CPF-MF sob o nº 045.458.947/63; KARIN BASILIO KHALILI DANNEMANN, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 99.501, portadora da carteira de identidade expedida pelo IFP/RJ sob o RG nº 103.31595-8, inscrita no CPF-MF sob o nº 053.727.377-86; RAFAEL BARROSO FONTELLES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 119.910, portador da carteira de identidade expedida pelo IFP/RJ sob o RG nº 098.93604-0, inscrito no CPF-MF sob o nº 081.559.787-88; EDUARDO BASTOS FURTADO DE MENDONÇA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 130.532, portador da carteira de identidade expedida pelo IFP/RJ sob o RG nº 132.54326-5, inscrito no CPF-MF sob o nº 093.136.867-75; FELIPE MONNERAT SOLON DE PONTES RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 147.325, portador da carteira de identidade expedida pelo DIC/DETRAN/RJ sob o RG nº 020.268.487-4, inscrito no CPF-MF sob o nº 053.754.857-29; JULIA RYFER, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 156.061, portadora da carteira de identidade expedida pelo DIC/DETRAN/RJ sob o RG nº 21.461.939-7, inscrita no CPF-MF sob o nº 115.525.997-10; THIAGO MAGALHÃES PIRES, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 156.052, portador da carteira de identidade expedida pelo DIC/DETRAN/RJ sob o RG nº 12955675-9, inscrito no CPF-MF sob o nº 114.428.477-51; DEBORAH GONZÁLEZ DAHER, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 147.601, portadora da identidade expedida pelo IFP/RJ sob o RG nº 12847298-2, inscrita no CPF-MF sob o nº 091.338.177-23; RENATA ALVES PEIXOTO, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 161.550, portadora da identidade expedida pelo DIC/DETRAN/RJ sob o RG nº 20365217-7, inscrita no CPF-MF sob o nº 056.956.717-36; JOVIAN DA SILVA RODRIGUES FERREIRA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 161.113, portador da identidade expedida pelo DIC/DETRAN/RJ sob o RG nº 21.020.200-8, inscrito no CPF-MF sob o nº 110.224.927-05; RENATO FAIG TORRES PINTO DA ROCHA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 170.097, portador da identidade expedida pelo DIC/DETRAN/RJ sob o RG nº 21.051.683-7, inscrito no CPF-MF sob o nº 101.308.727-50; FELIPE DE MELO FONTE, brasileiro, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 140.467, portador da carteira de identidade nº 11466301-6, inscrito no CPF-MF sob o nº 090.336.517-00; FELIPE MENDONÇA TERRA, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 179.757, portador da carteira de identidade nº 00112424-2, inscrito no CPF-MF sob o nº 137.635.837-93; VANESSA DE BARROS BEVILAQUA REZENDE, brasileira, casada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 163.556, portadora da carteira de identidade nº 12877922-0, inscrita no CPF sob o



nº 053.594.706-23; BRUNO BARKI, brasileiro, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 118.681, portador da carteira de identidade nº 11094029-3 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 076.618.107-35; ANA CAROLINA DE PINHO DE IPANEMA MOREIRA, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 182.998, portadora da carteira de identidade nº 246135479 Detran/RJ, inscrita no CPF sob o nº 138.916.087-48, BIANCA PESCE FONTELES CABRAL, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 179.146, portadora da carteira de identidade nº 2349319 SSP/DF, inscrita no CPF sob o nº 020.214.071-79, MÁRCIO MONTEIRO REIS, brasileiro, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 93.815, portador da carteira de identidade nº 09354027-6 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 037.358.247-14, PRISCILLA DE SOUZA PESTANA CAMPANA, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 162.556, portadora da carteira de identidade nº 11433841-1 Detran/RJ, inscrita no CPF sob o nº 053.896.277-17, FELIPE DA SILVA JUSTEN, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 196.912, portador da carteira de identidade nº 21.048.133-9 Detran/RJ, inscrito no CPF sob o nº 058.228.947-55, e FELIPE GOMES DE ALMEIDA ALBUQUERQUE, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 189.367, portador da carteira de identidade nº 20.328.936-8 Detran/RJ, inscrito no CPF sob o nº 136.825.867-09, NATHÁLIA PORTO FRÓES KASTRUP, brasileira, casada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 155.144, portadora da carteira de identidade nº 0206451064 Detran/RJ, inscrita no CPF sob o nº 107.292.787-00; LUCAS GOLDFARB COBBETT, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 187.055, portador da carteira de identidade nº 20.922.540-8 Detran/RJ, inscrito no CPF sob o nº 130.926.307-85; MARCIO CAVALCANTI, brasileiro, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 110.541, portador da carteira de identidade nº 10.623.729-0 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 051.350.987-98; LARISSA CAMARGO COSTA, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 201.512, portadora da carteira de identidade nº 15.386.913 Polícia Civil/MG, inscrita no CPF sob o nº 108.170.216-80; FELIPE FIDELIS COSTA DE BARCELLOS, brasileiro, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 148.512, portador da carteira de identidade nº 200126472 DIC/RJ, inscrito no CPF sob o nº 094.386.597-22, FÁBIO RODRIGUES JULIANO, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 156.861, portador da carteira de identidade nº 4305813 SSP/GO, inscrito no CPF sob o nº 102.890.857-13; FELIPE RODRIGUES MATTOS MARTINS, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 169.772, portador da carteira de identidade nº 20.183.504-8 Detran/RJ, inscrito no CPF sob o nº 102.277.347-00, STELA HÜHNE PORTO, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 199.519, portadora da carteira de identidade nº 26.755.008-5, inscrita no CPF sob o nº 145.783.997-02; CAROLINA CARVALHO DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 174.403, portadora da carteira de identidade nº 020.582.373-5 Detran-RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 101.909.307-21; CAIO MONETTO SILVEIRA MARTINS LEÃO, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 205.446, portador da carteira de identidade nº 26.716.180-0 DIC/RJ, inscrito no CPF sob o nº 140.188.957-39; KONSTANTINOS JEAN ANDREPOULOS, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 206.853, portador da carteira de identidade nº 12.785.292-x SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 082.399.388-41; e EDUARDO NUNEZ SANTOS, brasileiro, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 128.891, portador da carteira de identidade nº 11660303-6 IFP-RJ, inscrito no CPF sob o nº 085.054.367-33, DANIELLE FERNANDES BOUÇAS, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 186.061, portadora da carteira de identidade nº 202579116 DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 056.136.727-25; INGRID DE AZEVEDO MARTINS RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 208.249, portadora da carteira de identidade nº 21.025.257-3 DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 152.725.427-54; FILIPE CANTARINO DO COUTO, brasileiro, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 174.508, portador da carteira de identidade nº 020.355.584-2 DETRAN/RJ,



inscrito no CPF sob o nº 115.122.627-06; RAFAELLA MAVROPOULOS DE OLIVEIRA LIMA, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 210.997, portadora da carteira de identidade nº 24.046.076-6 DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 140.160.657-12; GISELE BARBOSA DE OLIVEIRA LIMA, brasileira, viúva, portadora da carteira de identidade nº 08694322/2 IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 018.665.567-38; ROSANA CLAUDIA GOMES DOS SANTOS, brasileira, divorciada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 173.683, portadora da carteira de identidade nº 21.429.249-2 DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 119.147.447-05; CAROLINA DEFÁVERI MOREIRA MARTINS, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 187.044, portadora da carteira de identidade nº 23.085.365-7 DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 124.479.187-39; CATARINE QUITES DE MATTOS, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 198.106, portadora da carteira de identidade nº 21569628-7 DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 132.379.877-35; MARCOS HAUSEN MARCHI, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 211.134, portador da carteira de identidade nº 1074287291 SJS/RS, inscrito no CPF sob o nº 008.772.870-23; BRUNA DE OLIVEIRA REY, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 214.021, portadora da carteira de identidade nº 5076383941 DETRAN/RS, inscrita no CPF sob o nº 846.686.790-20; FERNANDO GONÇALVES PRATTI, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 215.440, portador da carteira de identidade nº 22340658-8 DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 141.049.607-48; IVANA PEREZ DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 171.178, portadora da carteira de identidade nº 214002289 DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 123.088.827-60; NAIANA DO AMARAL PORTO, brasileira, divorciada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 167.818, portadora da carteira de identidade nº 11423454-5 DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 101.746.097-36; MARCELA DE ABREU QUINTANILHA, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 179.572, portadora da carteira de identidade nº 20934528-9 DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 124.060.057-71; CARLOS EDUARDO ARAGÃO DE SOUZA FERNANDES, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 218.174, portador da carteira de identidade nº 21196060-4 DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 131.698.987-95; LUISA FADINI BANDEIRA DE MELLO FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 215.786, portadora da carteira de identidade nº 248621393 DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 118.165.277-42; CAMILA KAREN AQUINO MAXIMINO DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 150.915, portadora da carteira de identidade nº 020328510-1 DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 099.490.677-31; PEDRO HENRIQUE LOURENÇO DA COSTA, brasileiro, solteiro inscrito na OAB/RJ sob o nº 218.949, portador da carteira de identidade nº 2642724-7 DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 144.425.377-80; EMERSON DA ROCHA DIAS, brasileiro, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 137.794, portador da carteira de identidade nº 095461349 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 016.399.627-00; THAIS MARA PEREIRA MOREIRA, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 204.013, portadora da identidade nº 247789837 DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 128.968.807-98; AMANDA BORGES FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 176.320, portadora da identidade nº 13022473-6 DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 042.431.147-06; JEFFERSON DIAS SALLES, brasileiro, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 197.000, portador da identidade nº 25467043-3, inscrito no CPF sob o nº 138.953.927-07; SEBASTIÃO ALVES PEREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 156.904, portador da carteira de identidade nº 2803671 SSP/PA, inscrito no CPF sob o nº 396.728.832-34; CRISTIANE SOBRAL DO NASCIMENTO, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 99.233, portadora da identidade nº 092832906 IFP/RJ, inscrita no CPF sob o nº 068.607.857-80; CLAUDIO LUIZ MARTINS REIS FILHO, brasileiro, solteiro,




inscrito na OAB/RJ sob o nº 170.655, portador da carteira de identidade nº 13.084.336-6 DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 096.128.447-12 ; VITOR DE ALMEIDA PIEDADE DE OLIVEIRA, brasileiro, divorciado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 154.805, portador da carteira de identidade nº 0207595901 DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 108.223.227-06; SANDRO FELIPE MAGALHÃES SIMÃO, brasileiro, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 182.050, portador da carteira de identidade nº 129800736 DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 107.051.837-93; PATRÍCIA ESPÍNDOLA CARNEIRO, brasileira, casada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 163.412, portadora da carteira de identidade nº 11580663-0 IFP/RJ, inscrita no CPF sob o nº 111.323.207-20; ISABELLA PICANÇO MACHADO MATEUS VIEIRA, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 109.357, portadora da identidade nº 10140834-2 DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 029.489.807-71; RENATA COELHO DA ROCHA VIANA, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 167.686, portadora da identidade nº 03591258254 DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 121.060.457-43; CAMILA CRESPO DO AMARAL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 198.602, portadora da identidade nº 26916837-3 DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 138.110.547-59; KARINE DE MOURA CANDÊIAS, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 161.013, portadora da identidade nº 273916718 DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 058.113.037-50; ELISA PONTES SILVA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 220.325, portadora da identidade sob o nº 280119637 DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 128.807.927-38; JULIANA PADILHA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 214.942, portadora da identidade 723165-2 MMA, inscrita no CPF sob o nº 150.161.647-11; GUSTAVO CARNEIRO DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 157.210, portador da identidade 257605600 Detran/RJ, inscrito no CPF sob o nº 984.378.525-87; AMANDA TORRES LAPORT, brasileira, solteira, portadora da OAB/RJ sob o nº 198.613, portadora da identidade nº 212057921 Detran/RJ, inscrita no CPF sob o nº 118.801.237-11; todos domiciliados na Avenida República do Chile, nº 230, sala 401, Centro, Rio de Janeiro, RJ, têm entre si ajustada a seguinte alteração do contrato social da sociedade profissional **"BARROSO FONTELLES, BARCELLOS, MENDONÇA & ASSOCIADOS - ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA"**, registrada na Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 99.756/1990.

PRIMEIRA – Retiram-se da sociedade, mediante cessão de suas cotas ao sócio Rafael Barroso Fontelles, INGRID DE AZEVEDO MARTINS RIBEIRO, JULIA RYFER, JULIANA PADILHA DA SILVA, GUSTAVO CARNEIRO DE OLIVEIRA e AMANDA TORRES LAPORT, acima qualificados, que, subscrevendo esta alteração contratual, dão ao sócio adquirente e à sociedade ampla, geral e irrestrita quitação pelo valor total das cotas e dos haveres a que teriam direito.

SEGUNDA – Passam a integrar a sociedade, mediante aquisição de cotas do sócio Rafael Barroso Fontelles, os advogados: (i) ALEXANDRE COSTEIRA FRAZÃO, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 170.831, portador da carteira de identidade nº 11352688-3 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 090.646.667-92; (ii) ANA CAROLINA KNÖLLER NUNES, brasileira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 222.095, portadora da carteira de identidade nº 28104870-2 Detran/RJ, inscrita no CPF sob o nº 152.433.537-10; (iii) DANIELLI CARVALHO NOGUEIRA, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 188.570, portadora da carteira de identidade nº 20156547-0 Detran/RJ, inscrita no CPF sob o nº 116.392.417-28; (iv) DOUGLAS KLÖH, brasileiro, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº

222.231, portador da carteira de identidade nº 247706898 Detran/RJ, inscrito no CPF sob o nº 138.109-787-10; (v) GABRIEL OLIVEIRA DE MELO, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 221.770, portador da carteira de identidade nº 25471006-4 Detran/RJ, inscrito no CPF sob o nº 160.206.097-58; (vi) HELENA EVARISTO DE SÃO MARTINHO, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 187.372, portadora da carteira de identidade nº 12157200-2 Detran/RJ, inscrita no CPF sob o nº 071.968.267-36; (vii) PEDRO BARRETO DE MOURA SALGADO, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 221.729, portador da carteira de identidade nº 13285399-5 Detran/RJ, inscrito no CPF sob o nº 139.059.677-07; (viii) RENATA SCHUWENCK SOARES, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 221.649, portadora da carteira de identidade nº 16350367 SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 112.468.966-48; e (ix) ROSINEIDE DO CARMO BARBOSA, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 210.564, portadora da carteira de identidade nº 23524609-7 Detran/RJ, inscrita no CPF sob o nº 127.281.927-23.

TERCEIRA – O capital social atualizado, no importe de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais), divide-se em 500 (quinhentas) cotas de R\$ 47,00 (quarenta e sete reais) cada, distribuindo-se entre os sócios da seguinte forma:



EDUARDO BASTOS FURTADO DE MENDONÇA.....	145 COTAS
RAFAEL BARROSO FONTELLES.....	124 COTAS
KARIN BASILIO KHALILI DANNEMANN.....	47 COTAS
FELIPE MONNERAT SOLON DE PONTES RODRIGUES.....	47 COTAS
FELIPE DE MELO FONTE.....	37 COTAS
ANA PAULA GONÇALVES PEREIRA DE BARCELLOS.....	16 COTAS
THIAGO MAGALHÃES PIRES.....	12 COTAS
ROBERTO BERNARDES BARROSO.....	05 COTAS
CARMEN BEATRIZ DE L. TIBURCIO RODRIGUES.....	01 COTA
DEBORAH GONZÁLEZ DAHER.....	01 COTA
RENATA ALVES PEIXOTO.....	01 COTA
JOVIAN DA SILVA RODRIGUES FERREIRA.....	01 COTA
RENATO FAIG TORRES PINTO DA ROCHA.....	01 COTA
KONSTANTINOS JEAN ANDREPOULOS.....	01 COTA
EDUARDO NUNEZ SANTOS.....	01 COTA
FELIPE MENDONÇA TERRA.....	01 COTA
VANESSA DE BARROS BEVILAQUA REZENDE.....	01 COTA
BRUNO BARKI.....	01 COTA
ANA CAROLINA DE PINHO DE IPANEMA MOREIRA.....	01 COTA
BIANCA PESCE FONTELES CABRAL.....	01 COTA
MÁRCIO MONTEIRO REIS.....	01 COTA
PRISCILLA DE SOUZA PESTANA CAMPANA.....	01 COTA
FELIPE DA SILVA JUSTEN.....	01 COTA
FELIPE GOMES DE ALMEIDA ALBUQUERQUE.....	01 COTA

RENATA COELHO DA ROCHA VIANA.....	01 COTA
CAMILA CRESPO DO AMARAL.....	01 COTA
KARINE DE MOURA CANDÊIAS.....	01 COTA
ELISA PONTES SILVA DE OLIVEIRA.....	01 COTA
ALEXANDRE COSTEIRA FRAZÃO.....	01 COTA
ANA CAROLINA KNÖLLER NUNES.....	01 COTA
DANIELLI CARVALHO NOGUEIRA.....	01 COTA
DOUGLAS KLÔH.....	01 COTA
GABRIEL OLIVEIRA DE MELO.....	01 COTA
HELENA EVARISTO DE SÃO MARTINHO.....	01 COTA
PEDRO BARRETO DE MOURA SALGADO.....	01 COTA
RENATA SCHUWENCK SOARES.....	01 COTA
ROSINEIDE DO CARMO BARBOSA.....	01 COTA



QUARTA – As partes contratantes elegem o Foro Central desta Cidade para dirimir qualquer controvérsia oriunda do presente instrumento.

QUINTA – Ficam mantidas as cláusulas do contrato que não sejam incompatíveis com o disposto no presente instrumento. O contrato social passa a ter a seguinte redação:

PRIMEIRA – A sociedade simples, com a denominação de **“BARROSO FONTELLES, BARCELLOS, MENDONÇA & ASSOCIADOS – ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA”**, terá sede nesta Cidade, na Avenida República do Chile, nº 230, sala 401, Centro, Rio de Janeiro, RJ, podendo funcionar e/ou abrir filiais em todo o território nacional e no exterior.

Parágrafo Primeiro – A sociedade possui Filiais na Av. Rio Branco nº 00123, Grp 2010 Pav 20, e Grp 2101, 2102, 2103 e 2104 Pav 21, e na Av. Rio Branco nº 00125, 00125, Sala 2102, que funcionam com as mesmas atividades da matriz.

Parágrafo Segundo – Em caso de falecimento de qualquer dos sócios que emprestam seu nome à sociedade, a denominação social poderá ser mantida mediante decisão majoritária dos sócios remanescentes.

SEGUNDA – A duração da sociedade é por tempo indeterminado e seu objeto consiste, exclusivamente, na prestação de serviços profissionais de advocacia e consultoria jurídica, serviços esses desempenhados por intermédio dos sócios e outros advogados associados ou contratados, sob a responsabilidade da sociedade.

Parágrafo único – Sem prejuízo do disposto nesta cláusula, além da sociedade, cada sócio responderá subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes, por ação ou omissão, no exercício da advocacia.

Contrato social (25492342) SEI 08012.000403/2020-83 pg. 75



TERCEIRA – O capital social atualizado, integralmente realizado no montante de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais), divide-se em 500 (quinhentas) cotas de R\$ 47,00 (quarenta e sete reais) cada, distribuindo-se entre os sócios da seguinte forma:

EDUARDO BASTOS FURTADO DE MENDONÇA.....	145 COTAS
RAFAEL BARROSO FONTELLES.....	124 COTAS
KARIN BASILIO KHALILI DANNEMANN.....	47 COTAS
FELIPE MONNERAT SOLÓN DE PONTES RODRIGUES.....	47 COTAS
FELIPE DE MELO FONTE.....	37 COTAS
ANA PAULA GONÇALVES PEREIRA DE BARCELLOS.....	16 COTAS
THIAGO MAGALHÃES PIRES.....	12 COTAS
ROBERTO BERNARDES BARROSO.....	05 COTAS
CARMEN BEATRIZ DE L. TIBURCIO RODRIGUES.....	01 COTA
DEBORAH GONZÁLEZ DAHER.....	01 COTA
RENATA ALVES PEIXOTO.....	01 COTA
JOVIAN DA SILVA RODRIGUES FERREIRA.....	01 COTA
RENATO FAIG TORRES PINTO DA ROCHA.....	01 COTA
KONSTANTINOS JEAN ANDREOPOULOS.....	01 COTA
EDUARDO NUNEZ SANTOS.....	01 COTA
FELIPE MENDONÇA TERRA.....	01 COTA
VANESSA DE BARROS BEVILAQUA REZENDE.....	01 COTA
BRUNO BARKI.....	01 COTA
ANA CAROLINA DE PINHO DE IPANEMA MOREIRA.....	01 COTA
BIANCA PESCE FONTELES CABRAL.....	01 COTA
MÁRCIO MONTEIRO REIS.....	01 COTA
PRISCILLA DE SOUZA PESTANA CAMPANA.....	01 COTA
FELIPE DA SILVA JUSTEN.....	01 COTA
FELIPE GOMES DE ALMEIDA ALBUQUERQUE.....	01 COTA
NATHÁLIA PORTO FRÓES KASTRUP.....	01 COTA
LUCCAS GOLDFARB COBBETT.....	01 COTA
MARCIO CAVALCANTI.....	01 COTA
LARISSA CAMARGO COSTA.....	01 COTA
FELIPE FIDELIS COSTA DE BARCELLOS.....	01 COTA
FÁBIO RODRIGUES JULIANO.....	01 COTA
FELIPE RODRIGUES MATTOS MARTINS.....	01 COTA
STELA HÜHNE PORTO.....	01 COTA
CAROLINA CARVALHO DE ALMEIDA.....	01 COTA

CAIO MONETTO SILVEIRA MARTINS LEÃO.....	01 COTA
DANIELLE FERNANDES BOUÇAS.....	01 COTA
FILIFE CANTARINO DO COUTO.....	01 COTA
RAFAELLA MAVROPOULOS OLIVEIRA TUDE.....	01 COTA
ROSANA CLAUDIA GOMES DOS SANTOS.....	01 COTA
CAROLINA DEFÁVERI MOREIRA MARTINS.....	01 COTA
CATARINE QUITES DE MATTOS.....	01 COTA
MARCOS HAUSEN MARCHI.....	01 COTA
BRUNA DE OLIVEIRA REY.....	01 COTA
FERNANDO GONÇALVES PRATTI.....	01 COTA
IVANA PEREZ DOS SANTOS.....	01 COTA
GISELE BARBOSA DE OLIVEIRA LIMA.....	01 COTA
NAIANA DO AMARAL PORTO.....	01 COTA
MARCELA DE ABREU QUINTANILHA.....	01 COTA
CARLOS EDUARDO ARAGÃO DE SOUZA FERNANDES.....	01 COTA
LUIZA FADINI BANDEIRA DE MELLO FERREIRA.....	01 COTA
CAMILA KAREN AQUINO MAXIMINO DA SILVA.....	01 COTA
PEDRO HENRIQUE LOURENÇO DA COSTA.....	01 COTA
EMERSON DA ROCHA DIAS.....	01 COTA
THAIS MARA PEREIRA MOREIRA.....	01 COTA
AMANDA BORGES FERREIRA.....	01 COTA
JEFFERSON DIAS SALLES.....	01 COTA
SEBASTIÃO ALVES PEREIRA.....	01 COTA
CRISTIANE SOBRAL DO NASCIMENTO.....	01 COTA
CLAUDIO LUIZ MARTINS REIS FILHO.....	01 COTA
VITOR DE ALMEIDA PIEDADE DE OLIVEIRA.....	01 COTA
SANDRO FELIPE MAGALHÃES SIMÃO.....	01 COTA
PATRÍCIA ESPÍNDOLA CARNEIRO.....	01 COTA
ISABELLA PICANÇO MACHADO MATEUS VIEIRA.....	01 COTA
RENATA COELHO DA ROCHA VIANA.....	01 COTA
CAMILA CRESPO DO AMARAL.....	01 COTA
KARINE DE MOURA CANDÊIAS.....	01 COTA
ELISA PONTES SILVA DE OLIVEIRA.....	01 COTA
ALEXANDRE COSTEIRA FRAZÃO.....	01 COTA
ANA CAROLINA KNÖLLER NUNES.....	01 COTA
DANIELLI CARVALHO NOGUEIRA.....	01 COTA
DOUGLAS KLÔH.....	01 COTA
GABRIEL OLIVEIRA DE MELO.....	01 COTA



HELENA EVARISTO DE SÃO MARTINHO.....	01 COTA
PEDRO BARRETO DE MOURA SALGADO.....	01 COTA
RENATA SCHUWENCK SOARES.....	01 COTA
ROSINEIDE DO CARMO BARBOSA.....	01 COTA



QUARTA – A administração e a representação legal da sociedade passam a ser exercidas exclusivamente pelos sócios Rafael Barroso Fontelles, Eduardo Bastos Furtado de Mendonça, Karin Basilio Khalili Dannemann, Felipe Monnerat Solon de Pontes Rodrigues, Felipe de Melo Fonte e Thiago Magalhães Pires, em conjunto ou separadamente.

Parágrafo primeiro – Contratos que impliquem em compromisso financeiro para a sociedade em valor superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) somente poderão ser subscritos pelos sócios Rafael Barroso Fontelles ou Eduardo Bastos Furtado de Mendonça.

Parágrafo segundo – Os encargos profissionais e os de administração interna da sociedade serão compartilhados pelos sócios na forma da deliberação que tomarem, por maioria, podendo ser delegados a profissionais contratados para esse fim.

Parágrafo terceiro – É vedado o uso da razão social em negócios estranhos ao objeto da sociedade, bem como em prestação de fiança, aval ou qualquer garantia de mero favor.

Parágrafo quarto – Os sócios Rafael Barroso Fontelles e Eduardo Bastos Furtado de Mendonça ficam autorizados a representar os demais sócios em toda e qualquer deliberação societária, com exceção daquelas referentes à cessão de suas próprias cotas, podendo votar ou assinar alterações contratuais, por força do mandato ora outorgado.

QUINTA – Os sócios só poderão advogar isoladamente, fora da sociedade, com conhecimento e anuência desta, por deliberação majoritária dos sócios, sem impedimento de qualquer dos sócios para participar da deliberação.

Parágrafo primeiro – Os honorários auferidos em razão da advocacia isolada prevista no *caput* pertencerão ao sócio como receita pessoal, salvo deliberação em contrário da maioria dos sócios.

Parágrafo segundo – O sócio com impedimento legal para atuar em determinada causa, por qualquer motivo, será excluído de participação no respectivo patrocínio e nos correspondentes honorários.

SEXTA – É vedada a cessão e transferência das cotas de participação social por parte dos sócios, assim como o subestabelecimento, por estes, dos mandatos recebidos nas causas da sociedade, sem o consentimento da maioria dos demais sócios.

SÉTIMA – Os danos e perdas da sociedade serão apurados mensalmente em escrituração contábil. Os lucros ou prejuízos serão partilhados entre os sócios na proporção de sua participação nos trabalhos, conforme deliberação majoritária dos sócios.

Parágrafo único – A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor da integralização de suas cotas, com exceção dos danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia, nos termos do art. 17 da Lei nº 8.906/94.

OITAVA – A retirada de sócio, sua morte ou impossibilidade do exercício de atividade profissional não acarretará a dissolução da sociedade. Esta continuará a funcionar com os sócios remanescentes, sendo alterada a razão social, se for o caso.

Parágrafo único – Em caso de morte, ou retirada de sócio, será devida aos sucessores ou ao sócio retirante, exclusivamente, a importância correspondente à sua participação no capital social – nos termos da cláusula TERCEIRA – que será determinada pela multiplicação do número de cotas pelo valor unitário da cota, como ali estabelecido.

NONA – Qualquer sócio poderá ser excluído da sociedade mediante deliberação da maioria do capital social e correspondente alteração do contrato social. A exclusão de qualquer sócio não acarretará a dissolução da sociedade. Esta continuará a funcionar com os sócios remanescentes, sendo alterada a razão social, se for o caso.

Parágrafo único – Será devida ao sócio excluído, tão somente, a importância correspondente à sua participação no capital social – nos termos da cláusula TERCEIRA – que será determinada pela multiplicação do número de cotas pelo valor unitário da cota, como ali estabelecido.


DÉCIMA – As eventuais alterações do presente contrato social serão decididas pela maioria do capital social.

DÉCIMA-PRIMEIRA – As partes contratantes elegem o foro central desta Cidade para dirimir qualquer controvérsia oriunda do presente contrato.


E por estarem assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que produzam os devidos e legais efeitos.

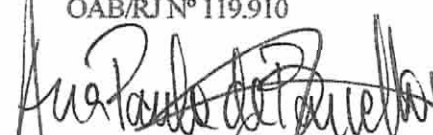


Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2018.


ROBERTO BERNARDES BARROSO
OAB/RJ Nº 1.205


RAFAEL BARROSO FONTELLES
OAB/RJ Nº 119.910


CARMEN TIBURCIO
OAB/RJ Nº 40.718



ANA PAULA DE BARCELLOS
OAB/RJ Nº 95.436

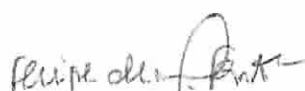

EDUARDO MENDONÇA
OAB/RJ Nº 130.532




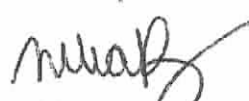

KARIN KHALILI DANNEMANN
OAB/RJ Nº 99.501

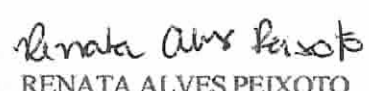

FELIPE MONNERAT
OAB/RJ Nº 147.325



THIAGO MAGALHÃES PIRES
OAB/RJ Nº 156.052


FELIPE DE MELO FONTE
OAB/RJ Nº 140.467



DEBORAH GONZÁLEZ DAHER
OAB/RJ Nº 147.601

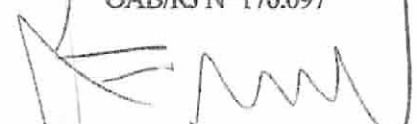

JULIA RYPER
OAB/RJ Nº 156.061



RENATA ALVES PEIXOTO
OAB/RJ Nº 161.550


JOVIAN DA SILVA RODRIGUES FERREIRA
OAB/RJ Nº 161.113


RENATO FAIG TORRES PINTO DA ROCHA
OAB/RJ Nº 170.097


KONSTANTINOS JEAN ANDREOPOULOS
OAB/RJ Nº 206.853


EDUARDO NUNEZ SANTOS
OAB/RJ Nº 128.891


FELIPE MENDONÇA TERRA
OAB/RJ Nº 179.757


VANESSA BEVILAQUA
OAB/RJ Nº 163.556

Bianca Pesce
BIANCA PESCE FONTELES CABRAL

OAB/RJ Nº 179.146

Bruno Barki
BRUNO BARKI

OAB/RJ Nº 118.681

Marcio Monteiro Reis
MÁRCIO MONTEIRO REIS

OAB/RJ Nº 93.815

Stela Hühne Porto
STELA HÜHNE PORTO

OAB/RJ Nº 199.519

Ana Carolina Ipanema
ANA CAROLINA IPANEMA

OAB/RJ Nº 182.998

Priscilla Pestana
PRISCILLA PESTANA

OAB/RJ Nº 162.556

Felipe da Silva Justen
FELIPE DA SILVA JUSTEN

OAB/RJ Nº 196.912



Felipe Albuquerque
FELIPE ALBUQUERQUE

OAB/RJ Nº 189.367

Luccas Goldfarb Cobbett
LUCCAS GOLDFARB COBBETT

OAB/RJ Nº 187.055

Nathália Porto Fróes Kastrup
NATHÁLIA PORTO FRÓES KASTRUP

OAB/RJ Nº 155.144

Larissa Camargo Costa
LARISSA CAMARGO COSTA

OAB/RJ Nº 201.512

Marcio Cavalcanti
MARCIO CAVALCANTI

OAB/RJ Nº 110.541

Fabio Rodrigues Juliano
FABIO RODRIGUES JULIANO

OAB/RJ Nº 156.861

Felipe Fidelis Costa de Barcellos
FELIPE FIDELIS COSTA DE BARCELLOS

OAB/RJ Nº 148.512

Carolina Carvalho de Almeida
CAROLINA CARVALHO DE ALMEIDA

OAB/RJ Nº 174.403

Felipe Rodrigues Mattos Martins
FELIPE RODRIGUES MATTOS MARTINS

OAB/RJ Nº 169.772

Caio Leão
CAIO LEÃO

OAB/RJ Nº 205.446

Danielle Fernandes Bouças
DANIELLE FERNANDES BOUÇAS

OAB/RJ Nº 186.061

Ingrid de Azevedo M. Ribeiro
INGRID DE AZEVEDO MARTINS RIBEIRO
OAB/RJ Nº 208.249

Rafaela Mavropoulos
RAFAELLA MAVROPOULOS
OAB/RJ Nº 210.997

Filipe Cantarino do Couto
FELIPE CANTARINO DO COUTO
OAB/RJ Nº 174.508

Carolina Defaveri
CAROLINA DEFÁVERI
OAB/RJ Nº 187.044

Rosana Claudia Gomes dos Santos
ROSANA CLAUDIA GOMES DOS SANTOS
OAB/RJ Nº 173.683

Marcos Hausen Marchi
MARCOS HAUSEN MARCHI
OAB/RJ Nº 211.134

Catarine Quitès de Mattos
CATARINE QUITES DE MATTOS
OAB/RJ Nº 198.106

Fernando Gonçalves Pratti
FERNANDO GONÇALVES PRATTI
OAB/RJ Nº 215.440

Bruna de Oliveira Reis
BRUNA DE OLIVEIRA REIS
OAB/RJ Nº 214.021



Juliana Padilha da Silva
JULIANA PADILHA DA SILVA
OAB/RJ Nº 214.942

Naiana do Amaral Porto
NAIANA DO AMARAL PORTO
OAB/RJ Nº 167.818

Ivana Perez dos Santos
IVANA PEREZ DOS SANTOS
OAB/RJ Nº 171.178

Carlos Eduardo Fernandes
CARLOS EDUARDO FERNANDES
OAB/RJ Nº 218.174

Marcela Quintanilha
MARCELA QUINTANILHA
OAB/RJ Nº 179.572

Luisa Fadini
LUIZA FADINI
OAB/RJ Nº 215.786

Camila Karen Aquino
CAMILA KAREN AQUINO
OAB/RJ Nº 150915

Gustavo Carneiro de Oliveira
GUSTAVO CARNEIRO DE OLIVEIRA
OAB/RJ Nº 157.210

Pedro Henrique Lourenço da Costa
PEDRO HENRIQUE LOURENÇO DA COSTA,
OAB/RJ Nº 218.949

Emerson da Rocha Dias
EMERSON DA ROCHA DIAS
OAB/RJ Nº 137.794

Thais Mara Pereira Moreira
THAIS MARA PEREIRA MOREIRA
OAB/RJ Nº 204.013

Amanda B. Ferreira
AMANDA BORGES FERREIRA

OAB/RJ Nº 176.320

Jefferson Dias Salles
JEFFERSON DIAS SALLES

OAB/RJ Nº 197.000

Sebastião Alves Pereira
SEBASTIÃO ALVES PEREIRA

OAB/RJ Nº 156.904

Cristiane Sobral do Nascimento
CRISTIANE SOBRAL DO NASCIMENTO

OAB/RJ Nº 99.233

Amanda Torres Laport
AMANDA TORRES LAPORT

OAB/RJ Nº 198.613

Claudio Luiz Martins Reis Filho
CLAUDIO LUIZ MARTINS REIS FILHO

OAB/RJ Nº 170.655

Vitor de Almeida Piedade de Oliveira
VITOR DE ALMEIDA PIEDADE DE OLIVEIRA

OAB/RJ Nº 154.805

Sandro Simão
SANDRO SIMÃO

OAB/RJ Nº 182.050

Patrícia Espíndola Carneiro
PATRÍCIA ESPÍNDOLA CARNEIRO

OAB/RJ Nº 163.412

Isabella Vieira
ISABELLA VIEIRA

OAB/RJ Nº 109.357

Renata Coelho da Rocha Viana
RENATA COELHO DA ROCHA VIANA

OAB/RJ Nº 167.686

Gisele Lima
GISELE LIMA

OAB/RJ Nº 157.896

Karine de Moura Candêias
KARINE DE MOURA CANDÊIAS

OAB/RJ Nº 161.013

Camila Crespo do Amaral
CAMILA CRESPO DO AMARAL

OAB/RJ Nº 198.602

Alexandre Costeira Fração
ALEXANDRE COSTEIRA FRAÇÃO

OAB/RJ Nº 170.831

Elisa Pontes Silva de Oliveira
ELISA PONTES SILVA DE OLIVEIRA

OAB/RJ Nº 220.325

Danielli Carvalho Nogueira
DANIELLI CARVALHO NOGUEIRA

OAB/RJ Nº 170.831

Ana Carolina Knöller Nunes
ANA CAROLINA KNÖLLER NUNES

OAB/RJ Nº 170.831

Gabriel Oliveira de Melo
GABRIEL OLIVEIRA DE MELO

OAB/RJ Nº 221.770

Douglas Klöh
DOUGLAS KLÔH

OAB/RJ Nº 222.231

Pedro B. de A. Salgado
PEDRO BARRETO DE MOURA SALGADO

OAB/RJ Nº 221.729

Helena Evaristo de São Martinho
HELENA EVARISTO DE SÃO MARTINHO

OAB/RJ Nº 187.372

Rosineide do Carmo Barbosa
ROSINEIDE DO CARMO BARBOSA

OAB/RJ Nº 210.564

Renata Schüwenck Soares
RENATA SCHÜWENCK SOARES

OAB/RJ Nº 221.649

Testemunhas:

Sandra de Oliveira Reis Farias
Sandra de Oliveira Reis Farias

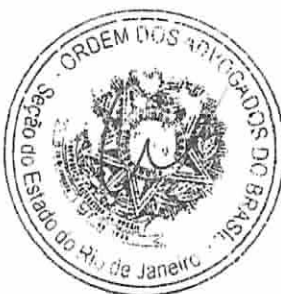
RG 05861035-3 (DIC/DETRAN/RJ)

CPF 747293657-0

Valéria Duque Rodrigues de Oliveira
Valéria Duque Rodrigues de Oliveira

RG 05931412-0 (IFP/RJ)

CPF 710751357-53



OAB - RJ

Certifico que a presente—
alteracao contratual encontra-se
registrada nesta Secao, desde
vinte e tres de janeiro de dois
mil e dezenove, sob o nro. RS.
099.756/1990.

Rio de Janeiro, vinte e tres de
janeiro de dois mil e
dezenove

Oficial do Registro



Rio de Janeiro, 09 de setembro de 2022.

Ao

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon)

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC)

Processo nº. 08012.000403/2020-83

BANCO BRADESCO S.A., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, com sede na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Osasco, Estado de São Paulo, CEP 06029-900, vem, por seus advogados abaixo assinados, nos autos da processo em epígrafe, requerer a juntada dos instrumentos de representação (Doc. 1), para fins de habilitação e liberação à íntegra dos presentes autos.

Por fim, os patronos do BRADESCO informam que possuem escritório na Avenida República do Chile, nº 230, 4º andar, Rio de Janeiro - RJ, com endereço eletrônico intimacoes@bfbm.com.br, e requerem que **sejam todas as intimações eletrônicas e publicações realizadas exclusivamente em nome do Dr. Rafael Barroso Fontelles**, inscrito na **OAB/RJ sob o nº 119.910**, independentemente de quem assinar as petições.

Nesses termos, pede deferimento.

Rio de Janeiro, 09 de setembro de 2021.

CLARISSA MACHADO
OAB/RJ 230.641

ANA CAROLINA IPANEMA
OAB/RJ 182.998

RENATO FAIG
OAB/RJ 170.097

RAFAEL BARROSO FONTELLES
OAB/RJ 119.910

RIO DE JANEIRO

Av. República do Chile, 230 | 4º andar
Centro | 20031-919 | Rio de Janeiro | RJ
Tel. 21 2221 1177 | Fax. 21 2221 8192

SÃO PAULO

Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, 153 | 7º andar
Vila Nova Conceição | 04543-120 | São Paulo | SP
Tel. 11 3078 8589 | Fax. 11 3071 0578

BRASÍLIA

SHIS QL 12, conjunto 05, casa 03
Lago Sul | 71630-255 | Brasília | DF
Tel. 61 3409 1000 | Fax. 61 3254 4095

Doc. 1

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva de iguais, os poderes que me foram outorgados pelo **BANCO BRADESCO S.A.**, com sede no Núcleo Cidade de Deus, s/n – Vila Yara – Osasco, SP – CEP 06029-900, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, no Instrumento Público de Procuração lavrado no Instrumento Público de Procuração lavrado no 2º Tabelião de Notas da Comarca de Osasco – Estado de São Paulo no livro de nº 1468, às fls. 257/262, aos advogados **RAFAEL BARROSO FONTELLES** – OAB/RJ 119.910, OAB/SP 327.331, OAB/DF 41.762; **RENATO FAIG** – OAB/RJ 170.097, **JOÃO VICENTE NETTO** – OAB/169.957, **ANA CAROLINA DE PINHO DE IPANEMA MOREIRA** – OAB/RJ 182.998, **RAFAELLA MAVROPOULOS** – OAB/RJ 210.997, **FERNANDA RODRIGUEZ FARIA** – OAB/SP 400.252, **CLARISSA DIAS MACHADO** – OAB/RJ 230.641, **LETICIA GARCIA CUNHA** – OAB/RJ 230.640 e **CAROLINA PEREIRA LOBO** – OAB/RJ 230.561, **GABRIEL OLIVEIRA DE MELO** – OAB/RJ 221.770, **KARINA BASTOS** – OAB/RJ 227.482, todos integrantes da sociedade de advogados **BARROSO FONTELLES, BARCELLOS, MENDONÇA & ASSOCIADOS**, com sede na Av. República do Chile, nº 230, 4º andar - Centro - Rio de Janeiro – CEP: 20031-919 RJ e endereço eletrônico intimações@bfbm.com.br, outorgando-lhes poderes para, agindo, conjunta ou separadamente e independentemente da ordem de nomeação, representar o outorgante nos autos do **Processo nº 08012.000403/2020-83**, em trâmite perante a **Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON**, bem como nos recursos e incidentes dele decorrentes, podendo para tanto, praticar todos os atos jurídicos necessários, com poderes para confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos ou acordos, ratificá-los, inclusive mediante renúncia de direitos na fase de conciliação ou em outra qualquer do processo, promover quaisquer processos cautelares

ou preparatórios, preventivos ou incidentes, interpelações, notificações, inclusive propor e acompanhar defesas judiciais e administrativas, e, enfim, tudo praticar para o fiel e completo desempenho deste mandato. Ficam ratificados todos os atos já praticados. Os poderes ora conferidos vigorarão com relação aos outorgados enquanto membros da sociedade de advogados acima indicada.

Osasco, 09 de setembro de 2022.

ALEXANDRE
TAKASHI
SAKAMOTO:17783
159842

Assinado de forma digital
por ALEXANDRE TAKASHI
SAKAMOTO:17783159842
Dados: 2022.09.09
17:38:33 -03'00'

LIGIA APARECIDA
MARIANO
POLICIANO:081108417
59

Assinado de forma digital por
LIGIA APARECIDA MARIANO
POLICIANO:08110841759
Dados: 2022.09.09 17:53:24
-03'00'



2º TABELIÃO DE NOTAS OSASCO - SP

COMARCA DE OSASCO

ANTONIO CARLOS ZANOTTI - TABELIÃO DESIGNADO

* LIVRO Nº 1468 – PAGINAS. 257/262 - 1º TRASLADO



PROCURAÇÃO PÚBLICA.

Aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte (02/01/2020), nesta Cidade e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, em diligência à Cidade de Deus, Vila Yara, compareceram como **Outorgantes: 1º) BANCO BRADESCO S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, NIRE 35300027795, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO realizada em 11/03/2019, registrada na JUCESP sob nº 214.088/19-4, em 16/04/2019, neste ato representado, nos termos do artigo 13 do referido estatuto, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião Extraordinária nº 2.881, do Conselho de Administração, realizada em 13/03/2018, registrada na JUCESP sob nº 277.756/18-2, em 09/05/2018, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 07/05/2019, autenticidade nº 116775238, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **054** sob nº de ordem **160**. **2º) KIRTON BANK S.A. – BANCO MÚLTIPLO**, inscrito no CNPJ sob nº 01.701.201/0001-89, NIRE 41300015341, com sede na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 4º andar, Centro, Curitiba-PR, CEP 80020-030, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE/AGO datada de 30/04/2018, registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20184906369 em 26/09/2018, neste ato representado nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO datada de 30/04/2018, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada nº 195439082, consultada no site da Junta Comercial do Estado do Paraná em 25/09/2019, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **069**. **3º) BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 07.207.996/0001-50, NIRE 35300113420, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO realizada em 29/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 361.568/19-8, em 11/07/2019, neste ato representado, nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social vigente, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE/AGO realizada em 29/04/2019, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 23/07/2019, autenticidade nº 120518251, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **010**. **4º) BRADESCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL**, inscrita no CNPJ sob nº 47.509.120/0001-82, NIRE 35300151381, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO realizada em 18/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 347.692/19-9, em 03/07/2019, neste ato representado nos termos do artigo 13º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela Ata da Reunião Extraordinária nº 110 do Conselho de Administração, realizada em 30/04/2018, registrada na JUCESP sob nº 320.396/18-6, em 12/07/2018, e pela Ata da Reunião Extraordinária nº 122 do Conselho de Administração, realizada em 18/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 347.693/19-2, em 03/07/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 27/07/2019, autenticidade nº 120777884, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **025**. **5º) BANCO BRADESCO BERJ S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 33.147.315/0001-15, NIRE 33300025260, com sede na Praça Pio X, nº 118, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20091-040, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE/AGO de 30/04/2019 registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 00003675637-002, em 05/07/2019, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE de 21/06/2019 registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 00003755614-007, em 11/09/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob



responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada consultada no site da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 16/09/2019, protocolo nº 00-2019/555296-2, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **065. 6º) BANCO BRADESCARD S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 04.184.779/0001-01, NIRE 35300182359, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, Edifício Jauaperi, Bloco D, 15º andar, Alphaville, Barueri-SP, CEP 06454-000, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE/AGO, realizada em 25/04/2018, registrado na JUCESP sob nº 315.543/18-8, em 05/07/2018, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE realizada em 17/12/2018, registrado na JUCESP sob nº 056.996/19-6, em 29/01/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 11/02/2019, autenticidade nº 112595271, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **054** sob nº de ordem **106. 7º) BANCO BRADESCO BBI S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 06.271.464/0001-19, NIRE 35300335791, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Vigente aprovado pela AGE realizada em 07/06/2019, registrada na JUCESP sob nº 423.505/19-1, em 06/08/2019, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social acima mencionado, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela AGE realizada em 03/07/2019, registrada na JUCESP sob nº 471.340/19-4, em 04/09/2019, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 11/09/2019, autenticidade nº 123129250, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **026. 8º) BANCO LOSANGO S.A. – BANCO MÚLTIPLO**, inscrito no CNPJ sob nº 33.254.319/0001-00, NIRE 33300316906, com sede na Praça XV de Novembro, nº 20, 11º andar, salas 1.101 e 1.102, 12º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20010-010, com seu Estatuto Social vigente, aprovado pela AGE/AGO datada de 30/04/2019, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 3677758, em 08/07/2019, neste ato representado nos termos do Artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO datada de 30/04/2019, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão simplificada consultada no site da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 17/07/2019, protocolo nº 00-2019/420860-5, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **013. 9º) BRADESCARD ELO PARTICIPAÇÕES S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 09.226.818/0001-00, NIRE 35300349415, com sede social no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Social Vigente aprovado pela AGE/AGO, realizada em 30/04/2019, registrada na JUCESP sob nº 396.297/19-5, em 19/07/2019, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social, por seus Diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos pela mesma AGE/AGO, realizada em 30/04/2019, acima mencionada, que declaram continuar esta a atual documentação da empresa, sob responsabilidade civil e criminal, e com a ficha cadastral consultada no site da JUCESP em 14/08/2019, autenticidade nº 121660557, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **027. 10º) FUNDAÇÃO BRADESCO**, inscrita no CNPJ sob nº 60.701.521/0001-06, com sede administrativa no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900, com seu Estatuto Social vigente, datado de 25/04/2018, registrado no 2º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Osasco-SP, sob nº 186.033, em 14/06/2018, neste ato representado nos termos do artigo 8º do referido Estatuto Social acima mencionado, por seus diretores, no final nomeados e qualificados, eleitos conforme Ata de Reunião da Mesa Regedora, realizada em 25/04/2018, registrada no 2º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Osasco-SP, sob nº 186.033, em 14/06/2018, que declaram continuarem estes os atuais documentos da fundação, sob responsabilidade civil e criminal, e com a certidão de breve relato, emitida pelo 2º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Osasco-SP em 25/06/2019, ficando todos esses documentos arquivados, em pasta própria de nº **055** sob nº de ordem **028**. Os presentes, reconhecidas suas identidades e capacidades, e por mim identificados, em virtude dos documentos apresentados, do que dou fé.- E por eles Outorgantes referidos, na forma



2º TABELIÃO DE NOTAS OSASCO - SP

COMARCA DE OSASCO

ANTONIO CARLOS ZANOTTI - TABELIÃO DESIGNADO



representada, me foi dito que, por este público instrumento e nos termos de direito, nomeiam e constituem seus **procuradores:** **1. CLAYTON CAMACHO**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 13.810.052 - SSP/SP, CPF sob nº 049.313.418-29, OAB sob nº 76.757/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **2. CELSO SEIGIRO MIYOSHI**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 12.105.453 - SSP/SP, CPF sob nº 033.434.768-89, OAB sob nº 88.955/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **3. PAULO CELSO POMPEU**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 17.034.386 - SSP/SP, CPF sob nº 086.870.678-79, OAB sob nº 129.933/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **4. CLAUDIA XAVIER DA SILVEIRA**, brasileira, divorciada, advogada, RG nº 22.904.277-6 - SSP/SP, CPF sob nº 145.158.198-01, OAB sob nº 134.193/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **5. JOÃO CARLOS GUERESCHI**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 14.971.010 - SSP/SP, CPF sob nº 039.578.748-31, OAB sob nº 96.906/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **6. MARLON TRAMONTINA CRUZ URTOZINI**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 24.510.330-2 - SSP/SP, CPF sob nº 262.757.948-79, OAB sob nº 203.963/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **7. PEDRO OCTÁVIO BEGALLI JUNIOR**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 21.984.577 - SSP/SP, CPF sob nº 178.344.338-30, OAB sob nº 153.114/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **8. SERGIO SINISGALLI**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 12.355.150 - SSP/SP, CPF sob nº 019.806.908-12, OAB sob nº 68.759/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **9. SILVANA CANTALUPO**, brasileira, solteira, advogada, RG nº 10.481.422 - SSP/SP, CPF sob nº 050.095.838-60, OAB sob nº 79.292/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **10. GRAZIELA RIBEIRO SILVA HAKIM**, brasileira, casada, advogada, RG nº 23.489.868-8 - SSP/SP, CPF sob nº 255.418.348-13, OAB sob nº 171.083/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **11. ALEXANDRE TAKASHI SAKAMOTO**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 17.494.307 - SSP/SP, CPF sob nº 177.831.598-42, OAB sob nº 150.289/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **12. ATALÍ SILVIA MARTINS**, brasileira, solteira, advogada, RG nº 17.483.396-9 - SSP/SP, CPF sob nº 124.102.278-05, OAB sob nº 131.502/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **13. CAROLINE CARVALHAES DE ZORZI**, brasileira, casada, advogada, RG nº 33318913-9 - SSP/SP, CPF sob nº 226.168.718-40, OAB sob nº 256.855/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **14. CLAUDIO ANDRÉ DE SOUZA LEITE**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 22.049.258-X - SSP/SP, CPF sob nº 128.862.458-10, OAB sob nº 221.011/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **15. DAGOBERTO RODRIGUES**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 20.567.264-4 - SSP/SP, CPF sob nº 113.742.028-60, OAB sob nº 213.639/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **16. DENISE MAURIN PRIETO**, brasileira, casada, advogada, RG nº 235931670 - SSP/SP, CPF sob nº 134.020.238-73, OAB sob nº 140.288/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **17. ELIANE VOLPINI MARIN**, brasileira, viúva, advogada, RG nº 11.470.849 - SSP/SP, CPF sob nº 042.587.738-83, OAB sob nº 83.560/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **18. ERVANI DE ASSIS SILVA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 23507019-1 - SSP/SP, CPF sob nº 253.492.748-56, OAB sob nº 208.365/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **19. HUMBERTO TAVARES DE MENESES**, brasileiro, solteiro, advogado, RG nº 15885196 - SSP/SP, CPF sob nº 051.372.388-99, OAB sob nº 119518/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **20. JERONIMO BATISTA DE SOUZA MACHADO**, brasileiro, solteiro, advogado, RG nº 1039875883 - SJS/RS, CPF sob nº 635.632.310-87, OAB sob nº 48.461/RS, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **21. KATIA CRISTINA JACINTO SANTOS**, brasileira, casada, advogada, RG nº 18.175.535-X - SSP/SP, CPF sob nº 083.586.748-05, OAB sob nº 135.114/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **22. KURT SCHUNEMANN JUNIOR**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 734150 - SSP/MS, CPF sob nº 580.420.911-68, OAB sob nº 8.739/MS, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **23. LIGIA APARECIDA MARIANO POLICIANO**, brasileira, solteira, advogada, RG nº 11.723.855-0 - IFP/RJ, CPF sob nº 081.108.417-59, OAB sob nº 131.274/RJ, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **24. LUCIANA FRANCO VALENTIM**, brasileira, divorciada, advogada, RG nº 16.960.746 - SSP/SP, CPF sob nº 090.825.648-58, OAB sob nº 144.571/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **25. MARIA CRISTINA BARBOSA DOS SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, RG nº 17.494.190-0 - SSP/SP, CPF sob nº 077.596.888-90, OAB sob nº 104.089/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **26. PATRICIA PERES**, brasileira,

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO, FALSIFICAÇÃO OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



casada, advogada, RG nº 27.555.491-0 - SSP/SP, CPF sob nº 260.688.918-52, OAB sob nº 200.896/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **27. RODRIGO BASSETTO**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 25.320.983-3 - SSP/SP, CPF sob nº 173.894.898-63, OAB sob nº 216.671/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **28. RODRIGO MAMEDE GOMES**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 116903410 - IFP/RJ, CPF sob nº 082.640.717-08, OAB sob nº 148.315/RJ, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **29. ROSELY PENHA PEREIRA**, brasileira, casada, advogada, RG nº 14.620.705 - SSP/SP, CPF sob nº 126.722.818-07, OAB sob nº 154.381/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **30. SILMARA FATIMA KRAIDE MAXIMO**, brasileira, casada, advogada, RG nº 20.194.021-8 - SSP/SP, CPF sob nº 103.178.088-26, OAB sob nº 142.840/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; **31. VENANCIO DE ALCANTARA POLETTI**, brasileiro, solteiro, advogado, RG nº 43.904.994-5 - SSP/SP, CPF sob nº 314.767.958-60, OAB sob nº 300.867/SP, email 4040.advogados@bradesco.com.br; Todos com endereço no Núcleo Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, Osasco – SP, CEP 06029-900; conferindo-lhes poderes para representar os Outorgantes nos seguintes atos: I) em qualquer Juízo ou Tribunal, em ações, processos ou procedimentos de qualquer natureza, especialmente cíveis, comerciais, trabalhistas, fiscais e criminais de interesse dos Outorgantes como Autor, Réu, Assistente, Reclamados Opoentes ou Vítima, visando a satisfação ou a defesa de quaisquer direitos seus, ficando os procuradores investidos dos poderes gerais para o foro e mais dos seguintes: Ingressar com ação rescisória, impetrar Mandado de Segurança, promover a cobrança, amigável ou judicial, de todo e qualquer crédito deles Outorgantes, transigir, desistir, conciliar, celebrar acordos, em juízo ou fora dele, firmar termos e compromissos, receber e dar quitação, proceder a levantamento de depósito judicial quando os Outorgantes figurar, em conjunto ou isoladamente, como beneficiário do crédito, certo que a liberação pelo Banco depositário somente pode ocorrer mediante a destinação dos recursos por meio de Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED) para AGENCIA 4040-1, CONTA 1-9, BANCO 237, CNPJ/MF 60.746.948/0001-12, específica para o recebimento dos créditos da espécie, tudo no valor de até R\$5.000.000,00 (Cinco Milhões de Reais), retirar alvará judicial de qualquer valor e representá-los na fase de conciliação prevista no artigo 359 do Código de Processo Civil, e também, na Justiça do Trabalho, como prepostos, nos termos dos artigos 843 e 861 da CLT., interpor, variar, e desistir de quaisquer ações, recursos ou defesas, oferecer ou ratificar queixas ou representações criminais e funcionar como assistentes do Ministério Público, aceitar e firmar compromissos de Síndico, Comissário ou Depositário, Administrador ou de quaisquer outros cargos judiciais, representar os Outorgantes em quaisquer vendas judiciais de bens pertencentes a devedores seus, ou de bens que estejam penhorados, hipotecados, ou por qualquer outra forma garantindo créditos dos Outorgantes, efetuando lances, depósitos, pagamentos e cauções, e requerendo adjudicações, arrematações e demais atos que visem a aquisição judicial desses bens, ou o recebimento do produto obtido com as respectivas vendas, representar os Outorgantes perante Cartórios de Registros, Tabelionatos, INCRA, FUNRURAL, INSS, e quaisquer outras repartições ou Órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, Receita Federal e, ainda representar os Outorgantes na constituição em mora de Devedores, podendo apontar e apresentar títulos/documentos de dívida e Cédulas de Crédito Bancário por indicação, para protesto, assinando avisos de cobrança em geral, assinar cartas de anuência e Cédulas de Crédito Bancário por indicação, visando a baixa e/ou cancelamento de protesto de títulos/documentos de dívida junto ao respectivo Cartório; especialmente aqueles de que trata a Resolução n.º 11/72 do extinto Banco Nacional da Habitação e notificações extrajudiciais; representar os Outorgantes perante os Cartórios de Registros de Imóveis, de Títulos e Documentos, de Protestos, permitindo para tanto, o envio e a retirada de títulos, documentos de dívida e Cédulas de Crédito Bancário por indicação, bem como o recebimento de valores, conforme procedimento acima especificado, DETRAN, PROCON, DECON e quaisquer outras repartições ou Órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal; representar os Outorgantes, na qualidade de Credor em assembleias e reuniões de credoras que venham a ser designadas nas ações de recuperação judicial ou nas falimentares, em quaisquer datas e locais, podendo referidos procuradores deliberar sobre os itens da ordem do dia, discutindo, votando e, se for o caso, aprovando o plano de recuperação apresentado, concordando com taxas de juros e



2º TABELIÃO DE NOTAS
OSASCO - SP
COMARCA DE OSASCO

ANTONIO CARLOS ZANOTTI - TABELIÃO DESIGNADO



encargos, prazos, condições e forma de pagamento, aceitar garantias, firmar termos, compromissos e declarações, transigir, representar os Outorgantes na cobrança extrajudicial de créditos garantidos por Alienação Fiduciária de Bens Imóveis, nos termos da Lei 9.514/97, inclusive na consolidação de bens, dar quitação, realizar composição ou consignar extrajudicialmente, finalmente, usar de quaisquer ações ou medidas judiciais que se fizerem necessárias aos fins visados com o presente mandato. O exercício dos poderes para oferecer queixas, representações criminais ou requerimento de falência, dependerá sempre, de prévia autorização escrita dos Outorgantes, a qual instruirá a respectiva petição. Para a prática destes atos os Outorgados poderão agir em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação. Os substabelecimentos dos poderes previstos neste item I, deverão sempre ser assinados em conjunto 2 (dois) Outorgados, independentemente da ordem de nomeação e deverão especificar a questão a que se destinam, vedados, assim, os substabelecimentos para uso indeterminado ou genérico; fica também autorizada a extração de fotocópias autenticadas por oficial público para eficácia plena nos termos do artigo 425, do Código de Processo Civil; II) nomear prepostos com poderes para representar os Outorgantes perante Juízos de Direito, Tribunais, Varas do Trabalho, Cíveis, Juizados Especiais Cíveis e Criminais, conferindo aos mesmos Outorgados poderes para prestar depoimento pessoal, confessar, reconhecer a procedência do pedido, assinar cartas de preposição, termos, atas e demais documentos que se fizerem necessários ao bom e fiel desempenho do presente mandato. Para a prática destes atos os Outorgados deverão agir sempre em conjunto de 2 (dois), independentemente da ordem de nomeação. Os poderes previstos neste item II não poderão ser substabelecidos; III) receber citações judiciais e notificações extrajudiciais, podendo, para tanto, assinar e acusar recebimentos nos competentes mandados. Para a prática destes atos os procuradores agirão isoladamente. Os poderes previstos neste item III não poderão ser substabelecidos. Esta procuração é válida em todo o território nacional por tempo indeterminado. O **Primeiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF nº 005.908.058-27; e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Segundo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF nº 005.908.058-27; e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Terceiro Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF nº 005.908.058-27; e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Quarto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF nº 005.908.058-27; e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Quinto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF nº 005.908.058-27; e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Sexto Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF nº 005.908.058-27; e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Sétimo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF nº 005.908.058-27; e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Oitavo Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF nº 005.908.058-27; e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27; o **Nono Outorgante** é neste ato, representado por seus Diretores: **ANDRE RODRIGUES CANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 8.487.985-3/SSP-SP, inscrito no CPF nº 005.908.058-27; e **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 082.633.238/27.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO, FALSURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



SANTANDER

[033-7]

LIBERTY SEGUROS S/A

Vencimento	25/05/2019	Agência/Cod. Beneficiário	0001/1983670434	Nosso Número	14 9000058899 3	Parcela	1	(=) Valor Documento	76,70
(-) Descontos		(-) Outras Deduções		(+) Mora/Multa		(+) Outros Acréscimos		(=) Valor Cobrado	

LIBERTY SEGUROS S/A - RUA DOUTOR GERALDO CAMPOS MOREIRA, 110 CEP 04571-020 - SAO PAULO/SP - CNPJ 61.550.141/0001-72

Apólice: 9314408186 Emissão: 31 Produto: 93021 Parcela: 1 Proposta: 76276705

BARROSO FONTELLES, BARCELLOS, MENDONCA ASSO - CNPJ: 39.093.331/0001-59

RUA REPUBLICA DO CHILE, 230, 4# ANDAR

20031919 CENTRO - RIO DE JANEIRO RJ

Autenticação Mecânica

SANTANDER


[033-7]

03399.83678 04314.900004 58899.301012 3 79000000007670

Local de Pagamento					Vencimento				
PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO					25/05/2019				
Beneficiário					Agência/CódigoBeneficiário				
LIBERTY SEGUROS S/A					0001/1983670434				
RUA DOUTOR GERALDO CAMPOS MOREIRA, 110 - 04571-020 - SAO PAULO - SP					CNPJ: 61.550.141/0001-72				
Data do Documento	No. do documento	Espécie Doc	Acelte	Data Processamento	Nosso Número				
16/5/2019	14-93021-F-9314408186/31/1	REC	N	16/5/2019	14 9000058899 3				
Uso do Banco	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento				
	101	R\$			76,70				
Instruções					(-) Descontos/Abatimento				
Apólice: 9314408186 Emissão: 31 Produto: 93021 Parcela: 1 Proposta: 76276705					(+) Mora/Multa				
Prezado Segurado havendo aceitação, pela seguradora, para reemissão do boleto com nova data para pagto, poderão ser cobrados até R\$ 50,00 a título de despesa operacional.					(+)Outros Acréscimos				
O não pago da 1ª parcela implicará no automático cancelamento da apólice, retroativo à data de início de vigência, não sendo garantida qualquer das coberturas contratadas; O não pagamento de qualquer uma das demais parcelas subsequentes à 1ª poderá implicar no cancelamento da apólice, ajustando-se a cobertura com o prêmio efetivamente pago.					(=) Valor Cobrado				
Em caso de atraso no pagamento de qualquer parcela, o valor ficará sujeito à multa moratória de 2%, mais 1% ao mês a título de juros moratórios e correção monetária fixada pelo índice IPCA. O pagamento em atraso não obriga a cobertura em casos de sinistros ocorridos.									
Sr. Caixa: não receber após 25/05/2019.									
Pagador									
BARROSO FONTELLES, BARCELLOS, MENDONCA ASSO - CNPJ: 39.093.331/0001-59									
RUA REPUBLICA DO CHILE, 230, 4# ANDAR									
20031919 CENTRO - RIO DE JANEIRO RJ									
LIBERTY SEGUROS S/A - RUA DOUTOR GERALDO CAMPOS MOREIRA, 110 CEP 04571-020 - SAO PAULO/SP - CNPJ 61.550.141/0001-72					Ficha de Compensação				


Autenticação Mecânica





ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO RIO DE JANEIRO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO:
182998



NOME
ANA CAROLINA DE PINHO DE IPANEMA MOREIRA

FILIAÇÃO
LUIZ EDUARDO DE IPANEMA MOREIRA
ANA CRISTINA DE PINHO DE IPANEMA MOREIRA

NATURALIDADE
RIO DE JANEIRO-RJ

RG
246135479 - DETRAN-RJ

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
NÃO

DATA DE NASCIMENTO
22/06/1990

CPF
138.916.087-48

VIA
01

EXPEDIDO EM
06/09/2013

FELIPE DE SANTA CRUZ OLIVEIRA-SCALETSKY
PRESIDENTE

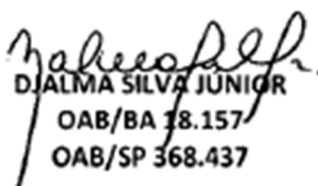
ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) DIRETOR(A) DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DA SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA.

Procedimento Administrativo nº 08012.000403/2020-83

BANCO CETELEM S/A, instituição financeira já qualificada nos autos do processo em epígrafe, por seu advogado que esta subscreve, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, requerer o envio da cópia integral dos autos nº 08012.000403/2020-83 para o endereço eletrônico juridico1@djalmasilva.adv.br, bem como a juntada dos documentos anexos, quais sejam, atos constitutivos e procuração.

Nestes termos, pede deferimento.

De Salvador – BA para Brasília - DF, 07 de novembro de 2023.



DJALMA SILVA JUNIOR
OAB/BA 18.157
OAB/SP 368.437

DJALMA
SILVA
JUNIOR

Assinado de forma
digital por DJALMA
SILVA JUNIOR
Dados: 2023.11.07
12:06:30 -03'00'

DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

BANCO CETELEM S/A, empresa com sede na Alameda Rio Negro, nº 161, 17º andar, Alphaville, CEP: 06454-000 – Barueri/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.558.456/0001-71, representado neste ato na forma de seus atos societários, por seu Diretor Presidente, **ANTÔNIO NUNO HENRIQUES CARDOSO VERÇAS**, português, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade V562683-O (RNE), inscrito no CPF/MF sob nº 233.462.078-54, com endereço comercial em Barueri (SP) na Alameda Rio Negro nº 161, 17º andar, Alphaville – CEP 06454-000, nomeia e constituem como seus bastantes procuradores os Dr.(s):

OUTORGADOS:

DJALMA SILVA JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito junto à OAB/SP sob nº 368.437 e perante a OAB/BA sob o nº 18.157 e **MANUELA SARMENTO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/BA sob o nº 18.454, sócios do escritório **SARMENTO E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.264.388/0001-87 e registrada na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia, sob o nº 1.336/2004, com sede estabelecida na Avenida Antônio Carlos Magalhães, nº 3.244, Ed. Empresarial Thomé de Souza, 8º andar, Pituba, Salvador - Bahia, CEP 41.800-700, a quem confere os seguintes poderes:

PODERES:

- (1) Representar a Outorgante perante quaisquer órgãos públicos ou privados, especialmente órgãos de fiscalização e da administração pública no âmbito federal, estadual ou municipal, autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais e, ainda, perante quaisquer instituições financeiras, inclusive o Banco Central do Brasil, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Justiça, podendo, para tanto, requerer, tomar ciência, reclamar, assinar formulários, firmar carta de preposição, bem como praticar todos os atos necessários para o exercício deste mandato; e
- (2) Confere, também, amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula *ad-judicia et extra*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-la nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, indicar prepostos, podendo os outorgados, inclusive, substabelecer com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

VALIDADE:

A presente procuração terá prazo indeterminado a partir da data de sua assinatura.

Barueri (SP), 20 de março de 2019.


ANTÔNIO NUNO HENRIQUES CARDOSO VERÇAS
Diretor Presidente



BANCO BGN S.A.
CNPJ nº 00.558.456/0001-71
NIRE 26.300.009.897

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2014

DATA, HORA E LOCAL: 01 de Abril de 2014, às 08:30 horas, na sede social do Banco BGN S.A., na Av. Fernando Simões Barbosa, nº 266, sala 101, Edifício Wecon Empresarial Center VI, Bairro Boa Viagem, Recife (PE), CEP 51020-390.

CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação prévia em razão da presença da única acionista, conforme disposição do §4º, do art. 124 da Lei 6.404/76.

PRESENÇA: Acionista da sociedade representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante no “Livro de Presença de Acionistas”.

MESA: Presidente: António Nuno Henrique Cardoso Verças e **Secretário:** Antonio Carlos La Gamba Pajoli.

ORDEM DO DIA:

- (a) a alteração da denominação social da Sociedade;
- (b) a transferência da sede social da Sociedade para a cidade de Barueri, estado de São Paulo;
- (c) mudança dos jornais onde passarão a ser feitas as publicações legais; e
- (d) consolidação do Estatuto Social.

DELIBERAÇÕES: Após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade, aprovar:

(a) a alteração da denominação social da Sociedade, que passará de “Banco BGN S.A.” para “Banco Cetelem S.A.”. Em face da modificação ora aprovada, o Artigo 1º do Estatuto Social, passa a vigorar com a seguinte nova redação:

“Artigo 1º - O BANCO CETELEM S.A., é uma Sociedade anônima, que se regerá pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis e pelo presente Estatuto Social.”

(b.1) a transferência da sede social da Sociedade da cidade de Recife, estado de Pernambuco para a cidade de Barueri, Estado de São Paulo, onde funcionará na Alameda Rio Negro, nº 161, 7º andar, salas 701 e 702, Alphaville, Barueri (SP), CEP 06454-000. Em virtude das alterações ora aprovadas, o Artigo 2º do Estatuto Social, passa a vigorar com a seguinte redação:



A large, stylized handwritten signature in blue ink, located to the right of the stamp.

"Artigo 2º - A Sociedade tem sede e foro na cidade de Barueri, estado de São Paulo e, observadas as prescrições legais e regulamentares, poderá abrir e extinguir agências, dependências ou filiais em qualquer ponto do País, por deliberação e critério da Diretoria."

(b.2) a adequação do texto do Artigo 34, em decorrência da transferência da sede social acima deliberada, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"Artigo 34 - Fica eleito o foro da Comarca de Barueri, no estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias oriundas deste Estatuto Social."

(c) a mudança, para efeitos do disposto no parágrafo 3º do artigo 289 da Lei 6.404/76, dos jornais onde serão efetuadas as publicações exigidas pela legislação vigente, os quais passarão a ser o Diário Oficial do Estado de São Paulo e o Valor Econômico; e

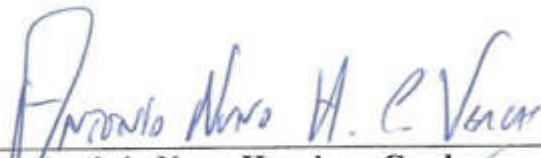
(d) em face das deliberações ora tomadas, a consolidação do Estatuto Social do Banco BGN S.A., que passa a vigorar nos termos do **Anexo I**.

ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes.

ACIONISTA PRESENTE: Cetelem América Ltda., representada por António Nuno Henrique Cardoso Verças.

Recife (PE), 01 de abril de 2014.


Cetelem América Ltda.
pp. António Nuno Henrique Cardoso Verças


António Nuno Henrique Cardoso
Verças
Presidente da Mesa


António Carlos La Gamba Pajoli
Secretário da Mesa



ESTATUTO SOCIAL

BANCO CETELEM S.A.
CNPJ nº 00.558.456/0001-71
NIRE 26.300.009.897

CAPÍTULO I **DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE, FORO E PRAZO DE DURAÇÃO**

Artigo 1º - O **BANCO CETELEM S.A.**, é uma Sociedade anônima, que se regerá pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis e pelo presente Estatuto Social.

Artigo 2º - A Sociedade tem sede e foro na cidade de Barueri, estado de São Paulo e, observadas as prescrições legais e regulamentares, poderá abrir e extinguir agências, dependências ou filiais em qualquer ponto do País, por deliberação e critério da Diretoria.

Artigo 3º - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

Artigo 4º - A Sociedade tem por objeto social a pratica de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas carteiras autorizadas – Comercial e de Crédito, Financiamento e Investimento e, ainda, a carteira de Câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

CAPÍTULO II **CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

Artigo 5º - O Capital Social é de R\$ 412.664.093,00 (quatrocentos e doze milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil e noventa e três reais), dividido em 412.664.093 (quatrocentos e doze milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil e noventa e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo 1º - Cada ação dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - As ações, indivisíveis perante a Sociedade, não serão representadas por cautelas provisórias ou por certificados, presumindo-se a respectiva propriedade pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Sociedade.

Parágrafo 3º - A transferência das ações operar-se-á por termo lavrado no livro de transferência de ações nominativas, datado e assinado pelo cedente e pelo cessionário, ou por seus legítimos representantes ou procuradores.

CAPÍTULO III **ASSEMBLEIA GERAL**

Artigo 6º - A Assembleia Geral realizar-se-á ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses, após o término do exercício social, para os fins previstos em lei e,



extraordinariamente, sempre que os interesses o exigirem, quando convocada pelo Conselho Fiscal, se em funcionamento, ou pelos acionistas na forma da lei.

Parágrafo 1º - Os acionistas poderão participar das Assembleias Gerais por meio de videoconferência, conferência telefônica ou outro meio de comunicação que permita assegurar a identificação do acionista e a participação efetiva e a autenticidade do seu voto, que será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida assembleia.

Parágrafo 2º - As deliberações das assembleias, ressalvadas as exceções legais, serão tomadas pelos votos representativos da maioria das ações.

Parágrafo 3º - As atas das reuniões das Assembleias Gerais e as deliberações serão registradas em livro próprio.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7º - A Sociedade será administrada por uma Diretoria na forma da Lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência, reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Parágrafo 2º - A Sociedade procederá obrigatoriamente renovação anual do Seguro de Responsabilidade Civil dos Diretores e Administradores (D&O).

CAPÍTULO V DIRETORIA

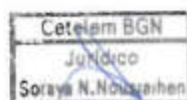
Artigo 8º - A Diretoria será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, de 7 (sete) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Vice-Presidente e os demais designados Diretores, sem designação especial.

Parágrafo 1º - O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos, podendo haver reeleição, permanecendo, entretanto, os Diretores em seus cargos até a data da posse da nova Diretoria.

Parágrafo 2º - Em caso de vaga de qualquer dos cargos de Diretores, ou impedimento do titular, caberá à Assembleia Geral eleger o novo Diretor, cujo mandato deverá coincidir com o dos demais Diretores.

Parágrafo 3º - Nos seus impedimentos, faltas ou ausências temporárias, os Diretores impedidos ou faltantes, indicarão os seus respectivos substitutos, que deverão, necessariamente, serem também Diretores.

Artigo 9º - Compete à Diretoria exercer as atribuições que a Lei o Estatuto Social lhe conferirem para os atos necessários ao funcionamento regular da Sociedade.



Artigo 10 - A Diretoria, presidida pelo Diretor Presidente, reunir-se-á sempre que necessário, na Sede da Sociedade e suas deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, cabendo a convocação ao próprio Diretor Presidente, que também presidirá a reunião, a quem caberá o voto de qualidade no caso de empate de votação.

Artigo 11 - As atas das reuniões de Diretoria e as deliberações serão registradas em livro próprio.

Artigo 12 - A Diretoria terá amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e a realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto da Sociedade, e poderá, inclusive, contratar empréstimos, renunciar a direitos e transigir, dar caução e, bem assim, adquirir, alienar, hipotecar e, de qualquer forma, onerar bens imóveis da Sociedade.

Artigo 13 - Compete ao Diretor Presidente:

- a) exercer a supervisão de todos os negócios e operações da Sociedade;
- b) representar a Sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimentos;
- c) criar e suprimir cargos, contratar, promover, suspender, demitir, fixar vencimentos e gratificações e determinar a competência dos funcionários;
- d) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria;
- e) cumprir e fazer cumprir os estatutos sociais, assim como as resoluções das Assembleias Gerais.

Artigo 14 - Compete ao Diretor Vice-Presidente:

- a) exercer a supervisão de todos os negócios e operações da Sociedade;
- b) representar a Sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimentos.

Artigo 15 - Compete aos Diretores sem designação especial:

- a) auxiliar o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente na administração geral dos negócios sociais;
- b) desincumbir-se das tarefas que lhes forem cometidas pelo Diretor Presidente ou Diretor Vice-Presidente.

Artigo 16 - A Sociedade somente poderá assumir quaisquer obrigações mediante assinatura:

- a) do Diretor Presidente ou do Diretor Vice-Presidente isoladamente;
- b) de 2 (dois) Diretores sem designação especial em conjunto;
- c) de um Diretor sem designação especial em conjunto com procurador com expressos e especiais poderes;
- d) de 1 (um) procurador, isoladamente, com expressos e específicos poderes.

Artigo 17 - Para a outorga de procurações, a Sociedade deverá ser representada isoladamente pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Vice-Presidente ou por qualquer 2 (dois) dos outros Diretores sem designação especial em conjunto. As procurações outorgadas em nome da Sociedade, exceção das que conferem poderes "ad-judicial", deverão especificar os poderes conferidos para assinatura em conjunto e/ou isoladamente, bem como, conter prazo de validade definido.



Artigo 18 - Para alienar, ceder, hipotecar, permutar ou onerar os bens da Sociedade, a Sociedade será representada por 2 (dois) Diretores, sendo obrigatória a presença do Diretor Presidente ou do Diretor Vice-Presidente.

Artigo 19 - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao seu objeto social, tais como fianças, avais, endossos, ou quaisquer garantias, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral.

Artigo 20 - À Diretoria, nos exatos termos do presente Estatuto Social, compete representar a Sociedade, zelar pelo cumprimento e execução das normas estatutárias, organizar e apresentar à Assembleia Geral as demonstrações financeiras previstas em lei e a proposta de destinação do resultado do exercício, depois de submetê-las ao Conselho Fiscal, se em funcionamento.

CAPÍTULO VI CONSELHO FISCAL

Artigo 21 - A Sociedade terá um Conselho Fiscal, de caráter não permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não residentes no País, devendo sua eleição e instalação obedecer aos preceitos da legislação pertinente.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal, quando eleito e instalado, terá a incumbência, atribuída por lei e a remuneração de seus membros efetivos será fixada pela Assembleia Geral que o eleger, de acordo com a lei.

CAPÍTULO VII COMITÊ DE AUDITORIA

Artigo 22 - O Comitê de Auditoria será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento por parte da Sociedade das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor.

Parágrafo 1º - O Comitê de Auditoria será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos pela Assembleia Geral dentre os Diretores da Sociedade, devendo pelo menos um deles possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria, designado Especialista.

Parágrafo 2º - Os membros eleitos para o Comitê de Auditoria terão mandato por prazo indeterminado.

Parágrafo 3º - A destituição dos membros do Comitê de Auditoria depende de deliberações tomadas pela Assembleia Geral.

Parágrafo 4º - Os membros do Comitê de Auditoria poderão participar das reuniões do Comitê por meio de videoconferência, conferência telefônica ou outro meio de comunicação que permita assegurar a identificação do membro, a sua participação



efetiva e a autenticidade de sua participação, que será considerada válida para todos os efeitos legais e incorporada à ata da referida reunião.

Parágrafo 5º - O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente à Diretoria

Artigo 23 - Constituem atribuições do Comitê de Auditoria:

- I. estabelecer as regras operacionais para o seu funcionamento, as quais devem ser aprovadas pela Diretoria, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos acionistas;
- II. recomendar à Diretoria a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário;
- III. revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais da Sociedade, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- IV. avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos;
- V. avaliar o cumprimento, pela Diretoria, das recomendações feitas pelos auditores independente ou interno;
- VI. estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- VII. recomendar à Diretoria correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- VIII. reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a Diretoria, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros;
- IX. verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria;
- X. reunir-se com o Conselho Fiscal da Sociedade, quando em funcionamento, e com a Diretoria, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas respectivas competências; e
- XI. outras atribuições eventualmente determinadas pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO VIII COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

Artigo 24 - A Sociedade terá um Comitê de Remuneração, composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, nomeados e destituídos pela Diretoria, devendo pelo menos um deles não ser integrante da Administração da Sociedade.



Parágrafo 1º - Os membros eleitos para o Comitê de Remuneração terão mandato de 1 (um) ano, permitida a recondução por até 9 (nove) vezes consecutivas, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo 2º - Os membros nomeados, que podem ser integrantes dos Órgãos da Administração da Sociedade e do corpo de funcionários da Sociedade, devem preencher as condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo.

Parágrafo 3º - Os membros do Comitê de Remuneração poderão participar das reuniões do Comitê por meio de videoconferência, conferência telefônica ou outro meio de comunicação que permita assegurar a identificação do membro e a sua participação efetiva e a autenticidade de sua participação, que será considerada válida para todos os efeitos legais e incorporada à ata da referida reunião.

Parágrafo 4º - No ato da nomeação pela Diretoria dos membros do Comitê de Remuneração, será designado o seu Coordenador.

Parágrafo 5º - O Comitê de Remuneração reportar-se-á diretamente à Diretoria.

Parágrafo 6º - Compete ao Comitê de Remuneração, além de outras atribuições que lhe venham a ser conferidas por lei ou norma regulamentar:

- I. elaborar a política de remuneração dos administradores, propondo à Diretoria diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;
- II. supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração dos administradores;
- III. revisar anualmente a política de remuneração de administradores, recomendando à Diretoria a sua correção ou aprimoramento;
- IV. propor à Diretoria da Sociedade o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma prevista em lei;
- V. avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores;
- VI. analisar a política de remuneração de Administradores em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação às empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; e,
- VII. zelar para que a política de remuneração dos Administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e situação financeira atual e esperada da instituição e com o que dispuser a lei e a regulamentação aplicável.

Parágrafo 7º - Os membros do Comitê de Remuneração integrantes da Diretoria da Sociedade não farão jus a qualquer remuneração adicional àquela a que tiverem direito por exercerem cargos na Diretoria da Sociedade. Os demais membros não integrantes da Diretoria serão remunerados na forma e no montante definidos previamente pela Diretoria.



CAPÍTULO IX OUVIDORIA

Artigo 25 - A Ouvidoria é o órgão responsável por assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos dos consumidores, bem como atuar como um canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de seus produtos e serviços.

Parágrafo 1º - A Sociedade se compromete a criar condições adequadas para o funcionamento da ouvidoria, bem como para que a atuação desta seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção.

Parágrafo 2º - A Sociedade deverá assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades.

Artigo 26 - São atribuições da Ouvidoria:

- I. receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários dos produtos e serviços da Sociedade, que não foram solucionadas pelo atendimento habitual disponibilizado ao cliente;
- II. prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas;
- III. informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não pode ultrapassar quinze dias;
- IV. encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado no inciso III;
- V. propor à Diretoria da Sociedade medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência das análises recebidas;
- VI. elaborar e encaminhar à auditoria interna, à Diretoria da Sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, contendo as proposições de que trata o inciso V.

Artigo 27 - Dentre os membros da Ouvidoria um será nomeado pela Diretoria como Ouvidor com mandato por prazo indeterminado, podendo, todavia ser destituído a qualquer momento mediante aprovação dos diretores.

CAPÍTULO X EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E LUCROS

Artigo 28 - O exercício social terá início em 01 de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. O Balanço, obediente a todas as prescrições legais, será levantado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 29 - Do resultado do exercício serão deduzidos:

- a) prejuízo, se houver;
- b) provisão para Imposto de Renda;
- c) participação da Diretoria, nos limites estipulados pelo art. 152 da Lei 6.404/76.



Do lucro líquido serão destinados:

- a) 5% (cinco por cento) à constituição do Fundo de Reserva Legal até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 1% (um por cento), no mínimo, para pagamento de dividendos aos acionistas e,
- c) o saldo terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Artigo 30 - A Sociedade poderá, ainda, levantar balanços intermediários no último dia de cada mês e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços.

Parágrafo 1º - É facultada a distribuição de dividendos intermediários.

Parágrafo 2º - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório a ser pago aos acionistas.

CAPÍTULO XI LIQUIDAÇÃO

Artigo 31 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e um Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação.

CAPÍTULO XII EXTINÇÃO

Artigo 32 - Dissolve-se a Sociedade:

- a) por deliberação da Assembleia Geral com o voto do acionista controlador;
- b) pela existência de um único acionista entre duas assembleias gerais ordinárias, no período de um ano;
- c) pela cassação da autorização para funcionar;
- d) nos demais casos previstos em lei para a dissolução judicial.

Artigo 33 - O encerramento da liquidação, seja ela voluntária, forçada, judicial ou extrajudicial, extingue a Sociedade, bem como a sua incorporação ou fusão, ou ainda a cisão com a versão de todo o patrimônio em outras sociedades.

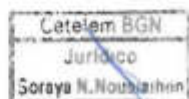
Parágrafo Único - A transformação não extinguirá a Sociedade necessariamente, mas como terá o efeito de alterar o objeto da Sociedade, poderá produzir sua extinção, se não for previamente autorizada pelo Banco Central do Brasil.



CAPÍTULO XIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - Fica eleito o foro da comarca de Barueri, no estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias oriundas deste Estatuto Social.

Artigo 35 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como outras normas legais que lhe forem aplicáveis.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'S' followed by a horizontal stroke.A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'S' followed by a horizontal stroke.

BANCO CETELEM S.A.
CNPJ nº 00.558.455/0001-71
NIRE 35.300.465.971

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2016.**

DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 20 de Abril de 2016, às 9:00 horas, na sede social do Banco Cetelem S.A., na Alameda Rio Negro, 161, 17º andar, Bairro Alphaville, Barueri, São Paulo, CEP 06454-000.

CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação prévia em razão da presença da única acionista, conforme disposição do §4º, do art. 124 da Lei 6.404/76.

PRESENÇA: Acionista da sociedade representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante no "Livro de Presença de Acionistas".

MESA: **Presidente:** Antônio Nuno Henrique Cardoso Verças e **Secretário:** Antonio Carlos La Gamba Pajoli.

ORDEM DO DIA:

- (a) Incluir no Capítulo IX – Ouvidoria, novos Artigos 25, 26 e 27, que disporão, de forma expressa, a respeito dos critérios de designação, destituição e atribuições do Ouvidor, com a consequente renumeração dos artigos seguintes;
- (b) aperfeiçoar a redação do parágrafo 2º do antigo Artigo 25 do Estatuto Social, ora renumerado para Artigo 28, em atendimento ao contido no inciso III - b do Artigo 9º da Resolução nº 4.433, de 23.07.2015;
- (c) alterar o inteiro teor da redação do antigo Artigo 26 do Estatuto Social, ora renumerado para Artigo 29 em atendimento ao disposto no Artigo 3º da Resolução nº 4.433, de 23.07.2015;
- (d) alterar o inteiro teor da redação antigo Artigo 27, ora renumerado para Artigo 30 em atendimento ao disposto no Artigo 6º da Resolução nº 4.433, de 23.07.2015, que trata das atividades da Ouvidoria;
- (e) aprovar a nova redação consolidada do Estatuto Social.

DELIBERAÇÕES: foram aprovadas pela única acionista as seguintes matérias, constantes da Ordem do Dia:



DECLARAMOS que este documento foi elaborado
e emitido de acordo com o modelo de autenticação
previsto no Regulamento de Autenticação de
Assinaturas e Carimbo de Assinatura, e que
a autenticação foi realizada de acordo com o
modelo de autenticação de Assinatura e Carimbo de Assinatura.

Mostrar Assinatura de Silvana
Assinatura

14º TABELÃO - VAMPRE
ANA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA
SECRETARIA AUTORIZADA
CAPITAL



14º TABELÃO DE NOTAS - VAMPRE
AUTENTICAÇÃO:
ESTA CÓPIA, EXPEDIDA PELO CARTÓRIO,
CONFERE COM O ORIGINAL. DOU FÉ.
Paulo 10 JUN. 2016
www.vampre.com.br
UA ANTONIO BICUDO, 64 - PINHEIROS
CEP 05418-010 - SÃO PAULO - SP - TEL: 3065-4500
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
CADA AUTENTICAÇÃO - R\$ 3,10

(a) a inclusão no Capítulo IX – Ouvidoria, de novos Artigos 25, 26 e 27, para dispor, de forma expressa, a respeito dos critérios de designação e destituição do Ouvidor, bem como de suas atribuições, renumerando-se os artigos seguintes. Desta forma, estes novos artigos passarão a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 25 – O Ouvidor será designado pela Diretoria da Sociedade mediante processo de contratação interno ou externo, por prazo indeterminado, em decorrência da capacitação para a função. A designação deve ser registrada em ata e dada a devida ciência para o Comitê de Auditoria da Sociedade.

Parágrafo Único – O Ouvidor poderá ser destituído de suas funções por decisão da Diretoria da Sociedade, em decorrência da perda de vínculo funcional com a Sociedade, alteração de função, conduta ética incompatível com a função ou demais práticas e condutas que justifiquem a destituição, cujo ato deverá ser registrado em ata e dada a devida ciência para o Comitê de Auditoria da Sociedade.

Artigo 26 – O Ouvidor é um profissional cuja função deve ser desempenhada com imparcialidade, intermediando a solução de conflitos, visando afirmar a credibilidade desta Sociedade, valendo-se para isso da rede de relacionamentos internos e externos.

Artigo 27 – São atribuições do Ouvidor:

I. conhecer e compreender as Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) aplicáveis a esta Sociedade, bem como ter conhecimento do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDIC), sendo capaz de transformar possíveis litígios em oportunidades de solução e fidelização;

II. desenvolver e aplicar técnicas de Negociação, Conciliação e Mediação de conflitos, visando transformar a Reclamação e o Atrito em oportunidades de inovação e mudança;

III. identificar os valores e características necessários para estruturar e implantar uma Ouvidoria com excelência."

(b) o aperfeiçoamento da redação do parágrafo 2º do antigo Artigo 25 do Estatuto Social, ora renumerado para Artigo 28, em atendimento ao contido no inciso III-b do Artigo 9º da Resolução nº 4.433, de 23.07.2015 passando a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 28

Parágrafo 2º - A Sociedade deverá assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições."



ATESTANDO que este documento foi elaborado
e emitido de acordo com o Edital em processo
regular e a administração o respeito das atos
praticados dentro do prazo limite, é parte
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FISCAL
Gestão Financeira em São Paulo - II

Heber Pessoa da Silveira
ANALISTA



(c) a alteração do inteiro teor da redação do antigo Artigo 26 do Estatuto Social, ora renumerado para Artigo 29, para fazer constar as atribuições da Ouvidoria, em atendimento ao disposto no Artigo 3º da Resolução nº 4.433, de 23.07.2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 29 - São atribuições da Ouvidoria:

I. prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Sociedade;

II. atuar como canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e

III. informar à diretoria da Sociedade a respeito das atividades de Ouvidoria."

(d) a alteração do inteiro teor do antigo Artigo 27, ora renumerado para Artigo 30, para fazer constar as atividades da Ouvidoria, em atendimento ao disposto no Artigo 6º da Resolução nº 4.433, de 23.07.2015, passando o novo artigo a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 30- São atividades da Ouvidoria:

I. atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;

II. prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não pode ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;

III. encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto no item anterior;

IV. manter a diretoria da Sociedade, informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Sociedade para solucioná-los; e

V. elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao comitê de auditoria e à diretoria da Sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela ouvidoria no cumprimento de suas atribuições."

(e) a consolidação do Estatuto Social da Sociedade, que passa a fazer parte integrante desta Ata, para os fins e efeitos legais, como Anexo I.



ATTESTAMOS que este documento foi submetido
à análise do Banco Central do Brasil em processo
regulado à Lei de Autenticação e registro dos atos
procedimentais de parte remota e parte
representativa de ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Oportuna, em São Paulo - II

Heber Pessoa de Oliveira
ANALISTA

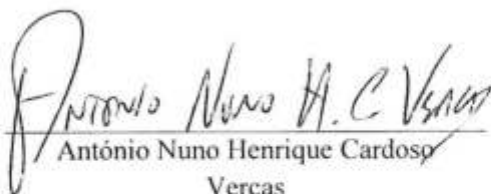


ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes.

ACIONISTA PRESENTE: Cetelem América Ltda., neste ato representada pelo seu Diretor Vice-Presidente Antônio Nuno Henrique Cardoso Verças.

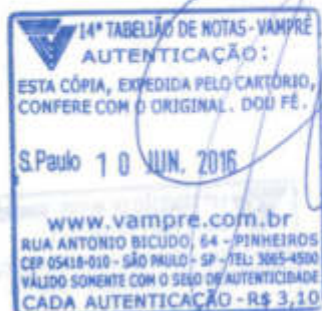
Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio.

Barueri (SP), 20 de Abril de 2016.

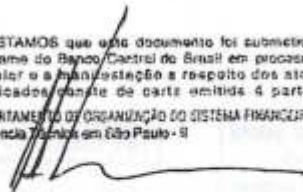

Antônio Nuno Henrique Cardoso
Verças

Presidente da Mesa


Antonio Carlos La Gamba Pajoli
Secretário da Mesa



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados, desde de carte emitida 4 parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Ordem 77 em São Paulo - SP


Haber Pessoa da Silveira
ANALISTA



ANEXO I
ESTATUTO SOCIAL

BANCO CETELEM S.A.
CNPJ nº 00.558.456/0001-71
NIRE 35.300.465.971

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE, FORO E PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 1º - O BANCO CETELEM S.A., é uma Sociedade anônima, que se regerá pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis e pelo presente Estatuto Social.

Artigo 2º - A Sociedade tem sede e foro na cidade de Barueri, estado de São Paulo e, observadas as prescrições legais e regulamentares, poderá abrir e extinguir agências, dependências ou filiais em qualquer ponto do País, por deliberação e critério da Diretoria.

Artigo 3º - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

Artigo 4º - A Sociedade tem por objeto social a pratica de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas carteiras autorizadas – Comercial e de Crédito, Financiamento e Investimento e, ainda, a carteira de Câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

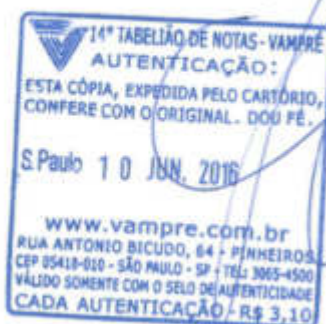
CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O Capital Social é de R\$ 905.165.792,00 (novecentos e cinco milhões, cento e sessenta e cinco mil e setecentos e noventa e dois reais), dividido em 905.165.792 (novecentas e cinco milhões, cento e sessenta e cinco mil e setecentas e noventa e duas) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

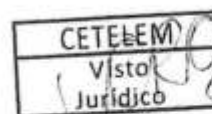
Parágrafo 1º - Cada ação dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - As ações, indivisíveis perante a Sociedade, não serão representadas por cautelas provisórias ou por certificados, presumindo-se a respectiva propriedade pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Sociedade.

Parágrafo 3º - A transferência das ações operar-se-á por termo lavrado no livro de transferência de ações nominativas, datado e assinado pelo cedente e pelo cessionário, ou por seus legítimos representantes ou procuradores.



(Handwritten signature)



Atestamos que este documento foi autenticado
e enviado ao Banco antes de chegar em qualquer
região e a autenticação a respeito dos dados
certificados por este sistema. A seguir,
ORIENTAMOS O ORGANISMO DO SISTEMA-EDUCAR
Banco de Dados de São Paulo - B

Heber Passos de Góes
ANALISTA



CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 6º - A Assembleia Geral realizar-se-á ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses, após o término do exercício social, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses o exigirem, quando convocada pelo Conselho Fiscal, se em funcionamento, ou pelos acionistas na forma da lei.

Parágrafo 1º - Os acionistas poderão participar das Assembleias Gerais por meio de videoconferência, conferência telefônica ou outro meio de comunicação que permita assegurar a identificação do acionista e a participação efetiva e a autenticidade do seu voto, que será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida assembleia.

Parágrafo 2º - As deliberações das assembleias, ressalvadas as exceções legais, serão tomadas pelos votos representativos da maioria das ações.

Parágrafo 3º - As atas das reuniões das Assembleias Gerais e as deliberações serão registradas em livro próprio.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7º - A Sociedade será administrada por uma Diretoria na forma da Lei e deste Estatuto Social.

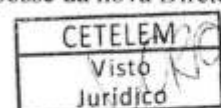
Parágrafo 1º - A Assembleia Geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência, reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Parágrafo 2º - A Sociedade procederá obrigatoriamente renovação anual do Seguro de Responsabilidade Civil dos Diretores e Administradores (D&O).

CAPÍTULO V DIRETORIA

Artigo 8º - A Diretoria será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, de 7 (sete) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Vice-Presidente e os demais designados Diretores, sem designação especial.

Parágrafo 1º - O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos, podendo haver reeleição, permanecendo, entretanto, os Diretores em seus cargos até a data da posse da nova Diretoria.



RECEBUE
at 70 00

RECEBUE
at 70 00

RECEBUE
at 70 00

RECEBUE
at 70 00

RECEBUE
at 70 00

RECEBUE
at 70 00

RECEBUE
at 70 00

RECEBUE
at 70 00

RECEBUE
at 70 00

ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Geral em São Paulo - SP

Heber Pasco de Oliveira
ANALISTA



JUCESP
06 07 16

Parágrafo 2º - Em caso de vaga de qualquer dos cargos de Diretores, ou impedimento do titular, caberá à Assembleia Geral eleger o novo Diretor, cujo mandato deverá coincidir com o dos demais Diretores.

Parágrafo 3º - Nos seus impedimentos, faltas ou ausências temporárias, os Diretores impedidos ou faltantes, indicarão os seus respectivos substitutos, que deverão, necessariamente, serem também Diretores.

Artigo 9º - Compete à Diretoria exercer as atribuições que a Lei o Estatuto Social lhe conferirem para os atos necessários ao funcionamento regular da Sociedade.

Artigo 10 - A Diretoria, presidida pelo Diretor Presidente, reunir-se-á sempre que necessário, na Sede da Sociedade e suas deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, cabendo a convocação ao próprio Diretor Presidente, que também presidirá a reunião, a quem caberá o voto de qualidade no caso de empate de votação.

Artigo 11 - As atas das reuniões de Diretoria e as deliberações serão registradas em livro próprio.

Artigo 12 - A Diretoria terá amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e a realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto da Sociedade, e poderá, inclusive, contratar empréstimos, renunciar a direitos e transigir, dar caução e, bem assim, adquirir, alienar, hipotecar e, de qualquer forma, onerar bens imóveis da Sociedade.

Artigo 13 - Compete ao Diretor Presidente:

- a) exercer a supervisão de todos os negócios e operações da Sociedade;
- b) representar a Sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimentos;
- c) criar e suprimir cargos, contratar, promover, suspender, demitir, fixar vencimentos e gratificações e determinar a competência dos funcionários;
- d) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria;
- e) cumprir e fazer cumprir os estatutos sociais, assim como as resoluções das Assembleias Gerais.

Artigo 14 - Compete ao Diretor Vice-Presidente:

- a) exercer a supervisão de todos os negócios e operações da Sociedade;
- b) representar a Sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimentos.

Artigo 15 - Compete aos Diretores sem designação especial:

- a) auxiliar o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente na administração geral dos negócios sociais;
- b) desincumbir-se das tarefas que lhes forem cometidas pelo Diretor Presidente ou Diretor Vice-Presidente.



[Handwritten signature]

CETELÉM
Visto Jurídico

2020
20 70 20

Atestamos que este documento foi produzido
e enviado ao Tabelião de Notas em conformidade
regulamentar e a autenticação é gratuita dos atos
gratuitos e para os atos onerosos a parte
diretamente interessada no sistema eletrônico
de autenticação de atos onerosos.

Mobley Mendes da Silva
TABELIÃO



JUCESP
06 07 16

Artigo 16 - A Sociedade somente poderá assumir quaisquer obrigações mediante assinatura:

- a) do Diretor Presidente ou do Diretor Vice-Presidente isoladamente;
- b) de 2 (dois) Diretores sem designação especial em conjunto;
- c) de um Diretor sem designação especial em conjunto com procurador com expressos e especiais poderes;
- d) de 1 (um) procurador, isoladamente, com expressos e específicos poderes.

Artigo 17 - Para a outorga de procurações, a Sociedade deverá ser representada isoladamente pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Vice-Presidente ou por qualquer 2 (dois) dos outros Diretores sem designação especial em conjunto. As procurações outorgadas em nome da Sociedade, exceção das que conferem poderes "ad-judicia", deverão especificar os poderes conferidos para assinatura em conjunto e/ou isoladamente, bem como, conter prazo de validade definido.

Artigo 18 - Para alienar, ceder, hipotecar, permutar ou onerar os bens da Sociedade, a Sociedade será representada por 2 (dois) Diretores, sendo obrigatória a presença do Diretor Presidente ou do Diretor Vice-Presidente.

Artigo 19 - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao seu objeto social, tais como fianças, avais, endossos, ou quaisquer garantias, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral.

Artigo 20 - À Diretoria, nos exatos termos do presente Estatuto Social, compete representar a Sociedade, zelar pelo cumprimento e execução das normas estatutárias, organizar e apresentar à Assembleia Geral as demonstrações financeiras previstas em lei e a proposta de destinação do resultado do exercício, depois de submetê-las ao Conselho Fiscal, se em funcionamento.

CAPÍTULO VI CONSELHO FISCAL

Artigo 21 - A Sociedade terá um Conselho Fiscal, de caráter não permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não residentes no País, devendo sua eleição e instalação obedecer aos preceitos da legislação pertinente.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal, quando eleito e instalado, terá a incumbência atribuída por lei e a remuneração de seus membros efetivos será fixada pela Assembleia Geral que o eleger, de acordo com a lei.

CAPÍTULO VII COMITÊ DE AUDITORIA



ATTESTAMOS que este documento foi autenticado
e exone do Cartão Central do Brasil em processo
regular e manifestação a respeito dos atos
praticados durante os atos emitidos a parte.

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FISCAL
Gestão de Processos em São Paulo - II

Heber Pessoa da Silveira
ANALISTA



JUCESP
06 07 16

Artigo 22 - O Comitê de Auditoria será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento por parte da Sociedade das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor.

Parágrafo 1º - O Comitê de Auditoria será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos pela Assembleia Geral dentre os Diretores da Sociedade, devendo pelo menos um deles possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria, designado Especialista.

Parágrafo 2º - Os membros eleitos para o Comitê de Auditoria terão mandato por prazo indeterminado.

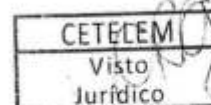
Parágrafo 3º - A destituição dos membros do Comitê de Auditoria depende de deliberações tomadas pela Assembleia Geral.

Parágrafo 4º - Os membros do Comitê de Auditoria poderão participar das reuniões do Comitê por meio de videoconferência, conferência telefônica ou outro meio de comunicação que permita assegurar a identificação do membro, a sua participação efetiva e a autenticidade de sua participação, que será considerada válida para todos os efeitos legais e incorporada à ata da referida reunião.

Parágrafo 5º - O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente à Diretoria

Artigo 23 - Constituem atribuições do Comitê de Auditoria:

- I. estabelecer as regras operacionais para o seu funcionamento, as quais devem ser aprovadas pela Diretoria, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos acionistas;
- II. recomendar à Diretoria a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário;
- III. revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais da Sociedade, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- IV. avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos;
- V. avaliar o cumprimento, pela Diretoria, das recomendações feitas pelos auditores independente ou interno;
- VI. estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- VII. recomendar à Diretoria correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;



5

ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
prelacionados consta de parte emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Especial em São Paulo - II

Heber Fossor da Silveira
ANALISTA



VIII. reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a Diretoria, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros;

IX. verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria;

X. reunir-se com o Conselho Fiscal da Sociedade, quando em funcionamento, e com a Diretoria, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas respectivas competências; e

XI. outras atribuições eventualmente determinadas pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO VIII COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

Artigo 24 - A Sociedade terá um Comitê de Remuneração, composto por no mínimo de 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, nomeados e destituídos pela Diretoria, devendo pelo menos um deles não ser integrante da Administração da Sociedade.

Parágrafo 1º - Os membros eleitos para o Comitê de Remuneração terão mandato de 1 (um) ano, permitida a recondução por até 9 (nove) vezes consecutivas, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo 2º - Os membros nomeados, que podem ser integrantes dos Órgãos da Administração da Sociedade e do corpo de funcionários da Sociedade, devem preencher as condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo.

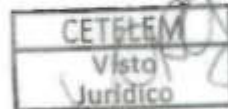
Parágrafo 3º - Os membros do Comitê de Remuneração poderão participar das reuniões do Comitê por meio de videoconferência, conferência telefônica ou outro meio de comunicação que permita assegurar a identificação do membro e a sua participação efetiva e a autenticidade de sua participação, que será considerada válida para todos os efeitos legais e incorporada à ata da referida reunião.

Parágrafo 4º - No ato da nomeação pela Diretoria dos membros do Comitê de Remuneração, será designado o seu Coordenador.

Parágrafo 5º - O Comitê de Remuneração reportar-se-á diretamente à Diretoria.

Parágrafo 6º - Compete ao Comitê de Remuneração, além de outras atribuições que lhe venham a ser conferidas por lei ou norma regulamentar:

I. elaborar a política de remuneração dos administradores, propondo à Diretoria diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;



Heber Feres da Silva
ANALISTA



- II. supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração dos administradores;
- III. revisar anualmente a política de remuneração de administradores, recomendando à Diretoria a sua correção ou aprimoramento;
- IV. propor à Diretoria da Sociedade o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma prevista em lei;
- V. avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores;
- VI. analisar a política de remuneração de Administradores em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação às empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; e,
- VII. zelar para que a política de remuneração dos Administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e situação financeira atual e esperada da instituição e com o que dispuser a lei e a regulamentação aplicável.

Parágrafo 7º - Os membros do Comitê de Remuneração integrantes da Diretoria da Sociedade não farão jus a qualquer remuneração adicional àquela a que tiverem direito por exercerem cargos na Diretoria da Sociedade. Os demais membros não integrantes da Diretoria serão remunerados na forma e no montante definidos previamente pela Diretoria.

CAPÍTULO IX OUVIDORIA

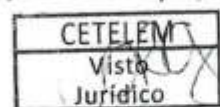
Artigo 25 – O Ouvidor será designado pela Diretoria da Sociedade mediante processo de contratação interno ou externo, por prazo indeterminado, em decorrência da capacitação para a função. A designação deve ser registrada em ata e dada a devida ciência para o Comitê de Auditoria da Sociedade.

Parágrafo Único – O Ouvidor poderá ser destituído de suas funções por decisão da Diretoria da Sociedade, em decorrência da perda de vínculo funcional com a Sociedade, alteração de função, conduta ética incompatível com a função ou demais práticas e condutas que justifiquem a destituição, cujo ato deverá ser registrado em ata e dada a devida ciência para o Comitê de Auditoria da Sociedade.

Artigo 26 – O Ouvidor é um profissional cuja função deve ser desempenhada com imparcialidade, intermediando a solução de conflitos, visando afirmar a credibilidade desta Sociedade, valendo-se para isso da rede de relacionamentos internos e externos.

Artigo 27 – São atribuições do Ouvidor:

- I. conhecer e compreender as Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) aplicáveis a esta Sociedade, bem como ter conhecimento do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), sendo capaz de transformar possíveis litígios em oportunidades de solução e fidelização;



Atestamos que esta reprodução foi realizada
a partir do Livro Cadast. de Bens em processo
regido e a esta certidão a respeito das atas
anexadas, emitida de forma autônoma e direta.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA JUDICIÁRIO
Quarta, 09 de Junho de 2016 - SP

Flávia Pereira de Oliveira
ANALISTA



JUCESP
06 07 18

- II. desenvolver e aplicar técnicas de Negociação, Conciliação e Mediação de conflitos, visando transformar a Reclamação e o Atrito em oportunidades de inovação e mudança;
- III. identificar os valores e características necessários para estruturar e implantar uma Ouvidoria com excelência.

Artigo 28 - A Ouvidoria é o órgão responsável por assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos dos consumidores, bem como atuar como um canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de seus produtos e serviços.

Parágrafo 1º - A Sociedade se compromete a criar condições adequadas para o funcionamento da ouvidoria, bem como para que a atuação desta seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção.

Parágrafo 2º - A Sociedade deverá assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

Artigo 29 - São atribuições da Ouvidoria:

- I. prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Sociedade;
- II. atuar como canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e
- III. informar à diretoria da Sociedade a respeito das atividades de Ouvidoria.

Artigo 30 - São atividades da Ouvidoria:

- I. atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;
- II. prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não pode ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;
- III. encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto no item anterior;
- IV. manter a diretoria da Sociedade, informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Sociedade para solucioná-los; e



ATESTAMOS que este documento foi submetido
à análise do Saco Control do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito das atas
praticadas, ciente de certa emitida é parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - II

Héber Passos de Oliveira
ANALISTA



V. elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao comitê de auditoria e à diretoria da Sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

CAPÍTULO X EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E LUCROS

Artigo 31 - O exercício social terá início em 01 de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. O Balanço, obediente a todas as prescrições legais, será levantado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 32 - Do resultado do exercício serão deduzidos:

- a) prejuízo, se houver;
- b) provisão para Imposto de Renda;
- c) participação da Diretoria, nos limites estipulados pelo art. 152 da Lei 6.404/76.

Do lucro líquido serão destinados:

- a) 5% (cinco por cento) à constituição do Fundo de Reserva Legal até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 1% (um por cento), no mínimo, para pagamento de dividendos aos acionistas e,
- c) o saldo terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Artigo 33 - A Sociedade poderá, ainda, levantar balanços intermediários no último dia de cada mês e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços.

Parágrafo 1º - É facultada a distribuição de dividendos intermediários.

Parágrafo 2º - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório a ser pago aos acionistas.

CAPÍTULO XI LIQUIDAÇÃO

Artigo 34 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e um Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação.

CAPÍTULO XII EXTINÇÃO



Atestamos que este documento de existência
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a autenticação e resposta das atas
práticas e notas de curso em 1º parte
do curso de organização do sistema financeiro
Cadastrado em São Paulo - SP

Notar Pedro da Silva
ANALISTA



JUCESP
05 07 16

Artigo 35 - Dissolve-se a Sociedade:

- a) por deliberação da Assembleia Geral com o voto do acionista controlador;
- b) pela existência de um único acionista entre duas assembleias gerais ordinárias, no período de um ano;
- c) pela cassação da autorização para funcionar;
- d) nos demais casos previstos em lei para a dissolução judicial.

Artigo 36 - O encerramento da liquidação, seja ela voluntária, forçada, judicial ou extrajudicial, extingue a Sociedade, bem como a sua incorporação ou fusão, ou ainda a cisão com a versão de todo o patrimônio em outras sociedades.

Parágrafo Único - A transformação não extinguirá a Sociedade necessariamente, mas como terá o efeito de alterar o objeto da Sociedade, poderá produzir sua extinção, se não for previamente autorizada pelo Banco Central do Brasil.

**CAPÍTULO XIII
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Artigo 37 - Fica eleito o foro da comarca de Barueri, no estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias oriundas deste Estatuto Social.

Artigo 38 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como outras normas legais que lhe forem aplicáveis.



92006
31/05/20

ATESTAMOS que, após recebimento do documento
a exame do Serviço Cartório do Brasil em processo
regular a autenticação e respeito das atos
praticados, a lista da carta emitida a parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gestão Técnica em São Paulo - II

Heber Pereira da Silva
ANALISTA

149 TABELÃO - VAMPRE
ANA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA
RECEBENTE AUTORIZADA
- CAPITAL

1111229
AUTENTICAÇÃO
1047BB0734279

14º TABELÃO DE NOTAS - VAMPRE
AUTENTICAÇÃO:
ESTA CÓPIA, EXPEDIDA PELO CARTÓRIO,
CONFERE COM O ORIGINAL. BOU FÉ.
S. Paulo 1-0 JUN. 2016
www.vampre.com.br
RUA ANTONIO BICUDO, 64 - PINHEIROS
CEP 05418-010 - SÃO PAULO - SP - TEL: 3065-4500
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
CADA AUTENTICAÇÃO - R\$ 3,10



JUCESP PROTOCOLO
0.301.508/17-3



BANCO CETELEM S.A.
CNPJ: 00.558.456/0001-71
NIRE 35.300.465.971

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE FEVEREIRO DE 2017**

DATA, HORA E LOCAL: realizada em 06 de Fevereiro de 2017, às 9:00 horas, na sede social do Banco Cetelem S.A., na Alameda Rio Negro, nº 161, 17º andar, Alphaville, na cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06454-000.

CONVOCAÇÃO: dispensada a convocação prévia em razão da presença da única acionista, conforme disposto do § 4º, do art. 124 da Lei 6.404/76.

PRESENCIA: acionista da sociedade representando a totalidade do capital social.

MESA: Presidente: Antônio Nuno Henrique Cardoso Verças e **Secretário:** Giselle Stoffelshaus Panfiglio.

ORDEM DO DIA: (a) deliberar sobre a destituição de Diretor e de membro do Comitê de Auditoria; e (b) eleger membro da Diretoria.

DELIBERAÇÃO: foram aprovadas pela única acionista as seguintes matérias, constantes da Ordem do Dia:

(a) a destituição do Sr. **Álvaro Mendes de Oliveira Castro**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 95312336 – IFPRJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 016.789.797-75, aos cargos de Diretor e de membro do Comitê de Auditoria da Sociedade. Fica consignado o agradecimento pelos serviços prestados pelo Sr. Álvaro Mendes de Oliveira Castro, com diligência, lealdade e observância das regras de conduta da Sociedade, razão pela qual a Sociedade lhe outorga quitação geral, irretratável e irrevogável, para dele nada mais reclamar, a qualquer tempo ou título, pelos atos praticados durante sua gestão, comprometendo-se a isentá-lo, defendê-lo e indenizá-lo, com relação a qualquer reclamação que lhe impute responsabilidade em razão do fato de ter ocupado cargos de Diretor e de membro do Comitê de Auditoria da Sociedade; e

(b) a eleição do Sr. **Mauro Malaguti**, brasileiro, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº. 22.191.978-8 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº



ATTESTO che il sottoscritto ha ricevuto in visione
il documento in oggetto e che lo stesso
è conforme al contenuto del documento
presentato. Il presente documento è
firmato e sottoscritto da me.
Firma: _____
Data: _____
Luogo: _____
Firma: _____
Analista

JUCESP
29 03 17



188.705.608-48, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na Alameda Rio Negro, nº 161, 17º andar, Alphaville, CEP 06454-000, na cidade de Barueri, estado de São Paulo, para o cargo de Diretor sem designação especial, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2018.

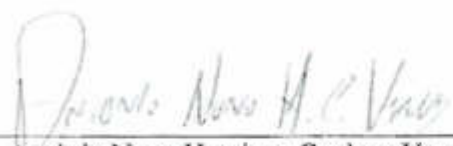
DECLARAÇÃO: O Diretor ora eleito declara (i) não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei, que o impeça de exercer atividades mercantis; (ii) ter pleno conhecimento das disposições do artigo 147 da Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada; e (iii) não estar impedido de exercer a administração da Companhia: por lei especial; em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata, a qual, após ter sido lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes.

ACIONISTA PRESENTE: Cetelem América Ltda., neste ato representada pelo seu Diretor Vice-Presidente Antônio Nuno Henrique Cardoso Verças.

Certifico que a presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio.

Barueri (SP), 06 de Fevereiro de 2017.


Antônio Nuno Henrique Cardoso Verças
Presidente da Mesa


Giselle Stoffelshaus Panfiglio
Secretário da Mesa



2007.10.10 10:00

BANCO CETELEM S.A.
CNPJ: 00.558.456/0001-71
NIRE 35.300.465.971

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2017**

DATA, HORA E LOCAL: realizada em 15 de março de 2017, às 9:00 horas, na sede social do Banco Cetelem S.A., na Alameda Rio Negro, nº 161, 17º andar, Alphaville, na cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06454-000.

CONVOCAÇÃO: dispensada a convocação prévia em razão da presença da única acionista, conforme disposto do § 4º, do art. 124 da Lei 6.404/76.

PRESENÇA: acionista da sociedade representando a totalidade do capital social.

MESA: **Presidente:** António Nuno Henrique Cardoso Verças e **Secretária:** Giselle Stoffelshaus Panfiglio.

ORDEM DO DIA: (a) deliberar sobre a destituição de Diretor e de membro do Comitê de Auditoria.

DELIBERAÇÃO: foi aprovada pela única acionista a seguinte matéria, constante da Ordem do Dia:

(a) a destituição do Sr. **Ramon Martinez Ribeiro Neto**, brasileiro, administrador de empresas, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº M8538211-SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 012.524.136-45, residente na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, aos cargos de Diretor e de membro do Comitê de Auditoria da Sociedade. Fica consignado o agradecimento pelos serviços prestados pelo Sr. Ramon Martinez Ribeiro Neto, com diligência, lealdade e observância das regras de conduta da Sociedade, razão pela qual a Sociedade lhe outorga quitação geral, irrevogável e irrevogável, para dele nada mais reclamar, a qualquer tempo ou título, pelos atos praticados durante sua gestão, comprometendo-se a isentá-lo, defendê-lo e indenizá-lo, com relação a qualquer reclamação que lhe impute responsabilidade em razão do fato de ter ocupado cargos de Diretor e de membro do Comitê de Auditoria da Sociedade.

CETELEM
Visto
Jurídico

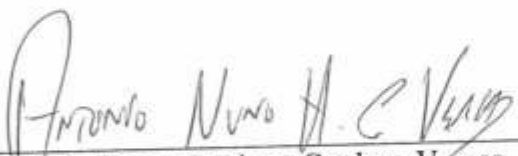
JUCESP
29 03 17

ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata, a qual, após ter sido lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes.

ACIONISTA PRESENTE: Cetelem América Ltda., neste ato representada pelo seu Diretor Vice-Presidente António Nuno Henrique Cardoso Verças.

Certifico que a presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio.

Barueri (SP), 15 de março de 2017.


António Nuno Henrique Cardoso Verças
Presidente da Mesa


Giselle Stoffelshaus Panfiglio
Secretária da Mesa



Usuário Externo (signatário):	DJALMA SILVA JUNIOR
Data e Horário:	07/11/2023 12:09:12
Tipo de Peticionamento:	Intercorrente
Número do Processo:	08012.003341/2023- 12
Relacionado ao Processo Indicado:	08012.000403/2020- 83
Protocolos dos Documentos (Número SEI):	
- Petição Solicitação de Cópia Integral dos Autos	26068756
- Procuração Procuração + Atos Constitutivos	26068757

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Mayara Fernanda de Sousa Correa

De: [DSA] Vaniely Lima <vaniely@djalmasilva.adv.br>
Enviado em: terça-feira, 12 de dezembro de 2023 12:36
Para: MJ-SENACON Protocolo
Cc: [SSA] Interno Jurídico 1
Assunto: Fwd: Acesso Externo ao Processo SEI 08012.000403/2020-83

Prezado(a), boa tarde.

Venho, por meio deste, reiterar o e-mail enviado em 09/11/2023, asseverando que, conforme peticionamento feito nos autos, solicitamos a cópia integral do processo em questão.

Assinalo que o link enviado não confere acesso a diversos documentos. Porém, necessitamos verificar os autos em sua integralidade.

Diante disso, ficamos no aguardo do encaminhamento da cópia integral do processo nº 08012.000403/2020-83, ou, subsidiariamente, a liberação de acesso a todos os documentos.

Atenciosamente,

Vaniely Lima



----- Forwarded message -----

De: [DSA] Bruna Leite <brunaleite@djalmasilva.adv.br>
Date: seg., 20 de nov. de 2023 às 16:03
Subject: Re: Acesso Externo ao Processo SEI 08012.000403/2020-83
To: MJ/Serviço de Protocolo e Apoio Processual <senacon.seapro@mj.gov.br>, [DSA] Interno Jurídico 1 <internoj1@djalmasilva.adv.br>, [SSA] Lua Clara Silva <luaclara@djalmasilva.adv.br>
Cc: <recortes@sarmentoesilva.com.br>

Prezado(a), boa tarde.

Venho, por meio deste, reiterar o e-mail enviado em 09/11/2023, asseverando que, conforme peticionamento feito nos autos, solicitamos a cópia integral do processo em questão.

Assinalo que o link enviado não confere acesso a diversos documentos. Porém, necessitamos verificar os autos em sua integralidade.

Diante disso, ficamos no aguardo do encaminhamento da cópia integral do processo nº 08012.000403/2020-83, ou, subsidiariamente, a liberação de acesso a todos os documentos.

Atenciosamente,

Bruna Leite



Em qui., 9 de nov. de 2023 às 15:10, [DSA] Bruna Leite <brunaleite@djalmasilva.adv.br> escreveu:
Prezado(a), boa tarde.

Conforme peticionamento feito nos autos, solicitamos a cópia integral do processo em questão.

Assinalo que o *link* enviado não confere acesso a diversos documentos, contudo necessitamos verificar os autos em sua integralidade.

Diante disso, ficamos no aguardo do encaminhamento da cópia integral do processo nº 08012.001132/2020-83, ou, subsidiariamente, a liberação de acesso a todos os documentos.

Atenciosamente,

Bruna Leite



Em qua., 8 de nov. de 2023 às 16:53, 'MJ/Serviço de Protocolo e Apoio Processual' via [DSA] Recortes <recortes@djalmasilva.adv.br> escreveu:

Prezado(a) Sr(a). DJALMA SILVA JUNIOR (recortes@sarmientosilva.com.br),

Informamos que foi disponibilizado o acesso externo ao Processo Administrativo nº 08012.000403/2020-83, pela unidade SEAPRO/MJ.

Para visualizá-lo, acesse o link:

https://sei.mj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0

ATENÇÃO: O requerente é responsável pela adequada utilização das informações a que tiver acesso, podendo vir a ser responsabilizado civil, criminal e administrativamente pelos danos morais ou materiais decorrentes da utilização, reprodução ou divulgação indevida dessas informações.

Se você não é o destinatário ou a pessoa responsável por encaminhar esta mensagem ao destinatário, está, por meio desta, notificado de que não deverá rever, retransmitir, imprimir, copiar, usar ou distribuir esta mensagem de e-mail ou quaisquer anexos. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, por favor, contate o remetente imediatamente e apague esta mensagem de seu computador ou de qualquer outro banco de dados.

Dear Mr.(s) DJALMA SILVA JUNIOR (recortes@sarmientosilva.com.br),

Your external access to Administrative Proceeding nº 08012.000403/2020-83 has been made available in the Electronic Information System - SEI-MJ, by the SEAPRO/MJ unit.

To have access to the documents, please click the link below:

https://sei.mj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0

Att.,

Ministry of Justice and Public Security - Brazil
SEAPRO/MJ - Serviço de Apoio Administrativo e Processual da SENACON (entrada)

ATTENTION: The applicant is responsible for the appropriate use of the information to which he has access, and may be held civilly, criminally and administratively liable for moral or material damages resulting from the improper use, reproduction or disclosure of that information.

If you are not the recipient or the person responsible for forwarding this message to the recipient, you are hereby notified that you must not review, relay, print, copy, use or distribute this email message or any attachments. If you have received this message in error, please contact the sender immediately and delete this message from your computer or any other database.

Estimado Señor(a). DJALMA SILVA JUNIOR (recortes@sarmientosilva.com.br),

Le informamos que su acceso externo al Proceso Administrativo nº 08012.000403/2020-83, en el Sistema de Información Electrónica - SEI / MJ, fue puesto a disposición por la unidad SEAPRO/MJ.

Para verlo, acceda al enlace:

https://sei.mj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0

Att.,

Ministerio de Justicia y Seguridad Pública - Brasil
SEAPRO/MJ - Serviço de Apoio Administrativo e Processual da SENACON (entrada)

ATENCIÓN: El solicitante es responsable del uso apropiado de la información a la que tiene acceso, y puede ser considerado civil, penal y administrativamente responsable por daños morales o materiales resultantes del uso, reproducción o divulgación inadecuados de esa información.

Si no es el destinatario o la persona responsable de reenviar este mensaje al destinatario, se le notifica que no debe revisar, retransmitir, imprimir, copiar, usar o distribuir este mensaje de correo electrónico ni ningún archivo adjunto. Si recibió este mensaje por error, comuníquese con el remitente de inmediato y elimínelo de su computadora o de cualquier otra base de datos.



26454331



08012.000403/2020-83



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Coordenação Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado

DESPACHO Nº 953/2023/CGEMM/DPDC/SENACON

Destino: **SEAPRO**

Assunto: **Defesa do Consumidor: Monitoramento do Mercado de Consumo**

1. Trata-se de solicitação de acesso à íntegra deste processo recebida pelo E-mail 26421887.
2. Primeiramente, é importante esclarecer que o procedimento para solicitação de acesso aos processos em trâmite nesta Secretaria Nacional do Consumidor é via Sistema Eletrônico de Informação (SEI). Todas as instruções necessárias para o acesso, pelo usuário externo, ao SEI estão descritas no manual anexo (SEI 26454370), bem como as demais orientações para o peticionamento.
3. Excepcionalmente, analiso o pedido de acesso aos autos pela parte interessada.
4. Em regra, os procedimentos administrativos são públicos, salvo nas hipóteses legais de sigilo.
5. No presente caso, considerando a presença de documentos sigilosos nos autos, por conter informações privilegiadas de terceiros, o acesso foi concedido parcialmente em 07/11/2024.
6. Assim, indefiro o pedido de acesso integral, devendo ser preservados os documentos que tramitam de forma restrita.
7. Dê ciência à parte interessada.

CAROLINA ARAÚJO DE ANDRADE

Coordenadora-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Araújo de Andrade, Coordenador(a)-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado**, em 14/12/2023, às 18:09, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **26454331** e o código CRC **6EE6A54F**.
O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08012.000403/2020-83

SEI nº 26454331

Manual do Usuário Externo

Peticionamento e Intimação Eletrônicos, Acesso Externo e Assinatura Externa

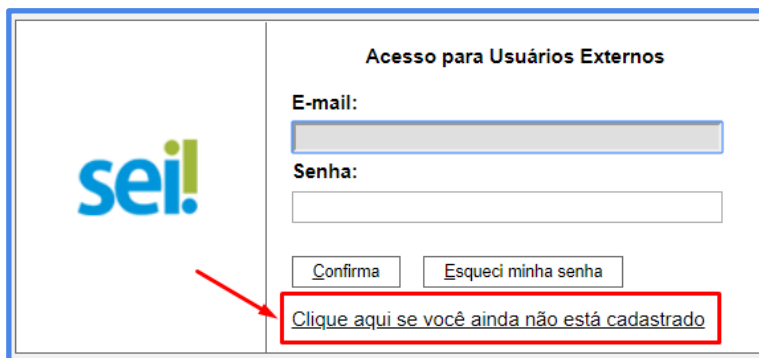
O **Protocolo Eletrônico do Sistema SEI** é um sistema informatizado que tem como objetivo possibilitar o intercâmbio de informações entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e os usuários externos que participam de *processos administrativos* no órgão, ou que representam pessoas físicas ou jurídicas nessa situação.

Esse sistema possibilita ao usuário **protocolar documentos**, receber **intimações/notificações**, **acompanhar** processos administrativos dos quais seja parte e **assinar documentos** que lhes sejam disponibilizados, tais como atas, contratos, convênios, termos, acordos e outros instrumentos congêneres celebrados com o órgão.

Cumpre-nos destacar que esse cadastro é ato **pessoal e intransferível**, que se dará mediante cadastro prévio e apresentação da documentação solicitada. A validação do cadastro ocorrerá após a verificação de conformidade documental pelo serviço de suporte do **SEI**.

I. Como se cadastrar:

1. Acesse a página de acesso para usuários externos: <http://sei.protocolo.mj.gov.br>
2. Clique na opção “Clique aqui se você ainda não está cadastrado”.



Acesso para Usuários Externos

sei!

E-mail:

Senha:

[Clique aqui se você ainda não está cadastrado](#)

3. Leia atentamente os termos e condições e, estando de acordo, clique no link “Clique aqui para continuar”

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

sei!

Cadastro de Usuário Externo

O Acesso de Usuário Externo do sistema SEI-MJSP é destinado a pessoas físicas que participem de Processos Administrativos no órgão, ou que representem pessoas físicas ou jurídicas nessa situação, para fins de peticionamento eletrônico, visualização de processos com restrição de acesso aos interessados e assinatura eletrônica de contratos, convênios, termos, acordos e outros instrumentos congêneres.

A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI-MJSP importará na aceitação das condições que disciplinam o processo eletrônico, com fundamento na legislação pertinente e especialmente no [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa.

Para efetuar seu cadastro clique no [Link](#) ao final desta página e preencha seus dados. Em seguida o sistema enviará uma mensagem automática para o e-mail cadastrado com os procedimentos necessários para ativação do Acesso. Esses procedimentos também estão disponíveis no [Manual do Usuário Externo do SEI](#).

[Clique aqui para continuar](#)

4. Preencha corretamente todos os dados solicitados no formulário de cadastro e, ao final, clique no botão “*Enviar*”.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

sei!++

Cadastro de Usuário Externo

Dados Cadastrais

Nome do Representante:

CPF: RG: Órgão Expedidor:

Telefone Fixo: Telefone Celular:

Endereço Residencial:

Complemento: Bairro:


Estado: Cidade: CEP:

Dados de Autenticação

E-mail:

Senha (no mínimo 8 caracteres com letras e números):

Confirmar Senha:

 Digite o código da imagem ao lado

5. Após enviar o cadastro, você receberá um e-mail do serviço de suporte do sistema SEI (sei@mj.gov.br), com instruções para validação do cadastro. **Responda** a esse e-mail anexando a cópia digital dos documentos solicitados:

- **Documento de Identidade** com foto, frente e verso (Exemplo: RG, CNH, OAB, RNE, Passaporte etc.).
- **Termo de Declaração de Concordância e Veracidade**, devidamente preenchido e assinado conforme o documento de identidade ou com certificado digital ICP Brasil.
 - A assinatura deve ser feita manualmente à caneta, e deve estar de acordo com a assinatura do documento de identidade apresentado. Ou,
 - Poderá assinar eletronicamente, caso possua Certificado Digital ICP Brasil.

6. O serviço de suporte do sistema receberá sua resposta de e-mail e fará a verificação de conformidade do cadastro com os documentos apresentados. Em seguida, responderá se o cadastro foi validado ou se há alguma pendência a ser solucionada.

7. Ao receber o e-mail de validação do cadastro, você estará apto a acessar o sistema para **enviar, receber e assinar** documentos relacionados ao processo de seu interesse.

Observações importantes:

a) Cabe ao Departamento responsável pela temática do seu processo administrativo disponibilizar acesso aos respectivos documentos. O serviço de suporte somente faz a conferência e validação do cadastro e presta suporte técnico ao Sistema.

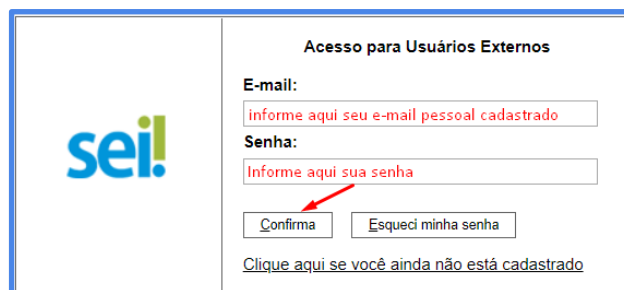
b) O requerimento pelo Usuário Externo para desativação de sua conta de Acesso Externo do SEI deve ser realizado exclusivamente por meio do Peticionamento > Processo Novo, utilizando o Tipo de Processo “**Protocolização de Documentos**”.

c) Se necessário reativar cadastro ou corrigir o endereço de e-mail ou outros dados cadastrais, deverá requerer a alteração exclusivamente pelo e-mail sei@mj.gov.br, com o assunto “Alteração de Dados Cadastrais de Usuário Externo do SEI”, para ser informado dos procedimentos necessários em cada caso.

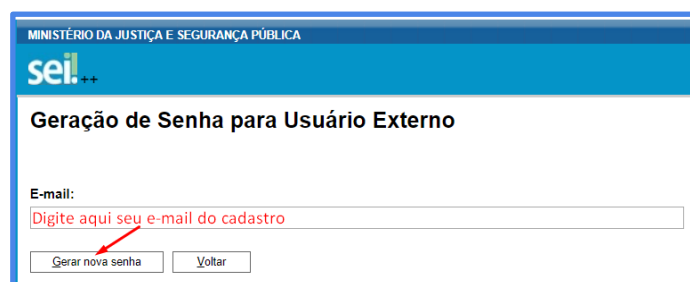
d) A **protocolização e assinatura** eletrônicas de documentos se dão mediante *login e senha* de acesso do usuário, sendo sua guarda e sigilo de **total responsabilidade do titular**, assim como a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados, até que decaia o direito da Administração de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados ao Ministério da Justiça para qualquer tipo de conferência, em conformidade com o disposto Art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539/2015](#).

II. Acessando o Sistema Protocolo Eletrônico SEI

1. Com seu cadastro validado, acesse o link <http://sei.protocolo.mj.gov.br>, e informe o e-mail e a senha do cadastro para entrar no sistema.



2. Caso tenha esquecido a Senha de acesso, clique no botão “*Esqueci minha senha*”, informe seu e-mail e clique em “Gerar nova senha”.



3. Ao logar no sistema, será aberta a tela inicial, intitulada “Controle de Acessos Externos”, onde poderá:

3.1. Acessar os menus de funcionalidades na coluna da esquerda;

3.2. Visualizar a lista de processos de processos peticionados e aos quais lhe tenha sido concedido Acesso Externo;

3.3. Assinar documento para o qual lhe tenha sido concedida permissão para Assinatura Externa (caneta preta na coluna de “Ações”).

Controle de Acessos Externos

Lista de Acessos Externos (18 registros):

Processo	Documento	Tipo	Liberação	Validade	Ações
08000.000007/2019-51	7180428	Atesto de Nota Fiscal	15/04/2019		
08000.000007/2019-51			15/04/2019	22/03/2119	
08017.000002/2019-40			15/04/2019	22/03/2119	
08129.000005/2019-16			28/03/2019	04/03/2119	
08015.000009/2019-81			25/03/2019	01/03/2119	
08015.000008/2019-37			24/03/2019	28/02/2119	
08015.000007/2019-92			24/03/2019	28/02/2119	
08015.000006/2019-48			20/03/2019	24/02/2119	
08015.000005/2019-01			20/03/2019	24/02/2119	
08015.000004/2019-59			19/03/2019	23/02/2119	
08129.000003/2019-27			19/03/2019	23/02/2119	

III. Peticionamento de Processo Novo

1. Acesse o menu *Peticionamento* > *Processo Novo*:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

seii++

- Controle de Acessos Externos
- Alterar Senha
- Peticionamento** ▶
 - Processo Novo**
 - Intercorrente
- Recibos Eletrônicos de Protocolo
- Pesquisa Pública

2. Escolha o tipo de processo que corresponde ao tema do processo administrativo que deseja formalizar junto ao órgão. Visualize orientações específicas parando o mouse sobre cada tipo.

Peticionamento de Processo Novo

Orientações Gerais

Escolha abaixo o tipo de processo para o qual deseja formalizar uma nova demanda junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Orientações específicas podem ser visualizadas ao passar o *mouse* sobre o cada tipo de processo abaixo.

Este peticionamento não deve ser utilizado para protocolizar documentos em processos já existentes. Se for este o caso, utilize a opção Intercorrente.

Atenção:

- Os navegadores *web* mais indicados para o uso são o Mozilla Firefox e Google Chrome.
- Antes de iniciar o peticionamento tenha os arquivos de cada documento já separados em seu computador e prontos para carregamento.
 - O prazo máximo admitido para a finalização de um peticionamento é de 1 hora. A não observância desse período (entre o carregamento do primeiro documento e o do último) tornará o peticionamento temporário, fazendo com que o mesmo seja eliminado.
- Para cada tipo de processo está definido apenas um **Tipo de Documento Principal**, para carregamento de documento ou preenchimento de requerimento padrão por meio de Editor próprio do sistema.
- Cada documento deve ser adicionado separadamente, um a um, com o preenchimento dos metadados próprios.

Escolha o Tipo do Processo que deseja iniciar:

.Demandas do Cidadão: Pedido de Vistas/Acesso a Processo

.Demandas do Cidadão: Protocolização de Documentos

Anistia Política: Petições

Classificação Indicativa: Solicitação de Análise de Jogos Eletrônicos

Classificação Indicativa: Solicitação de Análise de RPG

Classificação Indicativa: Solicitação de Análise Prévia (filmes, DVDs, blue-ray)

Classificação Indicativa: Solicitação de Autoclassificação (obras para TV)

Entidades Sociais: Autorização para Funcionamento de Organizações Estrangeiras

Entidades Sociais: Certidão de Org. Estrangeiras, Alteração cadastral ou Cancelamento de Autorização

3. Leia atentamente as *Orientações sobre o Tipo de Processo* para certificar-se de ter escolhido o processo adequado para o seu caso.

4. Utilize o campo *Especificação* para especificar o assunto da sua demanda.

Peticionamento de Processo Novo

Peticionar

Voltar

Tipo de Processo: Sindicatos: Registro de Sindicato

Verifique aqui as orientações sobre os procedimentos para o tipo de processo escolhido

Orientações sobre o Tipo de Processo

Para solicitar seu registro sindical, a entidade deve possuir um certificado digital. Ao acessar o Sistema do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, disponível no endereço eletrônico www.trabalho.gov.br deve-se selecionar na aba "Solicitação de Registro Sindical", o grau da entidade a qual se deseja fazer o pedido. Após a conclusão das instruções propostas, transmitir e emitir o requerimento. Os documentos essenciais deverão ser apresentados em formato digital (PDF-OCR).

Formulário de Peticionamento

Especificação (resumo limitado a 50 caracteres):


Utilize este campo para resumir/especificar o seu pedido.


Interessado: ? LOGIN TESTE PETICIONAMENTO

5. Para cada tipo de processo há um Tipo de Documento Principal, que pode ser editável, como no exemplo abaixo. Nesse caso clique em "*clique aqui para editar conteúdo*".

Documentos

Os documentos devem ser carregados abaixo, sendo de sua exclusiva responsabilidade a conformidade entre os dados informados e os documentos. Os Níveis de Acesso que forem indicados abaixo estarão condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso.

Documento Principal:  Solicitação de Registro Sindical (Sindicato) (clique aqui para editar conteúdo)

Nível de Acesso:  Público

Esse ícone indica que há um documento editável para preenchimento.

5. Preencha adequadamente os campos solicitados no documento em edição. Ao terminar de preencher clique em **Salvar** e feche o documento para continuar o peticionamento.

SEI - Mozilla Firefox

https://tst.sei.mj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=md_pet_editor_montar&id_socio=1608&id_orgao_acesso_externo=0&infra_hash=2877cd5a15845e0dc0f2cd12a68ca...

Salvar

Salvar

DECLARAÇÃO

A entidade sindical abaixo qualificada solicita, por intermédio de seu representante legal, a concessão do registro sindical.

Estamos cientes do normativo que rege o pedido de registro sindical e que, após a transmissão eletrônica do requerimento de registro via CNES, devemos transmitir (*on-line*/SEI) os documentos obrigatórios no prazo de trinta dias, sob pena de invalidação.

Declaro ainda, sob as penas da Lei, que as informações prestadas são verdadeiras e que os arquivos anexados são reproduções digitalizadas dos documentos originais, os quais, a qualquer tempo, poderão ser solicitados pela Administração Pública para conferência.

DADOS DA ENTIDADE SINDICAL

Denominação:	
Solicitação de Registro - SC n°:	
CNPJ:	
Presidente:	
Grau da Entidade:	Sindicato

INSTRUÇÕES!!!

Para a solicitação de registro sindical (SC) a entidade deverá possuir certificado digital, conforme determinação da Portaria n° 268, de 21 de fevereiro de 2013, e acessar o Sistema do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, disponível no endereço eletrônico www.trabalho.gov.br, e, após a conclusão das instruções propostas, transmitir e emitir a solicitação de registro.


Passo-a-passo:

- Preencha corretamente todos os dados da Entidade Sindical, conforme solicitado na tabela acima. Após preencher todos os dados, clique no botão **SALVAR**. Depois, **FECHE** o documento para voltar à tela principal e prosseguir com seu **Peticionamento**;
- Na tela **Peticionamento Processo Novo**, utilize o campo **Documentos Essenciais**, para anexar a cópia digital (em formato PDF-OCR) dos documentos listados abaixo:
 - Requerimento (SC)** gerado pelo sistema CNES e assinado digitalmente pelo representante legal da entidade;
 - Editais de convocação dos membros da categoria** para assembleia geral de fundação ou ratificação de fundação da entidade, do qual conste o nome e o endereço do subscritor, para correspondência, bem como indicação nominal de todos os municípios, Estados e categoria ou categorias pretendidas, publicado no Diário Oficial da União - DOU e em jornal de grande circulação na base territorial;



6. Documento principal não editável:

Documentos


Os documentos devem ser carregados abaixo, sendo de sua exclusiva responsabilidade a conformidade entre os dados informados e os documentos. Os Níveis de Acesso que forem indicados abaixo estarão condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso.


Documento Principal (10 Mb):  Clique aqui para carregar (up load) do documento principal.


Browse... No file selected.

Tipo de Documento:  **Complemento do Tipo de Documento:**  Especifique nome do documento principal

Requerimento de Anistia Política

Nível de Acesso:  Público

Formato:  ☒ Nato-digital ☐ Digitalizado **Adicionar**

Nome do Arquivo	Data	Tamanho	Documento	Nível de Acesso	Formato	Ações
Requerimento de Anistia.pdf	16/04/2019 11:06:08	33.02 Kb	Requerimento de Anistia Política	Público	Digitalizado	

7. Além do documento principal, cada tipo de processo poderá ter uma lista de lista de **Documentos Essenciais** (obrigatórios) e/ou **Documentos Complementares** (opcionais).

7.1. Para os *Documentos Essenciais*, que são obrigatórios, é necessário carregar pelo menos um documento para cada tipo indicado. Para os *Complementares*, carregue apenas os que julgar necessário.

- A. Selecione, na lista, o tipo de documento (espécie) que deseja carregar para o sistema;
- B. No campo *Complemento*, especifique o documento a ser carregado;
- C. Clique no botão *Browse* para selecionar o arquivo digital em sua máquina;
- D. Selecione o formato do arquivo que está carregando:
 - **Nato-digital:** documentos criados e armazenados originalmente em formato digital, tais como e-mails, faturas digitais etc.
 - **Digitalizados:** arquivo produzido a partir da digitalização de documento em suporte de papel (escaneados ou fotografados, por exemplo).
- E. Em seguida, clique no botão *Adicionar*. Para que os documentos sejam carregados para o sistema.

Documentos Essenciais (10 Mb):
Browse... No file selected.

Tipo de Documento: ? **Complemento do Tipo de Documento:** ?
Ata de Eleição da Diretoria Atualizada

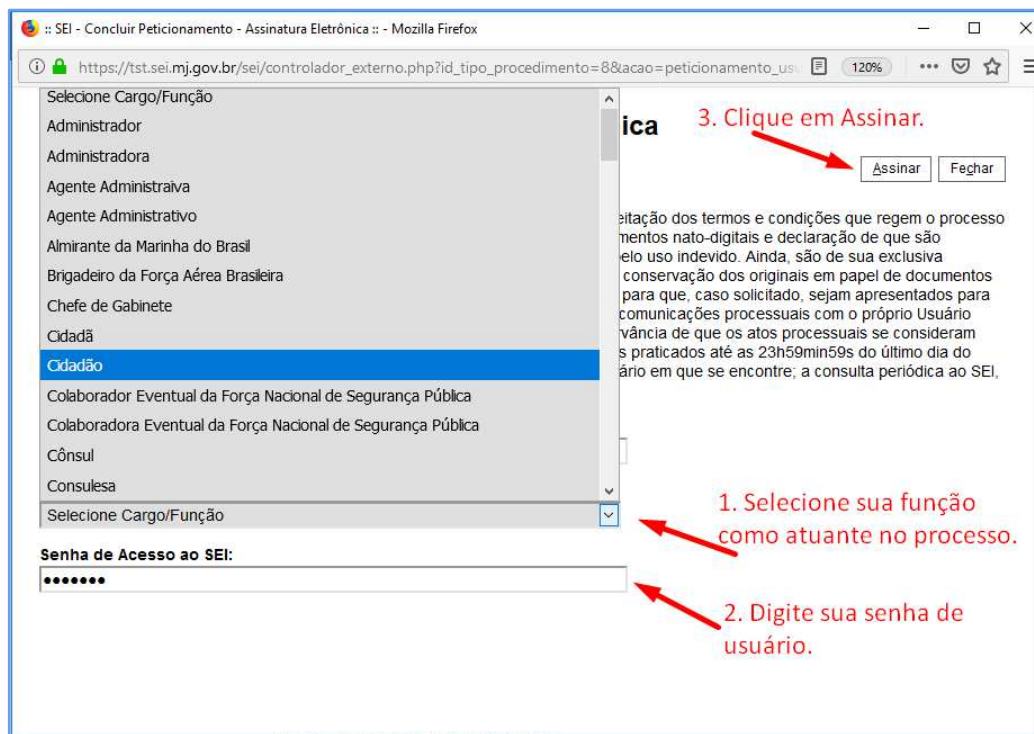
Nível de Acesso: ?
Público

Formato: ? ☐ Nato-digital ☐ Digitalizado

Documentos:

Nome do Arquivo	Data	Tamanho	Documento	Nível de Acesso	Formato	Ações
Ata de Eleição Atualizada.pdf	15/04/2019 17:28:34	32.64 Kb	Ata de Eleição da Diretoria atualizada	Público	Nato-digital	✖
Estatuto de Instituição do Sindicato.pdf	15/04/2019 17:27:43	34.54 Kb	Estatuto de instituição do sindicato	Público	Nato-digital	✖

8. Por último, clique no botão *Petitionar* para concluir seu peticionamento eletrônico. Na tela aberta, selecione o cargo/função com que está atuando no processo (Ex.: cidadão, representante legal etc), digite sua senha de usuário e clique em *assinar*.



9. Após assinar a petição será gerado, automaticamente, um Recibo Eletrônico. Você será direcionado para a tela de *Recibos Eletrônicos de Protocolo* onde poderá consultar, a qualquer momento, os recibos das petições que tenha realizado.

Recibos Eletrônicos de Protocolo

Pesquisar

Fechar

Início:

Fim:

Tipo de Peticionamento:

Todos

Lista de Recibos (21 registros):

Data e Horário	Número do Processo	Recibo	Tipo de Peticionamento	Ações
16/04/2019 09:54:21	08000.000008/2019-04	7180444	Processo Novo	
15/04/2019 17:18:27	08017.000003/2019-94	7180442	Processo Novo	Consultar Recibo
15/04/2019 17:01:14	08015.000011/2019-51	7180439	Processo Novo	

10. A petição realizada gera um número de protocolo que ficará disponível na tela de *controle de Acessos Externos*. Ao clicar sobre o número do protocolo, será aberta uma tela de acesso, que permite visualizar os documentos e acompanhar os andamentos do processo.

Acesso Externo com Disponibilização Parcial de Documentos
Atalho para peticionamento Intercorrente
 Consulte o item 2.3 deste manual.

Peticionamento Intercorrente Gerar PDF Gerar ZIP

Autuação

Processo: 08000.000008/2019-04
 Tipo: Prestadores de Serviço: Pessoa Física
 Data de Geração: 16/04/2019
 Interessados: LOGIN TESTE PETICIONAMENTO

Lista de Protocolos (2 registros):

Clique sobre o nº do documento para visualizá-lo

	Processo / Documento	Tipo	Data	Unidade
<input checked="" type="checkbox"/>	7180443	Petição inicial	16/04/2019	DIPROT
<input type="checkbox"/>	7180444	Recibo Eletrônico de Protocolo	16/04/2019	DIPROT

Lista de Andamentos (4 registros):

Andamentos do processo

Data/Hora	Unidade	Descrição
16/04/2019 09:54	DIPROT	Processo remetido pela unidade DIPROT
16/04/2019 09:54	DIPROT	Disponibilizado acesso externo para LOGIN TESTE PETICIONAMENTO (sei.treinamento@mj.gov.br) até 23/04/2019 (36500 dias). Para disponibilização de documentos. Criado automaticamente por meio do módulo Peticionamento e Intimação Eletrônicos em razão de Peticionamento Eletrônico realizado.
16/04/2019 09:54	DIPROT	O Usuário Externo LOGIN TESTE PETICIONAMENTO efetuou Peticionamento de Processo Novo, tendo gerado o recibo 7180444 (Recibo Eletrônico de Protocolo)
16/04/2019 09:54	DIPROT	Processo público gerado

IV. Peticionamento Intercorrente

O *Peticionamento Intercorrente* serve para protocolizar documentos em processos já existentes, ou seja, para efetuar a *juntada* de documentos.

1. Acesse o menu *Peticionamento > Intercorrente*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

sei! TESTE ++

Controle de Acessos Externos

Alterar Senha

Peticionamento

Recibos Eletrônicos de Protocolo

Intimações Eletrônicas

Pesquisa Pública

Controle de Acessos E

Processo Novo

Intercorrente

Processo

08000.000008/2019-04

2. Na tela aberta, informe o nº do processo ao qual deseja juntar seu documento e, em seguida, clique no botão *Validar*. Ao validar, o sistema carregará o tipo de processo para conferência. Se estiver ok, clique no botão *Adicionar*.

Peticionamento Intercorrente

Peticionar Fechar

Orientações

Este peticionamento serve para protocolizar documentos em processos já existentes. Condicionado ao número do processo e parametrizações da administração sobre o Tipo de Processo correspondente, os documentos poderão ser incluídos diretamente no processo indicado ou em processo novo relacionado.

Processo

Número: 08000.000008/2019-04 Validar

Tipo: Prestadores de Serviço: Pessoa Física Adicionar

3. Utilize o campo *Documentos* para preencher os dados e subir/carregar o(s) documento(s) que deseja juntar ao respectivo processo e, em seguida, clique no botão *Peticionar*.

Documentos

Os documentos devem ser carregados abaixo, sendo de sua exclusiva responsabilidade a conformidade entre os dados informados e os documentos. Os Níveis de Acesso que forem indicados abaixo estarão condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso.

Documento (tamanho máximo: 10Mb):
Browse... No file selected. *Clique aqui para carregar a cópia digital do documento a ser juntado.*

Tipo de Documento: **Complemento do Tipo de Documento:** *Escolha o tipo/espécie do documento e especifique no campo complemento*

Nível de Acesso: *Selecione o formato do arquivo.*

Formato: ☐ Nato-Digital ☒ Digitalizado **Conferência com o documento digitalizado:**

Nome do Arquivo	Data	Tamanho	Documento	Nível de Acesso	Formato	Ações
Estatuto de Instituição do Sindicato.pdf	16/04/2019 16:30:07	34.54 Kb	Estatuto da Empresa	Público	Digitalizado	✖

Por último, clique em Peticionar

4. Por último, clique no botão *Peticionar* para concluir seu peticionamento intercorrente. Na tela aberta, selecione o cargo/função com que está atuando no processo (Ex.: cidadão, representante legal etc), digite sua senha de usuário e clique em *assinar*.

SEI - Concluir Peticionamento - Assinatura Eletrônica - Mozilla Firefox

https://tst.sei.mj.gov.br/sei/controlador_externo.php?id_tipo_procedimento=8&acao=peticionamento_us...

Selecione Cargo/Função

- Administrador
- Administradora
- Agente Administraiva
- Agente Administrativo
- Almirante da Marinha do Brasil
- Brigadeiro da Força Aérea Brasileira
- Chefe de Gabinete
- Cidadã
- Cidadão**
- Colaborador Eventual da Força Nacional de Segurança Pública
- Colaboradora Eventual da Força Nacional de Segurança Pública
- Cônsul
- Consulesa

Senha de Acesso ao SEI:
.....

3. Clique em Assinar.

1. Selecione sua função como atuante no processo.

2. Digite sua senha de usuário.